

Edição Especial
Análise sobre a Pesquisa Nacional
por Amostra de Domicílios (PNAD 2004)

Parcerias Estratégicas

Número 22 – junho 2006 – Brasília, DF



ISSN 1413-9375

Parc. Estrat. | Brasília, DF | n. 22 | p. 1-456 | jun. 2006

PARCERIAS ESTRATÉGICAS – NÚMERO 22 – JUNHO 2006

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE)

PRESIDENTA

Lúcia Carvalho Pinto de Melo

DIRETOR EXECUTIVO

Marcio de Miranda Santos

DIRETOR

Antônio Carlos Filgueira Galvão

EDITORA

Tatiana de Carvalho Pires

Parcerias estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. - Vol. 1, n. 1 (maio 1996) - v. 1, n. 5 (set. 1998); n. 6 (mar. 1999)- . - Brasília : Centro de Gestão e Estudos Estratégicos : Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996- 1998; 1999-

v.; 25 cm.

Irregular.

ISSN 1413-9375

1. Política e governo – Brasil 2. Inovação tecnológica I. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. II. Ministério da Ciência e Tecnologia.

CDU 323.6(81)(05)

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

SCN Quadra 2 Bloco A Edifício Corporate

Financial Center salas 1102/1103

70712-900 – Brasília, DF

Tel: (xx61) 3424.9600 / 3424.9666

e-mail: editoria@cgee.org.br

URL: <<http://www.cgee.org.br>>

Distribuição gratuita

Esta edição da Revista Parcerias Estratégicas corresponde a uma das metas previstas do Contrato de Gestão MCT/CGEE.

Os artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que citada a fonte.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Número 22 · junho/2006 · ISSN 1413-9375

Edição Especial

Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004)

Sumário

Prefácio 5
Lucia Carvalho Pinto de Melo

Apresentação 7
Anna Peliano

Distribuição de renda e pobreza

Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da
indigência no Brasil 11
Sonia Rocha

Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero:
conexões diversas 39
Lena Lavinas, Marcelo Nicoll

Transferências de renda e a redução da desigualdade e da pobreza
no Brasil 77
Rodolfo Hoffmann

Conseqüências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda
brasileira 89
Ricardo Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Mendonça

Mercado de trabalho

Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? 121
Marcio Pochmann

Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar
a partir das famílias 145
Ângela Borges

Recuperação econômica e a geração de empregos formais 169
Claudio Salvadori Dedecca, Eliane Navarro Rosandiski

Desenvolvimento regional

Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil:
tendências recentes a partir da PNAD 191
Mauro Borges Lemos

Emprego Rural

Mudanças recentes no mercado de trabalho rural 201
Mauro Del Grossi, José Graziano da Silva

Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro:
análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste 217
Sergio Schneider

Qualidade do emprego na agropecuária brasileira no
período 2001-2004 245
Otávio Valentim Balsadi

Indicadores sociais no Brasil: uma análise de sua evolução em
período recente 283
Henrique Dantas Neder

Aspectos da agricultura familiar regional: Nordeste e Sul (1996-1999 e
2001-2004) 317
Carlos Alves do Nascimento

Mudanças demográficas

Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da
PNAD de 2004 347
Ralph Hakkert, George Martine

A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e
novidades trazidas pela PNAD 2004 381
José Marcos Pinto da Cunha

As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos
demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes 441
Fausto Reynaldo Alves de Brito, José Alberto M. de Carvalho

Prefácio

Quando a Assessoria Especial da Presidência da República procurou o CGEE para que coordenasse o projeto de análise e crítica dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2004, logo percebemos que o principal desafio seria o de organizar um encontro envolvendo as lideranças acadêmicas e gestores de políticas públicas, para construir uma agenda de consenso. Afinal, o que estava em questão era a análise de resultados de pesquisas nas áreas mais sensíveis das políticas públicas em que as controvérsias sobre o panorama nacional costumam ser potencializadas.

Mas como juntar posições distintas e construir alternativas possíveis faz parte da nossa missão institucional, principalmente quando envolve o comprometimento da academia e dos gestores públicos, aceitamos o desafio.

O Projeto PNAD 2004 refletiu fielmente nossa metodologia de trabalho. Num primeiro momento, identificamos os principais especialistas nas áreas que foram objeto do estudo. Passamos aos contatos e ao comprometimento desses pesquisadores em analisar e interpretar, de forma imparcial, os resultados levantados pela pesquisa.

Todo esse processo resultou em seminário organizado pelo CGEE, com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (MPOG), e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea). Durante dois dias, em abril de 2006, estudiosos dos temas e gestores governamentais responsáveis pela definição e implementação das políticas nas áreas

analisadas debateram sobre questões como distribuição de renda e pobreza, desenvolvimento regional, mudanças demográficas, mercado de trabalho e emprego rural.

Vale ressaltar a participação de técnicos do IBGE no evento, apresentando as mudanças metodológicas introduzidas na pesquisa em 2004, os resultados obtidos e os cenários futuros da PNAD no país. E o debate de excelência entre o produtor das informações e seus usuários foi considerado um dos pontos altos do evento.

Com satisfação concluímos as atividades com o sentimento de mais uma meta alcançada. A publicação na revista *Parcerias Estratégicas* dos textos preparados para o seminário e revistos à luz dos debates, dissemina os estudos para outros grupos da comunidade científica, dos gestores governamentais, do empresariado e da sociedade brasileira em geral.

LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO

Presidenta

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Apresentação

Uma boa nova no campo social: a pobreza e a desigualdade no Brasil reduziram-se nos anos recentes. Vários fatores contribuíram para esse resultado. Um cenário macro econômico favorável reverteu a tendência de deterioração do mercado de trabalho e, a partir do final de 2003, observou-se queda do desemprego, recuperação do salário mínimo e elevação do trabalho assalariado com carteira assinada e contribuição para a previdência social. Avanços também foram observados no meio rural, com o aumento da formalização das relações de trabalho e a elevação dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares.

Alem das melhorias ocorridas no mercado de trabalho, a ampliação de programas de transferência de renda como o Bolsa Família e demais benefícios assistenciais e previdenciários, ambos positivamente influenciados pelo aumento do salário mínimo, reforçaram a tendência de queda na pobreza. Na área rural, além da previdência, o crescimento do crédito agrícola e os programas de assentamento da reforma agrária também contribuíram para os resultados alcançados.

No entanto, nem tudo são flores. Os indicadores sociais brasileiros registram problemas inaceitáveis face o nível de desenvolvimento do país e não há garantias de que os fatores que contribuíram para as melhorias recentes terão continuidade de modo a propiciar uma reversão definitiva do quadro de desigualdades acumuladas historicamente.

Por outro lado, os avanços observados não ocorreram de forma homogênea em todo o território nacional. Ao contrário, muitos deles se verificaram com maior intensidade nas regiões já tradicionalmente mais desenvolvidas com as Regiões Metropolitanas constituindo um caso a parte.

Elas acusaram perda com respeito à participação no rendimento total do país, uma recuperação mais lenta nas taxas de ocupação e, conseqüentemente, menores avanços na redução da pobreza. Na Região Metropolitana de São Paulo o número de pobres aumentou nos últimos anos. As dificuldades de sobrevivência nas áreas metropolitanas vêm se refletindo nas migrações internas, ocasionando um arrefecimento do ritmo de crescimento metropolitano em paralelo com a emergência de um número expressivo de cidades entre 50 e 500 mil habitantes.

Essas questões, entre muitas outras, estão analisadas em detalhes na coletânea dos estudos reunidos nesta publicação. Eles foram debatidos no “Seminário de Análise dos Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004)”, promovido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em parceria com a Assessoria Especial da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O objetivo desse evento, que reuniu acadêmicos e formuladores de políticas públicas, foi o de estimular o debate e a reflexão sobre os dados mais recentes divulgados pela PNAD. Atualmente, a pesquisa coleta informações de cerca de 400 mil pessoas, em 100 mil domicílios, distribuídos em todo o território nacional, incluindo, na última edição, a área rural da Região Norte. Realizada anualmente, ela representa a mais importante e abrangente fonte de informações sobre a realidade social brasileira no que refere a população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. Suplementos anuais abordam tópicos específicos que enriquecem o acervo de informações disponíveis para estatísticos, estudiosos e formuladores de políticas públicas.

Na maior parte dos trabalhos aqui apresentados, os pesquisadores se debruçaram na análise dos dados relativos aos anos 2001-2004, sendo que muitos recorreram a períodos anteriores para explicar as mudanças mais recentes. Os estudos abarcam uma gama variada de temas em que se destacam a distribuição de renda e a pobreza, o desenvolvimento regional, as mudanças demográficas, o mercado de trabalho urbano e rural e seus reflexos nos arranjos familiares e na participação feminina. Nesta coletânea são estabelecidas as relações entre o contexto macro econômico e as condições de vida e de trabalho da população, permitindo

ao leitor uma visão mais abrangente dos fenômenos observados. Os diagnósticos são acompanhados de uma análise dos fatores que determinaram as situações constatadas e dos desafios que elas apresentam para as políticas públicas no futuro próximo.

Leitura obrigatória para todos aqueles que na academia ou no governo se esforçam para buscar modos e meios para promover melhorias mais rápidas e duradouras nas condições de vida do povo brasileiro.

ANNA PELIANO
Diretora de Estudos Sociais
Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea)

Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil

Sonia Rocha

1. INTRODUÇÃO

Os resultados da PNAD 2004, divulgados recentemente, podem ser divididos, para fins de analíticos, em dois grupos: aqueles que dão continuidade a tendências robustas de longo prazo e aqueles que refletem mudanças ocorridas no ano ou no período mais recente.

Ao primeiro grupo pertencem os resultados associados a mudanças sociodemográficas e a melhorias no acesso a bens e serviços. Por um lado, trata-se de fatos como o aumento da esperança de vida, o declínio da mortalidade infantil e da fecundidade, a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho, assim como uma menor desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres. Por outro lado, verifica-se sistematicamente na PNAD progresso sustentado no acesso a escola, a serviços públicos básicos (água, eletricidade, telefonia, coleta de lixo), a bens de consumo durável, assim como melhorias gerais da estrutura física dos domicílios brasileiros (elementos construtivos mais duráveis e maior espaço por morador). Essas mudanças vêm ocorrendo no longo prazo de forma contínua e, embora o ritmo de melhoria não seja constante de ano para ano, situações econômicas adversas não têm sido capazes de causar retrocessos. É importante destacar que, apesar de brasileiros em todas as classes de renda terem sido afetados por esse processo, foram os mais pobres os maiores beneficiários. Isso, em parte, porque, em muitos casos, os não-pobres já estavam atendidos; em parte, devido à mudança de ênfase de políticas públicas que passaram a privilegiar o atendimento aos mais pobres.

O segundo grupo de resultados da PNAD não apresenta, por natureza, uma tendência evolutiva, porque responde preponderantemente

a oscilações no desempenho da economia. É o caso de variáveis como nível e distribuição de rendimentos, que tendem a oscilar de ano para ano, acompanhando o nível de atividade produtiva por meio da intermediação do mercado de trabalho. Os indicadores de pobreza e de indigência fazem parte desse grupo. Dependentes do nível e da distribuição da renda, e medidos a partir das chamadas linhas de pobreza e de indigência, esses indicadores têm suscitado interesse crescente da sociedade a cada divulgação da PNAD. Isso porque, pelo menos em termos do objetivo a alcançar, a sociedade brasileira dá sinais de priorizar a garantia do atendimento das necessidades básicas de todos os cidadãos, o que significa eliminar a pobreza absoluta. Embora estreitamente dependentes da conjuntura econômica – e neste sentido, o forte crescimento do PIB em 2004 teve efeitos positivos sobre os níveis de emprego e renda das famílias –, os indicadores de pobreza e indigência vêm sendo favoravelmente afetados pelas políticas públicas relativas a aposentadorias e pensões, assim como pelos novos mecanismos de transferência de renda focalizadas nos mais pobres.

Os tópicos abaixo visam apresentar de forma sucinta alguns resultados básicos da PNAD relativos à redução da pobreza e da indigência em 2004, tanto no que concerne aos grandes agregados, mas também examinando algumas peculiaridades espaciais. Como a evolução dos indicadores depende do nível e na formação da renda familiar, examinam-se também as principais mudanças havidas entre 2003 e 2004 nesse particular.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Embora tanto pobreza como indigência (ou pobreza extrema) sejam síndromes complexas, caracterizadas por um amplo conjunto de carências, a abordagem utilizada aqui será a da renda, utilizando parâmetros de valor, as chamadas linhas de pobreza e de indigência para delimitar o conjunto de pobres ou de indigentes a partir da renda familiar per capita.

São definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc), enquanto define-se como indigentes aqueles cuja renda familiar per capita é inferior ao valor necessário para atender tão somente às necessidades básicas de alimentação.

Para a obtenção dos indicadores, foram utilizadas 23 linhas de pobreza e 23 linhas de indigência diferenciadas, de modo a levar em conta

a diversidade de custo de vida entre áreas urbanas e rurais, assim como entre as regiões brasileiras. Essas linhas não derivam uma cesta de consumo normativa, mas do consumo observado por meio de pesquisas de orçamentos familiares. Como exemplo, a linha de pobreza mais alta, relativa à metrópole de São Paulo, foi de R\$ 250,79, enquanto a mais baixa referiu-se às áreas rurais de Minas Gerais/Espírito Santo, R\$ 69,75 (valores por pessoa/mês). As linhas de pobreza e de indigência relativas a setembro de 2004, data de referência da PNAD, são apresentadas no Anexo 1.

Dadas a distribuição da renda familiar per capita e a linha de pobreza (ou a de indigência) para cada área de análise, os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda têm como objetivo informar sobre o nível e a evolução de diferentes aspectos relevantes do fenômeno. O índice proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984) tem a vantagem de atender às propriedades desejáveis,¹ sendo ao mesmo tempo de operacionalização relativamente simples. Assim, se as rendas per capita forem ordenadas, tais que

$$y_1 \leq y_2 \leq \dots y_q < z < y_{q+1} \leq \dots \leq y_n,$$

onde z é a linha de pobreza, n é a população total e q o número de pobres, o índice de Foster, Greer e Thorbecke, chamado FGT a seguir, pode ser expresso como:

$$FGT_\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha ; \alpha \geq 0$$

O índice considera, portanto, a intensidade da pobreza, expressa pela medida relativa do hiato de renda para cada um dos indivíduos pobres, $(z - y_i)/z$. Esta razão é potencializada por α de acordo com a importância que se queira dar à intensidade da pobreza no índice. O somatório dos hiatos potencializados para toda a população pobre é normalizado pelo tamanho da população total.

Cabe notar que conforme varia o valor de α , a medida FGT assume características interessantes, a saber:

a) Quando $\alpha = 0$ a questão da intensidade da pobreza não é levada em consideração e o FGT torna-se igual à proporção de pobres na população total (H). Assim:

¹ Foster, J.; Greer, J.; Thorbecke, E., *A class of decomposable measures*, in *Econometrica*, 52:761, 1984.

$$FGT_{\alpha=0} = \frac{q}{n} = H$$

Essa medida simples é o indicador mais conhecido de pobreza, mas pode ser criticada por limitar-se apenas ao número de pobres na população, sem levar em conta quão pobres eles são ou os aspectos ligados à desigualdade de renda.

b) Quando $\alpha = 1$, leva-se em conta simultaneamente a proporção de pobres e a intensidade da pobreza através da razão do hiato de renda, que pode ser expressa alternativamente como

$$I = \frac{z - \bar{y}}{z}$$

onde \bar{y} a renda média dos pobres. Então

$$FGT_{\alpha=1} = H * I$$

Assim, embora essa medida seja melhor do que as suas componentes isoladamente, ela apresenta a desvantagem de não incorporar a desigualdade de renda entre os pobres, já que considera apenas a sua renda média.

c) Quando $\alpha \geq 2$, também os aspectos da desigualdade de renda entre os pobres são levados em conta já que se potencializam os valores dos hiatos de renda. Naturalmente, quanto maior for o valor de α , maior o peso atribuído ao componente de desigualdade de renda no indicador de pobreza.

Quando $\alpha \geq 2$, o indicador FGT considera simultaneamente os três aspectos da pobreza enquanto insuficiência de renda, isto é, a proporção de pobres, o hiato de renda e a desigualdade de renda entre os pobres. O FGT para $\alpha = 2$ foi referido no texto como hiato quadrático. Além das vantagens computacionais que não cabe explicitar nesta nota, esse índice sintético enriquece a análise evolutiva da pobreza enquanto insuficiência de renda, especialmente quando índices relativos a cada um dos três aspectos da pobreza apresentam evoluções em direções opostas, o que ocorre frequentemente.

Neste texto, será dada ênfase maior à proporção de pobres, que é uma medida de mais fácil entendimento, além de ser a mais sensível a variações. No entanto, em alguns casos utilizou-se também os outros dois indicadores, de forma a melhor caracterizar a evolução observada.

3. A REDUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES E INDIGENTES NA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL

Os resultados derivados da PNAD relativos à distribuição da renda familiar per capita revelam uma redução inequívoca da pobreza e da indigência. A proporção de pobres cai de 35,6% em 2003, para 33,2% em 2004, o que corresponde a 57,7 milhões de pessoas pobres nesse último ano – menos 2,4 milhões de pessoas do que em 2003, enquanto a proporção de indigentes passa de 10% para 8%, significando 13,9 milhões de indigentes em setembro de 2004 (menos 2,0 milhões de pessoas do que em 2003).² A redução de cerca de dois pontos percentuais em ambas as proporções é o melhor resultado verificado desde o Plano Real, quando houve então uma conjunção propícia de fatores permitindo uma redução drástica da proporção de pobres de 44,1% para 33,2%. O Gráfico 1 permite visualizar a tendência evolutiva da pobreza e da indigência. No caso da pobreza, as oscilações ocorridas no período 1996-2004 fazem com que os ganhos realizados em 2004 tragam a proporção praticamente ao nível observado em 1995. Em relação à indigência, a tendência mais sustentada de redução da proporção (só nos anos de 2001 e 2003 houve aumento da proporção de indigentes) permitiu que o resultado obtido em 2004 tivesse sido o mais favorável jamais obtido no país. Embora uma queda mais rápida e mais acentuada dos indicadores fosse desejável, os resultados mais favoráveis obtidos em relação à indigência indicam que, como desejável, as situações mais críticas estão sendo resolvidas primeiro.

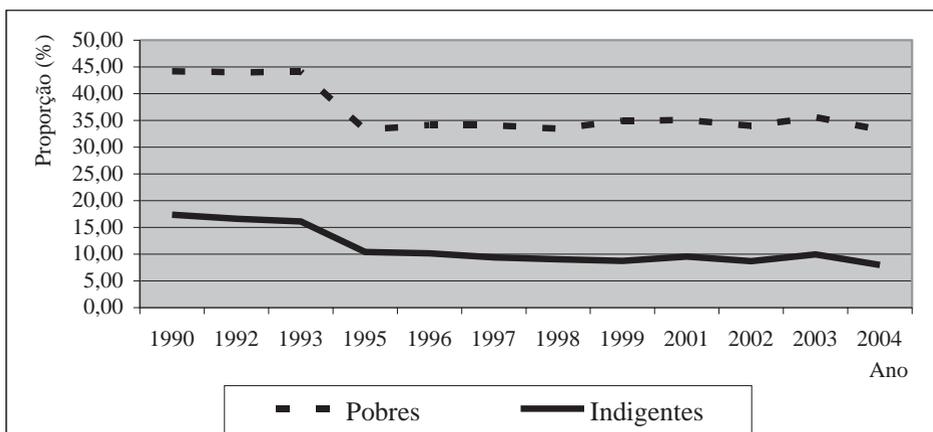


Gráfico 1. Proporção de pobres e indigentes 1990-2004, Brasil

² Vale lembrar que os indigentes são um subconjunto de pobres e que, portanto, esses valores não são cumulativos.

Tabela 1. Proporção de pobres e indigentes de 1990 a 2004 (%) - Brasil*

Proporção (%)	1990	1992	1993	1995	1996	1997
Pobres	44,19	44,00	44,09	33,23	34,13	34,09
Indigentes	17,38	16,64	16,10	10,40	10,15	9,38
Proporção (%)	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Pobres	33,43	34,95	35,03	33,99	35,59	33,21
Indigentes	9,06	8,74	9,55	8,68	9,96	8,00

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

* Exceto Região Norte rural.

Os anexos 2 e 3 apresentam, respectivamente, os resultados completos dos indicadores de renda relativos de indigência e pobreza, tanto de 2003 como de 2004. Os anexos reúnem o conjunto relevante de indicadores, e não apenas as proporções e números de pobres e indigentes como mencionado no texto, sendo que os resultados são apresentados por Unidade da Federação segundo estratos urbano, rural e metropolitano³, de forma a permitir distinguir situações particulares que freqüentemente se distanciam daquelas observadas para os grandes agregados.

4. AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE REDUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES E INDIGENTES

Após o ano recessivo de 2003, a retomada robusta da atividade em 2004 teve impactos positivos, embora diferenciados, ao longo de toda distribuição. A melhoria mais acentuada na base da distribuição permitiu melhoria de todos os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda para a quase totalidade das áreas de amostragem da PNAD⁴. No entanto, a magnitude desta redução é muito diferenciada, especialmente em relação à proporção de pobres.

³ Como a PNAD é uma amostra, a divulgação de resultados apresenta limitações de detalhamento. Os resultados dos Anexos 2 e 3 são apresentados ao nível máximo de desagregação possível com base nos microdados de uso público. Todas as comparações entre 2003 e 2004 estão harmonizadas, isto é, não incluem os resultados para a Região Norte rural (exceto Tocantins rural) que só passou a ser coberta pela amostra da PNAD em 2004.

⁴ Os resultados aqui apresentados são agregados a partir de resultados mais detalhados obtidos para 54 áreas no país, já que a amostra da PNAD permite obtenção de estimativas para a maioria das Unidades da Federação, distinguindo situação urbana e rural, além das nove metrópoles e Brasília.

Tabela 2. Evolução da proporção da indigência e pobreza – 1992, 2003 e 2004

Brasil e estratos	Pobres (%)			Indigentes (%)		
	1992	2003	2004	1992	2003	2004
Metropolitano	44,3	39,8	38,7	11,9	9,5	7,9
Urbano	40,2	32,1	29,5	13,9	8,4	6,6
Rural*	52,7	39,5	35,4	30,5	16,6	13,3
Brasil*	44,0	35,6	33,2	16,6	10,0	8,0

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.
* Exceto Região Norte rural.

Quando se consideram separadamente as áreas metropolitanas, urbanas e rurais, a melhoria em 2004 foi mais tênue nas áreas metropolitanas, o que na verdade tem sido uma tendência ao longo de toda a década de 90, com exceção do período imediatamente após o Plano de Estabilização (Gráficos 2 e 3). Os ritmos diferenciados de redução, mais acentuado e sustentado nas áreas rurais, e de agravamento nas áreas metropolitanas, em grande parte determinado pelo comportamento da pobreza na metrópole paulista, significou uma convergência das proporções, isto é, uma redução das diferenças nas três áreas no que concerne tanto às proporções de pobres como às de indigentes.

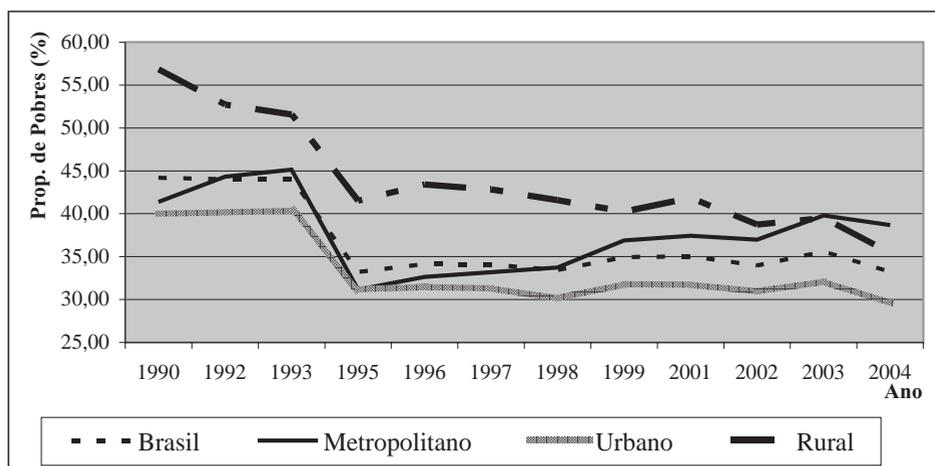


Gráfico 2. Proporção de pobres 1990-2004, por estrato

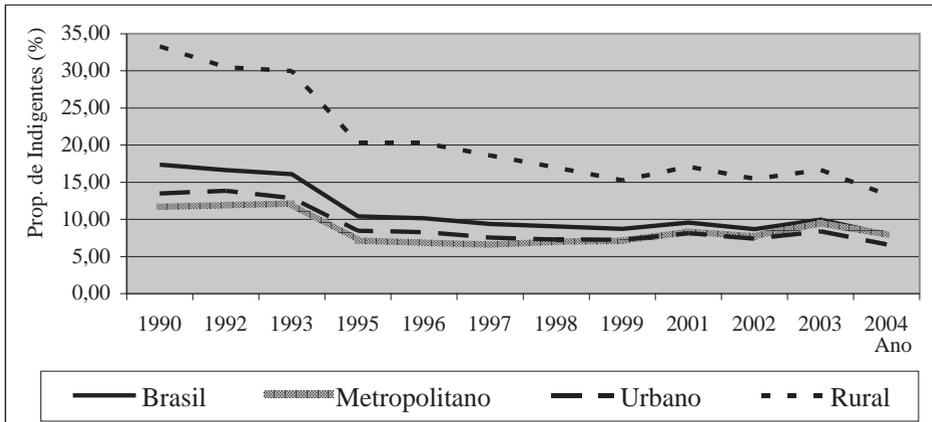


Gráfico 3. Proporção de indigentes 1990-2004, por estrato

A queda mais sustentada, e também mais acentuada, das proporções de pobres e de indigentes nas áreas rurais, aliada à redução da população rural, fazem com que a pobreza e indigência no Brasil sejam crescentemente fenômenos urbanos e metropolitanos. De 2003 a 2004 a participação dos indigentes e pobres rurais no total de indigentes e pobres no Brasil continuou a declinar – pobres rurais representam 15,3% dos pobres brasileiros e os indigentes rurais 24% dos indigentes. Isso ocorreu tanto como resultado da redução mais forte da proporção de pobres e indigentes nas áreas rurais, como da crescente urbanização, que reduziu o peso relativo da população rural no total da população brasileira, alterando radicalmente a situação que se tinha em um período não tão distante como o início da década de 90 (Tabela 3). Embora os 3,3 milhões de indigentes rurais representem, em 2004, menos de ¼ dos indigentes brasileiros, eles constituem, junto com os indigentes nas periferias metropolitanas, a clientela prioritária quando se trata focalizar as políticas públicas antipobreza. Isto porque não só apresentam condições críticas de renda, mas também porque a insuficiência de renda vem acompanhada das conhecidas carências no que concerne ao acesso a serviços básicos, como os de educação, saúde e saneamento. Embora, por definição, as políticas antipobreza tenham que ser desenhadas de forma a proporcionar uma assistência integrada à sua clientela em função das carências múltiplas, é em relação à indigência rural que a ação integrada é mais necessária.

É importante observar que, no interior de cada um dos estratos considerados, existe ampla diversidade quanto ao comportamento evolutivo

da pobreza e da indigência, que depende, fundamentalmente, da forma como o desempenho econômico se manifesta localmente e como se rebate sobre o aumento e a distribuição de renda das famílias por meio da intermediação do mercado de trabalho. Naturalmente, tendências demográficas diferenciadas também podem ser relevantes no resultado obtido, principalmente as migrações, como foi o caso da metrópole de São Paulo nos anos 90.

Os resultados detalhados da evolução da indigência e da pobreza entre 2003 e 2004 estão apresentados, respectivamente, nos anexos 2 e 3. Vale destacar que a amostra da PNAD, que cobriu cerca de 140 mil domicílios (cerca de 400 mil pessoas) em 2004, é suficientemente robusta para permitir a derivação de indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda para as unidades da Federação, distinguindo inclusive os estratos urbano e rural em cada uma delas, além de tratar em separado as nove Regiões Metropolitanas e Brasília, o que permite uma gama infindável de análises específicas com ênfase local.

Tabela 3. Evolução da participação na indigência e na pobreza brasileira segundo estratos – 1992, 2003 e 2004

Estratos	Indigência (%)			Pobreza (%)		
	1992	2003	2004	1992	2003	2004
Metropolitano	22,2	30,0	30,9	31,2	35,0	36,3
Urbano	40,6	45,7	45,1	44,5	48,8	48,4
Rural	37,2	24,3	24,0	24,3	16,2	15,3
Brasil	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

* Exceto Região Norte rural.

Aqui nos limitaremos a utilizar apenas desagregação possível do estrato metropolitano, o que se justifica por si só pela importância populacional do conjunto. Como os resultados metropolitanos apresentados acima são uma média dos resultados para cada uma das metrópoles, ponderados por peso populacional de cada uma, São Paulo, com uma população de 19,2 milhões, ou 34% da população metropolitana brasileira, tem importância determinante sobre os resultados agregados.

Em função da sua importância relativa, o desempenho adverso da metrópole paulista na redução da pobreza entre 2003 e 2004 afetou desfavoravelmente o resultado para o conjunto de metrópoles. No entanto, é importante notar que as diversas metrópoles tiveram desempenhos diferenciados nesse particular, dependendo de diversos fatores, particularmente condições locais de dinamismo econômico e evolução local do custo de vida para os pobres. A Tabela 4 mostra a evolução verificada quanto à proporção de pobres nas metrópoles.

Cabe notar ainda, que não só entre as metrópoles, São Paulo foi uma exceção no que concerne ao comportamento desfavorável da evolução da pobreza entre 2003 e 2004. Considerando as áreas brasileiras que podem ser analisadas individualmente a partir da amostra da PNAD (ver anexos 2 e 3), a metrópole de São Paulo foi uma das poucas que apresentou evolução adversa da pobreza. É interessante repertoriar quatro fatores explicativos desse resultado, colocando em contraponto a situação da metrópole de Salvador, que apresentou, nesse particular, o desempenho mais favorável em relação à proporção de pobres no período.⁵

Tabela 4. Proporção, número e participação 2003 e 2004 por metrópole

Metrópoles e Brasil	Proporção de pobres (%)			Número de pobres (mil)			Participação (%)		
	2003	2004	△	2003	2004	△%	2003	2004	△
Belém	45,4	40,3	-5,1	803	783	-2,5	3,7	3,7	-0,1
Fortaleza	49,2	48,9	-0,2	1.544	1.579	2,2	7,3	7,5	0,2
Recife	63,3	59,9	-3,4	2.084	2.073	-0,6	9,9	9,9	0,0
Salvador	56,6	51,7	-5,0	1.758	1.630	-7,3	8,3	7,8	-0,5
Belo Horizonte	36,2	34,1	-2,1	1.627	1.563	-3,9	7,7	7,5	-0,2
Rio de Janeiro	34,5	33,6	-0,9	3.666	3.558	-3,0	17,4	17,0	-0,4
São Paulo	41,0	41,6	0,6	7.292	7.506	2,9	34,5	35,8	1,3
Curitiba	26,2	22,4	-3,8	765	680	-11,1	3,6	3,2	-0,4
Porto Alegre	17,8	16,4	-1,4	677	635	-6,2	3,2	3,0	-0,2
Brasília	42,7	42,4	-0,3	912	945	3,6	4,3	4,5	0,2
Total Metrop.	39,8	38,7	-1,1	21.129	20.951	-0,8	100,0	100,0	-
Total Brasil*	35,6	33,2	-2,4	60.363	57.698	-4,4	35,00	36,31	1,31

⁵ O conjunto de indicadores apresentados nos anexos 1 e 2 permitem verificar que, considerando os diferentes aspectos de pobreza enquanto insuficiência de renda, o desempenho de Curitiba e Belém foi melhor que o de Salvador no período.

a) *Fraca criação de postos de trabalho* – a criação de postos de trabalho em São Paulo apresentou uma expansão de 1,9%, bem aquém da média brasileira que é 3,3%, e muito abaixo da verificada em Salvador 6,6% no mesmo período. A esse respeito cabe destacar que Salvador, vem atraindo população em função dos novos pólos de dinamismo econômico, o que levou a um crescimento demográfico de 1,8%. Em São Paulo, o arrefecimento do crescimento demográfico contribuiu para que o agravamento da pobreza não fosse ainda mais acentuado. Na verdade, reduziu-se a atratividade da metrópole aos migrantes, apesar das tradicionais redes de solidariedade que acolhem os recém-chegados, e da percepção positiva desses quanto às vantagens oferecidas por São Paulo em termos de qualidade de serviços públicos e mobilidade econômico-social ascendente.

b) *Evolução desfavorável do rendimento do trabalho* – embora para o conjunto do país o rendimento médio do trabalho tenha ficado estável entre 2003 e 2004, no conjunto das metrópoles houve queda. Isso se deu em função do desempenho adverso das metrópoles com peso relativo mais importante, como São Paulo e Rio de Janeiro. Cabe observar que, embora o rendimento do trabalho seja tradicionalmente mais elevado em São Paulo do que nas demais metrópoles, o que representa um atrativo ponderável para os trabalhadores menos qualificados, a evolução entre 2003 e 2004 foi muito adversa – queda de 5,3% do rendimento médio dos ocupados em São Paulo em relação a 2003 (Tabela 5). Quando se consideram os rendimentos por nível de qualificação, a evolução para os trabalhadores com menor escolaridade foi mais favorável, ficando praticamente estável tanto em Salvador como em São Paulo. No entanto, a queda do número de ocupados com menos de oito anos de escolaridade em São Paulo – que ainda representam espantosos 31% dos ocupados no núcleo urbano mais importante e avançado do país –, fez com que o rendimento total do trabalho desse grupo fosse reduzido em 1,5% em termos reais, o que certamente teve algum impacto sobre a pobreza em São Paulo. Em Salvador, embora os trabalhadores menos qualificados (menos de oito anos de estudo) também vêm perdendo participação na força de trabalho – o que é um fenômeno geral no país – houve, ao contrário de São Paulo, algum aumento do número de ocupados e, em consequência, aumento do seu rendimento total em 2,9%.

c) *Aumento relativamente forte do custo de vida dos pobres* – os valores utilizados como linhas de pobreza (anexo 1) levam em conta custos de vida diferenciados entre metrópoles. Desse modo, os valores para São Paulo, refletindo a estrutura de consumo dos pobres naquela metrópole e os preços praticados localmente, são sempre os mais altos do Brasil, o que é compatível com necessidades e custos mais elevados de despesas, tais como habitação, vestuário, transporte e comunicação, na metrópole paulista. De 2003 para 2004, a linha de pobreza de São Paulo apresentou um aumento relativamente forte (+5,29%), passando de R\$ 238,20 para R\$ 250,79. Em Salvador, a linha de pobreza que se situa a um nível bem mais baixo, também se elevou, mas em grau mais moderado (+3,75%), passando de R\$ 174,64 para R\$ 181,19. Vale destacar que o resultado para Salvador foi afetado pela deflação do preço dos alimentos entre 2003 e 2004 (-1,3%).

d) *O menor impacto positivo de valores fixados com base em parâmetros nacionais* – como se viu, o custo de vida é mais baixo em Salvador do que em São Paulo. Em consequência, impacto na redução da pobreza de benefícios cujos valores são fixados nacionalmente – tanto os previdenciários e assistenciais, como os associados às transferências dos novos programas no âmbito do Bolsa Família – é necessariamente menor na metrópole paulista. A guisa de ilustração, o salário mínimo, o qual se iguala a grande maioria de benefícios previdenciários (pensões e aposentadorias) e assistenciais (benefícios de prestação continuada a idosos e portadores de deficiência), era de R\$ 260,0 em setembro de 2004, superior em apenas 3,7% à linha de pobreza em São Paulo. Em contrapartida, o salário mínimo era 43,5% superior à linha de pobreza de Salvador (R\$ 181,19) na mesma data.

A Tabela 5 apresenta de forma sintética indicadores que explicam a evolução adversa da pobreza em São Paulo, permitindo comparar com os resultados verificados em Salvador. Naturalmente, esses indicadores refletem também diferenças de dinamismo econômico das duas metrópoles no período em questão, cuja análise transcende o objetivo desta nota.

A respeito dos resultados adversos para São Paulo que se verificaram em termos da evolução da proporção de pobres, vale fazer algumas observações.

A primeira é que o resultado recente não se constitui num fato isolado, mas dá continuidade à tendência robusta de aumento da proporção de pobres que se verificou ao longo da última década, tendo

como exceção apenas 2001, quando São Paulo ainda se beneficiava da retomada após a desvalorização cambial de 1999. Os dados da Tabela 6, organizados no Gráfico 4, mostram ano a ano esse agravamento. Fica descartada, portanto, a idéia de que se tratou de um efeito pontual e atípico quanto ao comportamento do indicador.

Tabela 5. Indicadores selecionados - São Paulo e Salvador - 2003 e 2004

	São Paulo			Salvador		
	2003	2004	△%	2003	2004	△%
População residente (mil)	18.907	19.178	1,4	3.240	3.299	1,8
Ocupados (mil)**						
Total	7.960	8.113	1,9	1.328	1.416	6,6
Com menos de 8 anos de estudo	2.539	2.486	-2,1	514	526	2,2
Rendimento médio (R\$*)						
Total	1.082,82	1.025,37	-5,3	630,72	609,34	-3,4
Com menos de 8 anos de estudo	550,22	553,82	0,7	299,56	301,51	0,7
Rendimento total (R\$ milhões*)						
Total	8.619	8.319	-3,5	838	863	3,0
Com menos de 8 anos de estudo	1.397	1.377	-1,5	154	159	2,9

Fonte: IBGE, microdados da PNAD

* A preços de setembro de 2004 (deflator INPC)

** Exclui aqueles em atividades de próprio consumo e próprio uso.

Tabela 6. Evolução comparada da proporção de pobres Brasil Total, Brasil Metropolitano e Metr pole de São Paulo

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil*	33,2	34,1	34,1	33,4	34,9	35,1	34,0	35,6	33,2
Brasil Metropolitano	31,2	32,7	33,2	33,7	36,9	37,4	37,0	39,8	38,7
São Paulo Metropolitano	26,9	29,7	32,1	33,0	39,0	38,1	39,9	41,0	41,6

Fonte: PNAD-IBGE

* Rural Norte são inclui Tocantins

A segunda observa o tem a ver com o comportamento dos outros indicadores de insuficiência de renda, isto  , hiato e hiato quadrático. Embora entre 2003 e 2004 a renda média dos pobres, assim como a distribui o do rendimento entre os pobres tenha melhorado, de modo a reverter a evolu o adversa da propor o quando se observa o comportamento do hiato

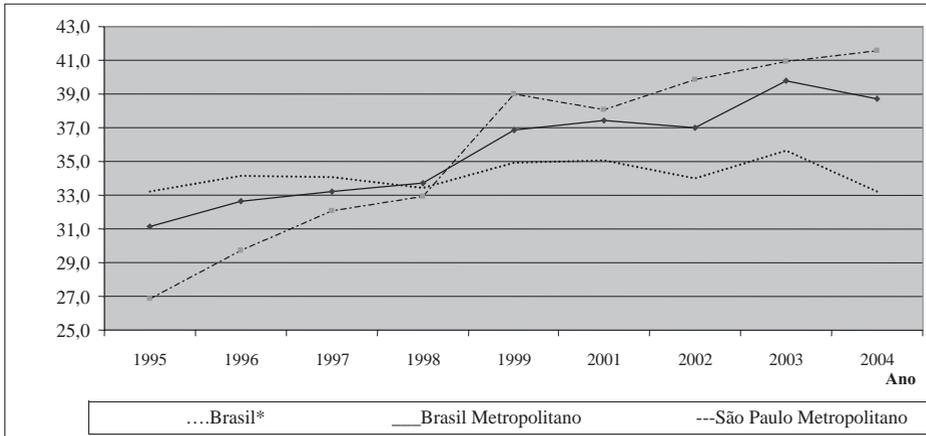


Gráfico 4. Evolução comparada da proporção de pobres Brasil, Metrôpoles e Metrôpole Paulista

quadrático, ao longo do período 1995-2004 ocorreu um inequívoco agravamento da pobreza enquanto insuficiência de renda sob todos os seus aspectos, e não apenas o da proporção. A Tabela 7 apresenta os indicadores de hiato e hiato quadrático para a metrópole paulista no início e no final do período em análise de modo a evidenciar este fenômeno.

Tabela 7. Evolução do hiato e do hiato quadrático Metrôpole de São Paulo - 1995, 2003 e 2004

Indicador	1995	2003	2004
Hiato de renda	0,435	0,491	0,452
Hiato quadrático	0,074	0,132	0,118

Fonte: PNAD-IBGE

Uma terceira observação tem a ver com as tendências diferenciadas dos indicadores de pobreza e de indigência na metrópole paulista. Nos dois últimos anos, a evolução dos indicadores de indigência na metrópole paulista foram favoráveis, variando no sentido e na intensidade do comportamento de forma semelhante à verificada para o país como um todo (ver anexo 2). Isso significa que, no Brasil como um todo, houve uma queda de dois pontos percentuais na proporção de indigentes, o que teve o efeito de aumentar o hiato de renda, mas sem chegar a reverter o impacto positivo sobre o hiato

quadrático, que leva em conta, de forma sintética os três componentes da pobreza enquanto insuficiência de renda (isto é, número de pobres, intensidade da pobreza, e desigualdade de renda entre os pobres). No entanto, no prazo mais longo, considerando como ponto de partida os resultados de 1995, portanto com melhorias ocorridas após a estabilização monetária já incorporadas, os resultados da evolução da indigência na metrópole paulista são claramente adversos, apesar da pequena melhora no hiato de renda (Tabela 8).

Tabela 8. Indicadores de indigência
Metrópole de São Paulo - 1995, 2003 e 2004

Indicador	1995	2003	2004
Proporção (%)	5,6	9,2	7,2
Hiato de renda	0,687	0,061	0,632
Hiato quadrático	0,034	0,047	0,039

Fonte: PNAD-IBGE

Finalmente, uma quarta e última consideração se refere aos parâmetros de renda utilizados como linhas de pobreza (LP) e de indigência (LI) para as metrópoles, em particular para a metrópole de São Paulo, e as implicações sobre os resultados. Em 2004, a LP para São Paulo foi a mais alta do Brasil, R\$ 250,79 per capita/mensal, aliás, tal como aconteceu ao longo de toda a série. A linha de indigência foi a segunda maior, apresentando valor próximo ao estabelecido para a metrópole do Rio de Janeiro (respectivamente, R\$ 66,64 e R\$ 67,53) (ver anexo 1). A esse respeito cabe lembrar que os parâmetros foram definidos a partir de consumo observado, levando em conta a composição das despesas das famílias de baixa renda de forma específica em cada metrópole. Nesse sentido, os valores mais altos em São Paulo refletem custos de vida mais elevados para os pobres naquela metrópole. Assim, embora as comparações em *cross-section* envolvendo áreas metropolitanas e não-metropolitanas sejam mais frágeis, dada a forma de ajuste anual das LIs e LPs para as áreas não-metropolitanas (urbanas e rurais), os resultados obtidos para as metrópoles são rigorosamente comparáveis ao longo do tempo e em *cross section* entre elas, de forma que o agravamento da pobreza e da indigência na metrópole de São Paulo, observado na série temporal, é inequívoca ao longo do período observado.

5. NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

A variável relevante quando se trata de medir pobreza sobre a ótica da renda é a renda familiar ou domiciliar per capita, que resulta da repartição solidária dos rendimentos de todas as origens (trabalho, aposentadorias, pensões, doações, transferências, aluguéis, juros, etc.), recebidos por todos os membros da família ou do domicílio.

Nesse sentido, a forma como evoluiu a composição da renda familiar fornece alguns elementos para compreender a redução da pobreza e da indigência entre 2003 e 2004.

Para o conjunto das famílias brasileiras, a renda total cresceu em 4,5% entre 2003 e 2004, mas sua composição, segundo origem da renda, ficou praticamente inalterada, cabendo, no entanto, destacar dois aspectos.

Por um lado, a renda do trabalho é – e não poderia deixar de ser – o componente principal da renda das famílias brasileiras, sendo responsável por pouco mais de $\frac{3}{4}$ da renda total, mesmo para as mais pobres (até R\$ 100,00 de renda familiar per capita). Na verdade, a importância do trabalho como fonte de rendimento vai além, pois parte ponderável das aposentadorias e pensões é apenas renda do trabalho diferida no tempo por meio de mecanismos de previdência.

Entre 2003 e 2004 o desempenho do mercado de trabalho foi, sem dúvida, favorável. Houve um aumento robusto da taxa de ocupação, que significou a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho. No entanto, essa expansão da ocupação na esteira da retomada do nível de atividade se fez acompanhar pela estagnação do rendimento do trabalho, que, em termos reais, se manteve ao mesmo nível de 2003. Assim, o resultado consolidado em termos de aumento do rendimento do trabalho (+4,27%) se deveu, exclusivamente, ao aumento da ocupação.

No entanto, as mudanças da ocupação e do rendimento se deram de forma diferente conforme o nível de escolaridade. Assim, apesar de ter havido forte redução da ocupação de trabalhadores com menos de oito anos de escolaridade (menos 480 mil trabalhadores), esses tiveram algum ganho do rendimento médio, o que se deve em parte à valorização real do salário mínimo numa conjuntura de expansão da atividade econômica. Por outro lado, o aumento da ocupação para trabalhadores com oito ou mais anos de estudo se deu com rendimento médio em declínio.

Apesar das mudanças na ocupação, desfavoráveis ao menos escolarizados, a entrada de membros mais escolarizados das famílias pobres no mercado de trabalho levou ao aumento da renda do trabalho para as famílias com rendimento inferior a R\$ 100,00 per capita, valor usado como referência nas políticas de transferência de renda do governo federal. No entanto, a participação do trabalho na renda dessas famílias declina de 79% em 2003 para 77% em 2004 em função da importância crescente das transferências monetárias.

Por outro lado, a renda oriunda de juros, rendimentos de capital e outros rendimentos aumentou em 58% sua participação de composição da renda das famílias entre 2003 e 2004. No entanto, sua importância permanece marginal no total da renda, passando de 1% em 2003, para 1,6% em 2004.⁶ Cabe destacar que a PNAD investiga esses rendimentos residuais diversos num único quesito, que inclui as transferências de renda focalizadas nas famílias mais pobres, com importância crescente no âmbito do gasto social brasileiro. Em setembro de 2004 o valor total das transferências realizadas no âmbito do Bolsa Família, considerando também o conjunto de programas federais pré-existent, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, Peti, etc., chegou a R\$ 509 milhões.

O segundo gráfico da Figura 1 ilustra como a composição da renda se altera conforme o nível de renda familiar. Para famílias com renda familiar per capita inferior a R\$100,00 em 2004, portanto correspondendo aos pobres beneficiados pelos programas federais de transferência de renda, a participação dos rendimentos que incluem essas transferências passou de 5,6% em 2003 para 10,2% em 2004. Como essas famílias muito pobres certamente não recebem juros, o crescimento da rubrica se deve, certamente, aos novos programas de transferência de renda. Segundo dados do suplemento da PNAD, pouco mais de oito milhões de famílias declararam receber pelo menos um benefício dos programas de transferência de renda, sendo que o total de benefícios recebidos declarados chegou a 12,2 milhões, o que significa uma média de 1,5 por família.

⁶ Como se sabe, juros e rendimentos de capital são informações difíceis de serem obtidas em inquéritos domiciliares, particularmente em pesquisas de objetivos múltiplos como a PNAD. Neste sentido, é sabido que a PNAD subestima fortemente esses rendimentos, o que, no entanto, não prejudica a comparação da composição da renda ou do nível de desigualdade em anos subsequentes.

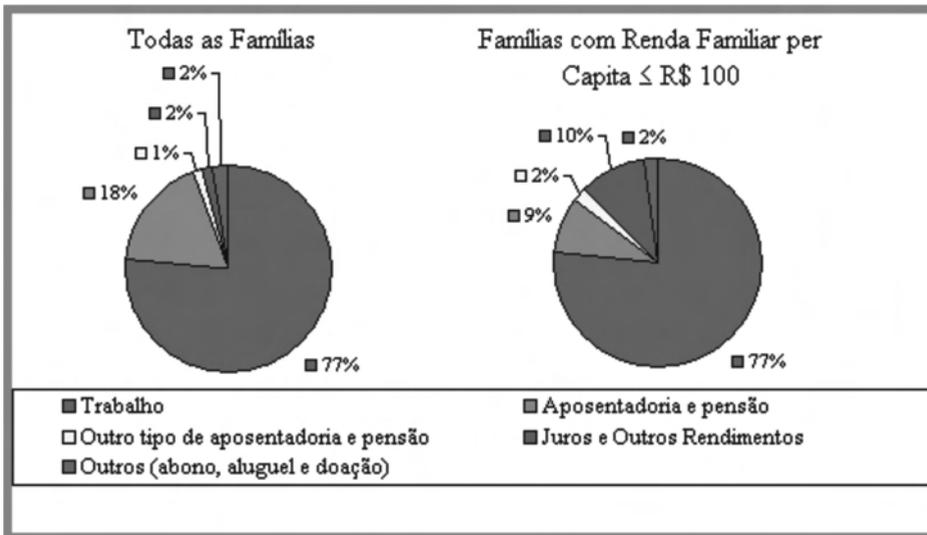


Figura 1. Composição da renda familiar no Brasil – 2004

Tabela 9. Razão do hiato da renda, segundo estratos – 2003 e 2004

Brasil e estratos	2003	2004
Brasil	0,47	0,44
Metropolitano	0,48	0,46
Urbano	0,46	0,44
Rural	0,45	0,44

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

Finalmente, vale a pena lembrar que o aumento do volume de transferências beneficiou não somente os indivíduos que deixaram de ser pobres com a renda adicional, reduzindo o indicador de proporção, como também indivíduos que permaneceram pobres, mas tiveram melhoria da renda. Assim, o indicador denominado “hiato da renda” mostra redução da intensidade da pobreza em relação à situação de 2003 para os indivíduos que permaneceram pobres em 2004, isto é, com renda familiar per capita abaixo da linha de pobreza. Os dados da PNAD 2004 revelam que ocorreu uma redução do hiato entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza (Tabela 11). Enquanto em 2003 a renda média dos pobres correspondia a 53% ou pouco mais da metade do valor da linha de pobreza, faltando,

portanto, 47% para atingi-la em 2004, essa diferença de renda reduziu-se para 44%. Cabe observar que o efeito se deu em áreas urbanas, rurais e metropolitanas, aproximando o nível de intensidade da pobreza nas diferentes áreas do país. É especialmente importante a redução do número de famílias com renda zero, que, por natureza, constituem a população-alvo prioritária dos programas de transferência de renda do governo, de 1,8 milhão em 2003 para 1,6 milhão em 2004.

6. CONCLUSÕES

Os dados da PNAD 2004 revelaram uma redução da pobreza e da indigência para o país como um todo. Esse resultado pode ser observado também na maioria das áreas – urbanas e rurais das unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – que podem ser analisadas com a amostra da PNAD. No entanto, existem diferenças de intensidade e peculiaridades locais. Foi destacado neste texto o caso da metrópole paulista que tem apresentado uma tendência sustentada de agravamento dos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda.

Vale, no entanto, fazer algumas considerações de ordem geral sobre os principais fatores determinantes da melhoria ocorrida, que foi sem dúvida a tendência dominante.

Por um lado, a expansão da renda do trabalho. Assim, apesar de o rendimento médio do trabalho ter ficado praticamente estável, a forte expansão da ocupação aliada ao aumento dos rendimentos na base da distribuição foram os principais determinantes para a redução da pobreza e da indigência entre 2003 e 2004. O ganho real do salário mínimo – 2,25% acima do INPC – certamente contribuiu para que o rendimento médio real para os ocupados com rendimentos entre um e dois salários mínimos apresentasse um ganho real de 4,2% (passando de R\$ 374,8 para R\$ 390,4). Essa evolução é especialmente relevante porque trabalhadores nessa faixa de rendimento se constituem num contingente expressivo – 24 milhões de trabalhadores ou 27,6% do total de ocupados. Vale ressaltar ainda que a entrada de trabalhadores mais qualificados certamente ajudou na redução da incidência de pobreza, por meio da formação solidária da renda familiar, já que os membros da família, com qualificação e inserção diferenciada no mercado de trabalho, contribuem para o valor que é repartido igualmente, isto é, em bases per capita.

Por outro lado, a expansão dos sistemas de previdência e assistência social. O aumento real do salário mínimo tem efeito significativo ao

indexar o valor mínimo dos benefícios previdenciários, assim como os assistenciais de caráter constitucional. Concomitantemente, deu-se uma expansão significativa da clientela do Loas/BPC, cujo número de beneficiários passou de 1,7 milhões em setembro de 2003 para 2,0 milhões em setembro de 2004, uma expansão de 19,5% em um ano. Como resultado, o valor mensal pago no mês de referência da PNAD pelo Loas/BPC aumentou de 401,6 milhões em setembro 2003 para 518,5 milhões em setembro de 2004, um acréscimo de 28,8% em valores constantes. Essa evolução está associada tanto a uma expansão forte de cobertura como ao ganho real do valor do salário mínimo, que define o valor desses benefícios.

Paralelamente aos programas assistenciais constitucionais, ocorreu forte ampliação da cobertura dos novos programas de transferência de renda, que vêm sendo integrados paulatinamente no Bolsa Família. Em 2004, esses programas, em termos de dispêndio total, já equivaliam aproximadamente aos programas assistenciais constitucionais. Certamente, essas transferências, mesmo com eventuais problemas de focalização, contribuíram para redução da pobreza e da indigência. Como resultado houve forte aumento de “outros rendimentos” na formação da renda das famílias que constituem a população-alvo desses benefícios, isto é, famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 100,0: sua participação passou de 5,6% para 10%, contribuindo tanto para reduzir a proporção de pobres, como também elevar o nível de renda daqueles que permaneceram abaixo da linha de pobreza.

Há que considerar ainda as mudanças que afetaram o custo de vida dos pobres, contribuindo para a redução da pobreza via valor das linhas de pobreza e de indigência. É o caso do comportamento favorável do preço dos alimentos. Embora se verifique no Brasil uma tendência robusta de queda dos preços alimentares no longo prazo, a evolução particularmente favorável ocorrida em 2004 certamente contribuiu para reduzir pobreza e indigência. O INPC alimentação ficou em 4%, bem abaixo do INPC geral (6%). Cabe notar que a deflação do preço dos alimentos em Salvador, assim como a virtual estabilidade em Recife, teve impactos favoráveis sobre os indicadores de indigência, mas também afetaram os indicadores de pobreza devido à participação relativamente elevada dos gastos alimentares no conjunto das despesas dos pobres.

Finalmente, é importante frisar que embora o sistema de previdência e de assistência social assim como os novos programas de transferência de renda no âmbito do Bolsa Família tenham contribuído no sentido de reduzir a pobreza e a indigência, foi o comportamento do mercado de trabalho,

como é desejável, o fator fundamental para o aumento da renda real das famílias, levando à redução da pobreza e da indigência no período em questão.

**Anexo 1. Valor das linhas de pobreza e de indigência
(R\$ per capita/por mês) Setembro de 2004**

Regiões e estratos	Linha	
	Indigência	Pobreza
Norte		
Belém	47,03	142,86
Urbano	46,29	124,53
Rural	30,81	62,47
Nordeste		
Fortaleza	48,84	140,35
Recife	60,92	199,81
Salvador	58,15	181,19
Urbano	42,21	122,62
Rural	36,67	73,96
Minas Gerais/Espírito Santo		
Belo Horizonte	51,79	175,24
Urbano	44,64	117,82
Rural	35,81	69,75
Rio de Janeiro		
Metrópole	67,53	209,78
Urbano	49,02	130,52
Rural	38,71	95,28
São Paulo		
Metrópole	66,64	250,79
Urbano	54,39	160,25
Rural	42,77	100,82
Sul		
Curitiba	47,83	168,54
P.Alegre	51,72	132,28
Urbano	45,04	112,96
Rural	35,52	76,15
Centro-Oeste		
Brasília	54,62	240,15
Goiânia	53,52	222,86
Urbano	46,57	169,69
Rural	35,06	97,46

Fonte: Rocha

Anexo 2. Indicadores de indigência 2003-2004
Unidades da Federação e estratos urbano, rural e metropolitano

Norte	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rondônia	58.177	44.443	6,0	4,4	0,615	0,612	0,031	0,023
Urbano	58.177	44.443	6,0	4,4	0,615	0,612	0,031	0,023
Acre	51.884	41.349	12,8	9,7	0,515	0,521	0,047	0,038
Urbano	51.884	41.349	12,8	9,7	0,515	0,521	0,047	0,038
Amazonas	294.032	242.394	12,6	9,9	0,595	0,672	0,064	0,059
Urbano	294.032	242.394	12,6	9,9	0,595	0,672	0,064	0,059
Roraima	28.005	49.398	9,9	16,5	0,588	0,574	0,043	0,073
Urbano	28.005	49.398	9,9	16,5	0,588	0,574	0,043	0,073
Pará	496.209	432.042	11,0	8,8	0,555	0,551	0,049	0,039
Belém	206.876	173.784	11,7	9,0	0,662	0,606	0,065	0,045
Urbano	289.333	258.258	10,6	8,7	0,478	0,513	0,039	0,035
Amapá	64.224	51.913	13,2	10,1	0,578	0,501	0,062	0,038
Urbano	64.224	51.913	13,2	10,1	0,578	0,501	0,062	0,038
Tocantins	79.916	57.638	9,1	6,4	0,575	0,523	0,043	0,025
Urbano	79.916	57.638	9,1	6,4	0,575	0,523	0,043	0,025
NORTE	1.072.447	919.177	10,9	8,7	0,571	0,581	0,051	0,042
Metropolitano	206.876	173.784	11,7	9,0	0,662	0,606	0,065	0,045
Urbano	865.571	745.393	10,7	8,7	0,549	0,575	0,048	0,041
Nordeste	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Maranhão	1.174.870	1.197.118	20,1	20,6	0,480	0,516	0,066	0,077
Urbano	660.974	650.366	16,7	16,2	0,468	0,543	0,056	0,066
Rural	513.896	546.752	27,2	30,2	0,495	0,483	0,088	0,102
Piauí	709.785	472.297	24,6	16,0	0,475	0,482	0,077	0,052
Urbano	326.378	205.841	18,2	11,2	0,496	0,497	0,064	0,039
Rural	383.407	266.456	35,2	23,8	0,458	0,471	0,098	0,075
Ceará	1.369.297	1.144.363	17,8	14,6	0,487	0,461	0,060	0,045
Fortaleza	390.906	349.027	12,4	10,8	0,559	0,582	0,056	0,050
Urbano	491.643	445.822	17,8	15,6	0,468	0,423	0,057	0,041
Rural	486.748	349.514	27,5	19,8	0,448	0,389	0,074	0,043
Rio Grande do Norte	427.328	364.194	14,8	12,3	0,484	0,571	0,050	0,055
Urbano	265.320	248.568	12,7	11,3	0,511	0,615	0,047	0,056
Rural	162.008	115.626	20,3	15,0	0,440	0,477	0,059	0,051
Paraíba	535.202	440.296	15,3	12,4	0,467	0,509	0,050	0,046
Urbano	342.858	309.204	12,8	11,5	0,492	0,536	0,047	0,047
Rural	192.344	131.092	23,3	15,3	0,422	0,447	0,060	0,042
Pernambuco	1.715.882	1.372.051	21,7	16,8	0,499	0,508	0,080	0,063
Recife	747.858	609.465	22,7	17,6	0,532	0,519	0,096	0,068
Urbano	477.126	342.452	17,6	12,2	0,497	0,525	0,064	0,049
Rural	490.898	420.134	25,8	22,2	0,450	0,479	0,075	0,074
Alagoas	575.532	529.780	19,8	18,0	0,437	0,515	0,057	0,068
Urbano	318.217	278.974	16,3	14,4	0,443	0,596	0,050	0,068
Rural	257.315	250.806	26,6	24,9	0,429	0,425	0,069	0,066
Sergipe	271.440	150.905	14,6	7,9	0,473	0,451	0,048	0,024
Urbano	217.344	116.441	14,4	7,4	0,488	0,476	0,051	0,025

Norte	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rural	54.096	34.464	15,6	10,3	0,415	0,365	0,037	0,021
Bahia	2.299.494	1.721.580	17,5	12,9	0,482	0,510	0,061	0,049
Salvador	553.279	447.030	17,8	14,2	0,583	0,557	0,082	0,061
Urbano	897.307	644.184	15,7	10,9	0,468	0,525	0,053	0,043
Rural	848.908	630.366	19,7	14,7	0,431	0,461	0,056	0,048
NORDESTE	9.078.830	7.392.584	18,7	14,9	0,481	0,503	0,063	0,054
Metropolitano	1.692.043	1.405.522	17,7	14,3	0,555	0,547	0,078	0,060
Urbano	3.997.167	3.241.852	15,9	12,6	0,478	0,525	0,054	0,049
Rural	3.389.620	2.745.210	24,4	19,8	0,448	0,455	0,070	0,060
Sudeste	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Minas Gerais	1.299.905	958.631	7,1	5,1	0,560	0,599	0,032	0,025
Belo Horizonte	254.872	240.441	5,7	5,2	0,606	0,608	0,029	0,027
Urbano	744.901	570.618	6,8	5,1	0,571	0,596	0,032	0,024
Rural	300.132	147.572	11,0	5,3	0,496	0,593	0,040	0,025
Espírito Santo	200.340	167.275	6,3	5,1	0,636	0,670	0,033	0,029
Urbano	142.634	129.690	5,5	4,8	0,713	0,696	0,034	0,029
Rural	57.706	37.585	9,8	6,5	0,447	0,581	0,030	0,029
Rio de Janeiro	940.203	892.397	6,6	6,3	0,561	0,558	0,030	0,029
Metrópole	784.348	737.453	7,4	7,0	0,533	0,537	0,031	0,031
Urbano	145.471	139.715	4,5	4,2	0,683	0,684	0,027	0,026
Rural	10.384	15.229	2,5	3,8	0,936	0,452	0,023	0,014
São Paulo	2.462.593	2.030.050	6,5	5,3	0,608	0,618	0,034	0,028
Metrópole	1.634.349	1.308.273	9,2	7,2	0,610	0,632	0,047	0,039
Urbano	774.506	653.201	4,2	3,4	0,597	0,588	0,022	0,017
Rural	53.738	68.576	3,8	4,7	0,679	0,616	0,023	0,025
SUDESTE	4.903.041	4.048.353	6,7	5,4	0,587	0,602	0,033	0,027
Metropolitano	2.673.569	2.286.167	8,1	6,9	0,587	0,599	0,040	0,035
Urbano	1.807.512	1.493.224	5,1	4,1	0,602	0,610	0,026	0,021
Rural	421.960	268.962	8,2	5,1	0,523	0,589	0,033	0,025
Sul	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Paraná	421.984	368.065	4,3	3,7	0,600	0,603	0,022	0,018
Curitiba	128.811	84.752	4,4	2,8	0,677	0,686	0,027	0,017
Urbano	221.677	197.839	4,0	3,5	0,588	0,583	0,020	0,016
Rural	71.496	85.474	5,4	6,2	0,502	0,566	0,020	0,027
Santa Catarina	157.509	110.056	2,9	1,9	0,732	0,650	0,019	0,011
Urbano	136.627	75.294	3,0	1,6	0,729	0,729	0,021	0,011
Rural	20.882	34.762	2,1	3,4	0,747	0,479	0,014	0,012
Rio Grande do Sul	479.977	442.753	4,6	4,2	0,588	0,570	0,022	0,020
Porto Alegre	176.067	161.590	4,6	4,2	0,612	0,580	0,023	0,021
Urbano	219.392	168.236	4,6	3,5	0,590	0,585	0,023	0,016
Rural	84.518	112.927	4,7	6,2	0,532	0,533	0,020	0,025

Norte	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
SUL	1.059.470	920.874	4,1	3,5	0,614	0,593	0,022	0,017
Metropolitano	304.878	246.342	4,5	3,6	0,640	0,617	0,025	0,019
Urbano	577.696	441.369	3,9	2,9	0,622	0,609	0,021	0,015
Rural	176.896	233.163	4,3	5,5	0,545	0,537	0,019	0,023
Centro-Oeste	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Mato Grosso do Sul	110.227	120.289	5,1	5,4	0,625	0,618	0,027	0,028
Urbano	85.877	92.234	4,7	4,9	0,609	0,630	0,024	0,026
Rural	24.350	28.055	7,5	8,6	0,682	0,578	0,044	0,038
Mato Grosso	151.698	108.226	5,9	4,0	0,680	0,673	0,035	0,024
Urbano	103.628	73.579	5,2	3,5	0,711	0,680	0,034	0,021
Rural	48.070	34.647	8,1	5,5	0,612	0,657	0,042	0,034
Goiás	326.508	202.795	6,2	3,7	0,644	0,662	0,034	0,022
Urbano	273.928	181.756	5,9	3,8	0,659	0,670	0,034	0,022
Rural	52.580	21.039	8,1	3,1	0,567	0,588	0,037	0,015
Distrito Federal	188.033	182.684	8,8	8,2	0,579	0,645	0,044	0,046
CFNTRO-OFSTE	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
D.F.	776.466	613.994	6,4	4,8	0,633	0,650	0,035	0,027
Urbano	188.033	182.684	8,8	8,2	0,579	0,645	0,044	0,046
Rural	463.433	347.569	5,5	3,9	0,661	0,662	0,032	0,023
	125.000	83.741	8,0	5,1	0,607	0,613	0,040	0,027
Brasil	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Norte	1.072.447	919.177	10,9	8,7	0,571	0,581	0,051	0,042
Nordeste	9.078.830	7.392.584	18,7	14,9	0,481	0,503	0,063	0,054
Sudeste	4.903.041	4.048.353	6,7	5,4	0,587	0,602	0,033	0,027
Sul	1.059.470	920.874	4,1	3,5	0,614	0,593	0,022	0,017
Centro-Oeste	776.466	613.994	6,4	4,8	0,633	0,650	0,035	0,027
BRASIL	16.890.254	13.894.982	10,0	8,0	0,533	0,550	0,041	0,034
Metropolitano	5.065.399	4.294.499	9,5	7,9	0,582	0,585	0,046	0,038
Urbano	7.711.379	6.269.407	8,4	6,6	0,537	0,565	0,035	0,030
Rural	4.113.476	3.331.076	16,6	13,3	0,465	0,476	0,051	0,044

Fonte: IBGE / PNAD, 2003 e 2004 - Tabulações especiais

Anexo 3. Indicadores de pobreza – 2003 e 2004
Unidades da Federação e estratos urbano, rural e metropolitano

Norte	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rondônia	286.426	230.965	29,7	22,9	0,404	0,376	0,072	0,051
Urbano	286.426	230.965	29,7	22,9	0,404	0,376	0,072	0,051
Acre	165.883	167.892	40,8	39,5	0,480	0,461	0,128	0,111
Urbano	165.883	167.892	40,8	39,5	0,480	0,461	0,128	0,111
Amazonas	992.222	863.232	42,7	35,4	0,485	0,483	0,137	0,113
Urbano	992.222	863.232	42,7	35,4	0,485	0,483	0,137	0,113
Roraima	105.661	137.263	37,5	45,7	0,461	0,536	0,108	0,166
Urbano	105.661	137.263	37,5	45,7	0,461	0,536	0,108	0,166
Pará	2.067.870	1.971.148	45,9	40,0	0,453	0,429	0,129	0,104
Belém	802.886	782.876	45,4	40,3	0,472	0,442	0,143	0,112
Urbano	1.264.984	1.188.272	46,3	39,8	0,442	0,420	0,121	0,098
Amapá	194.585	211.584	39,9	41,3	0,518	0,453	0,138	0,113
Urbano	194.585	211.584	39,9	41,3	0,518	0,453	0,138	0,113
Tocantins	335.154	273.343	38,0	30,5	0,438	0,420	0,102	0,075
Urbano	335.154	273.343	38,0	30,5	0,438	0,420	0,102	0,075
NORTE	4.147.801	3.855.427	42,1	36,7	0,461	0,444	0,123	0,101
Metropolitano	802.886	782.876	45,4	40,3	0,472	0,442	0,143	0,112
Urbano	3.344.915	3.072.551	41,4	35,9	0,458	0,444	0,119	0,098
Nordeste	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Maranhão	3.163.394	3.112.352	54,2	53,5	0,500	0,512	0,174	0,182
Urbano	2.133.969	2.018.045	54,0	50,4	0,497	0,513	0,171	0,173
Rural	1.029.425	1.094.307	54,6	60,5	0,504	0,510	0,181	0,203
Piauí	1.485.770	1.396.507	51,6	47,3	0,533	0,469	0,185	0,139
Urbano	832.503	826.510	46,5	45,0	0,529	0,451	0,168	0,125
Rural	653.267	569.997	59,9	50,9	0,538	0,496	0,213	0,163
Ceará	3.965.618	4.030.612	51,7	51,4	0,496	0,453	0,164	0,142
Fortaleza	1.544.345	1.579.066	49,2	48,9	0,476	0,446	0,148	0,136
Urbano	1.472.003	1.538.694	53,3	54,0	0,519	0,476	0,179	0,159
Rural	949.270	912.852	53,7	51,7	0,492	0,428	0,169	0,128
Rio Grande do Norte	1.241.119	1.204.435	42,9	40,6	0,474	0,481	0,129	0,126
Urbano	858.403	901.112	41,0	41,1	0,487	0,487	0,129	0,131
Rural	382.716	303.323	47,9	39,2	0,443	0,462	0,131	0,111
Paraíba	1.667.156	1.626.007	47,5	45,9	0,477	0,463	0,141	0,131
Urbano	1.261.793	1.248.091	47,1	46,5	0,478	0,475	0,140	0,138
Rural	405.363	377.916	49,1	44,0	0,475	0,423	0,144	0,109
Pernambuco	4.551.287	4.377.283	57,6	53,7	0,521	0,504	0,201	0,176
Recife	2.084.421	2.072.678	63,3	59,9	0,547	0,537	0,240	0,215
Urbano	1.474.217	1.352.921	54,5	48,3	0,517	0,475	0,184	0,145
Rural	992.649	951.684	52,2	50,2	0,469	0,475	0,157	0,153
Alagoas	1.619.916	1.519.383	55,6	51,6	0,484	0,495	0,167	0,166
Urbano	1.050.337	981.884	54,0	50,7	0,496	0,505	0,167	0,169
Rural	569.579	537.499	58,9	53,4	0,463	0,476	0,166	0,159

Norte	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Sergipe	776.323	700.004	41,8	36,5	0,487	0,428	0,132	0,091
Urbano	624.340	585.232	41,4	37,0	0,506	0,433	0,138	0,094
Rural	151.983	114.772	43,8	34,3	0,406	0,401	0,102	0,074
Bahia	6.749.914	6.034.107	51,4	45,3	0,487	0,462	0,160	0,131
Salvador	1.758.497	1.629.662	56,6	51,7	0,529	0,498	0,203	0,170
Urbano	2.841.346	2.671.253	49,7	45,4	0,502	0,464	0,160	0,130
Rural	2.150.071	1.733.192	49,9	40,5	0,435	0,424	0,130	0,104
NORDESTE	25.220.497	24.000.690	51,9	48,5	0,497	0,477	0,167	0,147
Metropolitano	5.387.263	5.281.406	56,5	53,6	0,521	0,498	0,198	0,174
Urbano	12.548.911	12.123.742	49,9	47,0	0,503	0,479	0,161	0,143
Rural	7.284.323	6.595.542	52,4	47,6	0,470	0,458	0,155	0,135
Sudeste	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Minas Gerais	5.201.418	4.835.389	28,5	25,9	0,438	0,408	0,077	0,063
Belo Horizonte	1.627.243	1.563.412	36,2	34,1	0,426	0,414	0,092	0,084
Urbano	2.793.235	2.624.432	25,3	23,3	0,449	0,421	0,072	0,058
Rural	780.940	647.545	28,7	23,1	0,422	0,343	0,076	0,046
Espírito Santo	788.692	734.424	24,9	22,2	0,420	0,393	0,065	0,054
Urbano	629.642	593.471	24,4	21,8	0,426	0,401	0,066	0,054
Rural	159.050	140.953	27,0	24,2	0,395	0,358	0,063	0,052
Rio de Janeiro	4.510.673	4.288.387	31,6	30,0	0,429	0,426	0,083	0,079
Metrópole	3.666.363	3.557.604	34,5	33,6	0,441	0,434	0,093	0,089
Urbano	742.681	643.010	23,1	19,6	0,381	0,395	0,055	0,050
Rural	101.629	87.773	24,5	22,1	0,313	0,332	0,041	0,038
São Paulo	11.753.466	11.771.993	31,2	30,6	0,452	0,423	0,090	0,079
Metrópole	7.291.532	7.505.622	41,0	41,6	0,491	0,452	0,132	0,118
Urbano	4.133.530	3.980.057	22,4	21,0	0,390	0,372	0,052	0,045
Rural	328.404	286.314	23,2	19,5	0,343	0,370	0,044	0,045
SUDESTE	22.254.249	21.630.193	30,4	28,9	0,443	0,419	0,084	0,074
Metropolitano	12.585.138	12.626.638	38,2	38,0	0,468	0,442	0,114	0,104
Urbano	8.299.088	7.840.970	23,6	21,6	0,412	0,392	0,060	0,050
Rural	1.370.023	1.162.585	26,7	22,1	0,392	0,351	0,063	0,046
Sul	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Paraná	2.015.440	1.737.288	20,5	17,2	0,406	0,410	0,051	0,043
Curitiba	764.594	679.908	26,2	22,4	0,429	0,405	0,069	0,053
Urbano	988.899	793.180	17,7	14,0	0,396	0,406	0,043	0,035
Rural	261.947	264.200	19,7	19,1	0,375	0,433	0,044	0,052
Santa Catarina	500.748	511.447	9,1	9,0	0,454	0,373	0,029	0,020
Urbano	436.959	420.503	9,7	9,0	0,461	0,357	0,031	0,019
Rural	63.789	90.944	6,4	8,8	0,408	0,445	0,019	0,025

Norte	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rio Grande do Sul	1.689.257	1.657.491	16,3	15,7	0,425	0,411	0,044	0,040
Porto Alegre	677.396	635.288	17,8	16,4	0,427	0,416	0,048	0,043
Urbano	738.059	745.696	15,5	15,4	0,435	0,387	0,044	0,036
Rural	273.802	276.507	15,1	15,2	0,391	0,461	0,037	0,046
SUL	4.205.445	3.906.226	16,3	14,8	0,419	0,405	0,043	0,037
Metropolitano	1.441.990	1.315.196	21,4	19,0	0,428	0,410	0,057	0,047
Urbano	2.163.917	1.959.379	14,6	12,9	0,422	0,389	0,040	0,030
Rural	599.538	631.651	14,5	14,9	0,386	0,447	0,035	0,043
Centro-Oeste	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Mato Grosso do Sul	738.977	755.719	34,1	34,0	0,424	0,411	0,086	0,083
Urbano	655.656	669.056	35,6	35,2	0,424	0,408	0,088	0,085
Rural	83.321	86.663	25,6	26,5	0,425	0,434	0,074	0,077
Mato Grosso	960.710	823.920	37,3	30,1	0,424	0,396	0,096	0,069
Urbano	732.547	642.433	37,0	30,6	0,429	0,393	0,096	0,069
Rural	228.163	181.487	38,4	28,7	0,411	0,404	0,098	0,069
Goiás	1.923.773	1.781.325	36,5	32,5	0,434	0,401	0,097	0,074
Urbano	1.717.113	1.602.679	37,1	33,3	0,437	0,410	0,099	0,078
Rural	206.660	178.646	31,7	26,7	0,411	0,328	0,081	0,045
Distrito Federal	911.654	944.695	42,7	42,4	0,525	0,502	0,150	0,140
CENTRO-OESTE	4.535.114	4.305.659	37,3	34,0	0,449	0,424	0,104	0,086
D.F.	911.654	944.695	42,7	42,4	0,525	0,502	0,150	0,140
Urbano	3.105.316	2.914.168	36,8	33,1	0,432	0,406	0,096	0,077
Rural	518.144	446.796	33,0	27,5	0,413	0,379	0,086	0,061
Brasil	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Norte	4.147.801	3.855.427	42,1	36,7	0,461	0,444	0,123	0,101
Nordeste	25.220.497	24.000.690	51,9	48,5	0,497	0,477	0,167	0,147
Sudeste	22.254.249	21.630.193	30,4	28,9	0,443	0,419	0,084	0,074
Sul	4.205.445	3.906.226	16,3	14,8	0,419	0,405	0,043	0,037
Centro-Oeste	4.535.114	4.305.659	37,3	34,0	0,449	0,424	0,104	0,086
BRASIL	60.363.106	57.698.195	35,6	33,2	0,466	0,444	0,105	0,092
Metropolitano	21.128.931	20.950.811	39,8	38,7	0,482	0,457	0,124	0,111
Urbano	29.462.147	27.910.810	32,1	29,5	0,459	0,437	0,093	0,079
Rural	9.772.028	8.836.574	39,5	35,4	0,451	0,439	0,111	0,096

Fonte: IBGE / PNAD, 2003 e 2004 - Tabulações especiais.

Resumo

Este texto apresenta os indicadores básicos de pobreza enquanto insuficiência de renda, destacando peculiaridades da espacialização tais como a redução mais acentuada da pobreza e indigência nas áreas rurais, e o agravamento relativo nas áreas metropolitanas. Dado o desempenho desfavorável da metrópole paulista, tanto no período recente como num prazo mais longo, foram discutidos aspectos relativos ao mercado de trabalho e a evolução do custo de vida dos pobres que explicam esses resultados. Verificou-se ainda como o nível e a composição da renda familiar se alterou no país em função dos determinantes de funcionamento do mercado de trabalho, mas também da expansão da cobertura e do aumento do valor dos benefícios previdenciários e assistenciais, resultando em melhorias distributivas que operaram no sentido de reduzir a pobreza e a indigência.

Abstract

This article presents the income-based poverty indicators using the data from the 2004 Brazilian National Household Survey. It discusses the evolution of spatial characteristics of poverty, such as the strong decline of rural poverty and the relative increase of metropolitan poverty. Considering the particularly unfavorable trend observed in the metropolis of Sao Paulo, the article analyses some aspects related to labor market and cost of living that may explain it. . The article also focus on the level and composition of family income and how it has changed in Brazil from 2003 to 2004 because of the workings of the labor market, but also because of the increased coverage and the higher value of benefits paid by both the social security and income transfer programs. The results in terms of distributive improvement has contributed to reduce poverty and indigence n Brazil.

O Autor

SONIA ROCHA é doutora em Economia pela Universidade de Paris I e economista do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas¹

Lena Lavinas
Marcelo Nicoll

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas e meia, as inúmeras problemáticas derivadas da constatação reiterada de que subsistem sérias desigualdades entre homens e mulheres na sociedade brasileira permitiram avançar na identificação das suas causalidades, ou pelo menos de elementos que estão fortemente correlacionados a esse fenômeno.

Embora líder no campo das desigualdades sociais e econômicas, o Brasil pode ao menos orgulhar-se do desempenho alcançado por suas mulheres em alguns *fronts*, o que lhe dá – *une fois n'est pas coûtume* –, um diferencial bastante positivo seja numa perspectiva latino-americana ou comparativamente a outros países do mundo em desenvolvimento. Deixando de lado a representação política², ponto em que o Brasil deixa muito a desejar em termos de paridade entre os sexos, é fato que, em pouco mais de trinta anos, as mulheres brasileiras dobraram sua participação no mercado de trabalho, reduziram significativamente hiatos de renda e reverteram definitivamente hiatos educacionais, sem falar nas profundas mudanças demográficas que impulsionaram ao abolir fronteiras.

¹ Expressamos aqui nossos agradecimentos ao professor Getúlio Borges do Instituto de Economia da UFRJ pelos comentários críticos e *insights* acerca desse trabalho, e que nos foram de imensa valia. Agradecemos também ao estagiário Roberto Loureiro Filho pelo apoio na elaboração de tabelas e quadros.

² Diniz J. E. ALVES, J.E.D. A paridade de gênero. Aparte, Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. www.ie.ufrj.br/aparte.

Apesar das variações recentes atestando queda do Gini³, não se pode deduzir que já tenhamos feito o *lifting* definitivo da nossa identidade. Mantém-se o perfil altamente desigual da nossa sociedade. Soares⁴ constata que a redução do grau de desigualdade foi, em grande parte, resultado de uma desconcentração importante da renda do trabalho, notadamente no período mais recente 2001-2004. Hoffmann⁵ confirma tal análise, mas indica que as transferências de renda cujo volume vem crescendo recentemente têm contribuído significativamente para a redução da pobreza. De fato, os índices de pobreza apontam um declínio em termos absolutos e relativos do seu número, quaisquer que sejam as linhas de pobreza consideradas⁶. As causas prováveis dessa tendência favorável seriam tanto a elevação do salário mínimo em termos reais⁷ quanto o aumento do volume das transferências de renda compensatórias⁸.

A pergunta que nos colocamos é saber se os aspectos positivos da conjuntura recente foram igualmente favoráveis às mulheres, em particular às mulheres mais pobres, reduzindo os diferenciais de gênero no mercado de trabalho e atenuando os níveis de pobreza e destituição das famílias monoparentais, cuja chefia é majoritariamente feminina.

Sabemos que o sexo tem significância quase nula na probabilidade de uma família ser vulnerável e pobre⁹. No entanto, também sabemos que das famílias que se situam no decil de renda inferior (4,6 milhões em 2004), 37% têm como pessoa de referência uma mulher sem cônjuge (família monoparental feminina) com filhos, enquanto 48% são biparentais de chefia masculina com filhos. Ora, entre os mais pobres, as taxas de atividade são muito inferiores à média, e as taxas de desemprego, elevadíssimas, tanto para homens quanto para mulheres.

³ Ver a este respeito World Bank, Ferreira F. H.G.; Leite P. e Litchfield J. (2006). Rise and Fall of Brazilian Inequality: 1981 -2004. Washington, WP S3867.

⁴ Soares S.S. (2006). Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no Período entre 2001 e 2004. IPEA, T.D. 1166, Brasília.

⁵ Hoffmann R. (2006). Transferências de Renda e a Redução da Pobreza e da Desigualdade no Brasil. Mimeo, 21 páginas.

⁶ Lavinias (2005), Miragens e o que ninguém reparou sobre a pobreza. *Folha de S. Paulo*, 04/12/05, Caderno B4.

⁷ Lavinias (2005), op. cit. *Folha de São Paulo*.

⁸ Paes de Barros et alii (2006). Brasil está menos desigual. *O Globo*, 30/01/2006, Caderno 1, página OPINIÃO.

⁹ Lavinias L. e Nicoll M. (2005). “Atividade e Vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?” forthcoming *Revista Dados*, n. 3, 2006.

Portanto, interessa saber se houve aumento das oportunidades de trabalho e dos rendimentos do trabalho para os trabalhadores mais pobres, o que pode ter impacto significativo na redução da pobreza.

Desde que o *framework* da feminização da pobreza tomou conta do debate internacional e legitimou ainda mais a focalização dos programas sociais em virtude das hierarquias sociais e de sexo, fazendo das mulheres pobres a expressão mais completa da vulnerabilidade social em tempos de globalização, ouve-se repetidamente que é preciso chegar primordialmente a elas, tornando-as as beneficiárias quase exclusivas ou ao menos a destinação obrigatória de benefícios de tipo *safety net*, cuja característica maior é estarem associados a mecanismos de comprovação de renda, realização de contrapartidas, portanto, vinculados a uma responsabilização ainda maior daquelas mais imediatamente responsáveis pelas famílias em razão dos papéis sexuais tradicionais. A promessa de maior eficiência na alocação ótima de um recurso demasiadamente escasso torna-se, assim, prerrogativa feminina. Mas pouco tem sido feito para promover, através de políticas ativas, o potencial de trabalho das mulheres mais carentes, através da provisão de serviços de substituição do tempo de trabalho doméstico feminino, tão indispensável.

Pesquisa e estudos empíricos¹⁰ têm demonstrado que, no Brasil, as mulheres, sobretudo as mais pobres, carecem não apenas de renda monetária, mas de meios *in natura*/serviços para ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero e expandir suas posições no mercado de trabalho, superando iniquidades de toda sorte. Provisão de creches, escolas tempo integral, centros de convivência intergeracionais são alguns dos bens públicos capazes de favorecer a inserção produtiva feminina e, conseqüentemente, a redução da pobreza familiar. Avaliações feitas sobre os efeitos dos programas de renda mínima ou Bolsa Escola¹¹ na segunda metade da década de 90 observaram uma elevação expressiva da taxa de atividade feminina nas famílias contempladas com um benefício regular, o mesmo não ocorrendo com mulheres em situação econômica idêntica, mas cujas famílias não foram habilitadas ao benefício.

¹⁰ Sorj, B. (2004), “Reconciling Work and Family: Issues and Policies in Brazil”. *Conditions of Work and Employment*, International Labour Office, Genève, n.8; Lavinias, L. e Dain, S. (2005). Proteção Social e Justiça Redistributiva: como promover a igualdade de gênero, IE-UFRJ/FASE, Relatório de Pesquisa, 75 páginas (www.ie.ufrj.br/aparte); Lavinias e Nicoll (2005), op. cit.

¹¹ Lavinias L. et alii. (2001). Assessing Local Minimum Programmes in Brazil, IFP-SES/ILO, SES Paper Series n. 15, June 2001, 9 pages.

O mercado de trabalho segue sendo, no Brasil, a maior fonte na provisão de bem-estar individual e familiar. Não poderia ser diferente, dado o escopo limitado do sistema de proteção social brasileiro. Entretanto, a inserção ocupacional dos mais pobres continua extremamente precária em razão dos altos níveis de informalidade e ausência de vínculos garantidores de direitos àqueles sem poder de barganha. O aumento real do salário mínimo no período 2001-2004 foi de quase 8% e afetou um contingente importante de trabalhadores regulados pelo mínimo bem como aposentados e pensionistas (65% recebem benefício no valor de 1 SM), notadamente nas áreas rurais, e os idosos e deficientes expostos a graus agudos de destituição (BPC atinge, em 2004, um total de 2,4 milhões de indivíduos). Logo, todo aumento real do salário mínimo tem efeito positivo na redução da pobreza.

É fato que, no período 2001-2004, as transferências diretas de renda registraram aumento superior à elevação do gasto social total do governo federal – 29% contra 23%, respectivamente. Interessante, no entanto, é constatar que aquelas cujo aumento foi mais expressivo, bem acima da média, foram as transferências assistenciais, de cunho não-contributivo e que se destinam aos mais pobres mediante comprovação de insuficiência de renda (Tabela 1). No entanto, não apenas o peso das transferências de renda não-contributivas¹² ainda é bastante reduzido no conjunto das transferências diretas (8,3%) e no gasto social (6,5%), como 2/3 do gasto social do governo federal destinam-se ao pagamento de benefícios contributivos, o que significa que resta pouco para investir em serviços com impacto potencial significativo na redução das desigualdades e na promoção da equidade, inclusive de gênero¹³.

O recém-lançado Suplemento da PNAD de 2004, intitulado Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais¹⁴ indica que dos oito milhões de famílias beneficiadas por algum tipo de programa de transferência de renda em 2004, apenas 25% estavam entre as mais miseráveis, estimadas como

¹² Referimo-nos aqui não apenas ao Bolsa Família ou ao BPC, mas também aos programas Vale-Gás, Bolsa-Alimentação e a uma grande quantidade de programas estaduais e municipais.

¹³ Cabe assinalar que as despesas com educação mantiveram seu peso entre 2001 e 2004 (em torno a 7%) no âmbito do gasto social, ao passo que caiu a participação relativa da saúde (de 8% para 7%), do saneamento básico (1,4% para 0,5%).

¹⁴ IBGE (2006). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- 2004, Rio de Janeiro.

Tabela 1. Gasto social direto do governo federal (2001 – 2004)
Valores constantes em milhões de Reais de 2004

	2001	2002	2003	2004	Varição 2001- 04
Previdência Social	134.638	146.582	157.281	168.252	25%
Assistência Social	10.805	12.254	13.830	16.237	50%
Transferências Diretas de Renda	148.132	162.810	176.896	191.213	29%
TOTAL	202.920	217.494	229.308	248.848	23%

Fonte: Orçamento Social do Governo Federal: 2001-2004 (Deflator implícito do PIB)

aquelas vivendo com renda familiar per capita igual ou menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Logo, é possível que o aporte em termos de bem-estar desses programas esteja ainda aquém do seu potencial, embora possa ter contribuído para reduzir os níveis de pobreza de parcela dos mais vulneráveis socialmente. Além disso, os rendimentos do trabalho nos grupos mais pobres podem também ter variado positivamente.

A esse respeito, a Tabela 2 ilustra como variou no período 2001-2004 a distribuição da renda familiar da população, por classes de renda, considerando sua decomposição nos três principais tipos de rendimentos cujo valor é pesquisado – trabalho; aposentadorias e pensões; outros rendimentos¹⁵.

Tabela 2. Composição da renda familiar 2001 e 2004 (tipos de rendimentos)

Decis	2001				2004				Variação 2001-04
	Trabalho	Apos./Pens.	Outros	Renda Fam. Média	Trabalho	Apos./Pens.	Outros	Renda Fam. Média	
1	78%	6%	16%	72,96	67%	5%	28%	97,71	33,93
2	81%	13%	6%	266,07	77%	11%	11%	305,01	14,63
3	82%	15%	4%	370,63	79%	13%	8%	417,63	12,68
4	78%	19%	2%	446,35	76%	18%	5%	483,85	8,40
5	82%	16%	2%	607,22	79%	17%	4%	641,39	5,63
6	73%	25%	2%	644,69	72%	25%	3%	684,63	6,19
7	82%	16%	2%	923,00	80%	18%	3%	937,31	1,55
8	80%	18%	2%	1.190,93	79%	19%	2%	1.230,10	3,29
9	79%	18%	3%	1.821,00	77%	20%	3%	1.738,19	-4,55
10	77%	19%	4%	4.813,31	76%	20%	4%	4.574,15	-4,97
Total	79%	17%	4%	1.271,71	76%	17%	7%	1.262,03	-0,76

Fonte: PNAD/IBGE 2001 e 2004

Nota: Valores deflacionados pelo INPC - Valores constantes de 2004

¹⁵ A PNAD permite desagregar os distintos rendimentos que compõem a renda familiar por origem: i) aqueles oriundos do trabalho; ii) os referentes ao recebimento de benefícios de caráter contributivo (aposentadorias e pensões); iii) e, finalmente, um conjunto de outros rendimentos de origem dispersa que regrupa rendas de aluguéis, aplicações financeiras e poupança, diversas modalidades de transferências de renda e ainda doações.

Observa-se, primeiramente, que a renda média familiar manteve-se inalterada no período. Essa estabilidade, no entanto, esconde movimentos radicalmente distintos entre os décimos mais pobres e os mais ricos da distribuição. Enquanto a renda média das famílias declina em cerca de 5% no penúltimo e no último decis, ela registra aumentos expressivos nos cinco primeiros décimos da distribuição, notadamente entre os 10% mais pobres, cujo valor médio aumenta 33% em apenas três anos. Trata-se de um ganho surpreendente e extraordinário. Esse efeito claro de desconcentração de renda atinge ainda com grande impacto o segundo e o terceiro décimos, com taxas de crescimento da renda familiar de 12,6% e 14,6%, respectivamente.

Outra informação relevante à luz da Tabela 2 diz respeito à ligeira queda (3%) do peso relativo dos rendimentos do trabalho na composição da renda familiar entre 2001 e 2004, claramente compensada por uma elevação em percentual idêntico do item “outros rendimentos”. Tal queda afeta todas as classes de renda, sem exceção, embora seja bem menos significativa à medida que aumentam os rendimentos. A participação das aposentadorias e pensões praticamente não se altera entre 2001-2004 no agregado geral, embora tenha diminuído seu peso nas classes de menor poder aquisitivo, ampliando-o nas mais ricas. Porém, o destaque da Tabela 2 recai, mais uma vez, sobre os 10% mais pobres, que registraram a mais forte queda percentual da renda do trabalho no rendimento familiar: em apenas três anos, esta passa de 78% para 67%, ao passo que os “outros rendimentos” ampliam sua participação de forma significativa na renda familiar (28% em 2004, contra 16% em 2001). Essa alteração no peso dos “outros rendimentos” na renda familiar alcança ainda o segundo e terceiro decis, onde sua participação dobra¹⁶.

Temos, assim, duas hipóteses: a variação do peso relativo dos rendimentos do trabalho na composição da renda familiar pode significar 1) uma diminuição em valores absolutos daquela ou sua estabilidade no período; ou 2) meramente expressar uma mudança relativa, em um quadro de crescimento real da remuneração do trabalho, que teria lugar em paralelo com o aumento do item “outros rendimentos”. Para qualificar o que está ocorrendo é necessário estimar como evolui a renda do trabalho

¹⁶ É bastante provável que ela esteja fortemente subestimada no caso das classes de renda mais elevadas, dada sua composição (lucros financeiros, aplicações, etc.).

em valores constantes no período em análise, registrada na Tabela 3, de modo a interpretar sua dinâmica na composição da renda familiar. O exercício abaixo desagrega os rendimentos do trabalho de todos os ocupados também por sexo, para inferir como se processou tal dinâmica para homens e mulheres.

Tabela 3. Rendimento médio dos ocupados - Brasil, 2001-04
(Valores constantes 2004)
Segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	2001			2004		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1º	65,84	24,67	47,92	102,79	42,51	77,38
2º	171,96	77,10	133,81	213,86	98,87	169,74
3º	242,00	120,55	193,57	276,48	145,66	226,08
4º	292,58	154,58	235,49	330,35	196,86	275,06
5º	371,22	202,00	301,97	398,92	237,98	333,27
6º	426,94	240,12	346,97	458,67	286,70	386,79
7º	552,63	302,58	448,41	557,85	346,07	468,53
8º	699,42	404,20	572,67	713,59	445,29	597,33
9º	1.052,88	618,47	860,77	1.035,49	644,84	862,35
10º	2.912,21	1.653,84	2.344,92	2.818,54	1.655,31	2.296,94
Total	770,57	458,72	637,11	795,31	503,95	671,69

Fonte: PNAD/IBGE 2001 e 2004. Valores constantes de 2004 - deflator PNAD

A Tabela 3 nos traz informações nada desprezíveis à luz da conjuntura de baixo crescimento econômico que vivemos, muito embora 2004 tenha sido o ano de maior expansão do PIB brasileiro (4,94%) desde 1993, quando a taxa de crescimento foi semelhante (4,92%). Os mais pobres, no primeiro décimo da distribuição, aumentaram significativamente seus rendimentos ocupacionais. Nenhuma outra classe de renda foi tão beneficiada. O segundo décimo também foi contemplado muito positivamente com um incremento real. Ganhos reais parecem ter existido até o sexto décimo, embora, no agregado, isso equivalha apenas a 5,43%. Esse fenômeno parece ter impacto ainda mais favorável sobre as mulheres trabalhadoras na cauda inferior da distribuição, cujos rendimentos salariais embora bem inferiores aos masculinos, cresceram proporcionalmente mais. Por exemplo, nos 10% mais pobres, os

rendimentos do trabalho feminino aumentaram 72,3% entre 2001 e 2004, contra 56,1% no caso masculino. No segundo décimo da distribuição de renda, essa variação foi de, respectivamente, 27,2% e 24,5%.

Essa mesma tabela indica que a variação real dos rendimentos do trabalho feminino foi, em todas as classes de renda, superior à masculina, por vezes em proporções bem mais elevadas, como no caso do 1º, 4º, 5º. e 6º. decis. Na média, o incremento salarial das mulheres foi três vezes superior ao dos homens, confirmando avaliações anteriores¹⁷ de que as mulheres têm se beneficiado muito mais do que os homens da expansão da economia de serviços, da flexibilização do mercado de trabalho e que tal fenômeno, longe de refletir piores empregos para as mulheres, maior exposição à precarização, indica melhora clara da sua posição relativa na ocupação e emprego. Se a precarização permanece – e isso é verdadeiro –, isso se deve às características do nosso mercado de trabalho, não se restringindo exclusivamente às mulheres trabalhadoras.

Cabe, no entanto, questionar se tais ganhos salariais para os mais pobres e para as mulheres não estão associados a uma forte elevação da jornada de trabalho, o que significaria que a recuperação da posição relativa daqueles e a redução dos diferenciais de gênero estariam sendo compensadas e encobertas tão-somente pela extensão do número de horas trabalhadas. Torna-se, assim, necessário, calcular a renda padronizada do trabalho. Os resultados constam da Tabela 4, que calcula o rendimento padronizado médio horário por sexo para todas as classes de renda.

Os dados indicam que houve aumento real da renda média do trabalho nos décimos inferiores (superior a 5%) e queda no décimo mais elevado (-5,3%). Os aumentos foram mais expressivos nos quatro primeiros décimos da distribuição, em particular na faixa salarial mais pobre, o que é notável. Nesta, os rendimentos padronizados do trabalho registraram ganhos reais de 18% em três anos. Além disso, a Tabela 4 mostra que os rendimentos padronizados do trabalho de homens e mulheres são praticamente idênticos nas classes de renda mais baixas, o diferencial salarial entre os sexos acentuando-se à medida que se sobe na curva da distribuição. Logo, a tendência observada na média – qual seja,

¹⁷ Lavinas L. (2001). *Empregabilidade no Brasil: Inflexões de Gênero e Diferenciais Femininos*, T.D. n. 826, Rio de Janeiro: IPEA, Setembro 2001, 25 pg.

Tabela 4. Rendimento médio horário do trabalho - Brasil, 2001-04
(Valores constantes de 2004)
Segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	2001			2004			Variação Total %
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
1º	0,76	0,83	0,79	0,90	0,98	0,93	18,04
2º	1,24	1,26	1,25	1,40	1,32	1,38	9,35
3º	1,59	1,51	1,57	1,73	1,61	1,69	7,20
4º	1,93	1,69	1,85	2,05	1,85	1,97	6,55
5º	2,32	1,99	2,20	2,47	2,07	2,31	5,07
6º	2,56	2,18	2,41	2,79	2,31	2,60	7,09
7º	3,27	2,60	3,01	3,36	2,72	3,10	2,72
8º	4,16	3,29	3,81	4,26	3,35	3,87	1,48
9º	6,24	4,82	5,65	6,29	4,91	5,69	0,77
10º	17,99	12,28	15,54	17,12	11,67	14,72	-5,60
Total	5,03	4,20	4,71	4,98	4,13	4,64	-1,57

Fonte: PNAD/IBGE 2001 e 2004. Valores constantes de 2004 - deflator PNAD

o rendimento horário médio agregado do trabalho manteve-se praticamente constante no período em questão: R\$ 4,71 em 2001 contra R\$ 4,64 em 2004 – não foi a regra para as classes de renda mais pobres. Dessa vez a média diz muito pouco sobre o que se passou entre décimos da distribuição: a redução dos salários na renda familiar expressa uma dinâmica limitada às camadas de mais alta renda, onde, de fato, verifica-se retração do rendimento médio do trabalho (decil 10) ou ausência de variação (decis 8 e 9).

Os rendimentos do trabalho cresceram e muito, para os trabalhadores mais pobres comparativamente aos demais. A esse respeito, vale assinalar que o índice de Gini recuou de 0,615 em 2001 para 0,563 em 2004, um recuo nada desprezível. A queda do Gini para os trabalhadores homens variou de 0,591 em 2001 para 0,547 em 2004, ao passo que no caso das mulheres, onde o grau de desigualdade é mais agudo, o índice regrediu de 0,635 para 0,571. Portanto, confirmam-se as afirmações feitas acima.

Resta saber quantas horas trabalham em média homens e mulheres para melhor compreender os ganhos salariais observados.

Constata-se, pela Tabela 5, panorama inalterado entre 2001 e 2004 no que tange a jornada de trabalho semanal de homens e mulheres ao longo da distribuição. Logo, os ganhos salariais observados não refletem

Tabela 5. Número médio de horas trabalhadas na semana - Brasil, 2004 segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	2001			2004		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1º	39	26	34	40	26	34
2º	43	30	38	44	30	39
3º	44	33	40	45	32	40
4º	45	35	41	45	35	41
5º	46	36	42	46	36	42
6º	46	37	42	46	38	43
7º	46	38	43	46	38	43
8º	47	39	43	46	39	43
9º	47	40	44	46	39	43
10º	46	40	43	46	39	43
Total	45	37	42	45	37	42

Fonte: PNAD/IBGE 2001 e 2004.

intensificação do trabalho para compensar perda de poder aquisitivo, mas, pelo contrário, melhora na posição relativa no mercado de trabalho. Cabe recordar mais uma vez que o PIB cresceu 4,9% em 2004 contra 2,1% em 2001, o que sem dúvida explica esse incremento salarial em prazo tão curto. Outro possível efeito pode ter sido o aumento real do salário mínimo observado nos últimos anos, ou muito possivelmente um efeito combinado de ambos.

Jornadas semanais de trabalho mais curtas são característica de uma inserção precarizada e do acesso instável e irregular ao mercado de trabalho, e têm como corolário a reprodução da pobreza. Essa restrição é ainda mais desfavorável às mulheres. Aquelas mais pobres, do primeiro decil, trabalham em média 26 horas por semana, ou seja 16 horas a menos que a média nacional e 11 horas a menos que a média feminina. Sorj (2004) já demonstrou que as mulheres trabalhadoras mais pobres (primeiro quintil) conseguem aumentar em cerca de 30% seus rendimentos ocupacionais se suas crianças tiverem acesso a creche ou pré-escola, ou se estiverem em idade escolar (acesso universal ao ensino fundamental), simplesmente por disporem de mais tempo para o trabalho remunerado. Portanto, para as mulheres mais pobres ampliar a jornada de trabalho e,

com isso, a renda familiar significa resolver a contradição na alocação do tempo entre trabalho e família ou ao menos minorá-la.

A Tabela 6 evidencia por classe de renda o diferencial salarial entre homens e mulheres no período 2001 – 2004. Confirma-se o fato de as mulheres situadas no decil mais pobre da distribuição, vivendo na extrema pobreza, terem revertido, nos dois anos em questão, o hiato salarial de gênero. Seu rendimento horário é superior ao masculino, apesar do elevado grau de destituição e da precariedade das redes de proteção social que dificilmente incentivam e compensam a ida para o mercado de trabalho. Nos três decis seguintes (2, 3 e 4), o diferencial é quase nulo, pois jamais superior a 10%. O hiato mais agudo situa-se no grupo de renda mais alto, revelando a provável falta de acesso das mulheres mais favorecidas socialmente à mobilidade funcional ascendente. Neste último decil, o rendimento das mulheres representa 68% dos rendimentos masculinos na mesma posição na distribuição. Assim, a questão dos diferenciais salariais entre sexos é hoje uma problemática muito mais da “masculinização da riqueza” do que propriamente da “feminização da pobreza” no país. A desigualdade entre homens e mulheres, do ponto de vista dos rendimentos do trabalho, afeta notadamente as mulheres mais escolarizadas e mais dotadas em termos de capital humano e social. Isso não significa, no entanto, que as mulheres não constituam o grupo cujos rendimentos do trabalho são, em valores monetários, os mais baixos, até porque trabalham menos horas semanalmente.

Tabela 6. Hiato salarial de gênero - Brasil 2001 e 2004
Segundo sexo e decis de renda familiar per capita

1º	1,09	1,08
2º	1,01	0,94
3º	0,95	0,93
4º	0,87	0,90
5º	0,86	0,84
6º	0,85	0,83
7º	0,80	0,81
8º	0,79	0,79
9º	0,77	0,78
10º	0,68	0,68
Total	0,83	0,83

Fonte: PNAD, 2001 e 2004, valores deflacionados pelo deflator para PNAD
Hiato: razão do rendimento padronizado feminino sobre o masculino

Sabe-se que, em 2004, dos 28 milhões de trabalhadores cuja remuneração é igual ou menor que um salário mínimo, 53,8% são mulheres, contra 55% em 2001. Nesse mesmo período, dentre os 40% mais pobres da população, aumentou o percentual dos ocupados que passam a receber exato 1 SM (sobe de 10% para 12%), enquanto caiu acentuadamente o número de ocupados que declaravam renda igual a zero (ver Tabela A1, no Anexo). Seu percentual declina, entre 2001 e 2004, de 32% para 22% nos quatro primeiros décimos da distribuição de renda, apesar de ter havido aumento do número de ocupados (cerca de 10%) nestes decis. Isso significa uma redução em termos absolutos de 2,1 milhões de trabalhadores com renda zero. Em 2004, dos 5,5 milhões de trabalhadores (contra 7,6 milhões em 2001) que declaram rendimento ocupacional 0 (zero), entre os 40% mais pobres ocupados, 56,7% são mulheres. Cresce, em paralelo, o número de trabalhadores com renda positiva abaixo de 1 SM no grupo dos 40% mais pobres: tinham participação de 30% em 2001 e sobem para 39% em 2004. Para os ocupados do primeiro decil essa progressão é mais forte: de 39% para 54%.

Parece incontestável o aumento do rendimento médio do trabalho nos decis inferiores onde estão representados os trabalhadores menos educados, mais precarizados e com menor poder de barganha e magras oportunidades. Nesse processo de curto prazo, as mulheres reduziram diferenciais de gênero. Considerando que o grau de proteção social das famílias e dos trabalhadores mais pobres tem ainda hoje cobertura insuficiente, além de limitar-se a algum tipo de transferência de renda sujeita a critérios restritos de elegibilidade e outras condicionalidades, e que o mercado de trabalho permanece sendo para os mais pobres a fonte de renda mais imediata e relevante, cabe indagar o que estaria contribuindo para elevar o desempenho feminino no mercado de trabalho, notadamente o das mulheres mais pobres, justamente aquelas mais desfavorecidas e que acumulam desvantagens (pouquíssima escolaridade; acesso praticamente nulo a serviços públicos de qualidade, senão a escola tempo parcial para crianças na faixa de escolaridade obrigatória, 7-16 anos) e tampouco sem condições financeiras de galvanizar seu potencial de trabalho via pagamento de serviços que substituam seu tempo de trabalho doméstico.

2. OS DIFERENCIAIS ENTRE OS SEXOS NA DÉCADA PRESENTE

Os dados da PNAD mostram que a taxa de atividade das mulheres pouco se alterou nos últimos anos, e se situa em 68% considerando a faixa etária adulta 16 < 65 anos (Tabela 7).

Tabela 7. Taxa de atividade segundo o sexo - Brasil, 1981, 2001, 2003, 2004

	1981		2001		2003		2004	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Taxa de Atividade	90%	40%	89%	66%	90%	68%	90%	68%

Fonte: PNAD/IBGE, 1981, 2001, 2003 e 2004
* Pessoas maiores de 15 e menores de 65 anos.

Se a desagregarmos, agora, por nível de escolaridade e presença ou não de prole (Tabela 8), verifica-se que, no curto prazo, a taxa de atividade feminina cresceu ligeiramente mais para as mulheres com filhos (64% para 67% entre 2001-2004). Já no médio prazo, pelas informações disponíveis, o incremento da atividade mostra-se mais acentuado entre mulheres com menor nível de escolaridade (ensino fundamental incompleto).

Tabela 8. Taxa de atividade feminina - Brasil, 1981, 2001, 2003, 2004

	1981	2001	2003	2004
Total	40%	66%	68%	68%
Mulheres sem filhos	-	70%	71%	71%
Mulheres com filhos	-	64%	67%	67%
Mulheres com ensino fundamental incompleto	35%	59%	60%	61%
Mulheres com ensino fundamental completo	51%	70%	72%	72%
Mulheres com ensino secundário completo	74%	79%	80%	81%
Mulheres com ensino superior completo	-	87%	88%	87%

Fonte: PNAD/IBGE, 1981, 2001, 2003 e 2004
* Pessoas maiores de 15 e menores de 65 anos

Entretanto, como nos revela a Tabela 9, se, na década de 80, as mulheres representavam, de forma bastante homogênea, cerca de 1/3 dos ativos, ocupados e desocupados, 20 anos mais tarde seu peso entre os desocupados mostra-se proporcionalmente muito superior ao seu

percentual entre os ativos (65% contra 45%, respectivamente). Isso significa que a oferta de emprego para as mulheres mantém-se aquém da demanda real, sem variação alguma recente¹⁸.

Tabela 9. População Economicamente Ativa - Brasil, 1981, 2001, 2003, 2004

	1981		2001		2003		2004	
	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres
Ativos	40.429.814	31%	83.378.319	44%	88.441.342	45%	92.111.333	45%
Ocupados	39.004.705	31%	77.865.962	43%	82.330.416	44%	85.954.884	43%
Desocupados	1.425.109	34%	5.512.357	64%	6.110.926	65%	6.156.449	64%

Fonte: PNAD/IBGE, 1981, 2001, 2003 e 2004

* Pessoas maiores de 15 e menores de 65 anos.

Comparando-se a taxa de desemprego entre os sexos (Tabela 10), salta aos olhos que os percentuais femininos são, via de regra, duas vezes mais altos que os masculinos.

Tabela 10. Taxa de desemprego - Brasil, 2004
Segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	Masculino	Feminino	Total
1º	9%	21%	15%
2º	6%	15%	10%
3º	5%	15%	9%
4º	6%	12%	8%
5º	5%	11%	7%
6º	4%	9%	6%
7º	3%	8%	5%
8º	3%	6%	4%
9º	3%	5%	4%
10º	2%	4%	3%
Total	4%	10%	7%

Fonte: PNAD , 2004

¹⁸ Tem sido enfatizado pela grande imprensa, na atualidade, o grande aumento do número de vagas para mulheres. Os dados calculados a partir da PNAD 2004 não permitem inferir essa tendência e os dados da PME parecem indicar que tal fenômeno não se generaliza ao conjunto das regiões metropolitanas como um todo, sendo específico da grande São Paulo, por razões que cabe ainda identificar.

Além disso, como mostra a Tabela 10, as mulheres mais pobres, até o sétimo decil da distribuição, registram taxas de desemprego sempre superiores à média nacional, estimada em 7%. No caso dos homens, somente aqueles mais pobres do primeiro decil, encontram-se em situação semelhante. O desemprego mostra-se fortemente feminizado.

A Tabela 11 mostra a variação das taxas de atividade feminina ao longo da curva de distribuição de renda¹⁹ para 2004, por decis. Uma observação merece destaque: ao contrário da taxa de atividade masculina que não registra diferenças entre décimos da distribuição, a feminina, tal como já afirmado acima, aumenta à medida que cresce a renda, estando, portanto, fortemente correlacionada com o aumento do grau de escolaridade das mulheres. O padrão de atividade é, assim, distinto, entre os sexos. Constante para os homens e variável para as mulheres ao longo da curva de renda.

Em que tais indicadores de mercado de trabalho refletem diferenças entre as mulheres ao longo da curva de distribuição de renda?

A Tabela 12 desagrega o grupo de mulheres entre mães e aquelas sem filhos. Enquanto este grupo mostra uma dinâmica que acompanha

Tabela 11. Taxa de atividade - Brasil, 2004
Segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	Masculino	Feminino	Total
1º	91%	63%	75%
2º	91%	63%	76%
3º	90%	64%	77%
4º	89%	65%	76%
5º	90%	68%	79%
6º	89%	68%	78%
7º	91%	72%	81%
8º	90%	73%	81%
9º	89%	72%	80%
10º	88%	71%	79%
Total	90%	68%	79%

Fonte: PNAD, 2001 e 2004

¹⁹ A curva foi ordenada com base na renda familiar per capita, excluindo os *missings*.

aquela explicitada para as mulheres no seu conjunto – a atividade aumentando juntamente com o aumento da renda familiar –, o grupo das mães tem um padrão semelhante ao masculino, bastante uniforme em todas as classes de renda: cerca de 2/3 de todas as mães, independentemente do nível social e do grau de escolaridade, trabalham ou procuram emprego.

Tabela 12. Taxa de atividade feminina - Brasil, 2004
Segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	Com filho	Sem filho
1º	65%	58%
2º	64%	59%
3º	65%	62%
4º	66%	61%
5º	68%	66%
6º	68%	69%
7º	70%	76%
8º	69%	79%
9º	68%	78%
10º	67%	75%
Total	67%	71%

A Tabela 13 traz uma revelação surpreendente: as mulheres mais expostas ao desemprego são aquelas sem filhos, vivendo nos decis mais pobres da população. Há que se considerar, neste ponto, os efeitos geracionais, do estado civil e da maior oferta de trabalho feminino. Ao contrário do padrão prevalecente durante muito tempo, as mulheres com taxas de desemprego mais elevadas são, em 2004, as que não têm filhos, padrão esse que se verifica em todas as classes de renda. Dentre os 40% mais pobres, a taxa de desemprego feminina alcança percentuais entre 22% e 27%, o dobro, portanto, do observado no caso das mulheres com filhos, de condição sócio-econômica semelhante, exceção feita do primeiro décimo da distribuição. Os dados indicam que ser mãe deixou de ser uma desvantagem comparativa para as mulheres no mercado de trabalho. Ora, se o custo de oportunidade de empregar uma mulher com filhos caiu, isso se deve provavelmente a aspectos comumente denominados “empregabilidade”, cuja demanda é crescente numa

sociedade de serviços, e também ao fato de ter havido um deslocamento na idade média da primeira gestação. As altas taxas de desemprego femininas no grupo de mulheres sem filhos podem expressar contradições inerentes ao emprego dos jovens com baixa experiência e pouca formação. De fato, dados da PNAD 2004 indicam que a idade médias das mulheres desocupadas sem filhos é 22 anos, contra 33 anos para as mulheres com filhos. Logo, as mulheres mais afetadas pelo desemprego são as jovens que ainda não procriaram. É curioso observar que esse diferencial etário não existe quando se trata dos ocupados, cuja idade média é de 35 anos para todos, isto é tanto para homens como para mulheres. Se estas tiverem filhos, a idade média na ocupação sobe para 39 anos, e se não tiverem filhos, recua para 27 anos.

Tabela 13. Taxa de desemprego feminina - Brasil, 2004
Segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	Com filho	Sem filho
1º	20%	25%
2º	13%	27%
3º	11%	26%
4º	8%	22%
5º	8%	19%
6º	6%	16%
7º	5%	14%
8º	4%	10%
9º	4%	7%
10º	2%	6%
Total	8%	14%

Fonte: PNAD 2004

Por outro lado, as menores taxas de desemprego feminino no grupo de mulheres com filhos podem refletir o chamado “desemprego oculto”, uma vez que o cuidado e a criação das crianças fazem com que estas mulheres, mesmo não estando inseridas em atividades produtivas extra-domésticas, não procurem emprego no mercado de trabalho. A Tabela 14 confirma que os homens pouco se envolvem nas atividades da casa e que são as mulheres dos quatro primeiros decis de renda que estão mais envolvidas com os afazeres domésticos. Provavelmente, uma grande parte

das mulheres pobres com filhos se sintam desestimuladas ou impossibilitadas de procurar trabalho remunerado, senão ocasionalmente, pois precisam cuidar do “trabalho altruísta” da reprodução e da atenção à família. No caso das mulheres do último decil de renda, o tempo despendido com os afazeres domésticos é bem menor.

Tabela 14. Número médio de horas trabalhadas na semana em afazeres domésticos - Brasil, 2001-04
Ocupados - segundo sexo e decis de renda familiar per capita

	2001			2004		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1º	12	32	25	11	29	22
2º	10	31	23	10	28	21
3º	11	29	22	10	27	21
4º	10	28	21	11	25	19
5º	10	27	20	10	24	19
6º	11	26	20	10	23	18
7º	11	25	19	10	23	18
8º	10	24	19	10	22	17
9º	10	23	18	10	20	16
10º	9	19	15	9	17	14
Total	10	26	20	10	23	18

Fonte: PNAD, 2001 e 2004

Desta forma, pode-se perceber que são as mulheres pobres, jovens e sem filho que encontram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

3. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA ELEVAR A RENDA DO TRABALHO DAS MULHERES MAIS POBRES

Considerando que houve uma real desconcentração da renda do trabalho entre mulheres e no conjunto da população como um todo e que o hiato salarial de gênero é praticamente inexistente nos decis inferiores da distribuição, trata-se de identificar os fatores que mais contribuem para elevar os rendimentos das mulheres mais pobres (esta, a variável dependente).

Para realizar esse exercício, elegemos o conjunto de mulheres ocupadas (inclusive com renda zero²⁰), na faixa etária 16-64 anos, que se situam nos quatro primeiros decis da distribuição, a partir de um ordenamento feito com base na renda familiar per capita. É oportuno assinalar que ao buscar uma eventual correlação entre rendimento do trabalho feminino e presença de filhos nas faixas etárias selecionadas, contemplamos o vínculo de parentesco (“mãe presente no domicílio”)²¹. As variáveis selecionadas estão listadas na Tabela 15, que traz também os resultados do modelo linear de regressão. Trata-se de variáveis binárias (0,1), à exceção daquelas, numéricas, que se referem: i) aos anos de escolaridade concluídos, ii) número de horas trabalhadas na semana na atividade remunerada, iii) número de horas dedicadas aos afazeres domésticos e iv) idade, que, neste exercício foi clipada em 45 anos²² para evitar uma leitura incorreta dos resultados (aumento da renda linear ao aumento da idade).

O primeiro modelo testado incluía igualmente a variável “ser informal (1) ou não (0)”. Apesar de significativa para o modelo, identificou-se um padrão bimodal nas mulheres pobres ocupadas, com a existência de duas distribuições – uma para as mulheres ocupadas em atividades informais (1) e outra para as demais (0). Quando o coeficiente é semelhante nas duas distribuições – “ser informal (1) ou não (0)” – não se fez necessário criar uma variável interativa, o oposto ocorrendo quando os coeficientes se mostravam muito diferentes. Neste caso, as variáveis selecionadas foram multiplicadas pela variável “ser informal (1) ou não (0)”. Dessa maneira, foi possível integrar no mesmo modelo uma interpretação que corresponde aos dois padrões observados.

Os coeficientes expressam, dependendo do seu sinal, acréscimos ou decréscimos nos rendimentos do trabalho das mulheres que se situam na cauda inferior da distribuição de renda (40%). Assim, equivalem a

²⁰ O número de mulheres ocupadas com renda zero é muito elevado nos primeiros decis da distribuição, notadamente em 2001, sua participação caindo em 2004. Por essa razão, resolvemos considerar na nossa amostra aquelas com renda positiva e também com renda zero.

²¹ Não é possível replicar esse exercício no caso dos homens pois não há como identificar a relação de paternidade entre os homens vivendo em um domicílio ou família e as crianças que ali também vivem. Isso só ocorre no caso das mães.

²² Depois de vários exercícios, fixamos o patamar máximo etário em 45 anos, pois a partir daí, a renda média feminina deixa de aumentar com a idade.

Tabela 15

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	-98,770	,210		-470,913	,000
	Ter Máquina de Lavar	54,155	,118	,122	458,098	,000
	Idade (Clipada em 45 anos)	1,928	,005	,138	399,306	,000
	Presença de mulher inativa no domicílio	22,448	,093	,069	241,150	,000
	Presença de filho de 0 a 3 anos no domicílio	47,788	,318	,170	150,342	,000
	Presença de filho de 4 a 6 anos no domicílio	18,017	,137	,064	131,859	,000
	Ter algum filho de 0 a 3 anos fora da creche	-46,703	,326	-,161	-143,187	,000
	Ter algum filho de 4 a 6 anos fora da pré-escola	-28,573	,190	-,069	-150,552	,000
	Ter filho de 7 a 17 anos no domicílio	12,888	,115	,047	111,842	,000
	Ter filho de 18 anos ou mais no domicílio	-23,847	,105	-,092	-226,209	,000
	Ter filho de 10 a 15 anos ajudando nos afazeres domésticos	3,381	,098	,013	34,433	,000
	Ser cônjuge	-18,427	,150	-,071	-122,789	,000
	Ser chefe de família	77,599	,176	,275	441,404	,000
	Total de Horas trabalhadas na semana	2,569	,002	,335	1182,336	,000
	Total de Horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana	-,712	,003	-,080	-276,232	,000
	Anos de estudos completos	11,806	,013	,336	876,579	,000
	(Ser informal) X (Presença de filho de 0 a 3 anos no domicílio)	-23,800	,401	-,068	-59,278	,000
	(Ser informal) X (Presença de filho de 4 a 6 anos no domicílio)	-6,693	,179	-,019	-37,360	,000
	(Ser informal) X (Ter algum filho de 0 a 3 anos fora da creche)	28,779	,414	,078	69,568	,000
	(Ser informal) X (Ter algum filho de 4 a 6 anos fora da pré-escola)	44,822	,260	,079	172,578	,000
	(Ser informal) X (Ter filho de 7 a 17 anos no domicílio)	4,892	,146	,018	33,458	,000
	(Ser informal) X (Ter filho de 18 anos ou mais no domicílio)	17,760	,132	,058	134,249	,000
	(Ser informal) X (Ter filho de 10 a 15 anos ajudando nos afazeres domésticos)	-2,587	,138	-,007	-18,710	,000
	(Ser informal) X (Ser cônjuge)	59,442	,146	,202	407,775	,000
	(Ser informal) X (Ser chefe de família)	-27,331	,185	-,086	-147,412	,000
	(Ser informal) X (Anos de estudos completos)	-3,683	,016	-,117	-232,364	,000

^a. *Dependent Variable*: Rendimento mensal de mulheres ocupadas 16 < 64 anos 40% mais pobres

Reais (R\$) de 2004. Em se tratando de variáveis interativas, a leitura, no entanto, é distinta: o valor real dos acréscimos ou decréscimos (contribuição em Reais - R\$) deve ser obtido somando-se aritmeticamente os dois coeficientes estimados pela regressão (quando “informal” (1) e quando “não-informal”). Ex: O coeficiente da VAR “presença de filho com 18 anos ou mais no domicílio” estima uma redução na renda do trabalho das mulheres não-informais de R\$ 23,85. Já no caso das mulheres ocupadas no setor informal, a redução da renda é de apenas R\$ 6,09, isto é, (-23,85 + 17,76).

Finalmente, cabe assinalar que o valor da renda média das mulheres ocupadas objeto desse exercício foi estimada em R\$ 127,00.

Considerando a presença de duas distribuições, vamos analisar os resultados partindo das cinco variáveis cujo coeficiente é comum a ambas. Ter máquina de lavar é a variável que mais contribui para elevar a renda das mulheres pobres ocupadas (R\$ 54,15), aumentando-a em 42%. Outro fator importante para a elevação da renda das mulheres mais pobres é a

presença de uma mulher inativa no domicílio (R\$ 22,45), sem dúvida por compartilhar tempo dedicado ao trabalho doméstico e por assumir certas responsabilidades familiares. Se essa figura for aposentada ou pensionista, talvez ela ainda esteja contribuindo para assegurar uma renda mínima permanente nesses lares mais desfavorecidos e, assim, facilitar a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, inclusive ampliando seu leque, restrito, de oportunidades.

A idade agrega pouco em termos de valor: a cada aniversário, o rendimento do trabalho das mulheres mais pobres registra um ganho de apenas R\$ 1,93.

Já cada hora extra de trabalho doméstico levaria a uma diminuição do rendimento laboral mensal de R\$ 2,85, independentemente do tipo de inserção ocupacional feminina. No outro extremo, cada nova hora da jornada semanal de trabalho proporciona ao final do mês um acréscimo de aproximadamente R\$ 10,00 (4x R\$ 2,60).

Para poder trabalhar mais horas fora de casa, seria necessário, havendo crianças em idade pré-escolar, dispor de creches e escolas tempo integral, já que, segundo o modelo, a existência de filhos fora da creche (0-3 anos) e fora da pré-escola (4-6 anos) acarreta uma redução no rendimento do trabalho das mulheres mais pobres de R\$ 46,70 e R\$ 28,57, respectivamente. No caso de essas mulheres estarem na informalidade, a perda é menor do que aquela registrada para as formalizadas, mas ainda assim, significativa. Filhos pequeninos fora da creche para essas mulheres representam uma perda salarial de R\$ 17,92 mensais. O surpreendente é constatar que a recíproca não é verdadeira no caso das crianças na faixa 4-6 anos fora da pré-escola. Quando as mães destas crianças atuam na informalidade, em lugar de assistir a uma queda de seu rendimento mensal, registra-se um aumento de R\$ 16,25. Uma suposição para explicar essa elevação dos rendimentos no caso das trabalhadoras informais seria o aumento do custo de oportunidade do trabalho infantil, acionado pelas famílias quando a mãe é trabalhadora informal, o que não ocorre no caso de uma inserção regular.

De modo geral, a presença de crianças é um fator correlacionado positivamente com ganhos de rendimento no trabalho para as mulheres mais pobres. Quando menor a idade dos filhos, maior o ganho salarial

para todas as mulheres, embora esse ganho seja decrescente no caso das mulheres ocupadas no setor informal. Contudo, a presença no domicílio de filhos com idade igual ou superior a 18 anos está associada a uma perda de renda que pode variar de R\$ 23,85, no caso das não-informais, a R\$ 6,09 no caso das informais.

O modelo inferiu o impacto da presença de crianças na faixa 10-15 anos que ajudam nos afazeres domésticos e estimou que sua contribuição à elevação da renda de suas mães seria marginal: R\$ 3,38 quando a trabalhadora não está na informalidade e R\$ 0,79 no outro caso de figura. Ou seja, contrariamente ao senso comum, o aporte que crianças adolescentes podem ter na substituição do tempo de trabalho doméstico de suas mães não reflete ganhos expressivos. Melhor tê-las na escola.

Na posição de pessoa de referência na família, as mulheres, notadamente aquelas que não estão na informalidade, auferem rendimentos mais altos do que em qualquer outra condição (cônjuge, filha, avó, etc). Esse é o coeficiente mais elevado estimado pelo modelo: R\$ 77,60 no caso das que não são informais e R\$ 50,27 para aquelas cujos rendimentos provêm de ocupações informais. Entretanto, na condição de cônjuges, as mulheres pobres ocupadas encontram-se em dinâmicas opostas: se trabalharem na informalidade, a condição de cônjuge lhe permite elevar seu rendimento mensal em R\$ 41,01. Ao contrário, aquelas cujas atividades não são exercidas no setor informal, saem prejudicadas, pois registram renda salarial menor em R\$ 18,43. Ou seja, para as mulheres chefes, o melhor é estar na formalidade ao passo que quando se é cônjuge mulher a informalidade permite auferir renda mais alta.

Por fim, conforme já amplamente conhecido, cada ano de escolaridade concluído agrega ao salário cerca de R\$ 11,80 mensais para as mulheres que não estão na informalidade e cerca de R\$ 8,12 para aquelas trabalhando em atividades informais.

Em resumo, os resultados obtidos pelo modelo e a análise dos dados empíricos que o subsidiaram permitem algumas breves conclusões:

- a) a quase supressão dos diferenciais de gênero no tocante à renda do trabalho nos decis inferiores da distribuição de renda indica que, apesar da ausência de políticas públicas conseqüentes,

houve esforços extraordinários por parte das mulheres pobres para melhorar seu desempenho no mercado de trabalho. Isso se deu em âmbito exclusivamente privado.

- b) A presença de crianças, em um contexto em que a taxa de fecundidade já é baixa, não inviabiliza o desempenho das mulheres mais pobres no mercado de trabalho, pelo contrário. Mas tal rendimento é bem maior quando dispõem de creches e pré-escola para seus filhos pequenos aumentando ainda mais quando possuem uma máquina de lavar. Isso significa que ao reduzir a carga dos afazeres domésticos melhora a possibilidade de sua inserção no mercado de trabalho. Autonomia é bom para elevar salários.
- c) Da mesma maneira, na posição de pessoa de referência na família as mulheres auferem nas suas atividades rendimentos mais altos que na condição de cônjuge. De novo, trata-se de uma questão de autonomia que é, sem dúvida, o que mais restringe as oportunidades de ampliação dos rendimentos ocupacionais femininos.
- d) Finalmente, a presença de um inativo do sexo feminino na família também contribui para elevar os rendimentos do trabalho das mulheres mais pobres. De novo, o ponto diz respeito a mais autonomia, no plano da restrição orçamentária e também do uso do tempo (restrição temporal).
- e) Os fatores que elevam os rendimentos do trabalho das mulheres pobres estão fortemente correlacionados com graus de autonomia maiores no seu cotidiano de trabalhadora.

4. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: COMPENSAR OU RECOMPENSAR AS MULHERES E OS POCOS HOMENS POBRES CHEFES DE FAMÍLIA?

O exercício anterior nos permitiu estimar o ganho real (ou perda efetiva) do valor da remuneração do trabalho das mulheres mais pobres, caso haja provisão de creches e pré-escola para os filhos em idade pré-escolar, caso tenham-se revertido relações conjugais de subalternidade (ocupando a posição de pessoa de referência), etc.

Ou seja, mais uma vez estamos inferindo como as mulheres com menor dotação e acesso baixo e deficiente a serviços públicos ou privados podem rapidamente elevar seus rendimentos e contribuir, graças ao esforço do seu trabalho, para a redução da pobreza familiar, superando limites importantes. Na prática, o que vimos foi como potencializar seu desempenho individual no mercado de trabalho. No entanto, não consideramos outros mecanismos que possam recompensá-la por enfrentar muitas vezes sozinha um desafio para o qual está pouco ou quase nada preparada e do qual depende o bem-estar de seus familiares. Conforme apontado na introdução deste trabalho, 37% dos arranjos familiares do primeiro décimo da distribuição são constituídos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres, enquanto 48% deles são formados por arranjos biparentais onde estão presentes as figuras do chefe e do(a) cônjuge (ver tabela A2 do Anexo Estatístico). Neste caso de figura, a pessoa de referência é majoritariamente masculina.

Ora, embora as mulheres tenham revertido o hiato salarial de gênero nas classes de renda mais pobres, em particular no primeiro decil, as famílias monoparentais – onde a pessoa de referência é, via de regra, mulher – registram valores de renda familiar inferiores àqueles observados para as famílias biparentais, situadas neste mesmo decil (exclusivamente o primeiro). A Tabela 16, que mede a renda familiar per capita, revela que tal característica é específica ao décimo mais baixo da distribuição, onde estão as pessoas que vivem em situação crítica, não se reproduzindo, como padrão, nos três décimos seguintes. Logo, nem todas as famílias monoparentais com filhos e chefia feminina vivendo na pobreza encontram-se em situação de desvantagem vis à vis àquelas biparentais, com filhos. Como se pode depreender da tabela abaixo, no segundo, terceiro e quarto décimos da distribuição, a renda per capita desses dois tipos de arranjos familiares é convergente, quase idêntica²³. O que difere é que num caso (casais com filhos) há a contribuição de um adulto a mais para compartilhar responsabilidades e ônus.

²³ Lavinas e Nicoll (2006), em estudo citado, consideram que tal convergência de renda entre famílias com chefia única feminina e famílias biparentais cuja pessoa de referência é homem se deve ao baixo desempenho das mulheres cônjuges no mercado de trabalho, como resultado do efeito “conjugalidade”.

Tabela 16. Renda familiar per capita média dos 40% mais pobres por tipo de família (R\$ de 2004)

Decis	Unipessoal		Casal sem filhos		Casal com filhos		Mãe sem cônjuge		Renda Familiar Total	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
1º	4,50	9,10	10,30	15,58	22,19	29,87	12,09	17,61	18,6	25,4
2º	59,83	71,35	60,32	71,98	58,81	69,72	58,38	70,42	58,8	70,0
3º	92,31	104,67	89,99	104,28	91,52	104,66	90,04	102,76	91,1	104,3
4º	126,64	147,66	123,00	138,77	127,57	141,96	124,34	139,44	126,4	141,0
Média 40%	52,29	66,98	87,68	102,33	75,36	86,61	63,69	75,20	73,76	85,2

Fonte: PNAD 2001 e 2004

Observação: Valores de 2001 deflacionados pelo índice INPC. Valores constantes de 2004

Para melhor explicitar o hiato verificado no primeiro decil, hiato esse que se acentua entre 2001 e 2004, e a convergência do valor da renda per capita nos decis subseqüentes do grupo dos 40% mais pobres, basta mirar a tabela 17.

Tabela 17. Razão renda per capita família monoparental/família biparental (com filhos)

Decis	2001	2004
1º	0,59	0,55
2º	1,01	0,99
3º	0,98	0,98
4º	0,98	0,97
Média 40%	0,87	0,85

Fonte: PNAD 2001 e 2004

A moral da estória é simples: apesar de igualarem os homens no tocante à remuneração horária do seu trabalho, e fazerem isso dispendendo menos horas nessa ocupação remunerada, as mulheres mais pobres, quando sozinhas, à frente de suas famílias, não conseguem alcançar outros benefícios e vantagens que possam atenuar sua vulnerabilidade econômica, minorar déficits agudos de renda e trazer algum ganho suplementar de bem-estar a quem vive muito distante de padrões minimamente aceitáveis. Na verdade, não se trata de um traço

feminino, mas da condição de todo e qualquer indivíduo que assume sozinho a responsabilidade pela família (com crianças) em situação de pobreza. Hoje, isso afeta principalmente as mulheres.

A Tabela 18 mostra a decomposição das três categorias de rendimentos que constituem a integralidade da renda familiar para os 40% mais pobres, desagregando os valores médios respectivos por tipo de família²⁴. Constatamos mais uma vez que as famílias monoparentais femininas em todos os decis observados registram valor médio dos rendimentos do trabalho inferiores àqueles verificados no caso das famílias biparentais. Isso resulta – que se enfatize o ponto mais uma vez – da existência de um cônjuge, no arranjo “casais com filhos”, cuja capacidade de trabalho, embora bastante limitada²⁵, acaba sendo significativa no aumento da renda familiar via atividades remuneradas.

Ocorre exatamente o oposto no que tange a receita proveniente de aposentadorias e pensões, cujo valor médio é, no caso das famílias monoparentais, o dobro do observado para os casais com filhos. Portanto, uma fonte preciosa na redução da pobreza nas famílias de chefia única é o aporte dos benefícios previdenciários, possível graças à presença solidária de um idoso (conforme confirmado pelo modelo, acima referido, parte 3 deste artigo).

Já na categoria “outros rendimentos”, cujo valor mais que dobrou entre os mais pobres, o arranjo familiar mais favorecido por esses aportes são as famílias monoparentais, exceto no grupo em pior situação na distribuição (decil 1), onde seu valor médio representa 68% daquele recebido pelo outro arranjo²⁶. Neste segmento de renda, o valor médio dos recursos obtidos é R\$ 23,75 para as famílias monoparentais contra R\$ 34,81 para as demais famílias. Em 2001, quando o peso desse item nos rendimentos familiares era menor, o diferencial observado entre essas duas famílias era de 20% , bem menor, portanto, que o hiato de 32% registrado em 2004, quando aumentam as transferências de renda várias para famílias pobres. A esse respeito, observe-se a Tabela 18 A.

²⁴ Respeitando a tipologia adotada pelo IBGE, e que se resume, ao final, em cinco categorias de arranjos familiares.

²⁵ Lavinas L. e Nicoll M. (2005), op. cit.

²⁶ Gostaríamos de mencionar aqui que o grau de desigualdade entre os 40% mais pobres apesar de muito baixo, caiu ligeiramente entre 2001 e 2004, medido pelo índice de Theil-Atkinson, passando de 0,154 para 0,151.

Tabela 18. Decomposição da renda familiar dos 40% mais pobres por tipo de família

Decis	Renda do trabalho				Renda de apos pensão				Outros rendimentos			
	2001		2004		2001		2004		2001		2004	
	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge
1º	115,7	31,1	138,8	37,7	6,2	12,6	6,25	12,03	14,8	11,9	34,81	23,75
2º	276,8	150,8	295,6	171,3	29,0	79,1	27,24	74,25	13,7	25,8	37,82	44,13
3º	395,8	224,1	426,6	235,4	45,2	111,0	47,23	114,82	12,8	20,6	35,78	44,44
4º	525,5	262,1	560,9	297,1	60,9	131,6	66,07	136,05	11,6	15,5	29,58	31,83
Média	330,3	149,5	356,0	168,0	35,6	74,4	36,74	75,66	13,2	17,5	34,69	34,11

Fonte: PNAD 2001 e 2004

Observação: Valores de 2001 deflacionados pelo índice INPC. Valores constantes de 2004

Tabela 18 A. Razão do valor dos "outros rendimentos" Famílias monoparentais/biparentais (com filhos)

Decis	2001	2004
1º	0,80	0,68
2º	1,88	1,17
3º	1,61	1,24
4º	1,34	1,05
Total 40%	1,33	0,98

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2004.

Isso estaria indicando dificuldade de acesso a esses benefícios por parte das famílias monoparentais em situação de pobreza extrema. Iniquidades de acesso, informação imperfeita, *know-how*²⁷ insuficiente, várias coisas podem explicar esse déficit de cobertura, patente para tais famílias conforme informação das Tabelas 18 e 18 A. Ora, isso estaria indicando ineficiências do ponto de vista da focalização que devem ser corrigidas para assegurar equiparação de condições de vida àqueles sem meios de acessar recursos que não se constituem em direitos. Em outras palavras, os chefes das famílias monoparentais não conseguem se apropriar de tais incentivos na mesma proporção e nas mesmas condições que as famílias biparentais. Logo, faz-se necessário corrigir essa falha de focalização.

²⁷ Entendido aqui, na acepção de Barr, ou seja *know-how* insuficiente expressaria um déficit de compreensão dos direitos, contatos insuficientes para aquisição/obtenção do que está sendo disponibilizado, poder desigual. Barr N. (2004). *The Economics of the Welfare State*, Oxford: Oxford University Press, 4th edition, em particular o cap. IV.

Outra evidência se impõe: apesar de contribuir para um aumento da renda familiar, a receita oriunda de aposentadorias e pensões não compensa, nas famílias monoparentais, a renda que deixa de ser obtida no mercado de trabalho por um cônjuge (inexistente). Ora, se a provisão de serviços públicos e outras melhorias no acesso às oportunidades de emprego para as mulheres em geral, notadamente as de baixíssima renda, aprimorarem-se, pode-se esperar um impacto positivo na elevação do rendimento médio do trabalho das mulheres em especial aquelas vivendo nas famílias “casais com filhos”, onde elas são quase todas cônjuges. Com isso, forçosamente, o diferencial nos rendimentos familiares entre arranjos monoparentais e biparentais só tende a acentuar-se.

Por isso mesmo, é indispensável forjar desde já mecanismos (incentivos) que possam recompensar o enorme esforço das mulheres sozinhas que conseguem inclusive, e com poucos meios, anular hiatos salariais de gênero, e garantir a elas – ou aos homens em situação similar – uma recompensa que lhes permita superar desigualdades que estão postas por razões outras que seu desempenho individual. A política social brasileira continua em dívida com as famílias monoparentais, em particular com as mais pobres.

Como fazer? A proposta é elevar em 20% o benefício garantido pelos programas de transferência de renda às famílias monoparentais, cuja pessoa de referência é mulher ou homem, indistintamente. Esse incentivo ao reduzir as restrições orçamentárias das famílias mais miseráveis e também ao reduzir as restrições temporais da pessoa de referência nessas famílias (mulheres sem cônjuge), permite ampliar o conjunto de oportunidades dessas mulheres no mercado de trabalho (ainda que alguém do que possa compensar a existência de um outro adulto – “cônjuge” – ocupado). Manter-se-ia, assim, um benefício mais elevado em função do número de filhos (o que favorece as famílias biparentais que têm, no primeiro decil, em média três filhos, contra dois das monoparentais – vide Tabela A3 do Anexo), mas também se corrigiria a dimensão chefia única e, portanto, menores possibilidades de elevação dos rendimentos do trabalho nas famílias monoparentais.

Para medir o efeito que teria tal mecanismo (incentivo) na correção do hiato de renda familiar per capita entre esses dois arranjos com crianças, simulamos as variações tomando um benefício hipotético no

valor único de R\$ 65,00²⁸. Para realizar esse segundo exercício, recalculamos a renda familiar dos 40% mais pobres considerando apenas as categorias “rendimentos do trabalho” e “aposentadorias e pensões”, excluindo, portanto, aquelas denominadas “outros rendimentos”, que agregam distintos tipos de transferências de renda. A Tabela 19 compara essa ‘renda familiar’ nos dois tipos de arranjos antes e depois da imputação 1 e 2. Isto é, primeiramente simulamos uma transferência para ambas as famílias com crianças no valor de R\$ 65,00 (SIM 1). Em seguida, realizamos uma segunda simulação, desta feita concedendo um benefício extra exclusivamente às famílias monoparentais, no valor de R\$ 13,00 (SIM 2), equivalente a 20% do benefício médio utilizado no exercício.

Tabela 19. Valor médio e hiato médio do rendimento familiar per capita segundo simulações - 2004
40% mais pobres - famílias com crianças (monoparentais e biparentais)

Decis	Renda Familiar' antes da Imputação			Simulação 1			Simulação 2		
	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Hiato de Renda	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Hiato de Renda	Casal com filhos	Mãe sem cônjuge	Hiato de Renda
1	24,01	12,41	52%	32,75	32,00	98%	32,75	35,92	110%
2	62,68	59,72	95%	68,92	66,78	97%	68,92	67,28	98%
3	97,53	91,62	94%	103,93	99,71	96%	103,93	99,92	96%
4	135,80	130,09	96%	141,44	136,85	97%	141,44	137,00	97%
Total 40%	80,02	66,66	83%	86,73	78,22	90%	86,73	79,77	92%

Fonte: PNAD/IBGE 2004.

Inicialmente, vale à pena destacar um aspecto de grande interesse na avaliação do impacto das transferências de renda compensatórias: o hiato na renda familiar per capita, entre arranjos, registrado na Tabela 17 para o primeiro décimo (0,55 em 2004) e para os demais (em torno a 0,95), se reproduz, na mesma proporção ao deduzirmos da ‘renda familiar’ calculada para efeitos da simulação a categoria “outros rendimentos”. Isso significa que tais transferências são inefetivas na redução do *gap* existente e expressivo (quase 50%) entre as famílias mais miseráveis, reproduzindo iniquidades. Poder-se-ia esperar que tais mecanismos compensatórios viessem também a corrigir esse diferencial importante,

²⁸ Tomamos esse valor por ser aquele pago, em média, aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

o que não ocorre. As famílias mais vulneráveis, mais desprotegidas e mais destituídas de meios para reivindicar direitos e acesso, sem *functionings* e sem *capabilities*, embora tenham reduzido a intensidade da pobreza em que vivem, permanecem em situação pior, para retomar referenciais rawlsianos no debate sobre redução das desigualdades.

Constata-se, através da leitura da Tabela 19, que, na primeira simulação (SIM 1), a concessão de um benefício único de R\$ 65,00 corrige substantivamente o diferencial de renda per capita entre os dois arranjos familiares, inclusive no primeiro décimo da distribuição. O *gap* da renda familiar média entre os dois arranjos nos 40% mais pobres cai de 0,55 para 0,90.

Se adicionarmos uma “compensação” de 20% do valor do benefício médio para as famílias monoparentais – equivalente, no presente exercício, a R\$ 13,00 (SIM 2) –, como incentivo ao trabalho árduo da pessoa de referência, o diferencial cai na média para 0,92. No caso dos mais pobres entre os pobres, onde as famílias monoparentais são fortemente representadas (37% das famílias no primeiro decil, conforme Tabela A1, do Anexo), o hiato se inverte (1,1).

Em conclusão, defendemos a proposta de que seja paga um acréscimo de 20% aos benefícios direcionados a famílias com crianças monoparentais de modo a recompensar todos aqueles, homens e mulheres trabalhadores, que assumem sozinhos e com imensa dificuldade a responsabilidade de compensar os déficits de cidadania que lhes são impostos e que nem mesmo as políticas sociais conseguem hoje suprir de modo eficiente e eficaz. Isso contribuiria para regular e assegurar um determinado patamar de renda familiar mais sustentável para fazer frente inclusive aos períodos de desocupação que ocorrem com frequência e podem comprometer as condições de enfrentamento do risco e da vulnerabilidade por parte das famílias constituídas apenas por um adulto. Assim, estaremos corrigindo falhas de focalização que não consideraram a questão das famílias monoparentais no desenho dos programas.

Diga-se, à guisa de conclusão, que nada disso seria radicalmente inovador, embora novo entre nós. Políticas que reduzem a vulnerabilidade das famílias monoparentais fazem parte do acervo dos sistemas de proteção social da União Européia e dos países desenvolvidos, porque são a melhor maneira de reduzir o risco de pobreza no presente

e de permanência na pobreza das gerações futuras. Na Inglaterra, o *New Deal for Lone Parents* é apenas um dos muitos exemplos²⁹ das mudanças que a quebra dos paradigmas tradicionais dos arranjos familiares impõe. A finalidade é não apenas assegurar uma renda de forma permanente, mas gerar oportunidades de uma inserção ocupacional mais favorável e permanente para aquelas famílias onde um adulto tem de sozinho atender a demandas familiares de toda sorte, que mesclam obtenção de renda e recursos para o bem-estar dos seus, afeto e equilíbrio na gestão do cotidiano familiar. O custo futuro dessa não-assistência preventiva acaba por ser infinitamente mais oneroso.

Resumo

Este artigo tem por finalidade analisar a evolução recente dos diferenciais de gênero no mercado de trabalho, tomando como público-alvo da nossa análise os grupos mais vulneráveis socialmente. Por vulneráveis, referimo-nos aqui aos indivíduos e famílias vivendo nos 4 primeiros décimos da população. A metodologia empregada consiste inicialmente na seleção e análise de algumas variáveis estatísticas das PNAD 2001 e 2004, desagregadas por sexo e classe de renda. Observa-se que nos quatro primeiros décimos da distribuição praticamente não há hiato salarial de gênero, homens e mulheres pobres tendo igual desempenho no mercado de trabalho no que tange sua remuneração (renda padronizada). De posse desses elementos empíricos, elaboramos um modelo de regressão logística (dados apenas para 2004) de modo a identificar os fatores que mais contribuem para a variação dos rendimentos ocupacionais das mulheres, sabendo-se que quanto maior a renda das famílias e mais elevado o grau de escolaridade feminino, maior será a taxa de atividade e de ocupação femininas, maior o número médio de horas trabalhadas bem como mais alta a renda do trabalho das mulheres. Tomamos como variável dependente a renda das mulheres ocupadas situadas nos quatro primeiros décimos da distribuição de renda, onde o diferencial salarial de gênero é nulo (1º décimo) ou quase nulo e identificamos a contribuição de um conjunto de fatores sobre o valor dos rendimentos do trabalho das mulheres. Educação tem peso menor que permanência em creche e pré-escola das crianças. Em seguida buscamos identificar como variou a renda das famílias mais pobres segundo categorias definidas

²⁹ *Allocation Parent Isolé (API)*, na França; *One Parent Family Payment*, na Irlanda; e majoração significativa do valor das prestações familiares universais de apoio à educação das crianças na maioria dos países europeus onde são obrigatórias (Dinamarca, Alemanha, Grécia, Noruega, Finlândia, Suécia).

pelo IBGE. Nosso intuito consistiu em estimar em que proporção as famílias monoparentais e biparentais pobres foram beneficiadas por incrementos de renda outros que não aqueles derivados do trabalho (transferências de renda do setor público – item “outros rendimentos” do questionário PNAD). Finalmente, o trabalho propõe a concessão de um diferencial de renda nas transferências públicas para os chefes de famílias monoparentais, independentemente do sexo, na qualidade de um direito. Tal valor adicional nas transferências de renda tem por finalidade compensar rendimentos do trabalho em menor valor e superar as desigualdades de acesso geradas pelos programas sujeitos à comprovação de insuficiência de renda que, ao promover a “fila”, excluem a maioria do público-alvo potencial, reproduzindo a pobreza.

Abstract

This article analyzes recent trends in labor market differences by gender among the most socially vulnerable population, i.e. individuals and families with incomes among Brazil's lowest four income deciles. Based on the 2001 and 2004 National Household Survey (PNAD), we find that among the most socially vulnerable there is almost no gender wage gap in income. Based on those findings, we run a logistic regression to identify variables that best account for variation in women's income in the bottom four income deciles. We find that education is less important than whether or not their children are in daycare or preschool. Secondly, we identify how family income among the poor varies according to family structure. We then proceed to estimate the extent to which poor single- and couple-parent headed families benefit from greater non-work income (public income transfers or “other income” according to the PNAD survey). Based on this study's findings, we propose an automatic twenty percent increase in income transfers for single parent families, independent of their sex. Because social programs for the most vulnerable tend to require proof of insufficient income and thus the costs of time, this additional transfer amount seeks to compensate for decreased access to such programs faced disproportionately by population sectors such as single parents.

Os Autores

LENA LAVINIAS é professora adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

MARCELO NICOLL é economista, mestrando da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE).

Anexo 1

Tabela A1. Renda do trabalho dos 40% mais pobres ($0 < 1$ SM) por sexo e por decil até 4º.

Renda do trabalho zero						
	Masculino	2001 Feminino	Total	Masculino	2004 Feminino	Total
1º	47%	70%	57%	33%	53%	41%
2º	21%	47%	31%	16%	38%	24%
3º	15%	37%	24%	11%	27%	17%
4º	14%	32%	21%	10%	19%	14%
Total	22%	45%	32%	16%	32%	22%

Ganha menos de 1 salário mínimo						
	Masculino	2001 Feminino	Total	Masculino	2004 Feminino	Total
1º	47%	28%	39%	59%	46%	54%
2º	36%	38%	37%	41%	47%	43%
3º	23%	33%	27%	31%	46%	36%
4º	16%	25%	20%	23%	34%	27%
Total	29%	31%	30%	36%	42%	39%

Ganha mais de 1 salário mínimo						
	Masculino	2001 Feminino	Total	Masculino	2004 Feminino	Total
1º	3%	0%	2%	4%	0%	2%
2º	30%	7%	21%	26%	5%	18%
3º	51%	16%	37%	47%	15%	35%
4º	58%	25%	44%	54%	24%	42%
Total	38%	13%	28%	36%	13%	27%

Tabela A2. Distribuição das famílias segundo o tipo de família e o decil de renda familiar per capita 2001-2004

	Unipessoal		Casal sem filhos		Casal com filhos		Mãe sem cônjuge		Outros tipos		Total	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
1º	5%	5%	5%	5%	50%	48%	36%	37%	3%	4%	4.253.482	4.608.514
2º	2%	1%	4%	4%	71%	71%	20%	20%	3%	4%	3.678.927	4.070.291
3º	2%	3%	5%	5%	68%	68%	20%	19%	4%	4%	4.095.923	4.430.610
4º	2%	2%	13%	14%	55%	52%	22%	24%	8%	8%	4.717.854	5.170.932
5º	2%	3%	11%	11%	63%	60%	19%	20%	6%	6%	4.641.319	5.110.012
6º	19%	19%	16%	17%	45%	42%	15%	16%	6%	6%	5.718.917	6.236.657
7º	8%	8%	16%	17%	54%	52%	16%	16%	6%	7%	5.189.714	5.797.243
8º	12%	11%	17%	20%	50%	48%	15%	15%	6%	7%	5.600.261	6.054.092
9º	12%	17%	20%	20%	48%	43%	13%	13%	7%	7%	5.687.490	6.479.951
10º	19%	20%	21%	23%	42%	40%	11%	11%	7%	7%	6.265.945	6.880.604
Total	9%	10%	14%	15%	53%	51%	18%	18%	6%	6%	49.849.832	54.838.906

Fonte: PNAD/IBGE 2001 e 2004

Nota: Foram excluídos os casos de *missing* na renda familiar.

Tabela A3. Número médio de filhos por tipo de família

Decis	2001	2004
1º	3	2
2º	2	2
3º	2	2
4º	2	1
40%	2	2

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2004.

Anexo estatístico

O anexo estatístico descreve o exercício de modelagem apresentado na parte 3 deste trabalho. Com o objetivo de investigar os fatores que mais contribuíram para elevar os rendimentos do trabalho das mulheres ocupadas mais pobres, procuramos ajustar um modelo de regressão múltipla. Nestes modelos os coeficientes são interpretados, de maneira simples, como a variação na variável resposta quando a variável explicativa é aumentada em uma unidade e todas as outras variáveis permanecem constantes.

O conjunto de dados utilizado para a modelagem contém mulheres ocupadas, com idade entre 16 e 64 anos, pertencentes aos primeiros quatro décimos da distribuição de renda familiar per capita. O rendimento mensal total de todas as fontes de trabalho foi tomado como variável de resposta, assumindo escala numérica contínua, com limite inferior igual a zero, para pessoas ocupadas sem rendimento. As variáveis explicativas testadas foram todas aquelas (disponíveis na PNAD 2004) que pudessem ter qualquer influência na inserção ou situação salarial da mulher no mercado de trabalho.

A distribuição da renda das mulheres pobres ocupadas, para a variável “ser informal”, apresentou padrão bimodal, levando a suspeita de se tratar de distribuições distintas: para as informais e não informais. De fato, os testes comparativos sugeriram a existência de dois padrões de rendimentos das ocupadas pobres: um para mulheres no setor informal e outro para as formalizadas. Desta forma, e simplificando o exercício de comparação dos distintos padrões, procedemos ao uso de variáveis de interação entre as variáveis explicativas, que tiveram comportamento distinto nas duas distribuições, e a variável binária “ser informal”. Isto pode ser feito multiplicando-se o valor da variável “ser informal” (0 ou 1), pelo valor da respectiva variável de interesse.

Mostraram-se significantes, ao nível de 5%, 25 variáveis explanatórias: 21 binárias, com valor 0 para a ausência da característica indicada e valor 1 para a presença; e 4 numéricas, assumidas como variáveis contínuas. Segue abaixo a descrição do modelo final:

$$\begin{aligned}
 (Y_MOCUP)_t = & \beta_1 \cdot \epsilon_1 MAQLAV_t - \beta_2 IDAD_45_t - \delta_2 MIN_DOM_t - \delta_3 FILH_0_3_t - \delta_4 FILH_4_7_t - \\
 & + \delta_5 FIL_03FC_t + \delta_6 FIL_46FE_t + \delta_7 FIL_7_17_t + \delta_8 F18_MAIS_t + \delta_9 F10_15AJ_t + \\
 & + \delta_{10} CONJUGE_t + \delta_{11} CHEFE_t + \beta_3 TOT_HORA_t + \beta_4 HS_WDOME_t + \beta_5 ANO_EST_t + \\
 & + \gamma_1 (INF_t \times FILH_0_3_t) + \gamma_2 (INF_t \times FILH_4_7_t) + \gamma_3 (INF_t \times FIL_03FC_t) + \gamma_4 (INF_t \times FIL_46FE_t) + \\
 & + \gamma_5 (INF_t \times FIL_7_17_t) + \gamma_6 (INF_t \times F18_MAIS_t) + \gamma_7 (INF_t \times F10_15AJ_t) + \\
 & + \gamma_8 (INF_t \times CONJUGE_t) + \gamma_9 (INF_t \times CHEFE_t) + \gamma_{10} (INF_t \times ANO_EST_t) + \mathcal{E}
 \end{aligned}$$

Onde, para cada uma das t observações:

- Y_MOCUP = Rendimento mensal de todas as fontes de trabalho.
- MAQLAV = (1) Ter máquina de lavar no domicílio; (0) caso contrário.
- IDAD_45 = Idade em anos completos, até 45 anos. As idades superiores a 45 anos foram substituídas por este valor, pois a partir deste ponto, a idade não contribuí mais com acréscimos à renda.
- MIN_DOM = (1) Presença de mulher inativa no domicílio; (0) caso contrário.
- FILH_0_3 = (1) Presença de filho de 0 a 3 anos de idade no domicílio; (0) caso contrário.
- FILH_4_6 = (1) Presença de filho de 4 a 6 anos de idade no domicílio; (0) caso contrário.
- FIL_03FC = (1) Ter algum filho de 0 a 3 anos, no domicílio, fora da creche; (0) caso contrário.
- FIL_46FE = (1) Ter algum filho de 4 a 6 anos, no domicílio, fora da pré-escola; (0) caso contrário.
- FIL_7_17 = (1) Presença de filho de 7 a 17 anos de idade no domicílio; (0) caso contrário.
- F18_MAIS = (1) Presença de filho de 18 anos ou mais de idade no domicílio; (0) caso contrário.
- F10_15AJ = (1) Ter filho de 10 a 15 anos, ajudando nos afazeres domésticos do domicílio; (0) caso contrário.
- CONJUGE = (1) Ser cônjuge; (0) caso contrário.
- CHEFE = (1) Ser chefe de família; (0) caso contrário.
- TOT_HORA = Total de horas trabalhadas na semana.
- HS_WDOME = Total de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana.
- ANO_EST = Anos de estudos completos.
- INF = Ser informal.

Percebe-se melhor o efeito da inclusão das variáveis interativas no modelo examinando a esperança matemática da função de regressão nos casos possíveis da variável “ser informal”. Se o modelo estiver corretamente especificado, então $E(\epsilon_t) = 0$ e

Quando $INF = 1$, temos:

$$\begin{aligned}
 E(Y_{MOCUP}_t) = & \beta_1 - \delta_1 MAQLAV_t - \beta_2 IDAD_{45}_t - \delta_2 MIN_DOM_t - (\delta_3 - \gamma_1) \times FILH_0_3_t \\
 & + (\delta_4 + \gamma_2) \times FILH_4_6_t + (\delta_5 + \gamma_3) \times FIL_03FC_t + (\delta_6 + \gamma_4) \times FIL_46FE_t + \\
 & + (\delta_7 + \gamma_5) \times FIL_7_17_t + (\delta_8 + \gamma_6) \times F18_MAIS_t + (\delta_9 + \gamma_7) \times F10_15AJ_t + \\
 & + (\delta_{10} + \gamma_8) \times CONJUGE_t + (\delta_{11} + \gamma_9) \times CHEFE_t + \beta_3 TOT_HORA_t + \\
 & + \beta_4 HS_WDOME_t + (\beta_5 + \gamma_{10}) \times ANO_EST_t
 \end{aligned}$$

Quando $INF = 0$, temos:

$$\begin{aligned}
 E(Y_{MOCUP}_t) = & \beta_1 - \delta_1 MAQLAV_t - \beta_2 IDAD_{45}_t - \delta_2 MIN_DOM_t - \delta_3 FILH_0_3_t \\
 & + \delta_4 FILH_4_6_t + \delta_5 FIL_03FC_t + \delta_6 FIL_46FE_t + \delta_7 FIL_7_17_t + \\
 & + \delta_8 F18_MAIS_t + \delta_9 F10_15AJ_t + \delta_{10} CONJUGE_t + \delta_{11} CHEFE_t + \\
 & + \beta_3 TOT_HORA_t + \beta_4 HS_WDOME_t + \beta_5 ANO_EST_t
 \end{aligned}$$

1. REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Neste artigo será analisada a queda da desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2004, destacando-se o que ocorreu após 2001. A análise se restringe aos dados das PNAD, sendo consideradas as seguintes distribuições:

- a) do rendimento domiciliar per capita (RDPC), definido como o cociente entre o rendimento domiciliar e o número de pessoas residentes, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos, e considerando apenas os domicílios particulares permanentes com declaração de rendimento;
- b) do rendimento mensal de todas as fontes da população economicamente ativa (PEA) com rendimento positivo;
- c) do rendimento mensal de todas as fontes para a PEA total (PEA com declaração de rendimento, incluindo os que declararam rendimento nulo); e
- d) rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento (POC).

Cabe ressaltar que para todos os anos foram utilizados os microdados fornecidos pelo IBGE, considerando sempre a última versão disponível para os fatores de expansão associados a cada observação da amostra. Até 2003 a PNAD não cobria a área rural da antiga Região Norte. Então, para manter a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo, na PNAD de 2004 foram desconsiderados os dados referentes à área rural da antiga Região Norte.

A Tabela 1 mostra a variação do índice de Gini para as quatro distribuições de renda definidas anteriormente, de 1995 a 2004. Para a renda domiciliar per capita (RDPC) a queda no índice de Gini entre 1995 e 2001 é muito pequena, e é apenas a partir de 2001 que se observa uma clara tendência decrescente. Para as outras três distribuições analisadas, é possível considerar que há uma tendência de redução da desigualdade ao longo do período 1995-2004. A Figura 1 permite visualizar as variações nos índices de Gini das quatro distribuições.

Tabela 1. Queda na desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2004: índice de Gini para renda domiciliar per capita (RDPC), rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) ou incluindo os sem rendimento (PEA total) e rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC).

Ano	Índice de Gini para			
	RDPC	PEA	PEA total	POC
1995	0,599	0,589	0,662	0,585
1996	0,600	0,584	0,657	0,580
1997	0,600	0,584	0,659	0,580
1998	0,598	0,581	0,659	0,575
1999	0,592	0,572	0,655	0,567
2001	0,594	0,571	0,642	0,566
2002	0,587	0,569	0,637	0,563
2003	0,581	0,561	0,630	0,554
2004	0,569	0,553	0,616	0,547

É compreensível que a desigualdade da RDPC mostre um comportamento distinto do observado para a PEA ou para as pessoas ocupadas, pois essas últimas distribuições refletem mais diretamente o que ocorre no mercado de trabalho. Note-se, por exemplo, que as pessoas inativas, que recebem aposentadorias e pensões, estão consideradas no cálculo da RDPC, mas estão excluídas das outras três distribuições analisadas. A distribuição da RDPC é afetada pela composição das famílias (número de crianças, número de pessoas economicamente ativas, número de

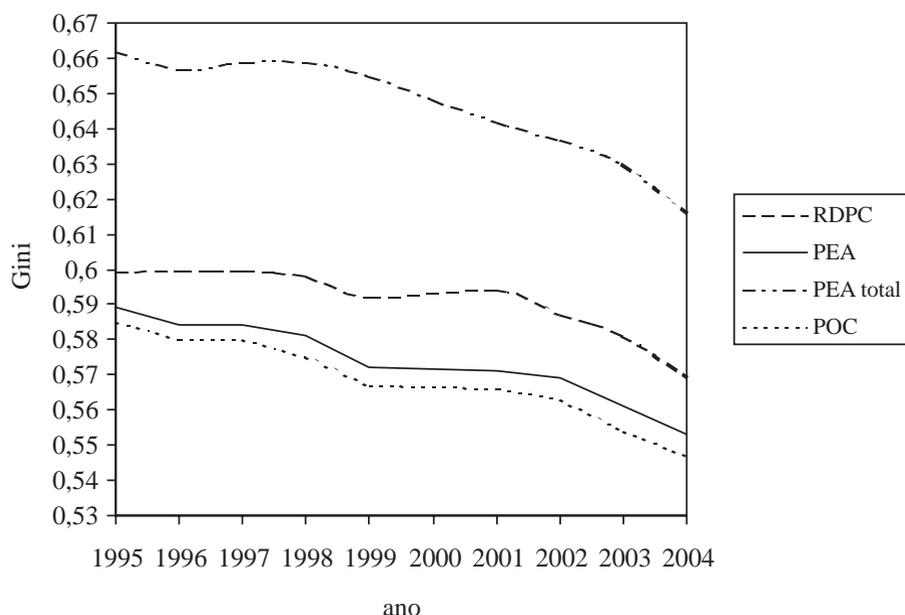


Figura 1. A queda do índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2004.

aposentados, etc.) e pela associação entre os componentes do rendimento domiciliar.

Observa-se, na Tabela 1, que o índice de Gini do rendimento da PEA total (incluindo pessoas com rendimento nulo) é sempre maior do que o índice de Gini para a PEA com rendimento positivo, mas que ambos apresentam tendência de redução ao longo do período analisado, mostrando que as variações no desemprego não chegaram a mudar o sentido das variações na desigualdade (exceto no período 1996-1998).

2. MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ENTRE 2001 E 2004.

Vimos, na Tabela 1, que o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC) cai de 0,594 em 2001 para 0,569 em 2004. Essa redução de 2,5 pontos percentuais em três anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante à do crescimento de oito pontos percentuais do índice de Gini do rendimento da PEA no Brasil na década

de 1960, que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate político.

Outros indicadores de desigualdade apontam no mesmo sentido. A porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos cai de 47,2% em 2001 para 45,0% em 2004, ao mesmo tempo em que a porcentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos cai de 33,8% para 31,9%. Em 2001 a porcentagem da renda total apropriada pelos 1% mais ricos (13,8%) ainda era maior do que a porcentagem da renda apropriada pelos 50% mais pobres (12,7%). A situação se inverte em 2004, ficando 12,8% para o centésimo mais rico e 14,0% para a metade mais pobre. O índice *T* de Theil diminui de 0,720 em 2001 para 0,656 em 2004.

Para comparar os rendimentos de diferentes anos, eles serão expressos em reais de fevereiro de 2006, utilizando o INPC como deflator. Como a PNAD levanta o rendimento de setembro e a maioria das pessoas recebe o pagamento no início de outubro, obtém-se um deflator para início de outubro calculando a média geométrica entre os valores do INPC de setembro e outubro.

A Tabela 2 mostra o valor médio do RDPC na população e em seis estratos delimitados por percentis. Cada um dos quatro primeiros estratos inclui 20% da população, ordenada conforme valores crescentes do RDPC. Assim, o primeiro estrato é o quinto mais pobre. O quinto

Tabela 2. Evolução do rendimento médio para seis estratos da distribuição da renda domiciliar per capita. Brasil, 2001-2004.

Estrato	Renda média em R\$ de fev./2006				Variação 2001-2004
	2001	2002	2003	2004	
Quinto mais pobre	50,9	55,4	52,4	59,0	16,0%
Segundo quinto	127,3	130,4	125,8	136,6	7,3%
Terceiro quinto	223,4	225,7	218,0	231,5	3,7%
Quarto quinto	391,0	392,4	375,3	393,0	0,5%
Nono décimo	703,6	700,8	664,5	684,7	-2,7%
Décimo mais rico	2046,4	2033,2	1881,4	1901,7	-7,1%
Total	433,5	434,2	408,9	422,7	-2,5%

estrato é formado pelos 10% da população delimitados pelo 8º e pelo 9º decil. Finalmente, o sexto estrato é constituído pelos 10% mais ricos. Cabe ressaltar que os limites entre estratos variam de ano para ano. O valor do 4º decil (o limite entre o 2º e o 3º estrato) aumenta de R\$ 169,90 em 2001 para R\$ 178,60 em 2004 (sempre em reais de fevereiro de 2006), ao mesmo tempo em que o 9º decil (o limite entre o 5º e o 6º estrato) diminui de R\$ 933,30 para R\$ 893,00.

O rendimento médio para toda a população permanece praticamente o mesmo em 2001 e 2002, cai em 2003 e se recupera parcialmente em 2004. No período de três anos esse rendimento médio diminui 2,5%. Devido à redução na desigualdade, o comportamento da renda mediana é mais favorável do que o da renda média: ela aumenta 4,6%, passando de R\$ 218,50 em 2001 para R\$ 228,60 em 2004.

A Tabela 2 mostra que entre 2001 e 2004 aumentou a renda média dos três primeiros estratos e diminuiu a renda média dos dois últimos estratos. A variação no rendimento médio é de 16,0% para os 20% mais pobres e -7,1% para os 10% mais ricos. Os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos se tornaram menos ricos.

Se fixarmos a linha de pobreza em R\$ 100,00 per capita, em reais de fevereiro de 2006, verifica-se que o número de pobres cai de 38,3 milhões de pessoas (23,1% da população) em 2001 para 35,3 milhões (20,3% da população) em 2004. Por outro lado, o número de pessoas com RDPC superior a R\$ 2.000,00 diminui de 5,0 milhões (3,0% da população) em 2001 para 4,7 milhões (2,7% da população) em 2004. Em comparação com 2001, em 2004 há menos pobres e menos ricos no Brasil, de acordo com os dados da PNAD.

Seja p a porcentagem acumulada da população ordenada conforme valores crescentes do RDPC. Comparando 2001 e 2004, verifica-se que para $p \leq 95\%$, a renda média dos $p\%$ mais pobres em 2004 é maior do que a renda média dos $p\%$ mais pobres em 2001. Então, desde que não seja adotada uma linha de pobreza absurdamente elevada (que levaria a considerar pobres 95% ou mais da população brasileira), houve redução da pobreza entre 2001 e 2004, quando se utilizam medidas que levam em consideração a insuficiência de renda dos pobres.

Ao divulgar os resultados da PNAD de 2004, o IBGE ressaltou o aumento recente do nível de ocupação, que passou de 55,4% em 2003

para 56,3% em 2004. Esse é um dos fatores que explica o fato de o RDPC crescer 3,4% de 2003 a 2004, apesar de o rendimento de todos os trabalhos por pessoa ocupada permanecer estagnado. Mas há também mudanças importantes na composição do rendimento domiciliar, que vem ocorrendo há mais tempo.

A participação do rendimento de todos os trabalhos (atividades exercidas pelas pessoas) no rendimento domiciliar total cai de 81,4% em 1997 para 77,9% em 2001 e 76,3% em 2004. A participação de aposentadorias e pensões no rendimento total cresce de 15,2% em 1997 para 18,5% em 2001 e 19,6% em 2004. Se considerarmos apenas as aposentadorias e pensões pagas pelo governo federal ou por instituto de previdência, essas porcentagens são 14,1%, 17,1% e 18,1%.

Em qualquer questionário sobre rendimentos, haverá sempre aquela pergunta final sobre os “outros” rendimentos. Infelizmente, nos dados da PNAD, essa pergunta abrange rendimentos de natureza muito distinta: inclui juros e dividendos, mas inclui também o que as pessoas receberam de programas oficiais de auxílio, como bolsa-escola ou renda mínima.¹

Cabe ressaltar que o rendimento de juros e dividendos certamente é mais subdeclarado do que outros componentes da renda. Verifica-se que a participação desses “outros rendimentos” no total da renda domiciliar cresceu de 0,6% em 1997 para 0,9% em 2001 e 1,6% em 2004. E o que chama a atenção é o extraordinário crescimento da participação desse item na renda total dos estratos mais pobres. É razoável admitir que nesses estratos praticamente não há rendimento de juros e dividendos. Podemos concluir, então, que o crescimento da participação desse item nos rendimentos totais reflete a ampliação dos programas oficiais de transferência de renda. Trata-se de componente com participação diminuta na renda total, mas com participação expressiva na renda dos mais pobres. Seu crescimento contribuiu substancialmente para reduzir a desigualdade e a pobreza.

Um componente importante da renda total que poderia estar contribuindo para reduzir a desigualdade seria o rendimento de aposentadorias e pensões, mas, sob esse aspecto, não há indicação de nenhuma melhora em 2004. Da mesma maneira que ocorria em anos anteriores, em 2004 o rendimento de aposentadorias e pensões continua

¹Esse tema é especificamente analisado em Hoffmann(2006), Soares(2006) e Barros et al.(2006).

reforçando o padrão de elevada desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Destacando os domicílios com rendimento per capita acima de R\$ 1.000,00 (em moeda de setembro-outubro de 2004), verifica-se que constituem 10% do total de domicílios, incluem 7,4% do total de pessoas, auferem 38,9% do rendimento total, 38,2% do total de rendimentos de todos os trabalhos (rendimentos de ocupação, como empregado, empregador ou conta-própria), 40,6% do total de aposentadorias e pensões e 40,3% do total de aposentadorias e pensões pagas pelo governo ou por instituto de previdência. A participação dos relativamente ricos nas aposentadorias e pensões é maior do que sua participação na renda total. Não houve tempo para que se manifestasse algum efeito da última reforma da previdência. Fica a esperança de que possa ser constatado um efeito no futuro.

3. O LIMITE ENTRE OS RELATIVAMENTE POBRES E OS RELATIVAMENTE RICOS EM 2004

Nesta seção vamos analisar mais pormenorizadamente a distribuição de renda no Brasil em 2004, com base nos dados da PNAD. Como não são feitas comparações com outros anos, são utilizados todos os dados da PNAD de 2004, incluindo as informações para a área rural da antiga Região Norte.

São apresentados dois valores para os rendimentos: o valor obtido na PNAD (em reais de setembro-outubro de 2004) e um valor corrigido, considerando a inflação até fevereiro de 2006, e uma correção para a taxa média de subdeclaração dos rendimentos, que é estimada em 40%.²

A Tabela 3 mostra os resultados obtidos para a distribuição do rendimento de todas as fontes por pessoa economicamente ativa com rendimento positivo e para a distribuição do RDPC.

Embora o índice de Gini seja mais elevado para a distribuição do RDPC, verifica-se que nas duas distribuições o décimo mais rico se apropria de 45,1% da renda total, e o centésimo mais rico fica com 12,9%.

O valor corrigido da mediana indica que metade da PEA do país recebe mensalmente R\$ 714,00 ou menos e que metade da população reside em domicílios com renda per capita até R\$ 375,00.

² A correção para a inflação entre setembro-outubro de 2004 e fevereiro de 2006, de acordo com o INPC, corresponde a um fator igual a 1,071578. Então o fator de correção total fica $1,071578/0,6 = 1,785963$.

Tabela 3. Estatísticas relativas à distribuição do rendimento na População Economicamente Ativa (PEA) com rendimento e a distribuição do rendimento domiciliar per capita, conforme dados da PNAD de 2004.

Estatística	PEA – rendimento de todas as fontes positivo	Rendimento domiciliar per capita
Número de pessoas (1000)	78.105	176.855
Índice de Gini	0,553	0,570
T de Theil	0,638	0,659
L de Theil	0,571	-
% da renda apropriada pelos		
40% mais pobres	10,8	9,2
50% mais pobres	15,7	14,0
10% mais ricos	45,1	45,1
5% mais ricos	32,1	32,0
1% mais ricos	12,9	12,9
Valores observados ⁽¹⁾		
Média	757,5	390,5
1ª Quartil	260,0	107,0
Mediana	400,0	210,0
3ª Quartil	780,0	410,0
90ª percentil	1.500,0	825,0
95ª percentil	2.500,0	1.300,0
99ª percentil	6.000,0	3.000,0
Valores corrigidos ⁽²⁾		
Média	1.353	697
1ª Quartil	464	191
Mediana	714	375
3ª Quartil	1.393	732
90ª percentil	2.679	1.473
95ª percentil	4.465	2.322
99ª percentil	10.716	5.358

(1) Em reais de set.-out. de 2004.

(2) Valores originais divididos por 0,6 a título de correção da subdeclaração e expressos em reais de fevereiro de 2006.

Pessoas que recebem mais de R\$ 4.465,00 estão entre os 5% mais bem-remunerados. Pessoas em domicílios com renda per capita acima de R\$ 2.322,00 estão entre os 5% mais ricos.

A delimitação de quem é “rico” é, obviamente, muito arbitrária. A definição a seguir estabelece um critério objetivo para delimitar os “relativamente ricos”.

Dada uma distribuição de renda e sendo adotada uma medida de desigualdade sensível a modificações na renda de todas as pessoas, uma pessoa é considerada relativamente rica se um pequeno acréscimo em sua renda faz com que aumente o valor da medida de desigualdade. Por oposição, uma pessoa é considerada relativamente pobre se um pequeno acréscimo em sua renda faz com que diminua o valor da medida de desigualdade.

Há, portanto, uma renda (λ) que delimita os relativamente ricos e os relativamente pobres. A pessoa é relativamente rica se sua renda é maior do que λ , e é relativamente pobre se sua renda for menor do que λ . O valor desse limite λ depende da medida de desigualdade adotada. O λ associado ao T de Theil tende a ser maior do que o λ associado ao índice de Gini, que, por sua vez, é maior do que o λ associado ao L de Theil (que é igual à renda média).³

O valor do limite λ cresce com a desigualdade da distribuição. Se, por exemplo, for adotado o índice de Gini (G) como medida de desigualdade, o limite λ é o percentil de ordem $(1 + G)/2$. Como o índice de Gini no Brasil tem diminuído nos últimos anos, o correspondente limite λ é um percentil cada vez mais baixo da distribuição. Em 2003 o índice de Gini para o rendimento de todas as fontes de pessoas economicamente ativas (com rendimento) foi 0,561 e o correspondente limite λ era o percentil de ordem 78. Em 2004 o índice de Gini para a mesma distribuição (incluindo dados da área rural da antiga região Norte) é 0,553 e o correspondente limite λ é o percentil de ordem 77,6 (que é R\$ 800, quando o percentil de ordem 78 já é R\$ 820,00).

A Tabela 4 mostra os valores originais e os valores corrigidos do limite λ , considerando, alternativamente, o índice de Gini e a medida T de Theil.

Considerando a distribuição do rendimento de todas as fontes por pessoa economicamente ativa e adotando o índice de Gini como medida de desigualdade, o valor corrigido do limite λ é R\$ 1.429,00. Isso significa que uma redução no imposto de renda para alguém que ganhe mais do que esse

³ Ver demonstrações em Hoffmann(2001).

Tabela 4. O limite (λ) entre os relativamente ricos e os relativamente pobres para a distribuição do rendimento na População Economicamente Ativa (PEA) com rendimento e para a distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC).

Distribuição	Medida de desigualdade	O limite λ	
		Valor original ⁽¹⁾	Valor corrigido ⁽²⁾
PEA	Índice de Gini	800,0	1.429
	T de Theil	1.433,7	2.561
RDPC	Índice de Gini	470,0	839
	T de Theil	754,6	1.348

(1) Em reais de setembro-outubro de 2004.

(2) Valores originais divididos por 0,6 a título de correção da subdeclaração e expressos em reais de fevereiro de 2006.

valor vai causar uma elevação do índice de Gini. Assim, se for considerado que um dos objetivos do imposto sobre a renda é reduzir a desigualdade, o limite λ indica um valor apropriado para o limite de isenção desse imposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil mereceu destaque na literatura sobre distribuição de renda pelo intenso crescimento da desigualdade entre 1960 e 1970 e por manter a desigualdade muito elevada daí em diante. É certo que ocorreram algumas oscilações substanciais nas medidas de desigualdade, geralmente associados à aceleração da inflação ou a interrupções efêmeras desse processo. Os dados da PNAD indicam que a partir de 1995, e especialmente a partir de 2001, parece estar ocorrendo um processo mais estável de redução da desigualdade.

Comparando a distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil em 2001 e 2004, verifica-se que em 2004 há menos pobres, os pobres são menos pobres, há menos ricos e os ricos são menos ricos.

Adotando o índice de Gini como medida de desigualdade e fazendo uma correção para a subdeclaração dos rendimentos, estima-se que o limite entre os “relativamente pobres” e os “relativamente ricos” na distribuição do rendimento por pessoa economicamente ativa seja R\$ 1.429,00 (em reais de fevereiro de 2006). Isso significa que tanto o aumento no rendimento de uma pessoa que ganha mais do que R\$ 1.429,00 como a redução no rendimento de alguém que ganha menos que isso causa aumento no índice de Gini dessa distribuição.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Desigualdade de renda. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2004, 2006, Brasília. Anais... Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

HOFFMANN, R. Effect of the rise of a person's income on inequality. *Brazilian Review of Econometrics*, v. 21, n. 2, p. 237-262, Nov. 2001.

_____. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e 5 regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, v. 8, n. 1, jun. 2006.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília : IPEA, 2006. (Texto para discussão/IPEA, n. 11/66).

Resumo

Com base nos dados da PNAD, este artigo analisa, inicialmente, a redução na desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2004. A desigualdade do rendimento da População Economicamente Ativa (PEA) mostra tendência de diminuição ao longo de todo o período, mas a desigualdade do rendimento domiciliar per capita (RDPC) decresce mais acentuadamente apenas a partir de 2001. Em seguida, é analisada mais pormenorizadamente a distribuição do RDPC no período 2001-2004, assinalando o papel dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para a redução recente da desigualdade e da pobreza no país.

Finalmente, são apresentados vários indicadores de posição e desigualdade da distribuição do RDPC e do rendimento por pessoa economicamente ativa no Brasil em 2004, incluindo o valor da renda que delimita os “relativamente pobres” e os “relativamente ricos”, o qual pode balizar a fixação do limite de isenção do imposto de renda.

Abstract

Using data from the Statistical Office's annual national sample survey (PNAD), this paper first analyses the reduction of income inequality in Brazil in the period 1995-2004. Income inequality amongst economically active persons (PEA) shows a decreasing trend in that period, but only after 2001 does the inequality of per capita household incomes decrease substantially.

In the second section, the changes in the distribution of per capita household income from 2001 to 2004 are examined in detail, with special attention to the role played in those changes by the government's income transfer programs, such as allowances for low income families (Bolsa Família). Finally, the paper presents several indicators of position and of inequality of the income distribution, both for the per capita household income and the income of economically active persons in Brazil in 2004. One of those indicators is the level of income by which one is able to distinguish the "relatively poor" from the "relatively rich", which should be relevant to establish the ceiling for income tax exemption.

O autor

RODOLFO HOFFMANN é professor titular aposentado da Esalq-USP e professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Conseqüências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira

Ricardo Barros (Ipea)
Mirela de Carvalho (Ipea)
Samuel Franco (Ipea)
Rosane Mendonça (UFF)

1. INTRODUÇÃO

A boa notícia é que a desigualdade de renda brasileira caiu. Desde 2001 esse fenômeno vem ocorrendo. Até 2004 o coeficiente de Gini já havia se reduzido em 4%.

Apesar de extremamente importante, procuraremos demonstrar neste estudo que a queda na desigualdade de renda brasileira ocorrida entre 2001 e 2004 não foi a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos. Ao longo desse período houve dois momentos em que a desigualdade de renda caiu mais do que recentemente, sendo que em um deles a queda se estendeu por cinco anos.

Conforme veremos, existem evidências de que a desigualdade de renda continuou caindo ao longo de 2005 e a expectativa é que possamos ter pela frente uma quebra de recorde em termos de redução na desigualdade.

Vale lembrar que sempre que ocorrem reduções no grau de desigualdade de renda, a renda média dos pobres aumenta proporcionalmente mais que a dos ricos. Dessa forma, apesar da queda recente na desigualdade não ter sido a maior ou a mais prolongada dos últimos 30 anos, ela foi suficiente para que os mais pobres percebam um nível de desenvolvimento no país e aquecimento da economia que outros grupos de renda não estão percebendo. Conforme buscaremos argumentar no estudo, o crescimento na renda média dos pobres foi extremamente elevado, chegando a superar o crescimento na renda per capita da grande maioria dos países.

Evidentemente, o aumento acelerado na renda média dos mais pobres reduz a pobreza. A queda na pobreza, por sua vez, é o resultado do

crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos, e das reduções no grau de desigualdade, as quais elevam a renda dos pobres e reduzem a dos ricos. Nas últimas décadas, sempre que se observou queda na pobreza brasileira, esse foi o resultado do crescimento econômico. Em isolado, sem a ajuda das reduções de desigualdade, pode ser muito pouco efetivo. Procuraremos demonstrar que, contando apenas com crescimento econômico, o tempo requerido para acabar com a pobreza é demasiadamente longo. Pequenas reduções na desigualdade têm o mesmo impacto sobre a pobreza que consideráveis taxas de crescimento econômico.

Resta saber se a queda recente na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004 é sustentável. Para isso, precisamos investigar seus determinantes imediatos. Com base numa série de simulações contrafactuais, identificamos e quantificamos a contribuição da demografia, da melhoria nas redes de proteção social do país e de mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. Nesse último caso, isolamos a contribuição das transformações na disponibilidade e qualidade dos postos de trabalho daquelas relacionadas à melhoria na qualificação da força de trabalho. Atenção é dispensada também às mudanças ocorridas nas associações e interações entre esses fatores.

Aprender sobre o que causou a queda recente entre 2001 e 2004 pode ser extremamente útil para desenhar intervenções futuras. Afinal, na medida em que existir margem para que os fatores determinantes da queda na desigualdade no passado continuem sendo modificados, eles poderão continuar gerando impacto. Além disso, esse tipo de análise revela fatores que estão estagnados e cuja transformação poderia estar sendo promovida em prol de reduções ainda maiores no grau de desigualdade de renda.

Para dar conta de descrever o fenômeno analisado, identificar suas principais conseqüências e causas imediatas, estruturamos o estudo em mais seis seções além desta introdução. A Seção 2 busca descrever os acontecimentos recentes na distribuição de renda e contextualizá-los no cenário dos últimos 30 anos. Em seguida, passamos à análise das conseqüências da queda na desigualdade. Os principais resultados de interesse nessa seção são: a renda média dos pobres, a pobreza e a extrema pobreza. Na Seção 4, apresentamos o arcabouço teórico que norteia a investigação das causas da queda recente na desigualdade de renda e a metodologia utilizada para isolar e quantificar a contribuição de cada determinante. Na Seção 5, os resultados são apresentados e interpretados.

Por fim, a Seção 6 resume os principais achados e apresenta algumas recomendações de políticas que se pode extrair a partir da investigação.

Ao longo de todo o trabalho, a desigualdade de renda investigada é sempre a associada à distribuição de pessoas, segundo a renda domiciliar per capita. As informações utilizadas são as da PNAD, do IBGE. Também se utiliza brevemente na Seção 2, informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Como as PNADs até o ano de 2003 não incluíam a área rural da Região Norte, essa área foi excluída da pesquisa de 2004 para efeito de comparabilidade com as anteriores.

2. A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE

Estimativas da desigualdade de renda no Brasil mostram um declínio acentuado desde 2001. A disponibilidade de informações sobre a desigualdade de renda no país para os últimos 30 anos permite que analisemos não só a magnitude da queda recente observada, mas também em que medida essa redução na desigualdade foi a mais persistente nesse período.

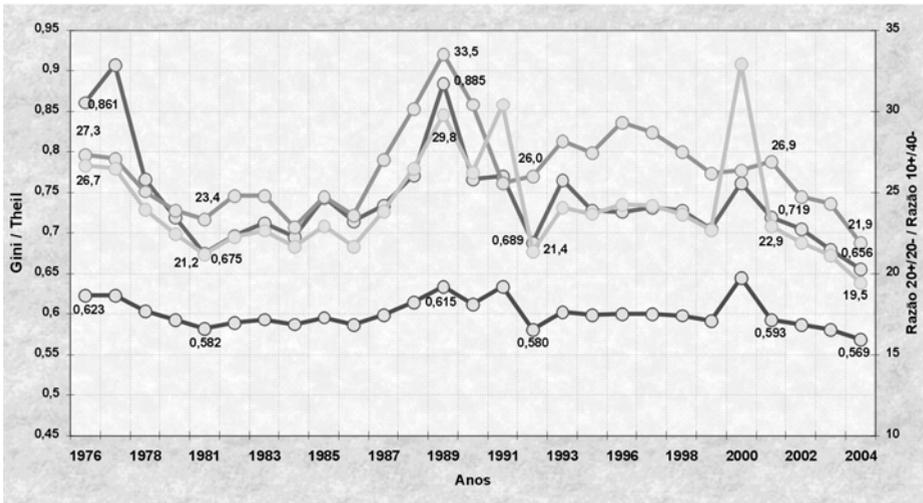
2.1. O GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA ATUAL

Ao menos quatro das principais medidas de desigualdade concordam que, apesar das flutuações, o nível atual da desigualdade de renda no Brasil é hoje o menor dos últimos 30 anos¹ (veja Gráfico 1).

No entanto, observar apenas essas quatro medidas não é suficiente para assegurar que a desigualdade em 2004 é definitivamente a mais baixa do período. Para saber inequivocamente se hoje ela é a menor, é preciso comparar a curva de Lorenz dos diversos anos. O Gráfico 2a indica que, apesar da curva para o ano de 2004 assemelhar-se a um “envelope” das curvas para os demais anos, observamos que há vários cruzamentos.

No entanto, todos esses cruzamentos ocorrem até cerca do vigésimo centil da distribuição, conforme podemos visualizar melhor no Gráfico 2b, o que significa que medidas de desigualdade que não sejam extremamente sensíveis à cauda inferior da distribuição mostrarão, como no caso das quatro medidas apresentadas no Gráfico 1, a desigualdade em 2004 como sendo a menor desde 1976.

¹ As medidas de desigualdade utilizadas foram: coeficiente de Gini, índice de Theil-T, razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres e razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 1. Evolução temporal da desigualdade de renda familiar per capita no Brasil – (1976-2004)

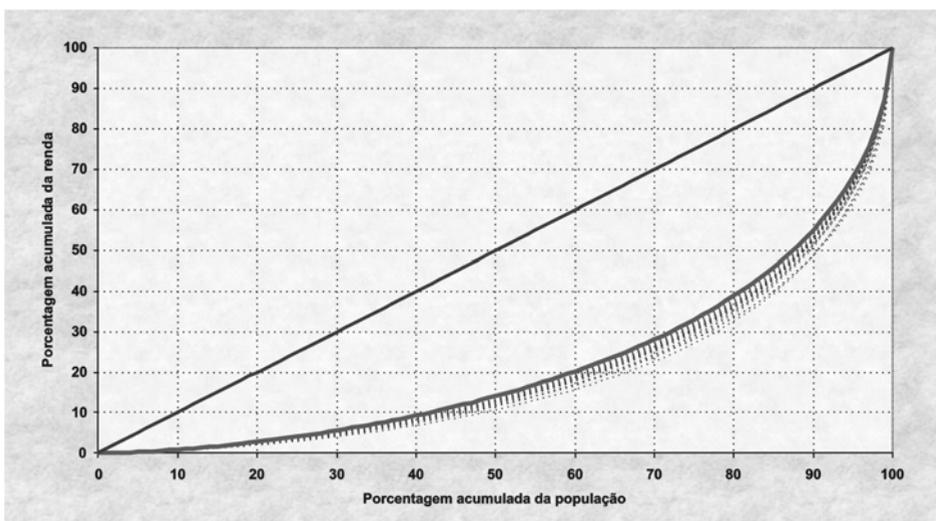
2.2. DECLÍNIO ACENTUADO E PROLONGADO DA DESIGUALDADE

Recentemente, entre 2001 e 2004, há uma forte redução na desigualdade de renda no país. Essa queda na desigualdade recente, entretanto, não foi a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos. Podemos observar três grandes reduções na desigualdade de renda ao longo desses anos. A primeira ocorreu no quinquênio 1976-81, quando o coeficiente de Gini declinou em quase 7% e o índice de Theil-T, em 22%. A segunda queda importante na desigualdade ocorreu no triênio 1989-92, quando o coeficiente de Gini se reduziu 8% e o índice de Theil-T, 22%. Essas duas quedas foram maiores e pelo menos tão prolongadas quanto à ocorrida no triênio 2001-04, quando o coeficiente de Gini caiu 4% e o índice de Theil-T, 9%.

2.3. SUSTENTABILIDADE DO DECLÍNIO ATUAL

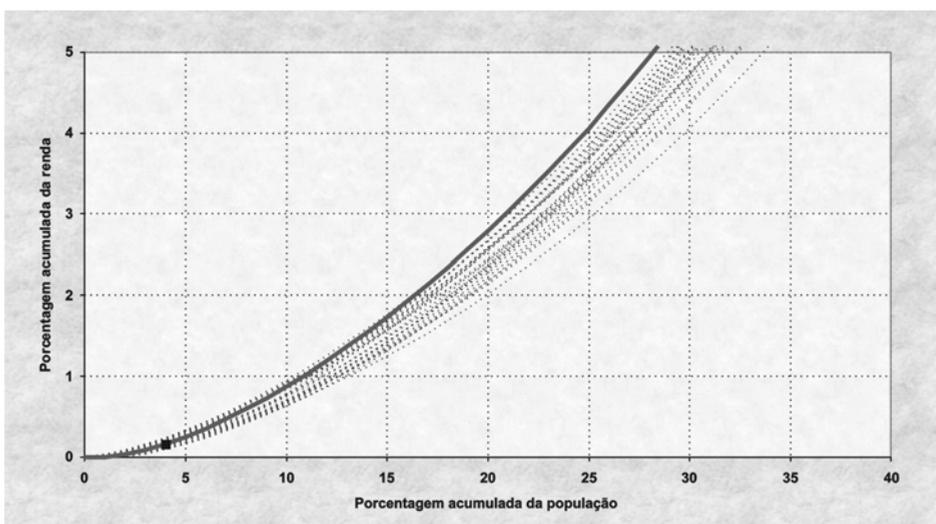
De forma a examinar o comportamento ainda mais recente da desigualdade de renda, utilizamos as informações da PME. Apesar da pesquisa cobrir apenas as seis principais Regiões Metropolitanas do país² e

² As Regiões Metropolitanas consideradas são Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 2a. Curvas de Lorenz (1976-2004)

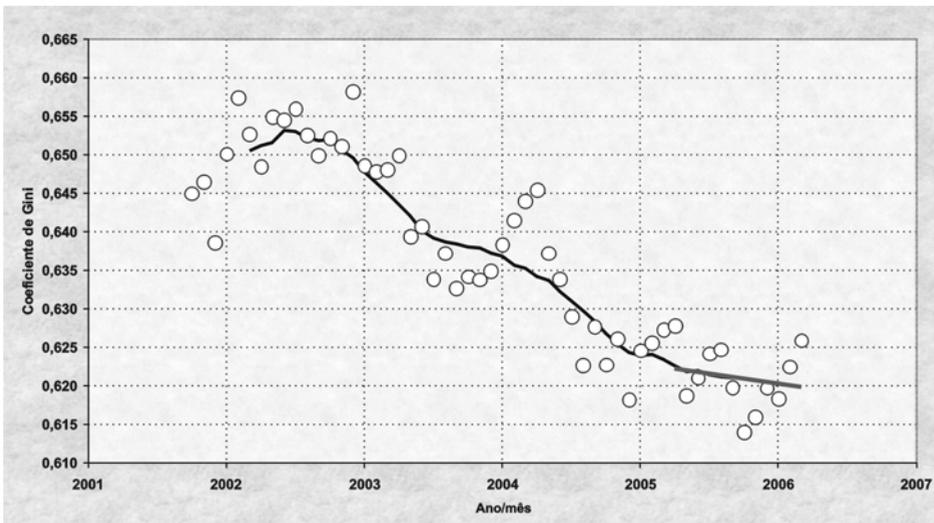


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 2b. Curvas de Lorenz (1976-2004) - 40 primeiros centésimos

da noção de renda que se pode extrair dela se limitar aos rendimentos do trabalho, com essa PME temos informações até março de 2006, o que nos permite verificar se a redução na desigualdade identificada com informações da PNAD continuou ao longo de 2005. O Gráfico 3 apresenta a evolução recente da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, com base na PME. Conforme esse gráfico mostra, a queda na desigualdade certamente continuou durante o primeiro semestre de 2005, embora isso já não seja tão evidente para os últimos meses do ano.

Portanto, há evidências de que a queda na desigualdade verificada para o período 2001-04 deve ter se estendido para além desse triênio.



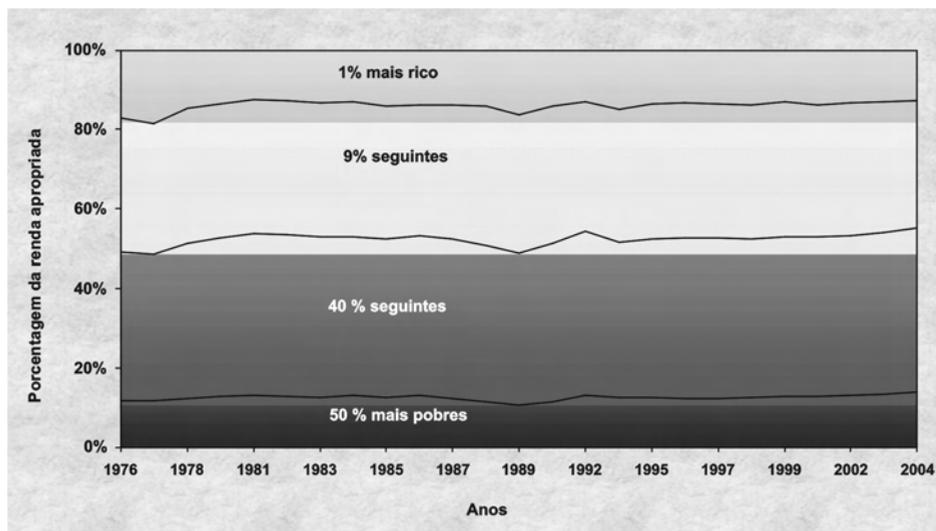
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 3. Evolução da desigualdade de renda do trabalho per capita Brasil metropolitano (2001-2006)

2.4. APESAR DA QUEDA RECENTE A DESIGUALDADE PERMANECE ELEVADA

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece ainda bastante elevada. Como mostra o Gráfico 4, a fatia da renda total apropriada pelo 1% mais rico da população é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se

apropriam de mais de 40% da renda, enquanto que os 4% mais pobres se apropriam de menos de 10% da renda.

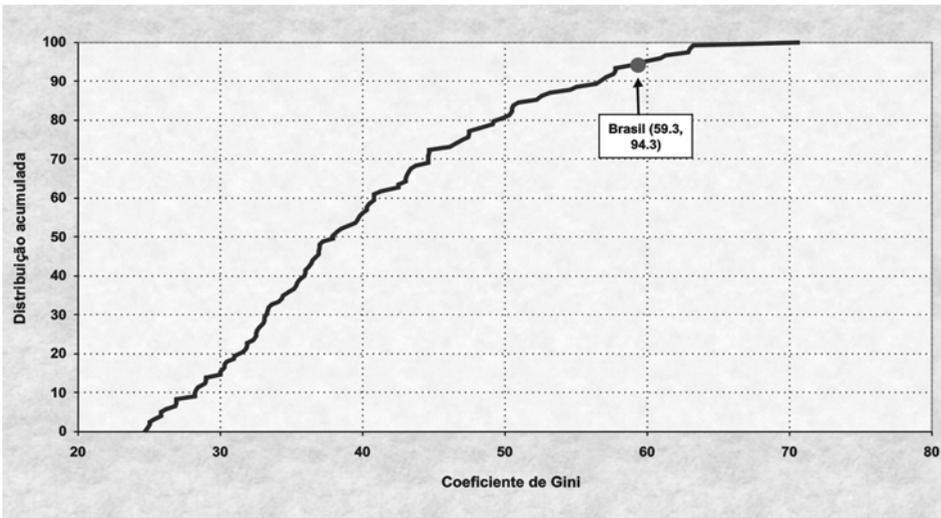


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 4. Evolução da renda apropriada pelos centésimos da distribuição brasileira

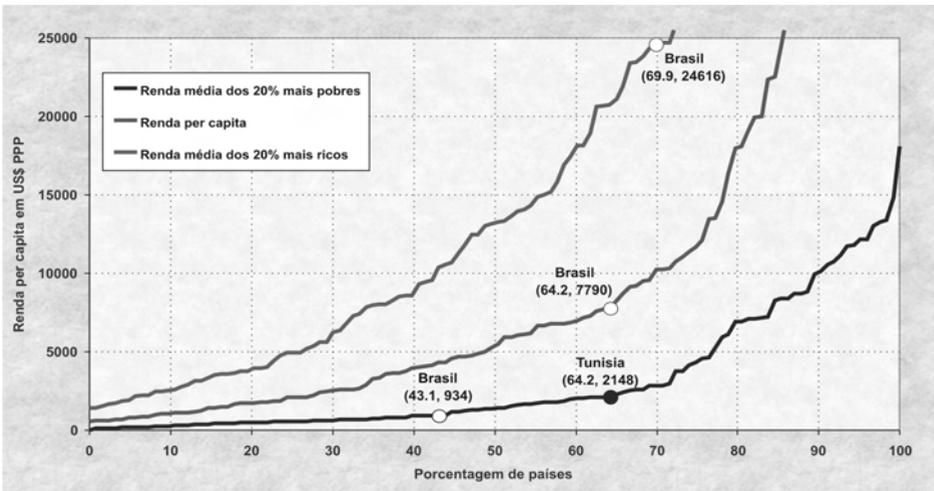
No cenário internacional, o país continua ocupando uma posição de destaque, caracterizando-se como detentor de um dos mais elevados graus de desigualdade no mundo. Dentre os 124 países no mundo para os quais existem informações disponíveis sobre o grau de desigualdade na distribuição de renda, quase 95% desses apresentam uma desigualdade menor que a do Brasil (veja Gráfico 5).

Uma forma alternativa de verificar que o nível da desigualdade no país ainda é muito elevado é comparar a distribuição de países no mundo segundo a renda per capita com a distribuição desses países segundo a renda média dos 20% mais pobres (ver Gráfico 6). Esse gráfico revela que enquanto 64% dos países têm renda per capita inferior à brasileira, somente 43% têm renda média dos 20% mais pobres menor que a brasileira.



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2005) PNUD.
Nota: Estão sendo considerados 124 países para os quais existem a informação.

Gráfico 5. Distribuição acumulada dos países no mundo segundo o grau de desigualdade



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2005) PNUD.
Nota: Estão sendo considerados 124 países para os quais existem a informação.

Gráfico 6. Distribuição dos países no mundo segundo a renda per capita, a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres

Para que o Brasil passasse a ocupar na distribuição de países, segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que tem na distribuição dos países segundo a renda per capita, a proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria dobrar. Entre 2001 e 2004, essa proporção cresceu cerca de 4% ao ano. Assim, caso essa velocidade fosse mantida, seriam necessários cerca de 25 anos para que a posição internacional do Brasil com relação à renda dos 20% mais pobres se alinhe com sua posição relativa à renda per capita.

3. A IMPORTÂNCIA DA QUEDA RECENTE NA DESIGUALDADE SOBRE A POBREZA

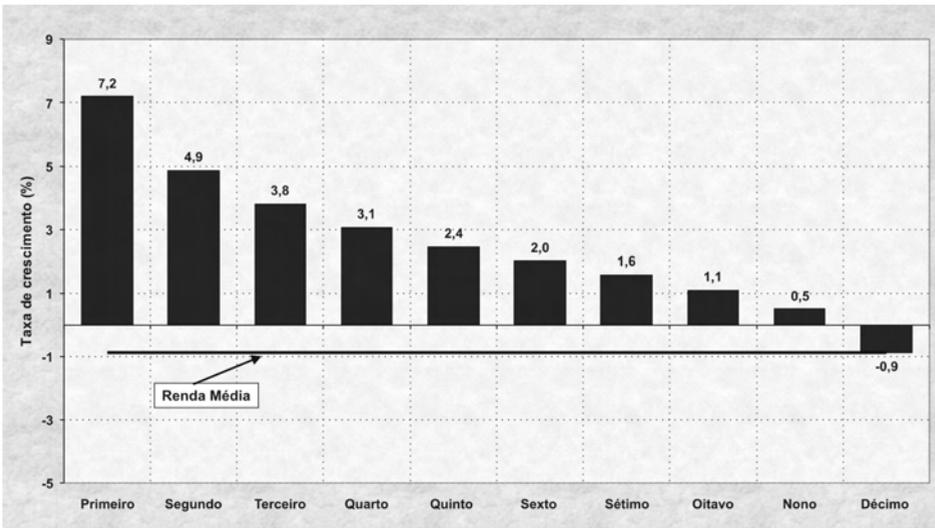
Reduções na pobreza de um país ocorrem quando a renda dos mais pobres aumenta. O aumento na renda dos mais pobres, por sua vez, pode resultar tanto do crescimento econômico como de reduções no grau de desigualdade.

Nesta seção mostramos a importância da queda recente na desigualdade para o crescimento da renda dos mais pobres e, conseqüentemente, para a redução da pobreza e da extrema pobreza no país. As estimativas aqui analisadas estarão focando apenas o período 2001-2004.

3.1. IMPACTO SOBRE A RENDA DOS MAIS POBRES

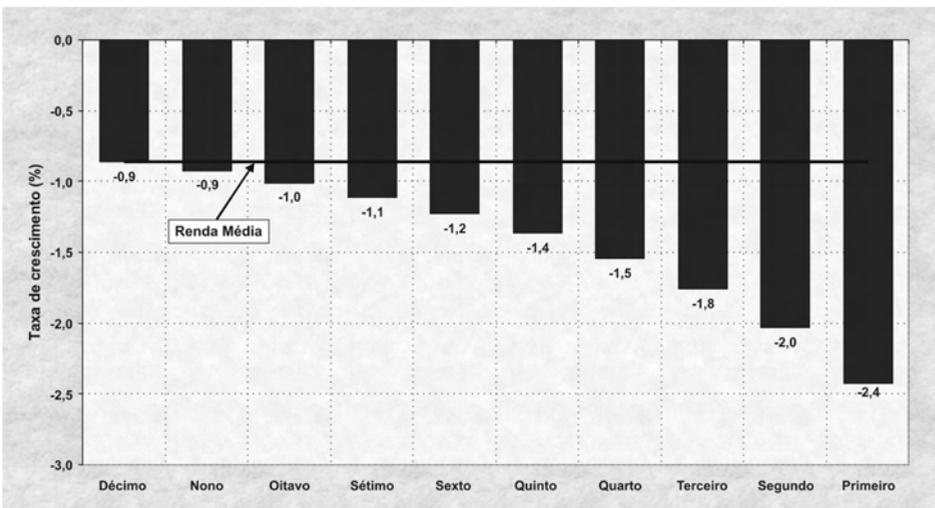
Uma redução na desigualdade significa que os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade. Analisando a curva de Lorenz, uma redução na desigualdade significa um deslocamento dessa curva na direção da reta de perfeita igualdade. Isto ocorre se a renda média dos mais pobres crescer mais do que a renda média total.

Os Gráficos 7a-b apresentam a taxa de crescimento anual da renda média para os décimos mais pobres e mais ricos da distribuição entre 2001 e 2004. As estimativas apresentadas mostram um crescimento de cerca de 7% ao ano na renda média dos 10% mais pobres, apesar da renda per capita brasileira ter declinado 0,8% ao ano. Se tomarmos a renda média dos 50% mais pobres, essa cresceu 2,4% ao ano, ao passo que a renda média dos 50% mais ricos caiu 1,4% ao ano. O resultado final sobre a desigualdade foi, conforme já discutido, uma redução no coeficiente de Gini de 4%.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004.

Gráfico 7a. Taxa de crescimento anual da renda per capita dos décimos mais pobres entre 2001 e 2004



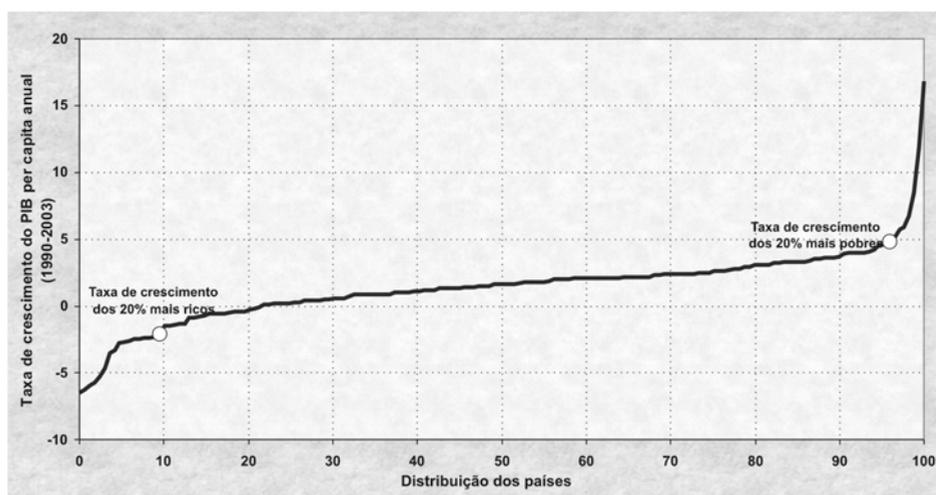
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004.

Gráfico 7b. Taxa de crescimento anual na renda per capita dos décimos mais ricos entre 2001 e 2004

Em suma, os resultados apresentados mostram que quando há reduções na desigualdade, a renda dos mais pobres pode crescer mesmo na ausência de crescimento econômico.

3.2. PERCEPÇÃO DOS MAIS POBRES E DOS MAIS RICOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O Gráfico 8 apresenta a distribuição da taxa de crescimento do PIB per capita anual entre os anos de 1990 e 2003, para 170 países no mundo. Neste gráfico estão marcadas as taxas anuais de crescimento da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos no Brasil entre 2001 e 2004. Mais de 90% dos países no mundo apresentaram uma taxa anual de crescimento da renda per capita menor do que a observada para os 20% mais pobres brasileiros. Portanto, a percepção dos mais pobres é de estar vivendo em um país de alto nível de crescimento econômico. Por outro lado, apenas 10% dos países apresentam uma taxa anual de crescimento menor do que a observada para os 20% mais ricos brasileiros e, portanto, esse grupo tem a percepção de viver em um país que enfrenta uma grave crise.

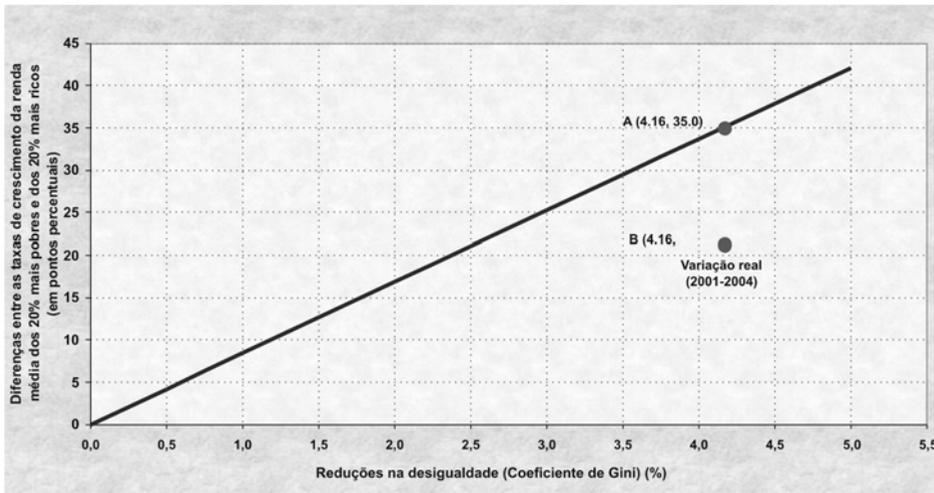


Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2005) PNUD.
 Os valores das taxas de crescimento foram produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004.
 Nota: Estão sendo considerados 170 países para os quais existem a informação.

Gráfico 8. Distribuição da taxa de crescimento do PIB per capita anual entre os anos de 1990 e 2003 segundo os países no mundo

O Gráfico 9 mostra para cada redução no coeficiente de Gini quanto seria a diferença entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, em termos da taxa de crescimento da renda média, utilizando a distribuição de 2001 como ponto de partida. Essas reduções no coeficiente de Gini pressupõem mudanças proporcionais³ na curva de Lorenz. Assim, o ponto A nesse gráfico mostra que uma redução no coeficiente de Gini de 4,2% levaria a que a taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres fosse 34 pontos percentuais superior a dos 20% mais ricos.

Entretanto, o que de fato ocorreu no período 2001-04 está representado pelo ponto B, isto é, com a redução de 4,2% ocorrida na desigualdade de renda, a diferença na taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres e a dos 20% mais ricos foi de 21 pontos percentuais, 13 pontos percentuais abaixo do previsto no gráfico. A razão para essa discrepância entre o que poderia ter acontecido e o que de fato ocorreu vem



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004.

Gráfico 9. Relação entre a diferença na taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos e reduções na desigualdade

³ As mudanças proporcionais na curva de Lorenz são aquelas que equivalem a uma transferência de renda dos que estão acima da média para aqueles que estão abaixo. Todos os que estão acima da média devem ser taxados proporcionalmente ao quão acima da média estão e todos os que estão abaixo da média devem receber um subsídio proporcional a quanto abaixo da média estão.

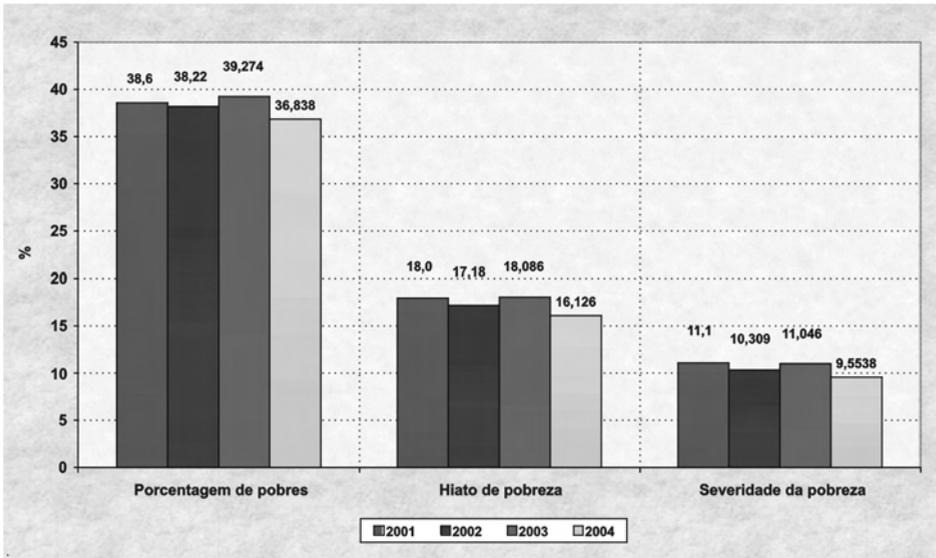
da maneira como a curva de Lorenz efetivamente se transformou. Se a mudança na curva tivesse sido proporcional, a queda de desigualdade poderia ter beneficiado ainda mais intensamente aos pobres. No entanto, a mudança ocorrida foi bem menos acentuada na cauda inferior da distribuição do que o previsto caso tivesse ocorrido uma transformação proporcional e, portanto, foi menos favorável aos pobres.

3.3. IMPACTO SOBRE OS NÍVEIS DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA

Os níveis de pobreza e de extrema pobreza caíram entre 2001 e 2004, conforme podemos observar nos Gráficos 10a-b. Tanto para a pobreza quanto para a extrema pobreza, os três indicadores utilizados (porcentagem de pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza⁴) mostram uma redução entre 1 e 2 pontos percentuais no período. Interessante observar em primeiro lugar que as reduções nos níveis de pobreza e extrema pobreza não foram contínuas no período, tendo ocorrido inclusive uma subida acentuada entre 2002 e 2003. Em segundo lugar, as reduções tanto na pobreza quanto na extrema pobreza medidas pela porcentagem de pobres foram muito semelhantes, com a queda na extrema pobreza sendo 0,3 ponto percentual maior. Entretanto, quando os indicadores observados são o hiato de pobreza e a severidade da pobreza, temos que a queda na pobreza foi mais acentuada do que na extrema pobreza, com uma diferença de 0,5 ponto percentual.

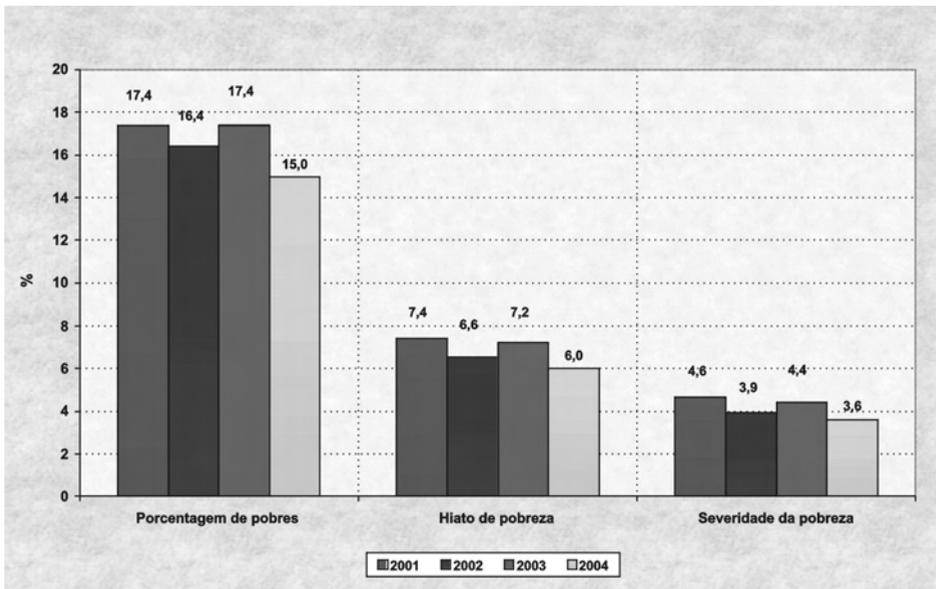
Como houve redução na renda per capita nesse período, toda a queda observada nos níveis de pobreza e extrema pobreza entre 2001 e 2004 deveu-se à queda na desigualdade de renda. Na realidade, o fato da renda per capita ter declinado fez com que o efeito da queda na desigualdade sobre a pobreza fosse inferior ao que poderia ter sido caso a renda per capita não tivesse se alterado. As estimativas apresentadas na Tabela 1 mostram qual teria sido a redução na pobreza e na extrema pobreza caso não tivesse

⁴ Para medir pobreza e extrema pobreza foram utilizadas linhas diferenciadas regionalmente que, em média, valem R\$ 154,00 e R\$ 77,00 por pessoa ao mês, respectivamente. São considerados pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior às linhas de pobreza e extrema pobreza respectivamente. Por hiato de pobreza entendemos a proporção de pobres multiplicada pela distância média dos pobres à linha de pobreza. Essa medida, portanto, leva em consideração não apenas a porcentagem de pobres, mas também a profundidade da pobreza. A severidade da pobreza é dada pelo produto da porcentagem de pobres pela distância quadrática média à linha de pobreza. Ela, portanto, não apenas considera o número de pobres e a profundidade da pobreza, como também dá maior peso para os mais pobres. Por exemplo, um pobre que tenha uma renda igual à metade da linha de pobreza, tem um peso quatro vezes menor que o de um pobre que não tem renda alguma.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2004

Gráfico 10a. Evolução temporal da pobreza entre 2001 e 2004



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2004

Gráfico 10b. Evolução temporal da extrema pobreza entre 2001 e 2004

ocorrido uma redução na renda per capita, ou seja, mostra a contribuição da queda na desigualdade de renda para a redução nos níveis de pobreza e de extrema pobreza. Os resultados indicam que caso a renda média não tivesse se alterado, as reduções nos níveis de pobreza e de extrema pobreza seriam de cerca de 2,6 pontos percentuais.

Uma outra forma de avaliar a magnitude da contribuição da queda na desigualdade para a redução nos níveis de pobreza e de extrema pobreza é verificar qual seria o crescimento econômico necessário para que ele sozinho, sem a ajuda da redução na desigualdade, gerasse quedas na pobreza e na extrema pobreza de 2,6 pontos percentuais. Note que as quedas na pobreza e na extrema pobreza de 2,6 pontos percentuais são de igual magnitude daquelas originadas pela redução que efetivamente ocorreu na desigualdade. As estimativas apresentadas na Tabela 1 mostram que, caso não tivesse ocorrido uma queda na desigualdade, o crescimento na renda per capita requerido para se alcançar uma queda de 2,6 pontos percentuais nos níveis de pobreza e de extrema pobreza é de 8 e 14%, respectivamente.

A análise do que ocorreu entre 2003 e 2004, quando houve crescimento econômico, pode ser muito útil para compreendermos melhor a importância da redução na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004. Como mostra a Tabela 2, a renda per capita cresceu 3% e a desigualdade de renda caiu 2%.

Tabela 1. Contribuição de reduções na desigualdade e de crescimento balanceado para a queda na pobreza e na extrema pobreza

Indicadores	Pobreza	Extrema pobreza
Redução na pobreza (em pontos percentuais) caso não tivesse ocorrido uma redução na renda per capita entre 2001 e 2004	2,61	2,58
Redução no índice de Gini (%)	3,95	3,95
Crescimento balanceado necessário para que a queda na pobreza fosse igual a gerada pela queda na desigualdade (%)	8,0	14,0
Crescimento equivalente a 1% de redução na desigualdade ¹	1,52	3,29

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Cerca de $\frac{3}{4}$ do aumento na renda dos 20% mais pobres resultou da queda no grau de desigualdade que, caso não tivesse ocorrido, teria gerado um crescimento de apenas 3% na renda desse grupo ao invés dos fabulosos 13%.

Tabela 2. Evolução recente da distribuição de renda no Brasil (2003-2004)

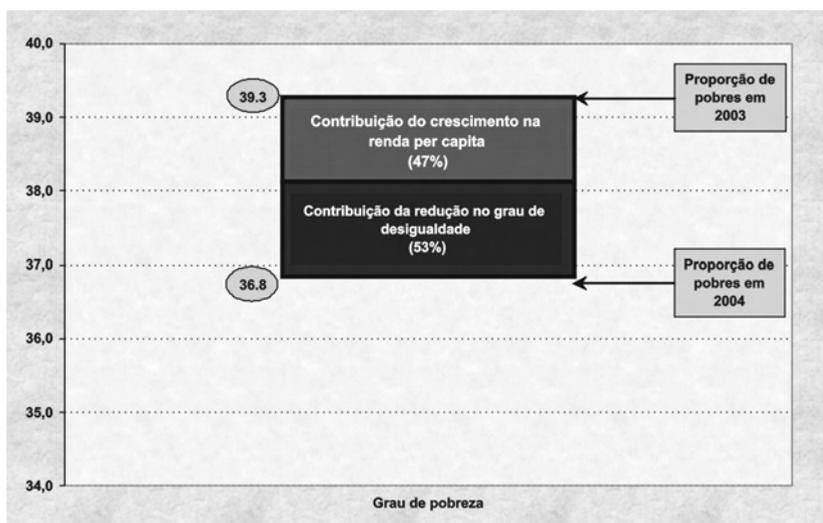
Indicadores	Variação
Observado	
Renda per capita	3,4%
Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	-2,1%
Porcentagem de pessoas extremamente pobres ¹	2,4
Renda dos 20% mais pobres	13%
O que teria acontecido na ausência do crescimento econômico	
Renda per capita	0%
Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	-2,1%
Porcentagem de pessoas extremamente pobres ¹	1,7
Renda dos 20% mais pobres	9,3%
O que teria acontecido na ausência de reduções no grau de desigualdade	
Renda per capita	3,4%
Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	0%
Porcentagem de pessoas extremamente pobres ¹	0,7
Renda dos 20% mais pobres	3,4%

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2004.

Nota: 1. Valores expressos em pontos percentuais.

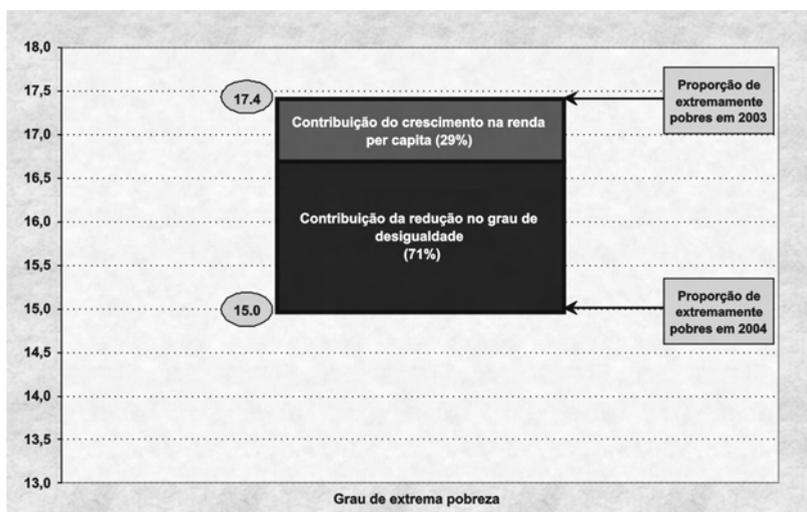
Quando decompomos a redução observada na pobreza e na extrema pobreza entre 2003 e 2004, podemos observar que mais de 70% da queda ocorrida na extrema pobreza e cerca de 55% da queda na pobreza podem

ser explicadas pela redução no grau de desigualdade de renda (veja Gráficos 11a-b).



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2004.

Gráfico 11a. Decompondo a redução no grau de pobreza entre 2003 e 2004

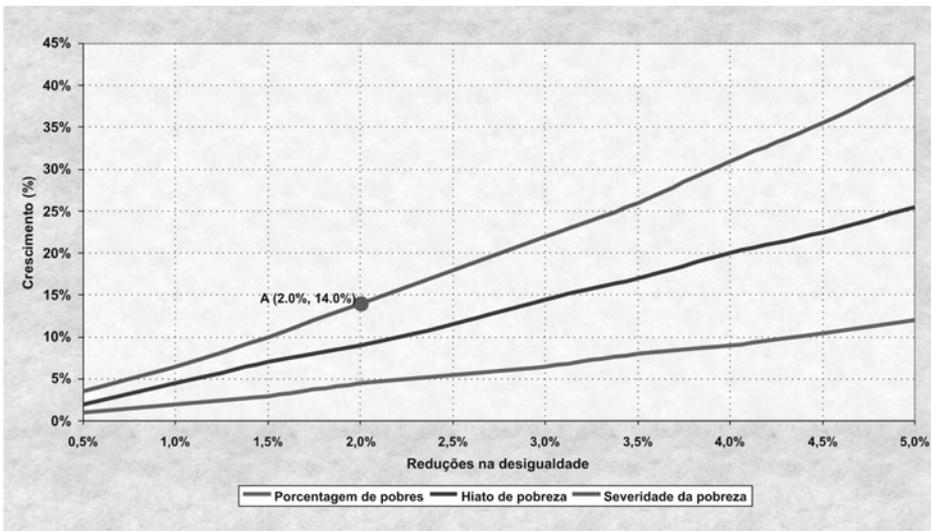


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2004.

Gráfico 11b. Decompondo a redução no grau de extrema pobreza entre 2003 e 2004

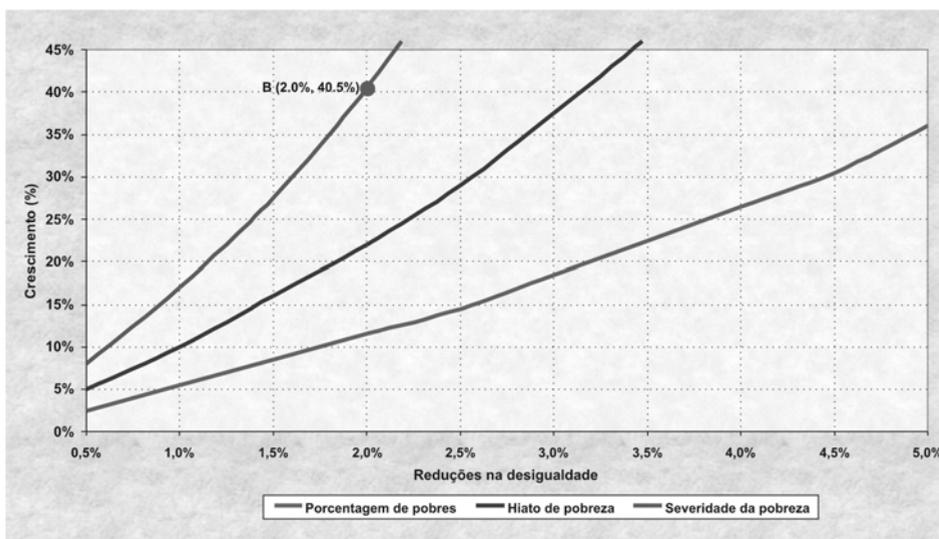
Em suma, o tão celebrado crescimento econômico de 2004 foi responsável por menos de 1/3 da queda observada na extrema pobreza e, portanto, para os pobres, a redução no grau de desigualdade foi três vezes mais importante do que o crescimento econômico observado em 2004.

Por fim, apresentamos nos Gráficos 12a-b a equivalência entre crescimento econômico e reduções de desigualdade para gerar a mesma redução na pobreza e na extrema pobreza. Novamente, as reduções no coeficiente de Gini pressupõem mudanças proporcionais na Curva de Lorenz. Assim, o ponto A no Gráfico 12a, por exemplo, mostra que podemos obter a mesma redução na pobreza via um crescimento da renda per capita de 15% ou via uma redução no grau de desigualdade de 2%. O Gráfico 12b mostra que para reduzir a extrema pobreza, o crescimento equivalente a essa mesma redução da desigualdade em 2% seria de 45%, portanto, duas vezes o necessário para reduzir a pobreza.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003e 2004.

Gráfico 12a. Equivalência entre o crescimento econômico e reduções na desigualdade para reduzir a pobreza



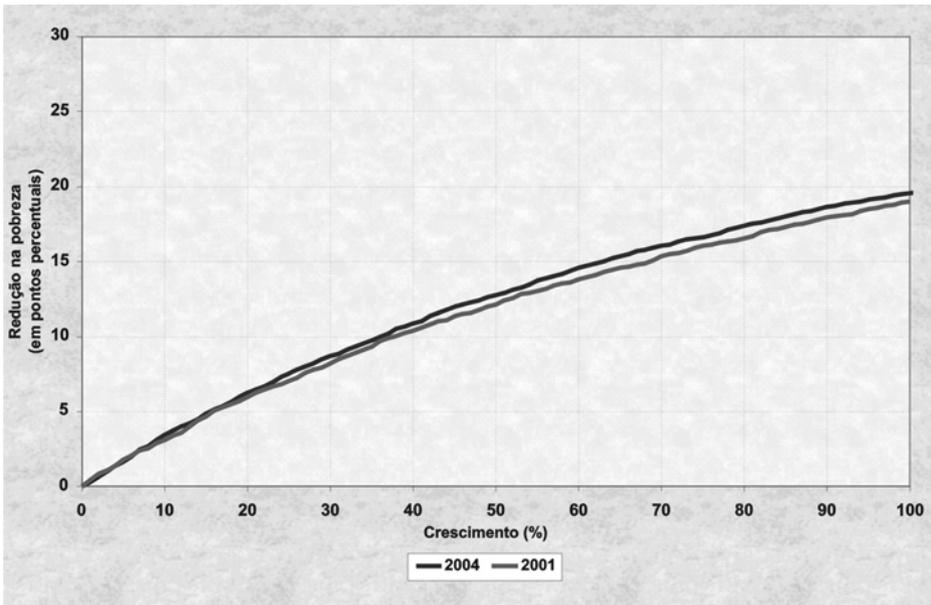
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003e 2004.

Gráfico 12b. Equivalência entre o crescimento econômico e reduções na desigualdade para reduzir a extrema pobreza

3.4. COMPLEMENTARIDADE ENTRE REDUÇÕES DE DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA REDUZIR A POBREZA

Até o momento vimos o quanto reduções no grau de desigualdade de renda funcionam como substitutos para o crescimento econômico em termos de combate à pobreza. No entanto, o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é maior quanto menor seja a desigualdade na distribuição de renda, ou seja, existe um certo grau de complementaridade entre reduções na desigualdade e crescimento econômico. Para compreender melhor tal complementaridade, comparamos o impacto do crescimento sobre a pobreza em 2004, momento de menor desigualdade, com o impacto sobre a pobreza em 2001. As estimativas encontram-se no Gráfico 13. Exceto para taxas de crescimento abaixo de 10%, temos que o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é maior em 2004 do que em 2001 (veja Gráfico 13), ou seja, o impacto do crescimento econômico é maior quando o grau de desigualdade na distribuição de renda é menor. Assim, níveis mais baixos de desigualdade aumentam a produtividade do crescimento econômico para reduzir a pobreza⁵.

⁵ Com relação à extrema pobreza, observamos o inverso, isto é, o impacto do crescimento econômico se mostra mais efetivo num cenário onde o grau de desigualdade é maior.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003e 2004.

Gráfico 13. Impacto do crescimento econômico sobre a pobreza - 2001 e 2004

4. IDENTIFICANDO OS DETERMINANTES MAIS PRÓXIMOS DA QUEDA NA DESIGUALDADE: ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLOGIA

4.1. ARCABOUÇO TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se uma estrutura analítica que permita relacionar a renda per capita das famílias aos seus cinco determinantes mais imediatos. Nosso ponto de partida são os fatores demográficos. A renda per capita de uma família depende dos recursos que os membros adultos conseguem gerar e também do número de membros dependentes. Famílias maiores, com muitas crianças, tendem a possuir renda per capita menor. Assim, temos que a renda per capita de uma família é determinada pela razão de dependência demográfica e a pela renda por adulto.

Esta última, por sua vez, depende de duas fontes: o trabalho e outras fontes não derivadas do trabalho (como as transferências públicas e privadas, além dos ativos). Quanto menos protegida pelo Estado ou por outras famílias e quanto menos ativos tiver, maior a probabilidade da família possuir renda per capita insuficiente.

A desagregação seguinte consiste em abrir o rendimento derivado do trabalho em dois fatores: acesso ao trabalho e a produtividade do trabalho por trabalhador. Ou seja, uma família pode ter insuficiência de renda do trabalho ou porque seus membros adultos não estão ocupados (evidentemente, neste caso, os membros adultos não dispõem de renda do trabalho) ou porque apesar de estarem ocupados sua produtividade é baixa e, conseqüentemente, os salários também o são.

Por fim, partimos para uma última desagregação. Abrimos a produtividade do trabalho por trabalhador em dois componentes: a qualificação da força de trabalho e a qualidade dos postos de trabalho. Quanto maior a qualificação de um membro da família, maior deverá ser sua remuneração do trabalho e, portanto, menor deverá ser a probabilidade da família ser pobre. No entanto, a remuneração dos trabalhadores não depende apenas de suas características pessoais, mas também da natureza do mercado de trabalho. Fatores como o uso de tecnologia, o acesso a crédito e à assistência técnica, a produtividade da terra, entre outros, são aspectos que definem a qualidade dos postos de trabalho e daí a remuneração dos trabalhadores.

4.2. METODOLOGIA

Neste estudo, obtemos e analisamos estimativas da contribuição de cada um dos determinantes imediatos da renda, apresentados na seção anterior, para explicar a redução na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004.

A contribuição de cada fator é dada por simulação. Entretanto, os determinantes da desigualdade não são investigados nem diretamente nem por separado. Ao contrário, o procedimento utilizado reconhece que a desigualdade é uma função da distribuição de renda. Assim, investiga-se primeiro o impacto de cada determinante sobre a distribuição de renda e a partir daí sobre o grau de desigualdade.

O método utilizado encontra-se descrito em Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006)⁶. Tipicamente, ele estabelece que, para se conhecer a contribuição de mudanças na distribuição de um dado fator para explicar, por exemplo, a recente redução na desigualdade, estima-se qual seria a

⁶ Barros, R., Carvalho, M., Franco, S. e Mendonça, R. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, junho 2006 (no prelo).

distribuição de renda e daí a desigualdade, caso apenas a distribuição desse fator não tivesse se alterado, enquanto que a de todos os demais fatores tivessem seguido seu curso verificado no período. Nesse caso, a diferença entre a desigualdade observada e a desigualdade simulada seria um indicador do impacto das mudanças na distribuição deste fator sobre a desigualdade.

5. ANÁLISE DOS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA RECENTE NA DESIGUALDADE

Entre 2001 e 2004, apesar da estagnação econômica, há uma queda acentuada no grau de desigualdade na distribuição da renda. Nessa seção, com base na metodologia desenvolvida anteriormente, apresentamos e analisamos estimativas da importância de mudanças na distribuição dos determinantes mais próximos da renda (identificados na seção 3) e suas associações para explicar a queda recente na desigualdade de renda per capita. Os resultados obtidos encontram-se nas Tabelas 3a-d e 4⁷.

Tabela 3a. Contribuição da porcentagem de adultos, da renda familiar por adulto e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da porcentagem de adultos
Situação em 2004	56,9	99	Distribuição da renda familiar por adulto

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

⁷ Nessas tabelas, diferentes medidas de desigualdade são utilizadas. A medida de desigualdade em renda per capita que aparece na Tabela 2 é o coeficiente de Gini. Para expressar a desigualdade dos fatores determinantes optou-se, em geral, pela razão entre a renda dos 20% superiores e dos 20% inferiores da distribuição. A única exceção foi a medida que expressa a desigualdade em renda não derivada do trabalho. Nesse caso, utilizou-se a razão entre os 10% superiores e os 60% inferiores da distribuição. Isto porque para esse fator é bastante comum observar ampla incidência de zeros nos primeiros décimos da distribuição.

Tabela 3b. Contribuição da renda do trabalho, da renda não derivada do trabalho e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004

(%)

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda não trabalho por adulto de 2004 fossem iguais as de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não derivada do trabalho
Situação em 2004	56,9	49	Distribuição da renda do trabalho por adulto

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Tabela 3c. Contribuição da taxa de ocupação, da renda do trabalho por trabalhador e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004

(%)

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda não trabalho por adulto de 2004 fossem iguais as de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não derivada do trabalho
Se as distribuições de renda do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2004 fossem iguais a de 2001	58,1	-1	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda do trabalho por trabalhador de 2004 fosse igual a de 2001	58,0	4	Distribuição porcentagem de ocupados
Situação em 2004	56,9	45	Distribuição da renda do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Tabela 3d. Contribuição da qualificação do trabalhador, qualidade do posto de trabalho e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004.

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da percentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a percentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da percentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda não trabalho por adulto de 2004 fossem iguais as de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não derivada do trabalho
Se as distribuições de renda do trabalho por trabalhador e da percentagem de adultos ocupados de 2004 fossem iguais a de 2001	58,1	-1	Associação entre a percentagem de adultos ocupados e a renda do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda do trabalho por trabalhador de 2004 fosse igual a de 2001	58,0	4	Distribuição percentagem de ocupados
Se as distribuições da qualidade do posto de trabalho e a qualificação dos trabalhadores de 2004 fossem iguais as de 2001	57,8	6	Associação entre a qualidade do posto de trabalho e a qualificação dos trabalhadores
Se a distribuição da qualidade do posto de trabalho de 2004 fosse igual a de 2001	57,6	11	Distribuição da qualificação dos trabalhadores
Situação em 2004	56,9	28	Distribuição da qualidade dos postos de trabalho

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Tabela 4. Evolução da distribuição dos fatores determinantes da renda per capita entre 2001 e 2004

Fatores determinantes	Média	2001		Média	2004		Média	Variação 2004-2001	
		Desigualdade (Razão entre os 20% superior e os 20% inferiores)	Desigualdade (Razão entre os 10% superior e os 60% inferiores)		Desigualdade (Razão entre os 20% superior e os 20% inferiores)	Desigualdade (Razão entre os 10% superior e os 60% inferiores)		Desigualdade (Razão entre os 20% superior e os 20% inferiores)	Desigualdade (Razão entre os 10% superior e os 60% inferiores)
Renda per capita ¹	405	26,9	2,54	394	21,9	2,23	-2,64	-18,5	-12,5
Porcentagem de adultos (15 anos e mais)	71,2	2,48	0,30	72,9	2,42	0,29	2,35	-2,72	-3,01
Renda por adulto ¹	544	19,4	2,13	519	15,9	1,86	-4,78	-17,9	-12,8
Renda não derivada do trabalho por adulto	108	-	214	111	-	32,7	3,01	-	-84,7
Renda do trabalho por adulto	436	59,4	2,78	408	53,6	2,53	-6,91	-9,90	-9,02
Porcentagem de adultos ocupados	61,8	6,11	0,41	63,3	5,91	0,40	2,40	-3,18	-3,07
Renda do trabalho por trabalhador	732	21,0	2,10	665	18,9	1,92	-9,97	-9,85	-8,32
Qualificação do trabalhador ²	0,91	5,43	2,10	0,98	5,38	0,84	7,03	-1,03	-59,9
Qualidade do posto de trabalho ²	749	9,37	0,98	641	8,68	0,93	-16,8	-7,37	-5,76

Fontes: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001 e 2004.

1. Todos as rendas e a qualidade dos postos de trabalho estão expressos em Reais de 2004.
2. Em múltiplos da qualificação média dos trabalhadores em 2004.

5.1. A IMPORTÂNCIA DA DEMOGRAFIA

Já vimos que a renda familiar per capita pode ser escrita como o produto entre a porcentagem de adultos na família e a renda por adulto. Portanto, a redução na desigualdade de renda per capita é uma função de mudanças: a) na distribuição da porcentagem de adultos na família, b) na distribuição da renda por adulto, e c) na associação entre as duas distribuições.

As estimativas apresentadas na Tabela 3a mostram que a evolução na distribuição da porcentagem de adultos na família é responsável por apenas 7% da redução na desigualdade de renda per capita ocorrida entre 2001 e 2004. A baixa contribuição desse fator pode ser explicada pela ausência de mudanças significativas em sua distribuição durante o período. Como podemos observar na Tabela 4, a porcentagem de adultos na família aumentou pouco mais de 2% entre 2001 e 2004 e a desigualdade em sua distribuição caiu cerca de 3%.

A associação entre a distribuição da porcentagem de adultos na família e a renda por adulto não contribuiu em nada para explicar a queda na desigualdade de renda per capita. Em verdade, sua contribuição foi negativa (-5%).

Portanto, praticamente toda a queda na desigualdade de renda no período pode ser explicada por mudanças na distribuição da renda por adulto. De acordo com a Tabela 4, apesar da média desse fator ter caído 5% entre 2001 e 2004, a desigualdade em sua distribuição se reduziu 18%.

5.2. A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA RENDA DERIVADA DO TRABALHO E DA RENDA NÃO DERIVADA DO TRABALHO

Dada a importância da distribuição da renda por adulto, o próximo passo foi decompor sua contribuição. Sabemos que a renda por adulto pode ser escrita como a soma da renda derivada do trabalho por adulto e da renda não derivada do trabalho por adulto.

As estimativas apresentadas na Tabela 3b mostram que a mudança na distribuição da renda não derivada do trabalho por adulto é responsável por 35% da redução na desigualdade de renda per capita ocorrida entre 2001 e 2004. Como se pode observar na Tabela 4, a desigualdade na distribuição desse fator caiu 85%.

Com relação à mudança na distribuição da renda do trabalho por adulto, observamos que sua contribuição para explicar a redução recente na desigualdade de renda per capita é de 47%. A Tabela 3 revela que, apesar da renda do trabalho por adulto ter declinado cerca de 7% no período, a desigualdade em sua distribuição caiu 10%.

A associação entre as distribuições da renda não derivada do trabalho por adulto e da renda do trabalho por adulto também se mostrou importante para explicar a queda na desigualdade de renda ocorrida no período, tendo contribuído com 15%.

5.3. A IMPORTÂNCIA DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Vimos que, entre os determinantes imediatos da renda do trabalho por adulto, a distribuição da renda do trabalho é o fator mais relevante para explicar a queda na desigualdade de renda per capita ocorrida entre 2001 e 2004. Portanto, avançaremos em nossa seqüência de decomposições, abrindo a contribuição desse fator.

A renda do trabalho por adulto é o produto entre a taxa de ocupação dos membros adultos da família e a renda do trabalho por trabalhador. De acordo com as estimativas apresentadas na Tabela 3c, as mudanças na distribuição da taxa de ocupação não foram importantes para explicar a queda na desigualdade de renda per capita, tendo esse fator apresentado uma contribuição de apenas 5%. A baixa contribuição deve-se ao fato da distribuição da taxa de ocupação praticamente não ter se alterado entre 2001 e 2004, conforme indica a Tabela 4.

Com relação às transformações na distribuição da renda do trabalho por trabalhador, temos que sua contribuição para explicar a queda recente na desigualdade de renda per capita é de 46%. Apesar da redução de 10% na média da distribuição desse fator, o seu grau de desigualdade declinou também cerca de 10%.

A associação entre as distribuições da taxa de participação e da renda do trabalho por trabalhador não se mostrou importante para explicar a queda de desigualdade de renda ocorrida no período.

5.4. A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E DA QUALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO

O último passo consiste em decompor a contribuição do fator que acima mostrou ser o mais relevante: a renda do trabalho por trabalhador.

A renda do trabalho por trabalhador pode ser escrita como o produto entre a qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho. As estimativas apresentadas na Tabela 3d mostram que a mudança na distribuição da qualificação dos trabalhadores é responsável por 11% da redução desigualdade de renda per capita ocorrida no período. Como podemos observar na Tabela 4, a qualificação do trabalhador aumentou em cerca de 7% entre 2001 e 2004, mas a desigualdade na sua distribuição caiu ligeiramente, em cerca de 1%.

Já com relação à mudança na distribuição da qualidade dos postos de trabalho, observamos que sua contribuição para explicar a redução recente na desigualdade de renda per capita é de 28%. Apesar da qualidade média dos postos de trabalho ter declinado 17% no período, a desigualdade em sua distribuição também caiu em cerca de 7%.

A associação entre a distribuição da qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho também se mostrou relativamente importante para explicar a queda observada na desigualdade, contribuindo com 16%.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se inicialmente apresentar uma descrição da evolução na desigualdade de renda brasileira ao longo dos últimos 30 anos. As evidências encontradas são de que nos dias atuais a desigualdade é indubitavelmente a menor de todos os anos, exceto quando comparada ao final da década de 70 e início da de 80, quando as respectivas curvas de Lorenz se cruzam com a de 2004. Contudo, se utilizamos medidas de desigualdade não muito sensíveis à cauda inferior da distribuição, encontramos que a desigualdade em 2004 é a menor.

Essa baixa desigualdade de hoje tem origem a partir de 2001. Tomando como medida o coeficiente de Gini, a desigualdade desde 2001 até 2004 já caiu 4%. Embora seja uma queda significativa, vimos que não foi a maior nem a mais prolongada nos últimos 30 anos. Porém, vimos também que existem evidências de que a desigualdade continua caindo e o desafio é alcançar reduções ainda maiores por tempo mais prolongado.

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece muito alta. O 1% mais rico e os 50% mais pobres da população se apropriam essencialmente da mesma parcela da renda total. Para o país

se alinhar ao padrão internacional, seria necessário que o grau de desigualdade continuasse a declinar à velocidade observada ao longo do último triênio, por mais 25 anos.

A promoção da igualdade é um valor. Na medida em que esse valor é compartilhado por muitos brasileiros, justifica por si só que a agenda política e econômica do país esteja voltada para tornar sustentável essa queda de desigualdade. No entanto, conforme se apresentou, reduções na desigualdade são também instrumentos valiosos para combater a pobreza e principalmente a extrema pobreza. Essas últimas são reduzidas quando a renda dos mais pobres cresce. Em 2004, a renda per capita dos 20% mais pobres cresceu 13% e, conseqüentemente, a porcentagem de pessoas em extrema pobreza declinou 2,4 pontos percentuais, um feito histórico.

Mas que fatores fazem com que a renda dos mais pobres cresça? O primeiro deles é o crescimento econômico balanceado que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo são as reduções no grau de desigualdade, que elevam a renda dos pobres e reduzem a dos ricos. Em 2004, mais de $\frac{3}{4}$ do aumento na renda dos 20% mais pobres resultou de reduções no grau de desigualdade. Caso elas não tivessem ocorrido, a renda dos mais pobres teria crescido apenas 3% no lugar dos fabulosos 12%. O tão celebrado crescimento econômico de 2004 foi responsável por apenas $\frac{1}{4}$ da queda na extrema pobreza. Assim, para os pobres, três vezes mais importante que o crescimento econômico de 2004 foi a redução no grau de desigualdade.

Para que a pobreza continue a cair é indispensável que a renda dos pobres siga crescendo a taxas superiores a 10% ao ano. Como o crescimento econômico não será dessa magnitude, é imprescindível que o grau de desigualdade continue declinando de forma acentuada.

Mas o que fazer para o Brasil continuar reduzindo o grau de desigualdade de renda? Aprender sobre o que causou a queda recente entre 2001 e 2004 pode ser extremamente útil para desenhar intervenções futuras. Afinal, na medida em que existir margem para que os fatores determinantes da queda na desigualdade no passado continuem sendo modificados, eles poderão continuar gerando impacto. Além disso, esse tipo de análise revela fatores que estão estagnados e cuja transformação poderia estar sendo promovida em prol de reduções ainda maiores no grau de desigualdade de renda.

Os resultados encontrados neste estudo apontam para uma variedade de fatores. Mais de 1/3 do declínio na desigualdade resultou da evolução da renda não derivada do trabalho, apesar dessa representar menos de 1/4 da renda total. Mudanças na distribuição da renda do trabalho explicam menos da metade da queda observada na desigualdade, embora essa renda represente mais de 3/4 da renda total. Também importante para a queda no grau de desigualdade foi a redução na associação entre essas duas fontes de renda.

A parcela da queda na desigualdade que decorreu de mudanças na renda do trabalho definitivamente não resultou de mudanças no acesso ao trabalho. Ela resultou de mudanças na distribuição das remunerações associadas tanto a melhor distribuição das qualificações dos trabalhadores como a melhor distribuição da qualidade dos postos de trabalho. Também favoreceu a queda no grau de desigualdade, a redução na associação entre a qualificação dos trabalhadores e qualidade dos postos de trabalho. Vale ressaltar que a evolução da qualidade dos postos de trabalho é pelo menos duas vezes importante que as mudanças ocorridas na qualificação da força de trabalho para explicar a queda na desigualdade. Algumas evidências não tratadas neste estudo apontam a interiorização da atividade econômica, a redução da segmentação entre municípios de grande e pequeno porte e a melhora na agricultura como alguns dos principais fatores por trás desta tão relevante melhoria na distribuição da qualidade dos postos de trabalho.

Em suma, para direcionar nossos esforços na transformação daqueles fatores que foram os mais relevantes para explicar a queda recente na desigualdade de renda, teríamos que priorizar: a) medidas que melhorem a qualidade média dos postos de trabalho ocupados pelos mais pobres, que vão desde a promoção de maior integração entre diferentes setores produtivos, passando pela ampliação de micro-crédito e assistência técnica até o desenvolvimento de melhores técnicas produtivas; b) o fortalecimento da rede de proteção social, aumentando, sobretudo, sua cobertura nacional; e, c) políticas educativas visando aumentar ainda mais a escolaridade da força de trabalho. Vale ressaltar que, dentre os cinco fatores determinantes estudados, dois vêm recebendo massivos investimentos, mas ainda não começaram a afetar consideravelmente o grau de desigualdade de renda: a taxa de ocupação e a qualificação dos trabalhadores. É de se esperar que possamos coletar os frutos desses investimentos em breve e a desigualdade possa continuar caindo em velocidade ainda mais acelerada.

Resumo

Nos últimos anos, estamos assistindo a uma incrível transformação na distribuição de renda brasileira. Desde 2001, a desigualdade vem caindo consideravelmente. Apesar dessa boa notícia, o Brasil ainda é um dos campeões mundiais da alta desigualdade, o que faz da sustentabilidade dessa redução uma questão fundamental para a agenda futura do país. Embora a queda recente ainda não seja a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos, caso se mantenha pode vir a se tornar um fato sem precedentes. Conforme veremos, entre 2001 e 2004 a renda média dos mais pobres aumentou proporcionalmente, mais do que a dos demais grupos, o que nos revela a importância dessa redução na melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Os objetivos centrais do estudo são investigar: a) os determinantes imediatos dessa queda recente na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004, e b) suas conseqüências sobre a renda média dos mais pobres e o grau de pobreza do país. Com base numa série de simulações contrafactuais, identificamos e quantificamos a contribuição da demografia, da melhoria das redes de proteção social do país e mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. Neste último caso, isolamos a contribuição das transformações na disponibilidade e qualidade dos postos de trabalho daquelas relacionadas à melhoria na qualificação da força de trabalho. Atenção é dispensada também às mudanças ocorridas nas associações e interações entre esses fatores.

Abstract

In the last years, we've been facing an incredible transformation in the income distribution in Brazil. Since 2001, the rate of income inequality has considerably decreased. In spite of that good news, Brazil is still one of the world champions in high unequal income rates. This reduction is a fundamental issue for the future country's agenda. Although the recent decrease is not yet the biggest or the longest one in the last 30 years, in case it remains, it can become a remarkable fact. As we will see in the article, between 2001 and 2004 the average income of the poorest people has proportionally increased more than that of other groups. This reveals the importance of this reduction in the income inequality of the improvement of life conditions of the less favorable people. The main goals of this study are to investigate: a) the immediate determinant factors of this recent decrease in inequality occurred between 2001 and 2004; and b) its consequences over the average income of the poorest people and the poverty degree of the country.

Based on a series of counterfactual simulations, we identify and quantify the contributions of the demography, improvement of social welfare governmental programs in the country and changes in the labor market. In the latter, we separate the contribution of the transformations occurred in the availability and quality of job opportunities from those related to the improvement in the labor force qualification. We also remark the changes occurred in the associations and interactions among these factors.

Os Autores

RICARDO PAES DE BARROS é doutor em Economia pela Universidade de Chicago (USA) e coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea).

MIRELA DE CARVALHO é doutoranda em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e pesquisadora do Ipea.

SAMUEL FRANCO é mestrando em Estatística Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e pesquisador do Ipea.

ROSANE MENDONÇA é doutora em Economia pela UFRJ e professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil?

Marcio Pochmann

1. APRESENTAÇÃO

Durante os últimos 25 anos, o conjunto da economia brasileira passou por importantes transformações, cujos efeitos nem sempre foram observados por estudiosos e o público em geral. Especialmente em relação ao comportamento geral do mercado de trabalho, constatam-se a diversidade de análises e interpretações discrepantes num ambiente macroeconômico marcado pela semi-estagnação da renda per capita.

Um exemplo disso pode ser localizado no tema referente ao trabalho no setor industrial. Uma parcela significativa dos estudos sobre o uso da mão-de-obra aponta para o esgotamento da capacidade do setor manufaturado continuar a elevar o seu nível ocupacional.

Em resumo, a indústria estaria condenada a conviver com níveis de emprego decrescentes em termos relativos, quando não absolutos. O que ocorreu durante a década de 1990 – fruto da combinação perversa da profunda recessão econômica do governo Collor (1990/92) com as aberturas comerciais e financeiras, abruptas, indiscriminadas e acompanhadas da valorização cambial e das altas taxas de juros – terminou induzindo grande parte dos analistas e o público em geral a acreditar na hipótese do emprego finito e diminuto no setor industrial¹.

Na realidade, poucos estudiosos se atentaram para as oportunidades abertas pelo emprego industrial a partir da constituição de uma nova Divisão Internacional do Trabalho². Ao contrário do que se verificaram em vários

¹ Para maiores detalhes sobre essa visão ver: Alban, 1999; Camargo, Neri & Reis, 2000; Moreira & Najberg, 1999.

² Ver mais em: Mattoso, 1996; Baltar & Henrique, 1994; Pochmann, 1998.

países que registraram perdas relativas no total do emprego industrial, a Índia e China, por exemplo, indicaram outra tendência de fortalecimento do uso crescente da mão-de-obra na indústria.

O Brasil, não obstante o constrangimento imposto pela política neoliberal, vem registrando desde 1999, sobretudo com a mudança no regime cambial e a expansão do comércio mundial, um importante movimento de recuperação do nível das ocupações no setor industrial³. Mesmo apresentando um ritmo de crescimento econômico médio anual bem inferior ao verificado no conjunto da economia mundial, o comportamento geral do mercado de trabalho vem dando sinais de interrupção da trajetória consolidada nos 20 anos passados de forte contenção do nível da ocupação industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho.

Em virtude disso, o presente estudo procura analisar o comportamento geral do mercado de trabalho no Brasil num prazo mais longo de tempo. A partir de uma breve recuperação sobre as tendências de longo prazo do mercado de trabalho brasileiro, procura-se analisar melhor a situação mais recente do trabalho, especialmente nos últimos cinco anos (1999/2004) que parecem destoar do movimento iniciado na década de 1980 de restrições ao nível de emprego e precarização geral das ocupações.

Três são as partes constitutivas da presente investigação, sem contar a apresentação, as considerações finais e a referência bibliográfica. A primeira parte descreve rapidamente os dois movimentos estruturais do mercado geral de trabalho nos últimos 60 anos, enquanto a segunda refere-se à situação mais atual do mercado de trabalho.

A terceira parte, por fim, trata da análise mais específica da ocupação no setor industrial. Nesse sentido, pretende-se explorar uma nova perspectiva explicativa para a situação atual de inversão no sentido da evolução do mercado de trabalho no Brasil.

2. TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO NO FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O mercado geral de trabalho brasileiro vem registrando desde os anos 80 uma trajetória muito distinta da verificada no período anterior.

³ Sobre a relação do comércio internacional com o comportamento da economia nacional e o emprego ver: Gonçalves, 2000; Pochmann, 2001.

Até então, prevalecia o funcionamento do mercado de trabalho sustentado pela maior ampliação dos empregos assalariados, sobretudo dos regulares e registrados, e pela redução relativa do desemprego e das ocupações por conta-própria e sem remuneração.

A partir da década de 1980, contudo, observa-se um conjunto de sinais que apontam para a ruptura da tendência geral de funcionamento do mercado de trabalho, com crescente elevação do desemprego aberto e das ocupações não assalariadas. Em contrapartida, há o decréscimo do assalariamento, especialmente daquele com carteira assinada em relação ao total da ocupação.

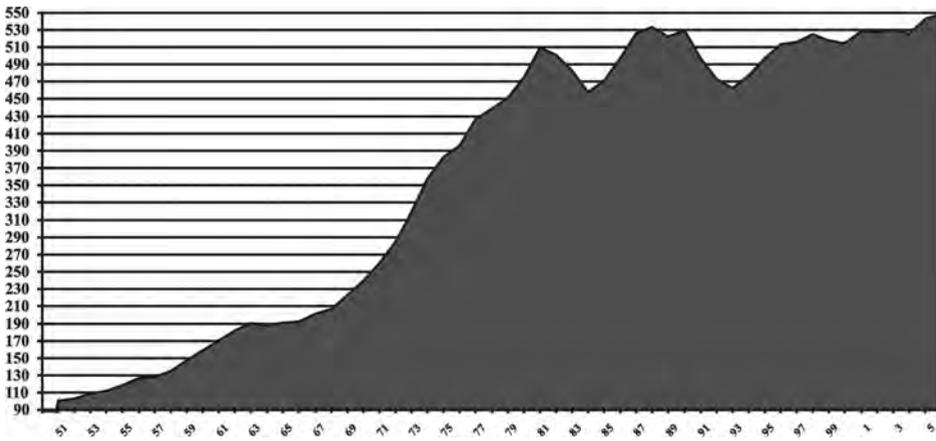
Em síntese, dois movimentos distintos na evolução do comportamento geral do mercado de trabalho podem ser percebidos nos últimos 60 anos. Entre as décadas de 1930 e 1980, por exemplo, teve importância o movimento geral de estruturação (incompleta) do mercado de trabalho, enquanto, a partir de 1980, passou a prevalecer o movimento de desestruturação do mercado de trabalho.

Por estruturação compreende-se a predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano, tendo em vista o avanço das ocupações mais homogêneas, com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais representadas fundamentalmente pelo emprego assalariado regular e regularizado. Já o movimento de desestruturação caracteriza-se pela manifestação do segmento não-organizado do mercado de trabalho urbano, cujas formas principais de ocupação são heterogêneas, que não pertencem, sobretudo, às organizações tipicamente capitalistas, administração pública e empresas estatais, geralmente peculiares das economias subdesenvolvidas⁴.

O comportamento de longo prazo extremamente diferenciado no funcionamento do mercado de trabalho encontra-se em sintonia com o desempenho da economia nacional. Por intermédio da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita pode-se observar (Gráfico 1) que durante o ciclo da industrialização nacional (1930/80) conformou-se o movimento de estruturação (incompleta) do mercado de trabalho no país.

A partir de 1980, com o abandono do projeto de industrialização, a evolução do PIB per capita registrou forte oscilação, praticamente mantendo

⁴ Sobre isso ver mais em: Souza, 1980; Tokman, 1987; Cacciamali, 1983 e 1992, Thurnham, 1990.



Fonte: Bacen e FIBGE

* = estimativa para 2005 de 1,2%

Gráfico 1. Brasil: evolução do índice do Produto Interno Bruto per capita (1950 = 100,0)

uma trajetória de semi-estagnação. Simultaneamente, o comportamento do mercado de trabalho passou a apresentar as características de desestruturação.

Essas características gerais do comportamento diferenciado do mercado de trabalho no longo prazo estão de acordo como as informações obtidas dos censos demográficos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até o ano de 2000, quando foi realizado o último censo demográfico do país, prevalecia ainda a tendência desestruturação do mercado de trabalho nacional, com forte taxa de desemprego aberto e perda relativa de participação do emprego formal no total da ocupação.

Mesmo quando se utilizam os dados de pesquisas amostrais, como a PNAD, nota-se uma trajetória similar no comportamento do mercado de trabalho observado pelas pesquisas censitárias. Todavia, os dados da PNAD a partir 1999 registram novidades que indicam uma contraposição em relação comportamento geral de desestruturação do mercado de trabalho que tem origem na década de 1980.

Antes de tratar especificamente da situação mais recente do mercado de trabalho, busca-se compreender a evolução mais geral do trabalho no Brasil. A partir das informações do censo demográfico, são analisados a seguir os dois principais movimentos de estruturação (1930 e 1980) e de desestruturação (1980 e 2000) do mercado de trabalho nos últimos 60 anos.

MOVIMENTO GERAL DE ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO (1930/80)

Entre as décadas de 1930 e 1970, o mercado de trabalho apresentou fortes sinais de sua estruturação em torno do emprego assalariado regular e regulamentado, bem como dos segmentos organizados da ocupação. Em outras palavras, a presença de taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução na participação relativa do desemprego, das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta-própria, possibilitaram a incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa (PEA) ao estatuto do trabalho brasileiro⁵.

Em contrapartida, ocorreu a diminuição das ocupações não-organizadas, o que permitiu que ganhasse força a perspectiva de acesso de todos os trabalhadores ao conjunto de empregos regulares e regulamentados (sociedade salarial). Além disso, houve também queda no grau de precarização da força de trabalho brasileira (desempregados, conta-própria e sem remuneração), deixando de representar 55,7% da PEA, em 1940, para passar para 34,1%, em 1980.

Para uma taxa média anual de expansão da População Economicamente Ativa de 2,6% entre 1940 e 1980, o emprego assalariado com registro aumentou 6,2%. No mesmo período, o emprego assalariado total cresceu a uma taxa média anual de 3,6% e o emprego sem registro a uma taxa de 0,6%, enquanto o desemprego variou 0,5% e as ocupações por conta-própria 1,8% e sem remuneração 0,6%.

A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite ainda observar que, de cada dez ocupações geradas, quase oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro. As ocupações por conta-própria, os sem remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total dos postos de trabalho criados para o mesmo período.

⁵ Estatuto do trabalho revela as condições de acesso ao conjunto de direitos que os empregados regulares e regulamentados possuem, tais como os benefícios de cidadania (representação sindical), regulação do padrão de uso e remuneração (proteção ao trabalho), questionamento laboral (justiça trabalhista, fiscalização do Ministério do Trabalho e negociação coletiva) e de seguridade social. Sobre isso ver: Dieese, 1994; Pacheco & Pochmann, 1997.

Tabela 1. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1940 e 1980

Itens	1940	1980	Varição absoluta anual**	Varição relativa anual
PEA	100,0%	100,0%	687,1	2,6%
PEA ocupada	93,7%	97,2%	681,6	2,6%
Empregador	2,3%	3,1%	24,4	3,3%
Conta-própria	29,8%	22,1%	121,5	1,8%
Sem remuneração	19,6%	9,2%	22,3	0,6%
Assalariado	42,0%	62,8%	513,4	3,6%
- Com registro	12,1%	49,2%	484,2	6,2%
- Sem registro	29,9%	13,6%	29,3	0,6%
Desempregado	6,3%	2,8%	5,5	0,5%
Taxa de precarização *	55,7%	34,1%	149,3	1,1%

Fonte: FIBGE, censos demográficos e estatísticas históricas do Brasil, MTE.

* Soma de conta-própria, sem remuneração, desempregado

** Em mil

Ao mesmo tempo, pode-se verificar que a forte expansão da ocupação esvaziou o risco do desemprego. No mesmo período de tempo, de cada 100 pessoas que ingressavam no mercado de trabalho, 99 conseguiam algum forma de ocupação.

Ademais da forte elevação dos empregos assalariados com registro, reflexo da transformação do mercado de trabalho nacional, ocorreu um movimento de consolidação de segmentos ocupacionais organizados no meio urbano. No período 1940 - 1980, o emprego no segmento organizado urbano cresceu à taxa média anual de 4,9%, acima da variação da PEA (4,6%) e das ocupações no segmento não-organizado (3,9%). Dessa forma, a cada dez ocupações geradas no mesmo período, sete eram de responsabilidade do segmento organizado e três do segmento não-organizado.

No setor secundário da economia brasileira (indústria), as ocupações do segmento organizado cresceram em média, a cada ano, a uma taxa de 4,9%, enquanto o segmento não-organizado cresceu a 3,9% a.a. No setor terciário, a variação média anual das ocupações no segmento organizado foi de 4,8%, contra 3,4% nas ocupações dos segmentos não-organizados.

Em função disso, pode-se identificar uma expansão da participação relativa tanto do setor secundário no total das ocupações da economia de 30,2%, em 1940, para 36,2%, em 1980, como dos segmentos organizados

Tabela 2. Brasil: Evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1940 e 1980

Itens	1940	1980	Varição absoluta anual*	Varição relativa anual
Total não-agrícola	100,0%	100,0%	615,3	4,4%
- Organizado	61,6%	70,5%	444,7	4,9%
- Não-organizado	38,4%	29,5%	170,6	3,9%
Secundário	30,2%	36,2	230,1	5,1%
- Organizado	20,8%	25,7%	164,1	5,1%
- Não-organizado	9,4%	10,5%	66,0	4,9%
Terciário	69,8%	63,8%	385,2	4,3%
- Organizado	40,8%	44,8%	280,6	4,8%
- Não-organizado	29,0%	19,0%	104,6	3,4%

Fonte: FIBGE, *op cit*

* Em mil

de 61,6% para 70,5% no mesmo período de tempo. O setor terciário reduziu sua participação relativa no total das ocupações de 69,8% para 63,2%, enquanto o segmento não-organizado também teve diminuída a sua participação relativa que passou de 38,4% para 29,5%, entre os anos de 1940 e 1980.

A expansão dos empregos regulares registrados e das ocupações nos segmentos organizados da economia indicou o movimento geral de estruturação do mercado de trabalho. Por força da implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional, bem como devido à institucionalização das relações de trabalho, compartilhada pelo conjunto de normas legais difundidas a partir de um código de trabalho no país (CLT), tornou-se possível constar a evolução ainda que incompleta da estruturação do mercado de trabalho⁶.

A dinâmica da industrialização, orientada pelas políticas macroeconômicas comprometidas com a expansão da produção nacional, favoreceu continuamente o aumento das ocupações, capaz de apontar para o horizonte de consolidação de uma sociedade salarial, a exemplo dos países desenvolvidos. Sem a institucionalização das relações de trabalho rumo à construção do estatuto do trabalho, contudo, não estaria assegurada a mesma expansão dos empregos registrados e das ocupações nos segmentos organizados, conforme observado na Tabela 2.

⁶ Sobre o desempenho da economia nacional e do mercado de trabalho ver: Pereira, 1983; Tavares, 1975; Pochmann, 1995; Mattoso, 1995.

Apesar dos sinais incontestes de estruturação do mercado de trabalho ao longo do tempo, não houve, como é sabida, a sua homogeneização nos mesmos níveis constatados nos países desenvolvidos. Nesses, a taxa de assalariamento urbana supera os 4/5 da População Economicamente Ativa ocupada no meio urbano, enquanto no Brasil ela passou de 42,0%, em 1940, para 62,8%, em 1980. Por outro lado, de cada dez assalariados, três eram registrados em 1940 e, 40 anos depois, a relação já era de quase oito em cada dez.

Numa perspectiva de longo prazo, caminhava-se para a consolidação dos empregos regulares com registro e para uma maior taxa de assalariamento, porém permaneciam problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, tais como a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos. Mesmo sem examinar as múltiplas relações entre não-organizado e assalariado sem registro, desempregado, baixos salários, não assalariamento e desigualdade de renda, não é temerário admitir que, em geral, as melhores condições de trabalhos e remuneração tendiam a se concentrar no assalariamento com registro e nas ocupações nos segmentos organizados.

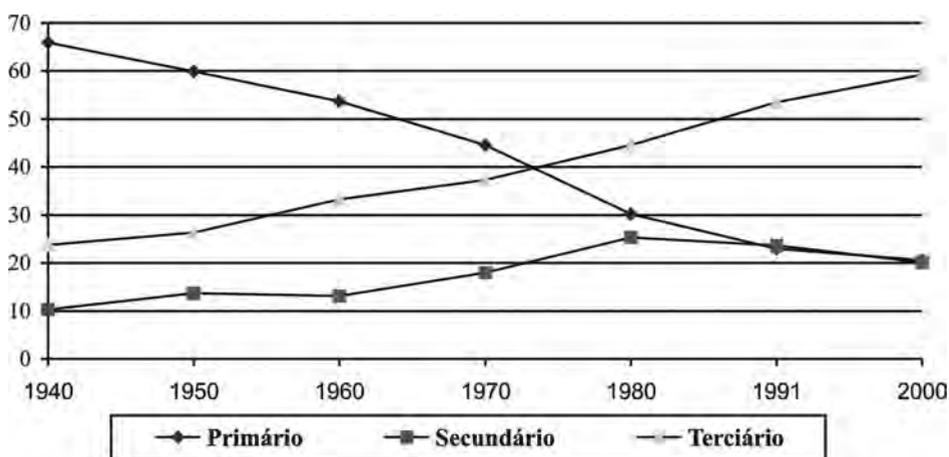
MOVIMENTO GERAL DE DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PÓS-1980

O colapso no padrão de financiamento do desenvolvimento nacional logo no início da década de 1980, com a crise da dívida externa, levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizando a plena retomada sustentada do crescimento econômico. No cenário de semi-estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e de alta inflação, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurada ainda na década de 1930⁷.

A partir dos anos 80, observou-se a desaceleração na queda das ocupações do setor primário da economia, enquanto o setor secundário deixou de apresentar maior contribuição relativa no total das ocupações. Um inchamento do setor terciário ocorreu, ao mesmo tempo em que o desemprego tornava-se maior e mais precárias eram as ocupações geradas.

Em consequência, o setor secundário apresentou, em 2000, uma participação relativa na ocupação total levemente acima da verificada no início dos anos 70. Em 2000, por exemplo, notou-se que de cada dez

⁷ Sobre o desempenho da economia nacional desde 1980 ver: Carneiro, 2002; Belluzzo & Almeida, 2002.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos

Gráfico 2. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa ocupada de 1940 a 2000

ocupações existentes, seis eram de responsabilidade do setor terciário, dois do setor secundário e dois do setor primário, enquanto em 1980, quatro eram do setor terciário e três do secundário e três do setor primário.

Ainda em relação à comparação das informações referentes ao comportamento geral do mercado de trabalho entre os anos censitários de 1980 e 2000, podem ser comprovados os evidentes sinais da desestruturação do mercado de trabalho. De um lado, o ritmo de expansão média anual da taxa de desemprego foi 5,5 vezes maior que o crescimento do nível ocupacional.

Apenas a título de referência, entre 1940 e 1980 o crescimento médio anual da ocupação se deu 5,2 vezes maiores que a taxa de desemprego. Praticamente o inverso do verificado nas duas últimas décadas do século 20.

Nessas condições, o risco do desemprego passou a ser cada vez mais constante e elevado. De cada cem pessoas que ingressaram no mercado de trabalho entre 1980 e 2000, 31 ficaram desempregadas.

De outro lado, o crescimento significativo do emprego assalariado sem carteira assinada acompanhada da ocupação por conta-própria. Tudo isso colaborou para a volta da expansão da taxa de precarização do mundo do trabalho.

Tabela 3. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1980 e 2000

Itens	1980	2000	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual
PEA	100,0%	100,0%	1.646,1	2,9%
PEA ocupada	97,2%	85,0%	1.135,4	2,2%
Empregador	3,1%	2,4%	24,4	1,6%
Conta-própria	22,1%	19,1%	249,6	2,1%
Sem remuneração	9,2%	6,3%	41,0	0,9%
Assalariado	62,8%	57,2%	820,5	2,4%
- Com registro	49,2%	36,3%	318,7	1,3%
- Sem registro	13,6%	20,9%	501,8	5,1%
Desempregado	2,8%	15,0%	510,7	11,9%
Taxa de precarização*	34,1%	40,4%	801,3	3,7%

Fonte: FIBGE, censos demográficos

* Soma de conta-própria, sem remuneração e desempregado;

** Em mil.

Com isso, houve uma inequívoca interrupção na tendência de estruturação do mercado geral de trabalho, tendo o assalariamento contido o seu ímpeto expansionista. De cada dez ocupações abertas entre 1980 e 2000, sete eram assalariadas, sendo quatro sem carteira assinada e três com registro formal.

Por consequência, as ocupações por conta-própria, sem remuneração e empregadores representaram 30% do total das vagas geradas no interior do mercado de trabalho durante o mesmo período de tempo. Essa ampliação da ocupação, que terminou evitando o crescimento ainda maior do desemprego, não deixou de contribuir, por outro lado, para a elevação da precarização do mercado de trabalho.

Além da redução na participação relativa dos empregos assalariados com registro no total dos assalariados, ocorreu também a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana. Entre 1980 e 2000, de cada dez ocupações geradas, praticamente cinco foram de responsabilidade do segmento não-organizado e cinco do segmento organizado.

Isso porque as ocupações do segmento não-organizado cresceram a uma taxa média anual de 4,1% no mesmo período de tempo. Já o segmento organizado apresentou uma taxa média anual de variação de apenas 2,1%.

Tabela 4. Brasil: evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1980 e 2000

Itens	1980	2000	Varição absoluta anual*	Varição relativa anual
Total não-agrícola	100,0%	100,0%	1.079,5	3,3%
- Organizado	70,5%	62,1%	579,0	2,1%
- Não-organizado	29,5%	37,9%	500,5	4,1%
Secundário	36,2%	29,8%	227,2	1,8%
- Organizado	25,7%	16,3%	37,2	0,5%
- Não-organizado	10,5%	13,5%	190,0	4,1%
Terciário	63,8%	70,2%	852,3	3,3%
- Organizado	44,8%	45,8%	509,2	2,9%
- Não-organizado	19,0%	24,4%	343,1	4,1%

Fonte: FIBGE, censo demográfico.

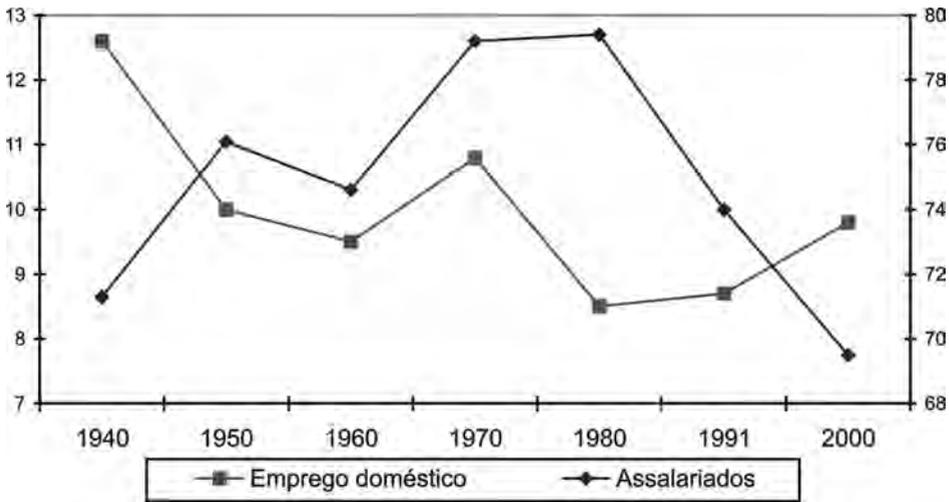
* Em mil.

No setor terciário, o segmento organizado foi o principal responsável pela criação de ocupações, tendo em vista que na indústria (setor secundário) houve diminuição relativa das ocupações do segmento organizado, passando de 25,7%, em 1980, para 16,3%, em 2000. No mesmo período, o setor terciário organizado passou de 44,8% para 45,8% do total das ocupações urbanas do país.

Todas essas transformações nas formas de ocupação e inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho, que expressam uma trajetória de desestruturação, que teve início ainda na década de 1980, a partir do abandono do projeto de industrialização nacional e da adoção sistemática de um conjunto de políticas macroeconômicas de corte neoliberal. Devem ser acrescidas, por conta disso, as medidas direcionadas à desregulamentação do mercado de trabalho adotadas na década de 1990, o que terminou por contribuir ainda mais para o avanço da precarização das ocupações⁸.

Em função disso, nota-se que durante a década de 1990 os sinais de desestruturação do mercado de trabalho foram mais evidentes. Um dos principais aspectos disso foi o significativo aumento do desemprego e do desassalariamento, provocado fundamentalmente pela contenção dos empregos com registro em relação ao total da ocupação.

⁸ Sobre a precarização do emprego e as medidas de desregulamentação do mercado de trabalho ver: Krein, 2001; Pochmann, 2003.



Fonte: FIBGE, censos demográficos.

Gráfico 3. Brasil: evolução das participações do emprego assalariado e do trabalho doméstico na PEA urbana ocupada entre 1940 e 2000 (em %)

Uma outra característica adicional do movimento geral de desestruturação do mercado de trabalho, como exemplo de precarização das ocupações, pode ser observada através do comportamento dos empregos domésticos. Em relação à participação do emprego doméstico no total das ocupações urbanas, verifica-se uma tendência de queda entre 1940 e 1980, salvo em 1970.

Mas a partir de 1980, entretanto, a participação relativa do emprego doméstico começou a aumentar, tanto que em 2000 atingiu a mesma participação verificada em 1950. A taxa de assalariamento seguiu praticamente a trajetória inversa da ocupação doméstica.

3. NOVIDADES NO COMPORTAMENTO MAIS RECENTE DO MERCADO GERAL DE TRABALHO

Nesta parte, procura-se analisar a situação mais recente do comportamento geral do mercado de trabalho, mas com base nas pesquisas amostrais de domicílios anualmente realizadas pelo IBGE (PNAD). De certa forma, busca-se identificar a presença de novos elementos que possam indicar a alteração da tendência de desestruturação do mercado de trabalho desde 1980, a partir do acompanhamento dos dados estatísticos anuais.

De uma maneira geral, pode-se observar que entre 1979 e 2004 ainda prevalecem sinais de desestruturação do mercado de trabalho. No entanto, quando considerados determinados intervalos de tempo, especialmente os anos mais recentes (desde 1999), verificam-se sinais de mudança em relação à tendência geral de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Por conta disso, optou-se por dividir o período dos últimos 25 anos em dois subperíodos. O primeiro refere-se ao conjunto de informações relativas aos anos de 1979 e 1999, enquanto o segundo subperíodo trata dos anos de 1999 e 2004.

No primeiro subperíodo, que se refere ao intervalo de 20 anos (1979–1999), as características marcantes do comportamento do mercado de trabalho convergem para a ampliação da precarização geral das ocupações. Quase 2/3 do total dos postos de trabalho abertos nesse subperíodo de tempo foram constituídos por ocupações precárias.

Da mesma forma, assistiu-se ao crescimento quase que contínuo do desemprego aberto e das ocupações não assalariadas. De cada dez postos de trabalho abertos, por exemplo, quatro foram não-assalariadas, enquanto 21 de cada cem pessoas que ingressaram no mercado de trabalho ficaram desempregadas entre 1979 e 1999.

Tabela 5. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1979 e 1999

Itens	1979	1999	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual***
PEA	100,0%	100,0%	1.529,1	2,6
PEA ocupada	97,3%	89,9%	1.206,7	2,2
Empregador	3,7%	3,8%	60,4	2,7
Conta-própria	21,2%	21,9%	350,8	2,8
Sem remuneração	11,8%	8,8%	66,4	1,1
Assalariado	60,6%	55,4%	729,1	2,1
- Com registro	36,3%	33,8%	460,1	2,2
- Sem registro	24,3%	21,6%	269,0	2,0
Desempregado	2,7%	10,1%	322,5	10,2
Taxa de precarização*	35,7%	40,8%	739,7	3,3

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)

* Soma de conta-própria, sem remuneração e desempregado.

** Em mil.

*** Em %

Por outro lado, verifica-se também que a cada dez vagas abertas, somente quatro foram assalariadas com carteira assinada no mesmo período de tempo. Em decorrência, avançou rapidamente as ocupações pertencentes ao segmento não-organizado do mercado geral de trabalho.

Somente no setor urbano, mais de 2/3 das ocupações geradas pertenceram ao segmento não-organizado do mercado de trabalho. Em grande medida, o setor terciário foi o que mais contribuiu para a maior ampliação das vagas do segmento não-organizado, já que respondeu por 86% do total das ocupações abertas entre 1979 e 1999.

Tabela 6. Brasil: evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1979 e 1999

Itens	1979	1999	Varição absoluta anual*	Varição relativa anual**
Total não-agrícola	100%	100,0%	1.225,1	3,0
- Organizado**	69,9	53,9%	421,9	1,7
- Não-organizado	30,1	46,1%	803,2	5,3
Secundário	35,3%	25,4%	163,6	1,4
- Organizado	27,8%	14,0%	-34,1	-0,4
- Não-organizado	7,5%	11,4%	197,8	5,2
Terciário	64,7%	74,6%	1.061,4	3,8
- Organizado	42,2%	39,9%	454,5	2,8
- Não-organizado	22,5%	34,7%	606,9	5,3

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)

* Em mil;

** Em %.

No sentido inverso do verificado entre os anos de 1979 e 1999, nota-se uma alteração no movimento de desestruturação do mercado de trabalho desde o ano 2000. Com base no subperíodo de 1999 a 2004, observa-se que o assalariamento voltou a predominar no total das ocupações abertas, respondendo por quase 87% das novas vagas geradas.

Nota-se também que do contingente de empregos assalariados gerados nesse subperíodo de tempo, mais de 2/3 foram com carteira assinada. Assim, nota-se também que do conjunto das ocupações gerado no país desde 1999, 56,5% foram de empregos assalariados com carteira assinada.

Nesse mesmo sentido da reestruturação do mercado de trabalho, percebe-se uma queda relativa na taxa de desemprego aberto. Com isso,

houve também a desaceleração na taxa de precarização no total das formas de inserção no mercado de trabalho, com queda de 10,3% entre 1999 e 2004.

Tabela 7. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1999 e 2004

Itens	1999	2004	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual***
PEA	100,0%	100,0%	2.675,8	3,3
PEA ocupada	89,9%	90,7%	2.548,6	3,5
Empregador	3,8%	3,9%	119,5	3,8
Conta-própria	21,9%	20,8%	389,4	2,2
Sem remuneração	8,8%	6,5%	-175,6	-2,5
Assalariado	55,4%	59,5%	2.215,3	4,8
- Com registro	33,8%	36,8%	1.440,7	5,1
- Sem registro	21,6%	22,7%	774,6	4,3
Desempregado	10,1%	9,3%	127,2	1,6
Taxa de precarização*	40,8%	36,6%	341,0	1,1

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)

* Soma de conta-própria, sem remuneração e desempregado;

** Em mil;

*** Em %.

Por consequência, o segmento organizado do mercado de trabalho passou a ser novamente recomposto. Entre 1999 e 2004, o segmento organizado foi responsável por 2/3 do total das vagas abertas no país.

Esse melhor desempenho do segmento organizado do mercado de trabalho se deve, em grande medida, ao melhor desempenho do emprego industrial. O setor secundário, por exemplo, foi responsável pela geração de quase 1/3 do total dos novos postos de trabalho no setor urbano nacional, enquanto no subperíodo de 1979 e 1999, respondeu por somente um a cada 10 ocupações geradas em todo o país.

Também deve ser destacado o desempenho do setor terciário, mesmo que não tenha registrado o mesmo desempenho do subperíodo de 1979 e 1999. De cada três novas vagas abertas no segmento organizado urbano, duas vieram do setor terciário, enquanto nos anos de 1979 a 1999 respondeu pela totalidade dos postos urbanos gerados.

Tabela 8. Brasil: evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1999 e 2004

Itens	1999	2004	Variação absoluta anual*	Variação Relativa anual**
Total não-agrícola	100,0%	100,0%	2.511,7	4,2
- Organizado**	53,9%	55,6%	1.581,1	4,9
- Não-Organizado	46,1%	44,4%	930,6	3,5
Secundário	25,4%	26,6%	798,4	5,2
- Organizado	14,0%	14,5%	418,5	5,0
- Não-organizado	11,4%	12,1%	379,9	5,5
Terciário	74,6%	73,4%	1.713,2	3,9
- Organizado	39,9%	41,0%	1.149,3	4,8
- Não-organizado	34,7%	32,4%	563,9	2,8

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas).

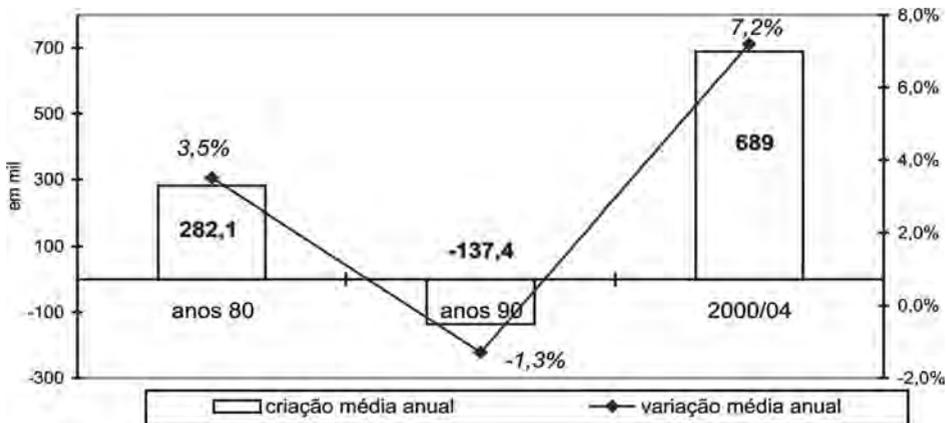
* Em mil;

** Em %.

Tendo em vista a contribuição que o setor secundário passou a ter na reversão de sentido do mercado de trabalho no período mais recente, cabe agora tratá-lo de maneira mais precisa. A seguir analisa-se o comportamento específico das ocupações no setor industrial.

4. SITUAÇÃO RECENTE DA OCUPAÇÃO INDUSTRIAL

A década de 1990 interrompeu uma longa tendência de elevação significativa do emprego na indústria de transformação brasileira desde 1930,



Fonte: IBGE, PNAD's (ajustadas)

Gráfico 4. Brasil: comportamento médio anual do emprego industrial em períodos selecionados de tempos

quando teve início o ciclo da industrialização nacional. Somente nos anos 90, a indústria de transformação reduziu em 1,4 milhão de postos de trabalho (média anual de 137,4 mil empregos), não obstante a geração de 7,7 milhões de novas ocupações nos outros setores de atividades econômicas.

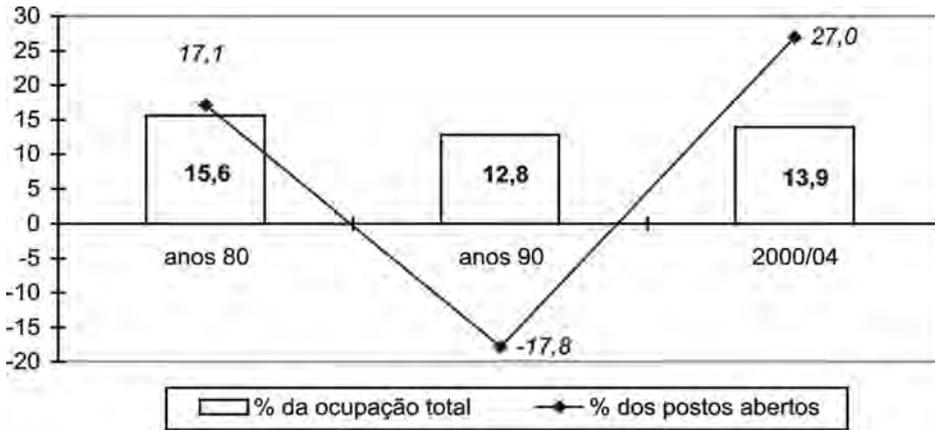
A partir de 1999, contudo, o comportamento do emprego na indústria de transformação voltou a crescer, chegando a alcançar, até 2004, a geração de 3,4 milhões novos postos de trabalho (média anual de 689 mil novos empregos). Essa profunda alteração no desempenho do emprego industrial encontra-se diretamente associada tanto ao abandono do regime cambial (taxa de câmbio fixo) como ao forte crescimento do comércio internacional.

De fato, a desvalorização cambial terminou por produzir dois movimentos distintos no comportamento da economia nacional, especialmente na propulsão do emprego industrial. Em primeiro lugar, a combinação entre a contração na velocidade de substituição de postos de trabalho internos pela importação de produtos e serviços estrangeiros e o estímulo aos novos empregos determinados pelo aumento das exportações, ainda que prevalecesse o baixo crescimento econômico no mesmo período de tempo.

Em segundo lugar, o efeito das medidas institucionais voltado para o cumprimento da legislação trabalhista, capaz de regularizar o processo de terceirização selvagem do emprego na economia nacional. Assim, a posição de várias instituições comprometidas com o cumprimento do marco legal do mercado de trabalho (ações do Ministério Público do Trabalho, decisões da Justiça do Trabalho, fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e a atuação dos sindicatos) terminou por contribuir também na reversão parcial do já avançado processo de desregulamentação do segmento organizado do mercado de trabalho (terceirização do trabalho pelo emprego sem carteira assinada, cooperativas fraudulentas, estágios irregulares, consultores, empresas de prestação de serviço comum só funcionário, entre outras).

A expansão da ocupação industrial tem sido tão significativa no período recente (7,2% a.a), que chega a superar em quase 106% a verificada nos anos 80. Em 2004, por exemplo, foi contabilizado pelo IBGE o conjunto de 11,7 milhões de empregos na indústria de transformação, superior em 21,4% o maior nível ocupacional industrial já registrado no Brasil (1989).

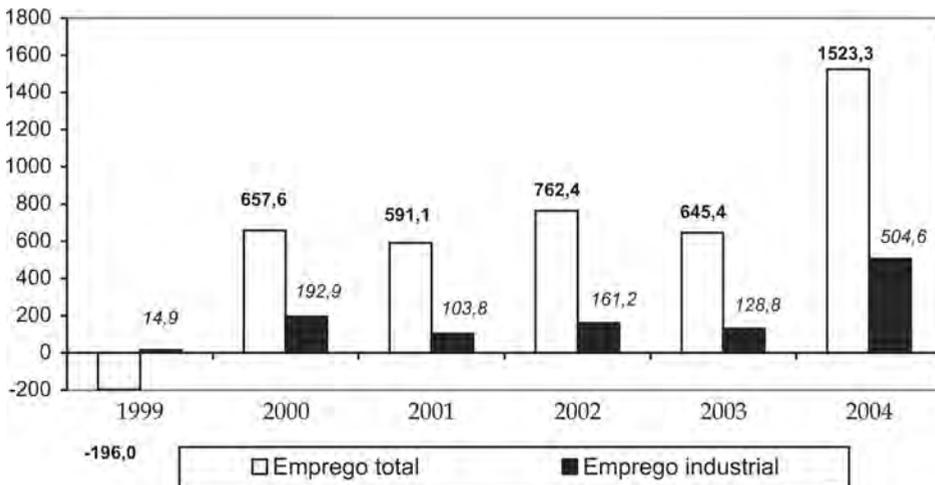
Além da forte variação na ocupação da indústria de transformação, destaca-se também a sua ampliação relativa no total da ocupação do país. Entre 1999 e 2004, por exemplo, a indústria de transformação respondeu por 27% do total de vagas abertas no país (total acumulado em 12,7 milhões de ocupações).



Fonte: IBGE, PNAD's (ajustadas)

Gráfico 5. Brasil: participação média anual do emprego industrial no total da ocupação e no total de postos de trabalho abertos em períodos selecionados de tempos

Por força disso, a indústria de transformação terminou aumentando a sua participação relativa no total da ocupação. Em 2004, a ocupação na indústria de transformação representou 13,9% do total dos postos de trabalho, enquanto nos anos 90 era menos de 12,8%.

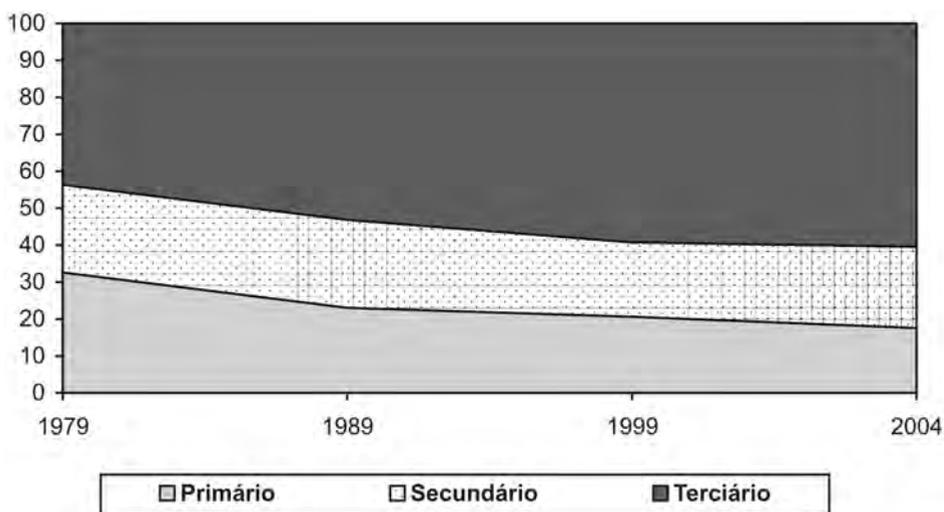


Fonte: MTE/CAGED (elaboração própria)

Gráfico 6. Brasil: Evolução anual do total do emprego assalariado formal e do emprego assalariado formal na indústria de transformação entre 1999 a 2004

Se considerado ainda somente o desempenho do emprego formal, observa-se a continuidade da evolução desde 1999. Com base nas informações do Ministério do Trabalho e Emprego (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o emprego na indústria de transformação foi responsável 27,8% do saldo de todas as ocupações formais entre 1999 e 2004. Somente em 2004, a indústria de transformação respondeu por 33,1% (504,6 mil empregos) do total de postos de trabalhos abertos (1,5 milhão em empregos).

Por fim, cabe ainda destacar que depois de 20 anos de redução relativa do emprego industrial no total da ocupação no Brasil, nota-se a sua recuperação desde 1999. Assim, o contínuo aumento do setor terciário ocorre fundamentalmente diante da contenção do setor primário, tornando compatível também a expansão relativa do setor industrial.



Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)

Gráfico 7. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa ocupada de 1970 a 2004

5. RUPTURA OU INTERRUPTÃO DO MOVIMENTO DE DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de informações anteriores possibilita analisar a evolução geral do comportamento do mercado de trabalho desde a década de 1930. Por ser um período relativamente longo, torna-se possível identificar alterações estruturais no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

Em síntese, foram observados dois períodos muito distintos no que diz respeito à evolução do mercado de trabalho nos últimos 60 anos. De um lado, o movimento de estruturação do mercado de trabalho que ocorreu em simultâneo ao processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1930-1980), sendo marcado pela expansão do emprego assalariado, principalmente do registro formal, e das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalistas).

De outro lado, houve uma reversão na trajetória geral das ocupações a partir de 1980, com importantes sinais de desestruturação do mercado de trabalho. O desassalariamento de parcela da População Economicamente Ativa e a expansão das ocupações nos segmentos não-organizados e do desemprego ocorreram paralelamente ao abandono do projeto de industrialização nacional e à adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional qualificada e enfraquecimento do estatuto do trabalho.

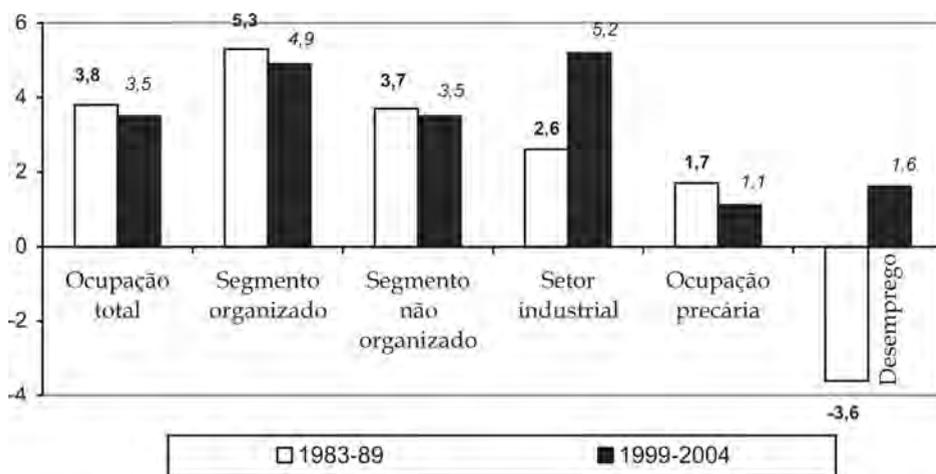
As razões das diferentes dinâmicas no funcionamento do mercado de trabalho, que apresenta uma evolução dependente do desenvolvimento mais geral da economia não devem ser buscadas apenas e tão somente nas variáveis endógenas do mercado de trabalho. É preciso ir além, procurando entender como as mudanças no padrão de desenvolvimento, no modo de inserção internacional e nas políticas macroeconômicas afetam o nível e a composição ocupacional, os rendimentos e mesmo as novas formas de contratação e uso da força de trabalho. Sem isso, as análises tendem a ser insuficientes e inconsistentes, redundando, em grande parte das vezes, em diagnósticos e propostas erradas.

Ademais cabe acrescentar os sinais mais recentes do comportamento geral do mercado de trabalho em direção a sua reestruturação. De fato, desde 1999, conforme foi possível verificar por intermédio das informações obtidas a partir da PNAD há fortalecimento do segmento organizado do mercado

de trabalho urbano, com fundamental elevação de emprego assalariado com carteira assinada.

Da mesma forma, nota-se tanto a queda na taxa de precarização dos postos de trabalho como a leve queda da taxa de desemprego aberto. Em grande medida, essa importante melhora no comportamento do mercado de trabalho encontra-se diretamente relacionada à mudança do regime cambial, em 1999, e ao significativo crescimento do comércio externo.

Por conta disso, o setor industrial terminou sendo um dos principais protagonistas da recente recuperação do emprego formal no Brasil. A ampliação das exportações e a contenção dos produtos e serviços importados estimularam a nova geração da ocupação na indústria de transformação.



Fonte: IBGE/PNAD's (ajustadas)

Gráfico 8. Brasil: comportamento do mercado de trabalho entre 1983/89 e 1999/2004 (variação em %)

Mas até que ponto a recuperação do emprego formal a partir de 1999 se mostra suficiente e sustentável para reverter a tendência de longo prazo de estruturação do mercado de trabalho? Ademais, cabe adicionar que entre os anos de 1983 e 1989 também houve uma importante recuperação do emprego formal, capaz de interromper temporariamente o movimento geral de desestruturação do mercado de trabalho. Como se sabe, a recessão do governo Collor (1990-92), acompanhada da adoção da política macroeconômica de corte neoliberal, colocou tudo a perder tanto no desempenho econômico como no interior do mercado de trabalho.

Na comparação entre o período de 1983/89 e de 1999/2004, percebe-se, inclusive, que a recuperação dos anos 80 foi até mais intensiva que a verificada atualmente, seja pela queda no desemprego, seja pela maior ampliação do segmento organizado, seja pelo maior ritmo de expansão do total da ocupação. O período atual, contudo, destaca-se pelo maior ritmo de crescimento do emprego no setor industrial e menor expansão das ocupações precárias.

Para que a atual recuperação do emprego formal possa romper de fato com a tendência de longo prazo de desestruturação do mercado de trabalho não poderia haver obstrução no desempenho do setor exportador. Nesse sentido, a taxa de câmbio e o comportamento do comércio internacional exercem um papel-chave.

Também deveriam estar assegurados os compromissos tanto com a sustentação do crescimento econômico como a restrição à desregulamentação do mercado de trabalho. Sem isso, os sinais de re-estruturação do mercado de trabalho poderão se transformar em apenas mais um caso de interrupção temporária da longa marcha de 25 anos de precarização dos postos de trabalho no Brasil.

De todo modo, convém resgatar uma relevante contribuição de um importante historiador a respeito da possibilidade da ocorrência simultânea dos tempos, capaz de combinar processos de longa duração das estruturas com movimentos de menor temporalidade da conjuntura (Braudel, 1979). Assim, não parece estranho que o Brasil possa presenciar simultaneamente a combinação dialética do processo de longo prazo de desestruturação do mercado de trabalho com o movimento temporal de re-estruturação do segmento organizado do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALBAN, M. *Crescimento sem emprego*. Salvador: Casa da qualidade, 1999.
- BALTAR, P.; HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: OLIVEIRA, C. et al (Org.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BELLUZZO, L.; ALMEIDA, J. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: A. Colin, 1979.

CACCIAMALI, M. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP, 1983.

_____. *A economia informal 20 anos depois: indicadores econômicos*. Porto Alegre: FEE, 1992.

CAMARGO, J.; NERI, M.; REIS, M. Emprego e produtividade no Brasil na década de 1990. In: BAUMANN, R. (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Unesp: Unicamp, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo, 1994.

GONÇALVES, R. *O Brasil no comércio internacional*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Vagão descarrilhado*. São Paulo: Record, 2002.

KOVARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KREIN, D. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas: IE/Unicamp, 2001.

MATTOSO, J. Emprego e concorrência desregulada. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scitita, 1995.

MOREIRA, M.; NAJBERG, S. O impacto da abertura comercial sobre o emprego. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PACHECO, C.; POCHMANN, M. *Transformações do mercado de trabalho: experiências internacional e brasileira no período recente*. Brasília: IPEA, 1997. No prelo.

PEREIRA, L. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1998.

- _____. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo: LTr, 1995.
- _____. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003.
- SOUZA, P. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.
- TAVARES, M. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975.
- TOKMAN, V. *El sector informal: quince años después: el trimestre económico*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- TURNHAM, D. et al. *The informal sector revisited*. Paris: OECD, 1990.

Resumo

O presente trabalho analisa o comportamento geral do mercado de trabalho no Brasil num prazo mais longo de tempo. A partir de uma breve recuperação das tendências de longo prazo do mercado de trabalho, o autor analisa a situação mais recente, especialmente nos últimos cinco anos (1999 a 2004). Descreve os dois movimentos estruturais nos últimos 60 anos e a situação atual e, por fim, a análise mais específica da ocupação do mercado de trabalho no setor industrial.

Abstract

The present work addresses the general behavior of the labor market in Brazil in a long term basis. The author analyses the most recent situation, especially in the last five years (1999 a 2004), from the long-term trends of the labor market. He describes the two structural movements in the latest 60 years and the present situation, and, finally, a more specific investigation of the labor market occupation in the industrial sector.

O Autor

MARCIO POCHMANN é professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias

Ângela Borges

Nos seus estudos sobre o processo de desestruturação dos mercados de trabalho metropolitanos, provocado pela reestruturação produtiva dos anos 1990 e a sua gestão neoliberal, os pesquisadores brasileiros já mostraram como o desemprego mudou de patamar e assumiu um caráter estrutural, como o processo de precarização – traduzido na informalização dos vínculos empregatícios e também na perda de qualidade dos empregos ditos “formais” – generalizou-se e assumiu as mais variadas formas, desde o tradicional emprego sem registro em carteira até a criação e a multiplicação de formas atípicas de contratação de trabalho. Os estudos dos anos 90 revelaram também a intensidade do processo de desqualificação de segmentos inteiros de trabalhadores, particularmente na indústria de transformação, duramente atingidos pelos ajustes das empresas e jogados num processo de mobilidade descendente no mercado de trabalho.

Essas e outras mudanças vivenciadas pelos trabalhadores brasileiros também alteraram profundamente as trajetórias profissionais não apenas dos diretamente atingidos mas, também, daqueles que lograram permanecer ocupados, mas viram desaparecer as possibilidades de seguir uma carreira à moda antiga, sendo forçados a rapidamente se adaptarem a um novo modelo de vida profissional, marcado pela insegurança e pela incerteza de um ambiente altamente competitivo e, para a maioria, pela ausência de direitos e benefícios e por níveis muito baixos de remuneração.

Colocando o seu foco principalmente nos indivíduos, destacando como eles vêm sendo mais ou menos atingidos por essas transformações em função das suas características pessoais, esses estudos abordaram detalhadamente aqueles processos e as suas conseqüências das perspectivas do gênero, das gerações, da cor e do perfil de escolaridade dos trabalhadores, revelando a

complexidade dos impactos das transformações ainda em curso no mercado de trabalho brasileiro.

Várias dessas análises revelam que quase todos os segmentos de trabalhadores, recortados a partir das variáveis acima referidas foram afetados, tornando difícil – e superficial – a identificação de ganhadores e perdedores. Mas, ao mesmo tempo, diversos estudos, ao ressaltarem a heterogeneidade e a diversidade internas a cada um desses segmentos, têm aportando contribuições importantes para o conhecimento mais acurado das implicações dos processos em curso no mercado de trabalho e conseguido identificar melhor os grupos sociais que, em função das suas características pessoais e da trajetória profissional têm sido, na média, mais duramente afetado.

Paralelamente às pesquisas que tomam o indivíduo como unidade de análise, dando continuidade a um esforço iniciado já na crise do início dos anos 80 (Jatobá, 1990; Montali, 1990), outra linha de estudos tem procurado conhecer os mecanismos através dos quais esses impactos negativos da crise do mercado de trabalho se propagam dos indivíduos às suas famílias, para avaliar os efeitos socialmente mais desestruturadores das transformações em curso no mundo do trabalho.

Subjacente a essas análises está a compreensão de que tanto na relação de emprego como no mercado de trabalho o capital gerencia, simultaneamente, os trabalhadores e as suas famílias, ou seja, age ao mesmo tempo no pólo da produção e no da reprodução, cuja autonomia é apenas relativa e ainda mais limitada em momentos de crise, quando as estratégias familiares de inserção tornam-se, cada vez mais, reações defensivas e pouco eficazes frente aos constrangimentos colocados pelo mercado.

Este trabalho situa-se na linha desses estudos que vêm se debruçando sobre a relação de mútua determinação entre as estruturas familiares e o mercado de trabalho, e tem como objetivo avaliar a distribuição dos principais riscos do mercado de trabalho entre os diversos tipos de família e entre os membros dessas famílias, em função da posição que nela ocupam.

Nele, procura-se também observar em que medida as transformações recentes no mercado de trabalho estão induzindo mudanças na divisão sexual do trabalho na esfera da produção e na esfera da reprodução para, em seguida, extrair algumas conclusões a respeito das repercussões da crise do mercado de trabalho sobre as famílias e das implicações dessas mudanças para a formulação de políticas sociais.

O estudo tomou como universo seis Regiões Metropolitanas: as de Fortaleza (RMF), Salvador (RMS), Belo Horizonte (RMBH); Rio de Janeiro (RMRJ); São Paulo (RMSP) e a de Porto Alegre (RMPOA), para os anos de 1995 e 2004 e os dados utilizados foram os da PNAD.

MUDANÇAS NA ESTRUTURA FAMILIAR

Como já mostraram vários estudos, a família brasileira vem passando por mudanças profundas na sua composição e no seu tamanho, como resultado combinado de transformações sociodemográficas estruturais – a chamada transição demográfica – e de mudanças no mundo do trabalho que acompanham a atual reestruturação produtiva, mudanças que têm alterado, profundamente, as condições de reprodução da classe trabalhadora que, particularmente na ausência do Estado de Bem Estar, tem no espaço familiar o seu pilar central de segurança e de proteção.

As mudanças nas famílias assumem diversas formas, algumas delas mais relevantes na discussão da relação família *vs* mercado de trabalho: o tamanho do grupo familiar, a sua composição – tipos de família¹ –, e a proporção de membros disponíveis para o trabalho, aqui definido como o trabalho na produção, isto é, as atividades voltadas para a produção de bens e serviços para o mercado ou para o consumo coletivo, do qual os indivíduos (e as suas famílias) extraem, direta ou indiretamente, a renda indispensável ao atendimento das suas necessidades.

O tamanho médio das famílias (com agregados) reduziu-se entre 1995 e 2004, já se encontrando abaixo de quatro pessoas, nas seis Regiões Metropolitanas selecionadas e abaixo de três, na RMRJ e na RMPOA.

Famílias pequenas, com menores chances de montar estratégias defensivas quando a crise do mercado de trabalho atinge um ou mais dos seus integrantes ou em caso de incapacidade permanente ou temporária de um membro economicamente ativo.

¹ A tipologia de família aqui utilizada é a da PNAD: casal sem filhos; casal com filhos menores de 14 anos; casal com filhos de 14 anos ou mais; casal com filhos de idades variadas; mãe com filhos menores de 14 anos; mãe com filhos de 14 anos ou mais; mãe com filhos de idades variadas; outros tipos de famílias.

Tabela 1. Tamanho médio da família, com agregados, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Regiões Metropolitanas	Média de componentes, com agregados	
	1995	2004
Fortaleza	3,7	3,3
Salvador	3,6	3,2
Belo Horizonte	3,6	3,2
Rio de Janeiro	3,2	2,9
São Paulo	3,4	3,2
Porto Alegre	3,1	2,9

Fonte: IBGE/PNAD

As famílias maiores são aquelas que compõem o tipo “casal com filhos em idades variadas”, com uma média de cerca de cinco componentes em todas as regiões estudadas, porém decrescente na RMRJ e RMPOA, onde esta média já se encontrava abaixo de cinco pessoas, em 2004.

Também com médias acima de quatro componentes estão as famílias formadas por “casal com filhos” e as aquelas com “mães e filhos em idades variadas”. Nos demais tipos, o número médio de componentes é bem mais baixo, com destaque para os “outros tipos de família”, com média inferior a duas pessoas, em todas as regiões.

Além da redução do seu número médio de componentes, outra mudança marcante nas famílias metropolitanas estudadas refere-se à redução do percentual de famílias formadas por um “casal com filhos” e a expansão de outros tipos de arranjos familiares, particularmente aqueles formados por “mães e filhos” e os classificados como “outros tipos de família”. Trata-se de um fenômeno que, com intensidades variadas, ocorreu em todas as Regiões Metropolitanas. Ele traduz a aceleração do processo de diversificação dos modelos de família – ou de grupos domésticos – que acompanha o enfraquecimento do modelo mais tradicional, constituído em torno de um casal com a chefia masculina o qual, embora ainda majoritário, já representava, em 2004, menos de 60% das famílias na RMS (54,3%); na RMBH (59,6%) e na RMRJ (58,8%)².

² Esses percentuais são ainda menores se considerado que, por razões culturais ligadas à sobrevivência de valores patriarcais, mesmo em famílias onde a mulher é, efetivamente, a pessoa de referência, a chefia ainda é atribuída ao homem.

Nesse modelo de família, um tipo que ainda se encontra em expansão em todas as metrópoles é o “casal sem filhos”, fenômeno provavelmente associado ao novo padrão de fecundidade – adiamento do primeiro filho em função da carreira feminina, de dificuldades financeiras ou, simplesmente, a opção por não ter filhos e, também, à multiplicação de lares com casais de idosos, como resultado do envelhecimento da população.

Tabela 2. Famílias por tipo, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

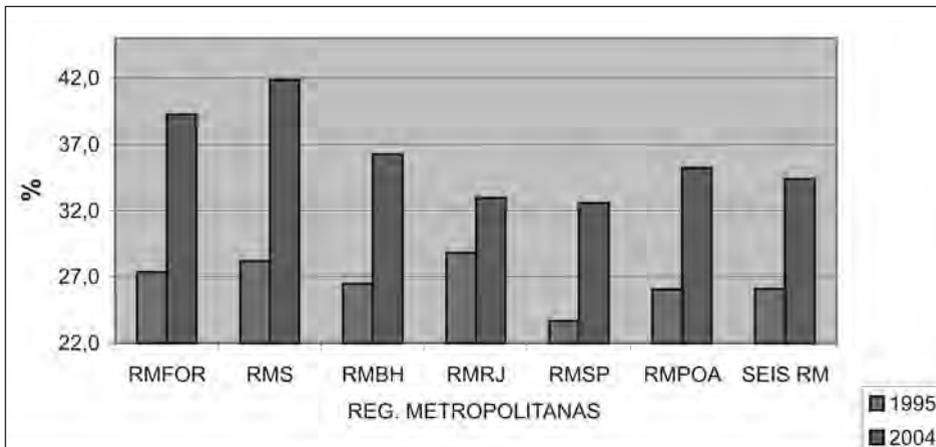
Tipos de família/Regiões Metropolitanas	%		Incremento
	1995	2004	%
Casal com ou sem filhos	67,8	61,4	31,7
Mãe com filhos	21,2	23,9	63,8
Outros tipos de famílias	10,9	14,7	96,4
RMFOR	100,0	100,0	191,9
Casal com ou sem filhos	62,6	54,3	22,6
Mãe com filhos	20,6	26,5	81,8
Outros tipos de famílias	16,8	19,2	62,3
RMS	100,0	100,0	166,7
Casal com ou sem filhos	66,7	59,6	31,0
Mãe com filhos	19,1	22,1	69,4
Outros tipos de famílias	14,2	18,3	89,8
RMBH	100,0	100,0	190,2
Casal com ou sem filhos	64,2	58,8	13,1
Mãe com filhos	18,4	19,7	32,4
Outros tipos de famílias	17,4	21,6	53,1
RMRJ	100,0	100,0	98,6
Casal com ou sem filhos	69,2	64,1	17,1
Mãe com filhos	16,1	19,8	55,7
Outros tipos de famílias	14,7	16,1	38,9
RMSP	100,0	100,0	111,7
Casal com ou sem filhos	67,7	62,6	24,9
Mãe com filhos	15,4	17,0	49,2
Outros tipos de famílias	16,8	20,4	63,5
RMPOA	100,0	100,0	137,6
Casal com ou sem filhos	66,9	61,2	19,2
Mãe com filhos	17,5	20,5	52,3
Outros tipos de famílias	15,5	18,3	53,9
AS SEIS REGIÕES	100,0	100,0	125,4

Fonte: IBGE/PNAD

Os tipos de família em expansão registram ritmos de crescimento distintos entre as regiões, mas a proporção de famílias formadas por “mães e filhos” cresce em todas as Regiões Metropolitanas, mas acentuadamente na RMS, onde já equivalia a mais de ¼ das famílias em 2004, e também na RMBH e na RMFOR.

Já os “outros tipos de família”, na classificação da PNAD, aumentaram a sua participação principalmente na RMF, na RMBH, na RMPOA e, também, na RMS. Esses “outros tipos”, em média com pequeno número de componentes, como visto, caracteriza-se pela significativa presença de chefias femininas – superior a 50% na RMRJ, RMSP e RMPOA e entre 45% e 49% nas outras regiões – e são arranjos que envolvem elevadas proporções de “outros parentes” – entre 20% e 30% dos seus integrantes –, percentuais que são muito superiores à média das famílias metropolitanas, onde a participação de “outros parentes” situa-se em torno de 5% do total de membros.

EXPANSÃO DA CHEFIA FEMININA



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 1. Famílias chefiadas por mulheres, Regiões metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Talvez uma das mais marcantes mudanças nas famílias metropolitanas reveladas pelos dados das PNAD seja o aumento – muito expressivo em algumas metrópoles – da proporção de famílias chefiadas por mulheres, um fenômeno que já vinha sendo observado há algum tempo e parece ter se

acentuado nos anos 90. Em 1995, em torno de $\frac{1}{4}$ das famílias metropolitanas estudadas tinham uma mulher como chefe ou pessoa de referência; em 2004, em todas as regiões, as mulheres já chefiavam mais de $\frac{1}{3}$ das famílias, sendo os percentuais mais elevados encontrados nas metrópoles nordestinas: RMS (41,8%) e Fortaleza (39,2%). A expansão da chefia feminina, além de indicar a intensidade das mudanças nos arranjos familiares, constitui uma das principais evidências da crise do modelo do homem provedor, manifesta claramente no contexto de desestruturação do mercado de trabalho.

AS FAMÍLIAS E OS RISCOS DO MERCADO DE TRABALHO

Na análise dos indicadores que permitem observar o impacto da reestruturação produtiva sobre os diversos tipos de família e sobre os seus componentes, é importante ressaltar algumas características do mercado de trabalho, fundamentais para essa discussão.

Assim, nunca é demais lembrar que o desemprego e os outros riscos do mercado de trabalho (precarização, baixa remuneração, insegurança no emprego) são estruturados, isto é, atingem desigualmente os trabalhadores em função de características como sexo, idade, escolaridade, cor, posição na família, etc. Esse fato vai repercutir sobre as famílias porque a sua composição (ou o perfil dos seus componentes) pode aumentar ou diminuir a sua exposição a esses riscos.

Em outras palavras, embora a atual reestruturação produtiva, diferentemente das crises anteriores, venha atingindo segmentos até então relativamente protegidos, o conhecimento já produzido sobre as mudanças no mercado de trabalho brasileiro na década de 90 mostra que, se nos seus primeiros momentos elas afetaram drasticamente trabalhadores da indústria – predominantemente homens adultos – (Cardoso, 2000), a partir desses ajustes iniciais a crise vem afetando de modo particularmente intenso indivíduos com algumas características, como os jovens de ambos os sexos (Pochmann, 1997; Borges, 2001), os menos escolarizados (Borges, 2003) e as mulheres (Borges e Guimarães, 2000, Bruschini e Lombradi, 2002; Lavinias, 2000).

Essas últimas, embora beneficiadas pela expansão de alguns dos seus nichos ocupacionais e, também, preferidas pelos empregadores para aqueles postos de trabalho que exigem comunicação com o público, disciplina, atenção, organização e outras competências consideradas “femininas” na

divisão sexual do trabalho vigente, continuam enfrentando dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo quando muito jovens. Quando logram conseguir uma colocação elas tendem a ocupar postos de trabalho mal remunerados e sem possibilidades de carreira.

Desse modo, arcam com uma parte desproporcional do ônus da crise do mercado de trabalho aqueles arranjos familiares que apresentam uma proporção mais significativa de indivíduos pertencentes aos grupos mais expostos ao desemprego e ao trabalho precário e onde é menos expressivo ou ausente o perfil de trabalhador com melhor chance de inserção no mercado de trabalho – o homem adulto, maduro e experiente.

Para avaliar o grau de exposição das famílias das seis metrópoles selecionadas aos riscos do mercado de trabalho no período 1995-2004, foram utilizados três indicadores: 1) a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em situação de desemprego; 2) a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em emprego precário³, e 3) a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em atividade por conta-própria precária⁴.

Esses indicadores foram calculados para os diversos tipos de família e os resultados evidenciam que os fenômenos do desemprego e da precarização são amplificados quando a análise se desloca dos indivíduos para as famílias, uma vez que, enquanto unidade de produção/coleta e de redistribuição de recursos para o atendimento das necessidades dos seus componentes, as famílias se constituem num fator de propagação tanto dos ganhos como das perdas dos seus integrantes no mercado de trabalho.

A importância da consideração dessa propagação na análise dos riscos do mercado de trabalho é evidente. O desemprego e o trabalho precário, embora sejam individuais, não dizem respeito apenas aos trabalhadores diretamente atingidos repercutindo, pelo contrário, sobre os outros espaços da sua vida social e, em particular, sobre a sua família. As suas conseqüências – sempre penosas e sofridas – serão mais ou menos graves em função da posição que este indivíduo ocupa na família e dos recursos, inclusive da força de trabalho de que ela (a família) dispõe.

³ Considerou-se como “emprego” precário as seguintes categorias de posição na ocupação: empregado sem carteira assinada; trabalhador doméstico (com ou sem carteira) e os trabalhadores não remunerados.

⁴ Assim considerados os conta-própria e os empregadores com rendimento mensal inferior a um salário mínimo.

Antes de analisar os resultados encontrados chama-se atenção para que as taxas de desemprego de precarização de cada região são o parâmetro que se tem para avaliar o grau de propagação do fenômeno sobre as respectivas famílias. E que as diferenças entre as regiões decorrem tanto das diferenças entre as respectivas estruturas econômicas como e suas transformações recentes como dos perfis de família predominantes em cada uma delas.

Finalmente, para facilitar a leitura dos dados, procedeu-se também a uma agregação dos diversos tipos de família da classificação da PNAD em três grandes grupos: “casal com ou sem filhos”; “mães e filhos” e “outros tipos de família”, o que permite visualizar mais facilmente a distribuição dos riscos do mercado de trabalho e observar em que medida eles tendem a se concentrar em alguns arranjos familiares.

No conjunto das seis Regiões Metropolitanas a taxa de desemprego aberto saltou de 8,1% para 13,2% entre 1995 e 2004 e o número de famílias com pelo menos um desempregado passou de 11,2% para 17,7%, o que significa que, para um incremento de apenas 30% no número total de famílias, ocorreu um incremento de 105% no número de famílias diretamente atingidas pelo fenômeno do desemprego (1.286 mil para 2.635 mil).

A comparação entre as regiões mostra que os maiores incrementos no número de famílias com desempregados ocorreram na RMS (182%), na RMBH (145%) e na RMSP (107,5%). Na RMS, em 2004, nada menos do que 27,5% das famílias vivenciavam o fenômeno do desemprego.

O fenômeno do desemprego e da sua propagação, pelo seu caráter estrutural, obviamente atingiu todos os tipos de família: em todas as regiões e em todos os arranjos familiares aumentou a proporção de famílias com desempregados, mas o tipo mais atingido foi aquele formado por “mães e filhos”. Entre 1995 e 2004, o número de famílias desse tipo com pelo menos uma pessoa desempregada aumentou em cerca de 260% em RMBH, 239% na RMS, 158% na RMSP e 138% na RMPOA, revelando a extrema vulnerabilidade deste tipo de família ao desemprego.

Em seguida, aparecem as famílias do tipo “casal com filhos com mais de 14 anos”, o que é coerente com a presença de jovens nesses arranjos e, também, as famílias do tipo “casal sem filhos”, neste caso, sobretudo na RMBH, RMRJ e RMSP.

Tabela 3. Famílias por tipo segundo presença de desempregados e trabalhadores em ocupações precárias, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Família, tipo	Fam com desocupados		Famílias com empregados precários		Famílias com casa própria e/ou empregadores com <1sm	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Casal com ou sem filhos	14,1	18,1	44,3	41,3	14,4	16,8
Mãe com filhos	16,5	18,4	37,9	35,1	10,7	12,4
Outros tipos de famílias	6,9	11,9	30,9	28,1	9,1	8,4
RMFOR	13,8	17,3	41,5	37,9	13,0	14,5
Casal com ou sem filhos	14,3	29,3	37,2	36,5	12,2	17,7
Mãe com filhos	17,2	34,0	37,8	38,2	11,4	15,7
Outros tipos de famílias	7,9	13,5	26,2	25,0	9,1	11,6
RMS	13,8	27,5	35,5	34,7	11,5	16,0
Casal com ou sem filhos	11,1	19,5	34,3	37,4	5,3	10,3
Mãe com filhos	13,6	22,6	38,2	38,5	6,1	8,5
Outros tipos de famílias	5,8	8,1	22,3	25,2	2,4	4,3
RMBH	10,9	18,1	33,4	35,4	5,0	8,8
Casal com ou sem filhos	9,7	15,5	26,6	27,7	5,1	7,5
Mãe com filhos	13,6	20,2	33,1	30,1	5,2	6,8
Outros tipos de famílias	5,5	6,3	15,0	15,6	2,1	4,0
RMRJ	9,7	14,4	25,8	25,6	4,6	6,6
Casal com ou sem filhos	11,9	20,3	27,8	33,4	2,9	4,9
Mãe com filhos	14,5	24,1	31,0	37,4	1,7	3,8
Outros tipos de famílias	7,8	9,1	19,1	22,3	1,2	3,3
RMSP	11,7	19,3	27,0	32,4	2,5	4,4
Casal com ou sem filhos	10,8	13,4	33,0	32,8	5,4	8,4
Mãe com filhos	15,9	18,2	32,0	32,8	4,2	8,7
Outros tipos de famílias	5,3	5,3	18,0	17,7	4,4	5,9
RMPOA	10,7	12,6	30,3	29,7	5,0	7,9
Casal com ou sem filhos	11,4	18,8	30,1	33,0	5,2	8,0
Mãe com filhos	14,6	22,9	33,4	35,2	4,7	7,2
Outros tipos de famílias	6,7	8,2	18,9	20,6	2,7	4,8
AS SEIS REGIÕES	11,2	17,7	28,9	31,2	4,7	7,2

Fonte: IBGE/PNAD

Assim, comparativamente às famílias formadas por casal com filhos menores e aos “outros tipos de família”, aquelas formadas por “mães e filhos” estão super representadas no estoque de desempregados (vis a vis o seu peso na PEA): entre ¼ e 1/3 do estoque de desempregados, a depender da região. As famílias formadas por casal também registram essa sobre representação, particularmente no caso das famílias com filhos em idade de trabalhar mas, nelas, a possibilidade de existir mais de um adulto no mercado

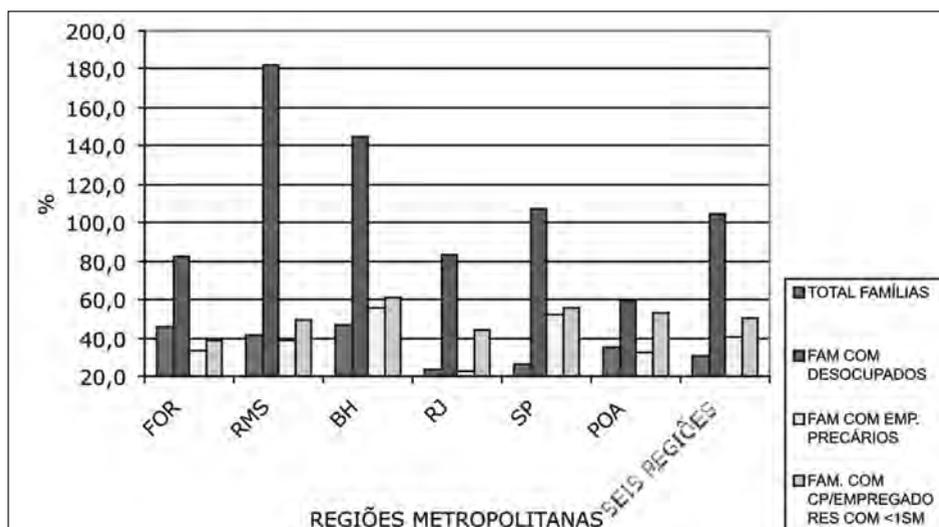


Gráfico 2. Incremento do número de famílias e das famílias com desocupados e ocupados precários, regiões selecionadas, 1995-2004

de trabalho – geralmente a mulher cônjuge ou outro parente – tende a contrabalançar o elevado desemprego juvenil (dos filhos).

Finalmente, as taxas de desemprego por tipo de família⁵ são coerentes com os resultados aqui apontados: elas são sistematicamente mais elevadas nas famílias com “mães e filhos” e, em segundo lugar, nas famílias formadas por casais com filhos em idade de trabalhar.

O impacto – em termos de propagação – do incremento da precarização dos vínculos sobre as famílias metropolitanas foi bem menos marcante do que aquele gerado pelo desemprego. Essa diferença pode ser facilmente explicada: o indicador de emprego precário capta um conjunto de ocupados que agrega, estruturalmente, contingentes muito elevados de trabalhadores em todas as metrópoles estudadas. Conseqüentemente, o número e o percentual de famílias que já convivia com este fenômeno é também estruturalmente alto.

Em segundo lugar, a expansão recente do emprego com carteira assinada – ainda que marcada pela baixa qualidade dos empregos e, principalmente, pelos baixíssimos salários⁶ – de algum modo parece estar

⁵ Proporção de desempregados na PEA de cada tipo de família.

⁶ Todo o emprego com carteira gerado no país entre 1995 e 2004 estava situado entre mais de ½ e cinco salários mínimos, e a classe modal (com mais de 100% do saldo do período) foi a de 1 a 2 SM.

freando a expansão dessa forma de inserção, que encontra obstáculos também no baixo ritmo de crescimento da economia, pois os empregados precarizados e os ocupados “sem remuneração” estão, em grande parte, nos pequenos negócios formais e informais, sem espaço para crescer no atual modelo econômico, como indicam os resultados das PNADs e da Pesquisa da Economia Informal Urbana, do IBGE.

Observe-se, porém, que a expansão mais lenta da precariedade não foi um fenômeno generalizado. Ele foi mais visível em Fortaleza – região beneficiada pela expansão do emprego no pós-real – e ocorreu também na RMS, RMPOA e RMRJ, onde os percentuais de famílias com trabalhadores precários mantiveram-se estáveis ou cresceram pouco. Mas a expansão da precariedade atingiu uma parcela crescente das famílias da RMBH e, sobretudo, da RMSP, cujo percentual de famílias com um ou mais dos seus integrantes num emprego precário já se aproximava, em 2004, daquele vigente na RMS, um dos mercados de trabalho metropolitanos mais precários do país.

É importante ressaltar também que apesar do pequeno recuo no percentual de famílias com trabalhadores em empregos precários esse percentual continua sendo muito elevado (entre 30 e 35% das famílias e 31,2% na média das seis regiões). E, mesmo em regiões onde essa proporção caiu um pouco, como em Fortaleza, Rio de Janeiro e Porto Alegre, ela aumentou entre as famílias formadas por “mães e filhos em idades variadas” evidenciando, mais uma vez, a fragilidade desses arranjos familiares e sua maior exposição aos riscos do mercado de trabalho.

O último indicador utilizado para avaliar o impacto da crise do mercado de trabalho sobre as famílias – a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em ocupação autônoma precária – cresceu em todas as regiões. A opção por um limite de renda muito estreito – um salário mínimo – assegura a comparação entre as regiões mas, certamente, subestima muito o número de famílias que convivem com a inserção precária por conta-própria. Na média das seis Regiões Metropolitanas selecionadas, esse percentual passou de 4,7% para 7,2% e as proporções mais elevadas – 14,5% e 16%, em 2004 – como era de se esperar, são encontrados nas duas regiões nordestinas.

Ao contrário do desemprego e do emprego precário, que estão proporcionalmente mais presentes nas famílias formadas por “mães e filhos”,

a ocupação autônoma precária apresenta os seus percentuais mais elevados nas famílias formadas por casal com ou sem filhos, sinalizando talvez a degradação de uma das estratégias de inserção dos chefes de família do sexo masculino.

Porém, mesmo tendo uma presença menor nesse tipo de inserção, as famílias de “mães e filhos” registraram um aumento na proporção de membros em ocupações autônomas precárias entre 1995 e 2004, reafirmando a sua posição de arranjo familiar mais afetado pela atual crise do mercado de trabalho.

A DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS ENTRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA

A distribuição desigual dos riscos do mercado de trabalho entre os membros das famílias aparece claramente nas taxas de desemprego, de ocupação e de atividade, embora esta última taxa seja fortemente influenciada também pela estrutura etária do grupo familiar e pela divisão sexual do trabalho no interior da família. Isto é, a taxa de atividade dos membros de uma família refletem as decisões do grupo doméstico quanto à participação de cada um no mundo da produção e nas atividades relacionadas com a reprodução, decisões estas que também são informadas pelas chances de inserção no mercado de cada um dos indivíduos em condições de trabalhar.

Entre 1995 e 2004, as famílias das regiões estudadas aumentaram a sua oferta de trabalho, elevando de 58% para 60,9% a sua taxa global de atividade. Essa elevação ocorreu em cinco das seis regiões (a exceção foi Fortaleza) e resultou de mudanças importantes na disponibilidade para o mercado de trabalho dos três principais grupos componentes das famílias: o chefe, o cônjuge e os filhos já que os peso relativo dos demais membros é pouco representativo⁷.

Em todas as regiões observou-se o fenômeno da queda na taxa de atividade do chefe ou pessoa de referência (de 78,2% para 74,4% na média das seis regiões), acompanhada, também em todas as metrópoles, pela expressiva elevação das taxas dos cônjuges (na média, 10 pontos percentuais – de 46,6% para 56,6%). Com menor intensidade e com a exceção de Fortaleza, ocorreu também o aumento da taxa de atividade dos filhos (45,4% para 49,9%, na média).

⁷ Em 2004, somados, eles representavam 4,9% da PEA, 4,6% dos ocupados e 6,6% dos desocupados, na média das seis regiões.

Ou seja, na crise do mercado de trabalho que acompanha a atual reestruturação produtiva, o capital, ao reestruturar a sua força de trabalho, vem impondo uma rápida e significativa reestruturação também dos arranjos familiares de inserção. Com o desemprego dos chefes – as suas taxas, embora entre as mais baixas subiram, na média das seis regiões, de 4,5% para 7,4% – os novos arranjos vão buscar incluir, cada vez mais, os segmentos de trabalhadores que tradicionalmente são tratados como força de trabalho secundária – mulheres (sobretudo as casadas e com filhos) e os jovens.

A inserção desses segmentos no mercado de trabalho, do ponto de vista da família, visa assegurar a sustentação do padrão de vida familiar, ameaçada pelo desemprego ou pela perda de rendimentos do chefe, mas resulta em boa medida, também, de motivações pessoais dos jovens e das mulheres cônjuges, para os quais a inserção (ou a permanência) no mercado de trabalho é, também, sinônimo de afirmação pessoal e de conquista de autonomia. No mercado de trabalho, a maior parte das mulheres e dos jovens, apesar de cada vez mais escolarizados, vão atender às novas demandas das empresas, consubstanciadas em postos de trabalho que tendem a ser flexíveis, precários, sem futuro e, quase generalizadamente, mal remunerados.

O esforço de adaptação das famílias metropolitanas às condições extremamente adversas do mercado de trabalho tem encontrado diversos obstáculos para ser bem-sucedido. Além dos membros das famílias com os seus atributos particulares, não serem intercambiáveis nesse mercado tornando incerta a recomposição da renda familiar com a simples substituição de um dos seus membros demitido por qualquer outro, a sustentação das elevadas taxas de desemprego e as baixas remunerações pagas pela maioria dos postos de trabalho hoje existentes no mercado, contribuem para reduzir, em muito, a eficácia dos arranjos de inserção construídos pelas famílias metropolitanas.

Desse modo, a rápida observação das taxas de desemprego segundo a posição na família mostra que a entrada dos filhos no mercado de trabalho vem se tornando um dos principais desafios colocados pela crise aos próprios jovens e às suas famílias. Em todas as Regiões Metropolitanas selecionadas, as taxas de desemprego dos filhos, além de excepcionalmente elevadas, registraram aumentos expressivos a partir de 1995 – na média, de 14,8% para 23,8% – mas em Salvador, por exemplo, saltou de 17,8% para 32,6%, e nas RMBH e RMRJ de cerca de 13% para 23%. Ou seja, os aumentos nas taxas de participação dos filhos têm se traduzido mais em desemprego do

Tabela 4. Taxas de atividade, ocupação e desocupação por posição na família, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

	Atividade		Desocupação		Ocupados/PEA	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,3	5,6	7,3	76,4	70,7
Cônjuge	52,2	56,5	7,8	11,4	48,1	50,0
Filho	45,4	41,5	17,0	24,6	37,7	31,3
RMFOR	60,1	58,1	9,3	13,1	54,5	50,5
Pessoa de referência ou chefe	81,0	79,1	5,4	11,6	76,6	69,9
Cônjuge	55,7	68,3	9,4	18,5	50,5	55,6
Filho	40,6	52,3	17,8	32,6	33,3	35,2
RMS	59,1	66,3	9,6	19,3	53,4	53,5
Pessoa de referência ou chefe	78,8	75,6	3,5	6,2	76,0	70,9
Cônjuge	49,1	62,5	6,0	10,6	46,1	55,9
Filho	46,7	54,0	12,7	22,2	40,7	42,0
RMBH	59,2	64,4	7,0	12,1	55,1	56,6
Pessoa de referência ou chefe	73,6	69,3	3,7	6,5	70,9	64,8
Cônjuge	42,6	51,3	7,7	11,8	39,3	45,2
Filho	44,4	46,6	13,9	22,7	38,2	36,1
RMRJ	54,9	56,6	7,5	11,9	50,7	49,9
Pessoa de referência ou chefe	79,7	75,9	4,9	8,0	75,9	69,8
Cônjuge	44,5	54,8	6,4	13,3	41,6	47,5
Filho	46,8	52,2	15,2	24,1	39,6	39,6
RMSP	58,4	61,7	8,4	14,0	53,5	53,0
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,0	4,4	5,2	77,3	72,1
Cônjuge	57,0	65,2	7,3	8,7	52,8	59,5
Filho	44,2	47,0	14,5	17,1	37,8	39,0
RMPOA	62,4	63,6	7,5	8,9	57,8	58,0
Pessoa de referência ou chefe	78,2	74,4	4,5	7,4	74,7	68,9
Cônjuge	46,6	56,6	7,1	12,4	43,3	49,6
Filho	45,4	49,9	14,8	23,8	38,7	38,0
SEIS REGIÕES	58,0	60,9	8,1	13,2	53,3	52,9

Fonte: IBGE/PNAD

que na sua inserção no rol dos ocupados, mantendo estável, para o conjunto das famílias das seis das regiões, o percentual de filhos ocupados (em torno de 38%), ainda que diferenças entre essas regiões sejam observadas.

A posição de cônjuge, ainda é majoritariamente ocupada pelas mulheres – 98,8% em 1995 e 92,2% em 2004, para o conjunto das seis regiões – também registrou uma elevação nas suas taxas de desemprego em todas as metrópoles estudadas (média de 7,1% para 12,4%) mas, apesar disso, também aumentou a proporção de cônjuges ocupados (de 43,3% em

1995 para 49,6% em 2004), sendo que em algumas regiões essa última proporção atingiu patamares bem mais elevados: 59,5% na RMPOA, e cerca de 56% nas Regiões Metropolitanas de BH e de Salvador.

Em conseqüência, a força de trabalho familiar (PEA) mudou a sua composição, o mesmo ocorrendo com os agregados dos ocupados e dos desocupados. Quanto aos ocupados, apesar da pressão das famílias para inserção dos filhos e cônjuges no mercado de trabalho, os chefes de família de ambos os sexos mantiveram inalterada a sua participação no estoque de ocupados – cerca de 50%, os cônjuges aumentaram a sua presença neste agregado de 19,7% em 1995 para 22,2% em 2004 e os filhos reduziram a sua participação de 24,5% para 22,7%, uma queda que certamente tem como principal determinante o elevado desemprego juvenil, mas que em alguns casos, certamente minoritários, pode ser reflexo da decisão familiar de assegurar a permanência dos filhos no sistema educacional por um período de tempo maior, para que eles possam obter os diplomas mais elevados e mais valorizados pelo mercado.

No estoque dos desocupados, os chefes de família respondem por 26,4% do total das seis Regiões Metropolitanas, os cônjuges por 20,6% e os filhos por nada menos que 46,4%, percentual que chega a ultrapassar os 50% em Belo Horizonte.

As conseqüências dessas mudanças na experiência vivenciada pelas famílias metropolitanas no mercado de trabalho aparecem também nas informações sobre os rendimentos familiares, os quais foram afetados simultaneamente pelas perdas salariais generalizadas trazidas pelo ajuste neoliberal, pelos patamares salariais estruturalmente rebaixados que integram o atual modelo de acumulação e pelo já referido crescimento do desemprego e da precariedade das ocupações.

O rendimento familiar per capita acumula perdas reais médias de 23,5% entre 1995 e 2004, sendo as perdas mais expressivas encontradas na RMSP e na RMS.

Quanto aos níveis de rendimentos familiares médios, as diferenças entre as Regiões Metropolitanas selecionadas são bastante significativas – espelhando as diferenças na estrutura econômica e nos níveis de desenvolvimento de cada uma delas – mas os tipos de família mais e menos vulneráveis em termos de acesso à renda são quase sempre os mesmos, em todas as áreas.

Tabela 5. Taxas de atividade, ocupação e desocupação por posição na família, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

	Atividade		Desocupação		Ocupados/PEA	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,3	5,6	7,3	76,4	70,7
Cônjuge	52,2	56,5	7,8	11,4	48,1	50,0
Filho	45,4	41,5	17,0	24,6	37,7	31,3
RMFOR	60,1	58,1	9,3	13,1	54,5	50,5
Pessoa de referência ou chefe	81,0	79,1	5,4	11,6	76,6	69,9
Cônjuge	55,7	68,3	9,4	18,5	50,5	55,6
Filho	40,6	52,3	17,8	32,6	33,3	35,2
RMS	59,1	66,3	9,6	19,3	53,4	53,5
Pessoa de referência ou chefe	78,8	75,6	3,5	6,2	76,0	70,9
Cônjuge	49,1	62,5	6,0	10,6	46,1	55,9
Filho	46,7	54,0	12,7	22,2	40,7	42,0
RMBH	59,2	64,4	7,0	12,1	55,1	56,6
Pessoa de referência ou chefe	73,6	69,3	3,7	6,5	70,9	64,8
Cônjuge	42,6	51,3	7,7	11,8	39,3	45,2
Filho	44,4	46,6	13,9	22,7	38,2	36,1
RMRJ	54,9	56,6	7,5	11,9	50,7	49,9
Pessoa de referência ou chefe	79,7	75,9	4,9	8,0	75,9	69,8
Cônjuge	44,5	54,8	6,4	13,3	41,6	47,5
Filho	46,8	52,2	15,2	24,1	39,6	39,6
RMSP	58,4	61,7	8,4	14,0	53,5	53,0
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,0	4,4	5,2	77,3	72,1
Cônjuge	57,0	65,2	7,3	8,7	52,8	59,5
Filho	44,2	47,0	14,5	17,1	37,8	39,0
RMPOA	62,4	63,6	7,5	8,9	57,8	58,0
REGMETRO						
Pessoa de referência ou chefe	78,2	74,4	4,5	7,4	74,7	68,9
Cônjuge	46,6	56,6	7,1	12,4	43,3	49,6
Filho	45,4	49,9	14,8	23,8	38,7	38,0
SEIS REGIÕES	58,0	60,9	8,1	13,2	53,3	52,9

Fonte: IBGE/PNAD

Nas seis Regiões Metropolitanas selecionadas, o “casal sem filhos” e os “outros tipos de família” são os arranjos que apresentam os rendimentos médios per capita mais elevados, apesar das perdas sofridas no período analisado. Numa posição intermediária encontram-se as famílias formadas por “casal com filhos de 14 anos ou mais” e aquelas com mães e filhos também nesta faixa de idade, isto é, famílias que podem dispor de maior número de membros para o mercado de trabalho, apesar do elevado

desemprego dos jovens, encontram-se menos vulneráveis do que aquelas com a presença de crianças menores e/ou com maior proporção de dependentes.

São essas últimas famílias que compõem os tipos “casal com filhos menores de 14 anos”, “casal com filhos em idades variadas” e os dois tipos equivalentes formados por “mães e filhos”, as que apresentam os rendimentos médios mais baixos. Ou seja, apesar de vários indicadores apontarem para a maior vulnerabilidade das famílias formadas por “mães e filhos”, as famílias baseadas em um casal também se revelam vulneráveis, o que chama a atenção para a importância da consideração do ciclo vital do grupo familiar na análise do seu grau de exposição aos riscos do mercado de trabalho (e de outros riscos sociais).

Finalmente, um último ponto a destacar nesta análise do impacto da reestruturação produtiva pós-Plano Real sobre as famílias metropolitanas é a consequência desses impactos sobre as relações intrafamiliares.

Como mostra a literatura, o conjunto de mudanças que ocorreram na economia capitalista nas últimas décadas e as transformações socioculturais e políticas que vêm alterando as relações de gênero e entre as gerações colocou em cheque o tipo tradicional de família, centrado na figura do chefe provedor do sexo masculino. A inviabilização do papel do chefe provedor foi acelerada na atual reestruturação produtiva e fica patente nas informações sobre a formação da renda familiar: entre 1995 e 2004 caiu de 58,9% para 49,9% a contribuição do chefe ou pessoa de referência do sexo masculino e, acompanhando o aumento do número de famílias com chefia feminina, as chefes mulheres aumentaram a sua contribuição para a massa de rendimentos das famílias metropolitanas de 11,3% para 16,9%.

Tabela 6. Distribuição da massa de rendimentos por posição na família e sexo, média das Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Pessoas	Massa salarial					
	1995			2004		
	Masculino	Feminino	TOTAL	Masculino	Feminino	Total
Pessoa de referência ou chefe	58,9	11,3	70,3	49,9	16,9	66,7
Cônjuge	0,6	13,4	14,0	2,6	14,6	17,2
Filho	7,7	4,7	12,4	7,0	5,2	12,2
MÉDIA DAS SEIS REGIÕES			100,0			100,0

Fonte: IBGE/PNAD

Os cônjuges de ambos os sexos também aumentaram a sua participação de 14% para 17,2%, mas deve ser observado que as mulheres cônjuges, apesar da sua crescente presença no mercado de trabalho, registraram apenas um pequeno incremento na sua parcela na massa salarial total em mãos das famílias (13,4% para 14,6%), o que mostra a baixa retribuição que têm encontrado no mercado de trabalho e, provavelmente, também indicando que uma parte das mulheres cônjuge tem as suas carreiras prejudicadas pela acumulação de responsabilidades no trabalho e na família e pela prioridade atribuída à carreira do marido (Barrère-Maurisson, 2000).

Finalmente, os filhos, apesar de pressionarem cada vez mais mercado de trabalho, frente ao elevado desemprego que enfrentam e os baixos salários ou rendimentos que conseguem auferir quando encontram uma ocupação, mantiveram inalterada, no período, a sua parcela de contribuição para o rendimento familiar: em média, apenas cerca de 12%, um percentual que é muito inferior, portanto à sua participação no rol dos ocupados (22,2% em 2004).

No cômputo final, o aporte masculino para a formação da massa salarial em posse das famílias caiu de 68,9% para 61,1% e a contribuição feminina subiu de 31,1% para 38,9%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que os resultados da análise dos indicadores da PNAD reafirmam a centralidade a categoria trabalho, questionada pelos mais afoitos nos primeiros momentos da reestruturação, na medida em que eles evidenciam como as metamorfoses na esfera da produção vão repercutir sobre todas as demais esferas da vida social e o canal privilegiado dessa repercussão vai ser a esfera familiar, espaço da reprodução e o outro vetor estruturante da inserção dos indivíduos na sociedade, como mostrou Castel (Castel, 1998).

Além disso, os indicadores apresentados reafirmam que a atual crise traz elementos que contribuem para o questionamento da autoridade paterna (ou da chefia masculina) e, logo, das relações hierárquicas no contexto familiar. Observa-se, no entanto, que isso não está assegurado às mulheres uma retribuição compatível com o papel que elas hoje desempenham, tanto na esfera da produção como na da reprodução.

Por fim, chama-se a atenção para que os dados da PNAD aqui analisados fornecem elementos para problematizar as concepções de políticas sociais que vêm atribuindo um papel especial às famílias no enfrentamento das manifestações mais graves da questão social brasileira. Essas concepções parecem não se considerar a fragilidade dos arranjos familiares no atual contexto de crise do mercado de trabalho, fragilidade que certamente as tornam incapazes de funcionar como co-gestoras dessas políticas. Essa é uma discussão que interessa a toda a sociedade brasileira porque remete à proteção social oferecida pelo Estado brasileiro e à qualidade dessa proteção.

Mas ela interessa, particularmente, às mulheres, vítimas de uma valorização espúria no mercado de trabalho – que usa as suas competências, mas não as remunera dignamente, na maior parte das vezes; na família – onde agrega às históricas funções “do lar”, as de chefe de família sem ter, em contrapartida, a valorização social desses papéis e, finalmente, também nas políticas sociais que, abstraindo a carga de trabalho e de responsabilidade que hoje elas acumulam, vêm lhes delegando as funções de gestoras de dois tipos de transferências públicas: poucos recursos financeiros e os fardos adicionais gerados pelas políticas que, de várias maneiras, acabam levando à desinstitucionalização dos cuidados com os doentes, incapazes, e crianças pequenas, etc.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. Bacelar de. Fragmentação e isolamento do Nordeste no “anti-Plano de Metas”. *Jornal dos Economistas*, n. 103, 1997.

_____. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, p. 9-24, 2000.

ARRIAGADA, I. Familias latinoamericanas. *Diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. 55 p.

BARRÈRE-MAURISSON, M.A. *La división familiar del trabajo: la vie en doble*. Buenos Aires: COCINET, 2000.

BORGES, A. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. In: 10 ANOS do Estatuto da Criança e do Adolescente. Salvador: UNICEF, 2001. p. 55-69.

_____. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90*. 2003. 374 p. Tese

(Doutorado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFBA, Salvador, 2003.

_____. Anotações sobre incorporação da variável família na análise da desestruturação do mercado de trabalho. In: CÔRTEZ, C.; ARAÚJO, M. C.; TARQUI, J. Z. *Família, relações socioculturais e políticas públicas*. Salvador: UCSal, 2005. p. 77-84.

_____; GUIMARÃES, I. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Ed. 34, 2000. p. 111-138.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, p. 157-196, 2001/2002.

CARDOSO, A. M. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: VOZES, 1998.

GOLDANI, A. M. Arranjos familiares no Brasil dos anos 90: proteção e vulnerabilidades. *Como Vai População Brasileira?*, v. 3, n. 3, p. 14-23, 1998.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 1, p. 29-48, 2002.

GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, p. 24-37, 1995.

JATOBÁ, J. A família no mercado de trabalho: Brasil metropolitano 1978 - 1986. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2005.

LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, M. I. B. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: UNICAMP, 2000. p.139-159.

MONTALI, L. T. Família e trabalho: arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1990.

_____. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000.

_____. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, 2002.

_____. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 2, p. 123-135, 2003.

_____. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Z. A provisão da família e a pobreza: o caso de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2005.

POCHMANN, M. Emprego e desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu: Associação Nacional de Estudos Populacionais, 1997.

SABÓIA, J. Descentralização industrial no Brasil dos anos 90: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Nova Economia*, v. 11, n. 2, p. 85-121, 2001.

SOUZA, M. M. Notas sobre família e políticas públicas na América latina. *Como Vai População Brasileira?*, v. 4, n. 1, p. 18-28, 1999.

TAVARES, H. M. Reestruturação econômica e as novas funções dos espaços metropolitanos. In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos, valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 89-104.

Resumo

A autora neste trabalho fala dos estudos que tratam da relação de mútua determinação entre as estruturas familiares e o mercado de trabalho, que tem como objetivo avaliar a distribuição dos principais riscos do mercado de trabalho entre os diversos tipos de família e entre os membros dessas famílias, em função da posição que nelas ocupam. Observa, também, em que medida as transformações recentes no mercado de trabalho estão induzindo mudanças na divisão sexual do trabalho na esfera da produção e na esfera da reprodução para, em seguida, extrair algumas conclusões sobre a centralidade das mudanças no mundo do trabalho e sobre as implicações, para a formulação de políticas sociais, das repercussões sobre as famílias da crise do mercado de trabalho. O estudo tomou como universo seis Regiões Metropolitanas: as de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, e a de Porto Alegre, para os anos de 1995 e 2004, e os dados utilizados foram os da PNAD.

Abstract

In this article the author addresses the studies concerning the relation of mutual determination between the family structures and the labor market. It aims at evaluating the distribution of the main labor market risks among the different sorts of families and their members in relation to the position they occupy in them. She also shows in what level the recent transformation in the labor market is fostering changes in the gender division of work in the sphere of production and reproduction. Next, the author brings some conclusions concerning the centralization of the changes in the world of labor and the implications of the repercussions of the work market crisis on the families for the formulation of social policies. The universe of the study was composed by six metropolitan regions – Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, and Porto Alegre – and the data used were those from the National Household Sample Survey (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD) related to 1995 and 2004.

A Autora

ÂNGELA BORGES é doutora em Ciências Sociais, professora da Escola de Serviço Social, coordenadora do mestrado em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal) e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET).

Recuperação econômica e a geração de empregos formais

Claudio Salvadori Dedecca
Eliane Navarro Rosandiski

A DINÂMICA ECONÔMICA E TESE DA “INEMPREGABILIDADE”

É importante para o debate sobre a geração do emprego no momento atual, recuperar inicialmente uma das grandes manifestações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a questão. Segundo o jornalista Igor Gielow, no jornal *Folha de S. Paulo*, de 8 de abril de 1997:

A realidade econômica do chamado neoliberalismo criou uma casta de pessoas “inempregáveis” no Brasil. Esse é o mais recente neologismo do presidente Fernando Henrique Cardoso, após chamar de “neobobos” aqueles que o criticam. O “inempregável” foi forjado ontem em uma palestra na qual desempenhou o papel em que fica mais confortável: o de sociólogo. “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las”, disse. Os “inempregáveis” de FHC são aqueles trabalhadores que foram “engolidos” pelo desenvolvimento tecnológico e não têm mais lugar natural na economia. Ele não citou nenhuma categoria. Para FHC, não é possível agir “como avestruz”. Diz que a globalização e o neoliberalismo são fatos. As considerações, de tom crítico com a própria realidade do governo federal, foram feitas na abertura do “Seminário Internacional de Emprego e Relações de Trabalho”, realizado pelo Ministério do Trabalho no Memorial da América Latina (zona oeste de São Paulo). O encontro visa buscar opções justamente para integrar os “inempregáveis” de FHC.

Foi o segundo discurso sociológico de FHC em menos de 24 horas. Na noite de domingo, ele abriu a conferência da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) falando sobre exclusão sociais e falhas dos governos latino-americanos na área.

O primeiro discurso foi mais contido. Ontem, FHC abandonou a modéstia e fez citações a sua experiência pessoal repetidas vezes. “Escrevi isso há dez anos”, disse ao falar sobre relações de trabalho. Em outro momento, FHC lembrou o impacto que a transmissão de notícias sobre a Guerra do Vietnã na década de 60 ao falar do poder da informação. “Eu morava nos EUA, era professor em Stanford, e lembro que o impacto era terrível”. Fora as citações. Os filósofos Hegel, Marx e Montesquieu, além do escritor Charles Dickens, foram alguns dos contemplados nos 56 minutos de discurso. A platéia, sonolenta pelo horário do evento (9h), acompanhava da melhor forma possível. “Ótimo discurso, só que me lembrou as aulas de sociologia matinais na faculdade. Deu sono”, disse um delegado do Ministério do Trabalho. FHC também negou ser um adepto cego do mercado e fez autocrítica. “A discussão sobre o neoliberalismo é uma questão retórica inútil. O que ocorre hoje não se trata do triunfo do neoliberalismo. É também a reemergência de uma ação política que gere um novo poder público, um novo empresariado e um novo sindicalismo. Ainda não temos nada disso.” Ainda falando em sindicalismo, FHC afirmou que o “novo sindicalismo brasileiro envelheceu, em momentos é reacionário”. O presidente, antes de encerrar e voltar a Brasília, defendeu a educação como forma de garantir a inserção social dos “inempregáveis” no futuro. “Mas sofremos críticas quando propusemos um piso de R\$ 300,00. Isso é muito em boa parte do país, mesmo sendo pouco. Não é como São Paulo”, disse FHC, que então consultou o governador Mário Covas sobre o piso do professor estadual paulista. “R\$ 560,00 mensais” por 40 horas semanais, disse FHC. Escorregou: esse valor é para o piso com gratificações e complementos. O piso simples, segundo o sindicato dos professores, é R\$ 334,00.

A recuperação dessa manifestação do então presidente Fernando Henrique não tem por objetivo mostrar o ataque à língua pátria de uma pessoa letrada e que argumentava que o problema de emprego era a baixa educação dos trabalhadores, mas a interpretação sobre o problema de emprego que dominou as diretrizes das políticas públicas do governo federal entre 1995 e 2002 e que encontrou, inclusive, defensores no meio universitário e nas instituições de pesquisa.

No primeiro semestre de 1996, o tema sobre as pesquisas conjunturais de emprego havia sido objeto de uma das principais mesas redondas da II Conferência Nacional de Estatística (Confest), realizada pelo IBGE. A divergência entre os indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-Seade/Dieese)

levava o governo federal a argumentar que a segunda estava captando como desemprego parte do trabalho precário existente nos mercados metropolitanos de trabalho e que, portanto, o problema não era falta de emprego, mas de qualidade nas ocupações criadas. O governo defendia ainda que o indicador da PED captava um desemprego de um mundo do trabalho em extinção, isto é, estruturado a partir da relação formal de trabalho¹.

Para o governo federal, expresso inclusive pelas próprias palavras do presidente da República, não havia mais lugar na economia para boa parte dos trabalhadores brasileiros. Essa situação era vista com resignação, aceitando-se ser inevitável um padrão de crescimento de baixo desempenho econômico incapaz de dinamizar o mercado de trabalho. A crescente barbárie no mercado de trabalho era vista como incontornável, restando aos trabalhadores elevar, ao máximo, seu nível educacional com o propósito de ter alguma chance de competir com os milhares de inempregáveis criados pelo admirável mundo novo da globalização. Ao Estado caberia realizar políticas compensatórias que atenuassem as mazelas da globalização, fomentando o empreendedorismo dentre o exército de inempregáveis².

Adotando esse figurino de política pública, o governo federal desativou as políticas de desenvolvimento setorial, abandonou qualquer veleidade de estabelecer uma política de emprego atrelada ao desenvolvimento econômico, esvaziou as funções de controle e fiscalização do Ministério do Trabalho sobre o mercado e as relações de trabalho, tudo isto sob o argumento da inevitabilidade da precariedade do mercado de trabalho construída no mundo globalizado. A ação do Ministério do Trabalho foi dominada pelo Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), que tinha como objetivo qualificar 10%, a cada ano, da força de trabalho para formas não assalariadas de ocupação.

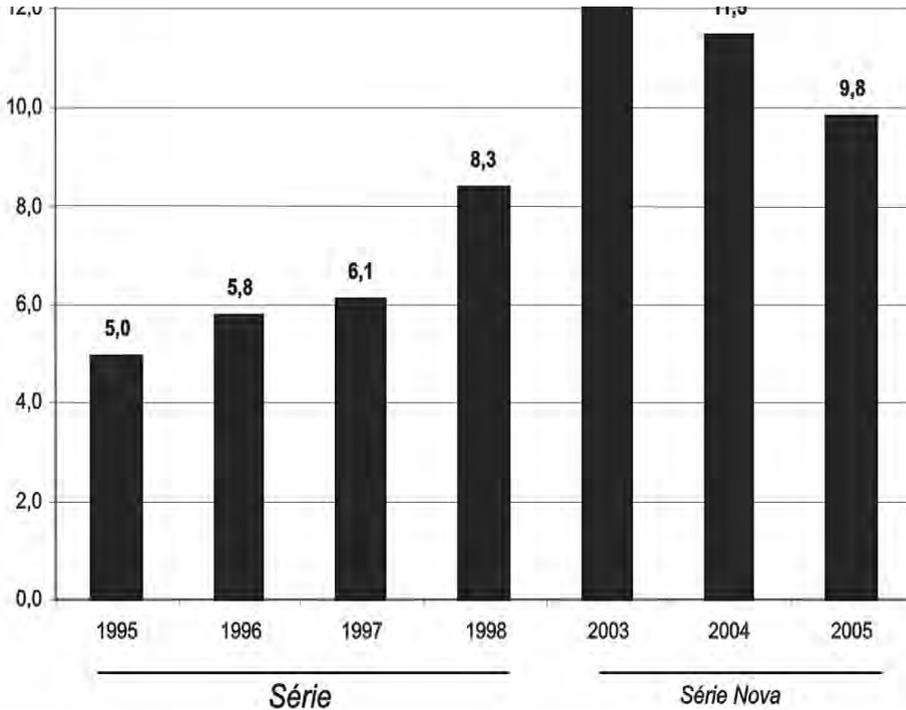
A política pública do governo para o mercado de trabalho chancelava a crescente informalidade e desprezava o progressivo desemprego. Apesar da tendência de crescimento do desemprego evidenciada pelas pesquisas do IBGE, o governo continua desconsiderando o movimento perverso observado no mercado nacional de trabalho (Gráfico 1).

A desvalorização cambial de janeiro de 1999 acabou com o pequeno sonho de verão de país globalizado, que havia, nos quatro anos anteriores,

¹ Ver os trabalhos apresentados por Dedecca (1996) e Paes de Barros *et al* (1996).

² Sobre o debate na época ver Dedecca (1998) e Amadeo & Camargo (1995).

ignorado déficits elevados nas contas correntes e de serviços, que foram, inclusive, avaliados como positivos pelo presidente do Banco Central da época. A queima brutal de reserva, acumulada em um movimento frágil de ingresso de capitais alimentado pelos mercados financeiros e pela privatização, e um pouco pelo ingresso de investimento direto estrangeiro, era aplaudida pelo governo como um custo transitório do processo de globalização da economia brasileira, rumo a um padrão mais competitivo.



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE (www.ibge.gov.br).
Elaboração Claudio S. Dedecca e Eliane N. Rosandiski, IE/Unicamp.

Gráfico 1. Taxas médias anuais de desemprego aberto
Regiões Metropolitanas, 1995-98/2003-05

Ao começar seu segundo mandato, a arrogância do governo foi obrigada a restabelecer alguns instrumentos de política pública em favor do desenvolvimento industrial e mesmo forçar uma re-nacionalização da produção, em face da escassez de divisas. A própria desvalorização cambial criou barreiras naturais à competição externa, reduzindo a dimensão de bens importados no mercado nacional, estimulando que empresas estrangeiras retomassem planos de produção e mesmo de investimento internos.

A partir de 1999 se contém o processo de destruição de empregos formais que caracterizou o período de auge do Plano Real. Mesmo em um contexto de ausência de crescimento, o nível de emprego formal ficou estável graças ao processo de re-nacionalização da produção. Os ajustes do mercado de trabalho foram realizados por meio da desvalorização dos salários e das demais remunerações do trabalho.

Apesar da contenção da queda do nível de emprego formal, reproduziu-se a tendência de crescimento do desemprego, em face do incremento natural da População Economicamente Ativa.

Os resultados desse movimento podem ser sinteticamente evidenciados pelo desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Analisadas as Contas Nacionais desde 1951, nota-se que a pior evolução do PIB per capita foi observada na década de 90.

Tabela 1. Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto
Países selecionados, 1951-2002

Taxas Anuais de Crescimento							
	Total (A)	Indústria	Serviços	Agropecuária	Pib Per Capita	População Economicamente Ativa (B)	(A)/(B)
1951-1955	7,2	8,2	6,8	6,2	4,0	2,9	2,5
1956-1961	8,2	10,2	7,5	4,5	5,0	2,8	2,9
1962-1966	3,9	4,0	3,1	3,7	1,0	2,6	1,5
1967-1973	10,2	12,0	10,9	3,7	7,1	3,1	3,3
1974-1980	7,1	7,2	7,9	4,8	4,3	3,7	1,9
1981-1984	-0,3	-2,1	1,1	2,5	-2,3	3,0	-0,1
1985-1989	4,4	4,3	4,8	4,0	2,5	3,0	1,5
1990-1993	0,3	-1,3	0,4	0,6	-1,3	2,9	0,1
1994-1998	3,2	3,1	1,8	2,6	1,8	2,9	1,1
1999-2003	1,8	0,9	2,0	5,3	0,2	2,4	0,8
2004-2005	3,6	4,4	2,7	3,0	2,1	2,2	1,6

Fonte: Contas Nacionais, IBGE, Projeção de População, IBGE, e Conjuntura Econômica, FGV.
Elaboração do autor.

O baixo desempenho econômico em um contexto de abertura externa e valorização cambial provocaram uma destruição de empregos formais sem precedente. No período 1990-2003, a média de crescimento do PIB ficou abaixo do incremento da População Economicamente Ativa, tendência que, independentemente da taxa de aumento da produtividade, é, per si, desastrosa para o mercado de trabalho.

Desde o segundo semestre de 2003 a economia brasileira apresenta um movimento de recuperação econômica que reverteu a tendência de deterioração do mercado de trabalho dos anos 90. Mesmo sob o acicate de uma política econômica prisioneira da obsessão monetarista, presente desde o governo Collor, o governo atual tem procurado recuperar a economia e valorizado a recuperação do emprego formal.

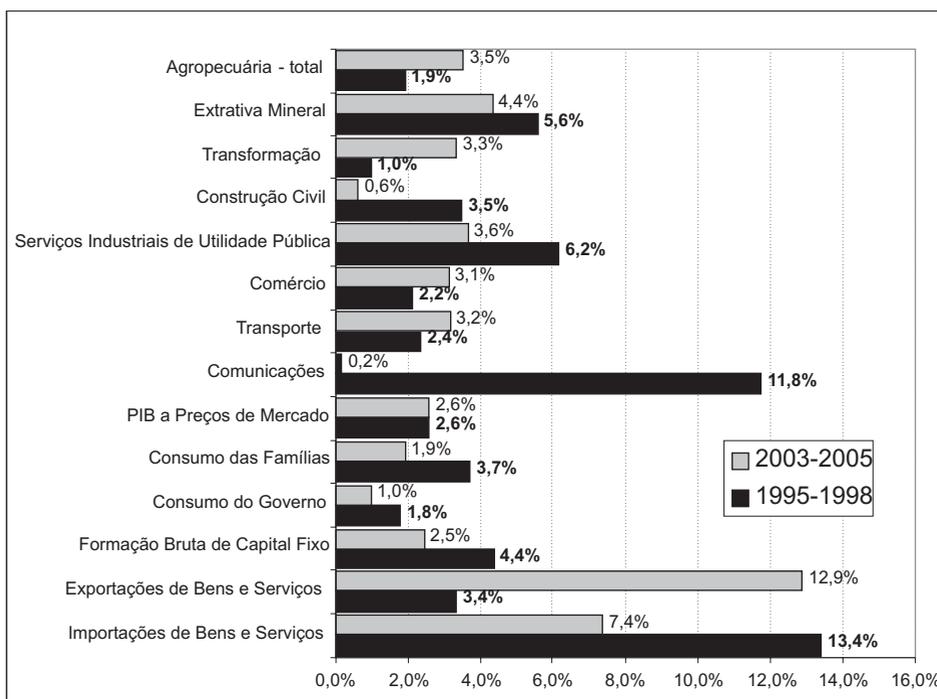
Tanto as políticas setoriais como os instrumentos de política de emprego têm sido valorizados pela política de governo, que tem contado ademais com um cenário econômico externo muito favorável para as exportações e o ingresso de capitais. Essa valorização não tem criado efeitos mais robustos para a produção e o emprego devido ao freio imposto pela política econômica, seja para os gastos do governo, seja para os investimentos privados, seja para o consumo interno corrente.

As diferenças do comportamento da economia brasileira sob a égide do Plano Real e do governo Lula são imediatamente reveladas pelos diversos indicadores de desempenho do PIB em ambos os períodos.

Comparando os dois períodos, notam-se evoluções médias do PIB semelhantes, ao redor de 2,6% a.a. Analisando-se o desempenho dos diversos setores, observa-se maior crescimento no último período para a agricultura, indústria de transformação, comércio e transporte e no primeiro período para extração mineral, construção civil, serviços de utilidade pública e comunicações³. Por outro lado, o consumo interno tem apresentado menor crescimento no período recente, enquanto as exportações crescem mais acentuadamente no momento atual e as importações apresentaram maior incremento no período de 1995-98.

É evidente a perda de importância das importações e o maior peso das exportações para o desempenho do produto, sinalizando a maior relevância da produção interna no contexto econômico atual. Ademais, as Contas Nacionais revelam que uma recuperação do consumo interno terá efeitos positivos sobre o crescimento da economia. Isto é, a mudança da política monetária causará efeitos positivos sobre o consumo interno, devendo estimular a recomposição da atividade econômica nos vários setores de atividade.

³ Segundo o Sistema de Contas Nacionais de 2003, produzido pelo IBGE, as participações dos setores no Produto Interno Bruto a preços de mercado eram: Agropecuária, 3,2%; Extrativa Mineral, 4,0%; Indústria de Transformação, 21,8%; Construção Civil, 7,2%; Serviços de Utilidade Pública, 3,4%; Comércio, 7,7%; Transporte, 2,5; e Comunicações, 3,2%.



Fonte: Contas Nacionais, IBGE. Elaboração: Claudio S. Dedecca e Eliane N. Rosandiski, IE/Unicamp

Gráfico 2. Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto Brasil - 1995-98 e 2003-05

As características que diferenciam a recuperação atual daquela observada durante o Plano Real encontram-se na raiz da determinação do crescimento do produto com recomposição ponderável do emprego formal. Em 1995-98 as importações provocaram a redução da produção ou uma modernização a qualquer custo, com conseqüências fortemente negativas sobre o emprego formal. Entre 2003-05 o superávit comercial externo tem alimentado positivamente a atividade interna, favorecendo a produtividade sem gerar um processo de sucateamento perverso de mão-de-obra, como o ocorrido no primeiro período.

Portanto, a recuperação atual produz efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, que poderiam ser amplificados se fosse superada a obsessão monetarista da política econômica e fortalecidos seus instrumentos em favor do crescimento e desenvolvimento. Essa é a maior contradição da política do atual governo, que busca fomentar o crescimento e o emprego e, ao mesmo tempo, reitera os instrumentos de política econômica que freiam

sistematicamente o processo, colocando em risco a continuidade do movimento de recuperação econômica.

Se até o presente momento a política econômica tem freado a recuperação, é importante ressaltar que desde o segundo semestre de 2005 a valorização cambial por ela produzida, que tem sido utilizada novamente como âncora antiinflacionária, poderá colocar em risco a tendência de expansão do produto.

As medidas adotadas de ajuste do superávit primário real em 4,5%, o aumento do salário mínimo, a busca da elevação do investimento público, sinalizam o reconhecimento pelo governo dos riscos criados pela política monetária, apesar da sua inapetência para mudá-la para um padrão mais convergente com a trajetória de recuperação econômica.

É lamentável que o governo tenha se tornado prisioneiro de uma política econômica que impede à economia brasileira aproveitar adequadamente os ventos favoráveis do comércio internacional, mas também o restabelecimento de uma relação virtuosa entre crescimento e emprego, que poderia ser transbordada para a renda.

Não cabe neste ensaio explorar as possibilidades de crescimento favorecidas pela expansão internacional, que, pela primeira vez desde os anos 60, tem sido caracterizada por um movimento generalizado de expansão tanto das economias desenvolvidas como em desenvolvimento.

O interesse do ensaio volta-se para as relações entre a recuperação e a recomposição do mercado de trabalho, ou melhor, para as relações solidárias entre os dois movimentos, as quais não eram observadas desde meados dos anos 80.

O COMPORTAMENTO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Em 2002, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) adotou novas classificações de atividade e ocupação, em substituição àquelas utilizadas em levantamentos domiciliares pelo IBGE desde a década de 1970. Essa atualização das classificações permite uma melhor caracterização do trabalho nos setores de atividade e dos tipos de ocupação. Porém, sua adoção causa dificuldades na compatibilidade da série de dados da PNAD a partir de 2002 com aquela produzida até 2001. Até o presente momento, não se encontra disponibilizado pelo IBGE um dicionário que permita a tradução

das novas classificações para as antigas, de modo a permitir a manutenção de séries históricas mais longas. Essa restrição se coloca quando se procura averiguar as variações da população ocupada, segundo setores de atividade econômica entre os períodos de 1995-98 e 2002-04.

A solução possível é a elaboração dos resultados segundo as duas classificações, como apresentados na Tabela 2, em que foram calculadas as variações da ocupação respeitando as classificações de setor de atividade adotadas em cada período.

Tabela 2. Variação total da ocupação segundo setores de atividade econômica Brasil, 1995/1998/2002/2004

	1995-98		2002-04
Agrícola	-10,0%	Agrícola	1,6%
Outras atividades industriais	0,5%	Outras atividades industriais	18,4%
Indústria de transformação	-3,6%	Indústria de transformação	10,1%
Indústria da construção	17,8%	Indústria da construção	-3,9%
Comércio de mercadorias	3,7%	Comércio e reparação	8,5%
		Alojamento e Alimentação	3,7%
Prestação de serviços	2,6%		
Serviços auxiliares da atividade econômica	18,7%		
Transporte e comunicação social	9,7%	Transporte e comunicação social	5,7%
Administração pública	11,3%	Administração pública	9,0%
		Serviços sociais	5,3%
Serviço doméstico	-1,9%	Serviço doméstico	6,1%
		Outros serviços	12,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declarada	-0,3%	Outras atividades mal definidas ou não declaradas	10,1%
Total	1,2%	Total	6,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 1995,1998,2002 e 2004.

A análise dos resultados tabulados revela uma variação bastante mais acentuada da ocupação no período 2002-04, movimento que ocorre em vários setores da atividade econômica. Enquanto os setores agrícola e da indústria de transformação conheceram variações acumuladas da ocupação da ordem de -10,0% e -3,6% entre 1995-98, nota-se que eles apresentaram incrementos das oportunidades de trabalho entre 2002 e 2004, de 1,6% e 10,1% entre 2002 e 2004. Neste último período, somente a indústria da construção apresentou variação negativa. Mesmo os setores

que apresentaram um incremento mais acentuado da ocupação entre 1995 e 1998 mostraram dinamismo no período recente.

São claros os sinais de relação positiva entre recuperação econômica e recomposição do mercado de trabalho, que, por consequência, desfazem o mito da impossibilidade do país restabelecer capacidade de crescimento e de geração ponderável de novas ocupações. Refuta-se, inclusive, um dos pilares da tese da “inempregabilidade” defendida pelo presidente Fernando Henrique, que argumentava sobre a inevitabilidade do enxugamento brusco da ocupação industrial pela modernização tecnológica da economia globalizada.

A recuperação atual do emprego industrial se realiza em um contexto de respeitável capacidade da indústria de exportar. Portanto, parece não ser impossível ter capacidade competitiva na indústria e gerar novas oportunidades de emprego. Essa tese havia sido já comprovada por alguns países em desenvolvimento, como Coréia e Malásia, enquanto o governo brasileiro considerava normal a redução do emprego a menos da metade em alguns setores da atividade industrial.

A retomada econômica tem sido capaz de estancar inclusive a queda da ocupação nas atividades agrícolas. Quando aos setores com baixo desempenho em termos de geração de novos postos de trabalho, percebe-se que são aqueles dependentes do mercado interno, como alguns dos segmentos de serviços, da política habitacional ou de infra-estrutura, como a construção civil, ou das políticas públicas, como administração pública e serviços sociais.

É possível argumentar a favor de um movimento mais ou menos generalizado de criação de novos postos de trabalhos nos diversos setores da atividade econômica, respaldando a tese que esse movimento depende da dinâmica da produção de bens e serviços no espaço nacional, mesmo que seu destino seja o mercado externo⁴.

O PERFIL DA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL

Uma dimensão surpreendente da recuperação econômica no período recente tem sido sua capacidade de recompor o mercado formal de trabalho. Esse movimento contraria a visão apocalíptica sobre a desapareção do mercado formal de trabalho amplamente veiculada nos anos 90 e utilizada

⁴ Ver sobre o tema, reflexão do professor João Sabóia (2006).

como argumento para justificar uma suposta naturalidade do crescimento do desemprego no período⁵.

Ademais, a recuperação do mercado formal de trabalho também contraria os argumentos daqueles que, na década de 90 e mesmo ainda nos dias de hoje, reputam os problemas de emprego à regulação pública do mercado e das relações de trabalho.

A cantilena da globalização e da reforma trabalhista como determinantes do agravamento dos problemas de emprego nos anos 90 é desmistificada pelo movimento solidário entre recuperação econômica e geração de empregos formais no momento presente. Vale a pena comparar do perfil da evolução da ocupação entre os períodos 1995-98 e 2002-2004 com o objetivo de apreender as tendências atuais do mercado nacional de trabalho.

Ao contrário do observado para a análise da evolução da ocupação segundo setores de atividade econômica, não existem alterações nas categorias ocupacionais adotadas pela PNAD para esta década. Desse modo, é possível analisar as variações totais da ocupação segundo posição na ocupação em cada período e confrontar as diferenças observadas.

Além de uma geração mais ponderável de novas oportunidades ocupacionais, já mencionada anteriormente, a recuperação atual se distingue ainda da anterior em relação à capacidade de geração de oportunidades vinculadas ao mercado formal de trabalho.

Neste ensaio adota-se a evolução da ocupação com contribuição para previdência como indicador do comportamento do mercado formal de trabalho. Mesmo que imperfeito, por considerar a ocupação com contribuição em pequenos empreendimentos e o trabalho doméstico, ele é bastante aceitável, pois, em geral, o avanço da ocupação com contribuição tende refletir tendência de formalização dos contratos de trabalho induzida pelos segmentos econômicos com maior concentração dos estabelecimentos de maior porte.

A comparação dos dois períodos revela comportamentos completamente distintos da geração de novas oportunidades de ocupação. Entre 1995-98, 752 mil postos de trabalho foram criados, contra 4,5 milhões entre 2002-04.

⁵ É interessante notar que esta tese continua tendo alguma presença na mídia, mesmo que os sinais do mercado de trabalho não a confirmem. Ver Nogueira, 2005.

O período recente tem apresentado maior capacidade de geração de novas oportunidades, bem como esse movimento tem sido caracterizado principalmente pela criação de ocupações com contribuição para a previdência social, como revela a Tabela 3.

Tabela 3. Variação total da ocupação segundo posição na ocupação Brasil, 1995/1998/2002/2004

	Taxas de crescimento	
	1995-98	2002-04
Empregados com carteira	0,6%	11,3%
Empregados sem carteira	8,5%	4,8%
Conta-própria com previdência	-8,5%	10,2%
Conta-própria sem previdência	5,0%	2,5%
Empregadores com previdência	-3,4%	7,9%
Empregadores sem previdência	18,9%	-2,0%
Domésticos com carteira	25,3%	6,6%
Domésticos sem carteira	-8,3%	5,9%
Trabalhadores não-remunerados	-12,5%	-7,6%
Total de Ocupados	1,2%	6,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 1995,1998,2002 e 2004. Microdados. Elaboração própria

A análise do perfil da geração de empregos revela uma clara discrepância entre os dois períodos. Enquanto o crescimento do emprego sem contribuição dominou a geração de postos de trabalho caracterizados por esta relação de trabalho, entre 1995 e 1998, nota-se que a criação de emprego com contribuição caracteriza o período atual. Essa tendência é encontrada para as posições na ocupação de conta-própria e empregadores, não sendo observada para o trabalho doméstico.

A elasticidade produto-emprego não somente é mais acentuada na recuperação atual, como tem efeitos mais positivos para a formalização dos contratos de trabalho.

Esse argumento torna-se ainda mais evidente quando se analisa a composição das oportunidades criadas de ocupação segundo posição na ocupação (Tabela 4). Entre 1995 e 1998 a variação do emprego sem contribuição superou aquela do total da ocupação, enquanto, em 2002-2004,

Tabela 4. Variação Total da ocupação segundo posição na ocupação Brasil, 1995/1998/2002/2004

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Empregados com carteira	51,4	45,7	84,6	79,8	58,9	68,3
Empregados sem carteira	12,4	11,0	19,9	15,3	7,7	15,0
Conta-própria com previdência	-0,5	1,7	5,0	13,3	6,0	5,1
Conta-própria sem previdência	15,6	22,4	-0,5	1,6	10,2	8,1
Empregadores com previdência	0,7	-1,1	2,8	12,2	0,8	3,1
Empregadores sem previdência	5,2	1,0	-3,0	-0,6	-2,8	-0,6
Domésticos com carteira	1,3	2,0	3,3	-1,6	6,6	2,2
Domésticos sem carteira	6,8	5,2	7,4	-0,4	9,8	5,7
Trabalhadores não-remunerados (mais de 15 horas)	7,1	12,1	-19,5	-19,6	2,8	-6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 1995,1998,2002 e 2004. Microdados. Elaboração própria

o emprego com contribuição respondeu por aproximadamente 70% das oportunidades criadas.

Percebe-se, portanto, uma clara diferença de relação entre atividade econômica e mercado de trabalho nos dois períodos, que evidencia a possibilidade do país ainda ter a expectativa de estabelecer um maior grau de formalidade dos contratos de trabalho.

O PERFIL DA GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES NAS REGIÕES GEOGRÁFICAS

A análise realizada até o presente momento explicita a característica básica da recuperação atual para o mercado de trabalho: a ponderável geração de novas oportunidades ocupacionais, concentrada em postos formais de trabalho. Cabe agora perguntar como esse movimento se estabeleceu no espaço territorial do país. Ao menos, em suas regiões geográficas.

Os dados da PNAD para 2002 e 2004 revelam que ao menos 50% das oportunidades criadas foi na forma de emprego com contribuição para a previdência social. A menor incidência foi observada na Região Norte (51,4%) e a maior na Região Sudeste (84,6%).

As maiores diferenças de composição da ocupação gerada no último período aparecem nas demais formas de relações de trabalho. Para o trabalho por conta-própria, de empregador e doméstico, houve maiores variações das ocupações sem contribuição nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-

Oeste, enquanto nas Regiões Sudeste e Sul foram para aquelas com contribuição.

Apesar dessas diferenças do perfil de geração de novas ocupações em cada região geográfica, constata-se que a geração de novas ocupações com contribuição previdenciária preponderou em todas elas. Há sinais, portanto, do movimento de formalização ter abrangência para o conjunto do país, mesmo que seja com intensidade variada.

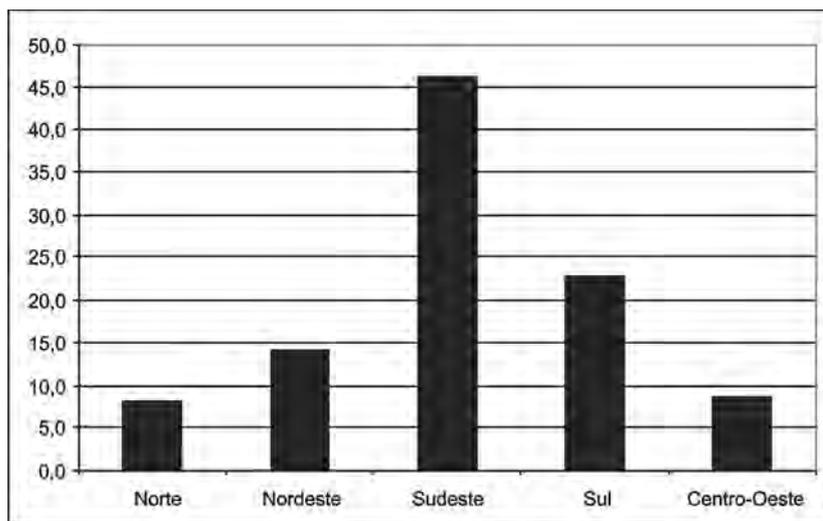
A característica que merece atenção dessa tendência de geração de ocupações com contribuição para a previdência é sua elevada concentração na Região Sudeste, que apresenta o mercado regional de trabalho com maior grau de formalização. Nota-se que 46% das ocupações com contribuição para a previdência foram criadas na Região Sudeste.

Mais uma vez deve ser ressaltada a necessidade de se acelerar o ritmo de crescimento, pois esse processo poderia provocar um transbordamento do crescimento e da geração de ocupações formais para outras regiões geográficas do país, ao induzir a ampliação provável do investimento e da geração de empregos.

Neste momento, a recuperação econômica aproveita as base produtiva existente, fato relevado pela baixa taxa de formação bruta de capital mensurada pelas Contas Nacionais, que encontram elevada concentração na Região Sudeste e, em especial, no Estado de São Paulo.

Os dados da PNAD revelam, ainda, que a geração de empregos formais vem ocorrendo em estabelecimentos com alguma estruturação produtiva e administrativa. Do total do emprego criado entre 2002 e 2004, 75% foram gerados em estabelecimentos com 11 ou mais empregados e 67% nesses estabelecimentos e com contribuição para a previdência. Isto é, 2/3 do emprego criados apresentavam contribuição para a previdência e foram em estabelecimentos melhor estruturados. A geração de empregos encontrou, portanto, menos espaço nos estabelecimentos de micro e pequeno portes.

É provável que esse perfil da geração de empregos em estabelecimentos de maior porte decorra do papel das exportações no processo de recuperação econômica. Mais uma vez, retoma-se o argumento apresentado anteriormente, relativo à importância de se acelerar o ritmo de crescimento, com o objetivo de ampará-lo também na expansão do mercado interno. Um maior dinamismo desse mercado deverá favorecer a geração de ocupações



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004. Microdados
Elaboração própria

Gráfico 2. Distribuição da variação das ocupações com contribuição para a previdência segundo regiões geográficas - Brasil, 2002-2004

nos estabelecimentos de menor porte, dado que as exportações tendem estimular preferencialmente aqueles de maior porte.

A GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E A ESCOLARIDADE

Um tema recorrente sobre a geração de novas oportunidades de trabalho diz respeito ao perfil de qualificação dos postos criados. Neste ensaio, essa questão será tratada a partir das informações sobre escolaridade e rendimentos dos postos criados.

O nível de escolaridade não será tomado como um indicador direto da qualificação, pois existe a possibilidade de uma pessoa com escolaridade elevada ocupar um posto de baixa qualificação e, com menor probabilidade, também ocorrer o inverso. O nível de escolaridade será tomado como um *proxy* da qualificação potencial da força de trabalho. Isto é, considera-se que a concentração dos postos criados associados a níveis mais elevados de escolaridade favorece a incorporação da força de trabalho em uma configuração produtiva que exige maior qualificação.

Analisando o perfil das oportunidades de trabalho criadas entre 2004 e 2004, observa-se que parte ponderável delas esteve associada em

níveis de escolaridade mais elevados, em especial para os postos de emprego assalariado com carteira assinada.

O processo de criação de novas ocupações foi seletivo, pois se nota um comportamento desfavorável da ocupação para a população com até o 1º grau incompleto.

Mesmo nas formas de trabalho consideradas de menor qualificação, em geral, como o trabalho por conta-própria e o doméstico, ambos sem contribuição para a previdência, constata-se que o incremento da ocupação ocorreu para pessoas com, ao menos, o primeiro grau completo.

Tabela 5. Distribuição da variação total da ocupação segundo posição na ocupação e região geográfica Brasil, 2002/2004

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Empregados com carteira	51,4	45,7	84,6	79,8	58,9	68,3
Empregados sem carteira	12,4	11,0	19,9	15,3	7,7	15,0
Conta-própria com previdência	-0,5	1,7	5,0	13,3	6,0	5,1
Conta-própria sem previdência	15,6	22,4	-0,5	1,6	10,2	8,1
Empregadores com previdência	0,7	-1,1	2,8	12,2	0,8	3,1
Empregadores sem previdência	5,2	1,0	-3,0	-0,6	-2,8	-0,6
Domésticos com carteira	1,3	2,0	3,3	-1,6	6,6	2,2
Domésticos sem carteira	6,8	5,2	7,4	-0,4	9,8	5,7
Trabalhadores não-remunerados (mais de 15 horas)	7,1	12,1	-19,5	-19,6	2,8	-6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004. Microdados. Elaboração própria

Tabela 6. Distribuição da variação total do emprego segundo tamanho de estabelecimento Brasil, 2002/2004

	Número de Pessoas Ocupadas no Empreendimento				
	Dois	Três a cinco	Seis a dez	Onze ou mais	Total
Empregados com carteira	0,2	5,6	10,3	67,2	83,2
Empregados sem carteira	-1,1	6,4	3,6	8,2	16,9
Total	-0,9	12,1	13,9	75,4	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004. Microdados. Elaboração própria

A recuperação do nível de ocupação tem excluído os trabalhadores de menor qualificação, os quais tendem a ser mais afetados pela situação de desemprego. Portanto, o aumento do nível de ocupação tende não privilegiar aqueles que mais necessitam superar a condição de desemprego.

É inegável que o aumento da ocupação para as pessoas de maior escolaridade afeta positivamente o perfil da oferta de trabalho, alteração que pode favorecer a maior eficiência da atividade econômica, desde que os estabelecimentos públicos ou privados estejam realizando mudanças em suas estruturas produtivas e em seus processos de trabalho que favoreçam um processo de absorção real, e não formal, da maior escolaridade.

A dificuldade que esse movimento pode engendrar é de exclusão dos trabalhadores de menor escolaridade dos segmentos econômicos mais dinâmicos. Nesse sentido, certas políticas públicas, como a de desenvolvimento de infra-estrutura e habitacional, podem se constituir em instrumentos indutores importantes para geração de oportunidades para os trabalhadores de menor qualificação, bem como o sistema público de emprego pode atuar sobre essas ocupações com o objetivo de elevar a qualificação daqueles que as ocupam.

É preciso, portanto, que a recuperação do mercado de trabalho seja acompanhada de políticas de setoriais e de qualificação, para que se estabeleça uma relação virtuosa entre escolaridade, processo produtivo e qualificação.

O PERFIL DE RENDA DAS OCUPAÇÕES CRIADAS

A recomposição do mercado de trabalho como parte do processo de recuperação econômica causa, em geral, ao menos duas expectativas. A primeira refere-se a sua capacidade de alavancar a geração de novas oportunidades de trabalho em volume considerável, tendência já analisada neste ensaio. A outra diz respeito à geração de novas oportunidades com rendimentos mais favoráveis, processo que contribuiria para a recuperação do perfil de renda do mercado de trabalho.

A análise do perfil de rendimentos das ocupações criadas no mercado de trabalho, entre 2002 e 2004, não sugere que elas sejam caracterizadas por níveis mais elevados.

Tabela 7. Distribuição da variação total da ocupação segundo posição na ocupação e escolaridade
Brasil, 2002/2004

	Sem instrução ou menos de 1 ano	1º incompleto	1º completo	2º completo	Superior	Total
Empregados com carteira	-0,1	-1,4	5,9	41,8	21,3	67,4
Empregados sem carteira	-3,7	-2,2	3,3	12,6	5,1	15,1
Conta-própria com previdência	0,3	-0,9	0,5	3,0	2,0	5,0
Conta-própria sem previdência	-1,8	-5,1	3,0	11,3	0,7	8,1
Empregadores com previdência	0,1	0,3	0,1	0,7	1,9	3,1
Empregadores sem previdência	0,2	0,1	-0,5	0,1	-0,6	-0,7
Domésticos com carteira	0,0	-0,3	0,7	1,9	0,0	2,3
Domésticos sem carteira	-0,1	-1,6	2,2	5,2	0,1	5,8
Trabalhadores não-remunerados (mais de 15 horas)	-1,3	-7,4	1,3	1,6	-0,3	-6,1
Total	-6,4	-18,6	16,4	78,2	30,3	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004.
Microdados. Elaboração própria

Analisando a distribuição da variação total da ocupação segundo posição na ocupação e classes de salários mínimos, percebe-se que a parcela predominante das oportunidades criadas foi com um nível de rendimento entre 1 e 2 salários mínimos. A variação total da ocupação nesta classe de renda supera em 14% a variação total da ocupação. Isto é, o volume de oportunidades criado nesta classe de renda compensou o processo de queda do nível de ocupação em alguma outra classe de renda.

Entre as ocupações criadas na faixa de rendimento de um a menos de dois salários mínimos, nota-se que parcela preponderante foi de empregados com carteira de trabalho assinada. Percebe-se que a recomposição do mercado formal ocorre de forma a reiterar a tendência de concentração da estrutura ocupacional nos baixos rendimentos. Não há, até o presente momento, sinais de elevação do perfil de renda do mercado de trabalho.

É possível argumentar que uma evolução mais favorável da renda, em um contexto de elevada capacidade de geração de novos postos formais de trabalho, depende de uma taxa mais elevada de crescimento da economia, que garanta uma trajetória mais expressiva de aumento da produtividade média da economia.

Os dados da PNAD 2004, confrontados com os de 2002, mostram uma geração de novos postos formais de trabalho superior ao incremento do PIB, sinalizando que a produtividade por ocupado não apresentou sinais de elevação. Pode-se dizer que a geração ponderável de novas oportunidades, em uma situação de baixo desempenho econômico, ocorreu graças à estabilidade dos níveis de produtividade da economia, fato que deve ter dificultado a recuperação da renda.

Nesse sentido, a recomposição do mercado formal de trabalho, seja em termos de emprego com de rendimentos, depende de um incremento mais acentuado do produto que acomode uma elevação da produtividade sem reduzir o volume de postos criados em termos absolutos.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

É inegável haver uma grande diferença da recuperação econômica atual quanto à geração de novas oportunidades de trabalho, comparativamente ao observado durante os anos de auge do Plano Real.

A recuperação presente mostra ser possível carregar simultaneamente elevações do produto e da ocupação, em especial do emprego formal. É refutada, na prática, a tese da “inempregabilidade”, bem como é reafirmada aquela da importância do crescimento fundado na produção e no consumo internos. Foi restabelecida, portanto, a possibilidade de recuperar o mercado nacional de trabalho, inclusive de seu segmento formal.

Felizmente, parece que o país está superando a tese referente ao fatalismo do desemprego e da destruição do mercado formal de trabalho, mostrando ser possível que o crescimento articulado a políticas setoriais e sociais favoreçam novamente o dinamismo do mercado nacional de trabalho.

Os dados da PNAD 2004 revelam uma geração ponderável de postos de trabalho com contribuição previdenciária. Algumas características marcam esse movimento. A primeira dela remete-se à predominância dos empregos com contribuição no total dos postos de trabalho criados. A segunda refere-se ao papel relevante da indústria na geração de novas oportunidades de trabalho. A terceira vincula-se ao fato de uma razoável concentração dos postos gerados nos estabelecimentos de porte mais significativos. A quarta mostra que boa parte das oportunidades criadas exigiu, ao menos, o primeiro grau completo, sendo expressiva a criação de postos para pessoas com o 2º grau completo e superior. Finalmente, que os postos gerados,

predominantemente, foram de remuneração entre e menos de dois salários mínimos.

A particularidade da recomposição do mercado de trabalho no presente, comparativamente ao observado no Plano Real, diz respeito às características da recuperação econômica, que tem estimulado, a partir das exportações, a atividade produtiva interna, com baixo impacto, até o presente momento, sobre as importações.

A aceleração do crescimento, alimentada por uma dinamização do mercado consumidor interno, poderá reduzir seu grau relativo de dependência do comportamento dos mercados internacionais e ampliar seus efeitos positivos sobre a geração de novos postos de trabalho.

É fundamental, entretanto, que nesse movimento sejam adotadas políticas setoriais que favoreçam a geração de novas oportunidades para as pessoas com baixo nível de escolaridade, como o estímulo à atividade da construção civil.

Também é fundamental que se restabeleça uma trajetória de crescimento da produtividade que não comprometa a geração de novos postos de trabalho e que viabilize o crescimento dos níveis de rendimentos. Para tanto, é decisiva a elevação da taxa de crescimento da economia, pois somente deste modo tal premissa terá possibilidade de ser contemplada.

Tabela 8. Distribuição da variação total da ocupação segundo posição na ocupação e classes de rendimentos
Brasil, 2002/2004

Classes de rendimento do trabalho principal em salários mínimos									
	Menos de 1	De 1 a Menos de 2	De 2 a Menos de 3	De 3 a Menos de 5	De 5 a Menos de 7	De 7 a Menos de 10	De 10 ou mais	Não Declarada	Total
Empregados com carteira	-1,0	86,1	-7,0	3,2	-5,8	0,1	-10,6	3,3	68,3
Empregados sem carteira	21,3	11,3	-11,3	-2,1	-2,7	0,0	-2,3	0,7	15,0
Conta-própria com previdência	1,6	4,1	-1,8	2,8	-1,8	1,3	-2,3	1,2	5,1
Conta-própria sem previdência	24,5	7,1	-16,2	0,0	-3,8	-0,5	-3,6	0,7	8,1
Empregadores com previdência	0,2	1,2	-0,4	3,5	-1,4	3,5	-3,9	0,3	3,1
Empregadores sem previdência	1,2	1,9	-1,4	1,3	-1,5	0,7	-2,7	-0,1	-0,6
Domésticos com carteira	-0,6	5,4	-2,0	-0,5	-0,2	0,0	0,0	0,0	2,2
Domésticos sem carteira	10,3	-2,2	-1,8	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,1	5,7
Total	50,6	114,9	-41,8	7,5	-17,2	5,1	-25,4	6,2	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004.
Microdados. Elaboração própria

A guisa de conclusão pode-se afirmar que continuidade da atual trajetória de recomposição do mercado de trabalho depende da aceleração do crescimento, seja para manter elevada a geração de novos postos de trabalho, seja para melhor apropriar a progressiva mudança do perfil educacional da mão-de-obra, seja para permitir a elevação dos níveis de rendimentos da estrutura ocupacional.

REFERÊNCIAS

AMADEO, E.; CAMARGO, J. M. *Regulations and flexibility of the labor market in Brazil*. Rio de Janeiro: DE-PUC/RJ, 1995. (Texto para Discussão/ DE-PUC/RJ, n. 335).

BARROS, R. Paes de et al. *Em busca de um núcleo comum para as pesquisas domiciliares sobre emprego e desemprego no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. Mimeografado.

DEDECCA, C. S. *Desemprego e regulação hoje no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1996. (Cadernos Cesit, n. 20).

_____. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo: REP, n. 69, 1998.

NOGUEIRA, R. *A farsa do número de empregos continua*. São Paulo: Primeira Leitura, 2005. (Primeira Leitura, n. 1538).

SABÓIA, J. Surpresa no mercado de trabalho. *Valor Econômico*, 20-22 jan. 2006.

Resumo

É inegável haver uma grande diferença da recuperação econômica atual quanto à geração de novas oportunidades de trabalho, comparativamente ao observado durante os anos de auge do Plano Real. A recuperação presente mostra ser possível carregar simultaneamente elevações do produto e da ocupação, em especial do emprego formal. É refutada, na prática, a tese da “inempregabilidade”, bem como é reafirmada aquela da importância do crescimento fundado na produção e no consumo internos. Este ensaio explora as características da recuperação atual e suas implicações para a recomposição do mercado nacional de trabalho, em termos de melhora de seu perfil de qualificação e renda.

Abstract

It is incontestable that there is a big difference between the present economic recovery concerning the generation of new job opportunities in comparison with what happened during the golden times of Plano Real¹. The current recovery proves that it is possible to perform elevations on production and occupation levels simultaneously, especially concerning formal employment. The author refuses the thesis on unemployability and reaffirms the importance of economic growth based on internal production and consumption. This essay explores the features of the current economic recovery and its implications for the recomposition of the national employment market in terms of the improvement of its qualification and revenue profile.

Os Autores

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA é doutor em Economia pela Unicamp, e professor do Instituto de Economia da mesma universidade.

ELIANE NAVARRO ROSANDISKI é professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp) e pesquisadora do Instituto de Economia da Unicamp.

Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD

Mauro Borges Lemos

INTRODUÇÃO

A rápida urbanização do Brasil na esteira do processo de industrialização trouxe consigo o fenômeno da “metropolização”. Em 50 anos passamos de um país rural para um país metropolitano. O êxodo rural significou não apenas a migração do campo para a cidade como também a concentração da população nas capitais estaduais, que crescentemente se tornaram áreas metropolitanas, constituídas pela capital e um conjunto heterogêneo de cidades satélites. As dez maiores áreas metropolitanas do Brasil, definidas pelo IBGE como Regiões Metropolitanas (RMS), concentram mais de 40% da renda nacional. Este rápido crescimento metropolitano brasileiro da segunda metade do século 20 foi desordenado e concentrou também pobreza, desemprego e violência. O fato das taxas de desemprego serem bem acima da média nacional resulta em reprodução ampliada do contingente de miseráveis e da própria violência. A partir dos dados recém divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para 2004, vamos ver até que ponto são confirmadas as evidências, apresentadas pela literatura, de arrefecimento da metropolização com a emergência de um número expressivo de cidades médias entre 50 e 500 mil habitantes.

A Tabela 1 apresenta a participação das RMS no rendimento total do país em valores reais de 2005. Ao longo do quatro primeiros anos da PNAD nesta década (2001-2004), existe uma ligeira tendência à perda de participação das RMS, de 43,40% em 2001 para 41,04% em 2004. Outra observação relevante é que no ano de recessão econômica da série, em 2003, ocorre uma perda mais significativa, enquanto que no ano de maior crescimento econômico, em 2004, ao invés da esperada recuperação relativa

da fatia de renda das RMS ocorre uma nova redução de participação, que como veremos decorre do aumento mais acelerado do desemprego das áreas metropolitanas na recessão e da recuperação mais lenta da taxa de ocupação na recuperação. Mas não se sabe ainda se a manutenção do crescimento econômico resultará no reforço da tendência de desconcentração metropolitana da renda nacional.

Tabela 1. Participação das Regiões Metropolitanas no rendimento nacional

RM	2001	2002	2003	2004	Variação 2004-2001	Varição 2004 - 2003	Varição da média
Brasil	43,40	43,24	41,58	41,04	-5,45	-1,30	-4,65
Belém	0,91	0,94	0,83	0,90	-0,44	8,59	-6,20
Fortaleza	1,57	1,49	1,39	1,51	-3,81	8,38	-5,23
Recife	1,83	1,77	1,53	1,77	-3,21	15,30	-8,15
Salvador	1,80	1,87	1,64	1,63	-9,30	-0,36	-10,82
Belo Horizonte	3,08	3,25	3,17	3,18	3,19	0,39	0,21
Rio de Janeiro	9,31	9,16	9,28	9,03	-3,06	-2,67	-0,93
São Paulo	16,69	16,60	15,65	14,53	-12,92	-7,15	-9,33
Curitiba	2,41	2,37	2,29	2,71	12,32	18,43	4,45
Porto Alegre	3,49	3,30	3,37	3,35	-4,00	-0,50	-1,08
Brasília	2,31	2,48	2,43	2,42	4,83	-0,31	1,28

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Quando analisamos a participação individual das RMS os dados indicam quem está favorecendo e quem está segurando a desconcentração metropolitana. Observa-se que São Paulo e Rio de Janeiro, as duas grandes áreas metropolitanas de referência nacional, perdem claramente participação no período. Em contraste, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte, as áreas metropolitanas de segundo nível de crescimento rápido nos últimos 30 anos, ganham participação quando medida pela média móvel da série. Porto Alegre segue com menor intensidade a tendência de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto nas RMS do Nordeste e Norte a tendência de perda é mais significativa. Essas últimas apresentam alguma recuperação de 2003 para 2004, com exceção de Salvador, que apresenta a maior perda na média móvel dos quatro anos da série. Em síntese, os dados da PNAD evidenciam que a pequena desconcentração ocorrida foi puxada pelas duas metrópoles primazes brasileiras e, subsidiariamente pelas TMS do Norte e Nordeste.

O desempenho desigual do rendimento metropolitano marcado pela redução da participação das duas metrópoles nacionais, aumento da

participação das metrópoles regionais emergentes e redução da participação das metrópoles do Norte e Nordeste, resulta em relativa estabilidade da distribuição dos rendimentos entre elas. A Tabela 2 apresenta um indicador básico de desigualdade, o Coeficiente de Variação (CV), que relaciona diretamente o desvio padrão com a média e assim, prenuncia no curto prazo mudanças prováveis de acontecer na estrutura da distribuição de renda. De fato, o CV se mantém estável entre 2001 e 2003 e apresenta uma pequena redução em 2004, explicada possivelmente pela melhoria da participação de três das quatro RMs do Norte e Nordeste e piora relativa de Brasília de 2003 para 2004. A evolução do índice de Gini, mesmo com o número limitado de observações, aponta também para a mesma direção.

Tabela 2. Coeficiente de variação dos rendimentos entre as Regiões Metropolitanas

Ano	Coeficiente de variação	Gini
2001	1,04	0,45
2002	1,04	0,45
2003	1,04	0,46
2004	0,97	0,43

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

A importância do rendimento médio da População Economicamente Ativa ocupada na análise da metropolização refere-se ao papel das diferenças salariais na atração inter-regional da força de trabalho e especificamente se os salários mais elevados das RMS estão aumentando ou diminuindo em relação aos centros menores. Uma redução significa uma menor atratividade salarial das RMs. Ao mesmo tempo, as alterações das diferenças salariais entre as RMs indicam que algumas perdem e outras ganham atratividade. Podem ocorrer situações em que a massa de rendimentos de uma RM relativamente às demais aumenta mesmo com rendimentos médios relativos constantes em virtude de um maior aumento do número de ocupados daquela RM, tanto pela redução do desemprego como pelo aumento da População Economicamente Ativa sem redução do desemprego.

A Tabela 3 descreve o comportamento do rendimento médio das RMS no período 2001-2004. Para facilitar a visualização, os resultados estão apresentados na forma de hiato do rendimento médio da RM em relação ao

Tabela 3. Hiato de rendimento das Regiões Metropolitanas em relação à média nacional

RM	2001	2002	2003	2004	Varição 2004-2001	Varição 2004 - 2003	Varição da média
Belém	-8,55	-10,12	-23,10	-17,63	106,23	-23,67	118,20
Fortaleza	-17,57	-19,51	-21,31	-18,72	6,54	-12,15	7,96
Recife	-8,09	-12,79	-19,80	-7,70	-4,84	-61,14	31,72
Salvador	-4,76	-4,75	-12,69	-14,80	210,93	16,63	189,17
Belo Horizonte	6,74	11,34	7,00	9,29	37,94	32,83	-9,91
Rio de Janeiro	30,81	30,46	30,86	28,61	-7,14	-7,28	-2,94
São Paulo	62,49	57,46	53,10	44,45	-28,86	-16,29	-18,67
Curitiba	27,51	27,09	25,20	41,57	51,10	64,94	22,28
Porto Alegre	26,89	29,21	27,88	29,39	9,29	5,40	2,08
Brasília	77,55	92,78	90,51	96,22	24,07	6,31	9,62

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

rendimento médio do Brasil. Mesmo havendo diferenças entre as RMS, o padrão é semelhante ao do rendimento total, com redução do hiato desfavoráveis às RMS nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente a primeira, que em quatro anos reduz seu do hiato de rendimento acima da média nacional de 46% para 26,38%. O aumento do hiato favorável a Brasília é grave, dado a natureza de transferências unilaterais que o sustentam. As duas outras metrópoles emergentes – Curitiba e Belo Horizonte – tendem a aumentar seu hiato positivo, especialmente a primeira. E Porto Alegre, mesmo com perda relativa de seu rendimento total, mantém o elevado hiato positivo de rendimento médio de sua população ocupada. Por fim, a trajetória do hiato de rendimento médio das RMS do Nordeste e Norte é errática, especialmente de Recife e Salvador. Puxadas por São Paulo e Rio de Janeiro, a evolução agregada do hiato do conjunto das RMS em relação à média nacional é de redução no período, o que é positivo para o processo de perda de atratividade das áreas metropolitanas.

Esta perda de atratividade é corroborada pela evolução do hiato de rendimento médio de cada Região Metropolitana em relação à média de seu estado. Nesse caso, uma redução do hiato indica não apenas a uma menor atração da capital e seu entorno metropolitano por parte da população do interior do Estado como também um possível processo de interiorização do desenvolvimento econômico por meio da crescente atratividade de cidades emergentes de médio porte, que pela sua maior taxa de crescimento tende a elevar o salário real médio da localidade. A Tabela 4 apresenta os resultados do hiato estadual para os anos 2001-2004. A tendência é de redução

generalizada do hiato, especialmente na comparação das duas pontas da série, os anos 2001 e 2004. As exceções são apenas Belém, em função da limitação amostral dos estados da Região Norte, enquanto que a PNAD para o Distrito Federal só abrange a cidade de Brasília, excluindo as cidades satélites. As demais Regiões Metropolitanas reduzem substantivamente seu hiato de rendimento.

Tabela 4. Hiato de rendimento das Regiões Metropolitanas em relação à média estadual

RM	2001	2002	2003	2004	Variação 2004-2001	Variação 2004 - 2003	Variação da média
Belém	20,62	14,63	11,31	8,58	-58,41	-24,15	-43,60
Fortaleza	49,85	43,65	44,69	45,14	-9,45	1,02	-3,93
Recife	37,42	34,23	32,17	33,73	-9,86	4,87	-8,03
Salvador	61,56	63,53	44,03	41,39	-32,76	-6,00	-31,71
Belo Horizonte	28,59	31,89	28,13	25,90	-9,41	-7,93	-10,66
Rio de Janeiro	8,20	7,86	7,54	7,41	-9,63	-1,78	-6,92
São Paulo	14,96	13,38	11,01	10,25	-31,49	-6,92	-24,98
Curitiba	22,63	22,87	16,35	23,74	4,92	45,24	-11,89
Porto Alegre	22,78	22,00	19,08	16,41	-27,95	-13,98	-20,74
Brasília	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Essa mesma tabela indica também a grande heterogeneidade da desigualdade das RMS em relação à média estadual. As RMS nordestinas são as mais desiguais, chegando ao extremo de Salvador em 2001, que apresentou um rendimento médio 62% acima da média do Estado da Bahia. No outro extremo do espectro estão Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, com os menores níveis de desigualdade. É interessante observar que Belém e Salvador experimentam as maiores reduções da desigualdade (redução do hiato) entre 2001 e 2004, com taxas negativas de variação de 44% e 32%, respectivamente. No entanto, as demais metrópoles nordestinas têm reduções semelhantes às metrópoles do Sul-Sudeste, com exceção de São Paulo, que também apresentou uma redução significativa, de 25%, partindo de um nível de desigualdade relativamente baixo no início da década. O resultado evidencia o efeito da interiorização da indústria no Estado, especialmente da agroindústria.

Uma possível explicação estrutural para esta redução do hiato de rendimento médio das RMS em relação à média nacional e à média estadual

é o nível bem mais elevado da taxa de desemprego aberto das RMS, que pressiona a taxa salarial média para baixo. Como mostra a Tabela 5, o patamar da taxa de desemprego das RMS é de dois dígitos enquanto da taxa média brasileira variou no período em torno de 9%. As duas áreas metropolitanas com as maiores hiatos de rendimento acima da média nacional, as RMS sulinas de Curitiba e Porto Alegre, são aquelas com as menores taxas de desemprego, que ficaram abaixo da taxa média brasileira em 2004. Por outro lado, as áreas metropolitanas nordestinas – Fortaleza, Recife e Salvador –, não apenas possuem hiatos negativos de rendimento como também possuem elevadas taxas de desemprego. Observa-se que São Paulo, com hiato de rendimento em forte declínio, possui também elevadas taxas de desemprego. E Brasília mais uma vez apresenta uma situação paradoxal: elevada taxa de desemprego combinada com um elevado e ascendente hiato positivo de rendimento.

Tabela 5. Taxas comparativas de desemprego metropolitano

RM	2001	2002	2003	2004	Variação 2004-2003	Variação (%) 2004- 2001	Variação da média
Belém	14,13	13,10	11,86	11,82	-0,31	-16,32	-13,04
Fortaleza	11,96	13,48	13,61	13,08	-3,86	9,39	4,91
Recife	14,02	14,86	17,51	17,79	1,56	26,82	22,19
Salvador	15,62	19,30	19,79	19,35	-2,24	23,85	12,07
Belo Horizonte	12,65	12,17	11,69	12,14	3,82	-4,06	-4,01
Rio de Janeiro	12,70	12,20	13,61	11,90	-12,52	-6,25	2,45
São Paulo	13,16	13,46	14,60	14,01	-4,10	6,42	7,46
Curitiba	9,43	9,07	9,37	8,09	-13,64	-14,21	-5,67
Porto Alegre	8,70	9,95	10,04	8,85	-11,83	1,73	1,29
Brasília	14,49	14,08	13,78	14,34	4,03	-1,04	-1,57

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Além disso, a evolução no período das taxas de desemprego das RMS é pior do que a taxa média brasileira, indicando menor capacidade de reação do desemprego metropolitano às variações do nível de atividade econômica, em particular com a recuperação da economia em 2004. Com exceção do Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, as variações das taxas de desemprego das RMS foram positivas e, quando positivas, abaixo da significativa redução da taxa média nacional.

Um último aspecto relevante na análise da tendência à atenuação da metropolização medida pela redução da desigualdade do interior brasileiro

em relação à renda metropolitana é o da evolução da renda per capita familiar. Ao contrário do rendimento médio, que mede os ganhos do trabalho da População Economicamente Ativa ocupada, o indicador renda per capita familiar mede o rendimento médio de toda a população, incluindo todos os membros das famílias, inclusive os membros ativos desempregados. Mostra, portanto, mais diretamente a melhoria das condições de vida do ponto de vista do poder de compra dos indivíduos, ativos e inativos, de cada Estado da Federação e do interior brasileiro vis a vis as Regiões Metropolitanas. A Tabela 6 mostra que a tendência de atenuação da metropolização também se manifesta pela redução relativa à média nacional das rendas per capita familiares das Regiões Metropolitanas no período, tanto pela taxa de variação entre os anos extremos (2001 e 2004) quanto pela média móvel dos quatro anos. Além de Brasília, caso atípico como receptora de transferências unilaterais inter-regionais, as exceções são o Rio de Janeiro pela medida da média móvel, e Belo Horizonte e Curitiba pelas duas medidas, as quais são as duas metrópoles emergentes que mais se beneficiaram da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 6. Evolução da renda per capita familiar das Regiões Metropolitanas em relação à média nacional

RM	2001	2002	2003	2004	Varição 2004-2003	Varição 2004-2001	Varição da média
Belém	83,07	86,11	75,40	82,68	9,65	-0,47	-6,56
Fortaleza	86,53	79,32	74,06	83,43	12,65	-3,59	-5,05
Recife	89,65	87,25	77,87	88,49	13,63	-1,30	-5,96
Salvador	103,06	103,39	89,63	89,25	-0,43	-13,40	-13,36
Belo Horizonte	114,02	119,98	117,81	118,63	0,69	4,04	1,04
Rio de Janeiro	144,12	139,76	143,19	142,72	-0,33	-0,97	0,71
São Paulo	151,24	157,91	144,48	136,00	-5,87	-10,08	-9,27
Curitiba	144,50	135,33	133,05	152,61	14,70	5,61	2,08
Porto Alegre	157,41	147,90	147,35	150,59	2,20	-4,34	-2,41
Brasília	192,23	204,32	198,93	194,62	-2,16	1,25	-0,76

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

A evolução das rendas per capita familiares das Regiões Metropolitanas em relação à média estadual da unidade da Federação respectiva indica também a tendência à redução das desigualdades intra-regionais de renda, possivelmente favorecendo as cidades médias emergentes. A Tabela 7 mostra que esta redução é generalizada, excetuando o Rio de Janeiro e Belém, esta última relativo à taxa de variação dos extremos, lembrando que esta RM

existe o problema amostral de não cobertura do conjunto do Estado do Pará. Chama a atenção novamente o caso de Salvador, cuja variação relativa da renda per capita, à semelhança do hiato de rendimento, é a maior dentre as Regiões Metropolitanas.

Tabela 7. Evolução da renda per capita familiar das Regiões Metropolitanas em relação à média estadual

RM	2001	2002	2003	2004	Varição 2004-2003	Varição 2004-2001	Varição da média
Belém	124,17	123,67	121,07	124,23	2,61	0,05	-1,02
Fortaleza	155,20	147,33	139,37	145,94	4,71	-5,96	-5,69
Recife	143,68	142,98	135,81	138,18	1,75	-3,82	-4,42
Salvador	184,67	179,95	154,22	153,12	-0,71	-17,09	-15,71
Belo Horizonte	121,39	129,58	128,34	119,16	-7,16	-1,84	-1,38
Rio de Janeiro	106,98	106,67	106,96	107,11	0,14	0,12	0,19
São Paulo	110,63	114,69	107,92	106,40	-1,41	-3,83	-4,89
Curitiba	139,83	130,49	121,15	131,42	8,48	-6,01	-6,57
Porto Alegre	129,69	127,34	120,71	120,42	-0,24	-7,15	-6,19
Brasília	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Para finalizar a análise das tendências do processo de metropolização sob a ótica do desenvolvimento regional no Brasil é importante verificar se a atenuação da concentração da renda nacional e estadual nas áreas metropolitanas, nesta primeira metade da década, vem se dando em consonância com a redução das diferenças de renda per capita entre as metrópoles, o que sem dúvida contribui para uma redução das desigualdades regionais no país, dado a função de centralidade urbana das grandes áreas metropolitanas na ordenação do território nacional. Para isso, os valores das rendas per capita familiares das RMs foram corrigidos pela paridade do poder de compra (PPC) de cada área metropolitana, tendo em vista as diferenças de custo de vida entre elas. A Tabela 8 mostra os resultados para o período 2001-2004, tomando a Região Metropolitana de São Paulo como referência (= 100) já que se constitui na principal metrópole do país. De fato, observa-se uma tendência generalizada de redução das diferenças de renda per capita entre as chamadas metrópoles regionais menos desenvolvidas e a RMSP, com a única exceção de Salvador. E no caso das metrópoles regionais mais desenvolvidas, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, a exceção é Porto Alegre, que reduz seu maior nível de per capita em à metrópole paulista. O caso do Rio de Janeiro é interessante. Seu tradicional nível da renda per capita acima

de São Paulo em função do peso do funcionalismo público federal, em especial os inativos, vinha caindo ao longo das décadas, desde a transferência da capital federal para Brasília. A novidade dos dados da PNAD 2001-2004 é que tendência de evolução da diferença parece apresentar uma importante mudança nesta década, indicando uma recuperação relativa da diferença a favor da antiga capital federal. A taxa positiva de variação (pelas duas medidas) pode indicar um início de recuperação econômica do Rio de Janeiro enquanto metrópole nacional.

Tabela 8. Diferenças de renda per capita familiar entre as Regiões Metropolitanas brasileiras

RM	2001	2002	2003	2004	Varição 2004-2003	Varição 2004-2001	Varição da média
Belém	63,61	63,14	60,44	70,40	16,48	10,68	3,22
Fortaleza	69,65	61,14	62,39	74,67	19,67	7,21	4,80
Recife	75,62	70,48	68,76	83,00	20,71	9,76	3,87
Salvador	81,05	77,88	73,79	78,05	5,77	-3,70	-4,46
Belo Horizonte	90,61	91,32	98,01	104,83	6,97	15,70	11,49
Rio de Janeiro	106,68	99,08	110,95	117,48	5,88	10,12	11,02
São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Curitiba	112,93	101,30	108,85	132,64	21,85	17,45	12,72
Porto Alegre	120,17	108,13	117,75	127,83	8,56	6,38	7,57
Brasília	124,92	127,16	135,32	140,64	3,93	12,59	9,47

Fonte: PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

Se confirmadas essas tendências para o ano de 2005, a partir dos dados da nova PNAD, estaremos vivenciando no país um ponto de inflexão no processo de metropolização, até então considerado a principal característica do processo de urbanização da industrialização brasileira do pós-guerra.

Resumo

A rápida urbanização do Brasil na esteira do processo de industrialização trouxe consigo o fenômeno da “metropolização”. Em 50 anos passamos de um país rural para um país urbano, predominantemente metropolitano. O êxodo rural significou não apenas a migração do campo para a cidade como também a concentração da população nas capitais estaduais, que crescentemente se tornaram áreas metropolitanas, constituídas pela capital e um conjunto heterogêneo de cidades satélites. A partir dos dados recém divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004), são apresentadas fortes evidências de que metropolização foi arrefecida nesta primeira metade da década de 2000, com a

emergência de um número expressivo de cidades médias entre 50 e 500 mil habitantes. Fica também evidenciada a redução do hiato de rendimentos entre as Regiões Metropolitanas, em que São Paulo e Rio de Janeiro perdem posição relativa em prol de metrópoles emergentes do Sul-Sudeste, como Curitiba e Belo Horizonte, e em menor para Regiões Metropolitanas do Nordeste e Norte.

Abstract

The phenomenon of fast urbanization is an important feature of the Brazilian industrialization after the Second World War. In fifty-year span the country has undergone a structural change from rural to urban life. The rural exodus not only resulted into a huge migration flow of people from countryside to town but also a strong population concentration in large cities, the metropolitan areas. The recent publishing of the 2004 data of the National Household Survey (PNAD) brings non-expected findings regarding the slowdown of metropolization in the first half of this decade. And it seems that such a slowdown is benefiting the middle-sized cities. In addition, the income gap between more developed metropolis, as São Paulo and Rio de Janeiro, and second-tier ones, as Curitiba and Belo Horizonte, seems to be closing. Although in a less extension, this has also occurred in relation to the less developed metropolis of the Northeast and Northern regions.

O Autor

MAURO BORGES LEMOS é doutor em Economia e professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Mudanças recentes no mercado de trabalho rural

Mauro Del Grossi
José Graziano da Silva

INTRODUÇÃO

Fato marcante no Brasil é a emergência de uma nova ruralidade nas últimas décadas, expressada principalmente pelo crescimento de populações com residência rural e ocupados em atividades não-agrícolas. Por outro lado, as populações ocupadas em atividades agrícolas vêm apresentando uma trajetória descendente desde o Plano Cruzado. O contínuo progresso técnico na produção agropecuária tem levado a uma simplificação das tarefas agrícolas¹, principalmente com a terceirização de operações mecanizadas. Os estabelecimentos que antes necessitavam de famílias numerosas para dar conta das várias tarefas no dia-a-dia da agricultura, necessitam de cada vez menos pessoas. Por outro lado, estão crescendo novas atividades no meio rural, e com ocupações não-agrícolas, que acabam absorvendo parte da mão-de-obra excedente da agricultura modernizada.

Várias dinâmicas econômicas regionais colaboram para as ocupações não-agrícolas entre os residentes rurais. Nas regiões onde existe uma forte dinâmica imobiliária, observa-se a expansão das construções rurais, quer para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior, quer para moradia da população menos favorecida. As dificuldades crescentes para ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, aliadas ao avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda. Dessa forma, o meio rural também tem se tornado o espaço restrito

¹ Agrícolas no sentido genérico do termo, referente as atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

à moradia, revelando assim uma de suas novas funções, além da produção de alimentos.

Neste trabalho, analisar-se-á o comportamento das atividades agrícolas e não-agrícolas, a luz dos novos resultados das PNADs para os primeiros anos desta década.

A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA RURAL E AGRÍCOLA

Como mostravam os dados do Projeto Rurbano², o emprego agrícola experimentou uma significativa redução nos anos 90, mas o crescimento das ocupações não-agrícolas compensou a redução do primeiro e estabilizou a PEA rural, ao contrário do que ocorria nas décadas anteriores (Tabela 1).

Sempre é oportuno lembrar que a PEA³ agrícola varia muito conforme o período de referência adotado na entrevista (semana, mês ou ano), dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias. Como na definição usual da PEA adotada pelo IBGE toma-se como critério sempre a última semana de setembro, esse será também o período de referência adotado neste trabalho, ainda que se reconheça que esse procedimento subestima o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano.

Vale esclarecer a definição de áreas rurais no país: no Brasil, a definição das áreas urbanas/rurais é feita por cada município, por meio de leis municipais, definindo o perímetro urbano. Nessa tomada de decisão são considerados vários fatores, como estender os equipamentos públicos (arruamentos, água tratada e esgotos, postos de saúde, etc), densidade demográfica, arrecadação de impostos, entre outros. Após a definição do perímetro urbano, as áreas rurais são as áreas restantes do município. Na verdade, o rural é definido como uma categoria residual das áreas urbanas.

² É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”. Para maiores informações consulte a homepage do Projeto Rurbano (< www.eco.unicamp.br >, entrar em Núcleo de Economia Agrícola).

³ Nos trabalhos do Projeto Rurbano que envolvem comparações entre os anos 80 e 90 utilizamos sempre a série reconstituída a partir dos microdados que denominamos de “População Economicamente Ativa (PEA) usual ou restrita” para distinguir dos dados publicados das PNADs de 1992 a 1999, aos quais designamos de “PEA ampliada”. Del Grossi (1999) mostrou que a diferença entre as duas séries – que ele designou de “expansão conceitual” – era formada basicamente de aposentados, jovens em idade escolar, e de mulheres envolvidas nas suas tarefas domésticas, como cuidados com hortas domésticas e pequenos animais.

Tabela 1. População residente segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil^a, 1981/1999 (milhões de pessoas)

Área censitária	Milhões de pessoas			Taxa crescimento (% ao ano)			
	1981	1992	1999	1981/92	1992/99		
Urbano	85,2	113,4	127,8	2,6	***	1,7	***
Ocupados^b	31,7	46,5	52,8	3,6	***	1,8	***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,3	***	-1,6	***
Não-agrícola	29,1	42,9	49,3	3,6	***	2,0	***
Rural	34,5	32,0	32,6	-0,7	***	0,2	***
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6	***	-0,2	***
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4	***	-1,7	***
Não-agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2	***	3,7	***
Total	119,7	145,4	160,3	1,8	***	1,4	***

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.
 ***, **, * significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.

Ocorre que o IBGE atualiza seus mapas cartográficos decenalmente quando da realização dos censos demográficos, onde as áreas incorporadas legalmente aos perímetros urbanos dos municípios são reclassificadas para fins das estatísticas demográficas. Por esta razão, infelizmente as informações das PNADs dos anos 2000 não são inteiramente compatíveis com as dos anos 90. Isso vale dizer, que os domicílios que residiam em periferias urbanizadas ao longo dos anos 90 só passaram a ser contados como ‘urbanos’ a partir do Censo Demográfico de 2000. Desta forma, a população rural reduz de 32,6 milhões de pessoas em 1999, para 27,3 milhões de pessoas em 2001, com uma redução de mais de 5 milhões de pessoas. Apenas parte dessa redução, e talvez a menor delas, deve-se à tendência secular de queda da população agrícola. Outra parte deve-se a redução das áreas rurais pela reclassificação da base censitária.

Pelas razões acima, optamos por apresentar a série das ocupações nos anos 2000 em separado dos anos anteriores (Tabela 2). Tomando o último ano disponível, a PNAD apontou 29% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, envolvendo 3,7 milhões de pessoas em 2004. Vale a pena assinalar também que o crescimento das pessoas ocupadas

em atividades não-agrícolas e residentes no meio rural continua forte (+2,2%^a), mas num ritmo inferior ao da década anterior quando atingiu as taxas de +3,7%^a.

Tabela 2. População segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil^a, 2.001-2004 (milhões de pessoas).

Situação do domicílio		Brasil (milhões de pessoas)				
		2001	2002	2003	2004	(% ^a a)
Urbano		143,4	145,9	148,4	151,1	1,8***
	Ocupados (b)	60,1	62,5	63,5	66,3	3,2***
	Agrícola	3,4	3,7	3,8	4,0	5,2***
	Não-agrícola	56,6	58,8	59,7	62,3	3,1***
Rural (a)		27,5	27,4	27,5	27,5	0,1
	Ocupados (b)	12,2	12,4	12,3	12,4	0,4
	Agrícola	8,8	9,0	8,9	8,8	-0,4
	Não-agrícola	3,4	3,4	3,4	3,7	2,2*

Fonte: Projeto Urbano, processamento das PNADs.

***, **, * significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.

Em linhas gerais, nos anos 2000 confirma-se a combinação de atividades entre os residentes rurais apontada nos anos 90. Mas enquanto nos anos 90 a PEA agrícola vinha se reduzindo, nos primeiros anos de 2000 as pesquisas apontam para uma estabilidade da PEA rural ocupada na agricultura em torno de 8,8 milhões de pessoas, no período 2001-2004. Também se destaca o acelerado crescimento significativo das pessoas ocupadas na agricultura com residência urbana, em contraposição com a forte redução observada na década anterior: em 2004 já eram 4 milhões de pessoas. Uma das possíveis explicações é o performance excepcional do *agrobusiness* brasileiro no início do século 21, em função dos elevados preços alcançados pelas *commodities* agropecuárias.

AS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS

Quando se consideram o total dos ocupados na agricultura (urbano + rural), observa-se neste início de década uma retomada de crescimento da ocupação agrícola, contrariando o movimento anterior de queda que vinha ocorrendo desde do Plano Cruzado. Enquanto nos anos 90 a agricultura liberou quase 1,3 milhões de pessoas, entre os anos 2001 a 2004 ocorre uma retomada com 0,4 milhões de novas ocupações agrícolas, especialmente de empregos temporários, com e sem registro em carteira em carteira de trabalho (Tabela 3). Já entre as demais posições agrícolas (conta-própria, não-remunerados e empregadores) não possuem tendência significativa de crescimento. Os números absolutos apontam para constatações já bem conhecidas entre os pesquisadores deste tema: praticamente a metade dos nossos assalariados agrícolas não possui vínculo permanente de trabalho, e a grande maioria desses não possui registro formal de trabalho.

É importante observar entre 2001/2004 o crescimento dos empregados com registro em carteira de trabalho, tanto entre os permanentes como entre os temporários. Essa tendência à formalização das relações de

Tabela 3. Posição na ocupação dos ocupados na agricultura, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001-2004. (milhares de pessoas)

Agricultoras Posição na ocupação	2.001	2.004	Diferença	Taxa 01/04	
			(04-01)	(% ^a a)	
Ocupados agrícolas	12.270	12.746	476	1,2	*
Empregados permanentes	2.418	2.424	6	-0,0	
<i>com registro</i>	1.060	1.185	125	3,4	*
<i>sem registro</i>	1.359	1.239	-120	-3,0	*
Empregados temporários	1.928	2.366	438	7,2	***
<i>com registro</i>	155	340	185	29,6	***
<i>sem registro</i>	1.773	2.026	253	4,7	***
Conta-própria	4.069	4.168	99	0,9	
Não-remunerados	3.376	3.277	-99	-1,3	
Empregadores	479	512	32	3,0	

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.
***, **, * significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

- exclui as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima.
- PEA restrita: exclui os ocupados na produção para autoconsumo e não-remunerados com menos de 15 horas semanais de trabalho.

trabalho já vinha sendo observada desde os anos 90, e se mantém neste início de década.

O crescimento dos assalariados com registro em carteira, captado pela PNAD, está compatível com as estatísticas do Cadastro Geral do Empregados e Desempregados (Caged)⁴, que por sua vez registram a contratação e demissão dos assalariados brasileiros (Tabela 4). No Caged, entre out/2001 a set/2004⁵, a agropecuária teve um saldo de quase 190 mil novos empregos formais. Curiosamente, para o ano de 2005 se observa uma desaceleração ou mesmo queda do número de empregados agrícolas formais pelos dados do Caged, que deverá ser captada pela PNAD de 2005.

A riqueza das informações das PNADs em relação ao Caged é captar todos ocupados, independentemente do vínculo empregatício, permanente ou temporário, e além de possibilitar identificar a sua situação do domicílio (Tabela 5).

Dessa forma, segundo a PNAD, entre os residentes urbanos com atividade agrícola, cresce o número de empregados, especialmente dos temporários, tanto no mercado formal quanto informal de trabalho. Outro movimento importante entre os residentes urbanos com atividades agrícolas é o crescimento dos trabalhadores como conta-própria, podendo indicar um movimento da agricultura familiar em direção aos núcleos urbanos mais próximos, a procura dos equipamentos públicos (saúde, educação, energia elétrica, etc).

Já entre os residentes rurais ocupados na agricultura temos dois movimentos contrários importantes: está reduzindo o número de empregados permanentes, especialmente os 'sem registro', e cresce o número de empregados temporários, também com destaque para os 'sem registro'.

A retomada do crescimento dos empregos temporários, notadamente entre os residentes urbanos, relembra o que ocorreu no Brasil durante os anos 80. A diferença fundamental nos anos mais recentes é a participação importante de mão-de-obra com registro em carteira, ao contrário da predominância da informalidade dos anos 80.

⁴ Cadastro Geral do Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego.

⁵ A utilização mais adequada dos dados do Caged é do período de julho a junho, compreendendo o ano agrícola, mas para efeito de comparação de tendências com a PNAD, optou-se pelo período outubro a setembro. É oportuno chamar a atenção que os números absolutos não são comparáveis pela natureza distinta das duas fontes de informação.

Tabela 4. Evolução do saldo de crescimento¹ do emprego formal na agropecuária, segundo as regiões brasileiras e nos períodos recentes.

Regiões	Saldo de crescimento CAGED			
	Out/01 a Set/02	Out/02 a Set/03	Out/03 a Set/04	Out04 a Set/05
Norte	1.483	5.512	5.819	1.069
Nordeste	5.168	17.215	12.830	-1.676
Sudeste	26.623	-402	71.429	-5.757
Sul	-2.857	8.224	9.997	2.096
Centro-Oeste	-225	15.032	12.489	-6.471
BRASIL	30.192	45.581	112.564	-10.739

Fonte: MTE-Caged.

1 – o ‘saldo de crescimento’ é a diferença entre trabalhadores admitidos menos os desligados.

OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DOS RESIDENTES RURAIS

Nos anos 90, já se observava que a presença das atividades não-agrícolas entre os residentes no meio rural brasileiro não é exclusividade de uma região específica, mas está disseminada por todo o país. Em outras oportunidades, já apontamos que o Nordeste, Região rural mais populosa do Brasil, também concentrava o maior contingente com essas ocupações. Mesmo no Centro-Oeste, onde era esperado um crescimento da população envolvida com atividades agrícolas, devido à expansão das culturas temporárias nos cerrados nos anos 90, também se observava uma redução da PEA agrícola rural acompanhada do crescimento da PEA rural não-agrícola. Em São Paulo, a população rural não-agrícola já superava desde 1997 a população rural agrícola (Campanhola & Graziano da Silva, 2000).

Uma novidade importante da PNAD de 2004 é a abrangência das áreas rurais da Região Norte do país. Até 2003 essas áreas não eram amostradas pelas PNADs, sob a principal alegação de dificuldade de acesso. Tal lacuna foi sanada a partir de 2004, onde também se observa uma forte combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre os residentes rurais (Tabela 6).

Antes de prosseguirmos, um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no mesmo

Tabela 5. Posição na ocupação dos ocupados na agricultura, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001-2004. (milhares de pessoas)

Agricultoras Posição na ocupação	2.001	2.004	Diferença	Taxa 01/04	
			(04-01)	(% a)	
Residência urbana	3.423	3.989	566	5,2	***
Empregados permanentes	890	972	82	2,4	*
<i>com registro</i>	425	524	100	6,4	**
<i>sem registro</i>	465	447	-18	-1,5	
Empregados temporários	881	1.153	272	9,7	***
<i>com registro</i>	125	266	141	28,3	***
<i>sem registro</i>	756	887	131	5,9	**
Conta-própria	1.020	1.146	126	4,0	***
Não remunerados	430	459	29	2,7	*
Empregadores	202	259	57	7,5	**
Residência rural	8.846	8.757	-89	-0,4	
Empregados permanentes	1.528	1.452	-76	-1,6	***
<i>com registro</i>	635	661	26	1,3	
<i>sem registro</i>	893	791	-102	-3,7	*
Empregados temporários	1.047	1.213	166	5,0	***
<i>com registro</i>	30	74	44	34,6	**
<i>sem registro</i>	1.017	1.139	122	3,8	**
Conta-própria	3.049	3.021	-27	-0,2	
Não-remunerados	2.945	2.818	-128	-1,9	
Empregadores	277	253	-24	-0,4	

Fonte: Projeto Urbano, processamento das PNADs.

***, **, * significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) exclusive as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima.

b) PEA restrita: exclusive os ocupados na produção para autoconsumo e não-remunerados com menos de 15 horas semanais de trabalho.

local. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode perfeitamente ter seu local de trabalho num centro urbano próximo. É por esta razão que as designamos de: Ocupações Não-Agrícolas de Residentes Rurais (ONARR). Em casos como esses, o fato de medirmos as ocupações rurais não-agrícolas a partir do local de residência pode levar a uma superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural. Mas isso também pode ser entendido como uma “nova função” não-agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para um importante contingente de pessoas.

Tabela 6. População rural ocupada segundo o ramo de atividade.
Região Norte do Brasil, 2004 (mil pessoas).

Estado	PEA rural ocupada ^(a)		
	Agrícola	Não-agrícola	
	(1.000)	(1.000)	(%)
Acre	58	26	31%
Amapá	10	8	44%
Amazonas	201	86	30%
Pará	529	306	37%
Rondônia	182	69	28%
Roraima	13	10	44%
Tocantins ^(b)	101	36	26%
NORTE	1.093	541	33%

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

Notas:

- a) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.
b) Já era integrante do plano amostral da PNAD.

Outro ponto abordado no Projeto Rurbano referiu-se à distribuição e evolução do número de pessoas nas diferentes áreas censitárias do país, procurando minimizar o efeito das periferias de cidades na enumeração da população ocupada em atividades não-agrícolas. Com esse objetivo, o projeto, em sua fase III, agrupou em quatro a oito diferentes aberturas disponíveis nas PNADs, para apreender melhor as situações intermediárias do *continuum* urbano-rural⁶. Essas duas categorias intermediárias são: a periferia⁷, formada por aquelas áreas que são extensões das áreas urbanas, mas que não dispõem da infra-estrutura e dos serviços que deveriam caracterizá-la; e os povoados, que se constituem em aglomerações rurais e isoladas, não possuindo assim nenhuma contigüidade com centros urbanos⁸.

Considerando os níveis geográficos acima descritos, a população total residente em áreas rurais eminentemente agropecuárias se reduz para 24

⁶ Essas aberturas procuram dar conta do *continuum* existente entre as áreas urbanas urbanizadas que possuem toda a infra-estrutura e os serviços públicos básicos (como luz, água e coleta de lixo) até aquelas áreas rurais destinadas exclusivamente à exploração agropecuária (rural agropecuário).

⁷ Estudos do projeto rurbano anteriores, mostraram que esta categoria tinha pouca expressão nos dados das PNADs.

⁸ Para uma explicação mais detalhada dessas áreas, ver Souza (2000).

milhões de pessoas. Outra análise permitida pelas PNADs é isolar o efeito das Regiões Metropolitanas⁹ sobre as ocupações. Doravante, para destacar a importância da nova ruralidade nas áreas eminentemente agropecuárias, utilizar-se-á este nível de detalhamento: áreas agropecuárias de zonas não-metropolitanas. Dessa forma, a Tabela 7 apresenta os residentes nas áreas rurais agropecuárias de regiões não-metropolitanas: existe uma população estável em torno de 23 milhões de pessoas, sendo que 24% da população ocupada estava envolvida em atividades não-agrícolas, e crescem a uma taxa significativa de 2,5%^a no período 2001-2004.

A tabela 7 ainda revela outra novidade brasileira já captada nos anos 90 e que se mantém estabilizada nesta década: a presença de pessoas desempregadas, mas mantendo a residência rural. Até meados anos 80, a residência rural era sinônimo de ocupação, e quando se perdia o vínculo com a atividade agrícola, também se perdia a residência na área rural. Essa é mais uma das facetas de urbanização das áreas rurais brasileiras.

ATIVIDADES DAS ONARRS

A população ocupada pode ainda ser classificada pelos vários ramos de atividade. O desmembramento é especialmente interessante para a população rural envolvida com atividades não-agrícolas, pois fornece elementos para a analisar o que há de novo nas ocupações.

Outra observação importante é a dificuldade de restabelecer longas séries históricas detalhadas dessas atividades. A partir de 2002 o IBGE adotou nova classificação para as atividades (CNAE¹⁰ – domiciliar) e ocupações (CBO¹¹ – domiciliar), que infelizmente não é compatível com a classificação dos anos anteriores. Dessa forma, as séries de atividades não-agrícolas listadas doravante iniciam em 2002.

A primeira consequência da utilização do período 2002-2004 é a relativa estabilidade das atividades não-agrícolas, contrariamente ao observado no período 2001-2004. Também se sobressai a taxa significativa de redução da PEA agrícola residente em áreas rurais quando se consideram

⁹ São Regiões Metropolitanas nas PNADs: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, e todo o Distrito Federal.

¹⁰ Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

¹¹ Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Tabela 7. População ocupada e residente em áreas rurais agropecuárias de zonas não-metropolitanas. Brasil^(a), 2001-2004. (mil pessoas)

Situação do domicílio	Condição e ramo de atividade	2.001	2.004	Taxa 01/04	
				(% ^a a)	
Rural agropecuário não-metropolitano		23.246	23.083	-0,2	
Economicamente ativos		10.822	10.965	0,3	
	Agrícola	8.193	8.107	-0,4	
	Não-agrícola	2.346	2.544	2,5	*
	Procurando emprego	282	314	2,8	
Não economicamente ativos		12.424	12.118	-0,6	

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

***, **, * significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Nota: não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

apenas os anos 2002-2004, diferentemente de quando se utiliza o período 2001-2004.

O ramo de serviços ocupa 2/3 das ONARRs, principalmente com 'serviços domésticos', 'comércio e reparação' e 'educação, saúde e serviços sociais', enquanto que o ramo da indústria tem a liderança individual da 'indústria da transformação' como o ramo que mais ocupa a mão-de-obra residente em áreas rurais (Tabela 8).

Tomando as mesmas pessoas residentes nas áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas, porém agora classificadas segundo a atividade do empreendimento (CNAE – domiciliar) em que trabalhavam, pode-se observar em maior detalhe as atividades onde se ocupavam essas populações (Tabela 9): serviços domésticos, educação pública e construção civil são os setores líderes na ocupação dessa população.

Nos anos 90, as ocupações em alta no meio rural eram: empregados domésticos, construção civil, serviços conta-própria, professores de primeiro grau e vendedores, e se constatava que eram profissões que requeriam baixa qualificação e pouca escolaridade¹². Também nos anos mais recentes, entre

¹² Mas é inadequado generalizar indiscriminadamente a baixa qualificação profissional, pois existem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, contudo sempre com baixa frequência nas amostras das PNADs. Isso não deixa de ser também algo de novo no rural brasileiro, ou seja, o fato de que profissionais liberais não ligados a atividades agropecuárias venham a residir em áreas rurais.

Tabela 8. População ocupada residentes em áreas rurais agropecuárias de zonas não-metropolitanas. PEA restrita. Brasil, 2002-2004 (mil pessoas).

Ramos de atividade	2002	2004	Taxa 02/04	
			(% a.a)	
Região não-metropolitana - rural agropecuário	23.066	23.083	-0,2	
Agrícola	8.325	8.107	-1,5	*
Não-agrícola	2.369	2.544	3,6	
Indústria	856	892	2,0	
Outras atividades industriais	45	55	9,7	
Indústria de transformação	588	621	2,7	
Construção civil	223	216	-1,6	*
Serviços	1.513	1.652	4,5	
Comércio e reparação	366	396	4,0	
Alojamento e alimentação	85	90	3,5	*
Transporte, armazenagem e comunicação	91	109	9,3	
Administração pública	137	155	6,3	
Educação, saúde e serviços sociais	308	317	1,5	*
Serviços domésticos	414	449	4,1	
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	60	81	16,0	
Outras atividades	43	49	6,5	
Atividades mal definidas	8	6	-15,4	

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.
 ***, **, * significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

- a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins;
 b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

2002 a 2004, é possível constatar essa baixa qualificação entre os residentes rurais com atividades não-agrícolas (Tabela 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto nos anos 80 a PEA agrícola crescia significativamente apenas nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde ainda havia um movimento de expansão da fronteira agrícola, nos anos 90 notou-se uma

Tabela 9. Atividades mais frequentes das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas, segundo as atividades dos empreendimentos (CNAE – domiciliar). PEA restrita. Brasil^(a), 2002-2004 (mil pessoas).

Situação do domicílio	Atividade principal do empreendimento	2002	2004	Taxa 02/04 (% ^a a)
Regiões não-metropolitanas - rural agropecuário		23.066	23.083	-0,2
Não-agrícolas ^(b)		2.369	2.544	3,6
	Serviços domésticos	414	442	3,2
	Educação pública	239	249	1,6
	Construção civil	223	217	-1,6 *
	Administração pública: estado – município	114	88	6,2
	Comércio de produtos alimentícios	99	95	1,3
	Outros serviços de alimentação	70	68	7,6
	Comércio em vias públicas ou mercados	74	67	-1,7
	Fabricação de artefatos têxteis	81	95	-6,9
	Fabricação de produtos cerâmicos	27	48	-14,6
	Fabricação de produtos químicos	52	43	43,5 **
	Fabricação de outros produtos alimentícios	78	57	-4,7
	Confecção de artigos do vestuário	52	28	20,2
	Transporte rodoviário de passageiros	41	45	11,3
	Transporte rodoviário de cargas	36	60	5,1
Subtotal		1.579	1.652	2,3

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Notas: a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins;

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para o autoconsumo e à autoconstrução.

queda generalizada do emprego agrícola em todas as regiões do país, especialmente em função da maior mecanização dos tratos culturais e das colheitas. Em compensação, em todas as regiões do país ocorreu elevado crescimento das atividades não-agrícolas e dos aposentados entre os residentes rurais, nos anos 90. Já no início dos anos 2000, os empregos agrícolas voltaram a crescer, especialmente entre os trabalhadores com domicílio urbano na condição de empregados temporários.

Diferentemente do que ocorrera nos anos 80, fortemente marcada pela informalidade entre os assalariados agrícolas temporários, nos primeiros anos desta década se observa uma presença importante e crescente dos temporários com registro em carteira de trabalho.

Tabela 10. Ocupações não-agrícolas mais frequentes dos residentes em áreas rurais agropecuárias de regiões não-metropolitanas. Nova classificação de ocupações (CBO – domiciliar). Brasil^(a), 2002-2004 (mil pessoas).

Situação do domicílio	Ocupação principal do trabalho	2.002	2.004	Taxa 02/04	
				(% ^a a)	
Regiões não-metropolitanas - rural agropecuário		23.066	23.016	-0,2	
	Não-agrícolas ^(b)	2.369	2.544	3,6	
	Trabalhadores dos serviços domésticos	393	426	4,0	
	Vendedores em lojas ou mercados	161	193	9,4	
	Trabalhadores na conservação de edifícios	77	96	11,8	
	Cozinheiros	75	80	3,2	
	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	81	79	-0,8	
	Ajudantes de obras civis	86	71	-9,0	
	Garçons, barmen e copeiros	49	65	15,4	
	Professores - ensino fundamental	72	62	-6,8	
	Vendedores ambulantes	63	55	-6,8	
	Condutores de veículos	44	51	7,8	
	Operadores de máquinas de costura	30	46	24,1	***
	Extrativistas florestais	21	46	49,7	*
	Agentes da saúde e do meio ambiente	47	40	-7,8	
	Trabalhadores artesanais da tecelagem	51	39	-12,9	***
	Subtotal	1.250	1.338	3,5	*

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

***, **, * significam respectivamente 95%, 90% e 80% de confiança.

Notas:

a) não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins;

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para o autoconsumo e à autoconstrução.

Outra característica importante deste início de década é a permanência do crescimento das atividades não-agrícolas entre os residentes rurais, a exemplo do que ocorreu nos anos 90, embora num ritmo menor. O perfil de prestadores de serviços ainda prevalece entre as atividades não-agrícolas, notadamente as que exigem pouca qualificação como os empregos domésticos, serviços de limpeza e vendedores.

Em 2004 o IBGE inovou incorporando na amostra da PNAD as populações das áreas rurais da Região Norte do país. As informações também revelaram uma presença importante de atividades não-agrícolas nesta população.

Antes de encerrar, sempre é oportuno lembrar: o novo rural não é composto somente de “amenidades”, para usar uma expressão muito em

moda nos países desenvolvidos. Como já dissemos, no Brasil a maior parte das ONARRs, por exemplo, não passam de trabalhos precários, com baixa remuneração.

O traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais específicas. Há novas formas de poluição e destruição da natureza associada tanto às novas atividades agrícolas, como às não-agrícolas. Mesmo nos condomínios rurais habitados por famílias de altas rendas, o tratamento do lixo e o esgotamento sanitário são muito precários na grande maioria dos casos. Da mesma maneira, embora até mesmo a empregada doméstica ganhe melhor que o “bóia-fria”, o maior nível de renda monetária propiciado pelas ONARRs nem sempre significa uma melhoria nas condições de vida e trabalho das famílias rurais não-agrícolas, especialmente quando isso implica na perda do acesso a terra e à impossibilidade de se combinar as rendas não-agrícolas com atividades de subsistência.

REFERÊNCIAS

BALSADI, O.; GRAZIANO DA SILVA, J. Qualidade do emprego no meio rural paulista nos anos 90. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 39, n. 4, p. 47-68, 2001.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. 7 v.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001. CD ROM – Mesa 25: Transformações no campo brasileiro.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, 2001.

SOUZA, M. *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná*. 2000. Tese (Doutorado)- Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, Campinas, 2000.

Resumo

Este trabalho apresenta as informações mais recentes sobre as ocupações das pessoas em atividades agrícolas, e também das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes no meio rural. Os ocupados não-agrícolas com residência rural mantêm a tendência de crescimento observada nos anos 90, enquanto que os ocupados agrícolas, notadamente os com residência urbana, invertem a tendência anterior de redução e passam por uma recuperação em número de pessoas ocupadas neste início de década.

Abstract

This work presents the most updated information concerning the occupation of persons who are engaged in agrarian activities, as well as of those engaged in non-agrarian activities who reside in rural areas. On the one hand, the non-agrarian group who resides in rural areas keeps the same growth tendency as observed in the 90's; on the other hand, the agrarian group, specially the one who resides in the cities, moves in the opposite direction by reversing the former tendency of reduction and starts recovering – in the beginning of this decade – the number of occupied people.

Os Autores

MAURO DEL GROSSI é professor da Universidade de Brasília (UnB) à disposição da Assessoria Especial da Presidência da República.

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA é oficial responsável pelo Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, e professor titular licenciado do Instituto de Economia da Unicamp.

Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste

Sergio Schneider

INTRODUÇÃO

Na época em que vivemos, uma das notícias diárias a que mais nos acostumamos refere-se ao problema do desemprego e da falta de trabalho. Economistas, sociólogos e outros cientistas sociais têm se esforçado com afinco no estudo acerca do que está acontecendo com o ‘mundo do trabalho’. Entre os especialistas já há um consenso: as formas de trabalhar mudaram na sociedade contemporânea e nem sempre o trabalho que um indivíduo exerce implica em um emprego, com todas as garantias e direitos.

Por conta da rápida urbanização e da concentração da maior parte de população brasileira nas áreas metropolitanas, os meios de comunicação e mesmo os estudiosos têm dado pouco destaque ao que ocorre no meio rural e no setor agrícola, em particular no que tange à questão do emprego e do trabalho. No Brasil, quando se fala em rural e agricultura, o que vem a cabeça das pessoas são as imagens da televisão que reproduz cenas de grandes máquinas colhendo enormes lavouras de soja e cana-de-açúcar ou, pelo lado contrário, contingentes de trabalhadores protestando em nome da reforma agrária. Poucos se perguntam sobre os processos que fogem a esse esteriótipo da ruralidade.

O desconhecimento do senso comum é ainda maior quando se trata de determinadas categorias sociais como os assim chamados agricultores familiares, mais corriqueiramente identificados como pequenos agricultores e até produtores de subsistência. Nomenclaturas à parte, o que vale a pena olhar com mais detalhes são as formas como as pequenas unidades familiares do meio rural brasileiro estão reagindo às mudanças do ‘mundo do trabalho’

e o modo pelo qual oferecem sua contribuição à melhoria das condições de vida da população brasileira em geral.

Neste trabalho, buscar-se-á demonstrar que as transformações do mundo do trabalho também estão afetando a conformação do mercado de trabalho rural, alterando e diversificando as atividades e as formas de ocupação. No Brasil, o trabalho por conta-própria, identificado com a agricultura familiar, ainda é responsável por parcela significativa do emprego no meio rural. Para além de justificar e legitimar as ações e políticas que, pelo menos em parte, estão contribuindo para manutenção desse quadro favorável, acredita-se que por aí talvez se possa construir um caminho alternativo ao modelo de desenvolvimento que tem sido preconizado.

Baseando-se em tabulações especiais de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE), o objetivo deste trabalho consiste em analisar, comparativamente, a dinâmica ocupacional e o comportamento das rendas da categoria social dos agricultores familiares entre as Regiões Sul e o Nordeste do Brasil. Além desta introdução, o trabalho se divide em várias partes, sendo a primeira destinada às considerações metodológicas sobre a forma de utilização da PNAD, seguida de uma breve caracterização sobre a estrutura do emprego no meio rural brasileiro segundo as principais categorias. Na seqüência, analisa-se o comportamento da dinâmica ocupacional da agricultura familiar no período de 2001 a 2004 e, na continuação, apresenta-se uma caracterização das principais fontes de rendimentos. Na última parte, busca estabelecer possíveis relações entre o comportamento do emprego e da renda da agricultura familiar no período examinado e o desempenho das principais políticas públicas que afetam o meio rural brasileiro.

METODOLOGIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DOS DADOS DA PNAD

As informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho e o desempenho do emprego rural em atividades agrícolas e não-agrícolas que serão utilizadas neste trabalho são resultantes de tabulações especiais produzidas no âmbito Projeto Rurbano, utilizando a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE¹. É uma pesquisa

¹ O Projeto Rurbano é um esforço de um grupo de pesquisadores de diversos estados que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro no período recente. Maiores informações estão disponíveis em <<http://www.eco.unicamp.br>>

amostral que toma como referência o universo dos dados fornecidos pelo último censo demográfico e utiliza as informações por domicílio como unidade de análise. Os dados dessa pesquisa são coletados em todo o país, inclusive em áreas rurais (a partir de 2004 foi incluída também a Região Norte), e somente não são realizadas nos anos em que há levantamento censitário².

A utilização da PNAD em análises sobre a dinâmica ocupacional requer que se considere os domicílios como unidade de referência, que podem estar localizados em áreas rurais ou urbanas. Para definir a localização de um domicílio o IBGE se baseia na definição da delimitação dos perímetros urbanos das cidades, dada pela legislação municipal vigente no período do censo. Na situação urbana consideraram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas (povoados, núcleos e lugarejos), e a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites³.

Ao delimitar a situação do domicílio como rural ou urbana, a partir da definição da legislação municipal os dados coletados pelo IBGE, tornam-se suscetível a algumas distorções decorrentes da atualização das áreas nos períodos intercensitário. Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006), “por esta razão, infelizmente as informações das PNADs dos anos 2000 não são inteiramente compatíveis com as da década de 1990. Isso vale dizer que os domicílios que residiam em periferias urbanizadas ao longo dos anos 90 só passaram a ser contados como ‘urbanos’ a partir do Censo Demográfico de 2000. Dessa forma, a população rural reduziu-se de 32,6 milhões de pessoas em 1999, para 27,3 milhões de pessoas em 2001, uma diminuição de mais de 5 milhões de pessoas. Apenas parte dessa redução, e talvez a menor delas, deve-se à tendência secular de queda da população agrícola.

² As PNADs são pesquisas estruturadas por processos estatísticos e se baseiam em projeções de crescimento da população, o que faz com que à medida que ocorre o distanciamento da data do censo de referência aumentem, proporcionalmente, as possibilidades de erro que, na verdade, constitui-se em um problema relacionado à obtenção dos fatores de expansão da amostra. Para uma discussão mais detalhada consultar Graziano da Silva e Del Grossi (1997a), Del Grossi (1999) e Campanhola e Graziano da Silva (2000, Vol. 1).

³ Na introdução do Censo Demográfico de 1991 informa-se que para subsidiar as atividades de coleta de dados foram atualizadas as bases cartográficas e criados arquivos contendo informações de referência territorial, incluindo o de descrições dos perímetros dos setores censitários. Estabelecida essa malha territorial, o domicílio é associado ao setor censitário e suas agregações hierarquicamente superiores como os distritos, municípios, bairros e outras estruturas territoriais de interesse (IBGE, 1994).

Outra parte deve-se à redução das áreas rurais pela reclassificação da base censitária”.

Visando atenuar esse problema decorrente da não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE introduziu, a partir do Censo Demográfico de 1991, outras unidades territoriais além das utilizadas até então. As áreas urbanas foram classificadas como urbano exclusive, urbanas não-urbanizadas e urbanas isoladas, e as áreas rurais foram reagrupadas segundo os critérios de tamanho (número de domicílios igual ou superior a 51) e densidade (a distância entre os prédios não deve ultrapassar 50 metros, exceto no caso de templos e estabelecimentos de comércio ou serviços para os quais se tolera até 150 metros). A partir daí definiram-se cinco novos cortes, que são rural extensão urbana, rural povoados, rural núcleos, rural outros e rural exclusive⁴.

Como esses subníveis de agregação estão disponíveis para as PNADs realizadas a partir de 1992, o Projeto Rurbano passou a utilizar uma reclassificação formando quatro novos níveis, sendo três considerados urbanos – o urbano exclusive, as periferias (formadas pela agregação do urbano não-urbanizado com o rural extensão do urbano) e os distritos e povoados (formado pela agregação do urbano isolado com rural povoados e rural outros) – e apenas um como rural, que passou a se denominar de rural privado (formado pela agregação do rural núcleo com o rural exclusive) ou rural agropecuário.

Portanto, além de sofisticar o corte rural e urbano como indicador da localização dos domicílios, esses quatro níveis de classificação permitem uma aproximação mais judiciosa dos processos sociais e econômicos e sua aderência a um determinado espaço porque podem ser aplicados tanto para as áreas metropolitanas (metro) como não-metropolitanas (não-metro). Isto se deve ao fato de que, mesmo que os dados da PNAD não possam ser desagregados por microrregiões homogêneas, pois são coletados a partir de uma amostra geral sobre cada a unidade da federação, a forma como é feita a amostragem permite operar com o corte metro e não-metropolitano. Assim, com o intuito de selecionar e isolar as áreas exclusivamente rurais onde ocorrem transformações no emprego e na ocupação que afetam os

⁴ Essas últimas são as áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, *caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas* (grifo nosso). Ver IBGE. X Recenseamento Geral do Brasil : GR-7.09 - Manual de Atualização Cartográfica. Rio de Janeiro, Diretoria de Geociências. 20p., 1988.

agricultores familiares, neste texto serão utilizadas informações sobre os domicílios localizadas na áreas rurais não-metropolitanas definidas como rural agropecuário ou rural privado. Com isso, pretende-se isolar qualquer possível efeito de áreas urbanas contíguas aos espaços rurais nas áreas não-metropolitanas como, por exemplo, as vilas e os pequenos povoados.

Além da localização e da unidade de análise, é preciso esclarecer a definição de ocupação e de família que será utilizada no texto. No que se refere ao conceito de trabalho adotado pela PNAD, a definição orienta-se pelo critério de atividade de ocupação (baseando-se, desde 2002, na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵). Em 1992, a metodologia de levantamento dos dados das PNADs foi modificada pelo IBGE, tanto no que se refere à cobertura temática como, principalmente, em relação ao conceito de “trabalho”, razão pela qual os dados posteriores não podem ser comparados com aqueles de antes de 1992. O IBGE passou a considerar como “ocupadas” as pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizavam algum trabalho (remunerado ou não) durante pelo menos uma hora na semana de referência (período de coleta das informações), visando captar determinados grupos de pessoas envolvidos em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas, abandonando o critério anterior que considerava ocupadas as pessoas que se envolviam em atividades durante pelo menos 15 horas de trabalho (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997a)⁶.

Por essa razão, os dados utilizados neste texto referem-se a informações sobre a ocupação das famílias rurais classificadas segundo o tipo de ocupação de seus membros. Para efeito de classificação, serão consideradas ocupadas as pessoas que trabalharem (na última semana de setembro) durante pelo menos 15 horas, o que implica em restringir o tamanho da PEA ocupada. Além disso, é mister que se reconheça que esse procedimento ainda subestima o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano, dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias.

⁵ Para maiores detalhes sobre estas mudanças, consultar Del Grossi e Graziano da Silva (2006b).

⁶ Segundo Del Grossi, essa modificação de fato introduziu um “acréscimo conceitual” que gerou uma distorção na PNAD pois ampliou-se o universo de pessoas consideradas como ocupadas quando, segundo seus cálculos, essas pessoas, na verdade, trabalhavam em atividades de autoconstrução ou para o autoconsumo. Nos cálculos de Del Grossi essa modificação fez com que a PEA fosse acrescida em mais de 4 milhões de pessoas entre 1990 e 1992, como efeito estatístico dessas mudanças no conceito de trabalho.

Finalmente, no que se refere à definição das famílias, serão consideradas como tal as unidades nucleares, acrescidas dos parentes e agregados que viverem em um mesmo domicílio compartilhando entre si a moradia e os recursos monetários e não-monetários. De acordo com a posição na ocupação, uma família poderá ser considerada empregadora, conta-própria, empregada (assalariada) ou não-ocupada (desempregada). Para efeito de classificação, as famílias serão também agregadas de acordo com a natureza da atividade que estiverem exercendo na semana de referência, podendo ser, portanto, famílias exclusivamente ocupadas em atividades agrícolas, exclusivamente não-agrícolas ou ainda pluriativas, caso em que pelo menos um dos membros da família exerce uma segunda atividade ou declarar ter dupla-atividade agrícola. Caso não tenham ocupação, serão consideradas não-ocupadas.

Como o foco deste trabalho se volta ao entendimento das famílias de agricultores autônomos, também chamados de agricultores familiares, privilegiar-se-á a análise das famílias de ocupados na condição de conta-própria localizadas nas áreas rurais não-metropolitanas, definidas como rural agropecuário ou rural privado. Nesse sentido, o enfoque do trabalho volta-se para a ocupação das famílias de conta-própria que, nesses termos, são consideradas como a categoria social denominada agricultura familiar. Buscar-se-á demonstrar que esta categoria fornece importante contribuição ao emprego rural em geral, não se restringindo, nesse caso, ao assalariamento na forma de trabalho contratado. Isso significa, em última análise, que quando se focaliza os agricultores familiares com proposta de entender as mutações nas formas de trabalho, as noções de emprego e ocupação se confundem, pois nesse tipo de situação as pessoas que pertencem à uma família estão ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas, embora não sejam nem empregados nem empregadores.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL DO MEIO RURAL NO BRASIL

Segundo os dados da PNAD, em 2004 residiam nas áreas rurais não-metropolitanas do Brasil em torno de 5.965.000 famílias. Nos quatro anos da década atual o número de famílias residentes aumentou em 118 mil em relação à 2001, quando eram 5.847.000 milhões, conforme indica a Tabela 1.

Do total de 5.965.000 famílias que residiam nas áreas rurais da região não-metropolitana em 2004, 2.167.000 eram de famílias de assalariados

Tabela 1. Brasil, Sul e Nordeste: evolução das famílias ocupadas por conta-própria com domicílio na área rural não-metropolitana segundo o tipo de atividade – 2001 - 2004

(1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA		BRASIL			SUL			NORDESTE			
		2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	
NÃO-METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO											
	Empregadora com mais de 2 empregados	53	49	-2,0	15	15	-3,7	7	9	12,4	*
	Agrícola	15	13	-7,2	4	4	-	1	3	-	-
	Pluriativo	20	16	-5,5	3	4	-	3	3	-3,5	
	Não-agrícola	17	20	5,5	8	8	-3,8	2	3	-	-
	Empregadora com até 2 empregados	251	230	-0,6	51	55	6,4	104	100	-0,4	
	Agrícola	133	130	2,4	30	31	6,9	51	55	5,2	
	Pluriativo	93	84	-2,1	17	18	5,8	46	43	-3,1	
	Não-agrícola	24	16	-12,5	5	6	-	7	2	-	-
	Conta-Própria	2.859	2.882	0,4	697	708	0,3	1553	1551	0,1	
	Agrícola	1.756	1.713	-0,9	501	472	-2,1	896	886	-0,7	
	Pluriativo	874	908	0,9	142	178	5,5	550	546	-0,1	
	Não-agrícola	230	261	7,7	54	59	7,1	107	119	7,2	
	Empregados	2.053	2.167	1,7	320	343	1,9	793	858	2,5	***
	Agrícola	1.269	1.289	0,7	148	164	4,1	518	556	2,4	
	Pluriativo	262	297	3,6	40	42	0,8	99	112	3,4	
Não-agrícola	522	582	3,1	132	136	-0,2	176	190	1,9		
Não-ocupado na semana	631	637	1,4	123	107	-4,0	338	334	1,2		
TOTAL	5.847	5.965	0,9	1.206	1.226	0,5	2.795	2.852	0,9	*	

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (IE/UFU), fevereiro 2006.
 Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de cinco observações.
 a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(36,3%), 279.000 famílias de empregadores (4,6%), sendo que 3,8% empregavam até dois assalariados de forma permanente e 0,82% empregavam mais de dois empregados permanentes.

A categoria mais numerosa do meio rural brasileiro é formada por 2.882.000 (48,3%) de ocupados por conta-própria. Além dos empregadores, assalariados e conta-própria, em 2004 havia ainda 10,6% que encontravam-se desempregados ou sem ocupação na semana em que foram coletados os dados. Segundo essa classificação, baseada nos dados da PNAD/IBGE, chama a atenção a pequena quantidade de empregadores, indicando que no meio rural predominam as formas de propriedade gerenciadas de forma autônoma como ocupações por conta-própria.

A Região Nordeste concentra, isoladamente, 47,8% (2.852.000) do total de 5.965.000 famílias domiciliadas na área rural não-metropolitana do Brasil e a Região Sul contribui com 20,5% (1.226.000) das famílias. Somente essas duas grandes regiões respondiam, em 2004, por 68,3% do total de famílias, o que indica a relevância de se estudar essas áreas.

No que se refere ao tipo de atividades que exerciam as famílias domiciliadas nas áreas rurais, 3.145.000 estavam ocupadas exclusivamente na agricultura, 879.000 exclusivamente em atividades não-agrícolas e 1.305.000 eram pluriativos, que é como são considerados os domicílios em que pelo menos um dos membros da família combina a ocupação em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Embora não seja o objetivo deste texto, vale a pena tecer um breve comentário sobre o comportamento das três categorias sociais mais importantes do mercado de trabalho rural, ainda que este tipo de análise seja mais interessante de ser realizada tomando-se como referência o comportamento das pessoas ocupadas na condição de PEA, o que exigiria outra unidade de análise (Del Grossi e Grazaiano da Silva, 2006). Tomando-se a evolução dos tipos das famílias, os dados da Tabela 1 mostram que os empregadores e os conta-própria mantiveram-se relativamente estáveis no período 2001 a 2004, enquanto que entre os empregados assalariados verificou-se um aumento de 114 mil postos de trabalho no Brasil, dos quais 65 mil no Nordeste e 23 mil no Sul. Na Região Nordeste, em especial, registra-se um aumento de 793.000 em 2001 para 858.000 em 2004, a uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano. Embora no conjunto do Brasil tenha sido registrado um leve aumento do número de desempregados rurais, as Regiões Sul e Nordeste registraram pequena redução.

Já que os assalariados são a categoria social que registra alterações importantes no período 2001-2004, vale a pena buscar as razões. Entre os fatores que explicam esse desempenho ocupacional dos assalariados são fatores da natureza estrutural e conjuntural. Entre os fatores estruturais, pode-se listar o crescimento das monoculturas comerciais em diferentes regiões do Brasil⁷. A tendência à *commoditização* da produção agrícola inicia-se na década de 1970 e é acompanhada de uma crescente especialização da pauta de produtos, o que se reflete num crescimento histórico e evolutivo da produtividade dos principais fatores de produção. Em trabalho recente Gasques et.alii. (2006) apresentam um gráfico que vale a pena ser reproduzido e que mostra o comportamento das variáveis terra, trabalho e capital ao longo de quase 30 anos.



Fonte: Gasques, Bastos e Bacchi (2004)

Gráfico 1. Produtividade total dos fatores da agricultura brasileira – 1975-2003

Aliado a isso, deve-se registrar que entre 2000 e 2003 a agropecuária brasileira registrou excepcional desempenho positivo devido a fatores conjunturais como o aumento de preço das *commodities* internacionais, a política cambial favorável ao dólar e o aumento significativo do crédito agrícola. Isso resultou no crescimento do PIB agropecuário no período, que passou de 8,4% sobre o PIB total nacional em 2001 para 10,1% em 2004.

⁷ Esse é o caso, por exemplo, da cana-de-açúcar em São Paulo, Rio de Janeiro e alguns estados do Nordeste, do reflorestamento em Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, das pastagens para pecuária extensiva no Centro-Oeste e Norte e, sobretudo, da soja, que se amplia em todas as regiões do país, notadamente nas áreas de fronteira das Regiões Centro-Oeste e Norte.

Conseqüentemente, houve uma maior contratação de trabalhadores assalariados que, segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006b), “entre outubro de 2001 e setembro de 2004 a agropecuária teve um saldo de quase 190 mil novos empregos formais”⁸.

Além disso, não se deve esquecer da atuação mais severa que os órgãos de fiscalização do trabalho passaram a ter em relação às condições de trabalho no meio rural, bastando citar como exemplos a maior exigência de contratualização do trabalho temporário (exemplo dos trabalhadores volantes, também chamados de “bóias-fria”) e a maior coerção às formas de trabalho análogas à servidão (mais conhecido como trabalho escravo), que passou a ser vigiado por um órgão especializado. Essas medidas parecem ter ajudado na melhoria da formalização das relações de trabalho no meio rural e podem ter contribuído para a elevação da ocupação formal.

Não obstante, tanto os fatores estruturais como os conjunturais não significam que o êxodo rural tenha acabado ou que a população rural que trabalha na agricultura não esteja mais saindo do campo. É preciso destacar que os preços internacionais muito favoráveis das *commodities* agrícolas foram espasmódicos e que, no geral, os agricultores continuam a ter dificuldades crescentes para produzir devido aos aumentos constantes dos custos de produção que crescem tanto por conta da extrema dependência de insumos e derivados de petróleo como do monopólio do acesso à sementes dominado pelas transnacionais, e, mais recentemente, por problemas sanitários que afetam o acesso aos mercados como a febre aftosa e outras.

Os dados da Tabela 2, organizados por Gasques et. alii. (2006), indicam que, de fato, os anos 2001, 2002 e 2003 foram muito positivos para agropecuária e, em especial, para determinadas culturas de lavoura, como a soja e o milho, além da laranja. Nesses cultivos houve aumentos expressivos nos preços, o que se materializou em valores maiores auferidos.

A análise dos dados da PNAD do período 2001-2004 mostram que a população rural diminuiu pouco, reduzindo-se de 27,5 milhões em 2001 para 27,4 milhões em 2004. Ocorre, contudo, que a relativa estabilidade da população rural como um todo, assim como dos ativos ocupados (população considerada economicamente ativa) deve-se, fundamentalmente, ao aumento

⁸ Os dados dos autores foram extraídos do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Tabela 2. Brasil. Valores dos principais produtos agrícolas-2000/05
(em milhões R\$*)

Lavouras	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Algodão herbáceo (caroço)	2.281	2.481	1.850	2.803	4.796	3.744
Arroz (em casca)	4.953	4.634	4.992	6.853	8.523	6.772
Banana	4.944	4.450	3.936	4.788	4.635	4.973
Cacau	533	656	1.121	1.062	845	814
Café (em côco)	8.410	2.682	2.758	3.003	3.723	4.089
Cana-de-açúcar	10.873	13.491	11.625	13.305	11.990	13.433
Feijão (em grão)	3.364	3.582	4.282	5.085	3.462	4.057
Fumo (em folha)	2.279	2.087	2.153	2.706	3.878	3.997
Laranja	4.149	7.051	7.685	7.352	6.399	6.439
Mandioca	3.201	2.400	2.210	3.573	4.528	4.627
Milho (em grão)	11.636	10.404	11.317	17.249	12.801	10.345
Soja (em grão)	16.747	20.619	25.768	36.036	33.126	25.775
Trigo (em grão)	668	1.264	1.332	3.114	2.376	1.676
Uva	500	945	817	1.244	2.228	1.010
TOTAL	80.289	82.422	87.067	114.613	109.647	98.337

Fonte: Mapa/AGE (2006) Retirada de Gasques, J.G. et. alii (2006).
Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores.

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV – dezembro/2005

das ocupações em atividades não-agrícolas no meio rural. Isso é, vem crescendo no meio rural brasileiro o número de famílias domiciliadas mas que trabalham em atividades estranhas à agricultura. É muito freqüente, por exemplo, a combinação de ocupação em atividades agrícolas e não-agrícolas por pessoas que integram uma mesma família. E as razões para isso são variadas, indo desde a sazonalidade dos processos produtivos até a crescente presença de atividades e ocupações ligadas aos serviços e a indústria. Nesses casos, as formas de ocupação variam desde as famílias que residem no rural mas se ocupam exclusivamente em atividades não-agrícolas até aquelas que fazem algum tipo de combinação entre o agrícola e o não-agrícola, também chamados de pluriativos.

AS MUDANÇAS OCUPACIONAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO 2001-2004

No que se refere especificamente aos agricultores familiares, é preciso destacar que do total de famílias rurais deve-se tomar apenas o grupo dos ocupados por conta-própria, porque é nesta categoria que o IBGE (PNAD) classifica as famílias que operam em regime de trabalho autônomo. Os agricultores familiares trabalham sob o regime de economia familiar e constituem unidades formadas por grupos domésticos ligados por laços de sangue e parentesco que são proprietários dos meios de produção e se apropriam coletivamente dos resultados do trabalho⁹. É bem verdade que pela classificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), poderiam ser incluídos como agricultores familiares as unidades que contratam até dois empregados permanentes, tal como inclusive está indicado na Tabela 3. Contudo, optou-se por uma definição mais restrita de agricultura familiar tendo em vista que o objetivo deste trabalho é demonstrar que mesmo se tomando aquelas unidades produtivas da agricultura familiar que provavelmente são menos capitalizadas e intensivas no uso dos fatores produtivos, sua relevância social e econômica é muito expressiva no Brasil e suas respostas às mudanças recentes do mercado de trabalho são igualmente significativas.

A Tabela 3 apresenta os dados especificamente sobre o comportamento das famílias ocupadas na condição de conta-própria. É possível perceber que do total de 5.965.000 famílias que residiam nas áreas rurais da região não-metropolitana em 2004, 48,3% (2.882.000) era formada por unidades de conta-própria. Na Região Sul havia, em 2004, um total de 1.226.000 famílias rurais, das quais 57,7% (708.000) eram de agricultores familiares. No Nordeste essa proporção alcança 54,3% (1.551.000). Em relação ao total de famílias conta-própria do Brasil (2.882.000) em 2004, as Regiões Sul e Nordeste concentram em torno de 78,3% do total de famílias conta-própria. Mais do que uma justificativa, esse dado permite afirmar que a análise da dinâmica ocupacional da agricultura familiar das Regiões Sul e Nordeste contempla, em larga medida, os processos gerais que afetam essa categoria social, dada a sua relevância significativa em face ao total do Brasil.

⁹ Portanto, nessa definição, não importa nem o tamanho de área de terra disponível nem o fato de estar ou não inserido nos circuitos mercantis.

Tabela 3. Brasil, Sul e Nordeste: evolução das famílias ocupadas por conta-própria com domicílio na área rural não-metropolitana segundo o tipo de atividade-2001/04 (1.000 fam.)

Local domicílio / Famílias conta-própria	2001	2002	2003	2004	Tx cresc. (% aa.)		
					2001/04 ^a	2002/04 ^a	
BRASIL							
Total Famílias Conta-Própria	2.859	2.938	2.982	2.882	0,4	-1,0	
Agrícola	1.756	1.780	1.749	1.713	-0,9	-1,9	***
Pluriativo	874	938	920	908	0,9	-1,6	**
Não-agrícola	230	220	312	261	7,7	9,0	
SUL							
Total Famílias Conta-Própria	697	723	715	708	0,3	-1,1	***
Agrícola	501	504	492	472	-2,1 *	-3,3 *	
Pluriativo	142	173	152	178	5,5	1,3	
Não-agrícola	54	46	71	59	7,1	12,7	
NORDESTE							
Total Famílias Conta-Própria	1.553	1.572	1.589	1.551	0,1	-0,7	
Agrícola	896	902	871	886	-0,7	-0,9	
Pluriativo	550	578	583	546	-0,1	-2,8	
Não-agrícola	107	92	135	119	7,2	13,6	

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (IE/UFU), fevereiro 2006.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de cinco observações.
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Com base nas informações da Tabela 3 é possível afirmar que, de um modo geral, não se verificou variação significativa no número de unidades da agricultura familiar entre 2001 e 2004. Nos primeiros anos da década atual, o nível de ocupação dos conta-própria manteve-se estável, eram 2.859.000 em 2001 e passaram para 2.882.000 em 2004. Em parte, isso explica a estabilidade que também se verifica em relação ao conjunto da PEA rural (população ocupada) que era de 12,2 milhões em 2001 e passou para 12,4 milhões de pessoas em 2004.

Mas quando se analisa o tipo de atividade das famílias de ocupados por conta-própria, ressalta-se o aspecto que já havia sido comentado para o

conjunto da PEA rural, que se refere à redução das ocupações em atividades agrícolas e o aumento dos ocupados em atividades não-agrícolas e pluriativos com domicílio nas áreas rurais. A taxa anual de crescimento dos ocupados em atividades não-agrícolas foi superior a 7% ao ano no Brasil, assim como nas Regiões Sul e Nordeste. Já as famílias brasileiras de trabalhadores ocupados na condição de conta-própria em atividades exclusivamente agrícolas continuaram a diminuir, reduzindo-se de 1.756.000 em 2001 para 1.713.000 em 2004. Os conta-própria ocupados em atividades não-agrícolas aumentaram de 230.000 para 261.000 e os pluriativos passaram de 874.000 para 908.000 entre 2001 e 2004. Isso significa que os ativos ocupados nas atividades agrícolas continuam a ter dificuldades e alguns acabam saído do rural mas, por outro lado, cresce o emprego e a população que tem domicílio rural e que trabalham em outras atividades.

A combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas pelos membros de uma mesma família parece ser um fenômeno mais acentuado no Sul do Brasil, onde se verifica um aumento mais expressivo, passando de 142 mil famílias em 2001 para 178 mil em 2004. Em outros trabalhos (Schneider 2003; 2005), já se vinha destacando que a pluriatividade deve ser compreendida fundamentalmente como uma estratégia das famílias rurais e dos indivíduos que a constituem, podendo variar segundo o contexto em que se encontrarem ou mesmo de acordo com os objetivos específicos que estiverem perseguindo para garantir suas condições de vida. Embora seja um fenômeno diagnosticado e estudado há pouco tempo no Brasil (vide os trabalhos do grupo de pesquisa ligado ao Projeto Rurbano), não se trata de um processo inteiramente novo, pois a combinação de atividades sempre foi uma característica típica do campesinato e de outras formas sociais do meio rural. Não se pode ignorar, contudo, que a pluriatividade já se reflete no mercado de trabalho e, à medida que vão se transformando as relações de trabalho e os processos produtivos no espaço rural brasileiro, sobretudo relacionado ao aumento das oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas, é possível esperar que sua importância cresça de significado.

Não obstante, conforme já indicado em outros estudos (Schneider e Radomsky, 2004; Balsadi, 2006; Nascimento 2005), vale salientar que essas novas formas de ocupação nem sempre expressam melhoria na qualidade do emprego gerado, pois muitas vezes a pluriatividade implica em aumento da jornada de trabalho para que se torne possível operar em mais de uma atividade ou exercem-se trabalhos em condições precárias e informais ou,

ainda (o que não é raro), as remunerações obtidas são baixas, razão pela qual os agricultores buscam rendas em mais de uma fonte.

O que chama atenção na análise dos dados da PNAD, que reflete o comportamento da agricultura familiar durante o período recente, é que essa categoria social vem se mantendo estável no meio rural da Região Sul e Nordeste do Brasil. Essa constatação é, de fato, uma novidade, pois desde a década de 1980 registravam-se reduções ininterruptas dessa categoria social (Nascimento, 2005). O fato de não estar diminuindo, portanto, deve ser entendido como uma sinalização de que há fatores que estão influenciando o seu desempenho positivo. Na seção final deste texto, serão apresentados alguns argumentos acerca desse comportamento.

CARACTERÍSTICAS DOS RENDIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PERÍODO 2001-2004

Analisando-se o desempenho dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares no Brasil no período 2001-2004, apresentados na Tabela 4, verifica-se que houve crescimento da renda média mensal, que passou de R\$ 617,49 em 2001 para R\$ 685,93 em 2004, perfazendo um aumento de 3,6% ao ano. Na Região Sul a renda média mensal dos agricultores familiares revela-se muito superior a do Nordeste, o que se deve, em larga medida, a um tipo de agricultura mais capitalizada e inserida nos circuitos mercantis. De um lado, as melhores condições da agricultura familiar no Sul são uma herança histórica dos processos de colonização com imigrantes de origem européia assentados em regime de trabalho livre em pequenas propriedades. Por outro lado, o atraso relativo da agricultura familiar no Nordeste é bastante variável se forem observadas as especificidades intra-regionais e, sobretudo, as condições edafoclimáticas e de acesso a fatores de produção mais eficientes tecnologicamente entre os produtores, o que não é o alvo deste texto. Em função dessas diferenças, a renda média do Sul registrou um crescimento bastante significativo entre 2001 e 2004, passando de R\$ 998,06 para R\$ 1.124,31, ao passo que no Nordeste o aumento foi pouco expressivo passando de R\$ 443,5 em 2001 para R\$ 450,10 em 2004.

No que se refere à renda de atividades não-agrícolas, a Tabela 4 indica que houve um aumento que foi maior no Brasil do que no Nordeste. No Sul registrou-se queda significativa, reduzindo-se de R\$ 1.590,90 em 2001 para R\$ 1.140,70 em 2004. A renda das famílias conta-própria pluriativas também aumentou no Brasil e na Região Sul, ao passo no Nordeste permaneceu quase estável.

Tabela 4. Brasil, Sul e Nordeste. Evolução da renda média mensal das famílias conta-própria domiciliadas na área rural da região não-metropolitana, segundo o tipo de atividade - 2001-2004 (em R\$)

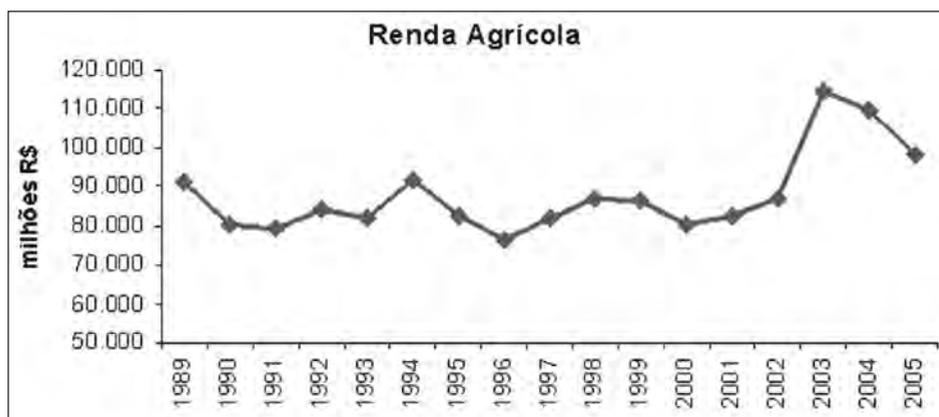
Somente famílias Conta-própria	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)
			2001-2004
BRASIL			
Agrícola	540,46	599,10	3,5%
Pluriativo	748,98	831,60	3,5%
Não-agrícola	837,36	902,72	2,5%
TOTAL	617,49	685,93	3,6%
SUL			
Agrícola	885,73	1.014,08	4,6%
Pluriativo	1.219,72	1.458,36	6,1%
Não-agrícola	1.590,90	1.140,70	-10,5%
TOTAL	998,06	1.124,31	4,1%
NORDESTE			
Agrícola	379,04	382,32	0,3%
Pluriativo	576,39	585,54	0,5%
Não-agrícola	503,49	549,27	2,9%
TOTAL	443,50	450,10	0,5%

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais UFRGS/PGDR, março de 2006.

* Renda mensal de todas as fontes (R\$ de 01/2006)

Mas a informação mais relevante da Tabela 4 parece estar no fato de que o crescimento da renda média total da agricultura familiar no Brasil e na Região Sul parece ser bastante influenciado por um crescimento expressivo da renda agrícola, que aumentou 3,5% ao ano no Brasil e 4,6% ao ano no Sul, ao passo que no Nordeste esse aumento foi de apenas 0,3%. O Gráfico 2, retirado do trabalho de Gasques et. alii. (2006), mostra claramente que de 2000 até 2003 houve aumentos sucessivos da renda agrícola no Brasil, reduzindo-se nos anos seguintes.

A explicação para essa variação da renda média agrícola entre a agricultura familiar do Sul e do Nordeste encontra-se, obviamente, relacionada aos fatores diferenciais acima destacadas, o que faz com que a primeira reflita mais diretamente os efeitos das mudanças na elevação dos



Retirada de Gasques, J.G. et. alii (2006)
Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores.

Gráfico 2. Comportamento da renda agrícola no Brasil – 1989-2005
(em milhões de R\$)

preços das *commodities* internacionais, tais como soja, trigo e milho, que foram particularmente favoráveis no período 2000 até 2003. No Nordeste, onde essas culturas de exportação são menos expressivos, a variação da renda agrícola também foi menor. Uma outra forma de sustentar a hipótese de que o crescimento maior da renda agrícola na Região Sul *vis-à-vis* o Nordeste deve-se ao efeito preço de *commodities*, é observar o comportamento das culturas como feijão e mandioca, típicos dessa região, e que tiveram bem menos oscilação no mesmo período.

Na Tabela 5 é apresentada a evolução da composição da renda das famílias de ocupados por conta-própria segundo a sua fonte entre 2001 e 2004, com base na seguinte classificação: rendas de atividades agrícolas, de atividades não-agrícolas, de aposentadorias ou pensões advindos de benefícios previdenciários e outras fontes de rendimentos, que inclui transferências do governo como o bolsa família¹⁰.

¹⁰ No trabalho de Hoffmann (2006, p. 5), que analisa as mudanças na desigualdade da distribuição de renda no Brasil no período 1997 e 2004, utilizando os dados da PNAD, a desagregação do rendimento domiciliar é dividido em seis grupos, a saber: renda de todos os trabalhos, dois grupos de aposentadorias, doações, alugueis e outros, que inclui juros e transferências oficiais como o bolsa família. Na opinião do autor, renomado estudioso do tema no Brasil, esse último grupo expressa com fidedignidade os dados relativos as transferências oficiais como bolsa família e outros, uma vez que a informação sobre rendimento de juros é muito errática. Por esse motivo, o grupo das outras rendas será tomado como forte indicador do impacto do programa Bolsa Família na renda domiciliar dos agricultores familiares.

Tabela 5. Brasil, Sul e Nordeste. Evolução da composição da renda das famílias conta-própria domiciliadas na área rural da região não-metropolitana, segundo o tipo de atividade - 2001-2004 (%)

Famílias conta-própria	Agrícola		Não-Agrícola		Apos/Pens		Outras	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
BRASIL								
Agrícola	63,1	61,8	0,0	0,0	28,9	28,2	8,0	10,0
Pluriativo	43,8	47,2	31,3	28,8	16,0	15,6	8,9	8,3
Não-agrícola	0,0	0,0	79,7	77,7	10,7	13,5	9,6	8,9
TOTAL	50,8	50,9	17,8	17,2	22,9	22,6	8,5	9,3
REGIÃO SUL								
Agrícola	71,5	71,5	0,0	0,0	23,9	21,0	4,6	7,4
Pluriativo	41,8	50,0	35,8	29,9	14,2	13,9	8,3	6,2
Não-agrícola	0,0	0,0	79,1	80,7	10,2	8,9	10,7	10,4
TOTAL	56,8	59,8	17,0	14,8	20,1	18,0	6,1	7,3
REGIÃO NORDESTE								
Agrícola	51,2	47,9	0,0	0,0	37,1	37,1	11,7	15,1
Pluriativo	39,2	41,2	30,0	28,0	19,4	19,0	11,4	11,8
Não-agrícola	0,0	0,0	74,1	72,5	15,9	16,7	10,0	10,8
TOTAL	43,0	41,6	16,5	16,0	29,0	28,9	11,5	13,6

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais UFRGS/PGDR, março de 2006.

* Renda mensal de todas as fontes (R\$ de 01/2006)

Uma análise geral indica que a renda agrícola representa em torno de 50% da renda total das famílias de conta-própria domiciliados no meio rural do Brasil, a renda não-agrícola representa 17%, as aposentadorias quase 23% e as outras rendas em torno de 9%. Entre 2001 e 2004, somente o grupo das outras rendas, que inclui as transferências do governo federal como o Bolsa Família (mas também juros e dividendos), registrou aumento relativo de 8,5% para 9,3%.

A Região Nordeste registra estagnação em quase todas as fontes de rendas, com exceção das outras rendas, que passam de 11,5% em 2001 para 13,6%, na proporção sobre a composição do rendimento total. A proporção das demais fontes de renda na renda total indica que a renda agrícola representa algo em torno de 42% (reduzindo-se de 43% em 2001 para 41,6%

em 2004), a renda não-agrícola contribui com 16% e as aposentadorias com 29%.

A Região Sul, ao contrário, revela uma composição de renda em 2004 em que as atividades agrícolas representam quase 60% (em 2001 era de 56,8% e em 2004 passou para 59,8%) da renda total dos agricultores familiares. Na comparação com o ano de 2001, a renda não-agrícola caiu de 17% em 2001 para 14,8% em 2004, a renda de aposentadorias também se reduziu de 20,1% em 2001 para 18% em 2004, e as outras fontes aumentaram sua participação de 6,1% em 2001 para 7,3% em 2004.

O conjunto das informações extraídas da Tabela 5 corrobora as conclusões de outros autores (Hoffmann, 2006)¹¹, indicando que as fontes de rendas que cresceram entre 2001 e 2004, tanto no Brasil como nas Regiões Sul e Nordeste, foram aquelas que incluem as transferências de recursos federais como o Bolsa Família, o que indica que os impactos do programa já se fazem perceptíveis nos dados analisados.

Além disso, vale notar que, não obstante, tenha havido um aumento da renda média entre 2001 e 2004, conforme indicado na Tabela 4, isto não se expressa quando se analisa a composição total da renda domiciliar, em que a proporção da renda agrícola não aumenta no período 2001-2004.

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO 2001-2004

Na tentativa de compreender e explicar quais seriam os condicionantes causais que estariam afetando o comportamento do emprego e da renda da categoria social dos agricultores familiares no Brasil e, comparativamente, entre a grande Região Sul e Nordeste, no período recente, seria possível relacionar uma série de fatores de natureza estrutural. Entre esses fatores certamente se listariam os processos históricos de ocupação fundiária e as formas de organização do tecido produtivo, além de especificidades ambientais, edafoclimáticas e socioeconômicas que afetam as dinâmicas intra-regionais de cada uma dessas grandes zonas geográficas.

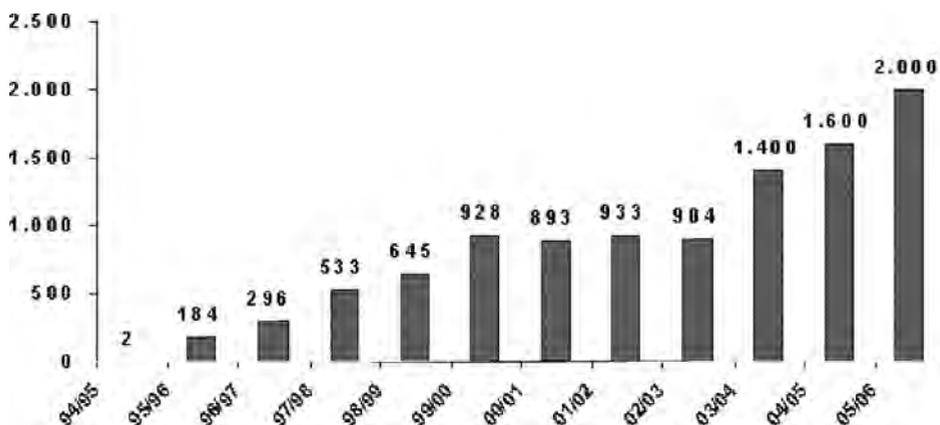
¹¹ Hoffmann (2006, p. 20) mostra entre 1998 e 2004 há uma redução no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil de 0,5984 para 0,5687, respectivamente, e que “28,0% dessa redução pode ser atribuída à parcela do rendimento total que inclui transferências do governo, como o Bolsa Família (mas também inclui juros e dividendos).”

Este exercício, no entanto, demandaria uma historicização de processos de longa duração e, mesmo assim, a determinação das relações de causa e efeito talvez não fossem imediatas. Nesse sentido, nos limites dos objetivos deste trabalho, pretende-se avançar algumas interpretações sobre o comportamento do emprego e da renda que vem afetando os agricultores familiares do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste no período 2000-2004, estabelecendo-se analogias com o desempenho de algumas das mais importantes políticas públicas atualmente em vigor e que tem o mesmo público como foco de suas operações. Esse exercício analítico tem o propósito de estabelecer uma possível relação de causalidade entre a dinâmica do emprego e da renda dos agricultores familiares e as políticas públicas que vêm operando com esse universo social. Evidentemente, estudos mais aprofundados e de menor abrangência territorial serão necessários para averiguar a pertinência da hipótese aqui avançada, o que ficará resguardado para trabalhos futuros.

Especificamente em relação às famílias que trabalham em regime de economia familiar por conta-própria, algumas ações e políticas públicas parecem estar contribuindo para manutenção dos níveis de ocupação antes mencionados. Primeiro, vale salientar que o Pronaf, que comemora seus 10 anos de existência, vem aumentando sistemática e significativamente o volume de recursos e o número de colocados à disposição dos agricultores familiares.

Os gráficos 3 e 4, a seguir, mostram a evolução do número de contratos e dos valores concedidos de crédito rural para agricultura familiar.

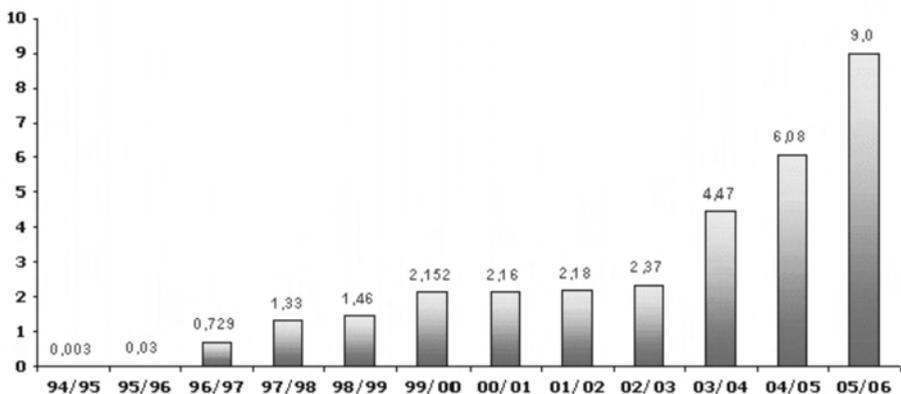
O gráfico 3 indica que na safra 2000/01 o governo atendia a 893 mil contratos, já na safra 2004/05 o número de contratos atendidos passou para 1.600.000 de contratos. Relacionando-se o número de contratos com o total de unidades classificadas como ocupadas em regime de conta-própria, pode-se dizer em 2001 o Pronaf atendia a 31,2% dos agricultores familiares no Brasil e em 2004 essa proporção aumentou para 55,5%. Dados da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicam que na Região Nordeste o número de contratos aumentou de 266.000 em 2002/03 para 561.000 em 2004/05, e na Região Sul passou de 435.000 para 594.000 no mesmo período.



Fonte: SAF/MDA

Gráfico 3. Evolução do número de contratos do crédito rural destinado à agricultura familiar – 1994/95 – 2005/06

O gráfico 4 informa a evolução do montante de recursos destinados ao programa, que passaram de R\$ 2,16 bilhões na safra 2000/01 para R\$ 6,08 bilhões na safra 2003/4. Também aqui verifica-se um expressivo crescimento em ambas as Regiões, no Sul o aumento foi de R\$ 1,206 bilhão em 2002/03 para R\$ 2,590 bilhões em 2004/05, e no Nordeste de R\$ 393 milhões para R\$ 1,141 bilhão, no mesmo período.



Fonte: SAF/MDA

Gráfico 4. Evolução do crédito rural destinado à agricultura familiar – 1994/95 – 2005/06 (em bilhões de R\$)

Em segundo lugar está a previdência social rural, que vem permitindo que um número significativo de famílias possam se manter no meio rural na condição de moradores, ainda que estudos venham demonstrando que parcela não desprezível das rendas de aposentadorias ajudam nas atividades produtivas (Delgado e Cardoso Jr., 2000).

Os dados da Tabela 6 indicam há um crescimento constante do montante de recursos que a previdência social gasta com benefícios de aposentadorias, pensões, rendas vitalícias e amparos com os segurados do setor rural, que são aqueles que tem domicílio em áreas rurais, o que não significa que o tipo de benefício seja exclusivamente advindo da condição de trabalhador rural ou outra condição, uma vez que muitos aposentados que trabalharam em outros setores de atividades passaram a morar no meio rural a partir do momento em que recebem o benefício. Vale lembrar que a partir da Constituição de 1988 (Art. 195, § 8º) houve a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de economia familiar (considerados segurados especiais) nos planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)¹². Essas normas, após regulamentações administrativas e outros procedimentos do Executivo, por meio das Leis 8.212 e 8.213, somente entraram em vigor no último trimestre de 1992. Assim, apenas no ano civil de 1993 a universalização dos direitos previdenciários rurais passou efetivamente a contemplar os trabalhadores rurais pelo novo regime da seguridade social. Este incremento de beneficiários também é apontado por estudiosos como responsável pelo déficit da previdência social nos últimos anos, que passa de 2,8% do PIB em 1995 para 5,3% em 2004 (Giambiagi et. alii. 2004).

No total, em 2000, a previdência social injetava no meio rural um montante de US\$ 6.925 bilhões em 2000, numa média de US\$ 77,25 por benefício pago, o que correspondia a um salário mínimo. Em 2004, este montante passou para US\$ 8,984 bilhões ao ano (em face da variação da taxa de câmbio), numa média mensal de US\$ 96,11 por benefício mensal. Esses valores, representam uma amostra do impacto dos recursos previdenciários têm sobre a renda do setor rural, especialmente porque se trata de um benefício líquido que é pago a cada mês.

¹² Com as novas regras constitucionais, as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria por idade, houve redução no limite de idade para aposentadoria por idade dos homens (passou de 65 para 60 anos) e o valor das aposentadorias aumentou de meio para um salário mínimo.

Tabela 6. Indicadores gerais da previdência social rural – 1991-2002

Anos	Valor dos benefícios mensais pagos (US\$ milhões)	Número total de benefícios ¹ (mil)	Número de benefícios por idade (mil)	Valor unitário dos benefícios rurais (US\$ mês dez.)
1991	180,0	4.080,4	2.240,5	44,1
1992	234,4	4.976,9	2.912,8	47,1
1993	403,8	6.001,0	3.855,9	67,3
1994	526,8	6.359,2	4.176,2	82,8
1995	637,8	6.332,2	4.126,8	100,7
1996	705,2	6.474,4	4.102,2	108,9
1997	725,3	6.672,3	4.140,2	108,7
1998	749,8	6.913,1	4.305,3	108,5
2000	532,7	6.895,8	4.012,1	77,25
2001	548,6	7.070,6	4.117,3	77,6
2002	416,9	7.363,6	4.287,8	56,62

Fonte: Delgado e Cardoso Jr. (2000), atualizados pelos Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS a partir de 2000.

¹ Inclui rendas mensais vitalícias rurais e benefícios de prestação continuada a partir de 1996, proporcionais às rendas mensais vitalícias (RMV) do setor rural em 1995.

Em terceiro lugar, destacam-se os programas sociais como o Bolsa Família, que destina recursos públicos à manutenção de muitas famílias de agricultores no meio rural. Tal como indicaram os dados sobre os rendimentos dos agricultores familiares, a repercussão das políticas de transferência de recursos do governo federal já se faz sentir entre as populações rurais e, de fato, tem influenciado na elevação da renda domiciliar. A Tabela 7 mostra que em 2003 o programa Bolsa Família atendia um total de 3,6 milhões de famílias que recebiam um montante de R\$ 3,4 bilhões. Em 2005 o número de famílias atendidas aumentou para 8,7 milhões e os recursos destinados subiram para R\$ 6,5 bilhões.

Embora o programa Bolsa Família tenha sido desenhado para o combate à pobreza e à iniquidade social em todo o país, nas áreas rurais seus impactos têm sido notáveis, pois é nessas áreas que se concentra parcela

Tabela 7. Brasil. Evolução do número de famílias atendidas e do volume de recursos do programa Bolsa Família – 2003-2005



Fonte: Revista Brasil, Ano III - número 6 - Prestação de Contas de 3 Anos do Governo Federal

significativa das famílias em condição de indigência, entre as quais muitas são de pequenos agricultores que aparecem na PNAD como ocupados por conta-própria. Nesse caso, é possível afirmar que parte do aumento das rendas das famílias conta-própria das áreas rurais brasileiras, sobretudo da Região Nordeste, vêm recebendo a influência dos créditos do Bolsa Família.

Enfim, em quarto lugar pode-se relacionar o programa de assentamentos rurais como uma política pública que pode estar influenciando o comportamento do emprego e da renda dos agricultores familiares do Brasil. A reforma agrária vem tendo um papel importante na reinserção social de famílias, gerando condições de trabalho e ocupação.

Ainda que seja numericamente pouco expressivo, em face do conjunto das famílias rurais ocupadas na condição de conta-própria do Brasil (que são quase três milhões), vale ressaltar que nas Regiões Nordeste e Sul a presença de assentamentos é expressiva e vem contribuindo para reter parcela da população no meio rural. Nesse sentido, entre 2000 e 2005 o programa de reforma agrária assentou um total de 369.059 famílias, o que não deixa de ser expressivo em um contexto onde a regra era o abandono do meio rural e não a permanência das famílias.

Tabela 8. Número de famílias assentadas da reforma agrária no Brasil – 1985-2005

Período/Ano	Número de famílias
1985/1989	82.896
1990/1993	42.382
1993/1994	17.946
1995	42.912
1996	43.486
1997	81.944
1998	101.094
1999	85.226
2000	60.521
2002	63.477
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506

Fonte: Incra/MDA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as verificações mais salientes que este trabalho demonstrou, está a de que no período 2001-2004 a estrutura ocupacional do mercado de trabalho rural do Brasil manteve-se relativamente estável. A PEA rural, por exemplo, passou de 12,2 milhões em 2001 para 12,4 milhões de pessoas em 2004. Não se registraram aumentos no número total de famílias e as principais categorias ocupacionais, empregadores, assalariados e conta-própria não mostraram alterações significativas. O número de desempregados também não se alterou.

Entre as famílias de assalariados verificou-se um aumento de 114 mil famílias entre 2001 e 2004, em grande parte atribuído à conjuntura favorável do aumento de preços dos produtos agrícolas e ao crescimento do PIB da agropecuária, assim como a maior formalização das relações de trabalho, por meio da ação da fiscalização.

Os ocupados por conta-própria (agricultores familiares) também mantiveram-se estáveis entre 2001 e 2004, ainda que os ocupados em

atividades agrícolas tenham diminuído, as famílias domiciliadas no rural e ocupadas em atividades não-agrícolas cresceram a uma taxa superior a 7% ao ano, tanto no Brasil como no Nordeste e no Sul.

No que se refere ao desempenho dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares, verificou-se que houve crescimento da renda média mensal no Brasil, que passou de R\$ 617,49 em 2001 para R\$ 685,93 em 2004. No Sul, a renda média das famílias registrou um crescimento bastante significativo entre 2001 e 2004, passando de R\$ 998,06 para R\$ 1.124,31, ao passo que no Nordeste o aumento foi pouco expressivo passando de R\$ 443,5 em 2001 para R\$ 450,10 em 2004. Esse crescimento da renda média total domiciliar da agricultura familiar no Brasil e na Região Sul parece ter sido bastante influenciado pelo crescimento da renda agrícola, que aumentou 3,5% ao ano no Brasil e 4,6% ao ano no Sul, ao passo que no Nordeste manteve-se estagnada.

A análise da composição da renda domiciliar total demonstrou que a renda agrícola representa em torno de 50% entre as famílias de conta-própria do meio rural do Brasil, a renda não-agrícola representa 17%, as aposentadorias quase 23%, e as outras rendas em torno de 9%. Entre 2001 e 2004, somente o grupo das outras rendas, que inclui as transferências do governo federal como o Bolsa Família (mas também juros e dividendos), registrou aumento relativo de 8,5% para 9,3%.

AGRADECIMENTO

A redação deste texto contou com a inestimável ajuda de Ely Mattos, que trabalhou com os microdados das PNADs e elaborou as tabelas. Foram ainda utilizados dados e informações de outros autores cedidas por instituições, a quem cabem um reconhecimento formal. Os dados sobre o desempenho recente da agricultura foram obtidos através do texto de Gasques et. alii (2006), do Mapa. Os dados sobre aposentadorias rurais foram disponibilizados por Guilherme C. Delgado, do Ipea. Os dados sobre reforma agrária foram enviados pelo Incra, por Denise R. Kröeff. Os dados sobre Bolsa Família foram disponibilizados pelo MDS, por Antônio Claret Campos Filho. Os dados sobre o Pronaf foram obtidos junto à SAF, por Valter Bianchini. Também desejo agradecer ao colega Carlos A. Nascimento e Mauro Del Grossi pelos esclarecimentos sobre os dados das PNADs e pelo envio de informações. Sem esses não teria sido possível elaborar esta reflexão ainda que não lhes caiba nenhuma responsabilidade pelo texto final.

REFERÊNCIAS

BALSADI, O.V. Mudanças rurais e o emprego no estado de São Paulo nos anos 90. São Paulo: Anablume, 2002.

_____. Qualidade do emprego na agropecuária brasileira no período 2001-2004. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD 2004, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. (Org.). O novo rural brasileiro. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 4 v.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.

DEL GROSSI, M. E. del. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995*. 1999. 220 p. Tese (Doutoramento)- UNICAMP, Campinas, 1999.

_____; GRAZIANO DA SILVA, J. As mudanças no rural brasileiro no início do milênio. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD 2004, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

_____. *Mudanças recentes no mercado de trabalho rural*. 2006b. (Texto para discussão/IPEA).

GASQUES, J. G. et al. *Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores*. Brasília: MAPA, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

_____; DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito do trabalho nas novas PNADs. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 1-16, jun. 1997.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade e da pobreza no Brasil In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD 2004, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

NASCIMENTO, C. A. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas*. 2005. 241 p. Tese (Doutorado em Economia)- UNICAMP, Instituto de Economia, 241p., 2005.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *Cadernos do CEAM*, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

_____; RADOMSKY, G. F. W. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão/RS. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais*. Brasília: EMBRAPA, 2004. p. 263-320.

Resumo

O objetivo do trabalho consiste em analisar, comparativamente, a dinâmica ocupacional e o comportamento das rendas da categoria social dos agricultores familiares entre as Regiões Sul e Nordeste do Brasil, com base em tabulações especiais de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE). Além desta introdução, o trabalho se divide em várias partes, sendo a primeira destinada às considerações metodológicas sobre a forma de utilização da PNAD, seguida de uma breve caracterização sobre a estrutura do emprego no meio rural brasileiro, segundo as principais categorias. Na seqüência, analisa-se o comportamento da dinâmica ocupacional da agricultura familiar no período de 2001 a 2004 e, na continuação, apresenta-se uma caracterização das principais fontes de rendimentos. Na última parte busca-se estabelecer possíveis relações entre o comportamento do emprego e da renda da agricultura familiar no período examinado, e o desempenho das principais políticas públicas que afetam o meio rural brasileiro.

Abstract

The objective of this work consists in analyzing, comparatively, the occupational dynamics and the behavior of the incomings of the social categories related to in family agriculture workers from the South and Northeast regions of Brazil, based on special tabulation of data produced by the National Household Sample Survey of the Brazilian Institute for Geography and Statistics (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD/IBGE).

Further, the work is divided into several parts. The first one addresses methodological issues describing how to use data from PNAD; then, it is made a succinct characterization of job structure in the Brazilian rural area, according to the main categories. Next, the behavior of the occupational dynamics of in family agriculture, in the period 2001-2004, is analyzed, and the main income sources are characterized. Finally, it is made an attempt to establish possible interrelations between the job and income behavior of the in family agriculture in the period examined, and the performance of the public policies that impact the Brazilian rural environment.

O Autor

SERGIO SCHNEIDER é sociólogo, mestre e doutor em Sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Qualidade do emprego na agropecuária brasileira no período 2001-2004

Otávio Valentim Balsadi

1. INTRODUÇÃO

Vistos pelo lado da agricultura, os primeiros anos do século 21 foram bastante favoráveis para esse importante segmento da economia brasileira. Vários fatores ocorreram concomitantemente e contribuíram para o bom desempenho: os efeitos positivos da desvalorização da moeda após a adoção do câmbio flutuante em janeiro de 1999, que propiciaram a recuperação das exportações brasileiras; os aumentos expressivos da área cultivada e da quantidade produzida de grãos e oleaginosas, com claro destaque para a soja, que permitiram a obtenção de safras recordes; os ganhos de produtividade em todos os fatores de produção (terra, trabalho e capital), que aumentaram a eficiência do setor; a recuperação dos preços internacionais de algumas *commodities*, que trouxe aumento de renda para os agricultores; o incremento no volume de recursos destinados ao crédito rural, especialmente os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que possibilitaram maiores níveis de investimento¹.

Em função desse cenário, o presente estudo tem por objetivo fazer uma análise mais detalhada da categoria dos empregados na agricultura, a qual registrou importante crescimento no período 2001-2004². Torna-se relevante saber se nesse período bastante favorável houve também melhorias na qualidade do emprego agrícola. A hipótese é que, pelo aumento do grau

¹ Para uma análise mais detalhada desses temas, que fogem ao escopo do estudo, ver os trabalhos de Balsadi (2005); Brandão, Rezende e Marques (2005); Gasquez et al (2004a); Gasquez et al (2004b).

² É importante ressaltar que, embora o ano de 2001 não tenha sido muito favorável para a agricultura, inclusive pela ocorrência de seca no Nordeste, a categoria dos empregados não foi a mais atingida. As reduções mais significativas nas ocupações agrícolas ocorreram com os não remunerados e com os conta-própria.

de formalidade e pelo forte crescimento de *commodities* com modernos sistemas de produção, houve melhorias na qualidade do emprego, embora deva ser ressaltada a possibilidade de comportamentos distintos para os empregados permanentes e para os empregados temporários, bem como para as diferentes culturas selecionadas.

2. ALGUNS INDICADORES DE DESEMPENHO

Entre 2001 e 2004 a agricultura brasileira registrou taxas de crescimento bem superiores às observadas para a economia como um todo. Enquanto o PIB da agropecuária cresceu quase 30,0% em valores reais, o PIB total aumentou menos de 10,0%. Nesse período, sua participação no PIB passou de 8,4% para 10,1%, tendo registrado um valor de R\$ 178,3 bilhões no ano de 2004 (Tabela 1).

Tabela 1. Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária, em valores reais Brasil, 2001-2004

Categorias	2001	2002	2003	2004
PIB Total	1.642.689.556,12	1.674.393.464,55	1.683.518.152,41	1.766.621.034,00
Índice	100	102	102	108
PIB Agropecuária	137.878.474,39	146.484.764,33	166.699.644,20	178.329.440,33
Participação (%)	8,4	8,7	9,9	10,1
Índice	100	106	121	129

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: Valores em Reais de 2004.

Quanto às exportações agropecuárias e agroindustriais, pode-se notar que houve um aumento significativo das mesmas, principalmente no período posterior a 2002. Entre 2001 e 2004 houve um acréscimo de cerca de US\$ 15,1 bilhões no volume exportado, reforçando o importante papel do setor na obtenção dos saldos positivos da balança comercial brasileira (Tabela 2). Nesse período, a participação média do setor no total das exportações foi de 41,1%. Um detalhe interessante é que o nível das importações permaneceu praticamente constante no período, com valores abaixo dos US\$ 5,0 bilhões (menos de 10,0% do total das importações brasileiras).

Outro fator positivo associado ao bom desempenho da agropecuária no período em questão, foi o aumento do número de empregados. Entre 2001 e 2004 houve um crescimento de 443,9 mil novos empregos (ou 10,4%). É importante notar que também melhorou o grau

de formalidade do emprego na agropecuária brasileira: em 2001, 28,1% dos empregados tinham carteira assinada, valor que subiu para 32,3%, em 2004. No período analisado, houve aumento de 26,6%, ou 320,4 mil empregados com registro em carteira (Tabela 3).

Tabela 2. Balança comercial total e do agronegócio (em US\$ milhões)
Brasil, 2001-2004

Anos	Exportação			Importação			Saldo	
	Total	Agronegócio	Part. (%)	Total	Agronegócio	Part. (%)	Total	Agronegócio
2001	58.222,64	23.863,22	41,0	55.585,52	4.847,19	8,7	2.637,12	19.016,03
2002	60.361,79	24.838,89	41,2	47.222,13	4.491,60	9,5	13.139,66	20.347,29
2003	73.084,00	30.639,00	41,9	48.260,00	4.791,00	9,9	24.824,00	25.848,00
2004	96.475,00	39.016,00	40,4	62.782,00	4.881,00	7,8	33.693,00	34.135,00

Fonte: Secex/MDIC.

Tabela 3. Total de empregados na agropecuária
Brasil, 2001-2004

Brasil					Variação 2001-2004	
	2001	2002	2003	2004	Absoluta	Relativa (%)
Total de Empregados	4.278.439	4.466.133	4.577.850	4.722.296	443.857	10,4
Empregados com Carteira	1.202.696	1.318.664	1.373.496	1.523.127	320.431	26,6
Participação (%)	28,1	29,5	30,0	32,3	4,1	14,7

Fonte: IBGE - Síntese de indicadores da PNAD.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte dos dados primários utilizados no estudo da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada na agropecuária é a PNAD, realizada pelo IBGE. Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última do mês de setembro.

Por PEA ocupada entende-se o conjunto de pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período da semana de referência. Também fazem parte da PEA ocupada as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado, por motivo de férias, licenças, greves, entre outros.

Na PNAD, considera-se trabalho em atividade econômica o exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc) na produção de bens e serviços; b) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana (em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como conta-própria, empregador ou empregado na produção de bens primários, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo); c) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2004).

Quanto à posição na ocupação, a categoria que interessa para o presente estudo é a dos empregados (permanentes e temporários). Segundo as definições da PNAD é considerado empregado a pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (IBGE 2004).

A Tabela 4 apresenta o número de casos, bastante razoável, que a PNAD captou para os empregados permanentes e temporários nos anos selecionados para análise, ou seja, 2001 e 2004. A expansão dessas amostras, a partir dos pesos de cada pessoa entrevistada na pesquisa, resulta no número de pessoas ocupadas, que é apresentado na Tabela 5.

É importante registrar que esse total de pessoas ocupadas pode divergir levemente dos valores divulgados pelo IBGE na Síntese de Indicadores. Isso porque nesse total só aparecem as pessoas para as quais existiam os dados utilizados na construção do Índice de Qualidade do Emprego, que será descrito a seguir. Ou seja, só estão computados os empregados, permanentes e temporários, para os quais os dados não eram *missing*.

Além da análise agregada para o total de Brasil (para a atividade agropecuária como um todo), dado o número de casos presentes nas amostras das PNADs, será possível, também, a análise da qualidade do emprego para as seguintes culturas, que possuem individualização na classificação da CNAE: arroz, café, cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja (Tabela 6).

Tabela 4. Número de casos nas amostras da PNAD para empregado permanente e empregado temporário, segundo a área Brasil e grandes regiões, 2001-2004

Brasil e grandes regiões	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Centro-Oeste	320	306	538	592	283	259	124	161
Nordeste	403	445	954	898	645	774	1.266	1.540
Norte Urbano	139	128	-	-	284	300	-	-
Sudeste	488	539	912	774	464	705	515	504
Sul	161	175	361	355	162	196	160	179
Total de Brasil	1.511	1.593	2.765	2.619	1.838	2.234	2.065	2.384

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

Tabela 5. Pessoas ocupadas na semana de referência na condição de empregado permanente e empregado temporário, segundo a área Brasil e grandes regiões, 2001-2004

Brasil e grandes regiões	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Centro-Oeste	104.425	101.516	175.462	194.333	92.272	87.312	40.099	53.405
Nordeste	185.436	209.897	460.754	439.342	306.805	375.667	608.025	748.732
Norte Urbano	38.558	39.015	-	-	79.972	92.987	-	-
Sudeste	322.481	362.378	537.448	464.127	302.786	484.127	295.790	291.542
Sul	83.084	92.490	195.996	200.263	90.804	113.946	84.705	99.872
Total Brasil	733.984	805.296	1.369.660	1.298.065	872.639	1.154.039	1.028.619	1.193.551

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

A expansão dessas amostras, a partir dos pesos de cada pessoa entrevistada na pesquisa, resulta no número de pessoas ocupadas por cultura, que é apresentado na Tabela 7.

É importante salientar que essas amostras não englobam, necessariamente, todas as pessoas ocupadas nas culturas, pois a PNAD mantém, em sua classificação, um grupo de resíduo (outras atividades) e um outro com a denominação de culturas diversas, os quais também podem conter pessoas ocupadas nas atividades selecionadas. Nas amostras aparecem apenas as pessoas ocupadas que na entrevista responderam claramente em qual atividade encaixava-se o seu trabalho principal na semana de referência da pesquisa. Portanto, de acordo com os dados obtidos pela expansão das

Tabela 6. Número de casos nas amostras da PNAD para empregado permanente e empregado temporário, segundo a área e a cultura Brasil, 2001-2004

Culturas	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Arroz	18	34	46	43	36	72	20	66
Café	105	105	338	234	195	257	208	208
Cana-de-açúcar	193	237	198	221	208	270	151	158
Mandioca	24	39	34	51	80	143	180	234
Milho	49	37	80	69	145	127	248	272
Soja	62	103	81	171	41	69	24	36

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

Tabela 7. Pessoas ocupadas na semana de referência na condição de empregado permanente e empregado temporário, segundo a área e a cultura Brasil, 2001-2004

Culturas	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Arroz	8.092	15.971	22.884	20.769	13.257	33.550	11.308	36.185
Café	56.183	58.631	183.730	130.520	106.851,0	148.516	108.527	109.861
Cana-de-açúcar	115.186	139.044	98.455	112.436	118.108,0	166.026	74.563	75.656
Mandioca	11.527	16.287	15.201	22.943	40.177	68.573	85.577	112.117
Milho	26.503	17.816	44.183	35.245	70.204	60.418	128.878	137.661
Soja	25.636	43.255	34.669	74.557	19.739	32.406	10.865	15.917

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

amostras da PNAD, não é possível avaliar exatamente o número de pessoas ocupadas nessas atividades, nem tampouco seu crescimento ou decréscimo quando comparado há outros anos em que a pesquisa foi realizada. E esse também não é o objetivo do presente estudo.

Como pode ser observado nas tabelas anteriores, os dados estão desagregados para as áreas rurais e urbanas, de acordo com o local de moradia dos empregados permanentes e temporários. A classificação da situação do domicílio (urbana ou rural) é feita segundo a área de localização do mesmo e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico de 2001.

A partir da PNAD de 1992, o IBGE introduziu novas aberturas para a situação dos domicílios, passando a incluir as seguintes situações:

1. Áreas urbanas: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação urbana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores.
2. Áreas urbanas não-urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização, sendo ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas.
3. Áreas urbanas isoladas: consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município, como são os casos de vilas e distritos.
4. Áreas rurais – extensão urbana: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município.
5. Áreas rurais – povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender aos moradores: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo, e pelo menos dois dos três serviços seguintes – estabelecimento de ensino de primeiro grau, posto de saúde e templo religioso de qualquer credo.
6. Áreas rurais: núcleo: aglomerados rurais isolados (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), que dispõem ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados.
7. Áreas rurais: outros: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário.

8. Áreas rurais: “exclusive”: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como as áreas rurais propriamente ditas.

Legalmente, a agregação oficial dos dados em urbano e rural, por ocasião da realização dos censos demográficos, segue o que é definido pelos próprios municípios. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) e as áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Esse critério também é utilizado na classificação das populações em urbana e rural. Portanto, urbano é a junção de 1, 2 e 3, ao passo que rural é a junção de 4, 5, 6, 7 e 8.

Para a análise da qualidade do emprego na agropecuária brasileira foi construído um Índice de Qualidade do Emprego (IQE), baseado na metodologia desenvolvida por Balsadi (2000), cujos procedimentos básicos são os seguintes: obtenção dos indicadores simples; construção dos índices parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores simples, no sentido de captar as dimensões da qualidade do emprego; cálculo do IQE, a partir das médias aritméticas dos índices parciais.

Serão descritos a seguir os indicadores simples e os índices parciais para as quatro dimensões selecionadas para avaliar a evolução da qualidade do emprego na agropecuária no período 2001-2004: nível educacional dos empregados; grau de formalidade do emprego; rendimento recebido no trabalho principal; e auxílios recebidos pelos empregados.

Para analisar o nível educacional das pessoas empregadas foram selecionados indicadores relacionados a dois aspectos: alfabetização e nível de escolaridade. Para isso, foram escolhidos os seguintes indicadores simples: % de pessoas empregadas não analfabetas ou com mais de um ano de estudo (INDALF); % de pessoas ocupadas com até quatro anos de estudo (INDESC1); % de pessoas ocupadas com oito ou mais anos de estudo (INDESC2). Assim, o índice parcial de educação foi calculado da seguinte forma: $INDEDUC = (INDALF + INDESC1 + INDESC2)/3$.

Na formalidade do emprego, foram selecionados: % de empregados com idade acima de 15 anos (NINF), o que representa a proporção de trabalhadores não infantis empregada; % de empregados com jornada semanal de até 44 horas (JORN), o que corresponde à participação dos

empregados sem sobretrabalho; % de empregados com carteira assinada (CART); % de empregados contribuintes da Previdência Social (PREV). Assim, o índice parcial do grau de formalidade foi calculado da seguinte maneira: $INDFORMAL = (NINF + JORN + CART + PREV)/4$.

Para o rendimento obtido no trabalho principal foram selecionadas a % de empregados com remuneração acima de um salário mínimo (NPOB) e o rendimento médio mensal (REND). Assim, o índice parcial de rendimento foi calculado da seguinte forma: $INDREND = (NPOB + REND)/2$.

Nos auxílios recebidos foram selecionados: % de empregados que recebiam auxílio moradia (AUXMOR); % de empregados que recebiam auxílio alimentação (AUXALIM); % de empregados que recebiam auxílio transporte (AUXTRANS); % de empregados que recebiam auxílio educação (AUXEDUC); % de empregados que recebiam auxílio saúde (AUXSAU). Assim, o índice parcial de auxílios recebidos foi calculado da seguinte forma: $INDAUX = (AUXMOR + AUXALIM + AUXTRANS + AUXEDUC + AUXSAU)/5$.

De todos esses indicadores selecionados, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula: $((\text{valor} - \text{mínimo})/(\text{máximo} - \text{mínimo}))$, onde o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

Vale salientar que antes de ser feita a padronização, os rendimentos médios de 2001 e 2004 foram corrigidos para setembro de 2005, por meio do INPC, do IBGE. A escolha desse índice de preços deu-se pelo fato dele ser obtido para famílias com renda na faixa de um a oito salários mínimos, o que é muito mais próximo da realidade das famílias dos empregados na agropecuária brasileira.

De forma resumida, o Índice de Qualidade do Emprego (IQE) foi calculado da seguinte forma: $IQE = (INDEDUC + INDFORMAL + INDREND + INDAUX)/4$.

O IQE, assim obtido, é passível de comparação intertemporal. Para essa comparação, trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula:

$$\frac{\text{valor do índice em t1} - \text{valor em t0}}{100 - \text{valor em t0}}$$

O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e qualidade do emprego (Kageyama e Rehder, 1993).

4. A QUALIDADE DO EMPREGO NA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO 2001-2004

4.1. OS DADOS PARA O TOTAL DE BRASIL

Os dados da Tabela 8 confirmam, no nível agregado para o Brasil, a hipótese inicial. Ou seja, todas as categorias de empregados registraram melhorias na qualidade do emprego, medida pelo IQE proposto.

Com exceção dos índices parciais de educação para os empregados temporários rurais e de auxílios para os empregados temporários urbanos, que tiveram pequeno recuo, todos os demais índices apresentaram progresso relativo positivo, indicando algum tipo de melhoria. Embora deva ser ressaltado que ainda prevalecem condições muito mais favoráveis para os empregados permanentes, em relação aos temporários. Esses resultados são determinados, mais fortemente, pelos componentes vinculados ao grau de formalidade do emprego (carteira assinada e contribuição previdenciária, principalmente), ao rendimento médio mensal e a alguns benefícios recebidos. Por isso, é importante fazer uma análise um pouco mais detalhada do IQE e dos seus índices parciais.

Tabela 8. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	41,9	43,5	42,0	42,8	37,8	40,6	41,1	40,7
INDFORMAL	53,2	59,0	55,2	58,3	39,3	42,7	37,5	39,4
INDRENDA	52,5	55,7	46,4	47,1	29,3	31,5	15,8	19,2
INDAUX	20,2	21,7	23,0	23,5	13,7	13,5	9,5	9,6
IQE	42,0	45,0	41,7	42,9	30,0	32,1	25,9	27,2

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

Tabela 9. Progresso relativo do IQE dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
INDEDUC	2,8	1,3	4,4	-0,6
INDFORMAL	12,3	6,9	5,6	3,1
INDRENDA	6,7	1,2	3,1	4,1
INDAUX	1,8	0,7	-0,1	0,2
IQE	5,2	2,1	3,0	1,8

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

Primeiramente, é importante olhar para os índices parciais de modo a identificar quais deles mais contribuíram para a melhoria do IQE. Pelos dados da Tabela 9, que apresenta o progresso relativo para o período 2001-2004, e da Tabela 1 do Anexo Estatístico, que traz todos os indicadores simples utilizados no cálculo do IQE, o índice parcial de formalidade foi o mais relevante para todas as categorias, com exceção dos empregados temporários com residência rural, para os quais o índice parcial de renda foi o que apresentou maior progresso (o de formalidade ficou em segundo lugar – aliás, foram os dois únicos com relevância para essa categoria).

Dentro do índice parcial que mede o grau de formalidade do emprego, merecem destaque o aumento da participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social, que são fatores cruciais para a aposentadoria (urbana e rural), que tem se constituído em política social de caráter universal da maior importância para o bem-estar dos idosos no Brasil, especialmente daqueles residentes nas regiões menos desenvolvidas³.

Apesar de todas as categorias terem registrado aumento nesses indicadores de formalidade, é muito distante a realidade dos empregados temporários daquela observada para os empregados permanentes. Enquanto os temporários rurais e urbanos tiveram apenas 4,8% e 14,2%,

³ Sobre a importância dos benefícios da aposentadoria, especialmente da aposentadoria rural, ver os trabalhos de Delgado (1997) e Delgado e Cardoso Jr. (1999).

respectivamente, de carteira assinada em 2004, os permanentes rurais e urbanos tiveram 49,6% e 50,0%, respectivamente. Para a contribuição previdenciária, o quadro foi muito semelhante (Tabela 1 do Anexo Estatístico).

Embora os temporários rurais tenham registrado seu maior progresso relativo no índice parcial de renda no período 2001-2004, seus ganhos continuam muito distantes das demais categorias. Em 2004, eles recebiam, em média, R\$ 194,45 (preços reais de setembro de 2005), contra R\$ 279,05 dos temporários urbanos, R\$ 359,35 dos permanentes rurais e R\$ 425,95 dos permanentes urbanos.

No outro extremo, o índice parcial relacionado aos auxílios recebidos pelos empregados (moradia, alimentação, transporte, educação e saúde) foi o que teve menor impacto nas melhorias registradas pelo IQE. Quanto aos demais, eles se alternaram em importância: o índice parcial de educação foi mais relevante para os permanentes rurais e para os temporários urbanos, ao passo que o índice de renda foi mais importante para os permanentes urbanos e para os temporários rurais.

Para finalizar esse item, apenas mais alguns comentários sobre o IQE e seus índices parciais:

- os empregados permanentes urbanos, que possuem o melhor IQE, foram também os que apresentaram o maior progresso relativo no período (5,2%), enquanto os empregados temporários rurais, que possuem o pior IQE, foram os que tiveram o menor progresso relativo (1,8%).
- no índice parcial de educação merecem destaque positivo: o aumento da participação dos empregados alfabetizados ou com mais de um ano de estudo (ou seja, os empregados não-analfabetos) em todas as categorias; e o aumento da participação dos empregados com oito anos ou mais de estudo em todas as categorias, com destaque para os permanentes urbanos; fatos que compensaram a redução dos empregados com até quatro anos de estudo.
- no índice parcial de formalidade também houve melhoria na participação dos empregados com jornada regular de até 44 horas semanais e na redução do trabalho infantil, cuja maior participação, em 2004, foi de 4,1% entre os temporários rurais.

- no índice parcial de renda, os valores observados para a participação de empregados recebendo mais de um salário mínimo por mês não apresentaram desempenho tão significativo, embora tais participações ainda sejam muito discrepantes entre as categorias: em 2004, 27,7% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo mensal, contra 38,2% dos temporários urbanos, 56,1% dos permanentes rurais e 62,4% dos permanentes urbanos.
- ainda no índice parcial de renda, vale destacar o aumento real dos rendimentos médios mensais de todas as categorias no período 2001-2004: 6,0% para os permanentes urbanos; 4,2% para os permanentes rurais; 11,6% para os temporários urbanos; e 12,3% para os temporários rurais, que apesar desse ganho ainda continuam recebendo menos da metade do que recebem os permanentes urbanos (Tabela 1 do Anexo Estatístico).
- para o índice parcial de auxílios recebidos, vale reforçar que ele apresentou progresso relativo muito baixo no período 2001-2004, e também que: o auxílio moradia, como era de se esperar, é o mais relevante para os empregados permanentes com residência rural, seguido pelo auxílio alimentação; os auxílios moradia, alimentação e transporte têm participações relativamente próximas para os permanentes urbanos; os auxílios alimentação e transporte são os mais relevantes para os temporários urbanos; o auxílio alimentação é o mais importante para os temporários rurais; o auxílio educação é inexpressivo em todas as categorias e o auxílio saúde têm maior relevância para os empregados permanentes (urbanos e rurais).

4.2. OS DADOS PARA AS CULTURAS

Neste item, o intuito é tecer alguns breves comentários sobre o comportamento do IQE para as seis culturas selecionadas: arroz, café, cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja. A relevância disso reside no fato de se fazer uma melhor qualificação da análise da qualidade do emprego na agropecuária, saindo do nível mais agregado das categorias para um nível mais detalhado, que são as culturas. Além disso, será possível verificar as diferenças de comportamento do IQE entre as próprias culturas, umas “mais modernizadas e de comércio exterior”, outras “menos modernizadas e de comércio interno”.

4.2.1. ARROZ

Inicialmente, vale ressaltar que todas as categorias de empregados ocupados na cultura do arroz apresentaram melhorias no IQE no período 2001-2004, como pode ser visto na Tabela 10.

O grande destaque na cultura do arroz foi a melhoria no IQE dos empregados permanentes rurais, que apresentou um progresso relativo de 23,0% no período, o maior entre todas as culturas selecionadas. Quem mais se aproximou desse desempenho foi o IQE dos empregados permanentes urbanos ocupados na cultura da soja, que teve um progresso relativo de 19,5%.

Pode-se notar, pelos dados da Tabela 11, que os permanentes rurais ocupados na cultura do arroz tiveram progresso relativo significativo em todos os índices parciais do IQE, com destaque para o grau de formalidade (23,6%) e o de renda (69,6%). No índice de formalidade, os principais avanços foram na redução do trabalho infantil (ausente em 2004), e no aumento da participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social, que registraram valores de 57,1% e 59,9%, respectivamente, em 2004 (Tabela 2 do Anexo Estatístico).

Tabela 10. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura do arroz
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	44,5	47,3	37,1	43,8	30,2	35,9	40,9	40,3
INDFORMAL	51,7	56,4	48,4	60,6	43,0	39,4	45,7	43,6
INDRENDA	61,1	58,4	53,2	85,8	11,0	19,5	7,6	9,3
INDAUX	18,1	25,9	19,2	23,4	14,9	14,9	8,5	11,5
IQE	43,9	47,0	39,5	53,4	24,7	27,4	25,7	26,2

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

No índice parcial de renda, o grande destaque foi o aumento real dos rendimentos médios mensais, que passaram de R\$ 404,83, em 2001, para

Tabela 11. Progresso relativo do IQE dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura do arroz
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
INDEDUC	5,0	10,7	8,2	-1,1
INDFORMAL	9,7	23,6	-6,4	-3,8
INDRENDIA	-7,0	69,6	9,5	1,8
INDAUX	9,6	5,3	0,0	3,4
IQE	5,5	23,0	3,6	0,7

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

R\$ 647,23, em 2004, ou seja, um ganho de 59,9%. Com isso, a porcentagem de empregados que ganhavam mais de um salário mínimo subiu de 60,9% para 86,1%.

A segunda categoria com maior progresso relativo no IQE foi a dos empregados permanentes urbanos (5,5%). Apesar da redução de 7,0% no índice parcial de renda, motivada, principalmente, pela queda real de 5,4% no valor do rendimento médio mensal, o desempenho positivo dos demais índices parciais acabou por compensar aquela queda no cálculo final do IQE.

Ainda para os permanentes urbanos merecem destaque: o aumento da participação dos empregados com até quatro anos de estudo e dos empregados com oito anos ou mais de estudo, que tiveram impacto positivo no índice parcial de educação; a melhoria no indicador simples relacionado à jornada semanal regular, que influenciou o resultado do índice parcial de formalidade; a significativa melhoria no índice de auxílios recebidos (progresso relativo de 9,6%), com aumento de todos eles (Tabela 2 do Anexo Estatístico).

Os empregados temporários, que já possuíam os menores IQEs, tiveram os menores progressos relativos no período, especialmente os temporários rurais (apenas 0,7%). Para esses, o ganho real de 14,4% no rendimento médio mensal e a melhoria no recebimento de alguns benefícios,

principalmente alimentação e saúde, foram os fatores que permitiram o pequeno crescimento do IQE. Já para os temporários urbanos, que tiveram um progresso de 3,6%, os melhores desempenhos foram para os índices de educação (8,2%) e de renda (9,5%), com destaque para o aumento da participação dos empregados alfabetizados e dos empregados com oito ou mais anos de estudo, além do aumento dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo e do ganho real de 22,1% no rendimento médio mensal no período 2001-2004. Os demais índices, ou ficaram estagnados (benefícios) ou sofreram queda (formalidade).

4.2.2. CAFÉ

Com base nas Tabelas 12 e 13 são feitas duas observações iniciais que diferenciam um pouco o comportamento do IQE na cultura do café, em relação ao que foi analisado até o momento: primeiro, não foram todas as categorias que tiveram melhorias no IQE; segundo, os maiores progressos relativos do período foram verificados para os empregados temporários (urbanos e rurais). No entanto, é preciso dizer que isso não alterou o quadro de melhores condições de emprego para os empregados permanentes, que ainda possuem os maiores IQEs.

Os empregados permanentes rurais tiveram redução de 1,7% no progresso relativo do IQE, a qual foi motivada pelas quedas verificadas em

Tabela 12. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura do café
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	43,2	44,3	46,3	45,0	40,5	44,6	41,0	44,3
INDFORMAL	62,6	69,2	58,5	59,5	42,2	54,6	43,9	48,1
INDRENDA	44,2	43,7	38,6	36,7	24,4	29,4	11,5	18,8
INDAUX	12,2	14,3	22,0	20,3	9,5	11,4	7,6	7,8
IQE	40,5	42,9	41,4	40,4	29,2	35,0	26,0	29,7

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

todos os índices parciais, com exceção daquele relacionado com o grau de formalidade.

A melhoria no IQE do empregados temporários, 8,2% para os urbanos e 5,0% para os rurais, foi decorrência dos progressos verificados nos índices de educação, formalidade e renda. No nível educacional, houve aumento importante da participação dos empregados alfabetizados e, também, dos empregados com oito anos ou mais de estudo (Tabela 3 do Anexo Estatístico).

No índice parcial que mede o grau de formalidade, o principal destaque foi o aumento dos empregados temporários com carteira assinada e com contribuição previdenciária. Entre os urbanos, os valores para esses indicadores passaram de 14,3%, em 2001, para 32,6, em 2004. Já para os rurais, os valores foram de 3,8%, em 2001, e 12,7%, em 2004.

Com relação aos rendimentos, houve tanto aumento da participação dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo por mês, como ganho real nos rendimentos médios mensais: 13,4% para os temporários urbanos e 14,5% para os temporários rurais.

Finalmente, os empregados permanentes urbanos, que tiveram progresso relativo de 4,0% no IQE. Com exceção da queda no índice parcial de renda, os demais tiveram progresso relativo positivo, com grande destaque para o grau de formalidade do emprego (17,7%). Nesse índice, o destaque

Tabela 13. Progresso relativo do IQE dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura do café
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
IN DEDUC	2,0	-2,4	6,8	5,6
IND	17,7	2,3	21,5	7,5
FORMAL IND	-0,8	-3,2	6,6	8,3
RENDA IND AUX	2,4	-2,2	2,1	0,2
IQE	4,0	-1,7	8,2	5,0

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

foi o aumento da participação dos empregados com carteira assinada e contribuintes da Previdência Social, que passou de 54,3% em 2001 para 63,2%, em 2004. Ainda merecem destaque o aumento importante dos empregados permanentes urbanos com oito anos ou mais de estudo ocupados na cultura do café e o crescimento dos empregados que recebiam o auxílio saúde (Tabela 3 do Anexo Estatístico).

4.2.3. CANA-DE-AÇÚCAR

A partir dos dados das Tabelas 14 e 15 é possível observar que todas as categorias de empregados na cultura da cana-de-açúcar tiveram aumento do IQE, e que o maior progresso relativo foi para os temporários rurais (5,2%). O fato que talvez chame mais a atenção é a grande diferença nos valores do IQE entre os residentes urbanos e rurais, na mesma condição de ocupação. Isto é, os permanentes urbanos têm um IQE muito maior do que os permanentes rurais, enquanto os temporários urbanos têm um IQE bem maior do que os temporários rurais. Além disso, também chama a atenção o fato do IQE dos temporários urbanos ser melhor do que o IQE dos permanentes rurais, evidenciando a importância das lutas históricas dos trabalhadores canavieiros, principalmente no Estado de São Paulo⁴, que é o maior produtor nacional.

Tabela 14. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura da cana-de-açúcar
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	43,5	42,4	26,8	29,8	40,6	42,7	33,7	33,7
INDFORMAL	79,6	81,7	69,7	67,7	65,7	68,4	51,8	57,4
INDRENDA	61,7	61,5	35,3	37,4	47,0	48,6	19,7	25,0
INDAUX	17,6	23,7	18,5	21,1	17,6	15,3	10,8	14,9
IQE	50,6	52,3	37,6	39,0	42,7	43,7	29,0	32,7

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

⁴Sobre esse tema, ver o importante trabalho de Graziano da Silva (1997).

O aumento do IQE dos temporários rurais foi muito influenciado pelo progresso relativo verificado no índice parcial ligado ao grau de formalidade (11,6%). Dentro desse índice, houve redução do trabalho infantil (participação de apenas 0,8% em 2004), aumento do número de empregados com carteira assinada (de 26,8%, em 2001, para 39,7%, em 2004) e aumento dos contribuintes para a Previdência (de 28,2%, em 2001, para 42,8% em 2004). Quanto aos índices de renda e auxílios, os principais avanços foram no ganho real do rendimento médio mensal, que foi de 20,9% no período, e no aumento do recebimento de alguns benefícios, especialmente os de moradia e transportes (Tabela 4 do Anexo Estatístico).

Tabela 15. Progresso relativo do IQE dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura da cana-de-açúcar
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
INDEDUC	-2,0	4,1	3,5	0,0
INDFORMAL	10,6	-6,5	7,7	11,6
INDREND	-0,5	3,2	2,9	6,6
INDAUX	7,4	3,2	-2,7	4,6
IQE	3,4	2,2	1,7	5,2

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

As melhorias no grau de formalidade também foram as mais relevantes para o progresso relativo de 1,7% no IQE dos temporários urbanos. O IQE desses empregados, como já foi salientado, é maior do que o IQE dos permanentes urbanos, em 2001 e 2004, pelos melhores indicadores ligados aos índices de educação e de renda. No nível educacional, é bem maior a participação dos empregados temporários urbanos alfabetizados, em relação aos permanentes rurais (76,0%, em 2004, contra 50,4%). No tocante aos rendimentos, é maior o rendimento médio mensal dos temporários urbanos – R\$ 394,25, em 2004, contra R\$ 330,17 dos permanentes rurais. Em função disso, também há maior participação dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo entre os temporários urbanos (53,3%, em 2004, contra 41,6% dos permanentes rurais).

Para os empregados permanentes urbanos, que possuem um dos maiores IQEs entre as culturas selecionadas, o progresso relativo de 3,4% foi muito influenciado pelo desempenho dos índices de formalidade (10,6%) e de auxílios (7,4%). Na questão da formalidade, chama a atenção o elevadíssimo percentual de empregados com carteira assinada e com contribuição previdenciária: 93,0% e 93,4%, respectivamente, em 2004. Certamente, a cultura da cana-de-açúcar é uma das atividades da agropecuária brasileira com maior nível de formalidade do emprego, em todas as categorias de empregados (permanentes e temporários, urbanos e rurais)⁵. Nos auxílios recebidos, merecem destaque o aumento de participação em todos eles e a significativa importância do auxílio saúde (18,8%, em 2004), outro diferenciador da cana-de-açúcar em relação às demais culturas (Tabela 4 do Anexo Estatístico).

4.2.4. MANDIOCA

Para a cultura da mandioca, valem dois comentários iniciais: seus empregados possuem IQEs que estão entre os mais baixos dentre as culturas selecionadas; apenas os empregados temporários tiveram progresso relativo positivo no período 2001-2004 (Tabelas 16 e 17). Mesmo assim, só para os temporários urbanos que o crescimento foi significativo (6,3%).

O aumento do IQE dos temporários urbanos foi determinado pelos progressos verificados nos índices parciais de educação (principalmente), formalidade e renda. No índice de educação, todos os indicadores registraram melhorias, pois aumentou a participação dos empregados alfabetizados, dos empregados com até quatro anos de estudo e dos empregados com oito anos ou mais de estudo (Tabela 5 do Anexo Estatístico).

No grau de formalidade, o único avanço foi na melhoria da jornada de trabalho regular, pois os demais indicadores não sofreram alteração. Em 2004, 70,7% dos temporários urbanos tiveram jornada de até 44 horas semanais (em 2001, eram 49,2%). No extremo oposto da cana-de-açúcar, a

⁵ Segundo dados da PNAD, 32,3% dos empregados na agropecuária brasileira tinham carteira assinada em 2004. Para os empregados permanentes urbanos ocupados na cultura da cana-de-açúcar, esse valor, no mesmo ano, foi de 93,0%. Para os permanentes rurais, temporários urbanos e temporários rurais, os valores foram, respectivamente: 64,9%, 66,8% e 39,7%. Ou seja, os temporários rurais ocupados na cana-de-açúcar têm um nível de formalidade maior do que a média da agropecuária nacional.

Tabela 16. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura da mandioca
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	38,5	36,1	34,1	36,9	30,7	41,3	29,9	32,0
INDFORMAL	34,8	42,5	47,1	45,5	36,3	41,5	41,1	42,6
INDRENDA	31,0	21,4	19,3	12,6	10,9	15,6	1,9	3,5
INDAUX	19,5	14,0	11,2	8,2	7,0	6,6	4,6	3,2
IQE	30,9	28,5	28,0	25,8	21,2	26,2	19,4	20,3

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

Tabela 17. Progresso relativo do IQE dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura da mandioca
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
INDEDUC	-3,9	4,2	15,4	3,1
INDFORMAL	11,9	-3,0	8,1	2,5
INDRENDA	-14,0	-8,4	5,3	1,6
INDAUX	-6,8	-3,4	-0,4	-1,6
IQE	-3,5	-3,1	6,3	1,1

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

cultura da mandioca certamente está entre as atividades da agropecuária brasileira com os menores índices de formalização do emprego.

O pequeno progresso relativo observado para os temporários rurais (1,1%) foi impulsionado por alguns indicadores: no nível educacional, pelo aumento da participação dos empregados alfabetizados; no grau de formalidade, pela redução do trabalho infantil e pela melhoria na jornada regular de trabalho; na renda, pelo ganho real de 16,9% no rendimento médio mensal. Ainda no

tocante ao rendimento médio mensal, vale destacar que os temporários rurais ocupados na cultura da mandioca registraram, em 2004, o segundo menor valor recebido pelos empregados nas culturas selecionadas, R\$ 150,55 (valores reais de setembro de 2005). O pior rendimento foi verificado para os temporários rurais ocupados na cultura do arroz, R\$ 149,12.

Quanto aos empregados permanentes, urbanos e rurais, pode-se observar que tiveram queda no valor do IQE, de 3,5% e 3,1%, respectivamente, contribuindo, assim, para que a cultura da mandioca registrasse pouquíssimos avanços, em termos gerais, na qualidade do emprego. Com isso, percebe-se que, diferentemente das demais culturas, não há diferenças gritantes de IQE entre os empregados permanentes e os temporários, nem entre os residentes urbanos e rurais. Ou seja, há um “nivelamento por baixo” nas condições de emprego nessa atividade.

4.2.5. MILHO

Apesar de relativamente modestos, houve progressos no IQE de todas as categorias de empregados na cultura do milho (Tabelas 18 e 19). Outro detalhe importante é que, apesar de possuírem melhor qualidade do emprego, as distâncias dos IQEs dos empregados permanentes não chega a ser extremamente elevada em relação aos IQEs dos empregados temporários.

Para os permanentes urbanos, vale a pena destacar o aumento real de 26,7% no rendimento médio mensal, que impactou positivamente o progresso

Tabela 18. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura do milho
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	44,0	38,6	37,1	41,4	36,9	39,3	39,6	41,0
INDFORMAL	49,8	50,8	43,6	47,4	38,6	41,5	38,9	42,4
INDRENDIA	33,8	40,2	26,3	23,4	14,4	21,0	5,5	4,1
INDAUX	14,1	18,8	14,3	17,5	7,5	7,2	5,5	7,9
IQE	35,4	37,1	30,3	32,4	24,4	27,2	22,4	23,9

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

Tabela 19. Progresso relativo do IQE dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura do milho
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
INDEDUC	-9,6	6,9	3,8	2,4
INDFORMAL	2,0	6,8	4,6	5,8
INDRENDA	9,6	-3,9	7,7	1,4 -
INDAUX	5,5	3,7	-0,3	2,6
IQE	2,6	3,0	3,7	1,9

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

do índice parcial de renda, e o aumento no recebimento dos auxílios moradia, educação e saúde, que resultaram nos avanços verificados para o índice parcial de auxílios. Como destaque negativo, é importante citar a forte redução do índice de educação (-9,6%), devido ao fraco desempenho de todos os indicadores a ele ligados (alfabetização e nível de escolaridade).

Os permanentes rurais tiveram um progresso de 3,0% no seu IQE devido, principalmente, aos avanços nos índices parciais de educação e de grau de formalidade. No nível educacional, houve aumentos nas participações dos empregos alfabetizados e dos empregados com até quatro anos de estudo. Quanto ao grau de formalidade, os destaques foram a redução do trabalho infantil (ausente em 2004) e a melhoria na jornada de trabalho regular, já que nos itens carteira assinada e contribuição para a Previdência Social não houve avanços. Nos auxílios recebidos, pode-se mencionar o aumento daqueles ligados à moradia e à alimentação (Tabela 6 do Anexo Estatístico).

O progresso relativo de 3,7% registrado para o IQE dos temporários urbanos foi influenciado pelos progressos verificados nos seguintes indicadores: ganho real de 13,3% no rendimento médio mensal e aumento da participação dos empregados que ganhavam mais de um salário mínimo, no índice de renda; aumento da participação dos empregados alfabetizados e com mais de um ano de estudo, no nível educacional; pequena melhoria em todos os indicadores ligados ao índice de formalidade (redução do trabalho

infantil, melhoria na jornada regular de trabalho, aumento dos empregados com carteira assinada e contribuintes previdenciários).

Finalmente, no modesto progresso relativo (1,9%) do IQE dos temporários rurais, pode-se ressaltar o avanço de 5,8% no índice ligado ao grau de formalidade do emprego. Nesse índice, os destaques foram a redução do trabalho infantil e o aumento da participação dos empregados com jornada regular (72,7%, em 2004, contra 57,8%, em 2001). Além da queda no índice de renda, vale registrar que os temporários rurais tiveram, em 2004, o terceiro menor rendimento médio mensal entre os empregados nas culturas selecionadas, R\$ 156,60 (Tabela 6 do Anexo Estatístico).

4.2.6. SOJA

A cultura da soja também ficou entre aquelas nas quais houve aumentos no IQE de todas as categorias de empregados. Trata-se de uma cultura que apresenta diferenças muito perceptíveis entre a qualidade do emprego dos empregados permanentes e dos temporários. É evidente, pelos dados da Tabela 20, que o IQE dos empregados permanentes, urbanos e rurais, está entre os mais altos dentre as culturas selecionadas no presente estudo.

Chama a atenção, inicialmente, o elevado progresso relativo do IQE dos empregados permanentes urbanos (19,5%). E, dentro do IQE, o grande progresso no índice parcial de renda (86,1%), seguido dos índices de educação (15,3%) e de formalidade (11,5%).

Tabela 20. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura da soja
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	41,8	50,7	48,1	47,7	45,0	41,7	27,7	43,3
INDFORMAL	56,4	61,4	59,7	61,3	34,8	35,8	29,7	31,2
INDRENDA	68,5	95,6	80,4	80,3	42,8	52,1	27,0	33,0
INDAUX	26,5	26,0	27,9	29,4	14,7	23,7	20,1	14,5
IQE	48,3	58,4	54,0	54,7	34,3	38,3	26,1	30,5

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

No índice de renda, houve um aumento real de 41,4% no rendimento médio mensal dos permanentes urbanos. Com isso, em 2004, 91,3% dos empregados recebiam mais de um salário mínimo por mês. No nível educacional, os destaques positivos foram o grande aumento da participação dos empregados alfabetizados (de 74,7%, em 2001, para 92,6%, em 2004) e o crescimento dos empregados com oito ou mais anos de estudo (de 5,0%, em 2001, para 15,1%, em 2004). Quanto ao grau de formalidade, houve aumento de 59,0%, em 2001, para 62,9%, em 2004, na participação dos empregados com registro em carteira e com contribuição para a Previdência Social (Tabela 7 do Anexo Estatístico).

Os empregados permanentes rurais praticamente tiveram um IQE estável no período. A melhoria no grau de formalidade (4,1%) ocorreu pela melhoria na jornada regular de trabalho. Mesmo assim, é importante destacar que, em 2004, apenas 20,0% dos empregados trabalhavam até 44 horas semanais, o que indica um fortíssimo grau de sobretrabalho na cultura da soja (e isso vale para todas as categorias de empregados).

Os temporários urbanos, por sua vez, registraram um progresso relativo de 6,1%, que foi determinado, basicamente, pelos avanços nos índices parciais de renda (16,2%) e de auxílios recebidos (10,5%). Nos indicadores de renda, apesar da queda real de 13,2% no rendimento médio mensal, houve aumento importante dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo (65,2%, em 2004, contra 37,5%, em 2001). Nos auxílios, destaque

Tabela 21. Progresso relativo do IQE dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Cultura da soja
Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
INDEDUC	15,3	-0,8	-6,0	21,5
INDFORMAL	11,5	4,1	1,5	2,1
INDRENDA	86,1	-0,1	16,2	8,2
INDAUX	-0,7	2,1	10,5	-7,1
IQE	19,5	1,5	6,1	6,0

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

para os aumentos nos quesitos alimentação, transporte e saúde (Tabela 7 do Anexo Estatístico).

Para os temporários rurais, o progresso de 6,0% no IQE foi garantido especialmente pelo desempenho dos índices parciais de educação (21,5%) e de renda (8,2%). Na questão educacional, registrou-se importante aumento da participação dos empregados alfabetizados e com oito anos ou mais de estudo, cujos valores foram, respectivamente, 81,4% e 21,9%, em 2004. Quanto ao índice de renda, houve ganho real de 20,6% no rendimento médio mensal e aumento dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo.

4.3. O RANKING PARA O IQE

Feitas as análises do IQE para o total de Brasil e para as seis culturas selecionadas, pode-se fazer um ranking dos índices obtidos, de modo a se saber qual atividade apresentou, dentro dos limites metodológicos adotados, a melhor qualidade do emprego. Esse ranking, feito com base no ano de 2004, é apresentado na Tabela 22.

Pode-se notar que a cultura da soja foi a que apresentou os melhores IQEs, com os empregados permanentes urbanos e rurais. A seguir, vieram os empregados permanentes rurais ocupados na cultura do arroz, os empregados permanentes urbanos ocupados na cultura da cana-de-açúcar e os empregados permanentes urbanos ocupados na cultura do arroz. Essas cinco categorias ficaram acima do melhor IQE agregado para o Brasil, que foi o dos empregados permanentes urbanos.

No outro extremo, as seis categorias com IQE abaixo do pior IQE agregado para o Brasil, que foi para os empregados temporários rurais, foram as seguintes: empregado temporário urbano ocupado na cultura do milho; empregado temporário rural ocupado na cultura do arroz; empregado temporário urbano ocupado na cultura da mandioca; empregado permanente rural ocupado na cultura da mandioca; empregado temporário rural ocupado na cultura do milho; empregado temporário rural ocupado na cultura da mandioca.

Ou seja, os dados obtidos para o IQE mostram claramente que as melhores condições de emprego estavam, de forma geral, nas culturas “mais dinâmicas e de comércio exterior” e para os empregados permanentes, em

Tabela 22. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários
Brasil e culturas, 2001-2004

Categorias	IQE		Progresso relativo
	2001	2004	2001-2004 (%)
Empregado permanente urbano – soja	48,3	58,4	19,5
Empregado permanente rural – soja	54,0	54,7	1,5
Empregado permanente rural – arroz	39,5	53,4	23,0
Empregado permanente urbano – cana	50,6	52,3	3,4
Empregado permanente urbano – arroz	43,9	47,0	5,5
Empregado permanente urbano – Brasil	42,0	45,0	5,2
Empregado temporário urbano – cana	42,7	43,7	1,7
Empregado permanente rural – Brasil	41,7	42,9	2,1
Empregado permanente urbano – café	40,5	42,9	4,0
Empregado permanente rural – café	41,4	40,4	-1,7
Empregado permanente rural – cana	37,6	39,0	2,2
Empregado temporário urbano – soja	34,3	38,3	6,1
Empregado permanente urbano – milho	35,4	37,1	2,6
Empregado temporário urbano – café	29,2	35,0	8,2
Empregado temporário rural – cana	29,0	32,7	5,2
Empregado permanente rural – milho	30,3	32,4	3,0
Empregado temporário urbano – Brasil	30,0	32,1	3,0
Empregado temporário rural – soja	26,1	30,5	6,0
Empregado temporário rural – café	26,0	29,7	5,0
Empregado temporário urbano – mandioca	30,9	28,5	-3,5
Empregado temporário urbano – arroz	24,7	27,4	3,6
Empregado temporário rural – Brasil	25,9	27,2	1,8
Empregado temporário urbano – milho	24,4	27,2	3,7
Empregado temporário rural – arroz	25,7	26,2	0,7
Empregado temporário urbano – mandioca	21,2	26,2	6,3
Empregado permanente rural – mandioca	28,0	25,8	-3,1
Empregado temporário rural – milho	22,4	23,9	1,9
Empregado temporário rural – mandioca	19,4	20,3	1,1

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD

2004. Entre os dez melhores IQEs (excluindo-se os valores agregados para o total de Brasil – ou seja, ficando-se apenas com as culturas), oito são para empregados permanentes (quatro urbanos e quatro rurais) e apenas dois para empregados temporários (ambos urbanos), três são para a cultura da soja, três também para a cultura da cana-de-açúcar, dois para o café e dois para o arroz.

Por outro lado, entre os dez piores IQEs, oito são para empregados temporários (cinco rurais e três urbanos) e apenas dois para empregados permanentes (um rural e um urbano), quatro são para a cultura da mandioca, dois para o arroz, dois para o milho, um para o café e um para a cultura da soja.

5. CONCLUSÕES

Em função do cenário bastante favorável para a agropecuária, também marcado pelo aumento do número de empregados (e dos empregados formais) no período 2001-2004, o presente estudo procurou analisar a evolução da qualidade do emprego nesse importante segmento econômico. Para isso, foi proposto, construído e calculado um Índice de Qualidade do Emprego (IQE), composto por quatro dimensões: nível educacional; grau de formalidade do emprego; rendimento no trabalho principal; e auxílios recebidos pelos empregados.

Os principais resultados obtidos podem ser assim sintetizados:

- Os IQEs obtidos comprovaram a hipótese inicial, evidenciando a melhoria geral nos dados agregados para o Brasil. No entanto, houve diferenciações importantes por categoria de empregado e por cultura.
- Um fato preocupante é que os empregados permanentes urbanos, que possuem o melhor IQE, foram também os que apresentaram o maior progresso relativo no período (5,2%), enquanto os empregados temporários rurais, que possuem o pior IQE, foram os que tiveram o menor progresso relativo (1,8%).
- Apesar dos avanços no IQE dos empregados temporários, a situação dos empregados permanentes é muito melhor: entre os dez melhores IQEs obtidos para as culturas, oito são para empregados permanentes e apenas dois para empregados temporários; já entre os dez piores IQEs a situação é inversa, pois oito são para empregados temporários e apenas dois para empregados permanentes.
- Entre os empregados temporários com melhor qualidade do emprego, destaque para aqueles ocupados nas culturas do café e da cana-de-açúcar, para os quais foram muito relevantes os avanços obtidos nas lutas dos trabalhadores para contratos de trabalho mais dignos.
- Os IQEs obtidos para as culturas selecionadas evidenciaram um cenário bem melhor para os empregados nas atividades “mais dinâmicas e de comércio exterior”. Em 2004, entre os dez melhores

IQEs, três são para a cultura da soja, três para a cultura da cana-de-açúcar, dois para o café e dois para o arroz. Nesse mesmo ano, os dois melhores IQEs foram para a cultura da soja (com os empregados permanentes urbanos e rurais), que registrou enorme expansão da área cultivada e da produção no período analisado.

No período 2001-2004, a categoria de empregados representou, em média, 27,8% do total dos ocupados na agropecuária brasileira. Para eles, o cenário favorável verificado no setor refletiu-se em avanços, mesmo que modestos em alguns casos, nas condições de trabalho. Como o processo não foi homogêneo para todas as categorias de empregados e culturas analisadas, restam como maiores desafios a melhoria nas condições de emprego para os empregados temporários, que continuam com elevados índices de precarização, e para as culturas de “mercado interno”, predominantemente. As *commodities* internacionais propiciaram melhores condições de trabalho, especialmente para os seus empregados permanentes.

REFERÊNCIAS

BALSADI, O. V. Comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 35, n. 9, p. 38-49, set. 2005.

_____. Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90. 2000. Dissertação (Mestrado)- Unicamp, Campinas, 2000.

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. de; MARQUES, R. W. da C. Crescimento agrícola no período 1999-2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 21 p. (Texto para Discussão/ IPEA, n.1062).

DELGADO, G. C. Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão/ IPEA, n. 477).

_____; CARDOSO JÚNIOR, J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão/ IPEA, n.688).

GASQUEZ, J. G. et al. Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira. Brasília: IPEA, 2004. 30 p. (Texto para Discussão/ IPEA, n.1017).

_____. Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília: IPEA, 2004. 40 p. (Texto para Discussão/ IPEA, n.1009).

SILVA, J. Graziano da. De bóias-frias a empregados rurais - as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme. Alagoas: EDUFAL, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro, 2004. 27 p. V. 24.

Resumo

A partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o presente estudo analisou a qualidade do emprego na agropecuária brasileira como um todo e, também, em seis culturas (arroz, café, cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja) no período 2001-2004. Para a análise foi construído um Índice de Qualidade de Emprego (IQE), composto por quatro dimensões: nível educacional dos empregados; grau de formalidade do emprego; rendimento recebido no trabalho principal; e auxílios recebidos pelos empregados. O IQE foi calculado para os empregados permanentes e para os empregados temporários, levando-se em consideração o local de moradia dos mesmos (urbano ou rural).

Abstract

Based on the microdata from National Household Sample Survey (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD), the present study analyzed the quality of employment in Brazilian farming activities, in all aspects, as well as in six kinds of crop-raising activities (rice, coffee, sugarcane, manioc, corn and soybean), in the period of 2001-2004. For this analysis, an Employment Quality Index (EQI) was built consisting of four dimensions: employees' educational level, employment formality level, wage received from the main job and benefits received by employees. The EQI was calculated for both permanent and temporary employees, taking into account the locality of their residence (urban or rural).

O Autor

OTAVIO VALENTIM BALSADI é engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa e doutorando em Economia Aplicada, no Instituto de Economia da Unicamp.

Anexo estatístico

Tabela 1. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Indalf	73,2	77,7	73,2	76,4	65,8	73,1	69,3	73,0
Indesc1	44,9	39,6	47,7	45,4	44,2	42,7	50,0	44,0
Indesc2	7,7	13,3	5,1	6,6	3,6	5,9	3,9	5,0
INDEDUC	41,9	43,5	42,0	42,8	37,8	40,6	41,1	40,7
Ninf	98,0	98,0	97,6	98,6	96,1	96,3	93,6	95,9
Jorn	32,1	37,3	32,1	34,6	38,4	45,7	50,0	51,8
Cart	41,2	50,0	44,9	49,6	11,1	14,2	2,9	4,8
Prev	41,7	50,6	46,1	50,4	11,7	14,6	3,3	5,2
INDFORMAL	53,2	59,0	55,2	58,3	39,3	42,7	37,5	39,4
Npob	60,0	62,4	57,2	56,1	38,6	38,2	24,2	27,7
Rend (1)	401,82	425,95	344,84	359,35	250,07	279,05	173,16	194,45
Rendp	45,0	49,0	35,6	38,0	20,0	24,8	7,3	10,8
INDRENDA	52,5	55,7	46,4	47,1	29,3	31,5	15,8	19,2
Auxmor	26,6	26,3	71,5	68,6	12,3	10,7	12,7	13,4
Auxalim	38,3	40,4	29,9	31,8	25,8	26,7	27,0	23,3
Auxtrans	27,0	33,9	8,1	10,1	27,9	28,5	6,2	9,1
Auxeduc	1,0	0,9	0,5	1,1	0,3	0,2	0,2	0,2
Auxsau	8,1	6,9	5,1	6,1	2,0	1,6	1,1	2,3
INDAUX	20,2	21,7	23,0	23,5	13,7	13,5	9,5	9,6
IQE	42,0	45,0	41,7	42,9	30,0	32,1	25,9	27,2

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos microdados da PNAD.

(1) Valores em Reais, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Tabela 2. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários, cultura do arroz, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Indalf	91,9	84,8	66,2	94,3	53,6	66,2	63,9	72,5
Indesc1	39,1	52,0	42,6	32,8	37,0	36,9	58,9	48,3
Indesc2	2,6	5,1	2,5	4,4	0,0	4,6	0,0	0,0
INDEDUC	44,5	47,3	37,1	43,8	30,2	35,9	40,9	40,3
Ninf	100,0	100,0	97,5	100,0	100,0	96,0	100,0	95,5
Jorn	18,0	33,8	27,4	25,2	60,3	58,0	82,7	69,4
Cart	44,5	45,9	34,3	57,1	5,9	1,7	0,0	4,8
Prev	44,5	45,9	34,3	59,9	5,9	1,7	0,0	4,8
INDFORMAL	51,7	56,4	48,4	60,6	43,0	39,4	45,7	43,6
Npob	72,2	70,6	60,9	86,1	16,7	27,8	15,0	15,2
Rend (1)	432,26	408,95	404,83	647,23	160,69	196,26	130,37	149,12
Rendp	50,0	46,2	45,5	85,5	5,3	11,1	0,3	3,4
INDRENDA	61,1	58,4	53,2	85,8	11,0	19,5	7,6	9,3
Auxmor	32,7	52,7	53,8	62,4	16,5	19,2	9,6	11,3
Auxalim	36,7	39,4	37,1	42,1	43,7	45,2	27,7	38,8
Auxtrans	21,0	29,7	4,9	9,5	14,0	9,5	5,0	4,4
Auxeduc	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxsau	0,0	5,7	0,0	3,2	0,0	0,7	0,0	3,2
INDAUX	18,1	25,9	19,2	23,4	14,9	14,9	8,5	11,5
IQE	43,9	47,0	39,5	53,4	24,7	27,4	25,7	26,2

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos microdados da PNAD.

(1) Valores em Reais, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Tabela 3. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários, cultura do café, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Indalf	73,4	77,8	77,7	79,9	69,5	81,1	68,2	77,6
Indesc1	51,0	44,5	57,6	48,1	50,0	44,1	51,0	48,4
Indesc2	5,0	10,7	3,7	7,0	2,1	8,6	3,7	6,9
INDEDUC	43,2	44,3	46,3	45,0	40,5	44,6	41,0	44,3
Ninf	100,0	99,2	98,7	98,1	96,4	98,6	92,8	98,6
Jorn	41,7	51,3	46,1	46,9	43,7	54,8	75,3	68,5
Cart	54,3	63,2	43,5	46,0	14,3	32,6	3,8	12,7
Prev	54,3	63,2	45,8	46,9	14,5	32,6	3,8	12,7
INDFORMAL	62,6	69,2	58,5	59,5	42,2	54,6	43,9	48,1
Npob	50,5	53,3	46,5	43,2	29,7	34,2	12,5	22,6
Rend (1)	358,30	335,57	315,66	312,00	244,66	277,54	191,84	219,64
Rendp	37,9	34,1	30,8	30,2	19,1	24,5	10,4	15,0
INDRENDA	44,2	43,7	38,6	36,7	24,4	29,4	11,5	18,8
Auxmor	6,8	11,4	79,5	68,7	2,7	3,5	21,4	15,8
Auxalim	16,2	14,7	20,5	26,8	5,2	3,3	6,4	6,0
Auxtrans	34,0	38,1	6,9	2,3	38,4	49,7	8,0	17,0
Auxeduc	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Auxsau	4,0	7,1	3,1	3,7	1,1	0,6	1,0	0,0
INDAUX	12,2	14,3	22,0	20,3	9,5	11,4	7,6	7,8
IQE	40,5	42,9	41,4	40,4	29,2	35,0	26,0	29,7

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos microdados da PNAD.

(1) Valores em Reais, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Tabela 4. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários, cultura da cana-de-açúcar, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Indalf	74,1	75,4	45,9	50,4	70,6	76,0	55,8	61,2
Indesc1	49,8	40,5	31,8	33,6	48,1	46,6	43,3	36,3
Indesc2	6,6	11,3	2,8	5,5	2,9	5,4	2,0	3,6
INDEDUC	43,5	42,4	26,8	29,8	40,6	42,7	33,7	33,7
Ninf	99,2	100,0	98,6	99,6	98,4	98,8	95,1	99,2
Jorn	37,3	40,6	48,7	41,0	35,8	38,9	56,9	47,7
Cart	90,5	93,0	65,4	64,9	63,8	66,8	26,8	39,7
Prev	91,4	93,4	66,0	65,3	64,8	68,8	28,2	42,8
INDFORMAL	79,6	81,7	69,7	67,7	65,7	68,4	51,8	57,4
Npob	73,1	69,6	43,4	41,6	56,3	53,3	23,2	26,0
Rend (1)	433,72	452,12	293,78	330,17	357,79	394,25	226,97	274,34
Rendp	50,3	53,3	27,2	33,2	37,8	43,8	16,2	24,0
INDRENDA	61,7	61,5	35,3	37,4	47,0	48,6	19,7	25,0
Auxmor	3,3	4,8	58,7	56,8	4,8	1,0	20,8	28,1
Auxalim	12,3	26,6	2,8	10,2	9,6	7,1	6,3	8,2
Auxtrans	58,7	66,1	27,6	29,6	65,1	58,0	21,3	37,4
Auxeduc	0,5	2,2	1,0	0,9	0,4	0,0	0,0	0,0
Auxsau	13,5	18,8	2,6	8,3	8,0	10,6	5,7	0,9
INDAUX	17,6	23,7	18,5	21,1	17,6	15,3	10,8	14,9
IQE	50,6	52,3	37,6	39,0	42,7	43,7	29,0	32,7

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos microdados da PNAD.

(1) Valores em Reais, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Tabela 5. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários, cultura da mandioca, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Indalf	72,9	61,2	55,7	59,1	55,9	74,6	47,0	54,5
Indesc1	42,5	32,8	43,0	41,6	31,2	42,1	41,3	40,2
Indesc2	0,0	14,3	3,7	10,1	4,9	7,2	1,2	1,4
INDEDUC	38,5	36,1	34,1	36,9	30,7	41,3	29,9	32,0
Ninf	94,3	96,5	100,0	99,1	96,2	95,4	93,0	95,1
Jorn	44,8	69,6	44,8	65,5	49,2	70,7	71,5	75,3
Cart	0,0	2,1	21,8	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Prev	0,0	2,1	21,8	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0
INDFORMAL	34,8	42,5	47,1	45,5	36,3	41,5	41,1	42,6
Npob	45,8	25,6	20,6	11,8	13,8	16,8	3,9	3,4
Rend (1)	227,24	232,69	238,51	210,31	177,04	216,26	128,77	150,55
Rendp	16,2	17,1	18,1	13,4	8,0	14,4	0,0	3,6
INDRENDA	31,0	21,4	19,3	12,6	10,9	15,6	1,9	3,5
Auxmor	22,4	16,0	43,2	22,3	7,3	3,3	3,5	2,2
Auxalim	33,2	41,8	8,6	16,1	14,6	13,4	18,3	13,6
Auxtrans	23,2	12,4	4,4	0,0	12,9	16,1	1,4	0,0
Auxeduc	9,3	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxsau	9,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
INDAUX	19,5	14,0	11,2	8,2	7,0	6,6	4,6	3,2
IQE	30,9	28,5	28,0	25,8	21,2	26,2	19,4	20,3

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos microdados da PNAD.

(1) Valores em Reais, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Tabela 6. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários, cultura do milho, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Indalf	73,6	66,0	69,6	77,1	59,1	70,8	64,5	70,6
Indesc1	48,8	43,3	40,8	47,2	48,8	44,6	50,8	49,8
Indesc2	9,6	6,7	1,0	0,0	2,9	2,6	3,4	2,7
INDEDUC	44,0	38,6	37,1	41,4	36,9	39,3	39,6	41,0
Ninf	96,1	96,8	95,7	100,0	98,0	98,2	95,8	96,1
Jorn	39,2	42,6	29,8	46,1	48,1	55,1	57,8	72,7
Cart	31,3	30,5	24,5	20,7	3,4	5,9	0,9	0,4
Prev	32,5	33,1	24,5	23,0	5,0	6,6	1,2	0,4
INDFORMAL	49,8	50,8	43,6	47,4	38,6	41,5	38,9	42,4
Npob	42,9	43,2	30,0	26,1	18,6	27,6	8,9	3,7
Rend (1)	279,11	353,73	265,47	253,91	191,10	216,59	141,32	156,60
Rendp	24,8	37,1	22,5	20,6	10,3	14,5	2,1	4,6
INDREND	33,8	40,2	26,3	23,4	14,4	21,0	5,5	4,1
Auxmor	15,2	28,6	46,6	52,7	5,1	2,1	4,5	5,7
Auxalim	26,5	27,6	20,4	29,9	21,0	24,3	22,4	33,6
Auxtrans	26,5	28,1	2,0	2,7	9,7	9,5	0,4	0,3
Auxeduc	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxsau	2,2	4,8	2,7	2,2	1,6	0,0	0,3	0,0
INDAUX	14,1	18,8	14,3	17,5	7,5	7,2	5,5	7,9
IQE	35,4	37,1	30,3	32,4	24,4	27,2	22,4	23,9

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos microdados da PNAD.

(1) Valores em Reais, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Tabela 7. Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários, cultura da soja, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Indalf	74,7	92,6	87,0	88,2	78,3	79,0	50,1	81,4
Indesc1	45,8	44,5	48,4	39,6	51,7	36,0	33,1	26,6
Indesc2	5,0	15,1	8,8	15,2	4,9	10,0	0,0	21,9
INDEDUC	41,8	50,7	48,1	47,7	45,0	41,7	27,7	43,3
Ninf	97,7	97,1	99,0	100,0	100,0	98,2	100,0	98,1
Jorn	9,8	22,7	10,2	20,0	22,0	18,9	18,8	26,7
Cart	59,0	62,9	64,8	62,5	7,7	13,0	0,0	0,0
Prev	59,0	62,9	64,8	62,9	9,5	13,0	0,0	0,0
INDFORMAL	56,4	61,4	59,7	61,3	34,8	35,8	29,7	31,2
Npob	72,6	91,3	88,9	86,0	37,5	65,2	37,5	41,7
Rend (1)	519,75	735,19	564,34	581,77	420,50	364,79	228,73	275,88
Rendp	64,5	100,0	71,8	74,7	48,1	38,9	16,5	24,3
INDRENDA	68,5	95,6	80,4	80,3	42,8	52,1	27,0	33,0
Auxmor	30,9	26,4	82,8	78,0	19,0	23,8	27,7	23,0
Auxalim	58,9	47,2	35,6	45,3	25,8	48,1	58,2	33,2
Auxtrans	34,4	47,0	12,5	15,9	28,6	41,5	14,8	16,3
Auxeduc	0,0	0,0	1,9	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxsau	8,3	9,4	6,5	6,7	0,0	4,9	0,0	0,0
INDAUX	26,5	26,0	27,9	29,4	14,7	23,7	20,1	14,5
IQE	48,3	58,4	54,0	54,7	34,3	38,3	26,1	30,5

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos microdados da PNAD.

(1) Valores em Reais, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Indicadores sociais no Brasil: uma análise de sua evolução em período recente

Henrique Dantas Neder

INTRODUÇÃO

Neste artigo será realizada uma análise da evolução de alguns indicadores sociais em um período que transcorre a partir de 1992 até 2004, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O principal objetivo deste trabalho é o de desenvolver e testar metodologias referentes à obtenção de indicadores sociais e verificar algumas hipóteses relativas a sua evolução temporal. Parte-se do princípio que um indicador agregado espacialmente para todo território nacional tem muito pouco valor analítico e por essa razão devem ser obtidos valores desagregados para diversos grupos e categorias sociais, demográficas e regionais. Dá-se ênfase na pesquisa a um enfoque de inferência estatística dado que a base de dados tem caráter de amostragem e por isso sujeita a erros probabilísticos.

Na seção 2 será apresentada com detalhes a metodologia adotada, descrevendo o delineamento da amostra da PNAD e os procedimentos estatísticos e computacionais para a obtenção dos indicadores, assim como a avaliação de nível de erro. Este trabalho computacional foi bastante intensivo requerendo, diversos cuidados que na medida do possível são descritos nessa seção.

Na seção 3 são apresentados os resultados das estimativas e realizada uma análise interpretativa do comportamento temporal dos mesmos. Para a maioria das tabelas subdivide-se a análise em dois períodos – 1995-2002 e 2002-2004. Pretende-se com isto comparar a evolução do período que segue imediatamente a queda das taxas de inflação e que corresponde a profundas transformações estruturais na economia e sociedade brasileiras, com um outro mais curto período que corresponde ao governo atual.

METODOLOGIA

A maior parte dos trabalhos que utilizam dados das PNADs não levam em consideração o delineamento da amostra da mesma, realizando simplesmente estimativas de ponto e não considerando que a mesma é uma pesquisa por amostragem. Dessa forma, tratam os seus resultados como se fossem provenientes de uma população, sem qualquer cuidado com inferência estatística. Essa pesquisa anual do IBGE tem a importância de ser o maior levantamento anual de dados demográficos e econômicos das famílias, domicílios e pessoas referentes a toda população brasileira.

O delineamento de sua amostra segue um esquema misto, sendo uma amostra por conglomerados em múltiplas etapas. Para cada unidade da Federação subdivide-se sua área em diversos estratos que são agrupamentos de diversos municípios vizinhos. Nas regiões não-metropolitanas de cada unidade da Federação são selecionados com probabilidade proporcional ao seu tamanho (população no ultimo censo demográfico) dois municípios de cada estrato. Esses são chamados municípios não auto-representativos. Dentro de cada um desses municípios são selecionados diversos setores censitários, sendo que essa seleção é também realizada com probabilidade proporcional ao tamanho (ppt), ou seja, os setores são selecionados com probabilidade proporcional ao número de domicílios de cada setor do ultimo censo.

Finalmente nesses setores selecionados é realizada uma amostra sistemática de domicílios. Dessa forma, para os municípios não auto-representativos a amostra é realizada em três etapas, sendo a primeira etapa de seleção a escolha aleatória do município e este é chamado de unidade primária de amostragem (em inglês, *primary sample unit – psu*).

Nas Regiões Metropolitanas de cada unidade da Federação todos os municípios entram na amostra e a unidade primária de amostragem nesse caso é o setor censitário. Fora das Regiões Metropolitanas também são selecionados alguns municípios grandes (geralmente cidades de porte médio) com probabilidade 100 % e também nesse caso a unidade primária de amostragem é o setor censitário.

Esse tipo de amostragem eleva substancialmente os erros estatísticos em relação aos correspondentes a uma amostra aleatória simples, já que em cada unidade da federação as unidades domiciliares ficam concentradas em um conjunto mais restrito de áreas, reduzindo, no entanto consideravelmente os custos operacionais de levantamento.

Neste trabalho todas as estimativas de indicadores levaram em consideração essas características do delineamento da amostra, utilizando-se para isto, acopladas aos micro-dados das PNADs, duas variáveis que definem o desenho da amostra: o estrato a que pertence o domicílio levantado e a unidade primária de amostragem do mesmo¹. Com isto foi possível, através do programa estatístico Stata, utilizar um conjunto de procedimentos e rotinas que permitem a estimativa de indicadores, obtendo-se simultaneamente o valor de sua variância e erro padrão. Isto permitiu avaliar o grau de precisão das mesmas estimativas para diversos cortes das amostras.

No trabalho são obtidos os seguintes indicadores: taxa de desocupação, taxas de analfabetismo, número médio de anos de estudo, rendimento médio do trabalho principal, rendimento familiar per capita e índice de Gini para diversos cortes populacionais. Os indicadores gerais (com exceção do índice de Gini e as rendas medias) foram estimados para os anos de 1992, 2002 e 2004. Para os períodos 1992-2002 e 2002-2004 foram realizados testes de hipótese para verificar a significância estatística das variações desses indicadores.

Utilizou-se um método denominado “linearização de Taylor” para a obtenção das variâncias e erros padrão dos estimadores de diferenças, sendo esse método adotado para as taxas de desocupação, taxas de analfabetismo, número médio de anos de estudo, rendimento médio do trabalho principal e rendimento familiar per capita. O Stata possui um conjunto de comandos (denominados comandos *svy*) para a obtenção das estimativas: o comando *svyratio* para o cálculo das taxas de desocupação e taxas de analfabetismo, na medida em que essas são conceitualmente razões e o comando *svymean* para a estimativa das rendas médias.

No desenvolvimento das estimativas deparou-se com algumas dificuldades, entre elas a existência de estratos com *psu* único. Os métodos de estimativa adotados têm a restrição de que os estratos tenham no mínimo dois *psus*. Para os anos 1995, 2002 e 2004² construíram-se uma rotina para identificar os estratos e agregá-los aos estratos de maior número de observações em cada unidade da federação, diluindo assim uma possível

¹ Em futuros trabalhos pretende-se utilizar fatores de correção de população finita para a primeira etapa de seleção (*psus*) assim como procedimentos de pós-estratificação da amostra. Os primeiros são necessários para obter estimativas mais precisas para as variâncias dos estimadores e os segundos para eliminar eventuais vieses.

² Para o ano de 1992 não foi encontrado estrato com *psu* único para nenhuma das estimativas.

fonte de viés. O surgimento dos estratos com *psu* único originava-se geralmente da criação por parte do IBGE de novos estratos referentes a novas unidades domiciliares com a sua atividade anual de recadastramento. Felizmente, o número dos domicílios localizados em estratos com *psu* único não é muito elevado nesses três anos.

Para algumas estimativas trabalhou-se com o corte populacional, área censitária que se refere aos três conjuntos de municípios: Região Metropolitana, municípios auto-representativos e municípios não auto-representativos. Em alguns casos, como na estimativa dos índices de Gini e renda média do trabalho principal, foram detectados *psu* único para alguns destes cortes. Proce-deu-se da mesma forma relatada anteriormente, criando-se arquivos especiais para cada um dos grupos de municípios e agregando-se por unidade da Federação os estratos de *psu* único aos estratos com maior número de observações.

Para a estimativa do índice de Gini o método de “linearização de Taylor” não pôde ser utilizado, dado que o indicador não possui o formato matemático de uma média ou relação. Utilizou-se um procedimento conhecido na literatura estatística por *bootstrapping*. Essa técnica baseia-se em uma amostragem repetida com reposição feita a partir da própria amostra em questão, obtendo-se a partir daí estimativas do erro padrão do estimador. Para cada estimativa realizaram-se 200 replicações. Por exemplo, para a amostra de pessoas da PNAD de 2004, com 399 mil pessoas, foram selecionadas a partir dessa amostra, 200 amostras com reposição com o mesmo tamanho³, e para cada uma das replicações o software obteve uma estimativa, construindo dessa forma uma função de distribuição de probabilidade empírica do estimador (no caso o índice de Gini).

³ A técnica *bootstrapping* tal como foi aplicada através do Stata é muito intensiva em cálculo e gastou diversas horas de computação para as estimativas em cada ano da série estudada. O autor disponibiliza aos interessados as diversas rotinas do Stata que foram elaboradas tanto para a aplicação da técnica como nas demais estimativas.

⁴ Esse comando realiza o teste de diferença de razões (no caso das taxas de desocupação e taxas de analfabetismo) e o teste de diferença de médias no caso das estimativas do rendimento médio do trabalho e da renda familiar per capita. O teste de diferença é realizado em seguida a cada estimativa de par de anos referente a um período. No teste de diferenças são apresentados (nas tabelas do texto) os valores p que são os menores níveis de significância para os quais podemos rejeitar a hipótese nula de não variação do indicador no período. Caso o valor p seja menor do que 0,05 podemos rejeitar a hipótese nula e admitir que ocorreu uma variação significativa ao nível de 5%.

Para cada par de estimativas em cada período de análise foi realizado um teste através do comando `lincom`⁴ do Stata (após o comando `bootstrap`) para verificar a ocorrência de variações significativas no indicador. O índice de Gini foi calculado com base na renda familiar per capita sendo a renda da família considerada sem agregados e pensionistas. A taxa de desocupação é considerada no trabalho como a relação do número de desocupados – pessoas pertencentes à População Economicamente Ativa, e a taxa de analfabetismo é a razão entre analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos, e a população com idade igual ou superior a 15 anos.

Box 1 – Testes de hipóteses de diferença para os indicadores

Todos os resultados dos testes apresentados nas tabelas deste trabalho são definidos em termos de uma hipótese nula (H_0) e uma hipótese alternativa (H_A) definidas da seguinte forma:

$$H_0: \text{Indicador}_{\text{período inicial}} - \text{Indicador}_{\text{período final}} = 0$$

$$H_A: \text{Indicador}_{\text{período inicial}} - \text{Indicador}_{\text{período final}} \neq 0$$

Por exemplo, para o caso do Índice de Gini e para o período 1995-2002:

$$H_0: \text{Gini}_{1995} - \text{Gini}_{2002} = 0$$

$$H_A: \text{Gini}_{1995} - \text{Gini}_{2002} \neq 0$$

Se a diferença $\text{Gini}_{1995} - \text{Gini}_{2002}$ for positiva e significativa, conclui-se que ocorre queda do índice de Gini.

Para que a diferença seja significativa é necessário que o nível de significância exato do teste ($p > |z|$) seja baixo, particularmente menor do que 0,05. Caso este valor seja muito elevado, a diferença não é significativa. O valor $p > |z|$ define o menor nível de significância para o qual podemos rejeitar a hipótese nula de não ocorrência de diferença entre os valores dos indicadores. O nível de significância do teste é a probabilidade de ocorrência de um erro do tipo I (rejeitar a hipótese nula quando ela é de fato verdadeira). Assim por exemplo se o valor da coluna $p > |z|$ for igual a 0,0321, podemos considerar que ocorreu variação significativa dos indicadores mas existe uma chance de 3,21 % de que ela de não tenha ocorrido de fato. Como essa chance é bastante reduzida temos razoável confiança para afirmar que houve uma variação do indicador na população.

Figura 1. Delineamento da amostra da PNAD – amostragem por conglomerados em múltiplos estágios e com delineamento misto

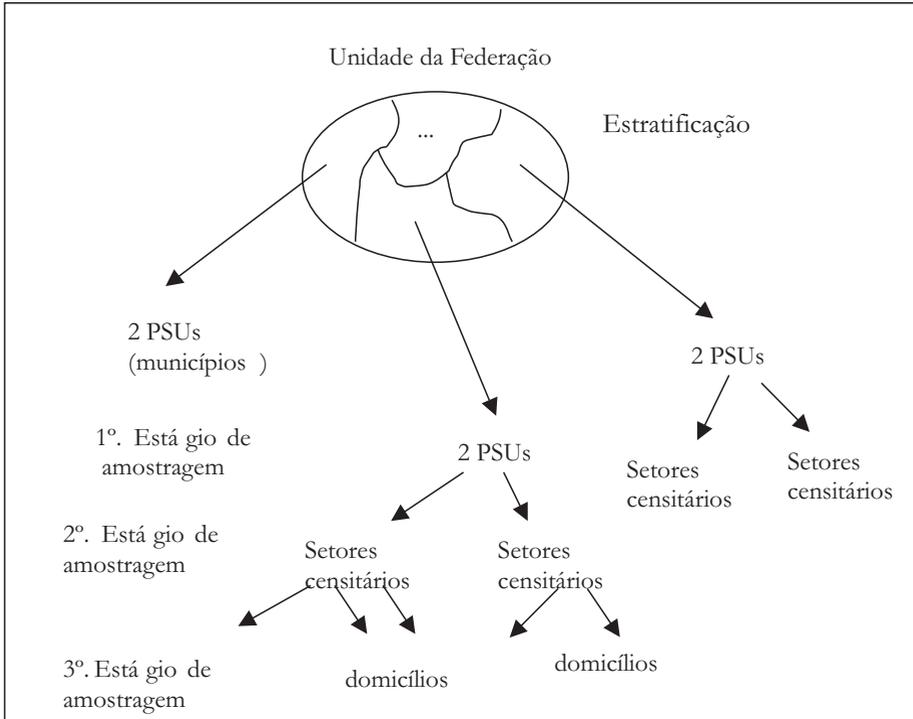
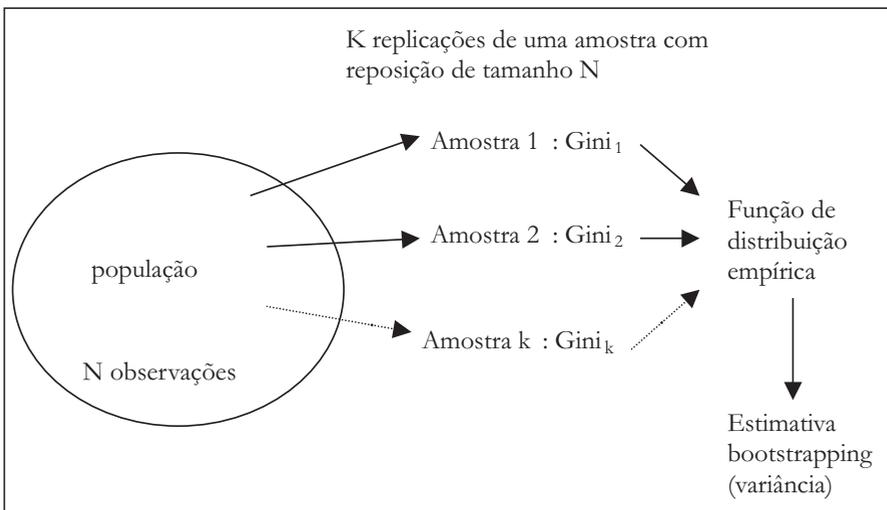


Figura 2. *Bootstrapping*: técnica não paramétrica para estimativa de indicadores com expressões matemáticas complexas como no caso dos índices de Gini e Theil



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas Tabelas 1, 2 e 3 são apresentados os valores das estimativas dos índices de Gini para os períodos 1995-2004, 1995-2002 e 2002-2004, respectivamente. Nas tabelas são mostradas as estimativas para esse índice para o ano inicial do período, em seguida para o ano final do período e, posteriormente, para a diferença entre os índices de Gini correspondentes ao início e ao fim do período. Dessa forma uma diferença positiva significativa representa uma queda na concentração de renda. O nível de significância exato do teste é dado pela coluna intitulada $p > |z|$. Se este valor for menor do que 0,05, pode-se considerar que a variação é significativa ao nível de 5% de significância. Pela Tabela 1 verifica-se que com exceção das Regiões Metropolitanas, municípios auto-representativos e Região Centro-Oeste, ocorreu uma queda significativa do valor do índice de Gini no período 1995-2004. Pode-se concluir então que o fenômeno de desconcentração de renda esteve basicamente limitado aos municípios de pequeno porte (que correspondem ao corte de amostragem – municípios não auto-representativos), que sem dúvida correspondem a grande maioria dos municípios brasileiros.

Pela Tabela 2 observa-se um movimento semelhante no subperíodo 1995-2002 ao ocorrido no período mais extenso de 1995-2004. Agora, no entanto deve-se acrescentar as Regiões Sudeste e Nordeste como de comportamento estável para o índice de Gini. Nessas regiões e na Região Sul, assim como nas áreas metropolitanas e municípios auto-representativos, não se observa queda significativa do índice de Gini no período 1995-2002. Já pela Tabela 3 constata-se um declínio significativo para o índice de Gini no período 2002-2004, considerando-se todos os cortes de amostragem (toda a amostra, Regiões Metropolitanas, municípios auto-representativos, municípios não auto-representativos e todas as regiões, excetuando-se apenas a Região Sul).

O Gráfico 1 ilustra esses movimentos. Nesse gráfico (como nos demais) as alturas das barras representam os valores das estimativas de ponto para o indicador e para cada barra destaca-se um segmento que representa o intervalo de confiança de 95% de probabilidade para as estimativas. No Gráfico 1, para o período 1995-2004, apenas os segmentos correspondentes às Regiões Metropolitanas e municípios auto-representativos contêm o valor nulo para a variação do índice de Gini, o

Tabela 1. Testes de hipóteses para diferença do índice de Gini (renda familiar per capita) – período 1995-2004

Período	Subpopulação	Estimativa	Erro padrão Bootstrap	z	p > z	Lim. Inf. 95%	Lim. Sup. 95%
GINI 1995	Toda a amostra	0,6063	0,0029	209,86	0,000	0,6006	0,6119
GINI 2004	Toda a amostra	0,5768	0,0028	206,77	0,000	0,5713	0,5822
GINI 1995 - GINI 2004	Toda a amostra	0,0295	0,0041	7,27	0,000	0,0216	0,0375
GINI 1995	Reg. Metrop.	0,5845	0,0047	125,68	0,000	0,5754	0,5936
GINI 2004	Reg. Metrop.	0,5787	0,0043	133,53	0,000	0,5702	0,5872
GINI 1995 - GINI 2004	Reg. Metrop.	0,0058	0,0065	0,89	0,372	-0,0069	0,0184
GINI 1995	Mun. Auto rep.	0,5763	0,0054	107,07	0,000	0,5657	0,5868
GINI 2004	Mun. Auto rep.	0,5640	0,0053	106,80	0,000	0,5536	0,5743
GINI 1995 - GINI 2004	Mun. Auto rep.	0,0123	0,0077	1,60	0,109	-0,0028	0,0274
GINI 1995	Mun. N. Auto rep.	0,5753	0,0034	168,95	0,000	0,5687	0,5820
GINI 2004	Mun. N. Auto rep.	0,5439	0,0028	191,60	0,000	0,5384	0,5495
GINI 1995 - GINI 2004	Mun. N. Auto rep.	0,0314	0,0045	7,04	0,000	0,0226	0,0401
GINI 1995	Região NO	0,5914	0,0086	68,41	0,000	0,5745	0,6084
GINI 2004		0,5474	0,0061	90,30	0,000	0,5355	0,5593
GINI 1995 - GINI 2004		0,0440	0,0104	4,25	0,000	0,0237	0,0644
GINI 1995	Região NE	0,6152	0,0056	109,39	0,000	0,6042	0,6262
GINI 2004		0,5951	0,0068	87,86	0,000	0,5818	0,6084
GINI 1995 - GINI 2004		0,0201	0,0089	2,25	0,025	0,0026	0,0376
GINI 1995	Região SE	0,5725	0,0047	122,22	0,000	0,5633	0,5816
GINI 2004		0,5462	0,0040	137,54	0,000	0,5384	0,5540
GINI 1995 - GINI 2004		0,0263	0,0062	4,26	0,000	0,0142	0,0384
GINI 1995	Região SU	0,5691	0,0053	108,33	0,000	0,5588	0,5794
GINI 2004		0,5252	0,0057	92,45	0,000	0,5141	0,5363
GINI 1995 - GINI 2004		0,0439	0,0075	5,85	0,000	0,0292	0,0586
GINI 1995	Região CO	0,5906	0,0078	75,56	0,000	0,5753	0,6059
GINI 2004		0,5779	0,0080	72,14	0,000	0,5622	0,5936
GINI 1995 - GINI 2004		0,0127	0,0114	1,11	0,269	-0,0098	0,0351

que está em concordância com os p-valores (níveis de significância exatos) para as estimativas na Tabela 1 e que atestam a não significância estatística para a variação correspondente a estes cortes de amostragem. No mesmo Gráfico 1 observa-se que o comportamento de queda não significativa do índice de Gini para as áreas metropolitanas e municípios de médio-porte é também característica do período 1995-2002. Dessa forma podemos concluir que é nesse último período que se perfaz o padrão exclusivo de desconcentração de renda nos municípios menores.

Tabela 2. Testes de hipóteses para diferença do índice de Gini (renda familiar per capita) – período 1995-2002

Período	Subpopulação	Estimativa	Erro padrão BOOTSTRAP	z	p > z	LINF 95 %	LSUP 95 %
GINI 1995	Toda a amostra	0,6067	0,0029	211,92	0,000	0,6011	0,6123
GINI 2002	Toda a amostra	0,5950	0,0028	209,50	0,000	0,5895	0,6006
GINI 1995 - GINI 2002	Toda a amostra	0,0117	0,0041	2,86	0,004	0,0037	0,0197
GINI 1995	Reg. Metrop.	0,5845	0,0048	120,65	0,000	0,5750	0,5940
GINI 2002	Reg. Metrop.	0,5920	0,0057	104,14	0,000	0,5808	0,6031
GINI 1995 - GINI 2002	Reg. Metrop.	-0,0075	0,0076	-0,99	0,324	-0,0224	0,0074
GINI 1995	Mun. Auto rep.	0,5765	0,0052	110,69	0,000	0,5663	0,5867
GINI 2002	Mun. Auto rep.	0,5791	0,0049	117,36	0,000	0,5694	0,5887
GINI 1995 - GINI 2004	Mun. Auto rep.	-0,0026	0,0075	-0,34	0,733	-0,0173	0,0121
GINI 1995	Mun. N. Auto rep.	0,5762	0,0034	170,57	0,000	0,5696	0,5828
GINI 2002	Mun. N. Auto rep.	0,5574	0,0025	222,24	0,000	0,5525	0,5623
GINI 1995 - GINI 2002	Mun. N. Auto rep.	0,0188	0,0040	4,68	0,000	0,0110	0,0267
GINI 1995	Região NO	0,6001	0,0079	76,26	0,000	0,5847	0,6155
GINI 2002		0,5802	0,0069	83,61	0,000	0,5666	0,5938
GINI 1995 - GINI 2002		0,0199	0,0107	1,86	0,063	-0,0011	0,0409
GINI 1995	Região NE	0,6152	0,0054	113,87	0,000	0,6046	0,6258
GINI 2002		0,6066	0,0059	103,08	0,000	0,5950	0,6181
GINI 1995 - GINI 2002		0,0086	0,0081	1,06	0,288	-0,0073	0,0245
GINI 1995	Região SE	0,5725	0,0047	120,65	0,000	0,5632	0,5818
GINI 2002		0,5671	0,0048	117,60	0,000	0,5576	0,5765
GINI 1995 - GINI 2002		0,0054	0,0070	0,77	0,442	-0,0084	0,0192
GINI 1995	Região SU	0,5691	0,0051	112,48	0,000	0,5592	0,5790
GINI 2002		0,5331	0,0049	109,58	0,000	0,5236	0,5427
GINI 1995 - GINI 2002		0,0359	0,0072	5,01	0,000	0,0219	0,0500
GINI 1995	Região CO	0,5906	0,0071	83,72	0,000	0,5768	0,6044
GINI 2002		0,5997	0,0063	95,76	0,000	0,5874	0,6120
GINI 1995 - GINI 2002		-0,0091	0,0096	-0,95	0,344	-0,0280	0,0098

Também se verifica que para o período 2002-2004 todos os intervalos de confiança para a variação do índice de Gini não abrangem o valor zero, do que se conclui que para todos os estratos nesse período ocorreu queda significativa para esse indicador. Pelo Gráfico 1 e Tabelas 1 a 3 pode-se sintetizar que ocorre maior redução da concentração de renda no período 2002-2004 do que no período 1995-2002 (apesar do maior comprimento temporal deste último). Para uma queda pontual no período 1995-2004 de 0,0295 podemos decompô-la em 0,0114 ocorrendo no primeiro período e 0,0181 no segundo (portanto com maior velocidade de queda no último), ambos os valores para conjunto

Tabela 3. Testes de hipóteses para diferença do índice de Gini (renda familiar per capita) – período 2002-2004

Período	Subpopulacao	Estimativa	Erro padrão BOOTSTRAP	Z	P > z	LINF 95 %	LSUP 95 %
GINI 2002	Toda a amostra	0,5949	0,0029	202,22	0,000	0,5891	0,6006
GINI 2004	Toda a amostra	0,5768	0,0027	215,34	0,000	0,5715	0,5820
GINI 2002 - GINI 2004	Toda a amostra	0,0181	0,0033	5,57	0,000	0,0117	0,0245
GINI 2002	Reg. Metrop.	0,5920	0,0050	118,05	0,000	0,5822	0,6018
GINI 2004	Reg. Metrop.	0,5787	0,0042	139,08	0,000	0,5705	0,5868
GINI 2002 - GINI 2004	Reg. Metrop.	0,0133	0,0050	2,67	0,008	0,0035	0,0231
GINI 2002	Mun. Auto rep.	0,5790	0,0052	111,77	0,000	0,5689	0,5892
GINI 2004	Mun. Auto rep.	0,5640	0,0053	106,42	0,000	0,5536	0,5744
GINI 2002 - GINI 2004	Mun. Auto rep.	0,0151	0,0044	3,42	0,001	0,0064	0,0237
GINI 2002	Mun. N. Auto rep.	0,5573	0,0033	171,18	0,000	0,5509	0,5637
GINI 2004	Mun. N. Auto rep.	0,5439	0,0033	163,05	0,000	0,5374	0,5505
GINI 2002 - GINI 2004	Mun. N. Auto rep.	0,0134	0,0046	2,88	0,004	0,0043	0,0224
GINI 2002	Região NO	0,5797	0,0065	89,72	0,000	0,5671	0,5924
GINI 2004		0,5474	0,0064	85,01	0,000	0,5348	0,5600
GINI 2002 - GINI 2004		0,0323	0,0087	3,74	0,000	0,0154	0,0493
GINI 2002	Região NE	0,6066	0,0065	93,30	0,000	0,5938	0,6193
GINI 2004		0,5951	0,0067	88,82	0,000	0,5820	0,6082
GINI 2002 - GINI 2004		0,0115	0,0048	2,40	0,016	0,0021	0,0209
GINI 2002	Região SE	0,5671	0,0051	110,49	0,000	0,5570	0,5771
GINI 2004		0,5462	0,0041	132,53	0,000	0,5381	0,5543
GINI 2002 - GINI 2004		0,0209	0,0049	4,24	0,000	0,0112	0,0305
GINI 2002	Região SU	0,5331	0,0047	114,56	0,000	0,5240	0,5423
GINI 2004		0,5252	0,0055	95,28	0,000	0,5144	0,5360
GINI 2002 - GINI 2004		0,0079	0,0057	1,40	0,162	-0,0032	0,0191
GINI 2002	REGIAO CO	0,5997	0,0066	90,38	0,000	0,5867	0,6127
GINI 2004		0,5779	0,0086	66,89	0,000	0,5610	0,5949
GINI 2002 - GINI 2004		0,0218	0,0070	3,12	0,002	0,0081	0,0355

das amostras. Portanto, verificamos que o padrão de desconcentração de renda para o período 2002-2004 foi bem mais generalizado e abrangente que no período 1995-2002, tanto em termos de grandes regiões como em termos de cortes de amostragem referentes a áreas censitárias.

O Gráfico 2 mostra as variações do índice de Gini decompostas por grandes regiões. Destaca-se que para o período 1995-2002, a única grande região em que ocorre queda significativa para o indicador é a Sul, já que para todas as demais os intervalos de confiança contêm o valor zero. Em contraste, no período 2002-2004, a única grande região que apresenta queda não significativa no índice de Gini é a mesma Região

Sul, sendo que todas as demais grandes regiões mostram queda significativa para o indicador nesse período.

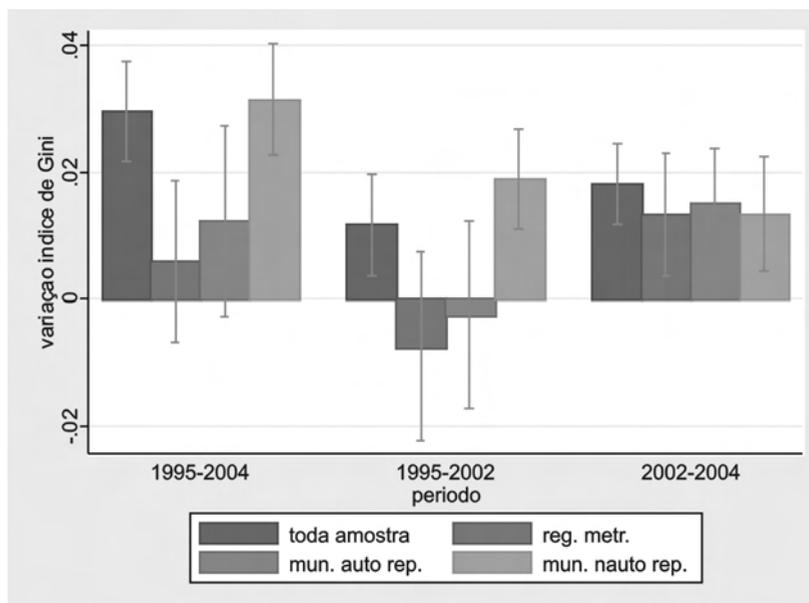


Gráfico 1. Variação do índice de Gini (renda familiar per capita) por área censitária e situação censitária

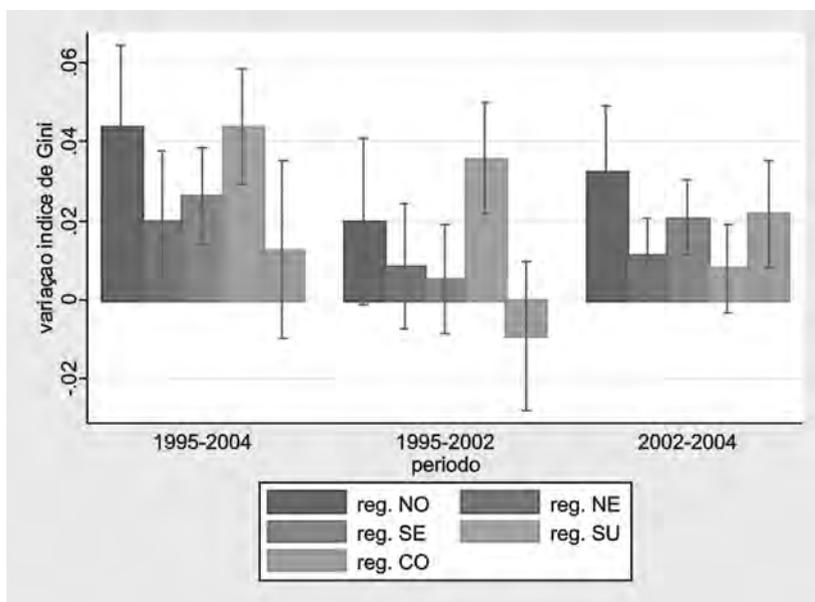


Gráfico 2. Variação do índice de Gini (renda familiar per capita) por grande região

A Tabela 4 mostra os resultados dos testes de hipótese de diferenças para os índices de Gini e Theil para as áreas rurais e considerando-se os três períodos mencionados. Para o período 1995-2002, observa-se uma variação positiva (decréscimo dos índices) e significativa para toda a amostra tanto para o índice de Gini como para o índice de Theil. Desdobrando-se para o nível de grandes regiões, verifica-se que nesse período nas grandes Regiões Norte, Nordeste, Sudeste (excetuando-se para o índice de Theil) e Sul ocorre desconcentração significativa nas áreas rurais. Na Região Centro Oeste as variações nos indicadores não são significativas. Considerando-se agora o período 2002-2004 para o conjunto da amostra, não se verifica uma variação significativa nos índices de concentração de renda para as áreas rurais. Destaca-se um movimento de concentração significativa para a grande Região Norte do país (que no caso refere-se apenas a má comparação referente ao Estado do Tocantins, dado que em períodos anteriores a 2004 não houve levantamento das demais áreas rurais da grande região). Este fato pode ter sido causado pela elevação da produção de soja no Estado.

Na Tabela 5 são apresentadas os resultados dos testes de hipótese para as diferenças dos índices de Gini e Theil para as áreas urbanas. Observa-se, nesse caso, que em comparação com o que ocorreu com as áreas rurais, visualiza-se um padrão oposto: agora no período 2002-2004 é nas áreas urbanas que se detecta uma desconcentração de renda significativa, sendo que esse movimento ocorre também nas Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. Esses movimentos também podem ser visualizados nos Gráficos 3, 4 e 5. No Gráfico 3 observa-se uma elevada desconcentração de renda em áreas rurais na grande Região Norte (Estado do Tocantins) para o período 1995-2002. No período 2002-2004 essa é a única grande região que apresenta (como já foi evidenciado pelo exame da Tabela 4) concentração de renda rural. De acordo com o Gráfico 5, corrobora-se a conclusão obtida por meio do confronto dos resultados das Tabelas 4 e 5: o movimento de desconcentração de renda no período 2002-2004 é nitidamente urbano, excetuando-se a grande Região Sul do país.

Na Tabela 6 e nos Gráficos 6 e 7 são mostrados os valores do índice de Gini referentes ao rendimento do trabalho principal (correspondente à população ocupada). Observa-se que o índice de Gini cai para toda a amostra de um valor de 0,6430 para o ano de 1995, para 0,6081 em 1992 e 0,5912 em 2004. Corresponde a uma queda média anual no período 1995-2002 de 0,0050 e no período 2002-2004 de 0,0084 (portanto em um ritmo mais veloz no último período). Podemos comparar a queda do índice de Gini do

Tabela 4. Testes de hipóteses para diferença do índice de Gini (renda familiar per capita) – áreas rurais - período 2002-2004

Subamostra	Período	Indicador	Estimativa	Erro padrão	P> t	Sig. ⁽¹⁾
toda a amostra - rural	1995 2004	Gini	0,0295	0,0068	0,0000	**
toda a amostra - rural	1995 2004	Theil	0,0927	0,0275	0,0008	**
região 1 - rural	1995 2004	Gini	0,2104	0,0446	0,0000	**
região 1 - rural	1995 2004	Theil	1,0143	0,2775	0,0003	**
região 2 - rural	1995 2004	Gini	0,0624	0,0163	0,0001	**
região 2 - rural	1995 2004	Theil	0,1905	0,0646	0,0032	**
região 3 - rural	1995 2004	Gini	0,0270	0,0123	0,0279	*
região 3 - rural	1995 2004	Theil	0,0059	0,0429	0,8899	
região 4 - rural	1995 2004	Gini	0,0385	0,0154	0,0126	*
região 4 - rural	1995 2004	Theil	0,1196	0,0632	0,0586	
região 5 - rural	1995 2004	Gini	0,0508	0,0261	0,0512	
região 5 - rural	1995 2004	Theil	0,1648	0,0895	0,0654	
toda a amostra - rural	1995 2002	Gini	0,0319	0,0077	0,0000	**
toda a amostra - rural	1995 2002	Theil	0,1087	0,0280	0,0001	**
região 1 - rural	1995 2002	Gini	0,3069	0,0424	0,0000	**
região 1 - rural	1995 2002	Theil	1,2069	0,2881	0,0000	**
região 2 - rural	1995 2002	Gini	0,0627	0,0155	0,0001	**
região 2 - rural	1995 2002	Theil	0,2166	0,0591	0,0002	**
região 3 - rural	1995 2002	Gini	0,0266	0,0135	0,0489	*
região 3 - rural	1995 2002	Theil	0,0267	0,0438	0,5421	
região 4 - rural	1995 2002	Gini	0,0330	0,0148	0,0254	*
região 4 - rural	1995 2002	Theil	0,1011	0,0556	0,0691	
região 5 - rural	1995 2002	Gini	0,0273	0,0265	0,3019	
região 5 - rural	1995 2002	Theil	0,1236	0,0849	0,1457	
toda a amostra - rural	2002 2004	Gini	-0,0024	0,0059	0,6876	
toda a amostra - rural	2002 2004	Theil	-0,0160	0,0210	0,4444	
região 1 - rural	2002 2004	Gini	-0,0965	0,0239	0,0001	**
região 1 - rural	2002 2004	Theil	-0,1926	0,0603	0,0014	**
região 2 - rural	2002 2004	Gini	-0,0004	0,0090	0,9666	
região 2 - rural	2002 2004	Theil	-0,0262	0,0346	0,4502	
região 3 - rural	2002 2004	Gini	0,0004	0,0138	0,9758	
região 3 - rural	2002 2004	Theil	-0,0208	0,0511	0,6841	
região 4 - rural	2002 2004	Gini	0,0055	0,0125	0,6592	
região 4 - rural	2002 2004	Theil	0,0185	0,0332	0,5768	
região 5 - rural	2002 2004	Gini	0,0235	0,0176	0,1818	
região 5 - rural	2002 2004	Theil	0,0413	0,0548	0,4512	

⁽¹⁾ O nível de significância do teste é assinalado de forma resumida da seguinte forma: (***) diferença significativa ao nível de 1% (*) diferença significativa ao nível de 5%.

Tabela 5. Testes de hipóteses para diferença do índice de Gini (renda familiar per capita) – áreas urbanas - período 2002-2004

Subamostra	Período	Indicador	Estimativa	Erro padrão	P> t	Sig. ⁽¹⁾
toda a amostra - urbano	1995 2004	Gini	0,0195	0,0044	0,0000	**
toda a amostra - urbano	1995 2004	Theil	0,0446	0,0163	0,0063	**
região 1 - urbano	1995 2004	Gini	0,0440	0,0102	0,0000	**
região 1 - urbano	1995 2004	Theil	0,1117	0,0361	0,0020	**
região 2 - urbano	1995 2004	Gini	0,0099	0,0084	0,2384	
região 2 - urbano	1995 2004	Theil	0,0344	0,0285	0,2286	
região 3 - urbano	1995 2004	Gini	0,0197	0,0065	0,0025	**
região 3 - urbano	1995 2004	Theil	0,0468	0,0224	0,0365	*
região 4 - urbano	1995 2004	Gini	0,0324	0,0083	0,0001	**
região 4 - urbano	1995 2004	Theil	0,0609	0,0298	0,0409	*
região 5 - urbano	1995 2004	Gini	0,0025	0,0125	0,8434	
região 5 - urbano	1995 2004	Theil	-0,0292	0,0430	0,4975	
toda a amostra - urbano	1995 2002	Gini	0,0031	0,0044	0,4880	
toda a amostra - urbano	1995 2002	Theil	0,0018	0,0188	0,9228	
região 1 - urbano	1995 2002	Gini	0,0117	0,0111	0,2924	
região 1 - urbano	1995 2002	Theil	0,0259	0,0370	0,4829	
região 2 - urbano	1995 2002	Gini	0,0002	0,0089	0,9828	
região 2 - urbano	1995 2002	Theil	-0,0016	0,0307	0,9576	
região 3 - urbano	1995 2002	Gini	0,0003	0,0072	0,9614	
região 3 - urbano	1995 2002	Theil	-0,0071	0,0298	0,8116	
região 4 - urbano	1995 2002	Gini	0,0277	0,0078	0,0004	**
região 4 - urbano	1995 2002	Theil	0,0689	0,0220	0,0017	**
região 5 - urbano	1995 2002	Gini	-0,0184	0,0097	0,0588	
região 5 - urbano	1995 2002	Theil	-0,0611	0,0314	0,0518	
toda a amostra - urbano	2002 2004	Gini	0,0164	0,0030	0,0000	**
toda a amostra - urbano	2002 2004	Theil	0,0427	0,0155	0,0059	**
região 1 - urbano	2002 2004	Gini	0,0323	0,0085	0,0001	**
região 1 - urbano	2002 2004	Theil	0,0858	0,0291	0,0032	**
região 2 - urbano	2002 2004	Gini	0,0097	0,0053	0,0647	
região 2 - urbano	2002 2004	Theil	0,0360	0,0207	0,0827	
região 3 - urbano	2002 2004	Gini	0,0194	0,0046	0,0000	**
região 3 - urbano	2002 2004	Theil	0,0539	0,0254	0,0340	*
região 4 - urbano	2002 2004	Gini	0,0047	0,0062	0,4538	
região 4 - urbano	2002 2004	Theil	-0,0080	0,0232	0,7315	
região 5 - urbano	2002 2004	Gini	0,0209	0,0080	0,0096	**
região 5 - urbano	2002 2004	Theil	0,0319	0,0369	0,3876	

⁽¹⁾ O nível de significância do teste é assinalado de forma resumida da seguinte forma: (**) diferença significativa ao nível de 1% (*) diferença significativa ao nível de 5%.

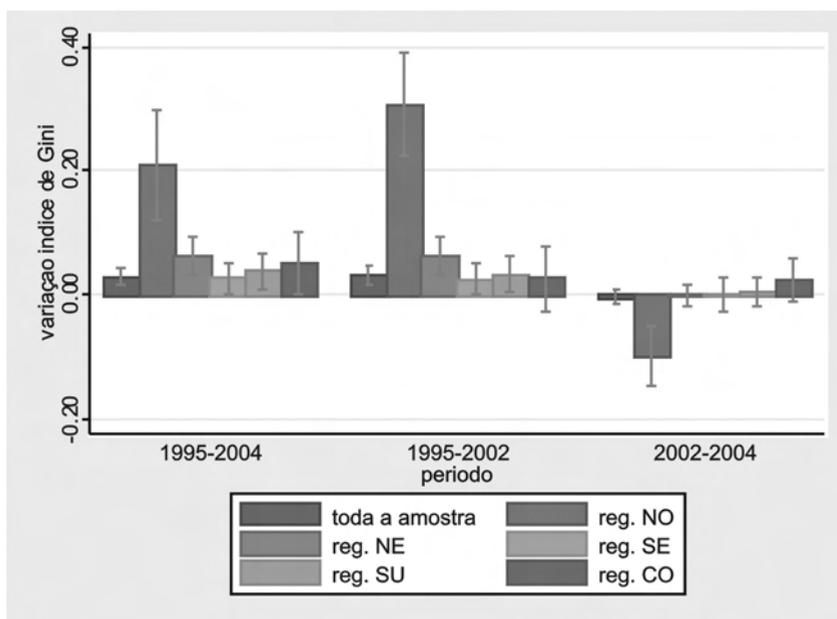


Gráfico 3. Variação do índice de Gini (renda familiar per capita) por grande região – áreas rurais

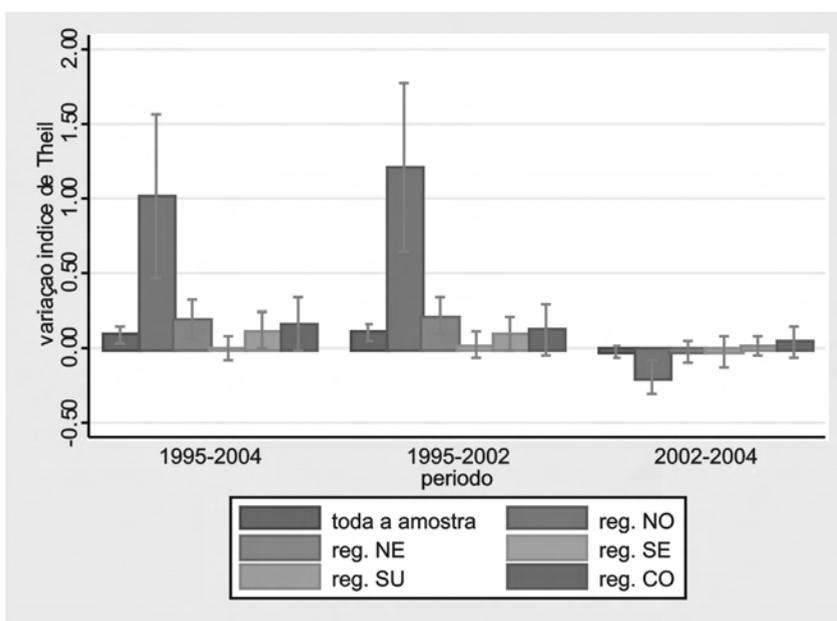


Gráfico 4. Variação do índice de Theil (renda familiar per capita) por grande região – áreas rurais

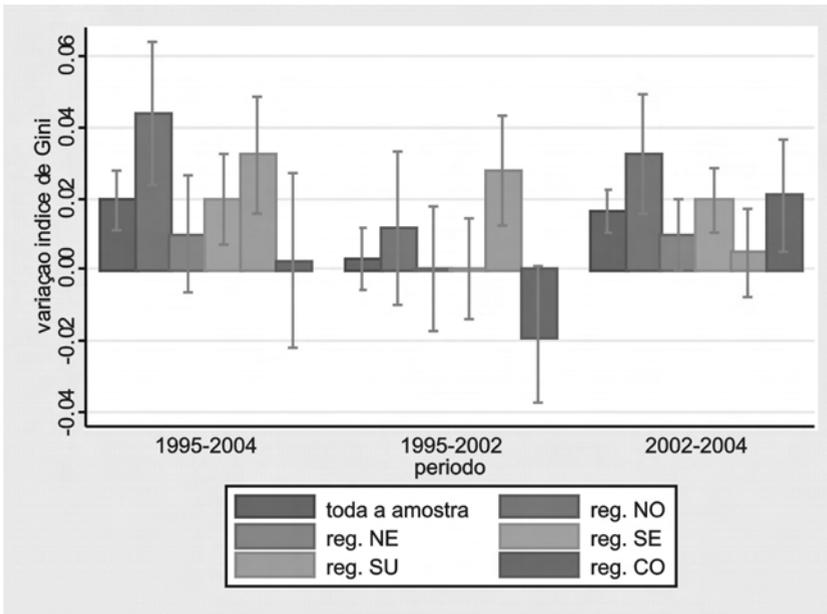


Gráfico 5. Variação do índice de Gini (renda familiar per capita) por grande região – áreas urbanas

rendimento do trabalho principal (Tabela 6) com a queda do índice de Gini do rendimento familiar per capita (Tabelas 1, 2 e 3). Para esse último indicador observou-se um valor de 0,6067 para 1995, de 0,5950 para 2002 e de 0,5768 para 2004. A velocidade média de queda para o período 1995-2002 é de 0,0017, e para o período 2002-2004 é de 0,0091. Observa-se então que no período 1995-2002 a queda média anual do índice de Gini correspondente ao rendimento do trabalho principal é mais elevada do que a queda média anual do índice de Gini correspondente ao rendimento familiar per capita. Ocorre situação inversa no período 2002-2004: a queda média anual mais acentuada ocorre para a renda média familiar per capita. Podemos concluir dessas comparações que no período 2002-2004 o efeito de outros componentes da renda total sobre as variações na desigualdade da renda total (possivelmente o elevado crescimento da participação das rendas de transferências governamentais via programa Bolsa Família) foi mais proeminente que no período anterior, sobrepujando os próprios efeitos distributivos operantes no mercado de trabalho. Outros aspectos importantes também a destacar do exame da Tabela 6 e dos Gráficos 6 e 7 são: 1) os elevados valores dos índices de Gini para o rendimento do trabalho principal das áreas rurais e da Região Nordeste, e 2) a queda geral dos índices de Gini

para o rendimento do trabalho principal para todas as subpopulações referentes a áreas censitárias, situações censitárias e grandes regiões.

Tabela 6. Índices de Gini (rendimento do trabalho principal) por área censitária, situação censitária e grandes regiões

Subpopulação	Ano	Gini	Ano	Gini	Ano	Gini
Total da amostra	1995	0,6430	2002	0,6081	2004	0,5912
Região metropolitana	1995	0,5762	2002	0,5615	2004	0,5461
Municípios auto-representativos	1995	0,5933	2002	0,5716	2004	0,5546
Municípios não auto-representativos.	1995	0,6655	2002	0,6191	2004	0,6075
Áreas urbanas	1995	0,5977	2002	0,5732	2004	0,5551
Áreas rurais	1995	0,7174	2002	0,6925	2004	0,6908
Região Norte	1995	0,6176	2002	0,5763	2004	0,5421
Região Nordeste	1995	0,6902	2002	0,6508	2004	0,6439
Região Sudeste	1995	0,5893	2002	0,5625	2004	0,5388
Região Sul	1995	0,6391	2002	0,5886	2004	0,5732
Região Centro Oeste	1995	0,6264	2002	0,6012	2004	0,5822

Outro resultado importante em termos de avaliação da evolução das condições sociais do país refere-se à renda per capita familiar. As Tabelas 7, 8 e 9 e o Gráfico 8 mostram o comportamento desse indicador para as áreas metropolitanas. A análise fica restrita para essas áreas tendo em vista a disponibilidade de deflatores confiáveis limitados às mesmas. O IBGE calcula o IPCA (índice de inflação utilizado para calcular a renda per capita familiar dos anos 1995 e 2002, em valores de setembro de 2004, data de referência para a última PNAD divulgada) apenas nas áreas metropolitanas. Para o período 1995-2002 ocorre queda significativa da renda per capita familiar média para o conjunto da amostra das áreas metropolitanas do país. Observa-se também queda significativa para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Belém e Curitiba. Nas demais Regiões Metropolitanas as variações na renda per capita familiar média no período 1995-2002 não são significativas (Tabela 7).

No período 2002-2004 observa-se um crescimento significativo da renda média familiar per capita para o conjunto da amostra das Regiões Metropolitanas (valor negativo da estimativa da diferença entre a renda média

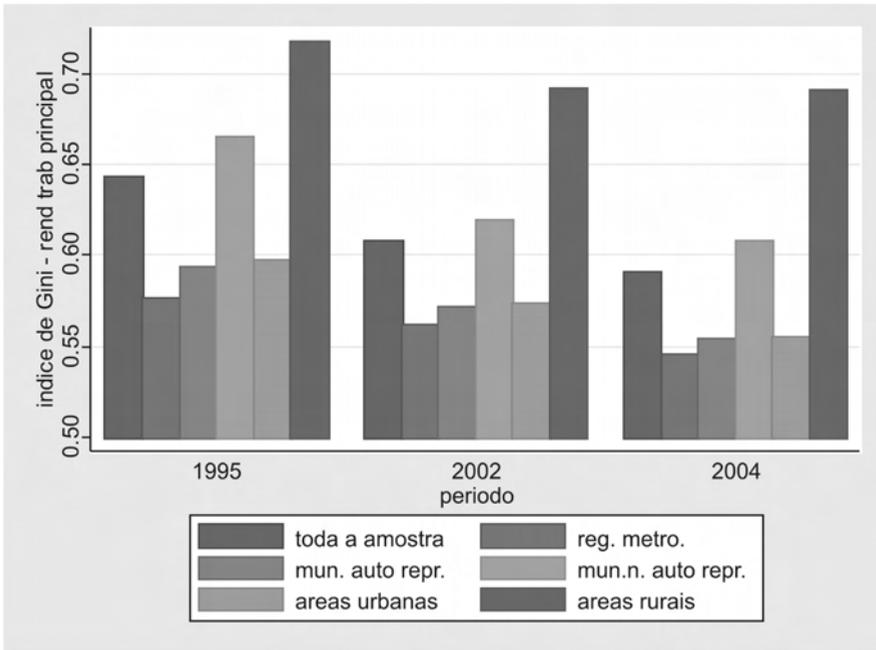


Gráfico 6. Índice de Gini (rendimento do trabalho principal) por área censitária e situação censitária

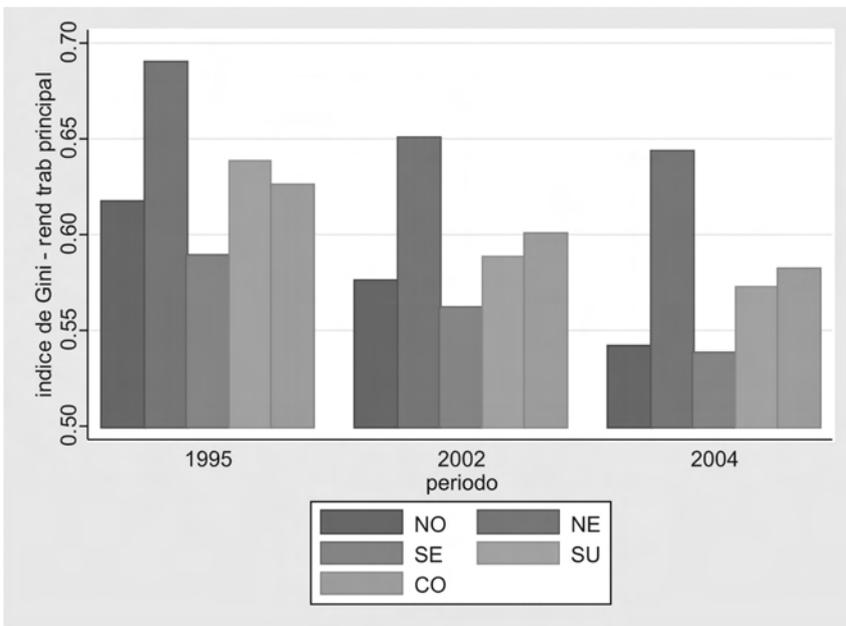


Gráfico 7. Índice de Gini (rendimento do trabalho principal) por grande região

per capita familiar de 2002 e de 2004). Ocorre o mesmo crescimento significativo da renda média per capita familiar para todas as Regiões Metropolitanas nesse período, excetuando-se apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Salvador.⁵

Na Tabela 10 são apresentadas as estimativas das diferenças entre as taxas de desocupação (relação entre o número de desocupados e a População Economicamente Ativa) de 2004 e 1992 para áreas censitárias e situações censitárias. A estimativa para toda a amostra (Brasil menos áreas rurais da Região Norte) para essa diferença corresponde a -0,0250 o que significa que houve um aumento médio de 2,5% nas taxas de desocupação para o território nacional durante este período. Para as Regiões Metropolitanas esse aumento foi mais acentuado, de 3,78%, sendo de 0,90% para os municípios auto-representativos (municípios de maior tamanho, geralmente correspondentes

Tabela 7. Diferenças de rendas médias familiares per capita para as diversas Regiões Metropolitanas do Brasil – período 1995-2004 (renda média familiar per capita de 1995 menos renda média familiar per capita de 2004)

Subpopulação	Período	Estimativa	Erro	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
TOTAL	1995-2004	106.95	16.09	6.65	0.000	75.41	138.48
RJ	1995-2004	94.31	36.47	2.59	0.010	22.81	165.80
RS	1995-2004	89.30	34.12	2.62	0.009	22.42	156.18
MG	1995-2004	71.38	41.77	1.71	0.088	-10.50	153.25
PE	1995-2004	-25.27	27.82	-0.91	0.364	-79.80	29.26
SP	1995-2004	173.14	36.63	4.73	0.000	101.34	244.93
DF	1995-2004	37.65	71.66	0.53	0.599	-102.82	178.13
PA	1995-2004	120.39	41.16	2.93	0.003	39.71	201.07
CE	1995-2004	5.54	27.22	0.20	0.839	-47.82	58.89
BA	1995-2004	53.55	35.04	1.53	0.127	-15.14	122.25
PR	1995-2004	77.50	60.97	1.27	0.204	-42.02	197.02

Obs.: valores em R\$ de setembro de 2004 (deflacionados pelo IPCA-IBGE)

⁵ As variâncias das estimativas das diferenças das rendas médias per capita familiar para o período 1995-2002 têm variâncias e erros padrões mais reduzidos que as mesmas estimativas para o período 2002-2004. Ocorre porque se adotou como data de referência para o cálculo dos valores deflacionados à data de referência da PNAD 2004 (setembro de 2004), sendo os valores das rendas correntes de 1995 e 2002 inflacionados para essa data. Como o fator de inflação de 2002 é inferior do que o fator de inflação de 1995, as variâncias para esse último período ficam mais amplificadas. Mas não interfere nos resultados, acarretando apenas uma maior precisão nas estimativas das diferenças de renda media per capita familiar para o período 2002-2004.

Tabela 8. Diferenças de rendas médias familiares per capita para as diversas Regiões Metropolitanas do Brasil – período 1995-2002 (renda média familiar per capita de 1995 menos renda média familiar per capita de 2002)

Subpopulação	Período	Estimativa	Erro	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
TOTAL	1995-2002	63.59	17.25	3.69	0.000	29.79	97.40
RJ	1995-2002	77.83	36.77	2.12	0.034	5.76	149.90
RS	1995-2002	74.00	36.26	2.04	0.041	2.92	145.08
MG	1995-2002	35.79	40.48	0.88	0.377	-43.57	115.15
PE	1995-2002	-44.52	27.78	-1.60	0.109	-98.97	9.93
SP	1995-2002	92.16	41.05	2.24	0.025	11.68	172.63
DF	1995-2002	-41.19	78.40	-0.53	0.599	-194.87	112.49
PA	1995-2002	85.48	43.51	1.96	0.049	0.19	170.78
CE	1995-2002	-6.46	28.27	-0.23	0.819	-61.89	48.96
BA	1995-2002	-9.77	40.53	-0.24	0.809	-89.21	69.67
PR	1995-2002	113.37	51.04	2.22	0.026	13.32	213.43

Obs.: valores em R\$ de setembro de 2004 (deflacionados pelo IPCA-IBGE)

Tabela 9. Diferenças de rendas médias familiares per capita para as diversas Regiões Metropolitanas do Brasil – período 2002-2004 (renda média familiar per capita de 2002 menos renda média familiar per capita de 2004)

Subpopulação	Período	Estimativa	Erro	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
TOTAL	2002-2004	-66.02	6.92	-9.54	0.000	-79.59	-52.46
RJ	2002-2004	-107.81	15.19	-7.10	0.000	-137.58	-78.03
RS	2002-2004	-103.19	11.61	-8.89	0.000	-125.95	-80.44
MG	2002-2004	-72.27	17.89	-4.04	0.000	-107.34	-37.21
PE	2002-2004	-54.69	11.98	-4.57	0.000	-78.18	-31.21
SP	2002-2004	-31.52	16.45	-1.92	0.055	-63.76	0.72
DF	2002-2004	-103.89	20.95	-4.96	0.000	-144.95	-62.82
PA	2002-2004	-36.49	12.90	-2.83	0.005	-61.78	-11.20
CE	2002-2004	-52.73	9.40	-5.61	0.000	-71.16	-34.31
BA	2002-2004	-15.91	14.02	-1.13	0.257	-43.39	11.58
PR	2002-2004	-151.58	31.36	-4.83	0.000	-213.05	-90.11

Obs.: valores em R\$ de setembro de 2004 (deflacionados pelo IPCA-IBGE)

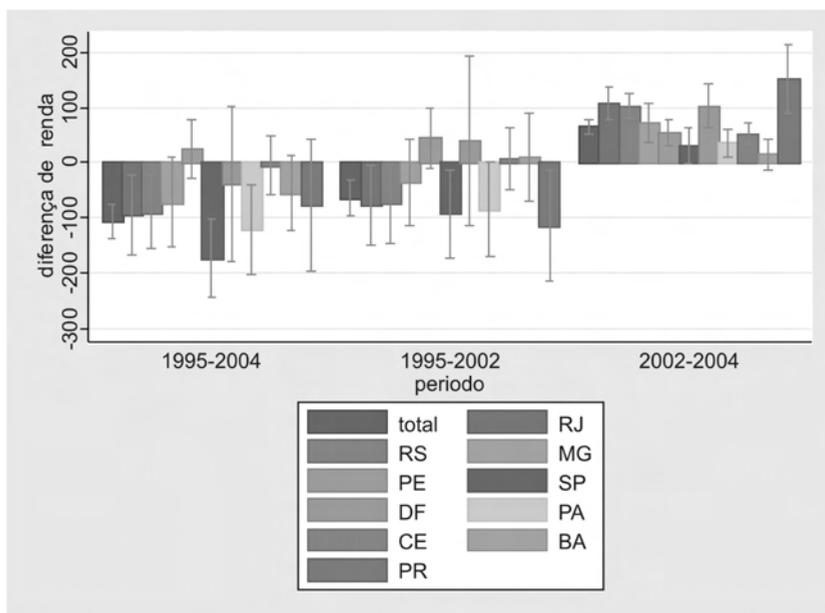


Gráfico 8. Variações na renda per capita familiar por Regiões Metropolitanas

a cidades de porte médio) e de 1,93 % para os municípios não auto-representativos (municípios com pequena população).

Esses resultados refletem o processo de descentralização espacial produtiva e interiorização do crescimento do país (ver SABOIA (2002) e SABOIA e DINIZ(1999)), como atestam a contribuição de diversos trabalhos sobre o tema, mas que, no entanto, limitam-se ao comportamento da evolução do emprego formal e de sua distribuição no espaço nacional. Os mesmos trabalhos atestam que o crescimento no interior do país concentrou-se em subpólos atratores localizados em cidades de porte médio, principalmente no que se refere à transferência de plantas industriais. As áreas rurais tiveram no período (1992-2004) um crescimento médio menos acentuado da taxa de desocupação (1,12%) do que as áreas urbanas (2,14%).

Os dados da Tabela 11 mostram que no período 1992-2004 o desemprego evoluiu mais desfavoravelmente para a população feminina (crescimento médio de 3,76% para a taxa de desocupação) do que para a população masculina (crescimento médio de 1,37). Com relação à cor, a categoria que apresentou maior valor de crescimento foi a preta (crescimento médio de 4,41%)⁶. Os dados da Tabela 12 demonstram que no período 1992-2004 a faixa etária que mais sofreu impacto da elevação das taxas de desocupação foi a correspondente aos jovens com idade de até 20 anos

(crescimento médio da taxa de desocupação de 8,05%). As faixas de tempo de estudo com maior crescimento da desocupação foi a correspondente ao intervalo de 9 a 12 anos de estudo o que mostra que a desocupação tem se elevado mais acentuadamente em estratos de maior nível de instrução.

A partir da Tabela 13 são apresentados os mesmos indicadores para os subperíodos 1995-2002 e 2002-2004. A diferença das taxas de desocupação para toda a amostra (taxa de desocupação média de 1995 menos a taxa de desocupação média de 2002) foi de -0,0307 (com valor bastante significativo como indica a coluna p-valor da Tabela 13) indicando, portanto,

Tabela 10. Testes de diferenças de taxas de desocupação (taxa de desocupação de 1992 menos taxa de desocupação de 2004) por área censitária e situação censitária

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Total da amostra	-0,0250	0,0016	-15,640	0,000	-0,0281	-0,0218
Região metropolitana	-0,0378	0,0026	-14,740	0,000	-0,0428	-0,0328
Municípios auto repres.	-0,0090	0,0031	-2,920	0,003	-0,0151	-0,0030
Municípios não auto repres.	-0,0193	0,0024	-7,930	0,000	-0,0240	-0,0145
Área urbana	-0,0214	0,0018	-12,130	0,000	-0,0249	-0,0179
Área rural	-0,0112	0,0026	-4,280	0,000	-0,0163	-0,0060

Tabela 11. Testes de diferenças de taxas de desocupação (taxa de desocupação de 1992 menos taxa de desocupação de 2004) por sexo e cor

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
sexo masculino	-0,0137	0,0016	-8,820	0,000	-0,0167	-0,0106
sexo feminino	-0,0376	0,0024	-15,740	0,000	-0,0422	-0,0329
cor indígena	-0,0531	0,0334	-1,590	0,111	-0,1186	0,0123
cor branca	-0,0194	0,0019	-10,410	0,000	-0,0231	-0,0158
cor preta	-0,0441	0,0056	-7,860	0,000	-0,0551	-0,0331
cor amarela	-0,0287	0,0142	-2,020	0,043	-0,0566	-0,0008
cor parda	-0,0284	0,0024	-11,940	0,000	-0,0330	-0,0237
cor ignorada	-0,0809	0,0854	-0,950	0,344	-0,2484	0,0865

⁶ Não se considera para efeito de análise o aumento da taxa de desocupação para a população indígena de 5,31% na medida em que o teste de significância estatística, para a diferença entre as taxas de 2004 e 1992, não comprovou significância (p-value igual a 0,111). Nesse caso, não podemos rejeitar a hipótese nula de variação entre as duas taxas.

Tabela 12. Testes de diferenças de taxas de desocupação
(taxa de desocupação de 1992 menos taxa de desocupação de 2004)
por faixa de idade e faixa de anos de estudo

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
idade ate 20 anos	-0,0805	0,0049	-16,390	0,000	-0,0902	-0,0709
idade maior de 20 ate 30 anos	-0,0371	0,0026	-14,540	0,000	-0,0422	-0,0321
idade maior de 30 ate 40 anos	-0,0156	0,0019	-8,180	0,000	-0,0193	-0,0118
idade maior de 40 ate 50 anos	-0,0190	0,0019	-10,160	0,000	-0,0227	-0,0154
idade maior de 50 ate 60 anos	-0,0136	0,0022	-6,100	0,000	-0,0180	-0,0092
idade maior de 60 anos	-0,0105	0,0021	-4,900	0,000	-0,0147	-0,0063
anos de estudo de 1 a 5	-0,0094	0,0019	-4,990	0,000	-0,0131	-0,0057
anos de estudo de 5 a 9	-0,0091	0,0028	-3,280	0,001	-0,0146	-0,0037
anos de estudo de 9 a 12	-0,0382	0,0030	-12,810	0,000	-0,0441	-0,0324
anos de estudo maior que 13	-0,0169	0,0027	-6,140	0,000	-0,0223	-0,0115

um aumento significativo para a taxa nesse período. O mesmo valor para o período 2002-2004 foi de 0,0013 (agora com valor não significativo como é mostrado na Tabela 16) o que mostra que para o último subperíodo a taxa de desocupação fica praticamente estável (pelo menos entre as extremidades do subperíodo). Vemos que para todos os cortes populacionais de acordo com as áreas censitárias e regiões censitárias (Tabela 13) para o período 1995-2002 as variações das taxas de desocupação são significativamente negativas (portanto, com elevações significativas). Ao contrário, de acordo com os dados da Tabela 16, as variações para as taxas de desocupação para os mesmos cortes populacionais e para o período 2002-2004 não são significativas (como mostra a coluna p-valor da mesma tabela). Isso indica uma estabilidade das taxas de desocupação para os cortes populacionais no período 2002-2004.

Analisando-se o Gráfico 9, verifica-se que no período 1995-2002 os maiores aumentos significativos para as taxas de desocupação ocorrem nas Regiões Metropolitanas, e em seguida os municípios não auto-representativos, sendo as menores elevações ocorrendo para os municípios auto-representativos. Destaca-se que nas áreas rurais (para o período 1995-2002) a taxa de desocupação eleva-se menos intensamente que nas áreas urbanas. No entanto, o grande epicentro da elevação do desemprego está localizado nas áreas metropolitanas. De acordo com o Gráfico 10, a população feminina sofre elevações das taxas de desocupação nos subperíodos 1992-2004 e

1992-1995 mais acentuadas que as mesmas elevações para a população masculina. As elevações estão concentradas no subperíodo 1995-2002.

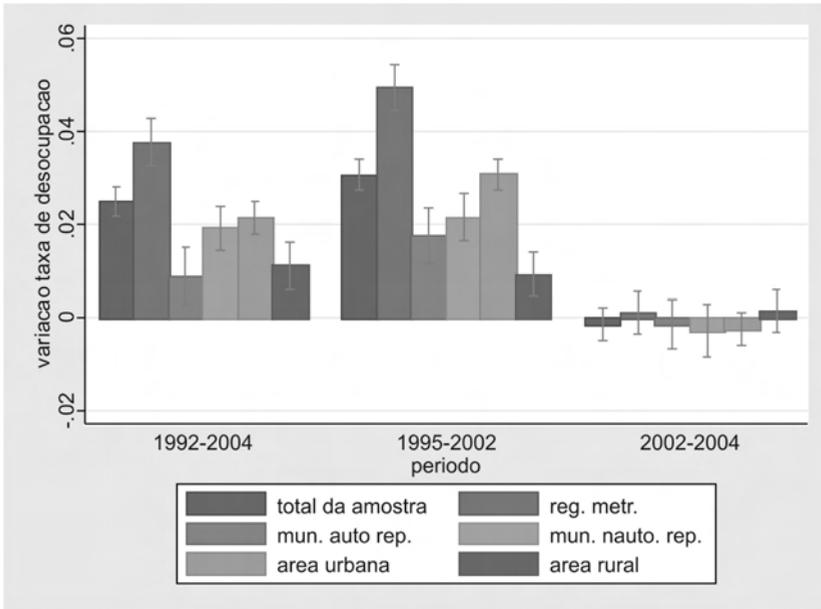


Gráfico 9. Variação da taxa de desocupação por área censitária e situação censitária

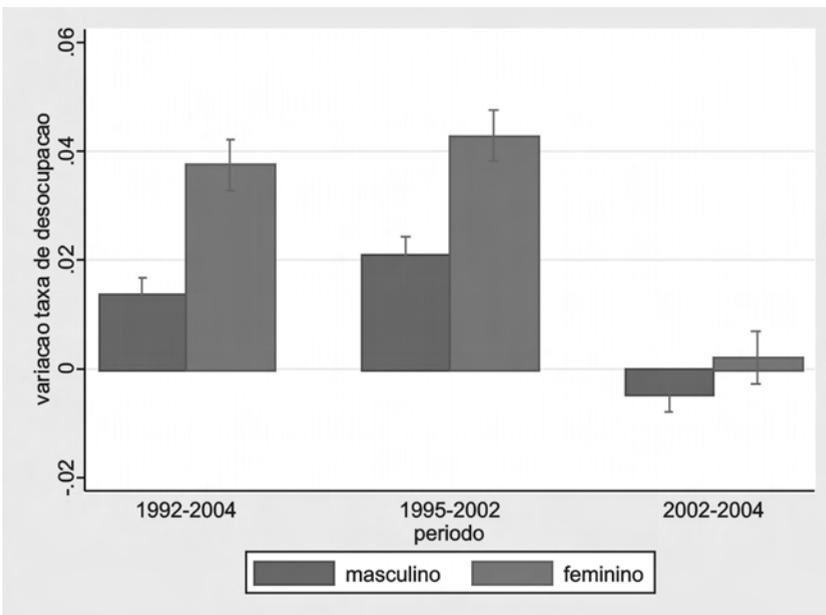


Gráfico 10. Variação da taxa de desocupação por sexo

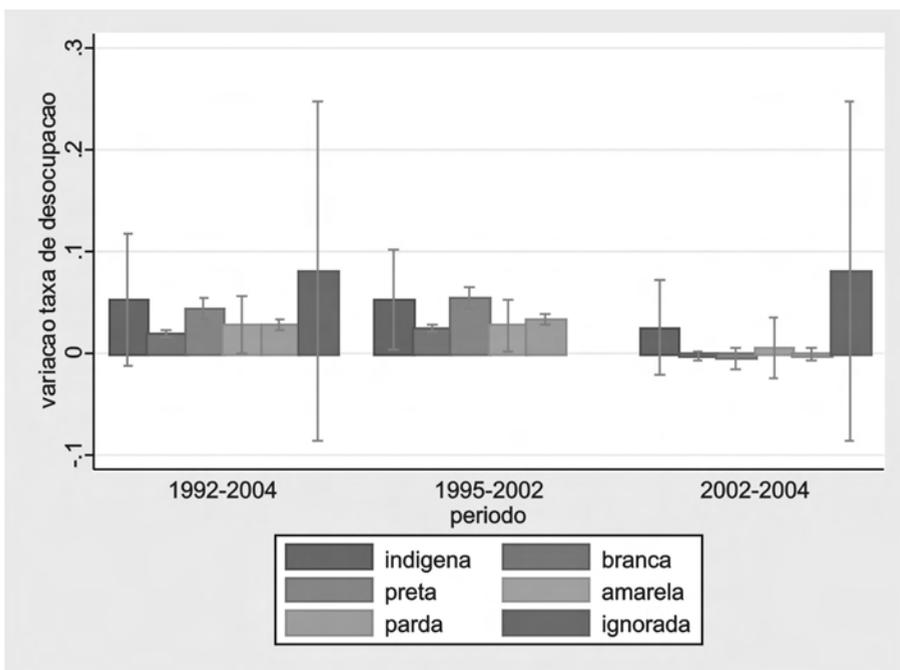


Gráfico 11. Variação da taxa de desocupação por raça

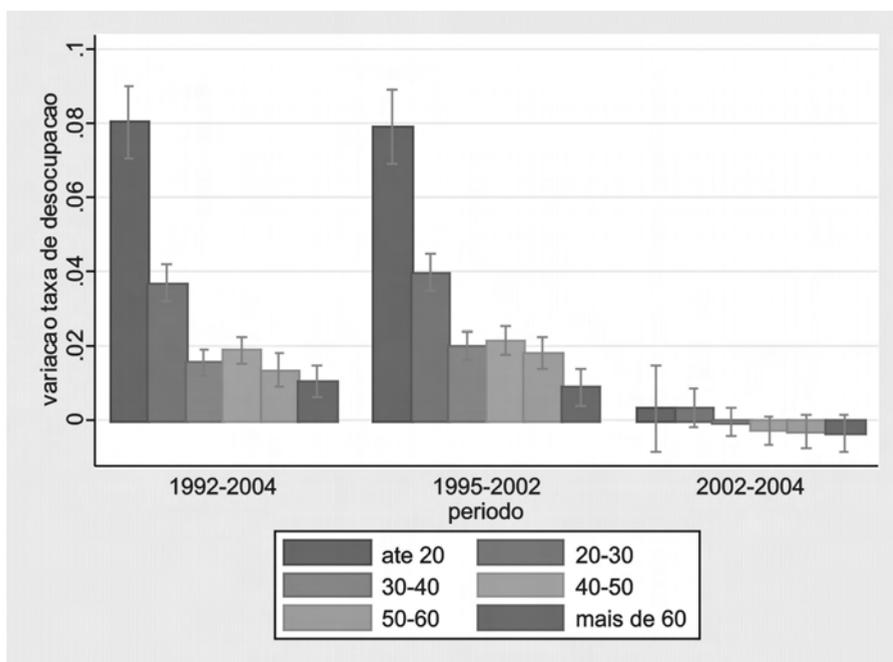


Gráfico 12. Variação da taxa de desocupação por faixa etária

Tabela 13. Testes de diferenças de taxas de desocupação
(taxa de desocupação de 1995 menos taxa de desocupação de 2002)
por área censitária e situação censitária

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Total da amostra	-0,0307	0,0017	-18,39	0,000	-0,0340	-0,0275
Região metropolitana	-0,0496	0,0025	-19,79	0,000	-0,0546	-0,0447
Municípios auto repres.	-0,0175	0,0030	-5,79	0,000	-0,0235	-0,0116
Municípios não auto repres.	-0,0216	0,0027	-8,12	0,000	-0,0269	-0,0164
Área urbana	-0,0309	0,0018	-17,63	0,000	-0,0343	-0,0274
Área rural	-0,0093	0,0025	-3,79	0,000	-0,0142	-0,0045

Tabela 14. Testes de diferenças de taxas de desocupação
(taxa de desocupação de 1995 menos taxa de desocupação de 2002)
por sexo e cor

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Sexo masculino	-0,0210	0,0017	-12,59	0,000	-0,0243	-0,0177
Sexo feminino	-0,0429	0,0024	-18,06	0,000	-0,0476	-0,0383
Cor indígena	-0,0530	0,0255	-2,08	0,038	-0,1028	-0,0031
Cor branca	-0,0251	0,0018	-13,57	0,000	-0,0287	-0,0214
Cor preta	-0,0549	0,0054	-10,21	0,000	-0,0655	-0,0444
Cor amarela	-0,0276	0,0131	-2,10	0,036	-0,0533	-0,0018
Cor parca	-0,0342	0,0026	-13,08	0,000	-0,0393	-0,0291
Cor ignorada						

Tabela 15. Testes de diferenças de taxas de desocupação
(taxa de desocupação de 1995 menos taxa de desocupação de 2002)
por faixa de idade e grupos de anos de estudo

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Idade ate 20 anos	-0,0792	0,0051	-15,39	0,000	-0,0893	-0,0691
Idade maior de 20 ate 30 anos	-0,0399	0,0025	-15,89	0,000	-0,0448	-0,0350
Idade maior de 30 ate 40 anos	-0,0202	0,0019	-10,75	0,000	-0,0239	-0,0165
Idade maior de 40 ate 50 anos	-0,0214	0,0019	-11,33	0,000	-0,0252	-0,0177
Idade maior de 50 ate 60 anos	-0,0181	0,0022	-8,43	0,000	-0,0223	-0,0139
Idade maior de 60 anos	-0,0090	0,0024	-3,69	0,000	-0,0138	-0,0042
Anos de estudo de 1 a 5	-0,0152	0,0020	-7,47	0,000	-0,0191	-0,0112
Anos de estudo de 5 a 9	-0,0253	0,0028	-9,09	0,000	-0,0307	-0,0198
Anos de estudo de 9 a 12	-0,0486	0,0027	-17,80	0,000	-0,0539	-0,0432
Anos de estudo maior que 13	-0,0239	0,0026	-9,27	0,000	-0,0290	-0,0189

Tabela 16. Testes de diferenças de taxas de desocupação (taxa de desocupação de 2002 menos taxa de desocupação de 2004) por área censitária e situação censitária

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Total da amostra	0.0013	0.0018	0.69	0.488	-0.0023	0.0048
Região metropolitana	-0.0010	0.0024	-0.42	0.672	-0.0056	0.0036
Municípios auto repres.	0.0013	0.0027	0.48	0.634	-0.0040	0.0066
Municípios não auto repres.	0.0028	0.0029	0.98	0.328	-0.0028	0.0085
Área urbana	0.0024	0.0018	1.34	0.180	-0.0011	0.0060
Área rural	-0.0015	0.0024	-0.63	0.530	-0.0062	0.0032

Tabela 17. Testes de diferenças de taxas de desocupação (taxa de desocupação de 2002 menos taxa de desocupação de 2004) por sexo e cor

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Sexo masculino	0.0044	0.0018	2.52	0.012	0.0010	0.0079
Sexo feminino	-0.0021	0.0025	-0.84	0.401	-0.0071	0.0028
Cor indígena	-0.0253	0.0238	-1.06	0.287	-0.0719	0.0213
Cor branca	0.0020	0.0020	1.01	0.313	-0.0019	0.0059
Cor preta	0.0047	0.0055	0.85	0.394	-0.0061	0.0155
Cor amarela	-0.0057	0.0148	-0.38	0.701	-0.0347	0.0233
Cor parda	0.0007	0.0028	0.26	0.797	-0.0048	0.0062
Cor ignorada	-0.0809	0.0854	-0.95	0.344	-0.2484	0.0866

Tabela 18. Testes de diferenças de taxas de desocupação (taxa de desocupação de 2002 menos taxa de desocupação de 2004) por faixa de idade e grupos de anos de estudo

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Idade ate 20 anos	-0.0033	0.0060	-0.55	0.585	-0.0151	0.0085
Idade maior de 20 ate 30 anos	-0.0034	0.0027	-1.25	0.210	-0.0087	0.0019
Idade maior de 30 ate 40 anos	0.0003	0.0020	0.18	0.860	-0.0035	0.0042
Idade maior de 40 ate 50 anos	0.0027	0.0020	1.36	0.173	-0.0012	0.0066
Idade maior de 50 ate 60 anos	0.0029	0.0024	1.20	0.231	-0.0018	0.0075
Idade maior de 60 anos	0.0034	0.0025	1.34	0.181	-0.0016	0.0083
Anos de estudo de 1 a 5	0.0032	0.0022	1.42	0.157	-0.0012	0.0076
Anos de estudo de 5 a 9	0.0064	0.0028	2.28	0.022	0.0009	0.0119
Anos de estudo de 9 a 12	0.0007	0.0027	0.25	0.805	-0.0046	0.0059
Anos de estudo maior que 13	0.0011	0.0025	0.41	0.678	-0.0039	0.0060

Os dados da Tabela 19 mostram a evolução das taxas de analfabetismo no período 1992-2004 para as diversas áreas censitárias do país. Verifica-se que foram reduzidas as taxas em 5,81 % em média para o território brasileiro (excetuando-se as áreas rurais da Região Norte). O resultado é mais acentuado para os municípios de pequeno porte populacional (com decréscimo médio de 8,59 %), e para as áreas rurais (redução média de 10,10 %). As taxas de analfabetismo caíram mais acentuadamente para a população feminina (6,59 %) do que para a população masculina (4,97 %) no período 1992-2004, de acordo com a Tabela 20.

Tabela 19. Testes de diferenças de taxas de analfabetismo (taxa de analfabetismo de 1992 menos taxa de analfabetismo de 2004) por área censitária e situação censitária

TABELA DE RESULTADOS DE TESTES PARA DIFERENÇAS 1992 – 2004 (taxas de analfabetismo)						
Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
total da amostra	0,0581	0,0025	23,570	0,000	0,0533	0,0629
região metropolitana	0,0297	0,0020	14,490	0,000	0,0257	0,0337
municípios auto-representativos	0,0342	0,0035	9,770	0,000	0,0273	0,0410
municípios não auto-representativos	0,0859	0,0049	17,620	0,000	0,0764	0,0955
área urbana	0,0372	0,0021	17,950	0,000	0,0331	0,0413
área rural	0,1010	0,0084	11,980	0,000	0,0845	0,1176

Tabela 20. Testes de diferenças de taxas de analfabetismo (taxa de analfabetismo de 1992 menos taxa de analfabetismo de 2004) por sexo e cor

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Sexo masculino	0,0497	0,0029	16,890	0,000	0,0439	0,0555
Sexo feminino	0,0659	0,0024	26,970	0,000	0,0611	0,0707
Cor indígena	0,0773	0,0566	1,370	0,172	-0,0336	0,1882
Cor branca	0,0343	0,0021	16,010	0,000	0,0301	0,0385
Cor preta	0,1221	0,0084	14,480	0,000	0,1056	0,1387
Cor amarela	0,0120	0,0131	0,910	0,363	-0,0138	0,0377
Cor parda	0,0912	0,0043	21,070	0,000	0,0827	0,0996
Cor ignorada	0,2607	0,1840	1,420	0,157	-0,1000	0,6215

Tabela 21. Testes de diferenças de número médio de anos de estudo (número médio de anos de estudo de 1992 menos número médio de anos de estudo de 2004) por área censitária e situação censitária

TABELA DE RESULTADOS DE TESTES PARA DIFERENCAS 1992 – 2004 (número médio de anos de estudo)						
Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Total da amostra	-1,7124	0,0401	-42,650	0,000	-1,7911	-1,6337
Região metropolitana	-1,5478	0,0581	-26,640	0,000	-1,6617	-1,4339
Municípios auto repres.	-1,6129	0,0845	-19,090	0,000	-1,7785	-1,4473
Municípios não auto repres.	-1,8243	0,0658	-27,720	0,000	-1,9533	-1,6953
Área urbana	-1,5496	0,0403	-38,440	0,000	-1,6287	-1,4706
Área rural	-1,5988	0,0780	-20,490	0,000	-1,7517	-1,4458

Tabela 22. Testes de diferenças de número médio de anos de estudo (número médio de anos de estudo de 1992 menos número médio de anos de estudo de 2004) por sexo e cor

Subpopulação	Estimativa	Erro padrão	T	P> t	LINF 95 %	LSUP 95 %
Sexo masculino	-1.6336	0.0447	-36.570	0.000	-1.7212	-1.5460
Sexo feminino	-1.7840	0.0393	-45.450	0.000	-1.8609	-1.7070
Cor indígena	-1.8967	0.5859	-3.240	0.001	-3.0453	-0.7481
Cor branca	-1.5966	0.0488	-32.730	0.000	-1.6922	-1.5009
Cor preta	-2.2903	0.0824	-27.810	0.000	-2.4517	-2.1288
Cor amarela	-1.1176	0.3323	-3.360	0.001	-1.7689	-0.4663
Cor parda	-1.9484	0.0501	-38.910	0.000	-2.0465	-1.8502
Cor ignorada	-3.7578	1.8659	-2.010	0.044	-7.4155	-0.1002
Idade ate 20 anos	-1.6336	0.0447	-36.570	0.000	-1.7212	-1.5460

SÍNTESE E CONCLUSÕES

As principais conclusões do trabalho são listadas a seguir:

- Queda mais pronunciada dos índices de concentração de renda nos municípios de pequena população (período 1995-2004).

- Maior redução da concentração de renda no período 2002-2004 do que no período 1995-2002 (apesar do seu menor comprimento). Da queda pontual no período 1995-2004 de 0,0295; 0,0114 ocorre no primeiro período e 0,0181 no segundo (maior velocidade de queda nesse último).
- Queda significativa dos índices de concentração de renda em todos os estratos de área censitária (reg. metrop., mun. auto rep. e mun. n.auto rep.) no período 2002-2004.
- Queda significativa dos índices de concentração de renda em todas as grandes regiões no período 2002-2004 (com exceção do SE).
- Estabilização dos índices de concentração de renda nas áreas rurais para o período 2002-2004, em contraste com uma redução no período 1995-2002.
- Queda significativa dos índices de concentração de renda para todas as grande regiões (com exceção da SU) nas áreas urbanas.
- Para o indicador índice de Gini referente ao rendimento médio do trabalho principal, a velocidade media de queda para o período 1995-2002 é mais reduzida do que para o período 2002-2004.
- Para o mesmo indicador no período 1995-2002, a queda média anual do índice de Gini correspondente ao rendimento do trabalho principal é mais elevada do que a queda média anual do índice de Gini correspondente ao rendimento familiar per capita. Já para o período 2002-2004, ocorre situação inversa: a queda média anual mais acentuada ocorre para a renda media familiar per capita. Segue-se que nesse último período o efeito de outros componentes da renda total sobre as variações na desigualdade da renda total (possivelmente o elevado crescimento da participação das rendas de transferências governamentais via programa Bolsa Família) foi mais proeminente que no período anterior, sobrepujando os próprios efeitos distributivos operantes no mercado de trabalho.
- Destacam-se os elevados valores dos índices de Gini para o rendimento do trabalho principal das áreas rurais e da Região Nordeste, e a queda geral dos índices de Gini para o rendimento do

trabalho principal para todas as subpopulações referentes a áreas censitária, situações censitária e grandes regiões no período 1995-2004.

- Aumento significativo da renda familiar per capita na maior parte das 10 Regiões Metropolitanas do país no período 2002-2004 (em contraste com redução significativa do mesmo indicador no período 1995-2002 para o total das áreas metropolitanas).
- Estabilização das taxas de desocupação no período 2002-2004 (variação não-significativa) em contraste com elevação significativa do indicador para o período 1995-2002.
- Elevação mais acentuada da taxa de desocupação nas Regiões Metropolitanas e menor nos municípios de porte médio no período 1995-2004.
- Elevação menos acentuada para o último indicador nas áreas rurais.
- Elevação da desocupação mais acentuada para a população feminina, para a população negra e jovem.

REFERÊNCIAS

MOONEY, C. Z.; DUVAL, R. D. *Bootstrapping: a nonparametric approach to statistical inference*. Newbury Park, CA: Sage, 2003. (Sage University Paper Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, n. 95).

NEDER, H. D. *Amostragem em pesquisas sócio-econômicas*. [S.l.: s.n.], 200-?. Mimeografado.

SABOIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa - um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, dez. 2001.

_____; DINIZ, C. C. A nova configuração urbano-industrial no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 28., 1999, Belém. *Anais...* Belém: ANPEC, 1999.

STATACORP. *Stata statistical software: release 9*. [S.l.], 2005.

Resumo

Este trabalho é uma tentativa metodológica de se mensurar com maior rigor estatístico a evolução de alguns indicadores sociais no período 1992-2004. São realizados diversos testes estatísticos considerando-se o delineamento de amostragem complexa da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). Utilizam-se, para o desenvolvimento e teste dessa metodologia diversos indicadores, particularmente, os índices de concentração de renda Gini e Theil, a renda média familiar per capita, a taxa de desocupação, a taxa de analfabetismo e o número médio de anos de estudo. Os indicadores foram estimados para diversos cortes populacionais, considerando-se variáveis tais como área censitária, situação censitária, grandes regiões do país, sexo e faixas etárias. As principais conclusões do trabalho são que ocorre um decréscimo significativo dos índices de concentração de renda e de forma mais concentrada e generalizada pela população no período 2002-2004. Observa-se também uma reversão do movimento de queda da renda per capita familiar nas Regiões Metropolitanas no mesmo período assim como uma estabilização do movimento de ascensão das taxas de desocupação no último período, em contraste com uma elevação significativa deste indicador para o período 1995-2002. O exame mais detalhado da evolução dos índices de concentração de renda permite constatar que a desconcentração de renda no país no período 2002-2004 aparentemente acelerou-se em comparação com o período 1995-2002. No período 1995-2004 como um todo, a redução dos índices de desigualdade de renda concentrou-se nos municípios de pequeno porte e no período 2002-2004 o movimento de queda dos índices foi característica das áreas urbanas. Outra importante constatação é que no período 2002-2004 as transferências de renda governamentais, por meio programa Bolsa Família e outros, foram relativamente mais relevantes em termos do seu impacto para a queda da concentração de renda.

Abstract

This work is a methodological attempt of measurement, with larger statistical accuracy, the evolution of some social indicators in the period 1992-2004. Several statistical tests are accomplished being considered the complex sampling design of the Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares (PNAD). It is used, for the development and test of this methodology, several indicators, particularly the income concentration indexes - Gini and Theil, the average per capita family income, the unemployment rate, the illiteracy rate and the average number of study years. These indicators form esteemed for several sub-samples of population, being considered such variables as census area, census situation, great regions of the country, sex and age groups. The main conclusions of the work is that it happens a significant fall of the income concentration indicators and in a more concentrated way and generalized by the population in the period 2002-2004, a reversion of the

movement of fall of the average per capita family income in the metropolitan areas in the same period as well as a stabilization of the movement of ascension of the unemployment rates in this last period in contrast with a significant elevation of this indicator for the period 1995-2002. The detailed exam of the evolution of the income concentration indexes allows verifying that the fall of income concentration in the whole sample in the period 2002-2004 seemingly accelerated in comparison to the period 1995-2002. In the period 1995-2004 as a whole the reduction of the indexes of inequality of income was concentrated on the small municipal districts and in the period 2002-2004 this movement of fall of the indexes was characteristic of the urban areas. Another verification that stands out is that in the period 2002-2004 the government transfers of income through the Bolsa-Familia Program and others became relatively more important in terms of its impact to the income concentration fall.

O Autor

HENRIQUE DANTAS NEDER é professor adjunto do Instituto de Economia, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Aspectos da agricultura familiar regional: Nordeste e Sul (1996-1999 e 2001-2004)

Carlos Alves do Nascimento

1. INTRODUÇÃO

Antecipa-se que os vários aspectos aqui analisados, em relação à agricultura familiar regional, apresentaram resultados favoráveis no período 2001-2004, comparativamente ao período imediatamente anterior (1996-1999).

Associa-se esses resultados favoráveis ao conjunto de alterações ocorridas no ambiente macroeconômico, e na atuação do Estado em relação à agricultura familiar, no período mais recente (2001-2004).

A abertura da economia a partir do início da década de 1990 acarretou importantes implicações que nos interessam mais de perto: primeiro, aumentou substancialmente a concorrência dos produtos domésticos importáveis com os produtos externos produzidos com uma base tecnológica mais moderna e, além disso, subsidiados na origem (especialmente EUA, UE); segundo, acarretou uma modificação das políticas anteriores – a forma como a política de garantia de preços mínimos (PGPM) foi conduzida na década de 1980, por exemplo, tornou-se incompatível com uma economia aberta, levando o governo a transferir atribuições à iniciativa privada, ao mercado (Villa Verde, 2001; Helfand e Rezende, 2001; Gasques e Spolador, 2003). Os resultados mais importantes desse processo, para os nossos propósitos, foram: 1) redução dos rendimentos agrícolas; 2) o profundo ajuste estrutural das unidades produtivas agrícolas: umas deixaram de produzir, terras menos férteis foram abandonadas, etc. (Helfand e Rezende, 2001).

A partir de janeiro de 1999 houve uma inflexão no regime de taxa de câmbio vigente desde a implementação do Plano Real. O sistema que há mais de quatro anos operava com o câmbio fixo e sobrevalorizado passou a

funcionar com uma taxa de câmbio flutuante, com interferências pontuais do Banco Central. O resultado direto da mudança na política cambial foi uma desvalorização real da taxa de câmbio, cuja variação no período de 1999 a 2004 partiu de um índice de 100, em 1999, para um de 160, em 2004 (Brandão *et al.*, 2005).

O novo regime cambial passou a funcionar, por um lado, como uma proteção para os produtores agrícolas nacionais contra a concorrência dos produtos importados, uma vez que o câmbio desvalorizado encarece as importações; por outro lado, em contrapartida, favoreceu os produtos de produção interna comercializáveis no mercado internacional. A agricultura, portanto, deixou de ter na taxa de câmbio uma variável negativa para seu desempenho, respondendo positivamente à mudança no regime cambial (Gasques e Spolador, 2003; Rezende, 2003; Brandão *et al.*, 2005).

O que mais nos importa destacar como resultado dessas mudanças é que elas trouxeram uma recuperação da renda interna da agricultura (Gasques e Spolador, 2003). Além disso, do lado dos produtores menores e mais incapacitados a responder positivamente aos ganhos com produtos exportáveis, pode-se supor também que o novo regime cambial trouxe uma redução da pressão da concorrência externa, o que rebate na diminuição da pressão, intrínseca à dinâmica da concorrência intercapitalista, por aumentos de eficiência e ajuste alocativo de fatores.

Além dessas alterações macroeconômicas, que são mais sentidas pela agricultura familiar da Região Sul vis-à-vis a da região Nordeste, importa destacar o forte crescimento do número de contratos e dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Região Nordeste, no período 2001-2004. Dos 218,851 mil contratos, em 2001, saltou-se para 582,209 mil, em 2004, representando um aumento anual de 36,3%. Quanto ao volume de recursos que acompanharam esse aumento de contratos, basta dizer que o valor destinado aos produtores familiares nordestinos potenciais beneficiários do Pronaf foi de R\$ 317,829 milhões, em 2001, contra R\$ 1,048 bilhão, em 2004, perfazendo um crescimento anual de 49,9% < www.mda.gov.br > .

Além desta breve introdução, o texto está dividido em cinco tópicos. O primeiro trata de uma rápida descrição da distribuição e evolução do quantitativo da agricultura familiar nacional, 2001-2004. Os demais tópicos

se ocupam da análise de diferentes aspectos da agricultura regional, especificamente das Regiões Nordeste e Sul.

Antes de avançar, convém esclarecer que se considera como o universo da agricultura familiar a soma dos tipos de famílias de ‘empregadores com até dois empregados’ e de ‘conta-própria’¹ – ambos agrícolas e pluriativos². Essa classificação de famílias é a mesma adotada pela tipologia de famílias desenvolvidas no âmbito do Projeto Urbano (NEA/IE/Unicamp). A construção da mesma é feita a partir do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cujo processamento também permitiu produzir os dados que foram analisados no presente trabalho.

2. DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR NACIONAL, 2001-2004

O conjunto da agricultura familiar nacional está altamente concentrada nas áreas não-metropolitanas do país. Em 2004, de um total de 3.641 milhões de famílias, 3.581 milhões declararam residência nas referidas áreas censitárias (Tabela 1), o que equivale a uma participação em relação ao total nacional, em média, um pouco acima de 98% (Tabela 2). Além de assim estar distribuída, note-se na Tabela 1 que foi somente nas áreas não-metropolitanas que ocorreu um crescimento (0,7% a.a.) significativo (sentido estatístico) da agricultura familiar, no período de 2001 a 2004. O contingente de famílias pluriativas residentes nessas mesmas áreas obteve um maior crescimento significativo (1,8% a.a.), no mesmo período (Tabela 1).

Das 3.581 milhões de unidades familiares residentes nas áreas não-metropolitanas, como apontado acima, 2.696 milhões estavam abrigadas em áreas rurais (Tabela 3), em 2004. O contingente dessas famílias rurais correspondia a 75,3% do total da agricultura familiar não-metropolitana (Tabela 4), no referido ano.

¹ Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria.

² Se, por exemplo, numa família de conta-própria houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa.

Tabela 1. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Brasil, 2001-2004 (mil famílias)

LOCAL DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
METROPOLITANO TOTAL					
Agricultura familiar	67	59	64	60	-2,6
Agrícola	37	35	36	33	-2,9
Pluriativo	30	25	27	27	-2,1
NÃO METROPOLITANO TOTAL					
Agricultura familiar	3506	3569	3600	3581	0,7 *
Agrícola	2219	2218	2230	2223	0,1
Pluriativo	1287	1351	1370	1357	1,8 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 2. Distribuição e taxas de crescimento da participação relativa do número de famílias da agricultura familiar sobre o total nacional, segundo o local de domicílio: Brasil, 2001-2004. (Em %)

LOCAL DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO TOTAL					
Agricultura familiar	98,1	98,4	98,3	98,4	0,1
Agrícola	98,4	98,4	98,4	98,5	0,0
Pluriativo	97,7	98,2	98,1	98,0	0,1
METROPOLITANO TOTAL					
Agricultura familiar	1,9	1,6	1,7	1,6	-3,2
Agrícola	1,6	1,6	1,6	1,5	-3,0
Pluriativo	2,3	1,8	1,9	2,0	-3,7

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Observe-se ainda que foi apenas nas áreas urbanas não-metropolitanas que se verificou crescimento altamente significativo da agricultura familiar, tanto em termos absolutos (2,4% a.a.; Tabela 3), quanto em termos relativos (1,6% a.a.; Tabela 4), entre 2001 e 2004. Nas áreas rurais não-metropolitanas, o quantitativo da agricultura familiar permaneceu estável (Tabela 3), mas perdeu participação relativa, com uma queda de 0,5% a.a. (Tabela 4), no mesmo período.

Tabela 3. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Brasil, 2001-2004 (mil famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO URBANO					
Agricultura familiar	826	844	868	884	2,4 ***
Agrícola	374	376	378	401	2,2 *
Pluriativo	453	468	490	484	2,5 *
NÃO METROPOLITANO RURAL					
Agricultura familiar	2680	2725	2732	2696	0,2
Agrícola	1846	1842	1852	1823	-0,3
Pluriativo	834	883	880	873	1,4

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 4. Distribuição e taxas de crescimento da participação relativa do número de famílias da agricultura familiar sobre o total não-metropolitano, segundo o local de domicílio: Brasil, 2001-2004 (em %).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO URBANO					
Agricultura familiar	23,6	23,6	24,1	24,7	1,6 ***
Agrícola	16,8	16,9	16,9	18,0	2,1 *
Pluriativo	35,2	34,6	35,8	35,7	0,7
NÃO METROPOLITANO RURAL					
Agricultura familiar	76,4	76,4	75,9	75,3	-0,5 ***
Agrícola	83,2	83,1	83,1	82,0	-0,4 *
Pluriativo	64,8	65,4	64,2	64,3	-0,4

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Note-se que o crescimento significativo do número de famílias pluriativas não-metropolitanas indicado na Tabela 1 pode ter sido puxado pelo crescimento também significativo desse tipo de família residente em áreas urbanas, uma vez que nas áreas rurais esse tipo familiar mostrou-se sem nenhuma tendência (do ponto de vista estatístico).

Feita essa primeira abordagem descritiva da distribuição e comportamento ao longo do tempo (2001-2004) do conjunto da agricultura nacional, segundo o local de domicílio das famílias (metropolitano e não-metropolitano, rural e urbano), concentrar-nos-emos doravante na observação de algumas características da agricultura familiar – taxas de crescimento do número de famílias, renda agrícola e não-agrícola, famílias pobres, etc. – voltando o olhar para o universo da agricultura familiar residente nas duas Regiões do país – Nordeste e Sul – onde se encontra a parcela quantitativa mais expressiva (próximo dos 80,0% do total nacional) desse segmento de produtores.

3. ANÁLISE COMPARATIVA DA DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR REGIONAL, NORDESTE E SUL, NOS PERÍODOS 1996-1999 E 2001-2004

Os dados das Tabelas 5 e 6 nos possibilitam supor que o observado nas tabelas precedentes, em termos de Brasil, provavelmente esteve bastante influenciado pelo peso do quantitativo da agricultura familiar nordestina (55,5% do total nacional não-metropolitano) – o segundo maior peso é da Região Sul com 21,6% do referido total. Note-se que foi nas áreas urbanas não-metropolitanas da Região Nordeste onde se registrou crescimento significativo do conjunto da agricultura familiar, tanto em termos absolutos (5,7% a.a.; Tabela 5), como em termos relativos (3,7% a.a.; Tabela 6), no período 2001 a 2004. Foi também no Nordeste onde a agricultura familiar residente em áreas rurais não-metropolitanas perdeu participação relativa, com uma taxa negativa significativa de crescimento (1,1% a.a.; Tabela 6), no período em análise.

Comparando o período 2001-2004 (Tabelas 5 e 6) com o período 1996-1999 (Tabelas 7 e 8; os quatro anos anteriores da PNAD), pode-se ver que a evolução do contingente da agricultura familiar nordestina urbana manteve a tendência (estatística) de crescimento em termos absolutos – no período 1996-1999, 6,0% a.a., e no período 2001-2004, 5,7% a.a. – assim como também manteve a tendência (estatística) de estabilidade nas áreas rurais. A divergência entre os dois períodos pode ser observada quando se considera a evolução das participações relativas entre o rural e o urbano não-metropolitano nordestino. Enquanto no período 1996-1999 registrou-se uma estabilidade na distribuição percentual entre o rural e o urbano, no período recente (2001-2004), a participação da agricultura familiar residente nas áreas urbanas nordestinas aumentou significativamente (3,7% a.a.) em detrimento das áreas rurais (-1,1% a.a.) – Tabela 6 em comparação com a Tabela 8.

Tabela 5. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 2001-2004 (mil famílias).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 ^a	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO URBANO				
Agricultura familiar	499	5,7 ***	114	2,0
Agrícola	229	6,5 ***	53	-3,0
Pluriativo	270	5,0 **	61	6,7 *
NÃO METROPOLITANO RURAL				
Agricultura familiar	1488	0,7	660	0,2
Agrícola	951	0,5 *	487	-1,7 **
Pluriativo	537	1,1	172	6,7

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 6. Distribuição e taxas de crescimento da participação relativa do número de famílias da agricultura familiar sobre o total não-metropolitano, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 2001-2004 (em %).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 ^a	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO URBANO				
Agricultura familiar	25,1	3,7 ***	14,7	1,5
Agrícola	19,4	4,9 ***	9,8	-1,2
Pluriativo	33,5	2,6 *	26,2	0,0
NÃO METROPOLITANO RURAL				
Agricultura familiar	74,9	-1,1 ***	85,3	-0,3
Agrícola	80,6	-1,1 ***	90,2	0,1
Pluriativo	66,5	-1,2 *	73,8	0,0

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Quanto à Região Sul, o que importa destacar, além da estabilidade (estatística) do quantitativo da agricultura familiar urbana, em ambos os períodos em questão, diz respeito ao fato de que, ao contrário do período 1996-1999, em que se registrou uma redução significativa do número de

unidades familiares rurais (3,2% a.a.; Tabela 7), no período mais recente (2001-2004) ocorreu uma estabilidade desse contingente (Tabela 5). E tal estabilidade parece ter decorrido do comportamento estável do número de famílias pluriativas sulinas rurais, uma vez que o número de famílias agrícolas sulinas rurais declinou significativamente (1,7% a.a.; Tabela 5). Essa relação não é perceptível no período 1996-1999 (Tabela 7), em que a estabilidade da pluriatividade rural sulina não impediu a queda significativa do conjunto da agricultura familiar rural da Região.

Observando a evolução da agricultura familiar de uma forma desagregada por estratos de tamanho de área dos estabelecimentos, o quadro descrito anteriormente não se altera, na comparação dos períodos 1996-1999 e 2001-2004 (Tabelas 9 e 10). Apenas pode-se perceber que a redução significativa da agricultura familiar rural sulina, no período 1996-1999, havia decorrido da queda significativa do quantitativo do estrato de área mais expressivo (de 10 a 100 ha; Tabela 10). Destaca-se, no restante dos casos, uma estabilidade generalizada, em ambos os períodos em comparação.

Tabela 7. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1996-1999. (mil famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 ^a	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 ^a
NÃO-METROPOLITANO URBANO				
Agricultura familiar	411	6,0 ***	109	-3,8
Agricultura	193	6,0	43	-7,9 *
Pluriativo	217	5,9	66	-0,7
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Agricultura familiar	1653	4,1	604	-3,2 **
Agricultura	1049	1,0	472	-3,5 **
Pluriativo	604	10,0 ***	132	-1,9

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 8. Distribuição e taxas de crescimento da participação relativa do número de famílias da agricultura familiar sobre o total não-metropolitano, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1996-1999 (em %).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 *	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 *
NÃO-METROPOLITANO URBANO				
Agricultura familiar	19,9	1,5	15,3	-0,6
Agrícola	15,6	4,2 *	8,4	-4,1 *
Pluriativo	26,5	-2,7 *	33,2	0,8
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Agricultura familiar	80,1	-0,4	84,7	0,1
Agrícola	84,4	-0,7 *	91,6	0,4 *
Pluriativo	73,5	1,1 *	66,8	-0,4

Nota: excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Urbano.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DAS MASSAS DE RENDA AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLA DA AGRICULTURA FAMILIAR REGIONAL, NORDESTE E SUL, NOS PERÍODOS 1996-1999 E 2001-2004

Observando a evolução da agricultura familiar de uma forma desagregada por estratos de tamanho de área dos estabelecimentos, o quadro descrito anteriormente não se altera, na comparação dos períodos 1996-1999 e 2001-2004 (Tabelas 9 e 10). Apenas pode-se perceber que a redução significativa da agricultura familiar rural sulina, no período 1996-1999, havia decorrido da queda significativa do quantitativo do estrato de área mais expressivo (de 10 a 100 ha; Tabela 10). Destaca-se, no restante dos casos, uma estabilidade generalizada, em ambos os períodos em comparação.

A despeito desse quadro de estabilidade quase generalizada no tocante ao número de unidades familiares, segundo os estratos de área, importa destacar, diferentemente do quadro descrito acima, o aumento significativo (sentido estatístico) quase generalizado, pelas faixas de área, da massa de renda agrícola (somatório do total da renda agrícola das famílias) gerada no interior da agricultura familiar sulina (Tabela 11), no período 2001-2004. Esse dado é relevante, uma vez que em um período de tempo idêntico (1996-1999) verificou-se o contrário: a redução significativa da massa de renda agrícola gerada nas referidas unidades familiares sulinas. Esse é um dado

que evidencia o período 2001-2004 como mais favorável para os produtores familiares sulinos, comparativamente ao período anterior (1996-1999).

O mesmo não pode ser dito em relação à Região Nordeste. Note-se que a estabilidade do contingente da agricultura familiar nordestina (Tabelas 9 e 10), segundo as faixas de área, foi acompanhada por uma idêntica estabilidade da massa de renda agrícola gerada por essas unidades familiares (Tabelas 11 e 12) – exceção das unidades familiares nordestinas com mais de 100ha, as quais registraram queda significativa da massa de renda agrícola por elas gerada, em ambos os períodos analisados, a despeito do número de famílias desse estrato não ter diminuído (do ponto de vista estatístico) em nenhum dos dois períodos.

Tabela 9. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de área dos estabelecimentos: Nordeste e Sul, 2001-2004. (mil famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 ^a	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Menos de 2 ha				
Agricultura familiar	522	2,6	21	-3,2
De 2 a menos de 10 ha				
Agricultura familiar	549	-0,2	233	-2,1
Menos de 10 ha				
Agricultura familiar	1071	1,1	254	-2,2
De 10 a 100 ha				
Agricultura familiar	371	0,4	371	1,1
100 ha e mais				
Agricultura familiar	47	-6,3	34	9,6
Agricultura familiar (total)	1488	0,7	660	0,2

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 10. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de área dos estabelecimentos: Nordeste e Sul, 1996-1999. (mil famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 *		tx cresc. (% aa.) 1996/1999 *
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Menos de 2 ha				
Agricultura familiar	605	1,3	15	-2,3
De 2 a menos de 10 ha				
Agricultura familiar	642	5,6	221	-1,1
Menos de 10 ha				
Agricultura familiar	1246	3,4	236	-1,2
De 10 a 100 ha				
Agricultura familiar	367	7,6	340	-4,8 *
100 ha e mais				
Agricultura familiar	40	-5,3	28	3,5
Agricultura familiar (total)	1653	4,1	604	-3,2 **

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 11. Taxas de crescimento da renda agrícola total (massa de renda agrícola) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de área dos estabelecimentos: Nordeste e Sul, 2001-2004. (x mil)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 *	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 *
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Menos de 2 ha				
Agricultura familiar	81620,6	-2,2	8282,5	10,9
De 2 a menos de 10 ha				
Agricultura familiar	130110,6	1,0	135006,8	7,8 *
Menos de 10 ha				
Agricultura familiar	211731,2	-0,4	143289,3	7,9 *
De 10 a 100 ha				
Agricultura familiar	118243,4	-0,7	333912,4	8,4 *
100 ha e mais				
Agricultura familiar	23869,9	-27,2 **	73344,8	9,8
Agricultura familiar (total)	353844,4	-3,9 ***	550546,5	8,3 **

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 12. Taxas de crescimento da renda agrícola total (massa de renda agrícola) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de área dos estabelecimentos: Nordeste e Sul, 1996-1999. (x mil)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 *	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 *
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Menos de 2 ha				
Agricultura familiar	74648,3	-5,9	3061,9	-21,3 *
De 2 a menos de 10 ha				
Agricultura familiar	104458,5	-1,3	55524,5	-0,6
Menos de 10 ha				
Agricultura familiar	179106,7	-3,5	58586,4	-2,3
De 10 a 100 ha				
Agricultura familiar	71163,7	-1,3	147856,7	-8,8 ***
100 ha e mais				
Agricultura familiar	12082,9	-21,9 ***	37160,0	11,0
Agricultura familiar (total)	262353,4	-4,1	243603,1	-5,2 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
 a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
 Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
 ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
 Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 13. Taxas de crescimento da renda não-agrícola total (massa de renda não-agrícola) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de área dos estabelecimentos: Nordeste e Sul, 2001-2004. (x mil)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	2004	tx cresc. (% aa.) 2001/2004 *		tx cresc. (% aa.) 2001/2004 *
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Menos de 2 ha				
Agricultura familiar	105960,7	7,5 **	6475,8	-5,5
De 2 a menos de 10 ha				
Agricultura familiar	125894,0	2,7	75317,8	7,3
Menos de 10 ha				
Agricultura familiar	231854,8	4,7 ***	81793,6	6,1
De 10 a 100 ha				
Agricultura familiar	109058,6	4,7	134301,9	5,4 *
100 ha e mais				
Agricultura familiar	19316,4	0,4	23988,3	31,2 *
Agricultura familiar (total)	360229,8	4,4 ***	240083,8	7,5 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
 a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
 Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
 ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
 Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 14. Taxas de crescimento da renda não-agrícola total (massa de renda não agrícola) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de área dos estabelecimentos: Nordeste e Sul, 1996-1999. (x mil)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE		SUL	
	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 ^a	1999	tx cresc. (% aa.) 1996/1999 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL				
Menos de 2 ha				
Agricultura familiar	57147,2	9,8 **	4664,7	5,7
De 2 a menos de 10 ha				
Agricultura familiar	79821,6	17,8 ***	44292,7	17,3 **
Menos de 10 ha				
Agricultura familiar	136968,7	14,1 ***	48957,4	16,0 ***
De 10 a 100 ha				
Agricultura familiar	57545,5	21,3 *	60448,9	-6,9 **
100 ha e mais				
Agricultura familiar	8788,7	26,2	2549,9	-30,3 *
Agricultura familiar (total)	203302,9	16,7 ***	111956,3	-0,5

Nota: excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Urbano.

De um modo bastante inverso, as observações feitas para as Tabelas 13 e 14) são adequadas em sentido relativamente contrário para o Nordeste e o Sul. Ou seja, em termos da massa de renda agrícola³, comparada aos quantitativos de famílias, as observações são as já feitas; mas, em termos da massa de renda não agrícola gerada (e/ou recebidas) pelas unidades familiares – no interior dos respectivos estabelecimentos ou fora dos mesmos –, é a região Nordeste que apresenta crescimento significativo, em ambos os períodos em foco. As unidades familiares rurais da região Sul também apresentam crescimento significativo, mas apenas no período mais recente, 2001-2004 (7,5%a.a.), puxado pelos estratos de área com quantitativo familiar mais expressivo (de 10 a 100 ha e de 100 ha e mais).

Esses dados relativos às massas de renda agrícola e não-agrícola, comparados aos dados da evolução dos contingentes da agricultura familiar regional (totais e por faixas de área), servem para explicar a evolução da estrutura da composição da renda total da agricultura familiar regional,

³ Somatório das rendas totais do trabalho não-agrícola, de transferências governamentais (aposentadorias, pensões) e outros tipos de fonte (programas oficiais sociais, rendimentos financeiros, aluguéis, etc.).

conforme pode ser visto na Tabela 15. Observe-se nesta tabela que, do ponto de vista da agricultura familiar nordestina total e, notadamente, nas faixas de área com quantitativos de famílias mais expressivos (menos de 10 ha; entre 10 e 100 ha), tem ocorrido uma sistemática perda de participação da renda agrícola em relação à renda não-agrícola na composição da renda familiar total. Em 1996, a renda agrícola correspondia a 68,8% da renda total da agricultura familiar nordestina, contra apenas 49,6% (menos da metade), em 2004. Entre as unidades familiares nordestinas pluriativas, esse processo de aprofundamento da proletarização dos produtores familiares parece ser mais intenso, no total e segundo as faixas de área. Ou seja, cada vez mais a agricultura familiar nordestina depende menos da renda agrícola – e isso é evidenciado na análise das tabelas anteriores que mostraram a estabilidade da massa de renda agrícola e o crescimento da massa de renda não agrícola, nordestinos, em ambos os períodos em questão.

Semelhante observação não pode ser feita em relação à Região Sul. Nessa Região, o referido processo de perda sistemática da participação

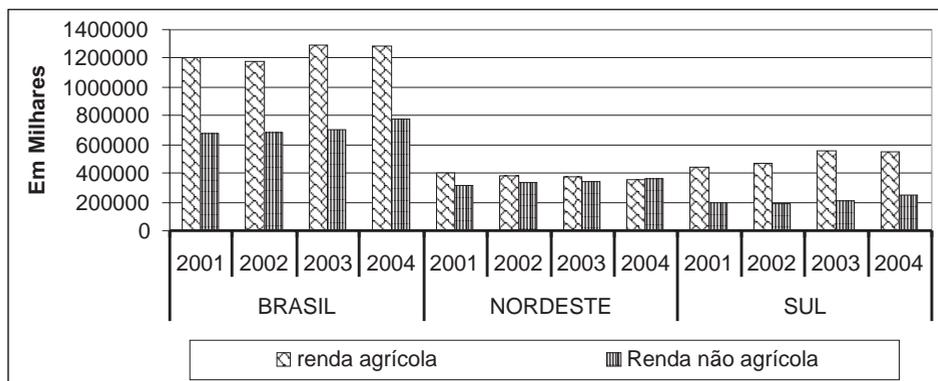
Tabela 15. Participação relativa (%) da renda agrícola total na composição da renda total da agricultura familiar, segundo local de domicílio e estratos de tamanho de estabelecimento: Nordeste e Sul, 1996, 1999, 2001 e 2004.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL			
	1996	1999	2001	2004	1996	1999	2001	2004
	AGRÍC. %							
NÃO-METROPOLITANO RURAL								
Menos de 2 ha								
Agricultura familiar	67,3	56,6	51,4	43,5	62,4	39,6	44,5	56,1
Pluriativo	63,0	50,5	46,7	41,7	45,2	35,8	33,0	47,2
De 2 a menos de 10 ha								
Agricultura familiar	67,7	56,7	52,2	50,8	65,6	55,6	63,1	64,2
Pluriativo	59,5	51,7	45,2	47,0	45,5	42,4	47,6	54,8
Menos de 10 ha								
Agricultura familiar	67,5	56,7	51,9	47,7	65,3	54,5	61,9	63,7
Pluriativo	61,3	51,2	45,9	44,7	45,4	41,7	46,4	54,4
De 10 a 100 ha								
Agricultura familiar	69,0	55,3	56,4	52,0	72,4	71,0	69,3	71,3
Pluriativo	61,9	49,1	54,0	48,5	54,5	55,6	55,0	61,2
100 ha e mais								
Agricultura familiar	80,4	57,9	75,8	55,3	75,7	93,6	86,0	75,4
Pluriativo	73,9	50,2	77,5	56,3	26,2	89,4	61,6	74,8
TOTAL (Agricultura Familiar)								
Pluriativo	68,8	56,3	56,3	49,6	71,0	68,5	69,5	69,6
	56,0	46,8	48,6	39,7	48,8	47,9	46,6	54,5

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

relativa da renda agrícola não é tão nítido como no Nordeste. No Sul há uma clara irregularidade na evolução da estrutura da composição da renda total das unidades familiares. E isso se explica também pela análise das tabelas anteriores que evidenciaram um comportamento relativamente assemelhado entre as massas de renda sulinas agrícola e não-agrícola, em ambos os períodos analisados. Vale dizer, quando uma aumenta a outra também, e vice-versa, especialmente no estrato com um quantitativo familiar mais expressivo (de 10 a 100 ha).

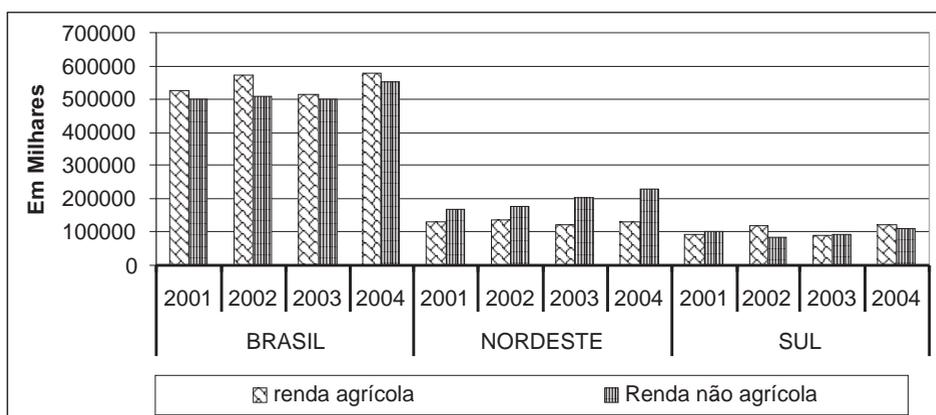
O Gráfico 1 ilustra, de forma clara, as considerações esboçadas nos parágrafos acima. Observe-se, no período 2001-2004, a perda de participação da renda agrícola total (massa de renda) e, ao contrário, o ganho de participação da massa de renda não-agrícola, para o conjunto da agricultura familiar nordestina rural não-metropolitana. Diferentemente desse processo, na Região Sul verifica-se um crescimento da massa de renda não-agrícola, porém, acompanhado de um crescimento da massa de renda agrícola, sendo que essa é nitidamente bem superior àquela. Gráficos semelhantes podem ser vistos no anexo desse trabalho, para faixas de área mais expressivas, do ponto de vista dos quantitativos das famílias.



Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria

Gráfico 1. Renda total – agricultura familiar total – rural não-metropolitano: Brasil, Nordeste e Sul, 2001-2004.

Observe-se, no Gráfico 2, que mesmo nas áreas urbanas não-metropolitanas, é no interior da agricultura familiar do Sul que a massa de renda agrícola é ainda importante tanto quanto a massa de renda não-agrícola. Na agricultura familiar urbana do Nordeste a massa de renda não-agrícola é mais importante, mais expressiva. Nessa análise do comportamento da renda total familiar (massa de renda), o Brasil como um todo (urbano e rural) é mais influenciado pela Região Sul.



Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria

Gráfico 2. Renda total - agricultura familiar total – urbano não-metropolitano: Brasil, Nordeste e Sul, 2001-2004.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DOS QUANTITATIVOS DAS UNIDADES FAMILIARES POBRES REGIONAIS, NORDESTE E SUL, NOS PERÍODOS 1996-1999 E 2001-2004

As Tabelas 16 e 17 apresentam os dados relativos à evolução quantitativa do contingente de unidades familiares pobres, segundo uma linha de pobreza adotada de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita familiar, para os períodos, respectivamente, de 2001-2004 e 1996-1999, para uma análise comparada entre os dois. Em relação à Região Sul, note-se uma tendência, que se repete, de queda significativa do número de unidades familiares pobres, em ambos os períodos. Quanto ao Nordeste, importa destacar uma continuada tendência de estabilidade do número de famílias pobres, nos respectivos períodos. No entanto, ressalte-se que o contingente de unidades familiares nordestinas pobres com menos de dois hectares de área cresceu significativamente no período 1996-1999 (Tabela 17). Por outro lado, esse

mesmo contingente de famílias nordestinas pobres não mais cresceu no período 2001-2004. Esse contingente de unidades familiares com menos de dois hectares de área responde por 35% da agricultura familiar nordestina, por menos de 25% da massa de renda agrícola gerada, e por um pouco menos de 30% da massa de renda não-agrícola gerada (Gráfico 3).

Tabela 16. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias pobres da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de estabelecimento: Nordeste e Sul, 2001-2004. (mil famílias)

Local domicílio – tipo família		NORDESTE			SUL		
		2004	tx cresc. (% aa.)		2004	tx cresc. (% aa.)	
			2001/2004 ^a			2001/2004 ^a	
Não-metropolitano Rural							
Menos de 2 ha							
Agricultura familiar		371	1,6		5	-19,8	
De 2 a menos de 10 há							
Agricultura familiar		349	-2,5		58	-17,8	**
Menos de 10 ha							
Agricultura familiar		720	-0,5		63	-18,1	**
De 10 a 100 ha							
Agricultura familiar		181	-0,7		59	-10,3	
100 ha e mais							
Agricultura familiar		14	-3,1		2	-	-
Agricultura familiar (total)		915	-0,5		123	-14,5	**

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.
Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 17. Distribuição e taxas de crescimento do número de famílias pobres da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de estabelecimento: Nordeste e Sul, 1996-1999. (mil famílias)

Local domicílio – tipo família	NORDESTE			SUL		
	1999	tx cresc. (% aa.)		1999	tx cresc. (% aa.)	
		1996/1999 ^a			1996/1999 ^a	
Não-metropolitano rural						
Menos de 2 ha						
Agricultura familiar	426	2,0	*	5	1,7	
De 2 a menos de 10 ha						
Agricultura familiar	408	5,7		80	-7,1	**
Menos de 10 ha						
Agricultura familiar	833	3,7		85	-6,6	**
De 10 a 100 há						
Agricultura familiar	187	7,7		77	-5,2	
100 ha e mais						
Agricultura familiar	11	-21,9	***	2	-	-
Agricultura familiar (total)	1031	3,9		165	-6,3	***

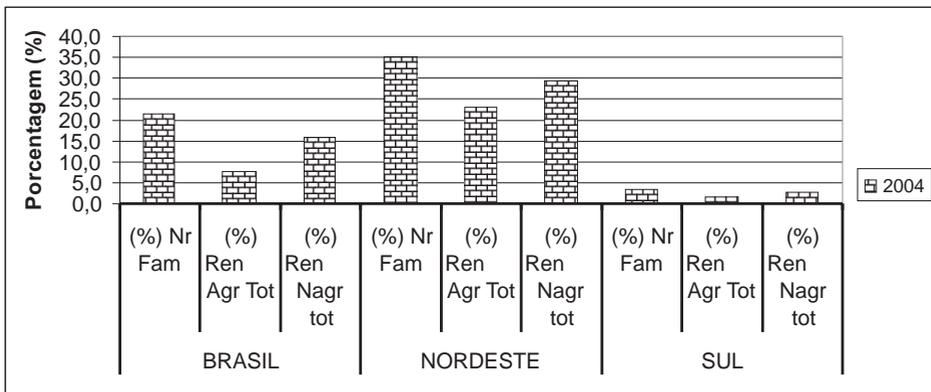
Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.



Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria

Gráfico 3. Participação relativa sobre o total: número de famílias, renda agrícola, renda-não agrícola (ag. fam.: menos de dois ha): Brasil, Nordeste e Sul, 2004.

6. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA E NÃO-OCUPADA NA AGRICULTURA FAMILIAR REGIONAL, NORDESTE E SUL, NO PERÍODO 2001-2004

Em relação à população ocupada e não-ocupada (pessoas, membros das unidades familiares em análise) da agricultura familiar, as Tabelas 18 e 19 mostram semelhança e diferenças entre o Sul e o Nordeste. Note-se que nas duas regiões cresceu significativamente o número da PEA rural não-metropolitana agrícola assalariada, no período 2001-2004. No Nordeste, esse aumento foi influenciado pela PEA do estrato de dois a menos de dez

Tabela 18. Taxas de crescimento do número de pessoas ocupadas⁴ e desocupadas da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de estabelecimento: Nordeste, 2001-2004. (mil pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE					
	Menos de 2 ha	De 2 a menos de 10 ha	Menos de 10 ha	De 10 a 100 ha	100 ha e mais	Agricultura familiar total (pessoas)
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	2001/2004 ^a	2001/2004 ^a	2001/2004 ^a	2001/2004 ^a	2001/2004 ^a	2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL						
Agricultura familiar (pessoas)	2,7	-1,3	0,5	1,8	-5,7	0,6
Agricultora	2,9	-1,6	0,3	3,7	-9,0	0,8
Assalariado	2,5	9,0 *	5,8	-0,8	4,5	4,4 *
Conta-própria	1,8	-1,9	-0,2	1,9	-9,8	0,0
Empregador	10,3	0,3	3,3	-0,1	-1,3	1,0
Não remunerado	4,4	-2,5	0,0	6,5	-12,2	1,3
Não agrícola	-0,4	1,0	0,4	-4,6	-7,8	-1,3
Assalariado	-0,5	0,7	0,2	-7,2	-2,7	-2,0
Conta-própria	3,4	3,6	3,5	9,3	-	4,2
Empregador	-	-	-	-	-	-
Não remunerado	-23,6 *	-9,2	-15,4	-	-	-20,1 *
Não ocupados	3,1 *	-1,2	0,8	-0,4	1,0	0,6
Desempregado	16,2 *	-0,8	7,3	5,0	-	7,6
Aposentado	20,6 ***	7,5	13,5 *	12,6 ***	14,0	13,2 *
Inativo sem renda	-3,4	-4,4 ***	-3,9 **	-5,8 *	-6,1	-4,4 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

⁴ PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15h de ocupação ou dedicadas exclusivamente ao autoconsumo e à autoconstrução.

hectares (Tabela 18). No Sul, a influência foi do estrato mais geral com menos de 10 hectares (Tabela 19). Em ambas as regiões também cresceu significativamente o número de aposentados, sendo que foi no Nordeste que esse crescimento se deu em quase todos os estratos de área (Tabela 18). No Sul, registrou-se o aumento significativo da PEA rural não-agrícola por conta-própria, puxado pelo estrato de 10 a menos de 100 hectares (Tabela 19).

Esses dados reforçam as observações anteriores acerca do processo de proletarização da agricultura familiar, uma vez que se constata que a população (pessoas) da agricultura familiar se ocupa de forma crescente (sentido estatístico) em atividades agrícolas assalariadas. Diferente disso é o crescimento significativo da ocupação como conta-própria não em atividades agrícolas, senão em atividades não-agrícolas.

Tabela 19. Taxas de crescimento do número de pessoas ocupadas e desocupadas da agricultura familiar, segundo o local de domicílio e estratos de tamanho de estabelecimento: Sul, 2001-2004. (mil pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	SUL					
	Menos de 2 ha	De 2 a menos de 10 ha	Menos de 10 ha	De 10 a 100 ha	100 ha e mais	Agricultura familiar total (pessoas)
	tx cresc. (% aa.)					
	2001/2004 ^a					
NÃO-METROPOLITANO RURAL						
Agricultura familiar (pessoas)	-5,4	-2,8	-3,0	0,6	9,9	-0,3
Agrícola	-6,8	-2,8	-3,1	0,3	7,1	-0,7
Assalariado	--	12,8	16,6 ***	5,8	--	12,8 **
Conta-própria	-4,1	-1,0	-1,3	0,1	1,0	-0,3
Empregador	--	4,7	5,9	4,0	--	8,2
Não remunerado	-18,9 *	-5,2	-5,9	0,1	6,5	-2,0
Não agrícola	--	4,5	4,1	8,7	-13,8 **	5,8
Assalariado	--	4,2	4,1	7,2	-5,3	5,5
Conta-própria	--	5,8	2,6	25,4 *	--	11,7 ***
Empregador	--	--	--	--	--	--
Não remunerado	--	--	--	--	--	--
Não ocupados	-6,2	-5,4	-5,0	-0,1	21,6	-0,7
Desempregado	--	--	--	4,5	--	5,6
Aposentado	--	-1,6	-1,1	2,6	40,2 *	2,6 *
Inativo sem renda	--	-7,7	-7,3	-1,7	15,3	-2,6

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de seis observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Por fim, importante também notar que no Nordeste verificou-se ainda uma redução significativa da população inativa sem rendimentos, no total da agricultura familiar (4,4%a.a.) e em quase todos os estratos de área, no período de 2001 a 2004 (Tabela 18).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos positivos apontados ao longo do trabalho foram: 1) o número de unidades familiares nordestinas pobres residentes em áreas rurais não-metropolitanas parou de crescer, estabilizou-se (sentido estatístico) nos anos 2001-2004, comparativamente aos anos 1996 a 1999, durante os quais registrou-se aumento do contingente de famílias de produtores rurais nordestinos da faixa de área dos estabelecimentos com menos de dois hectares (30,0% do total da agricultura familiar nordestina rural não-metropolitana); 2) na Região Sul, a redução significativa do contingente de unidades familiares rurais não-metropolitanas que ocorreu no período 1996-1999 deixou de ocorrer no período 2001-2004, estabilizando-se (sentido estatístico) e, juntamente com isso, registrou-se o aumento da massa de renda agrícola gerada por essas unidades familiares, no total e por faixas de área.

Na agricultura familiar da Região Sul a renda agrícola mantêm-se como a principal componente na estrutura da composição da renda total familiar. Diferentemente, na agricultura familiar da Região Nordeste a renda agrícola já não é a mais importante parcela da renda familiar total, e, mais que isso, vem perdendo participação relativa para as rendas não-agrícolas – observação evidenciada para os dois períodos observados, 1996-1999 e 2001-2004.

Por essa razão, como elemento negativo, podem ser apontados: 1) sistemático processo de proletarização, especialmente das camadas inferiores da agricultura familiar nordestina, sem que tal processo tenha logrado reverter a tendência de crescimento do número de famílias pobres na agricultura familiar da Região, do estrato de menos de dois hectares (1996-1999) – por outro lado, pode-se considerar positivo que, embora não tenha ocorrido referida inversão, já houve um estancamento do dito crescimento (2001-2004); 2) adicionalmente ao ponto anterior, 61,5% das unidades familiares nordestinas ainda estavam abaixo da linha de pobreza estipulada (1/2 salário mínimo familiar per capita), em 2004 (no Sul essa proporção é bem menor, 18,6%); 3) reforçando os pontos anteriores: a despeito do crescimento da massa de renda não-agrícola, em consonância com a estabilização da massa

de renda agrícola, os contingentes de unidades familiares nordestinos pobres não apresentou queda significativa, o que indica que a massa de renda não-agrícola gerada, especialmente no período 2001-2004, não foi suficiente para alçar para cima da linha de pobreza essas unidades familiares.

Enfim, no cômputo geral dos dados aqui apresentados, é perceptível que o período 2001-2004 apresentou resultados mais favoráveis para a agricultura familiar das duas Regiões abordadas, Nordeste e Sul, comparativamente ao período 1996-1999. E que, de acordo com o apontado na introdução do trabalho, os resultados do período 2001-2004 devem-se: 1) às alterações no ambiente macroeconômico, especialmente a política cambial, que favoreceu os produtores familiares exportadores, e amenizou o grau de exposição do conjunto da agricultura familiar à concorrência externa (o que favoreceu especialmente a agricultura familiar da Região Sul); e 2) à forte ampliação do número de contratos e dos recursos destinados à agricultura familiar, notadamente nordestina, sem falar das transferências de renda dos programas oficiais sociais (bolsa família, por exemplo).

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C.; MARQUES, R. W. C. *Crescimento agrícola no Brasil no período 1999-2004: explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para Discussão/IPEA, n. 1103).

GASQUES, J. G.; SPOLADOR, H. F. S. *Taxa de juros e política de apoio interno à agricultura*. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para Discussão/IPEA, n. 952).

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. Agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001. 539 p.

MELO, F. Homem de. Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil. In: COMÉRCIO internacional, segurança alimentar e agricultura familiar. [S.l.]: Action Aid Brasil, 2001. p. 7-44.

REZENDE, G. C. *Estado, macroeconomia e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: IPEA. 246 p. (Coleção Estudos Rurais).

_____. Política de crédito rural e expansão agrícola dos cerrados. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001. 539 p.

VERDE, C. M. Villa. Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001. 539 p.

Resumo

O presente trabalho analisou a evolução de alguns aspectos relacionados à agricultura familiar nacional e regional, concernentes ao número de unidades familiares, locais de domicílio (metropolitano, não-metropolitano, rural, urbano), massa de renda agrícola e não- agrícola, famílias pobres e população ocupada e não-ocupada. Comparando o período recente (2001-2004) com o período anterior (1996-1999), pôde-se inferir que no período 2001-2004 a agricultura familiar regional, Nordeste e Sul, apresentou resultados mais favoráveis, comparativamente ao período anterior.

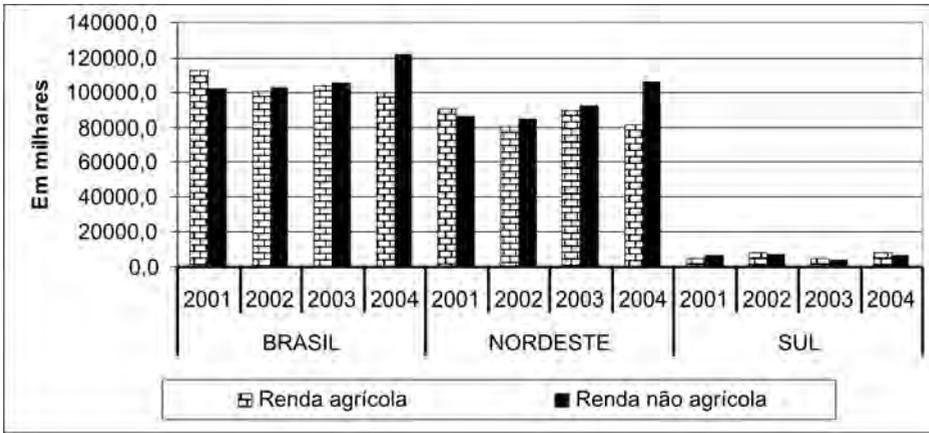
Abstract

The present work analyzed the evolution of some aspects related to in family farming – in national and regional terms – concerning the number of family units, residence locality (metropolitan, non-metropolitan, rural, urban), total income from agriculture and non-agriculture activities, families at the poverty line, and occupied and unemployed population. By comparing the recent period (2001-2004) with the former period (1996-1999), it was possible to infer that in the 2001-2004 period, the regional in family agriculture (Northeast and South regions) has shown more favorable results when compared to those of the former one.

O Autor

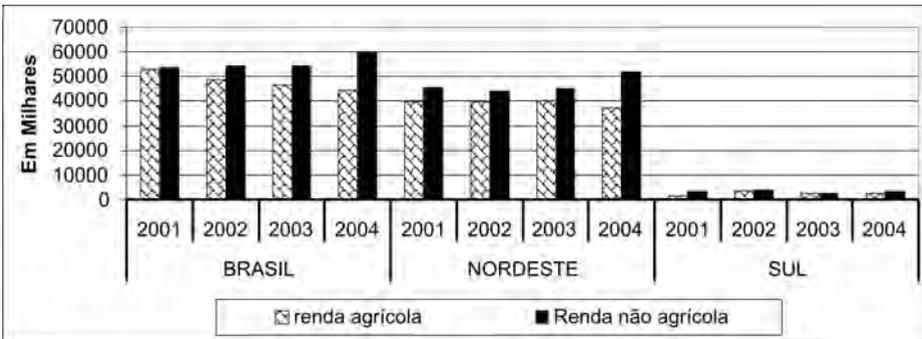
CARLOS ALVES DO NASCIMENTO é mestre em Economia, doutor em Economia Aplicada e professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária.

Anexo estatístico



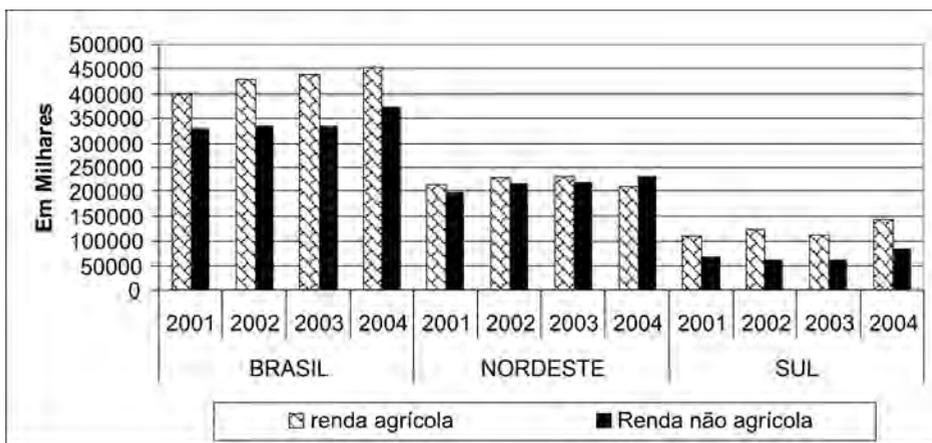
Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria.

Gráfico A. Renda total – agricultura familiar – menos de dois ha – rural não-metropolitano: Brasil, Nordeste e Sul, 2001-2004.



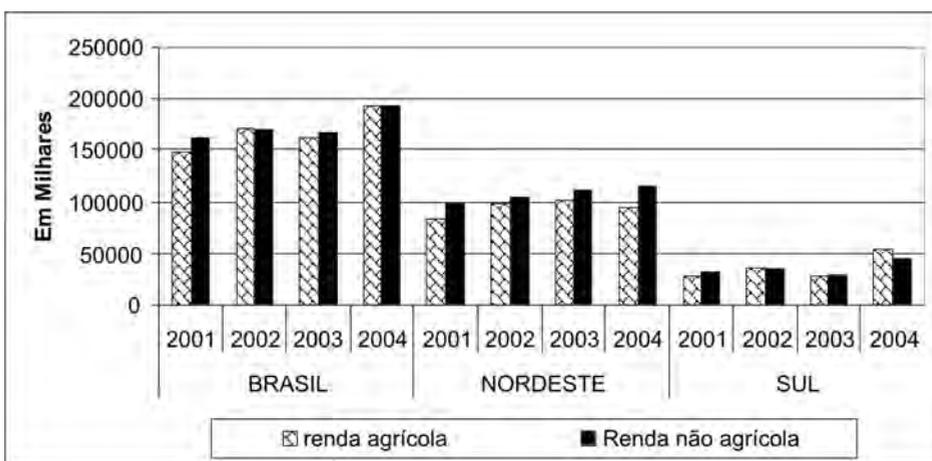
Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria.

Gráfico B. Renda total – agricultura familiar (pluriativa) – menos de dois ha – rural não-metropolitano: Brasil, Nordeste e Sul, 2001-2004.



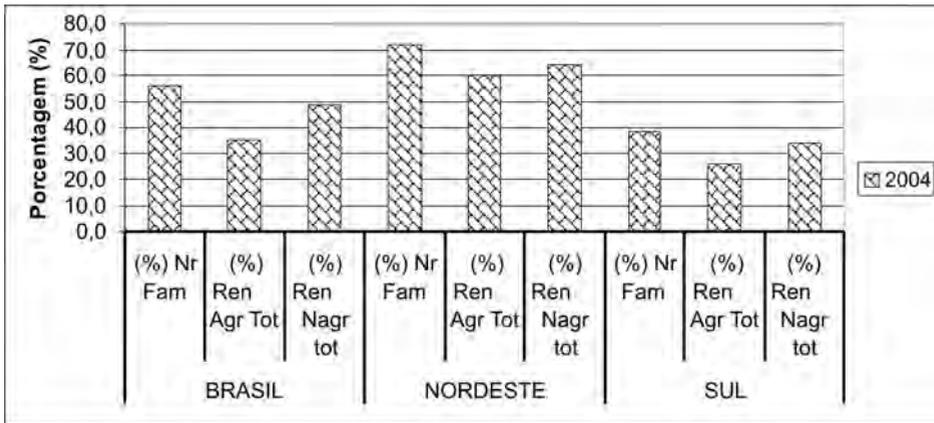
Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria.

Gráfico C. Renda total - agricultura familiar - menos de 10 ha - rural não-metropolitano: Brasil, Nordeste e Sul, 2001-2004.



Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria.

Gráfico D. Renda total - agricultura familiar (pluriativa) - menos de 10 ha - rural não-metropolitano: Brasil, Nordeste e Sul, 2001-2004.



Fonte: microdados PNAD-IBGE - elaboração própria.

Gráfico E. Participação relativa sobre o total: número de famílias, renda agrícola, renda não-agrícola (ag. fam.: menos de 10 ha): Brasil, Nordeste e Sul, 2001-2004.

Tabela A. Evolução do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Brasil, 2001-2004. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
Menos de 2 ha					
Agricultura familiar	567	525	570	577	1,4
De 2 a menos de 10 ha					
Agricultura familiar	951	998	941	944	-0,8
Menos de 10 ha					
Agricultura familiar	1518	1523	1511	1521	0,0
De 10 a 100 ha					
Agricultura familiar	999	1052	1048	1026	0,8
100 ha e mais					
Agricultura familiar	163	150	173	149	-1,2
Agricultura familiar (total)	2680	2725	2732	2696	0,2

Tabela B. Evolução do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste, 2001-2004. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
Menos de 2 ha					
Agricultura familiar	567	525	570	577	1,4
De 2 a menos de 10 ha					
Agricultura familiar	951	998	941	944	-0,8
Menos de 10 ha					
Agricultura familiar	1518	1523	1511	1521	0,0
De 10 a 100 ha					
Agricultura familiar	999	1052	1048	1026	0,8
100 ha e mais					
Agricultura familiar	163	150	173	149	-1,2
Agricultura familiar (total)	2680	2725	2732	2696	0,2

Tabela C. Evolução do número de famílias da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Sul, 2001-2004. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
Menos de 2 ha					
Agricultura familiar	21	18	13	21	-3,2
De 2 a menos de 10 ha					
Agricultura familiar	238	239	205	233	-2,1
Menos de 10 ha					
Agricultura familiar	259	257	218	254	-2,2
De 10 a 100 ha					
Agricultura familiar	360	390	396	371	1,1
100 ha e mais					
Agricultura familiar	29	21	34	34	9,6
Agricultura familiar (total)	649	668	648	660	0,2

Tabela D. Evolução da *renda agrícola total* (massa de renda) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste, 2001-2004. (x 1.000)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
Menos de 2 ha					
Agricultura familiar	90843,9	80583,3	89387,3	81620,6	-2,2
De 2 a menos de 10 ha					
Agricultura familiar	124056,7	148037,7	141356,0	130110,6	1,0
Menos de 10 ha					
Agricultura familiar	214900,6	228621,0	230743,3	211731,2	-0,4
De 10 a 100 ha					
Agricultura familiar	117602,4	117595,7	107952,9	118243,4	-0,7
100 ha e mais					
Agricultura familiar	69867,6	34097,3	35793,4	23869,9	-27,2 **
Agricultura familiar (total)	402370,5	380314,0	374489,6	353844,4	-3,9 ***

Tabela E. Evolução da *renda agrícola total* (massa de renda) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Sul, 2001-2004. (x 1.000)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
Menos de 2 ha					
Agricultura familiar	5153,4	7736,9	5221,9	8282,5	10,9
De 2 a menos de 10 ha					
Agricultura familiar	103448,4	114375,1	108921,9	135006,8	7,8 *
Menos de 10 ha					
Agricultura familiar	108601,8	122112,0	114143,7	143289,3	7,9 *
De 10 a 100 ha					
Agricultura familiar	264067,6	312610,1	345223,4	333912,4	8,4 *
100 ha e mais					
Agricultura familiar	72052,4	39504,5	95730,4	73344,8	9,8
Agricultura familiar (total)	444721,8	474226,5	555097,6	550546,5	8,3 **

Tabela F. Evolução da *renda não agrícola total* (massa de renda) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste, 2001-2004. (x 1.000)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
Menos de 2 ha					
Agricultura familiar	85828,5	84771,7	92451,0	105960,7	7,5 **
De 2 a menos de 10 ha					
Agricultura familiar	113478,1	132670,9	126683,0	125894,0	2,7
Menos de 10 ha					
Agricultura familiar	199306,7	217442,6	219134,0	231854,8	4,7 ***
De 10 a 100 ha					
Agricultura familiar	90957,5	103993,6	95832,5	109058,6	4,7
100 ha e mais					
Agricultura familiar	22360,3	15688,7	25258,9	19316,4	0,4
Agricultura familiar (total)	312624,5	337124,9	340225,4	360229,8	4,4 ***

Tabela G. Evolução da *renda não agrícola total* (massa de renda) da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Sul, 2001-2004. (x 1.000)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
Menos de 2 ha					
Agricultura familiar	6437,5	7056,9	3950,3	6475,8	-5,5
De 2 a menos de 10 ha					
Agricultura familiar	60463,2	54938,8	57491,7	75317,8	7,3
Menos de 10 ha					
Agricultura familiar	66900,7	61995,7	61442,0	81793,6	6,1
De 10 a 100 ha					
Agricultura familiar	116902,5	112526,4	125940,7	134301,9	5,4 *
100 ha e mais					
Agricultura familiar	11733,1	10004,9	17721,9	23988,3	31,2 *
Agricultura familiar (total)	195536,3	184526,9	205104,6	240083,8	7,5 *

Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004

*Ralph Hakkert
George Martine*

INTRODUÇÃO

A PNAD de 2004, cujos resultados o IBGE divulgou em novembro de 2005, constitui o instrumento mais recente para acompanhar a evolução da dinâmica demográfica no Brasil. Este ensaio oferece uma análise exploratória dos dados dessa fonte, referentes a movimentos migratórios, os quais serão comparados com os resultados do Censo Demográfico de 2000 e com outros dados históricos.

A inclusão de quesitos referentes à migração nas PNADs ainda é relativamente recente (desde 1992) e o número de estudos sobre o tema que têm sido realizados com essa fonte ainda é bastante limitado (ver Cunha, 2002 a). Um fator que facilita a análise e a comparação com o Censo é que, pela primeira vez, a PNAD de 2004 inclui a área rural da Região Norte que, à exceção do Estado de Tocantins, até então não tinha sido considerada nas PNADs. Isto possibilita uma análise mais representativa dos fluxos migratórios dirigidos a essa Região e uma avaliação mais correta dos saldos migratórios de todas as UFs.

É verdade, no entanto, que não obstante as novas oportunidades de análise, tais dados apresentam também limitações quanto às possibilidades de correlação com transformações de curto prazo na sociedade. Os movimentos migratórios constituem uma resposta a estímulos simultâneos de curto e longo prazo. Ou seja, alguns processos estruturais – como, por exemplo, as mudanças no padrão tecnológico de produção agrícola, os efeitos da globalização econômica sobre a estrutura produtiva em diferentes espaços do território nacional ou as mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade – influenciam as intenções de migrar de maneira difusa ao longo

do tempo. Outros fatores – tais como as decisões do setor público ou privado de financiar grandes projetos e construções (complexos petrolíferos, barragens, conjuntos habitacionais, etc.), a descoberta de minérios preciosos, a violência, ou catástrofes climáticas produzem efeitos de prazo mais curto. Identificar os determinantes dos diversos tipos de fluxos que ocorrem simultaneamente no curto prazo é um empreendimento bastante complexo.

A busca de melhores condições de vida fundamenta a maioria dos deslocamentos populacionais. Para populações em idades ativas, isso normalmente significa a busca de melhor emprego e de renda. As pessoas se deslocam para aquelas localidades onde sua rede de informações – que, evidentemente, pode não ser perfeita – lhes indica que existem maiores possibilidades de encontrar um trabalho ou uma atividade melhor remunerada. No nível agregado, isso significa que grosso modo os migrantes seguem a mesma rota que os investimentos econômicos. Entretanto, a relação entre estímulo e migração não é perfeita nem imediata. Mesmo para os estudiosos e acadêmicos, a informação sobre a espacialização dos investimentos produtivos tende a ser defasada.

Dado esse conjunto de limitantes, não se deve esperar uma análise definitiva dos fatores determinantes desses movimentos populacionais de um estudo focado nos deslocamentos populacionais ocorridos durante o período recente. Muito menos pode se esperar uma apreciação de, por exemplo, como a atuação e as políticas do governo atual têm afetado os movimentos migratórios, mesmo porque a maior parte do período de referência para a apreciação da migração recente (1999-2004) corresponde ao governo anterior. Entretanto, como o interesse do estudo é mais conjuntural do que estrutural, aqui se enfocarão os fluxos migratórios recentes, atribuindo-se menos atenção aos estoques de não-naturais residentes nas unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. Nesse intento de caracterização dos fluxos recentes e sua contextualização dentro de uma perspectiva histórica mais ampla, enfocaremos os seguintes aspectos: fluxos inter-regionais, fluxos interestaduais, migração de retorno, migração para Regiões Metropolitanas e outras áreas urbanas; componentes do crescimento metropolitano e diferencial entre migrantes e não-migrantes.

Uma limitação de outra natureza, mais operativa, refere-se à representatividade de resultados muito desagregados, já que a PNAD se baseia em dados amostrais. Faz-se necessária ter cautela no caso da migração, já que o fenômeno tende a levar a análises muito desagregadas que podem

facilmente ultrapassar a representatividade da amostra. Embora o tamanho amostral total de 399.354 indivíduos que caracteriza de PNAD de 2004 seja o maior de todas as pesquisas domiciliares da América Latina, o IBGE alerta para o fato de que os resultados são representativos ao nível da população total das Grandes Regiões, unidades da Federação e Regiões Metropolitanas, mas não necessariamente ao nível de desagregações mais detalhadas, inclusive das estratificações sociais que podem ser realizadas dentro de cada UF ou Região Metropolitana.

A PNAD de 2004 emprega as seguintes frações de amostragem médias: 1/269 na Região Norte, 1/398 no Nordeste, 1/672 no Sudeste, 1/442 no Sul e 1/299 no Centro-Oeste.¹ Este trabalho não fornecerá estimativas sistemáticas de todas as variâncias amostrais dos números apresentados. Entretanto, alguns casos fundamentais que apresentam grandes variações com relação às tendências históricas merecem uma investigação que lhes confira significado. Em outros casos, porém, os resultados deste estudo devem ser interpretados meramente como indicações de tendências, sugerindo possíveis pistas de análise.

Além da variabilidade da amostra, ainda existem dúvidas acerca de outros aspectos da captação de informação na PNAD. Cunha (2002 a) comparou os resultados da pergunta sobre a residência numa data fixa entre o Censo Demográfico de 1991 e a PNAD de 1992, e encontrou diferenças relativamente grandes em algumas UFs, mesmo as maiores, como os estados

¹ Mais especificamente, o relatório da PNAD menciona as seguintes frações:

1/50 na parte rural de Roraima;

1/80 na parte rural do Acre e do Amapá;

1/150 na parte rural de Rondônia, na parte urbana do Acre e de Roraima, na Região Metropolitana de Belém e na parte rural do Pará;

1/200 na parte urbana de Rondônia e do Amapá, na parte rural do Amazonas, no Estado de Tocantins, nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, de Recife, de Salvador e de Porto Alegre, e no Distrito Federal;

1/250 na parte urbana do Amazonas e na parte rural do Pará;

1/300 nos Estados de Sergipe, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de Goiás;

1/350 na parte urbana do Pará, nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Curitiba;

1/400 no Rio de Janeiro não-metropolitano;

1/450 nos Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, da Bahia não-metropolitana e do Espírito Santo;

1/500 nos Estados do Piauí e do Ceará não-metropolitano, em Pernambuco não-metropolitano;

1/550 no Estado de Minas Gerais não-metropolitano, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no Paraná não-metropolitano, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul não-metropolitano;

1/750 no Estado do Maranhão; e

1/800 em todo o Estado de São Paulo.

da Região Sudeste.² Como o próprio autor indica, essas diferenças poderiam, até certo ponto, ser uma consequência do ano de defasagem que existe entre ambas as fontes mas, de qualquer forma, sugerem uma certa cautela na interpretação dos resultados.

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO PERÍODO RECENTE

De acordo com os dados da PNAD 2004, uma parcela importante dos fluxos migratórios recentes no Brasil sofreu tanto uma redução de volume quanto mudanças de rumo em comparação com quinquênios anteriores. Tais alterações nos padrões tradicionais migratórios podem ser observadas em relação aos fluxos inter-regionais, assim como interestaduais. Abaixo se descreve em algum detalhe quais foram as principais mudanças, primeiras em nível inter-regional e depois em nível interestadual. As últimas duas seções do trabalho analisarão o crescimento das Regiões Metropolitanas e a seletividade dos migrantes, temas em que também se vislumbram algumas possíveis modificações em comparação com as tendências históricas.

A MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL

De acordo com a Tabela 1, o número de pessoas que migraram da sua região de residência (nos últimos cinco anos) para uma outra Grande Região aumentou de 3.226 mil para 3.364 mil entre 1986-91 e 1995-2000, mas diminuiu significativamente para 2.863 mil, entre 1999-2004. Essa redução é particularmente notável tendo em vista o aumento da base de migrantes

Tabela 1. Entradas e saídas de migrantes internos nas Grandes Regiões segundo informação da data fixa, 1986-1991, 1995-2000 e 1999-2004

	Entradas			Saídas		
	1986-1991	1995-2000	1999-2004	1986-1991	1995-2000	1999-2004
Norte	408.522	355.438	330.660	277.298	292.747	266.919
Nordeste	477.907	647.375	848.002	1.354.441	1.411.423	934.589
Sudeste	1.426.943	1.404.871	844.677	786.815	946.284	1.059.913
Sul	285.270	330.614	305.063	470.641	349.814	270.477
Centro-Oeste	627.287	625.244	534.879	336.734	363.274	331.383
Total	3.225.929	3.363.542	2.863.281	3.225.929	3.363.546	2.863.281

Fontes: Dados para 1986-91 de Oliveira e Simões, 2004; dados para 1995-2000 e 1999-2004 obtidos de: IBGE, Censo Demográfico 2000 e PNAD 2004

² No caso da imigração, as diferenças relativas foram - 3,4 % em Minas Gerais, 20,1 % no Espírito Santo, - 18,0 % no Rio de Janeiro e - 10,0 % em São Paulo.

em potencial no país como um todo; ou seja, o aumento populacional de 135,8 milhões em 1986, para 149,1 milhões em 1995 e para 158,9 milhões em 1999 deveria, *ceteris paribus*, redundar em um aumento considerável do número de migrantes de um período a outro. Se os dados citados acima estão corretos, então estariam apontando para uma mudança relativamente abrupta no nível de deslocamentos espaciais de grande distância.

Provavelmente o resultado mais marcante sobre a migração que surge da análise da PNAD se refere à aparente ruptura do padrão histórico da migração inter-regional entre o Nordeste e o Sudeste. O Censo de 2000 já demonstrava que, apesar do saldo migratório fortemente negativo do Nordeste (de - 743.188), o fluxo de migrantes (em parte, de retorno) do Sudeste para o Nordeste era o segundo fluxo migratório inter-regional mais importante do período de 1995-2000, superado apenas pelo fluxo no sentido contrário (Tabela 2.A). Esse fluxo também se mostrava crescente em comparação com o período 1986-91. Se os resultados são relativizados em termos de probabilidades de migração (Tabela 2.B), o quadro muda devido à grande base populacional sobre a qual se calcula a probabilidade migratória do Sudeste para o Nordeste, mas mesmo assim continua sendo a sexta maior, depois das probabilidades associadas aos fluxos do Nordeste para o Sudeste, do Centro-Oeste para o Sudeste, do Norte para o Centro-Oeste, do Sul para o Sudeste e do Norte para o Nordeste.

Tabela 2.A. Fluxos absolutos de migrantes inter-regionais 1995-2000

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	86.838	68.185	22.954	114.770	292.747
NE	182.712	-	969.435	31.027	228.249	1.411.423
SE	75.466	462.626	-	214.918	193.274	946.284
S	26.990	27.898	205.975	-	88.951	349.814
CO	70.270	70.013	161.276	61.715	-	363.274
Exterior	13.789	20.860	88.136	52.665	26.770	202.220
Total	369.227	668.235	1.493.007	383.279	652.014	3.515.021

Fonte: Calculado com base nos dados publicados do Censo 2000.

Tabela 2.B. Matriz de probabilidade condicional de migração-permanência 1995-2000

Destino Origem	N	NE	SE	S	CO
N	0.9738	0.0078	0.0061	0.0021	0.0103
NE	0.0042	0.9675	0.0223	0.0007	0.0053
SE	0.0004	0.0071	0.9863	0.0033	0.0030
S	0.0012	0.0012	0.0090	0.9847	0.0039
CO	0.0069	0.0069	0.0158	0.0060	0.9644

Fonte: Calculado com base nos dados publicados do Censo 2000.

Comparando a Tabela 2.A com a Tabela 3.A, que mostra os resultados da PNAD de 2004, as seguintes diferenças chamam a atenção:

1. Uma diminuição não desprezível, da ordem de 15%, no volume de fluxos inter-regionais entre os quinquênios de 1995-2000 e de 1999-2004;
2. Uma forte redução da migração do Nordeste para o Sudeste e ao mesmo tempo um aumento significativo do fluxo no sentido oposto, de tal magnitude que o fluxo predominante presente é precisamente do Sudeste para o Nordeste;³
3. Reduções significativas da migração do Sul e do Centro-Oeste para o Sudeste e do Norte e do Nordeste para o Centro-Oeste;

³ Tomando em conta que a fração de amostragem média no Nordeste foi 1/398 e no Sudeste 1/672, pode-se calcular que o desvio padrão da diferença entre os números 620.334 e 548.513 na Tabela 3.A foi menor de 25.000 pessoas. A tabela de coeficientes de variação providenciada pelo IBGE, na nota técnica divulgada junto com os resultados da PNAD, sugere um desvio padrão um pouco menor de 30.000. Em ambos os casos, a diferença dos fluxos seria demasiado grande para poder ser atribuída a fatores aleatórios. Entretanto, também deve ser lembrado que a diferença está entre dentro dos limites que Cunha (2002 a) encontrou para a variação da PNAD de 1992 com relação ao Censo de 1991 na Região Sudeste.

Tabela 3.A. Fluxos absolutos de migrantes inter-regionais 1999-2004

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	100.613	50.939	29.742	85.625	266.919
NE	186.675	-	548.513	20.745	178.656	934.589
SE	55.738	620.334	-	206.284	177.557	1.059.913
S	26.307	25.584	125.545	-	93.041	270.477
CO	61.940	101.471	119.680	48.292	-	331.383
Exterior	9.207	14.556	73.233	37.171	23.445	157.612
Total	339.867	862.558	917.910	342.234	558.324	3.020.893

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

Tabela 3.B. Matriz de probabilidade condicional de migração-permanência 1999-2004

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO
N	0.9791	0.0079	0.0040	0.0023	0.0067
NE	0.0041	0.9796	0.0120	0.0005	0.0039
SE	0.0008	0.0086	0.9853	0.0029	0.0025
S	0.0011	0.0010	0.0051	0.9891	0.0038
CO	0.0054	0.0089	0.0105	0.0042	0.9710

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

4. Um certo aumento da migração do Centro-Oeste para o Nordeste;
5. Uma continuação da tendência já observada no Censo de 2000, de arrefecimento da emigração de Região Sul, que passou a ter saldo migratório positivo.

O principal componente dessa redução expressiva no movimento migratório total pareceria residir na diminuição dos fluxos em direção à Região Sudeste. Assim, a migração para o Sudeste caiu de 1.427 mil em 1986-91, para 1.405 mil em 1995-2000 e para apenas 918 mil entre 1999-2004. Paralelamente, a migração inter-regional para o Nordeste aumentou de 478 mil para 647 mil e para 863 mil, nos mesmos períodos. Enquanto isso, o número de saídas do Nordeste teve um ligeiro aumento entre os dois primeiros períodos, mas uma queda significativa de 1.411 mil para 935 mil entre 1995-2000 e 1999-2004.

Em síntese, não somente o Sudeste passou a ser menos atrativo para migrantes das outras regiões, mas também um grande número de pessoas residentes em outras regiões, especialmente no Sudeste, optou por residir no Nordeste. Conforme se verá mais adiante, uma parte significativa dessa migração para o Nordeste é composta de migrantes de retorno. Nos mesmos períodos, as Regiões Norte e Centro-Oeste mantiveram uma tendência declinante no que se refere a migrantes recebidos – embora continuassem com saldos positivos – e a Região Sul passou pela primeira vez a ter um saldo migratório positivo.

A Tabela 4, onde são apresentadas informações sobre saldos migratórios líquidos para as Grandes Regiões em três quinquênios recentes, resume essas diversas tendências. A principal observação estimulada por essa tabela diz respeito, novamente, à inversão dos tradicionais padrões migratórios entre as Regiões Sudeste e Nordeste durante o quinquênio mais recente. Ou seja, o saldo líquido negativo do Nordeste, Região tradicionalmente exportadora

Tabela 4. Saldos migratórios internos na migração inter-regional nos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 1999-2004

	Saldos migratórios internos		
	1986-1991	1995-2000	1999-2004
Norte	131.224	62.691	63.741
Nordeste	-876.534	-764.048	-86.587
Sudeste	640.128	458.587	-215.236
Sul	-185.370	-19.200	34.586
Centro-Oeste	290.553	261.970	203.496

Fontes: Dados para 1986-91 de Oliveira e Simões, 2004; dados para 1995-2000 e 1999-2004 obtidos de: IBGE, Censo Demográfico 2000 e PNAD 2004.

de mão-de-obra ficou reduzido a uma décima parte do que era antes. Simultaneamente, a Região Sudeste passou de principal receptor de movimentos migratórios para principal exportador de migrantes no período 1999-2004.

Não é possível apresentar um quadro completo acerca dos fluxos inter-regionais em termos de origens e destinos urbanos e rurais, devido à ausência de informação sobre a zona de residência na origem, mas a Tabela 5 apresenta informações sobre a zona de residência atual (em 2004) dos migrantes inter-regionais. Da população total com mais de 5 anos de idade, 30,6 % residia em áreas urbanas metropolitanas, mas o mesmo aconteceu com apenas 25,2 % dos migrantes recentes.⁴ O mesmo acontece com a residência rural, que foi escolhida por apenas 12,4 % dos migrantes recentes, embora representasse 13,5% da população geral. Isso indica uma preferência dos migrantes recentes para áreas urbanas fora das Regiões Metropolitanas. Tal observação se coaduna com os resultados de vários trabalhos recentes que têm comentado a redução do ritmo de crescimento das RMs antigas e o despontar de novos “Aglomerados Metropolitanos Recentes” com ritmos de crescimento mais elevados.⁵ A tendência é particularmente notável na Região Nordeste, onde 69,2% dos migrantes recentes residem em áreas urbanas não-metropolitanas, contra 51,6% da população geral. Uma exceção é a Região Centro-Oeste, onde essas porcentagens em 2004 foram 65,6% e 69,8%, respectivamente. Como seria de esperar, os destinos rurais são mais frequentes entre migrantes da Região Sul e Nordeste para a Região Norte e entre os migrantes do Sul para o Centro-Oeste, enquanto os migrantes da Região Nordeste para o Sudeste e Sul apresentam os maiores índices de residência metropolitana.

No atual momento é difícil precisar quais seriam os principais fatores que teriam motivado as mudanças no fenômeno migratório assinaladas anteriormente. A Tabela 6 retrata a evolução da renda domiciliar per capita entre 1992 e 2004. Esta tabela mostra que, em termos relativos, entre 1998 e 2004, a renda per capita efetivamente diminuiu mais na Região Sudeste do que no Nordeste. Embora o diferencial de renda também tenha diminuído um pouco como resultado desta tendência, a média no Sudeste continua sendo mais do que o dobro do Nordeste, de modo que é difícil acreditar que

⁴ Como os dados sobre migrantes recentes se referem exclusivamente à população com mais de cinco anos, a comparação é feita com o conjunto da população acima desta idade. Este último dado não consta da Tabela 5.

⁵ Vide Baeninger (2004) para uma análise do crescimento dos diferentes tipos de aglomerados.

Tabela 5: Composição dos migrantes inter-regionais 1999-2004 por zona de residência urbana metropolitana (UM), urbana não-metropolitana (U) e rural (R)

	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			Total		
	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R	UM	U	R
N	-	-	-	6,0	81,4	12,6	50,7	46,5	2,8	18,8	81,2	0,0	7,7	77,2	15,1	16,5	73,4	10,1
NE	8,3	62,9	28,8	-	-	-	55,2	39,7	5,1	54,5	34,1	11,5	30,0	60,2	9,8	41,0	48,1	10,9
SE	8,8	73,1	18,2	12,6	67,3	20,1	-	-	-	26,0	67,2	6,8	26,3	65,3	8,5	17,3	67,3	15,5
S	4,6	61,5	33,9	34,5	52,6	12,9	26,6	63,1	10,3	-	-	-	6,0	66,1	27,9	18,1	63,0	18,9
CO	7,0	77,8	15,2	8,5	72,8	18,8	33,1	59,2	7,7	18,1	74,5	7,4	-	-	-	18,5	69,1	12,4
T	7,9	67,3	15,2	12,0	69,2	18,8	47,5	46,4	7,7	26,0	67,5	7,4	21,0	65,6	13,5	25,2	61,4	12,4

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

Tabela 6. Renda real domiciliar per capita, corrigida pelo INPC, Grandes Regiões, 1992-2004

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Norte	266	300	374	358	357	353	333	342	338	305	336
Nordeste	199	211	255	257	258	269	261	261	265	248	266
Sudeste	456	467	609	623	625	626	587	598	594	558	562
Sul	416	454	537	547	534	549	530	554	549	546	574
Centro-este	375	428	468	491	518	535	493	506	530	484	515
Brasil	362	381	474	484	484	491	465	473	473	447	462

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociais (IETS) com base na PNAD; os dados da Região Norte excluem a área rural, exceto no Estado de Tocantins.

a explicação da forte mudança nos padrões migratórios se encontra aí. As tendências do PIB regional transmitem a mesma impressão. Segundo o IBGE, o PIB per capita do Nordeste aumentou de R\$ 2.920,00 para R\$ 3.120,00 entre 1998 e 2002, enquanto no Sudeste diminuiu de R\$ 8.610,00 para R\$ 8.520,00. De novo, essas mudanças são muito modestas para explicar uma reversão tão espetacular das tendências migratórias. Desta forma, surgem duas hipóteses opostas ou talvez complementárias: a primeira de que novas oportunidades de trabalho tenham passado a existir em número e visibilidade suficientes para atrair grandes números de migrantes ao Nordeste; a segunda de que as condições de emprego na Região Sudeste tenham deteriorado ou se modificado (em termos da demanda), expulsando assim volumosos contingentes de migrantes. Retornaremos a essas hipóteses no contexto do próximo segmento.

A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL

A análise em nível estadual não pode prescindir de certa cautela devido às limitações da amostra, mas sim é possível comparar os dez fluxos principais dos períodos 1995-2000 e 1999-2004. Vários desses fluxos se repetem de um período a outro, embora não necessariamente na mesma ordem de importância. É digno de nota que, já no período 1995-2000, ao lado dos fluxos da Bahia (1º lugar), Minas Gerais (3º), Pernambuco (4º) e Paraná (5º) para São Paulo, havia três contra-fluxos de São Paulo para Minas Gerais (2º), Paraná (6º) e Bahia (7º). No período 1999-2004 todos esses fluxos continuavam entre os dez mais importantes, à exceção do fluxo de Pernambuco para São Paulo, que agora passou a ser substituído por um fluxo no sentido oposto (8º), confirmando a tendência notada acima com respeito à mudança de sentido predominante dos fluxos inter-regionais entre o Sudeste e o Nordeste. Com isso, enfrentamos agora o fato extraordinário de que os saldos migratórios tanto da Região Sudeste como do Estado de São Paulo se tornaram negativos: -215.236 e -155.132, respectivamente. Este dado é mais surpreendente ainda quando se considera que no período 1995-2000 o saldo migratório do Estado de São Paulo ainda era 339.925 positivos. Ou seja, houve uma diminuição de quase meio milhão no saldo migratório em apenas quatro anos.

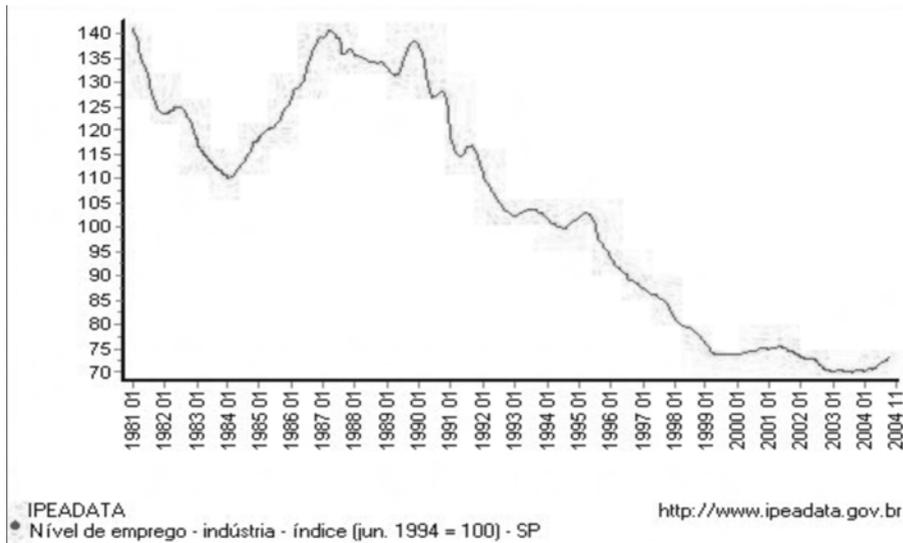
Tabela 7A. Fluxos absolutos detalhados de migrantes interestaduais 1999-2004

Destino/ origem	Norte	MA- PI	NE Central	SE-BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC-RS	MS- MT- GO	DF
Norte	-	69.811	22.823	7.979	10.447	5.170	7.899	27.393	15.635	14.107	79.050	6.575
MA-PI- CE	145.248	-	25.631	3.517	4.650	0	6.965	31.551	0	582	54.121	30.212
RN-PB- PE	27.416	30.048	-	49.255	29.987	4.228	40.434	166.176	6.035	5.788	22.229	16.031
AL-SE- BA	14.011	3.136	40.250	-	32.805	26.782	12.664	192.271	4.357	3.983	42.698	13.365
MG	17524	2.613	10.459	22.545	-	35.243	27.761	200.028	5.767	11.055	42.044	23.421
ES	5.461	1.319	4147	12.862	49.170	-	21.126	12.259	385	209	1.320	411
RJ	7.430	7.392	85.018	17.433	42.981	22.553	-	42.179	4.530	7.287	7.958	10.892
SP	25.323	66.949	225.429	164.168	193.891	7.048	27.319	-	117.343	59.708	78.567	12.944
PR	19.322	5.305	8.809	3.119	6.761	2.349	3.951	61.634	-	100.152	57.108	2.672
SC-RS	6.985	0	6.073	2.278	7.936	1.880	5.455	35.579	78.319	-	29.769	3.492
MS-MT- GO	46.931	18.004	13.437	7.011	36.297	1.879	7.902	44.625	26.911	17.972	-	32.058
DF	15.009	26.502	26.052	10.465	14.483	0	4.560	9.862	1.196	2.213	89.640	-
Exterior	9.207	1.566	8.948	4.042	8.160	2.348	12.658	50.067	25.545	11.626	15.638	7.807

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004

As informações apresentadas no Gráfico 1 sugerem que a segunda hipótese formulada na seção anterior (de que a reversão de padrões migratórios tradicionais se deve principalmente a motivos de expulsão do Sudeste) pode ser correta. O gráfico mostra que o emprego industrial caiu pela metade entre 1981 e 2004, sendo que o período 1999 a 2004 é justamente o momento em que os níveis de emprego se estabilizam nos patamares mais baixos. Segundo o Dieese, a taxa de desemprego na Região Metropolitana aumentou de 13,2% para 19,9% entre 1995 e 2003.⁶ Simultaneamente, ocorreu uma contração relativa do setor industrial em termos do valor total de vendas, de 46,4% do total nacional em 2000 para 42,5% em 2003, enquanto Paraná (de 5,9% para 7,2%), Rio de Janeiro (de 6,6% para 7,4%) e Bahia (de 4,5% para 5,1%) registraram aumentos. É verdade, como indicado mais abaixo, que, no conjunto das atividades econômicas, São Paulo não perdeu sua preeminência econômica no período, devido à rápida expansão dos seus setores de serviços e seu crescimento como centro financeiro. Entretanto, esses dados podem significar uma mudança na demanda de mão-de-obra e no perfil do emprego; essa não estaria favorecendo aos migrantes menos qualificados, podendo assim explicar pelo menos parte das saídas (e/ou a redução de atratividade) da Região Sudeste.

Gráfico 1. Nível de emprego industrial: resultados mensais retrospectivos no Estado de São Paulo



⁶ Nos dois anos seguintes, a taxa de desemprego se contraiu, chegando a 16,9% em 2005.

Os outros fluxos relevantes incluem aqueles do Distrito Federal para o Estado de Goiás (resultado da periferização do DF), fluxo esse que já estava entre os dez mais importantes no período de 1995-2000, a migração do Paraná para Santa Catarina, também já importante em 1995-2000, e a migração do Maranhão para Pará, que se intensificou no período 1999-2004. Embora seja difícil extrair conclusões definitivas, devido às limitações da amostra, também parece que houve aumentos da migração do Rio de Janeiro e de São Paulo para a Paraíba, de São Paulo para o Piauí e do Piauí para o Maranhão.

Tabela 7B. Saldos migratórios internos⁷ das UFs, 1995-2000 e 1999-2004

Unidade da Federação	1995-2000	1999-2004
Rondônia	10.591	- 6.193
Acre	- 2.434	1.565
Amazonas	30.968	11.073
Roraima	33.370	25.059
Pará	- 52.190	47.685
Amapá	29.469	14.244
Tocantins	12.917	- 29.692
Maranhão	- 173.650	- 77.092
Piauí	- 52.079	5.694
Ceará	- 23.783	21.106
Rio Grande do Norte	6.631	36.210
Paraíba	- 61.480	42.471
Pernambuco	- 115.417	- 24.936
Alagoas	- 71.982	- 4.350
Sergipe	- 4.822	2.585
Bahia	- 267.466	- 88.275
Minas Gerais	39.122	30.978
Espírito Santo	34.003	- 1.537
Rio de Janeiro	45.537	- 89.617
São Paulo	339.925	- 155.132
Paraná	- 39.690	- 10.704
Santa Catarina	59.986	75.019
Rio Grande do Sul	- 39.496	- 29.729
Mato Grosso do Sul	- 11.029	- 7.200
Mato Grosso	42.571	111.680
Goiás	202.804	146.997
Distrito Federal	27.624	- 47.909

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

⁷ O termo “interno” se refere ao fato de que se considera apenas a migração interna; os fluxos provenientes ou dirige-los ao exterior não são tomados em conta.

No que se refere aos saldos migratórios estaduais resultantes desses fluxos, além da reversão dramática do sinal do saldo de São Paulo, o qual já se mencionou acima, é de notar que cinco dos nove Estados nordestinos agora têm saldos positivos: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. No período de 1995-2000, somente o Rio Grande do Norte apresentava balanço ligeiramente positivo. A mudança no caso da Paraíba é particularmente notável. Esse estado passou de um saldo negativo de -61.480 para um positivo de 42.471. A Bahia manteve um saldo negativo, mas o tamanho absoluto desse se reduziu muito, de -267.466 para -88.275, enquanto no Maranhão passou de -173.650 para -77.092. Outras mudanças notáveis são as reversões do sinal do saldo do Estado do Pará, que passou de negativo para positivo, e do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, que passaram de receptores a expulsos líquidos.

Ramos e Ferreira (2005) analisaram os padrões regionais de crescimento do emprego com dados do Rais⁸ e encontraram que o aumento absoluto do número de empregos formais entre 1998 e 2003 foi maior em São Paulo, embora a taxa de crescimento nesse estado estivesse abaixo do nível nacional. Uma situação semelhante ocorreu no Paraná e em Minas Gerais, estados grandes e povoados, onde houve um aumento absoluto considerável, embora modesto em termos relativos. Os aumentos relativos mais significativos se registraram no Pará, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Até certo ponto, esse padrão é consistente com as tendências migratórias mencionadas acima. Entretanto, não explica porque aumentou tanto o saldo migratório de um Estado como Paraíba, cuja expansão do emprego formal ficou abaixo da média nacional.

⁸ É preciso interpretar esses dados com cuidado, na medida em que alguns autores disputam a adequação da Relação Anual das Informações Sociais (Rais) para a medição do emprego. Diniz e Diniz (2004), por exemplo, observam que “dados formais de emprego, apurados pela Rais para o período 1985-2000, mostram que a RMSP perdeu 572 mil empregos no setor industrial, compensados pelo ganho de 942 mil empregos nas demais atividades levando a um resultado positivo de 370 mil empregos. Entretanto, a análise do emprego formal não reflete de forma adequada as transformações estruturais e a precarização do mercado de trabalho. Os dados de ocupação apurados pelos censos demográficos são mais consistentes, pois envolvem a economia formal e a informal. Enquanto no período 1985-2000 a RMSP teve um aumento absoluto de 370 mil empregos formais, segundo dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)/Rais, os censos demográficos mostram que, entre 1980 e 1991, houve um aumento de 1,125 milhões de ocupações e, entre 1991 e 2000, outras 544 mil, perfazendo um acréscimo total de 1,669 milhões de ocupados. Isto indica que, embora grave, a crise econômica na RMSP não teve a dimensão sugerida pela queda no emprego formal, apontando para os limites da hipótese de desindustrialização.”

A MIGRAÇÃO DE RETORNO

A hipótese de que uma parte significativa do aumento da migração da Região Sudeste para o Nordeste se deve à contração relativa das oportunidades de emprego no Sudeste também recebe apoio da análise da migração em termos da naturalidade dos migrantes. Como mostra a Tabela 8, no Brasil inteiro 17,7% dos migrantes inter-regionais eram migrantes de retorno para o seu município de nascimento; 12,7% estavam voltando para o seu estado de origem, embora para um outro município; e 2,4% eram naturais da Grande Região, mas não da UF. No caso do Nordeste, entretanto, essas porcentagens são muito maiores (37,5%, 24,1% e 6,9%, respectivamente), com uma migração de retorno particularmente elevada no caso dos migrantes provenientes da Região Centro-Oeste (44,7%, 28,0% e 6,8%, respectivamente). No caso específico do Estado da Paraíba, cujo aumento do saldo migratório não pôde ser explicado satisfatoriamente acima, as porcentagens se encontram próximas desta média regional: 40,8%, 18,9% e 11,0%. É importante assinalar que não parece tratar-se majoritariamente de trabalhadores de maior idade, que estariam voltando para a sua região de origem para se aposentar. De fato, a idade média dos migrantes de retorno do Sudeste para o Nordeste era de 32,5 anos e somente 13,7% tinham mais de 50 anos (ver Tabela 10).

Tabela 8. Porcentagens de naturais do município (M), de outro município da UF (UF) e de outra UF da macro-região (R) para migrantes 1999-2004

	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			Total		
	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R	M	UF	R
N	-	-	-	21,5	26,7	11,5	11,8	6,5	5,0	20,0	14,1	5,9	6,3	10,4	1,8	14,6	16,2	6,5
NE	5,1	2,4	2,7	-	-	-	5,1	2,7	1,7	11,6	13,7	1,9	2,0	2,3	1,4	4,7	2,8	1,8
SE	14,5	6,2	1,0	39,3	23,5	6,1	-	-	-	18,5	16,8	4,8	8,5	4,5	1,5	28,8	18,1	4,8
S	7,1	2,2	2,3	28,5	14,7	6,4	14,9	18,6	7,2	-	-	-	3,5	1,7	2,0	11,5	10,9	4,9
CO	13,9	11,6	6,6	44,7	28,0	6,8	19,8	20,3	4,0	20,0	28,6	8,6	-	-	-	26,4	22,2	6,0
T	7,2	3,2	2,3	37,5	24,1	6,9	9,0	7,8	3,0	18,4	18,2	5,3	5,1	4,2	1,6	17,7	12,7	2,4

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

No caso da migração para a Região Sul, onde também se poderia esperar uma porcentagem relativamente alta de migração de retorno (devido à emigração havida em décadas passadas), os índices efetivamente são mais

Tabela 9. Idade média e porcentagem de pessoas maiores de 50 anos para migrantes inter-regionais 1999-2004

Destino/ origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	27,0 10,3	28,4 9,8	28,8 11,3	26,2 7,0	27,2 9,3
NE	25,3 6,4	-	25,5 5,5	30,9 9,8	24,9 5,8	25,5 5,8
SE	30,2 10,6	28,8 11,1	-	30,1 13,6	29,7 12,4	29,3 11,8
S	28,9 10,2	29,2 8,9	31,9 16,3	-	30,3 11,4	30,8 13,3
CO	26,5 5,7	28,0 6,6	30,0 13,3	25,8 6,9	-	28,1 8,9
Total	26,6 7,3	28,5 10,4	27,3 8,5	29,3 12,1	27,6 9,2	27,9 9,4

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

Tabela 10. Idade média e porcentagem de pessoas maiores de 50 anos para migrantes de retorno à região de origem, 1999-2004

Destino/ Origem	N	NE	SE	S	CO	Total
N	-	30,8 13,0	38,8 21,9	27,8 3,5	27,4 4,4	30,9 11,6
NE	22,9 5,7	-	27,0 11,9	32,3 11,1	19,4 0,0	25,6 9,1
SE	28,9 8,3	32,5 13,7	-	31,2 10,8	27,7 10,3	32,0 13,0
S	22,5 5,7	32,1 10,8	33,5 19,8	-	25,1 4,6	32,0 16,3
CO	25,5 4,5	29,8 5,8	35,8 20,7	28,0 10,7	-	30,8 10,7
Total	25,2 5,8	31,9 12,5	32,6 17,8	30,2 10,1	25,9 6,2	31,9 12,3

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

elevados do que as médias nacionais: 18,4% para o município de nascimento, 18,2% para o Estado e 5,3% para a Região, com porcentagens particularmente altas no caso da migração proveniente das Regiões Centro-Oeste e Norte. Dos migrantes da Região Centro-Oeste para o Sul, um total de 57,2% eram naturais de alguma UF da Região Sul. No caso da Região Nordeste, chama a atenção o fato de que a maioria dos migrantes de retorno é relativamente jovem. A proporção de migrantes de retorno é particularmente baixa no caso das Regiões Norte e Centro-Oeste. As idades médias mais elevadas são as dos migrantes das Regiões Sul e Centro-Oeste para o Sudeste.

MIGRAÇÕES PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS

O conceito de Região Metropolitana tem sido alterado nos últimos anos para incorporar um grande número de “Aglomerados Urbanos”.⁹ Entretanto, as nove Regiões Metropolitanas (RMs) antigas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) continuam dominando o panorama demográfico e econômico do país. Os dados da PNAD 2004 permitem uma análise mais detalhada dos processos migratórios para cada uma dessas áreas. Entretanto, alguma cautela precisa ser exercida nessa análise, na medida em que os dados referentes à população total de cada RM foram expandidos com base em projeções e não se baseiam diretamente na amostra da PNAD. A incorporação de novos municípios em algumas RMs também pode afetar os dados, principalmente no que se refere às tendências de crescimento.

Nas discussões referentes às mudanças no padrão demográfico das RMs, menciona-se freqüentemente que “o crescimento demográfico das aglomerações metropolitanas tem sido declinante.”¹⁰ Presume-se, freqüentemente, que a importância da migração para essas cidades é cada vez mais reduzida. Essas hipóteses são analisadas aqui para o período 2000 a 2004.

De acordo com a Tabela 11, as nove RMs antigas continuariam constituindo uma parcela significativa da população brasileira: seus 55 milhões de habitantes em 2004 estariam representando 30% do total nacional. Por outro lado, seu ritmo de crescimento vem, de fato, declinando ao longo do tempo. Tal redução no ritmo de crescimento populacional em grandes cidades é, *veteris paribus*, uma tendência praticamente inevitável.

⁹ Vide a respeito Ipea/IBGE/Nesur, 1999.

¹⁰ Vide, por exemplo, Brito e Marques, 2005: 5.

Numa cidade pequena, um afluxo importante de migrantes fatalmente faz com que a sua taxa de crescimento dispare; numa cidade grande, esse mesmo afluxo pode não ter praticamente nenhum impacto nas taxas de crescimento demográfico. Além disso, a taxa de crescimento de todas as cidades brasileiras foi afetada pela queda acentuada e rápida da fecundidade que se verificou no Brasil a partir da década de 60.¹¹ Por esses motivos, o ritmo de crescimento das maiores cidades vinha declinado sistematicamente desde 1970. Conseqüentemente, as porcentagens de migrantes recentes nas RMs atualmente são baixas em comparação a períodos anteriores, variando de 3,0% no Rio de Janeiro a 10,6% em Curitiba (dados não apresentados).

Tabela 11. Crescimento absoluto e relativo das Regiões Metropolitanas 1970-2004

	1970	1980	1991	2000*	2000**	2004
Belém	655.901	999.165	1.332.723	1.674.183	1.795.536	2.006.051
Fortaleza	1.036.779	1.580.066	2.303.645	2.852.514	2.984.689	3.295.915
Recife	1.791.322	2.357.156	2.883.250	3.278.284	3.337.565	3.560.552
Salvador	1.147.821	1.766.582	2.493.224	3.021.572	3.021.572	3.298.592
Belo Horizonte	1.658.482	2.609.520	3.611.227	4.310.999	4.349.425	4.794.718
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.715	9.796.498	10.894.156	10.894.156	11.470.644
São Paulo	8.139.730	12.585.725	15.416.416	17.878.703	17.878.703	19.178.329
Curitiba	821.233	1.439.456	1.995.952	2.662.441	2.726.556	3.080.541
Porto Alegre	1.574.239	2.287.291	3.028.980	3.523.691	3.658.376	3.983.905
Total	23.717.028	34.397.676	42.861.915	50.096.543	50.646.578	54.669.247
Belém		4,30 %	2,65 %	2,57 %		2,81 %
Fortaleza		4,30 %	3,49 %	2,40 %		2,51 %
Recife		2,78 %	1,85 %	1,44 %		1,63 %
Salvador		4,41 %	3,18 %	2,16 %		2,22 %
Belo Horizonte		4,64 %	3,00 %	1,99 %		2,47 %
Rio de Janeiro		2,44 %	1,01 %	1,19 %		1,30 %
São Paulo		4,45 %	1,86 %	1,66 %		1,77 %
Curitiba		5,77 %	3,02 %	3,25 %		3,10 %
Porto Alegre		3,81 %	2,59 %	1,70 %		2,15 %
Total		3,79 %	2,02 %	1,75 %		1,93 %

*Agrupação de municípios dentro de cada RM compatível com o critério utilizado no Censo Demográfico de 1991.

**Agrupação de municípios dentro de cada RM compatível com o critério utilizado na PNAD 2004.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNAD 2004.

¹¹ A queda da fecundidade acaba reduzindo as taxas de crescimento das cidades tanto pela redução do crescimento vegetativo dentro das cidades como pela redução no ritmo de crescimento da população dos migrantes-em-potencial que poderiam eventualmente deslocar-se para as cidades.

No período 1940-70, a taxa de crescimento do conjunto das nove RMs havia sido de 4,54%^{a a}: essa taxa declinou, conforme mostrado na Tabela 11, para 3,79% na década de 70, para 2,02% na década de 80 e para 1,75% na década de 90. Entretanto, os dados (projetados) para o período 1999-2004 estariam mostrando uma ligeira, mas surpreendente, retomada da taxa de crescimento das RMs, comparado ao período anterior (1,93%^{a a} contrastando com o anterior 1,75%^{a a}). Essa reversão é particularmente inesperada tendo em vista que:

- a) A taxa de fecundidade do país e das RMs encontra-se cada vez mais baixa;
- b) Os outros tipos de migração, tanto inter-regional como intra-regional, têm se arrefecido no período (vide discussão nas seções anteriores);
- c) O país está passando por uma fase de desconcentração e diversificação espacial da atividade econômica, especialmente industrial, que deveria redundar numa redução do crescimento metropolitano; e,
- d) Os dados sobre migração em direção urbana, apresentados acima, mostram que os migrantes se dirigem, de preferência, para outras áreas urbanas que as RMs tradicionais.

Todos esses fatores, contraditórios com a aceleração do crescimento das RMs, obrigam a uma certa cautela na interpretação dos dados da Tabela 11 sobre o crescimento das RMs. A hipótese mais plausível pareceria ser de que os supostos em que foram baseadas as projeções de população nas RMs encontram-se defasados, seja em termos da contribuição da migração, seja em termos dos níveis de fecundidade da população. Na Tabela 12, compara-se o número de migrantes interestaduais recentes em cada uma das RMs em 2000 e 2004. Observa-se, de fato, uma redução significativa e sistemática no número de migrantes recentes em cada uma das RMs. Esta mudança de padrão pode ter afetado, em parte, a atualidade dos supostos da projeção para as RMs.

Sem dúvida, as antigas RMs continuam tendo um papel muito destacado na evolução da espacialização da população brasileira, apesar da redução significativa do seu ritmo de crescimento nos últimos 35 anos. Em princípio, essa continuidade estaria relacionada com a reestruturação

Tabela 12: Número de migrantes interestaduais recentes residentes nas Regiões Metropolitanas em 2000 e 2004 (data fixa)

Regiões Metropolitanas e DF	Número de Migrantes Interestaduais	
	2000	2004 *
Belém	43.782	32.085
Fortaleza	70.925	48.874
Recife	61.759	49.605
Salvador	52.992	52.846
Belo Horizonte	95.335	72.959
Rio de Janeiro	277.663	104.240
São Paulo	794.606	442.093
Curitiba	111.621	79.364
Porto Alegre	58.821	47.731
Distrito Federal	220.623	152.073
Total	1.788.127	1.081.870

* É preciso tomar em conta que os coeficientes de variação destes números variam entre 7,5%, no caso dos maiores, e 15 %, nos menores.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e PNAD 2004

produtiva das RMs em torno dos setores de serviços e finanças. Embora não seja possível aprofundar essa tese aqui, a seguinte análise de Diniz e Diniz, assim como os dados apresentados na Tabela 13, merecem ser apreciados neste contexto:

“Na década de 1990, a tendência de queda da participação da RMSP na renda seria atenuada em função das mudanças tecnológicas e organizacionais, da reestruturação produtiva, da concentração do setor financeiro e de serviços e da entrada de investimento estrangeiro. Essa reestruturação afetaria mais a economia do município de São Paulo, pelo fortalecimento de sua posição como centro de comando da economia nacional e de seu papel na articulação com a economia mundial. Houve expansão das atividades comerciais e de serviços, permitindo a geração de emprego e renda, que contrabalançariam as perdas do setor industrial. Os censos demográficos mostram que, entre 1980 e 1991, houve um aumento de 1,125 milhões de ocupações e, entre 1991 e 2000, outras 544 mil, perfazendo um acréscimo total de 1,669 milhões de ocupados. Isto indica que, embora grave, a crise econômica na RMSP não teve a dimensão sugerida pela queda no emprego formal, apontando para os limites da hipótese de desindustrialização, que será discutida adiante. Pode-se concluir que no Brasil

tem ocorrido uma ampliação da importância demográfica e econômica de uma rede de metrópoles, coerente com a dimensão geográfica do país e com o processo de desconcentração relativa e de crescimento das economias regionais. A despeito disso, São Paulo mantém sua função de cidade primaz do Brasil, mudando suas funções e ampliando seu papel como o grande centro articulador da economia nacional e principal pólo de integração com a economia mundial”. (Diniz e Diniz, 2004: 64-65)

Tabela 13. Participação das Regiões Metropolitanas nas rendas total e industrial

Região	Renda total			Renda industrial de transformação		
	1981	1992	2002	1981	1992	2002
Belém	0,7	0,7	0,9	0,4	0,3	0,5
Fortaleza	1,2	1,3	1,5	0,9	1,1	1,2
Recife	1,8	1,7	1,8	1,4	1,1	1
Salvador	2	1,9	1,9	2,1	1,5	1,3
Belo Horizonte	3	3	3,2	2,9	3	3,3
Rio de Janeiro	13	10,8	9,2	11,7	7,5	5,6
São Paulo	20,1	17,1	16,6	36,5	30	23,3
Curitiba	1,8	1,9	2,4	1,7	2	2,6
Porto Alegre	3,5	3,3	3,3	3,4	3,7	4
Subtotal	47,3	41,8	40,8	61,1	50,2	42,9
Resto do Brasil	52,7	58,2	59,2	38,9	49,8	57,1
Brasil	100	100	100	100	100	100

Fonte: Diniz e Diniz, 2004: 63, Tabela 1

Nas discussões referentes às mudanças no padrão demográfico das RMs, presume-se que a importância da migração para essas cidades está regredindo. Na realidade, conforme pode ser visto na Tabela 14 e no Gráfico 2, em termos absolutos, a migração para as RMs continua tendo um saldo bastante positivo, sendo responsável por cerca de 36 % do crescimento total das RMs. Em algumas RMs, notadamente Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, a migração chega a equivaler-se ou superar o crescimento vegetativo.¹²

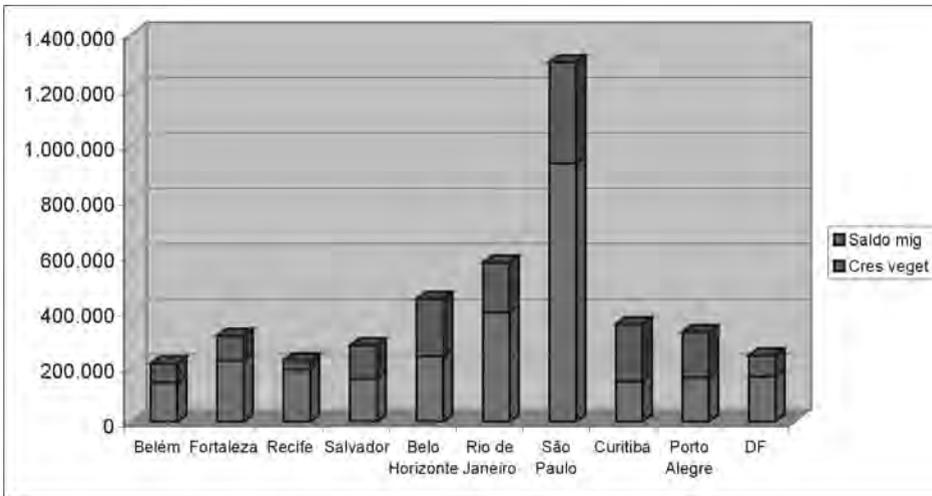
¹² Deve ser observado que a emigração das RMs, apresentada na Tabela 14, como foi obtida por diferença, pode estar subestimada, tendo em vista os comentários anteriores sobre a projeção de população nas RMs. Isto faria com que a contribuição da migração ao crescimento das RMs estaria exagerada.

Tabela 14. Componentes do crescimento populacional nas RMs brasileiras durante o período 1999-2004

RMs	Vegetativo	Migratório	Imigração	Emigração	Total
Belém	141.642	68.873	116.344	-47.471	210.515
Fortaleza	220.999	90.228	159.650	-69.422	311.227
Recife	187.268	35.719	205.662	-169.943	222.987
Salvador	155.883	121.137	154.683	-33.546	277.020
Belo Horizonte	236.603	208.690	315.361	-106.671	445.293
Rio de Janeiro	394.995	181.493	278.165	-96.672	576.488
São Paulo	932.507	367.119	1.041.735	-674.616	1.299.962
Curitiba	145.993	207.992	257.347	-49.355	353.985
Porto Alegre	159.572	165.958	296.838	-130.880	325.530
DF	164.155	76.174	141.377	-65.203	240.329
Total	2.739.617	1.523.383	2.967.162	-1.443.779	4.263.336

Fonte: Estatísticas do Registro Civil, IBGE 2000-2004; cálculos baseados nos micro-dados da PNAD 2004

Gráfico 2. Componentes do crescimento das Regiões Metropolitanas, 2000-2004



Fonte: Tabela 14

Na maioria das RMs, porém, o crescimento vegetativo responde hoje pela maior proporção do crescimento populacional. A crescente preponderância do crescimento vegetativo no crescimento das maiores

idades – apesar de padrões de fecundidade cada vez mais reduzidos – é um fator de grande importância para ser considerado quando se planeja o futuro urbano. Ou seja, não se pode imaginar que as grandes cidades vão parar de crescer porque a migração e a fecundidade encontram-se em níveis mais reduzidos. O Gráfico 2 permite uma visualização direta da importância relativa da migração e do crescimento vegetativo na composição do aumento demográfico de cada RM. Evidentemente, o volume absoluto de crescimento na RM de São Paulo é o que mais impressiona no panorama nacional.

Finalmente, é interessante comparar o ritmo de crescimento das RMs com o de outras áreas urbanas dentro das suas respectivas UFs. Conforme pode ser observado na Tabela 15, não existe um só padrão: de fato, em quatro UFs (Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul), as RMs cresceram mais rapidamente do que as outras áreas urbanas; em quatro outras (Pará, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo), o crescimento das RMs é mais lento do que o das outras áreas urbanas. Finalmente, em Minas Gerais não há diferença significativa entre um e outro.

Tabela 15: Crescimento das Regiões Metropolitanas de outras áreas urbanas na mesma UF, Brasil, 2000-2004

UF	Região Metropolitana	Urbano não-metropolitano na mesma UF
Pará	Belém: 2,81 %	6,20 %
Ceará	Fortaleza: 2,51 %	4,85 %
Pernambuco	Recife: 1,63 %	0,18 %
Bahia	Salvador: 2,22 %	0,95 %
Minas Gerais	Belo Horizonte: 2,47 %	2,45 %
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro: 1,30 %	2,96 %
São Paulo	São Paulo: 1,77 %	2,61 %
Paraná	Curitiba: 3,10 %	1,75 %
RG do Sul	Porto Alegre: 2,15 %	0,32 %

SELETIVIDADE DA MIGRAÇÃO

Quem migra: pessoas de maior ou menor nível educacional? O tempo de residência facilita o processo de inserção no mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas? Existem diferenças significativas entre migrantes de acordo com seu tempo de residência na RM? Como se compara à situação dos migrantes com a dos naturais da RM? De posse dos dados da PNAD 2004, é lícito fazer algumas ilações a respeito.

A Tabela 16 procura comparar a seletividade dos diferentes fluxos migratórios interestaduais em termos do número médio de anos de escolaridade dos migrantes de data fixa. Encontram-se ali poucos padrões definidos. Sem dúvida, o grupo de migrantes com maior nível de educação é aquele que está voltando do exterior: 8 dos 12 grupos de migrantes voltando do exterior têm mais de dez anos de escolaridade na média. Brasília, Rio de Janeiro e Santa Catarina/Rio Grande do Sul são as UFs que recebem os migrantes com maior nível de educação. Como é razoável supor, dados os níveis médios de educação no Nordeste, os migrantes que saem dessa Região têm o menor número de anos de escolaridade.

Tabela 16. Número médio de anos de escolaridade para migrantes interestaduais recentes no período 1999-2004

Destino/ origem	Norte	MA- PI	NE Centr.	SE- BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC- RS	MS- MT- GO	DF
Norte	-	5,76	7,25	7,83	7,42	7,27	10,12	8,72	6,92	10,73	7,23	9,06
MA-PI-CE	5,57	-	5,35	7,63	6,54	-	8,53	6,64	-	12,00	6,18	7,55
RN-PB-PE	8,04	6,74	-	7,16	7,43	4,44	6,49	6,89	8,59	9,52	7,49	8,77
AL-SE-BA	7,10	10,33	8,19	-	7,91	5,82	8,52	6,53	8,45	10,68	5,69	8,20
MG	7,72	1,80	9,25	9,12	-	8,76	9,58	7,82	7,46	7,91	7,68	9,65
ES	10,92	5,40	4,27	6,13	6,31	-	6,81	11,84	16,0 0	4,00	7,00	10,50
RJ	11,27	6,29	6,23	8,51	9,37	9,42	-	10,53	5,05	12,21	9,12	12,15
SP	9,07	5,92	5,90	5,71	7,77	7,93	11,01	-	7,68	8,45	8,23	11,17
PR	8,33	6,71	8,48	12,28	8,69	7,40	11,49	8,43	-	8,25	7,69	12,15
SC-RS	8,15	-	9,47	12,66	8,41	10,50	11,13	8,45	7,76	-	8,84	13,41
MS-MT-GO	7,43	5,30	8,20	8,30	7,43	10,00	8,07	8,70	6,97	9,04	-	8,86
DF	8,77	5,50	7,03	8,12	9,68	-	14,00	10,79	9,50	10,91	7,12	-
Exterior	7,33	9,33	13,52	14,09	10,70	13,80	10,70	10,11	7,75	12,41	6,49	11,55

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004.

No que se refere às migrações para as RMs¹³, os dados da Tabela 17 mostram que o nível educacional da população natural dos municípios da RM é superior ao dos migrantes em todas as RMs. Entretanto, a diferença é pequena, pois quase todas as categorias de migrantes em todas as RMs têm um nível educacional relativamente privilegiado, em comparação com suas respectivas médias regionais. Não se observam diferenças significativas no

¹³ Neste caso, as tabelas incorporam dados referentes ao Distrito Federal.

Tabela 17. Número médio de anos de escolaridade para naturais e migrantes maiores de 10 anos com diferentes durações de residência no município, Regiões Metropolitanas e DF, 2004

Região Metropolitana	0-2 anos	3-5 anos	6-9 anos	10+ anos	Naturais do município	Total
Belém	7,71	7,49	7,67	7,91	8,66	8,28
Fortaleza	8,66	7,99	7,88	7,46	8,11	7,90
Recife	8,74	8,60	8,90	7,70	8,21	8,12
Salvador	8,59	9,00	8,78	7,72	8,72	8,44
Belo Horizonte	8,86	8,46	8,02	7,82	9,31	8,58
Rio de Janeiro	8,73	8,85	8,17	7,65	9,35	8,84
São Paulo	8,75	8,81	8,12	7,80	10,00	8,89
Curitiba	9,12	9,03	9,33	8,61	9,27	9,00
Porto Alegre	9,36	9,20	8,84	8,19	9,30	8,84
DF	10,06	9,48	8,85	9,13	9,61	9,36

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004

nível educacional dos migrantes de acordo com seu tempo de residência na RM, embora o nível educacional dos mais recentes tenda a ser um pouco mais elevado em várias RMs. Tal evidência contrasta com a situação observada em 1970, quando os níveis socioeconômicos dos migrantes aumentavam de acordo com o tempo de residência na RM em praticamente todas as circunstâncias (Martine, 1979).

A composição por sexo dos fluxos migratórios recentes, segundo a PNAD de 2004, variou relativamente pouco. (Dados não apresentados). Como acontece na maioria dos países latino-americanos, as migrantes femininas predominavam nos fluxos para as Regiões Metropolitanas, à exceção da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde a proporção de sexo era de 1,03. As menores razões de sexo são encontradas nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza (0,75), São Paulo (0,81) e Curitiba (0,84). Nas outras áreas urbanas não existia uma predominância clara de migrantes masculinos ou femininos, mas as mulheres de fato predominavam nos fluxos migratórios do Nordeste para as áreas urbanas não-metropolitanas do Pará e de São Paulo, e da Região Sudeste para as áreas urbanas não-metropolitanas da Bahia. Por outro lado, os homens predominavam entre os migrantes do Nordeste para a Região Metropolitana de São Paulo e para o Distrito Federal.

No que se refere à renda dos migrantes e naturais, as pequenas diferenças educacionais observadas acima em favor da população natural dos municípios da RM não se traduzem em superioridade de renda. De fato,

de acordo com a Tabela 18, os migrantes apresentam, na média, um nível superior de renda em sete das dez cidades nas categorias “total” e “população masculina” e em seis de dez cidades de “população feminina”. O maior

Tabela 18. Renda per capita mensal média para naturais e migrantes maiores de dez anos com diferentes durações de residência no município, por sexo, Regiões Metropolitanas e DF, 2004

RM e Sexo	0-2 anos	3-5 anos	6-9 anos	10+ anos	Naturais do município	Total
Total						
Belém	425	293	287	335	359	348
Fortaleza	462	337	353	380	320	347
Recife	431	469	448	412	346	379
Salvador	499	497	416	426	338	377
Belo	605	450	377	515	515	506
Horizonte	764	643	536	641	606	618
Rio de Janeiro	491	544	433	565	635	585
São Paulo	600	559	618	721	644	663
Curitiba	657	594	532	660	631	636
Porto Alegre	1082	1081	751	867	677	804
DF						
Homens						
Belém	457	311	290	341	362	354
Fortaleza	516	361	341	394	312	346
Recife	472	448	454	439	342	384
Salvador	484	477	424	442	339	379
Belo	695	470	367	531	519	518
Horizonte	764	658	583	637	600	613
Rio de Janeiro	451	534	422	572	643	590
São Paulo	644	595	674	755	651	685
Curitiba	705	600	536	691	623	647
Porto Alegre	1166	1064	874	904	681	824
DF						
Mulheres						
Belém	400	277	284	330	357	343
Fortaleza	423	317	363	369	328	347
Recife	393	485	443	391	350	374
Salvador	512	517	409	413	336	374
Belo	525	432	385	502	512	495
Horizonte	763	631	495	644	611	621
Rio de Janeiro	526	554	444	560	629	582
São Paulo	560	522	566	692	637	642
Curitiba	615	590	529	635	639	628
Porto Alegre	1022	1094	649	838	673	785
DF						

Fonte: Calculado com base nos micro-dados da PNAD 2004

diferencial de renda a favor dos naturais se encontra em São Paulo e o maior diferencial a favor dos migrantes em Salvador e Recife. O mais surpreendente, se comparado com os padrões observados no Censo de 1970, é que, em muitos casos, os migrantes mais recentes são os que têm maior nível de renda entre toda a população migrante. Esse fenômeno ocorre em oito das dez RMs na população masculina e em cinco RMs na população feminina.

Essas diversas comparações entre a situação de educação e renda de migrantes e naturais, e entre migrantes segundo seu tempo de residência no município, para o período 1999-2004, mostram uma mudança radical com os padrões observados uma geração atrás. Os dados do Censo de 1970, muito explorados para apoiar a formulação de uma Política Nacional de Migrações Internas (Ministério do Interior, 1980), retratavam sistematicamente a população migrante recente como pobre, com pouca instrução formal e ocupando os piores empregos. Grande parte dessa população vinha de cidades pequenas ou mesmo de áreas rurais. Na medida que passava o tempo, havia uma retenção seletiva dos mais preparados para competir no mercado de trabalho metropolitana e uma expulsão e migração repetida dos outros. Assim, em todas as RMs, os migrantes mais antigos desfrutavam de uma situação superior a dos próprios naturais, em praticamente todos os indicadores socioeconômicos (Martine, 1979).

Em contraste, a atual geração de migrantes é composta primordialmente de pessoas que antes residiam em outras áreas urbanas, com nível educacional muito superior ao da geração anterior e que têm melhores condições de competir no mercado de trabalho metropolitano. A inversão da situação dos migrantes recentes é particularmente notável. Há apenas uma geração, essa categoria era sempre composta dos grupos menos privilegiados; agora, pareceria que esses migrantes se encontram em situação visivelmente melhor do que a maioria dos outros grupos. Isso poderia sugerir a existência de um grupo relativamente significativo de pessoas mais competitivas que se movem no mercado de trabalho nacional com mais frequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio apresentou um grande número de informações baseadas na PNAD 2004 com o objetivo de descrever os movimentos migratórios recentes no Brasil. Embora o nível do trabalho seja exploratório e descritivo, algumas tendências aparecem ora como interessantes, ora como

surpreendentes, ora como ambíguos. A interpretação dessa informação vai requerer, em alguns casos, maior confiança nos dados mas, na maioria dos casos, melhores informações a respeito das transformações socioeconômicas ocorridas no país e nos seus espaços regionais durante o período recente.

Dizíamos, nos parágrafos introdutórios, que a migração geralmente reflete – pelo menos a nível agregado – o deslocamento de investimentos e de atividades produtivas. Entretanto, pode haver uma defasagem temporal entre mudanças no lócus e na concentração de atividades produtivas e as modificações nos padrões e rumos migratórios. Por exemplo, sabe-se hoje que o processo de desconcentração industrial a partir da RM de São Paulo havia começado já na década de 70, mas os estudiosos só vieram a perceber os impactos dessa transformação sobre a distribuição espacial da população nos dados do Censo Demográfico de 1991. Nem a correlação entre transformação econômica e migração, nem a base de informações que guia os deslocamentos dos migrantes, são perfeitas. Sendo assim, é particularmente difícil interpretar mudanças aparentemente importantes ocorridas no padrão migratório brasileiro durante um período curto e recente, como aquele coberto pelas informações de data fixa oferecidas pela PNAD 2004.

O principal resultado deste estudo, observado em diversas tabelas, refere-se a uma reversão da principal corrente migratória brasileira, aquela que flui entre o Nordeste e o Sudeste. Tradicionalmente, a direção desses fluxos era do Nordeste para o Sudeste; entretanto, os dados da PNAD 2004, analisados em nível regional e estadual, revelam que o fluxo recente tem sido principalmente em direção oposta. Quase 70% desses fluxos são compostos pela migração de retorno, sendo que 58% dos migrantes de retorno do Sudeste para o Nordeste estão voltando para os seus municípios de origem. Isso, aliada ao fato de que a grande maioria desses migrantes não está em idade de se aposentar, indicaria claramente que esta migração é motivada principalmente por motivos de expulsão da Região Sudeste. Ou seja, estariam voltando, não para aproveitar uma expansão de emprego no Nordeste, senão para voltar para sua terra, sua família e suas redes de contato a fim de poder sobreviver em condições melhores do que aquelas enfrentadas recentemente no Sudeste. Essa hipótese se consolida quando observamos os dados a respeito da evolução do emprego e da renda em diferentes regiões: as diferenças a favor do Sudeste continuam sendo altas.

A segunda observação que merece destaque na leitura dos dados da PNAD 2004 é que as áreas urbanas não-metropolitanas (por exemplo, nesse caso, as cidades que não são parte das nove RMs originais) têm aumentado seu nível de captação de fluxos migratórios no período recente. Esse dado confirma tendências observadas durante a década de 90. Ou seja, o processo de concentração da população urbana em outras localidades continua.

Uma terceira observação, bastante ambígua, é que teria havido uma inversão também no ritmo de crescimento das nove RMs antigas. Vista à luz dos padrões observados nas duas décadas anteriores, nos quais as taxas de crescimento das RMS mostravam um importante e continuado declínio, a retomada do crescimento metropolitano seria surpreendente. Suspeita-se de que essa suposta retomada do crescimento estaria relacionada com o fato de que os números referentes à população residente em cada RM são baseados em projeções, e que essas projeções estariam algo defasadas nos seus supostos referentes à fecundidade e migração.

Finalmente, os dados sobre a seletividade da migração estariam indicando padrões migratórios muito diferentes daqueles observados uma geração atrás no Brasil. Refletindo os avanços importantes no nível educacional da população brasileira nos últimos 30 anos, os migrantes de hoje têm um nível de escolaridade muito mais elevado do que no passado. As correntes para as regiões mais desenvolvidas do país apresentam os níveis educacionais mais elevados. Entretanto, o mais interessante é constatar que a seletividade migratória parece ter mudado significativamente em relação há uma geração atrás. A maioria das migrações hoje é de natureza urbana/urbana e as características dos migrantes, pelo menos para as RMs, não sugerem a mobilidade de pobres em busca de trabalho na construção civil e no serviço doméstico. A categoria de migrantes recentes que, outrora, era sempre composta dos elementos mais pobres e de nível educacional menor, está hoje em situação melhor que os outros migrantes ou os próprios naturais das RMs, na maioria dos casos. Portanto, embora exploratória, essa análise sugere mudanças importantes nos padrões migratórios brasileiros.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teórico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

BRASIL. Ministério do Interior. *Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas*. Brasília, 1980.

BRITO, Fausto. As migrações internas na segunda metade do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

_____ ; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno id=494&nivel=3>>. Acesso em: 2006.

CUNHA, José Marcos Pinto da. *O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002a. (Texto para Discussão/IPEA, 875).

_____. *Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina*. Santiago: CELADE, 2002b. (Serie Poblacion y Desarrollo, 30).

DINIZ, Clélio Campolina; DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. A Região Metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. In: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO – EMURB. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004. p. 61-84.

FAZITO, Dimitri. Dois aspectos fundamentais do “retorno”: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

Disponível em: <<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno id=494&nivel=3>>. Acesso em: 2006.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; MATOS, Ralfo. Densidade populacional urbana e fluxos migratórios: um modelo de estimação da área urbana dos municípios brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

MACHADO, Cláudio Caetano. Estabelecimento de fluxos migratórios padrão para o Brasil: análise exploratória dos dados censitários de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)*. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p. 61-91.

_____. Adaptation of migrants or survival of the fittest? *The Journal of Developing Areas*, v. 14, n. 1, p. 23-42, 1979.

MATOS, Ralfo; STEFANI, João; LOBO, Carlos Fernando Ferreira. Inversão no balanço migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SIMÕES, André Geraldo. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; TARGINO, Ivan. Migrações para as Regiões Metropolitanas brasileiras: uma análise por dados em painel (1970-2000). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

_____. Perfil e seletividade nas migrações dirigidas às Regiões Metropolitanas. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE

MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. *Padrão espacial da evolução do emprego formal 1995-2003*. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão/IPEA, 1102).

RIGOTTI, José Irineu Rangel; VASCONCELLOS, Idamila Renata Pires. Uma análise espacial exploratória dos fluxos populacionais brasileiros nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=494&nivel=3>. Acesso em: 2006.

Resumo

Exploram-se os dados da PNAD de 2004 sobre migrações recentes (1999-2004), enfocando os fluxos inter-regionais e interestaduais, migração de retorno, migração para Regiões Metropolitanas e outras áreas urbanas, componentes do crescimento metropolitano e diferenciais entre migrantes e não-migrantes. Comparado com o censo de 2000, nota-se o seguinte:

1. Diminuição de 15% nos fluxos inter-regionais, principalmente à Região Sudeste; o Estado de São Paulo, especificamente, chegou a ter um saldo migratório negativo.
2. Forte redução da migração Nordeste-Sudeste e um aumento significativo do fluxo oposto, que atualmente predomina; UFs tradicionalmente expulsoras como Piauí e Paraíba agora têm saldos positivos.
3. Reduções significativas das migrações Sul-Centro-Oeste, Nordeste-Centro-Oeste, para o Sudeste e do Norte e aumento da migração Centro-Oeste-Nordeste.
4. Continuação da tendência do censo, de arrefecimento da emigração da Região Sul, que passou a ter saldo migratório positivo.
5. Dos migrantes para o Nordeste, 37,5% voltavam para o seu município e 24,1% para outro município na UF de origem; geralmente, trata-se de pessoas relativamente jovens.
6. Apesar do arrefecimento do crescimento Metropolitano, a migração ainda contribui significativamente, mas a migração para outras áreas urbanas é proporcionalmente maior.
7. O perfil dos migrantes metropolitanos recentes mudou: atualmente trata-se de pessoas com níveis de educação e renda comparáveis com os nativos.

Abstract

The data of the 2004 PNAD on recent migration (1999/2004) are explored, with an emphasis on inter-regional and inter-state flows, return migration, migration to Metropolitan and other urban areas, the components of metropolitan growth, and differentials between migrants and non/migrants. Compared to the 2000 census, the following is noted:

- 1. Reduction of 15% in the inter-regional flows, particularly to the Southeast Region; the State of Sao Paulo, specifically, came to have a negative migration balance.*
- 2. Strong reduction of the Northeast-Southeast migration and a significant increase of the opposite flow, which now predominates; States which used to generate out-migration, such as Piauí and Paraíba, now have positive balances.*
- 3. Significant reductions of migration in the directions South-Center-West, Northeast-Center-West, to the South and from the North, and increase of the migration from Center-West to Northeast.*
- 4. Continuation of the census trend, of decreasing out-migration from the Southern Region, which came to have a positive migration balance.*
- 5. Of the migrants to the Northeast, 37.5% returned to their municipality and 24.1% to another municipality within their State of origin; in general, these movements involve relatively young people.*
- 6. Despite the lower growth of Metropolitan areas, migration still contributes significantly, but migration to other urban areas is proportionally greater.*
- 7. The profile of recent metropolitan migrants has changed; at present, it involves people with educational and income levels comparable to those of the native population.*

Os Autores

RALPH HAKKERT é funcionário do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e dirige o projeto RLA5P01 (Projeto Regional de Apoio a Assuntos de População e Desenvolvimento na Implementação dos ODMs), que é desenvolvido em conjunto com o Ipea.

GEORGE MARTINE é consultor independente.

Deseja-se agradecer a UNFPA e o Ipea pelo tempo disponibilizado para a confecção deste trabalho. Entretanto, as opiniões aqui expressas são as dos autores exclusivamente.

A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004

José Marcos Pinto da Cunha

INTRODUÇÃO

Como já demonstrado em estudo anterior (Cunha e Baeninger, 2005), os movimentos migratórios no Brasil, a partir dos anos 80, trouxeram novas características, especificidades e, sobretudo, uma grande diversificação de modalidades. No entanto, pode-se pensar que tais mudanças dizem respeito muito menos ao surgimento de novos processos migratórios, e mais ao incremento da complexidade das relações existentes entre a migração e o desenvolvimento social e regional, frente às enormes transformações observadas no Brasil, no que se refere aos seus processos produtivos e sua repercussão no mercado de trabalho, à ação do Estado etc.

Em apenas três décadas o país experimentou mudanças em seus espaços da migração que, mesmo delineando boa parte das tendências históricas, contribuíram para o surgimento de novas direções e sentidos e até mesmo intensificação (ou arrefecimento) de certas modalidades migratórias. São exemplos dessas transformações o aumento da intensidade da migração intra-regional e intra-estadual; a alternância de situações no que se refere às áreas de atração e expulsão demográfica no país; e a redução do processo de ocupação das fronteiras; a intensificação – ao menos nos anos 90 – da migração de retorno, assim como a alteração do padrão tradicional da migração de tipo rural-urbana.

Ao mesmo tempo em que tais tendências refletem novos processos em curso, como por exemplo a reestruturação produtiva nas grandes centros urbanos, a opção por um modelo exportador que muda a forma de ocupação das antigas (e novas) áreas de fronteira etc., elas também sugerem um aumento da complexidade das estratégias dos migrantes para enfrentarem

as novas contingências, o que implica na necessidade de se pensar e dar conteúdo a novas categorias analíticas como a da “circularidade”, ou repensar o papel de antigas como as redes sociais, a migração de retorno etc.

As tendências redistributivas centrípetas (em direção ao Sudeste, em especial a São Paulo) e centrífugas (para as fronteiras), mesmo não perdendo suas importâncias, parecem não mais representar unicamente o que de mais relevante acontece em termos migratório no Brasil.

Os estudos até agora realizados mostraram que o país transformou-se e os Estados do Sudeste do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram os que mais sofreram, não apenas com a crise econômica, mas também com as novas tendências locacionais da atividade produtiva que, de uma forma ou de outra, também tiveram impactos sobre a redistribuição espacial da população.

Do lado das áreas historicamente emissoras de população, se bem as análises apontavam para uma redução de suas perdas demográficas, pelo menos até os anos 90, em certos Estados do Nordeste, já se observavam indícios de um recrudescimento da emigração. Da mesma forma, as áreas de fronteiras não mais parecem possuir a capacidade de absorção migratória do passado, particularmente depois das grandes mudanças em sua estrutura econômica.

Se a década de 90 trouxe algumas novidades e várias continuidades de tendências passadas, o que dizer do início do século 21? É o que pretende explorar o presente ensaio. A partir de análise dos dados da PNAD 2004, este estudo visa realizar um diagnóstico da situação migratória brasileira para os primeiros anos deste século, tendo em vista constatar se, em comparação com a década anterior, ocorreram ou não mudanças importantes.

Muito embora o fenômeno migratório, como já se frisou, tenha adquirido grande complexidade nas últimas décadas, sobretudo pela emergência ou consolidação de inúmeras modalidades de movimentos populacionais, o fato de se utilizar a PNAD leva a restringir este estudo apenas aos movimentos interestaduais. Contudo, não representa qualquer limitação, tendo em vista que, sem dúvida, ainda hoje são esses movimentos os principais responsáveis pela maior parte do processo de redistribuição espacial da população no Brasil e, portanto, fenômeno fundamental para se entender a dinâmica demográfica brasileira. Além disso, essa modalidade de migração constitui-se em importante sinalizador de mudanças estruturais e

do impacto das políticas de desenvolvimento do país voltadas a reduzir as desigualdades regionais.

1. ALGUNS ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a PNAD incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Fato muito importante, considerando a crônica falta de informações periódicas sobre esse fenômeno, que dependia para o seu diagnóstico e análise exclusivamente dos dados decenais provenientes dos censos demográficos. Cabe ressaltar que, durante os anos de 1980, em termos da produção de dados para o período intercensitário, esses passaram praticamente intactos¹.

Esse fato, além de ter contribuído, pelo menos entre os demógrafos, para a baixa produção de estudos sobre a temática migratória nos anos de 1980, também implicou grandes dificuldades para a análise prospectiva do fenômeno, com impactos, principalmente, sobre as projeções demográficas que, em geral, equivocaram-se sobre o comportamento da migração durante aquela década, comportamento esse que, sem dúvida nenhuma, surpreendeu a todos os pesquisadores de área.

Nesse sentido, a introdução de quesitos sobre migração nas PNADs a partir de 1992 representou, indubitavelmente, um avanço sem precedentes para uma avaliação mais atualizada do fenômeno, e o reconhecimento, por parte do IBGE, da necessidade de se acompanhar de perto o comportamento migratório que, como todos sabemos, apresenta-se com uma significativa dificuldade de previsão, tendo em vista seu caráter multifacetado, seja em termos dos seus condicionantes, ou mesmo em termos das modalidades que pode assumir. Na atual situação, de amplas e rápidas mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade e a economia brasileira, o acompanhamento passo a passo das transformações do fenômeno migratório se torna uma exigência para qualquer estudioso do tema.

Pode-se dizer que a grande maioria das informações recolhidas pelas PNADs dos anos de 1990 sobre migração é da mesma natureza daquela captada nos censos demográficos, particularmente os de 1991 e 2000. Não obstante o anterior, há que se reconhecer que as PNADs apresentam certas

¹ Exceto em 1986, quando a PNAD conteve um suplemento sobre migração.

especificidades, de maneira que nem todos os desenvolvimentos metodológicos realizados que têm os censos como referência possam ser imediatamente aplicados. De fato, apesar de essa fonte apresentar uma grande riqueza de informações que permitem acompanhar mais de perto o caminhar do processo migratório nacional, ela apresenta certas limitações que devem ser consideradas no momento da análise.

A primeira dessas limitações – e a mais óbvia – diz respeito ao tamanho e, portanto, ao nível de representatividade da amostra da PNAD, que não permite conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas Regiões Metropolitanas. Na realidade, essa limitação, que entre outros aspectos não permite, por exemplo, estabelecer fluxos migratórios em nível municipal, representa uma grande restrição, particularmente se se considera a atual configuração da questão migratória no país, que, claramente, caracteriza-se pela crescente importância dos movimentos de mais curta distância e intra-regionais.

Além disso, não se pode deixar de considerar que a mesma limitação amostral impossibilita a grande flexibilidade dos censos demográficos em termos da gama possível de cruzamentos de variáveis e do número de categorias utilizadas para cada uma delas².

A falta de coleta de informações para a zona rural da Região Norte até bem pouco tempo vigente, também fazia com que a PNAD não fornecesse um quadro completo para esta Região, que, como mostram alguns estudos, tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais.

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão superável, tendo em vista que o mais relevante seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios. De qualquer

² Apenas como exemplo dessa questão, a matriz migratória da migração interestadual (UF de origem *versus* UF de residência) obtida a partir da PNAD, em geral não suporta uma análise desagregada segundo a UF de origem dos migrantes para várias UFs com menor tamanho populacional. Mais complexa ainda alcançar a representatividade de uma tabulação por UF de origem e segundo alguma outra variável, como educação ou renda, por exemplo.

maneira, como será apontado, esse problema inviabilizou o uso neste estudo de PNAD dos anos 90 para comparações que envolvessem volumes.

A despeito da semelhança do tipo de informação levantada, a PNAD deve ser utilizada com certa cautela, muito embora a sua riqueza em termos de dados sobre migração e, o que é mais importante, sua periodicidade anual a torne talvez a mais importante fonte de dados sobre o tema existente no Brasil.

AS POTENCIALIDADES DA PNAD PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO

Ainda que tanto o Estado quanto o município sejam considerados como referência espaciais na formulação dos quesitos sobre migração nas PNADs, a partir dos anos 90, deve-se considerar que, pela especificidade amostral já comentada, somente no caso das UFs é possível estabelecer os fluxos migratórios. Quer dizer, mesmo que se possa catalogar o informante como um migrante intermunicipal, a informação recolhida sobre o lugar de origem do movimento somente permite caracterizar o fluxo migratório em nível de UF.

Assim sendo, pela PNAD existem pelo menos três diferentes maneiras de identificar a origem do migrante:

- Pela UF de nascimento;
- Pela UF de residência anterior;
- Pela UF de residência cinco anos antes.

Obviamente, cada uma desses quesitos tem vantagens e desvantagens que valem a pena lembrar:

No caso da “UF de nascimento”, a condição de migrante seria definida para aqueles indivíduos cuja UF onde foi entrevistado fosse distinta daquela de seu nascimento. Claro está que utilizando esse quesito teria-se apenas o que se chama de “migrantes acumulados” (*lifetime migrants*), ou seja, todos aqueles que chegaram à UF analisada independentemente do tempo de residência. Assim sendo, mais que em qualquer situação, a utilização desse quesito exige um controle pelo tempo de residência, sob pena de analisar cortes migratórias muito dispersas no tempo e, portanto, muito distintas em termos de processos.

Além disso, considerar o lugar de nascimento significa optar por captar o primeiro movimento do indivíduo que, para certos propósitos, pode ser pouco relevante ou pouco informativo dos processos migratórios.

Com a informação sobre a “UF de residência anterior” tem-se, na verdade, a última origem do indivíduo antes de fixar residência no Estado onde foi entrevistado. Assim sendo, a partir desse dado, pode-se traçar um quadro, de certa forma mais atualizado do processo migratório, na medida em que serão computados os movimentos realizados mais recentemente pelos migrantes, particularmente no caso dos mais jovens, com pouca ou nenhuma experiência migratória ou daqueles com história de múltiplas residências.

Finalmente, o quesito sobre “UF de residência cinco anos antes”, assim como a informação anterior, permite que se conheçam movimentos mais recentes dos indivíduos. Com a particularidade de fixar claramente um período para a migração (ou seja, cinco anos), essa informação implica em certas vantagens para cálculos demográficos, como taxas de migração, saldos migratórios, etc. De qualquer maneira, a utilização dessa informação tem a desvantagem de desconsiderar todos os movimentos realizados pelo indivíduo dentro do período.

Como se nota, a partir de qualquer dos três quesitos, é possível, pela PNAD, esquadrihar os fluxos migratórios em nível das UFs simplesmente pela tabulação cruzada entre “residência atual” – destino – e “residência prévia” – origem (nascimento, cinco anos antes ou última residência).

No caso desse diagnóstico, optou-se, para fins de identificação dos fluxos migratórios interestaduais, pela utilização apenas da última informação, ou seja, “UF de residência cinco anos antes do levantamento”, tendo em vista usufruir algumas de suas vantagens, como a possibilidade de calcular saldos migratórios³.

Deve-se alertar, no entanto, que ao utilizar esta informação deixa-se de ter dados sobre a migração dos menores de cinco anos que, obviamente, não haviam nascido no momento para o qual se refere à pergunta. Esse problema não se constitui grande limitação já que a migração nessa idade

³ Refere-se à diferença entre imigrantes e emigrantes (entradas e saídas) e deve ser calculado com base em dois momentos bem determinados no tempo, detalhe que este tipo de dado permite obter. Sua importância reveste-se do fato de que representa o impacto que o processo migratório de um determinado período tem sobre o crescimento demográfico.

é bem pouco significativa e quando ocorre, dá-se, obviamente, na companhia de familiares, o que implica em ínfimas perdas no que se refere às tendências migratórias.

Tendo em mente as características das PNADs cumpre, por último, explicitar a estratégia utilizada no presente diagnóstico com vistas a avaliar as tendências da migração, particularmente com relação à década passada. Considerando que o uso de uma PNAD dos anos 90 poderia implicar em problemas no que se refere aos quantitativos – já que, como se explicou, são obtidos a partir de projeções –, achou-se por bem utilizar os dados do Censo Demográfico de 2000 com base de comparação, mesmo correndo alguns riscos em função de serem fontes de natureza distintas.

Alguns exercícios feitos com a PNAD 99 mostraram que, muito embora em termos de estruturas (por exemplo, por sexo, idade, direção e sentido dos fluxos etc.) poderia ser considerada fidedigna, os valores absolutos mostraram-se muito distantes da realidade apresentada pelo Censo 2000. Assim, considerando que a última fonte é, sem dúvida, a melhor e mais confiável para questões populacionais e que, para 1999, a PNAD usou uma projeção baseada ainda no Censo 1991 – portanto, defasada como, de fato, mostrou o Censo 2000 –, considerou-se a melhor alternativa utilizar os dados daquele censo como fonte de comparação.

Tal procedimento parte do princípio que a proximidade com um censo faz das projeções utilizadas para expandir a PNAD 2004 muito confiáveis e talvez, próximas da realidade, o que tornaria aceitável a comparação sugerida.

2. TENDÊNCIAS GERAIS DA REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL: O QUE MOSTRARAM OS CENSOS DEMOGRÁFICOS ATÉ 2000

Os dados do Censo Demográfico de 1991 e de 2000 revelaram um decréscimo generalizado no crescimento demográfico das regiões brasileiras, fruto não apenas da queda da fecundidade (de cerca de quatro filhos por mulher em 1980, passa para 2,3 no momento atual), mas também de alterações significativas nas tendências migratórias.

Para o conjunto da população nacional observa-se que de uma taxa de crescimento correspondente a 3,05% a.a. no período 1950-1960, o país passou para 2,48% a.a. nos anos 70, diminuindo para 1,93% a.a. no período 1980-1991. No período 1991-2000 a taxa de crescimento da população brasileira chegou a 1,62% a.a. (Tabela 1).

Tabela 1. Taxa de crescimento médio anual por Grandes Regiões
Brasil, 1940/2000

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de crescimento médio anual					
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Brasil	2,35	3,04	2,89	2,48	1,93	1,62
Norte	2,30	3,40	3,47	5,02	3,85	2,86
Nordeste	2,23	2,12	2,40	2,16	1,82	1,31
Sudeste	2,11	3,11	2,67	2,64	1,76	1,61
São Paulo	2,40	3,50	3,30	3,50	2,02	1,79
Minas Gerais	1,50	2,33	1,49	1,54	1,48	1,42
Sul	3,19	4,14	3,45	1,44	1,38	1,42
Paraná	5,61	7,16	4,97	0,97	0,93	1,40
Centro-Oeste	3,30	5,45	5,60	3,99	2,99	2,38

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000.

Quanto ao crescimento da população regional, a Região Norte destacou-se no período 1980-1991 por apresentar a taxa de crescimento da população mais elevada (4% a.a.), demonstrando a importância da fronteira agrícola nos anos 80 como canalizadora de importantes fluxos migratórios para as áreas rurais, particularmente para os Estados de Rondônia e Pará. Essa região também ganhou peso relativo na distribuição de sua população no total do país: respondia por 4,43% da população nacional em 1970, passando para 5,57% em 1980, e alcançando 6,53% em 1991.

O enorme crescimento populacional da Região Norte esteve condicionado, sem dúvida, aos fluxos migratórios que para lá se dirigiram do final da década de 70 até meados da década de 80. Entretanto, como aponta Martine (1994), o ímpeto de ocupação da Região reduziu-se significativamente coincidindo com o fim de programas e subsídios governamentais, além de dificuldades operacionais e tecnológicas para desenvolver a Região. De fato, no período 1991-2000, a taxa de crescimento da população do Norte diminuiu para 2,62% a.a., apesar de ser ainda a mais elevada entre as regiões.

No período 1980-1991, as Regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram taxas de crescimento da população (1,82% a.a. e 2,99% a.a.,

respectivamente) superiores às das Regiões Sudeste (1,76% a.a.) e Sul (1,38% a.a.).

No caso da Região Nordeste, a constituição de algumas “ilhas de produtividade” (Pacheco, 1998) com o dinamismo ligado ao Pólo Petroquímico de Camaçari (no Estado da Bahia), a implantação de novas plantas industriais em Estados como Ceará, Pernambuco e Bahia, as atividades turísticas, a agricultura irrigada para exportação, o emprego público etc., ampliaram e diversificaram a estrutura econômica nordestina. Sendo assim, contribuíram tanto para a absorção de uma população que potencialmente migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno, oriundos principalmente do Sudeste (Cunha e Baeninger, 2005, Cano, 1998).

Nota-se, no entanto, que nos anos 90 o crescimento demográfico nordestino teve uma das quedas mais pronunciadas do país. Como se verá, coincide com um recrudescimento de sua emigração, fato, aliás, já prenunciado por Cano (1998) ao reconhecer a redução dos impactos dos investimentos do II PND, além das crises na produção industrial, do setor público, em particular, nas maiores aglomerações. Não se pode esquecer, contudo, que a queda da fecundidade também contribuiu para o processo.

Outro elemento que não se pode deixar de considerar seriam os efeitos que certamente tiveram a ampliação da aposentadoria rural a partir da promulgação da Constituição de 1988 e, mais recentemente, os efeitos das políticas de transferência de renda ativadas no governo passado e que, no governo atual, ampliou-se ainda mais. Nesse caso, seriam necessários maiores estudos para avaliar em que medida tal impacto foi suficientemente grande para reduzir as evasões demográficas, em particular do agreste e sertão nordestino.

Considerando a Região Centro-Oeste, o crescimento populacional relativamente elevado observado no período 1980-1991 esteve condicionado a sua situação de fronteira agrícola, à dinamização das atividades agropecuárias voltadas para o complexo grãos/carne e também ao importante efeito das atividades de garimpo, que tiveram forte ação no processo de ocupação regional no final de meados dos anos 80 até começo dos 90. Contudo, como se percebe na Tabela 1, esse mesmo desempenho não foi repetido nos anos 90, uma vez que vários dos condicionantes de ocupação anteriores – como subsídios governamentais para o processo de colonização e a atividade garimpeira – já não mais estavam presentes.

Quanto ao crescimento da Região Sudeste percebe-se que, nos anos 90, sua taxa de crescimento demográfico continuou em queda, muito embora em ritmo bem inferior ao observado nos anos 80, certamente em função da menor redução relativa da fecundidade e da migração. Há que se notar que, como sustenta Pacheco (1993), foi essa a Região que mais sofreu os impactos do processo de reestruturação e desconcentração produtiva, uma vez que, particularmente no caso do Estado de São Paulo, detinha parcela significativa de produção e emprego industrial.

Para a Região Sul o período 1980-1991 apresentou a menor taxa de crescimento populacional (1,38% a.a.), refletindo, em grande medida, sua taxa negativa de crescimento da população rural (-2,0% a.a.), devido ao grande êxodo rural do Paraná, que se iniciou nos anos 70 e se estendeu aos 80. Contudo, no período subsequente, 1991/2000, a Região Sul apresentou uma significativa recuperação de seu crescimento demográfico, refletindo os efeitos do desempenho da atividade industrial, particularmente no caso do Paraná que foi beneficiário importante do processo de desconcentração da indústria nacional e de Santa Catarina, em particular na Região de sua capital. Como mostraram os dados, de fato esse último Estado, após duas décadas de crescimento demográfico pífio, recupera-se significativamente nos anos 90.

Pelo menos até os anos 70, impulsionada pela intensa imigração, a Região Sudeste e, em particular, o Estado de São Paulo, cresceram a taxas significativamente maiores que o país, fato que já não se observou nos anos 80 e 90. A contrapartida para essa situação pode ser percebida pelo comportamento das taxas de crescimento das Regiões historicamente “fornecedoras” de migrantes, como o Paraná, Minas Gerais e o Nordeste. Nesses casos, constata-se que a diminuição das taxas de crescimento da população foi bem menor que no Sudeste ou mesmo no Brasil, o que mostra que a emigração sofreu uma significativa redução (Cunha e Baeninger, 2000). Contudo, isso não significa que a evasão demográfica dessas áreas tenha se esgotado, haja vista que as taxas de crescimento registradas para os anos 80 foram ainda muito baixas (Tabela 1).

Por outro lado, o crescimento demográfico acima da média nacional apresentado pelas Regiões Norte e Centro-Oeste mostra que, ainda nos anos 80 e 90, essas áreas registraram saldos migratórios positivos, que certamente foram mais importantes na primeira Região, em especial em Estados como

Roraima, Amapá e Amazonas que ainda cresciam na última década a taxas elevadas da ordem de 4,6%, 5,8% e 3,3% a.a., respectivamente.

Os diferentes ritmos de crescimento da população brasileira regional revelam que a partir dos anos 80 ocorreram significativas mudanças no quadro migratório nacional, algumas já esperadas em função de tendências passadas, como o caso da fronteira e a recuperação da Região Sul, e outras, se não surpreendente, no mínimo, merecedoras de uma mais longa e ampla reflexão.

Em estudo anterior (Cunha, 2003) pôde-se mostrar, por um lado, que ao longo de três décadas (70, 80 e 90) houve um incremento significativo da migração interestadual. De fato, enquanto o volume de migrantes residentes há menos de dez anos na UF onde foi recenseado⁴, no Censo de 70 alcançou a cifra de 9,6 milhões de pessoas – essa cifra subiu para quase 12,5 milhões no Censo de 2000. Ou seja, observou-se no período um incremento de cerca de 30% nos deslocamentos populacionais entre os Estados brasileiros.

Contudo, mais importantes que o simples incremento da mobilidade populacional, já que há que se considerar que a população como um todo também cresceu em número, foram algumas modificações nos comportamentos dos fluxos migratórios. Assim sendo, o estudo mencionado enumera como relevantes as seguintes tendências ao longo do período 1970/2000:

1. A redução significativa das perdas populacionais de Estados historicamente emissores de migrantes como Minas Gerais e Paraná;
2. O importante recrudescimento da emigração em vários Estados do Nordeste, particularmente Bahia, Piauí, Maranhão e Alagoas; nos demais chama também a atenção a manutenção dos patamares de perdas demográficas dos anos 80;

⁴ Aqui vale um esclarecimento de ordem metodológica. Visando uma perfeita comparação entre os dados analisados dos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, o estudo mencionado utilizou, para efeitos de mensurar a migração, a informação relativa ao quesito conhecido como “última etapa” que pergunta sobre a UF de residência anterior do indivíduo. No entanto, essa não será a informação básica a ser utilizada no presente texto que optou por captar os migrantes de outra maneira, ou seja, a partir da pergunta sobre a residência em uma data fixa (no caso cinco anos antes do levantamento). Essa escolha se deve principalmente ao fato de que, a partir dessa informação, pode-se melhor precisar os períodos de migração e, portanto, obter melhores estimativas, por exemplo, de saldos migratórios. Sobre as diferenças entre as várias formas de mensurar a migração a partir dos dados censitários ver, por exemplo, Carvalho e Rigotti, 2004.

3. Em certo sentido como contrapartida do anterior, o incremento, nos anos 90, do volume de imigração registrado no Sudeste, não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e Minas Gerais;
4. O aumento da imigração também se observa no Centro-Oeste, processo, contudo, visivelmente “desconectado” da fronteira agrícola, tendo em vista que tal comportamento deve-se muito mais ao desempenho do Distrito Federal e Goiás; no caso do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a tendência dos anos 80 de redução da imigração mantém-se; ainda nos dois casos, a emigração do decênio 1990/2000 manteve os patamares elevados atingidos na década anterior, o que mostra a continuidade de um processo de desaceleração da ocupação da fronteira nesses estados;
5. Finalmente, a Região Sul destaca-se pela significativa recuperação dos volumes de imigração dos seus três Estados, acompanhado por uma redução ou certa estabilização das perdas populacionais.

Das tendências que mais chamaram a atenção poder-se-ia destacar o caso do recrudescimento da migração nordestina justamente num momento em que as grandes transformações produtivas no país levavam a apostar num arrefecimento desse tipo de migração. Neste particular vale lembrar reflexões como as de Cano (1995):

“Sob o ponto de vista do nosso processo de urbanização, os efeitos da reestruturação produtiva sob a égide de políticas neoliberais serão igualmente danosos e complexos para a economia e a sociedade brasileiras. Com a reconcentração industrial e com a falta de empregos pouco qualificados que surgiria, os fluxos migratórios inter-regionais, notadamente os originários do Nordeste e de Minas Gerais e orientados principalmente para São Paulo, diminuiriam ainda mais, fazendo com que os migrantes do mundo rural deversem ter guarida nas cidades médias e grandes da própria periferia nacional” (p. 131).

De fato, tendo em vista a inequívoca redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola e os impactos da crise econômica dos anos 80 e o processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial, especialmente do Estado de São Paulo, era de se esperar uma redução dos movimentos populacionais interestaduais.

Na verdade, se por um lado o “fechamento” das fronteiras significou o estreitamento das possibilidades de redistribuição espacial da população no país, por outro lado, os processos de reestruturação econômica tiveram implicações decisivas na geração de emprego (e, por conseguinte, no crescimento do desemprego), na deterioração das relações de trabalho (Dedecca e Baltar, 1999) e, conseqüentemente, nas possibilidades concretas de absorção dos migrantes, inaugurando o que Faria (1992) chamou de período de “mobilidade travada”. Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se incluir as hipóteses de Pacheco (1993) para quem “o bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado um menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno” (p. 22).

Também a relativa desconcentração industrial para Estados como Minas Gerais e Paraná, o crescimento da agricultura e agroindústria no Centro-Oeste, e a conseqüente “urbanização da fronteira agrícola”, também foram fatores que contribuíram para o redirecionamento de certos fluxos migratórios⁵.

3. MIGRAÇÃO INTERESTADUAL NOS ANOS 2000: AS NOVIDADES (OU CONTINUIDADES) TRAZIDAS PELA PNAD 2004

Com relação às tendências delineadas pelas análises dos Censos de 1980, 1991 e 2000 e sucintamente mencionadas acima, os dados derivados da PNAD 2004 mostram-se muito interessantes na medida em que revelam importantes e intrigantes mudanças no panorama da migração no país.

3.1. AS FACES DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL NO BRASIL: IMIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO E FLUXOS MIGRATÓRIOS.

Ao menos no que se refere aos fluxos migratórios estabelecidos entre os Estados, a Tabela 2 mostra mudanças tanto no volume desses (e, portanto, intensidade já que a população é maior), como no panorama das principais áreas de atração e expulsão demográfica no Brasil.

Percebe-se que o volume de migrantes (pessoas que residiam em uma outra UF cinco anos antes do levantamento) em 2000, da ordem de 5,2

⁵ Uma discussão mais detalhada sobre as transformações econômicas no Brasil nas últimas décadas, bem como seus impactos sobre o processo de urbanização pode ser encontrada em Ipea/IBGE/Nesur, 1999.

milhões, reduziu-se para algo em torno de 4,8 milhões, ou seja, um decréscimo de pouco mais que 7%⁶. Muito embora tal redução possa ser encarada como pouco significativa, sobretudo tendo em vista os erros amostrais envolvidos nestas estimativas, o que mais chama a atenção é o fato delas virem acompanhadas de mudanças no comportamento de várias Regiões e ou Estados. Tais modificações serão avaliadas a partir de três indicadores: o volume de imigração, emigração e da migração líquida (ou saldo migratório).

Tabela 2. Volumes de imigração, emigração e saldo migratório por unidades da Federação Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Unidades da Federação	Volumes segundo períodos quinquenais (*)					
	1995/2000			1999/2004		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Rondônia	83.325	72.734	10.591	50.228	55.239	-5.011
Acre	13.635	16.069	-2.434	15.087	13.212	1.875
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.918	52.928	11.990
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.706	13.325	25.381
Pará	182.045	234.213	-52.168	239.495	187.426	52.069
Amapá	44.582	15.113	29.469	34.399	18.281	16.118
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.530	112.004	-29.474
Norte	556.393	493.680	62.713	525.363	452.415	72.948
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	121.212	113.952	7.260
Ceará	162.926	186.709	-23.783	143.418	120.574	22.844
R.G.Norte	77.917	71.286	6.631	74.898	37.284	37.614
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	141.492	95.857	45.635
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	182.574	204.868	-22.294
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	294.385	378.618	-84.233
Nordeste	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.266.064	1.338.095	-72.031
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	437.598	398.460	39.138
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	109.480	108.669	811
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	178.694	255.653	-76.959
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	873.624	978.689	-105.065
Sudeste	2.120.563	1.662.152	458.411	1.599.396	1.741.471	-142.075
Paraná	297.308	336.998	-39.690	286.023	271.182	14.841
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	222.972	139.268	83.704
Rio Grande do Sul	113.395	152.891	-39.496	120.163	146.372	-26.209
Sul	610.354	629.554	-19.200	629.158	556.822	72.336
Mato Grosso do Sul	97.709	108.738	-11.029	95.315	97.271	-1.956
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	199.291	81.011	118.280
Goiás	372.702	169.887	202.815	319.365	168.574	150.791
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	159.880	199.982	-40.102
Centro-Oeste	852.908	590.902	262.006	773.851	546.838	227.013
	5.196.142			4.793.832		

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

(*) Desconsidera imigrantes estrangeiros ou do Brasil sem UF especificada.

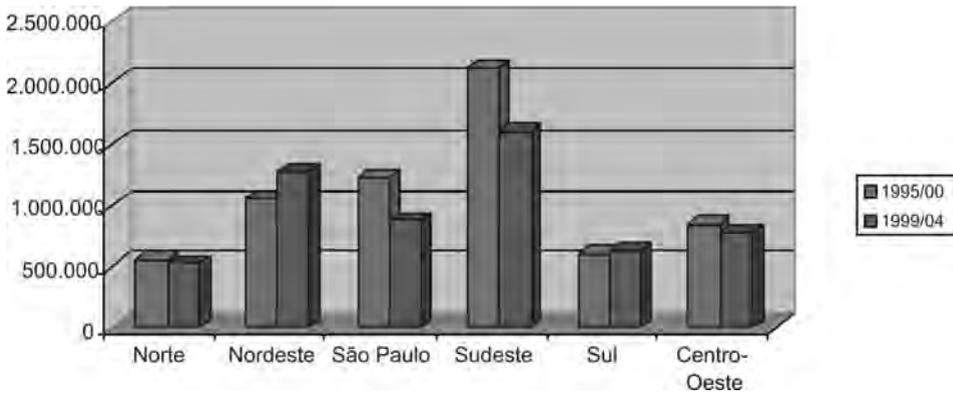
⁶ É bom novamente lembrar que nesses volumes não são captados as crianças menores de cinco anos.

No caso da imigração, o que mais salta à vista é a redução, esta sim expressiva, dos volumes apresentados pelo Sudeste, em especial, por São Paulo: cerca de 29%; no último caso, depois de registrar aproximadamente 1,2 milhões migrantes no quinquênio 95/00, São Paulo passa a receber, no quinquênio seguinte, 870 mil. Em contrapartida e, como se verá, não por acaso, o Nordeste apresentou um crescimento do volume de imigrantes da ordem de 19%, sendo que os principais Estados responsáveis por tal comportamento foram Maranhão (com crescimento dos imigrantes de 79%), Rio Grande do Norte (54%), Alagoas (45%), Paraíba (39%) e Bahia (17%), muito embora esse último Estado, juntamente com Maranhão e Paraíba, tenham sido os que apresentaram maior crescimento absoluto em seus volumes.

Quanto ao Sul, Centro-Oeste e Norte, especialmente essas duas últimas Regiões, os volumes pouco variaram, não obstante a importante queda na imigração de algumas UFs como o Distrito Federal (26%), Rondônia (40%), Amazonas (27%) e Amapá (22%). É interessante notar que essas UFs têm em comum o fato de terem se destacado como algumas das principais áreas de atração populacional nos anos 80 e 90. Particularmente, nos casos do Amazonas e Amapá, ao longo dos anos 90 tudo indicava que esses Estados estariam se configurando como as mais novas áreas de expansão das fronteiras brasileiras, condição que parece não estar sendo corroborada pelos dados da PNAD 2004. Na verdade, a única área que, segundo os dados aqui analisados, poderia ainda ser configurada dessa forma é o Pará, já que, no período 2000/2004, teve incrementada a sua imigração em mais de 30%. Esse fato reforça a tendência de intensa ocupação desse Estado, em especial de sua porção Sul, observada na década anterior.

O Gráfico 1 resume as tendências apontadas anteriormente com relação à imigração registrada nas Regiões brasileiras.

Do lado da emigração (ou seja, as perdas populacionais) experimentada por cada um dos Estados brasileiros, percebe-se que sofreu uma significativa redução nos Estados historicamente emissores de população como os do Nordeste, especialmente na Paraíba e Rio Grande do Norte, onde esse volume reduziu-se em mais de 40%. De qualquer forma, ainda persistem no Nordeste estados como Maranhão e Piauí que praticamente mantiveram os níveis de perdas populacionais do período anterior. No entanto, deve-se lembrar que, tendo em vista o crescimento demográfico geral, os volumes



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 1. Volume de imigração por quinquênios, segundo Grandes Regiões - 1995/2004

registrados no quinquênio 1999/04 estariam representando uma queda sistemática da intensidade de emigração nos Estados nordestinos.

Contudo, é digno de nota que, mesmo em queda, os volumes de emigração no Nordeste permaneceram elevados. Nesse caso, haveria que considerar outros elementos que influenciaram a persistência das perdas demográficas mesmo em condições pouco favoráveis nas áreas “atrativas”. Em primeiro lugar, deve-se considerar os impactos de certos problemas estruturais cujas intensificações cíclicas ou sazonais podem agir de maneira mais aguda em certos momentos, como por exemplo, a seca; outro elemento diz respeito às questões fundiárias, particularmente aquela relacionada à redução da pequena propriedade que podem ter se agudizado em certas regiões⁷.

Finalmente, deve-se mencionar a crise nos moldes do ocorrido no Sudeste, que se abateu nas maiores aglomerações urbanas regionais, particularmente nas metropolitanas que, como se sabe, constituem-se em importante pontos de chegada para parte do contingente liberado no interior desses Estados. Nesse último caso, as considerações de Cano (1998) sugerem que, após um período de recuperação apoiado na maturação de investimentos e um processo de industrialização periférica, o Nordeste teria voltado a

⁷ Em trabalho recente sobre a migração em Sergipe, Oliveira (2003:64) considera a questão da modificação da estrutura fundiária como importante para se entender, ainda nos anos 90 a situação migratória estadual.

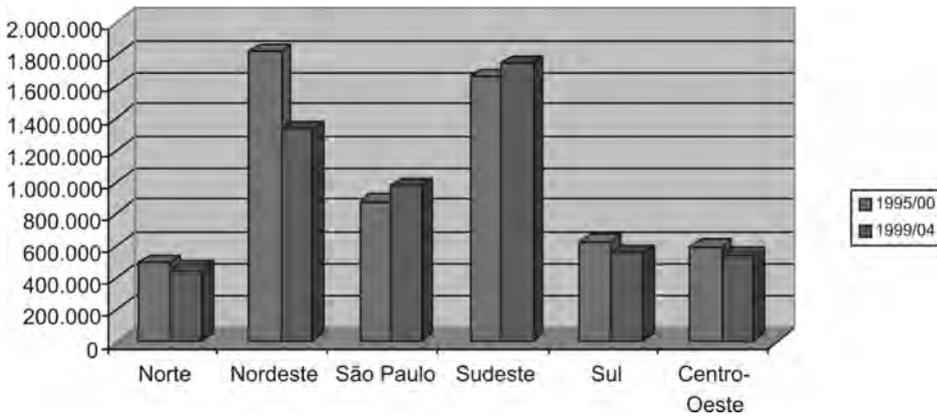
apresentar maus resultados em termos de seu crescimento econômico, o que repercutiria no seu poder de retenção em especial no caso de suas maiores aglomerações urbanas.

Nas demais regiões que reduziram suas perdas populacionais, como o Sul e o Centro-Oeste, cumpriria destacar que, enquanto o primeiro caso reflete a continuidade de um processo já detectado, na década anterior, pelo menos no Estado do Paraná; no segundo caso, os dados trazem uma novidade, sugerindo que houve certa recuperação da Região. Assim, como demonstrado por Rippel (2005), o decréscimo da emigração no Paraná estaria ligado não apenas ao progressivo “fechamento” das fronteiras no Centro-Oeste, mas também pela consolidação da RM de Curitiba como importante pólo de atração migratória. Já no caso do Centro-Oeste, percebe-se que é de Mato Grosso que vem a novidade, pois esse experimentou não apenas um aumento de sua imigração, mas uma redução de sua emigração, mostrando que o Estado parece ter recuperado parte do ímpeto de crescimento demográfico de décadas anteriores, provavelmente em função da ocupação de suas porções Noroeste e Nordeste que, como se observava nos anos 90 (Cunha, 2004), eram as principais áreas de expansão do Estado.

Em termos do incremento da emigração no país pode perceber duas situações bastante distintas: de um lado, duas unidades da Federação com características predominantemente urbanas, como Distrito Federal e São Paulo e, de outro lado, estados de perfil mais rural como são os casos de Amapá e Tocantins. No caso de São Paulo, como será mostrado a seguir, não há dúvidas que o aumento da emigração reflete a continuidade do retorno de seus antigos imigrantes, muito deles provenientes do Nordeste; no Distrito Federal, embora a PNAD não permita esse tipo de avaliação, supõe-se que, como mostrado em outros estudos (Cunha, 2002), boa parte das perdas populacionais seja fruto da expansão urbana da capital do país para o Estado de Goiás, cujos municípios vizinhos ao DF acabam se configurando como sua periferia.

Já no caso do Amapá e Tocantins não se pode ir muito mais além de algumas especulações: provavelmente, em ambos os casos, a emigração pode ter sido incentivada pelas oportunidades que estão sendo geradas no Pará, fruto do impacto das atividades mineradoras, assim como do avanço da fronteira agrícola, do desmatamento e da cultura da soja.

O Gráfico 2 permite observar a evolução da emigração nas grandes regiões brasileiras.



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 2. Volume de emigração por quinquênios, segundo Grandes Regiões - 1995/2004

A análise do comportamento da imigração e emigração na maioria dos casos mostra-se coerente com o que já se sabe sobre as relações existentes entre as Regiões e Estados brasileiros. Assim, embora interessante, não chega a surpreender o fato de que, concomitantemente ao aumento da emigração em São Paulo, tenha ocorrido um aumento de imigração e também uma redução de emigração nordestina. O mesmo pode ser dito com relação à redução de imigração e certa manutenção da emigração no Centro-Oeste e o inverso observado no Paraná; como se sabe, nos anos 70 e 80, essas duas últimas áreas apresentavam intensas trocas migratórias que culminaram em ganhos populacionais para o Centro-Oeste, particularmente para o Estado do Mato Grosso.

A matriz de trocas migratórias¹ entre as Regiões brasileiras apresentada a seguir deixa claro como foi o balanço dos movimentos de entrada e saída de população no período 1999/2004. Observando os dados relativos aos fluxos migratórios, dessa forma fica claro quais áreas saíram ganhando e quais perderam população no processo migratório no período de tempo considerado.

⁸ Para duas áreas determinadas, define-se “troca migratória” como o resultado da diferença entre os fluxos estabelecidos em direções contrárias (de A para B e de B para A).

Tabela 3. Matriz de trocas migratórias (*)
Brasil, 1999/2004

Residência em 1999	Residência em 2004						Rio de Janeiro/ Espírito Santo
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	São Paulo	Minas Gerais	
Norte	-	-86.062	23.685	3.435	2.070	-7.047	178
Nordeste		-	77.185	-4.839	-66.548	31.825	-37.098
Centro-Oeste			-	-44.749	-37.024	-14.685	-6.240
Sul				-	-79.838	-2.125	1.224
São Paulo					-	-6.137	-20.071
Minas Gerais						-	-29.147
E.Santo/R.Janeiro							-

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

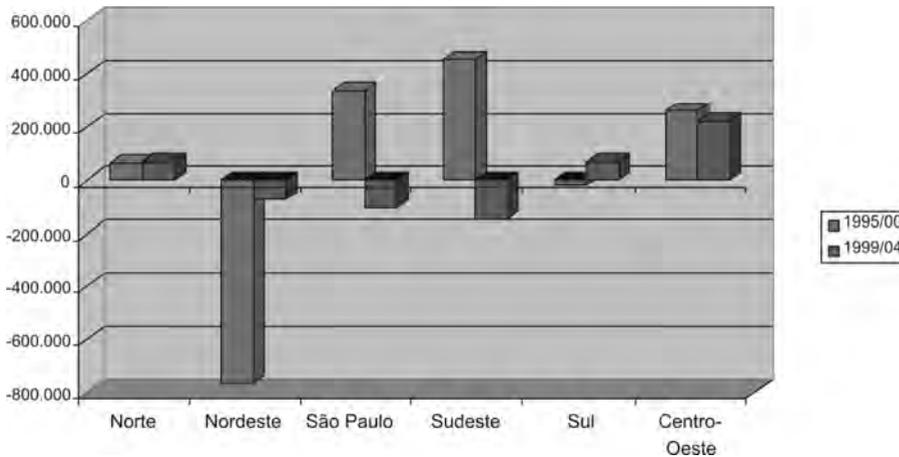
Obs: valores negativos representam perdas para as regiões dispostas nas colunas, sendo que os positivos indicam perdas para aquelas dispostas nas linhas.

Como se percebe, nos primeiros anos da década atual, no caso da Região Norte, destaca-se os ganhos populacionais que representaram as trocas migratórias estabelecidas com o Nordeste (ganho de 86 mil pessoas), fato que apenas reforça tendências passadas. Para o Nordeste, o que mais chama a atenção são, indubitavelmente, os ganhos registrados nas trocas com o Sudeste, em particular com São Paulo (algo em torno de 67 mil migrantes). Já no caso do Centro-Oeste, esse obtém ganhos com todas as Regiões brasileiras, fato indicativo de que, mesmo com muito menor intensidade, ainda se constitui em área de atração demográfica.

A Região Sul enquanto perde população, em termos líquidos, para quase todas as Regiões, apresenta ganhos expressivos nas trocas São Paulo e Minas Gerais. Digno de nota é o fato de que, no Sudeste, São Paulo aparece indiscutivelmente como o mais importante pólo de expulsão demográfica, já que não registra ganhos nas trocas com nenhuma das Regiões brasileiras; o Nordeste e Sul (esse em função especialmente do Paraná e Santa Catarina) são, sem dúvida, aquelas que mais ganham nas trocas. Embora Minas Gerais nesse período tenha apresentado perdas líquidas para boa parte das Regiões brasileiras, com exceção do Nordeste e Rio de Janeiro/Espírito Santo, essas foram bem reduzidas sugerindo que a migração teve um impacto pouco significativo em sua dinâmica demográfica, ao menos no que se refere aos fluxos interestaduais. Finalmente, Rio de Janeiro/Espírito Santo perdem população para o Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, sendo os ganhos pouco significativos.

O resultado final das trocas regionais pode ser visto no comportamento do saldo migratório de cada uma dessas áreas. O Gráfico 3 permite a observação, deixando claro que, com relação ao último quinquênio da década de 90, pelo menos duas grandes modificações ocorreram no quadro migratório nacional: a primeira, a grande redução das perdas populacionais do Nordeste que, como já se viu, é fruto de ganhos demográficos nas trocas com o Sudeste; a segunda, e talvez a mais interessante em termos analíticos – mas que certamente tem relação com a primeira –, diz respeito à forte redução do saldo migratório de São Paulo e do Sudeste como um todo que inclusive passam a apresentar saldos negativos.

Gráfico 3. Volume de migração líquida por quinquênios, segundo Grandes Regiões – 1995/2004



Por último, não se pode esquecer de considerar que muitas das Regiões brasileiras apresentam uma grande mobilidade interna envolvendo trocas entre os seus respectivos Estados. Esses fluxos podem ser mais bem apreciados nas matrizes migratórias em anexo, contudo, vale mencionar que 35% dos imigrantes registrados no Norte tinham origem na própria Região, sendo o percentual atingido pelo Nordeste de 31%; no Centro-Oeste, 27%; no Sul, 45% e no Sudeste, 43%.

Tal resultado mostra o quanto é significativo a migração intra-regional para a dinâmica demográfica de muitas Regiões. No caso do Norte, a existência de distintas áreas de fronteira agrícola, assim como outras atividades como a garimpeira, poderia justificar esta mobilidade. De fato,

observando os fluxos migratórios estabelecidos (ver Anexo 1), pode-se perceber a existência de volumes significativos de pessoas deixando o Pará em direção ao Amazonas (e vice-versa), Roraima e Amapá, e migração do Tocantins para o Pará.

No caso do Nordeste, os volumes e fluxos estabelecidos nas intensas trocas entre Pernambuco e Paraíba, e Alagoas e Pernambuco, na migração do Piauí para o Maranhão (mais de 47 mil pessoas), da Bahia para Sergipe, de Pernambuco para Bahia, do Piauí para Ceará etc., mostram que não é possível estabelecer com muita propriedade qual ou quais os principais Estados de atração demográfica de Região, muito embora, Pernambuco parece se destacar, talvez pela influência significativa da Região Metropolitana de Recife.

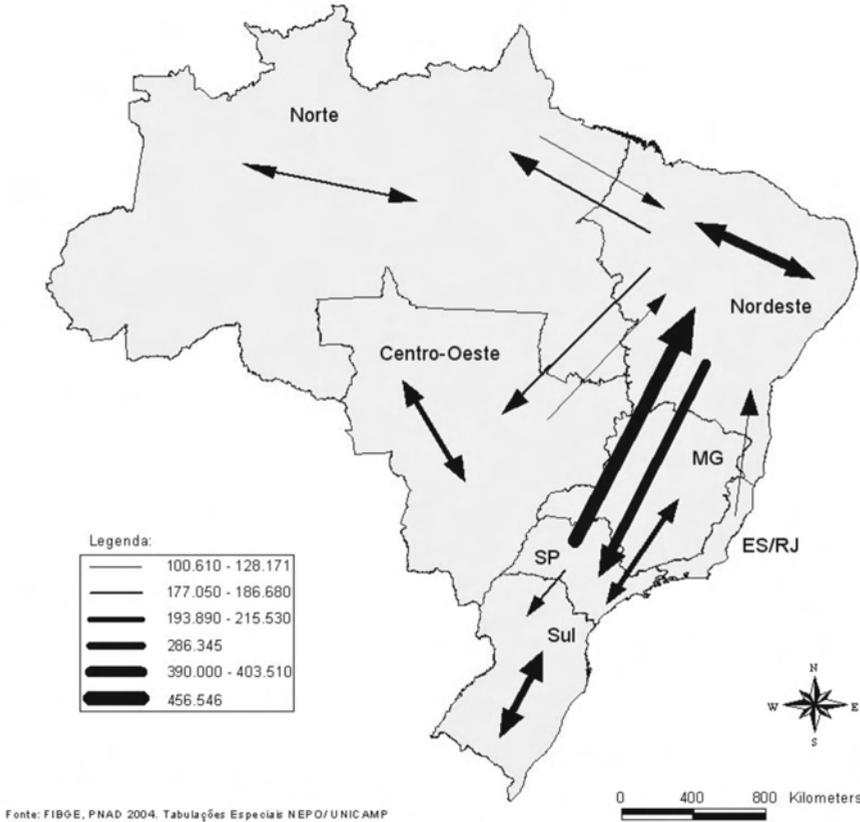
Já no Centro-Oeste a mobilidade intra-regional é bem menos significativa que nas demais Regiões, contudo, pode-se dizer que os principais fluxos estabelecidos têm como áreas preferenciais de destino o Distrito Federal (particularmente por sua relação com Goiás) e o Mato Grosso, que ainda detém a maior área de expansão de fronteira agrícola da Região.

No Sul do país também se registra um volume importante de migração intra-regional, justificada pelas trocas entre Paraná e Santa Catarina e dessa última com o Rio Grande do Sul. É interessante notar que, observando as trocas migratórias líquidas estabelecidas entre estes Estados, Santa Catarina desponta como o maior pólo de atração regional, fato que se mostra em consonância com o desenvolvimento observado no Estado.

Finalmente o Sudeste, com as trocas migratórias mais importantes envolvendo Minas Gerais e São Paulo (movimentando cerca de 400 mil pessoas nos fluxos nos dois sentidos), mostra o peso dos dois Estados não apenas na configuração da dinâmica migratória regional, mas também nacional.

O Mapa 1 apresenta de maneira esquemática as principais tendências intra-regionais observadas a partir das trocas migratórias líquidas mais significativas.

Mapa 1. Principais fluxos migratórios por grandes Regiões Brasil, 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 2004. Tabulações Especiais Nepo/Unicamp

3.2. ENTENDENDO PARTE DA MUDANÇA: O PAPEL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO.

Em estudo recente Cunha e Baeninger (2005) já registravam a importância que a migração de retorno – entendida como a volta de pessoas para os seus respectivos Estados de nascimento – teve na dinâmica migratória brasileiras nas últimas décadas:

“Os movimentos de retorno ilustram as duas pontas complementares do processo migratório, *uma vez que mesmo com relativa retomada da emigração em vários Estados nos anos 90* (grifo meu), em particular do Nordeste, ainda assim é possível detectar um forte incremento de suas imigrações em boa medida fomentada pelo retorno de seus naturais. De fato, como se pode observar, o

volume de migração de retorno incrementou-se enormemente no país nos últimos 30 anos; na década de 90 houve incremento relativo da ordem de 221% em relação aos volumes dessa migração comparado com a década de 70. Esse elevadíssimo incremento contribuiu para que o número de pessoas retornadas a seus Estados de nascimento passasse de 1,1 milhão, nos anos 70, para quase 3,8 milhões, nos 90; esses volumes indicam a importância que nos anos mais recentes esse tipo de mobilidade – sempre presentes, porém em menor intensidade – passou a adquirir no cenário das migrações nacionais. Os dados apresentados mostram ainda que os maiores volumes de retorno foram registrados em Estados historicamente expulsos de população como os do Nordeste (em particular, Bahia e Pernambuco e Ceará), Minas Gerais e Paraná. Ou seja, percebe-se claramente que esse fenômeno espelha, por um lado, as grandes dificuldades que os migrantes enfrentam em fixar-se nas tradicionais áreas de atração migratória, como é o caso de São Paulo; por outro lado, sugerem ainda a influência do crescimento e desconcentração econômica que beneficiou certos Estados como Paraná e Minas Gerais cujas Regiões Metropolitanas passaram a atrair boa parte dos potenciais emigrantes de suas regiões mais deprimidas. Nesse sentido, *a idéia de um aumento do “ir e vir” ou intensificação de um processo de maior “circulação” de pessoas entre duas regiões ganha força (grifo meu), dada as grandes dificuldades pelas quais passaram e ainda passam os mercados de trabalho dos centros tradicionais de atração, além da redução das possibilidades nas fronteiras agrícolas.*” (Cunha e Baeninger, 2005; grifos do autor)

Além da ênfase no papel da migração de retorno, destacam-se outros dois aspectos importantes do excerto acima (ambos devidamente grifados): o primeiro deles relacionado ao fato de que os dados analisados naquele estudo (provenientes dos censos demográficos) mostravam que, para alguns Estados, teria havido um aumento de emigração, particularmente aquela direcionada para São Paulo.

⁹ Nesse sentido é exemplar o trabalho de Lyra (2003) que mostra, com muita clareza, a existência desse tipo de tendência. Os dados trabalhados pela autora dão conta de que, nos anos 80, 66,2% dos migrantes que retornaram para Pernambuco provenientes de São Paulo o fizeram para os seus respectivos municípios de nascimento. Esse percentual cresce ainda mais quando se toma em conta aquelas Regiões que sabidamente são as principais áreas de origem da emigração pernambucana. De fato, o mesmo estudo mostra que, no período 1980/90, 45% do retornado de São Paulo para Pernambuco voltavam para a Mesorregião do Agreste, sendo que para essa área nada menos do que 73% dos retornados voltavam para o seu município de nascimento.

Tal tendência parece não se configurar a partir dos dados mais recentes o que mostra quão complexa é a tarefa de se projetar o comportamento da migração em um país com tantas oscilações em suas condições econômicas e sociais. Até mesmo questões relativas aos efeitos tardios de mudanças estruturais (Pacheco e Patarra, 1998), ou dos frutos de uma maturação de investimentos (Cano, 1998) acabam contribuindo para dificultar ainda mais a tarefa de acompanhar o fenômeno migratório.

De qualquer forma, o que importa considerar é que a migração de retorno desempenhou um papel central em boa parte dos fluxos estabelecidos no país e, portanto, nas mudanças observadas. Assim, enquanto a migração de retorno, segundo a PNAD 2004, representou, no período 1999/2004, cerca de 30% dos movimentos migratórios interestaduais registrados no país (ou seja, mais de 1,4 milhões de pessoas), nas regiões historicamente de evasão demográfica esse percentual foi bem maior, como no Nordeste (51,0%), Minas Gerais (38,7%) e Sul (35,3%, sendo que para o Paraná o percentual chegou a 41,8%). Cumpre lembrar ainda que, como se mostrou, vários Estados do Nordeste, assim como o Paraná (ver Tabela 2), foram áreas que registraram as maiores reduções na emigração no período analisado em comparação com o último quinquênio da década de 90.

Os volumes de migração de retorno, assim como seu peso relativo com relação ao total de imigrantes recebidos pelos Estados, podem ser apreciados na Tabela 4.

A Tabela 5 mostra ademais que o peso do retorno foi ainda muito mais significativo em alguns fluxos envolvendo as Regiões responsáveis por grande parte da história migratória nacional contemporânea. Assim, esse fenômeno mostrou-se muito mais intenso na emigração de São Paulo e do Centro-Oeste rumo ao Nordeste e do Centro-Oeste para o Sul, ou seja, mostrando claramente tratar-se de uma modificação nas tendências passadas que apontavam os migrantes movendo-se justamente em sentido contrário.

Tal comportamento significa que, paralelamente à redução dos fluxos migratórios em direção às Regiões historicamente de atração demográfica, as quais representavam duas das principais tendências redistributivas do país (a concentração no Sudeste, em especial em São Paulo e a desconcentração para a fronteira no Centro-Oeste e Norte), parece estar ocorrendo um retorno expressivo dos antigos migrantes que tentaram a sorte naquelas áreas.

Tabela 4. Volume de imigração interestadual total e de retorno Brasil, unidade da Federação 1999/04

Unidade da Federação	Volume de imigração (*)		Percentual de retorno
	Retorno	Total	
Rondônia	4.472	50.228	8,9
Acre	2.740	15.087	18,2
Amazonas	9.180	64.918	14,1
Roraima	1.609	38.706	4,2
Pará	50.159	239.495	20,9
Amapá	3.126	34.399	9,1
Tocantins	15.718	82.530	19,0
Norte	87.004	525.363	16,6
Maranhão	86.078	180.924	47,6
Piauí	76.268	121.212	62,9
Ceará	84.178	143.418	58,7
R.G.Norte	36.044	74.898	48,1
Paraíba	71.876	141.492	50,8
Pernambuco	88.755	182.574	48,6
Alagoas	39.525	81.318	48,6
Sergipe	18.072	45.843	39,4
Bahia	145.505	294.385	49,4
Nordeste	646.301	1.266.064	51,0
Minas Gerais	169.340	437.598	38,7
Espírito Santo	23.494	109.480	21,5
Rio de Janeiro	29.234	178.694	16,4
São Paulo	164.733	873.624	18,9
Sudeste	386.801	1.599.396	24,2
Paraná	119.519	286.023	41,8
Santa Catarina	53.861	222.972	24,2
R.G.do Sul	49.027	120.163	40,8
Sul	222.407	629.158	35,3
M.G.do Sul	16.046	95315	16,8
Mato Grosso	11.547	199291	5,8
Goiás	52.424	319.365	16,4
Distrito Federal	16.647	159.880	10,4
Centro-Oeste	96.664	773.851	12,5

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)
 (*) Nos totais regionais inclui-se a migração intra-regional.

Tabela 5. Peso relativo da migração de retorno no total da imigração interestadual segundo fluxos por Grandes Regiões Brasil, 1999/2004

Região de residência em 1999	Região de residência em 2004							
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	São Paulo	Minas Gerais	ES/RJ	Total
Norte	20,9	48,2	16,7	34,1	16,0	20,3	21,4	26,7
Nordeste	7,5	29,3	4,3	25,3	5,5	21,0	8,3	14,1
Centro-Oeste	25,6	72,7	19,4	48,6	33,6	46,0	44,0	37,1
Sul	9,3	43,1	5,2	31,8	38,1	11,8	24,2	27,2
São Paulo	21,3	66,2	11,1	35,8	-	43,3	24,4	48,4
Minas Gerais	16,9	39,6	14,2	30,4	20,5	-	13,4	20,3
E. Santo/R.Janeiro	24,8	57,0	17,1	35,3	22,3	42,0	25,7	40,1
Estrang./Brasil s/espec.	48,1	36,7	21,0	51,5	61,2	64,5	30,8	47,2
Total	16,6	51,0	12,5	35,3	18,9	38,7	18,3	29,4

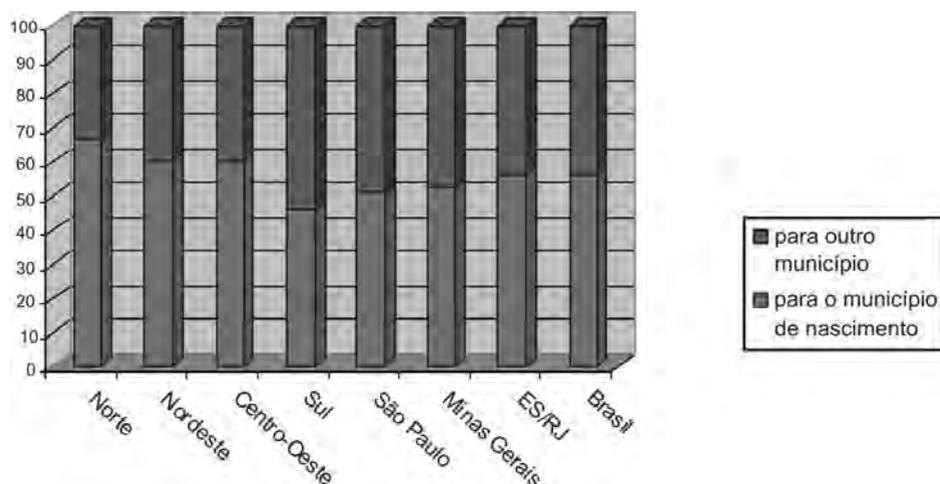
Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

No entanto, não se pode deixar de considerar que, mesmo nessas condições, ainda são muito significativos, por exemplo, os volumes de pessoas que deixam o Nordeste, ou que chegam a São Paulo ou Mato Grosso, razão pela qual, mesmo num quadro de incremento do retorno, não se pode descartar a hipótese de se estar frente a um fenômeno de grande circulação de pessoas. Tal circularidade de migrantes se justificaria não apenas pelas poucas oportunidades existentes nas tradicionais áreas de origem e pela restrita capacidade de absorção de seus maiores centros regionais, como as Regiões Metropolitanas, mas também pela crise que enfrentam os grandes centros nacionais, sendo talvez o principal deles, nesses termos, a Região Metropolitana de São Paulo¹⁰.

Uma mostra de que tais assertivas possuem alguma base de sustento empírica é o fato de que, segundo a PNAD 2004, o retorno, especialmente para o Nordeste e Norte, dá-se em sua grande maioria para os municípios de nascimento dos migrantes. Como mostra o Gráfico 4, enquanto para o país o percentual de pessoas que retorna para o seu município natal é de 56,4%, no caso das duas regiões mencionadas o percentual é, respectivamente, de 66% e 60%. Em contrapartida, para aquelas áreas que sabidamente apresentam uma RM com maior potencial de absorção, como São Paulo (apesar de toda a sua crise) e Paraná (onde a RM de Curitiba despontou nos anos 90), essas cifras são bem menores chegando à casa dos 51% e 29%, respectivamente.

¹⁰ Para um melhor desenvolvimento dessa questão ver Cunha e Baeninger, 2005.

Gráfico 4. Migração de retorno por local de destino.
Brasil e Grandes Regiões, 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor)

Um reflexo do fenômeno anterior pode ser percebido também no fato de que pouco mais de 41% da imigração interestadual teve como destino as Regiões Metropolitanas, percentual que se reduz ainda mais (37,7%) quando o recalculamos sem o Distrito Federal que, por suas características, tende a distorcer os resultados¹¹.

Portanto, se o retorno aumentou em volume e, sobretudo, sua importância relativa na imigração registrada por algumas regiões brasileiras, como o Nordeste, ele parece ter ocorrido menos pelo aparecimento de oportunidades nos Estados de origem, e mais pelas dificuldades de permanência nas áreas mais atrativas (fossem elas aquelas de maior desenvolvimento urbano ou áreas de fronteira). A constatação de uma volta mais concentrada para os municípios de nascimento, muitos deles localizados nas zonas mais deprimidas do país, como é o caso do agreste e sertão¹²,

¹¹ De fato, como, para a PNAD, o Distrito Federal é ao mesmo tempo unidade da Federação e uma RM, tem-se nesse caso um percentual de 100% da imigração recebida pela RM. Na verdade, como já se lembrou, o DF tem um comportamento peculiar por ter sua expansão urbana e demográfica associada ao outro Estado, no caso, Goiás.

¹² Essa e outras questões podem ser constatadas em uma interessante e detalhada análise elaborada por Lira (2004) sobre as trajetórias dos migrantes de Pernambuco.

apenas reforça a tese de um retorno por desalento ou incapacidade de inserção nos maiores centros¹³.

4. QUEM SÃO OS MIGRANTES DO SÉCULO 21?

Visando completar o presente diagnóstico sobre a situação migratória nacional apresentada pela PNAD 2004, pretende-se avaliar algumas características dos migrantes, muito embora sem a intenção de esgotar as inúmeras possibilidades oferecidas por esta fonte.

Afinal, quem migra mais, as mulheres ou os homens? Essa discussão bastante antiga nos estudos demográficos tem levado a proposições generalistas de que são as mulheres as que migram em maior volume que os homens (Ebanks, 1993). Na verdade, se, por um lado, ao observar os dados agregados, percebe-se que de fato existe uma superioridade numérica das primeiras com relação aos segundos no conjunto da migração nacional, por outro lado, essa constatação, um tanto apressada, esconde especificidades de migração por sexo que ajudariam a entender melhor os processos envolvidos.

Considere-se o caso da PNAD 2004, onde a proporção da população migrante por sexo é exatamente a mesma apresentada para a população total (48,7% de homens e 51,3% de mulheres), fato que, para além da pura coincidência, mostra que tal comportamento da migração não representa, a princípio, qualquer tipo de seletividade ou comportamento anormal já que observado também na população brasileira.

No entanto, como mostram os dados da Tabela 6, a relação entre os sexos depende não apenas das Regiões brasileiras que se considerem, mas também das direções dos fluxos estabelecidos. Dessa forma, percebe-se que, enquanto no caso de emigração, os homens são mais numerosos no Sudeste, em particular, em São Paulo, esse quadro se repete no caso dos migrantes que recebem as Regiões Centro-Oeste e Nordeste. De qualquer forma, as variações são bem pequenas.

¹³ Uma reportagem recente da Folha de São Paulo sugere uma hipótese complementar ao mostrar que o crescimento da proporção de pobres observado na RM de São Paulo, em comparação com outras RMs do país, juntamente com o maior custo de vida nesta área poderia comprometer ainda mais as possibilidades de inserção dos migrantes. Ver Folha de São Paulo de 29/01/2006, Caderno Economia (“SP ganha mais de 200 mil pobres em um ano”).

Tabela 6. Distribuição por sexo da emigração e Imigração interestadual por Grandes Regiões e da população total do país. Brasil, 1999/2004

Grandes Regiões	Emigração		Imigração	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	47,4	52,6	50,0	50,0
Nordeste	47,2	52,8	50,2	49,8
Centro-Oeste	47,4	52,6	48,0	52,0
Sul	48,9	51,1	48,3	51,7
São Paulo	51,0	49,0	47,8	52,2
Minas Gerais	45,8	54,2	47,6	52,4
E.Santo/R.Janeiro	51,4	48,6	47,5	52,5
Migrantes interestaduais	48,7	51,3		
População total do Brasil	48,7	51,3		

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

No caso da distribuição etária, também cumpre avaliar o comportamento da migração interestadual a partir de sua comparação com a estrutura apresentada pela população brasileira. Assim, como se constata na Tabela 7, a parcela da população que mudou de UF no quinquênio 99/04 apresenta uma característica bastante diferenciada, na medida em que envolvem menos jovens e idosos e mais população nas idades adultas entre 15 e 49 anos.

Esse fato, há muito conhecido pelos estudiosos do tema, reflete o caráter da seletividade apresentada normalmente pela migração. Não obstante, não se deve desconsiderar que também, nesse caso, o comportamento varia segundo o contexto migratório, ou seja, as características das áreas de origem e destino dos movimentos.

De fato, considerando a análise a partir dos imigrantes, fica evidente na Tabela 6 que a distribuição etária das pessoas que chegam à Região Norte e Nordeste é muito mais rejuvenescida comparativamente àquelas que rumam para outras direções. De maneira simplificada, tal situação poderia ser explicada, de um lado, pela ocupação da fronteira no Norte (em especial no Pará, Amazonas e Roraima), e de outro lado, pela migração de retorno para o Nordeste de famílias que não lograram inserir-se nas áreas mais desenvolvidas do país.

Tabela 7. Distribuição por grupos etários (*) da emigração e imigração interestadual por Grandes Regiões e da população total do país Brasil, 1999/2004

Grandes Regiões	Emigrantes				Imigrantes			
	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +
Norte	25,7	37,7	28,7	7,8	24,2	40,8	28,3	6,7
Nordeste	20,0	49,0	24,1	6,9	23,0	35,5	31,5	10,1
Centro-Oeste	21,7	39,1	30,6	8,5	18,7	44,4	28,1	8,8
Sul	19,7	34,8	33,1	12,5	21,4	34,4	32,0	12,2
São Paulo	21,0	33,3	34,4	11,3	17,3	47,5	26,3	8,8
Minas Gerais	16,5	43,8	28,8	10,9	20,4	35,1	33,6	10,9
E.Santo/R.Janeiro	19,4	34,7	34,1	11,7	16,0	40,5	34,4	9,0
Migrantes interestaduais	20,5	39,8	30,1	9,6				
População total do Brasil	27,1	27,3	27,4	18,3				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

(*) o dado sobre a residência em uma data fixa no passado, não permite a identificação de migrantes menores de 5 anos.

Do ponto de vista da emigração, constata-se que apenas as pessoas que deixaram o Norte apresentam um percentual de crianças bem acima da média dos migrantes do país, fato que estaria refletindo tanto o retorno de famílias para suas áreas originais de destino, como também a re-emigração, dentro da própria Região, em busca de condições mais adequadas nas demais áreas de fronteira¹⁴.

Portanto, não há dúvidas que muito embora os migrantes interestaduais no Brasil possuam visivelmente um caráter seletivo por estarem mais concentrados nas idades adultas (e, portanto, mais produtivas), existem situações, como a migração para fronteira, em que esse perfil altera-se na medida em que reflete as características de ocupação desta parte do território que favorece a migração familiar (Cunha, 2002). Tal situação não necessariamente se repete quando se observa a migração para áreas de maior desenvolvimento urbano onde, geralmente, existem uma maior percentual de pessoas sozinhas e famílias sem filhos.

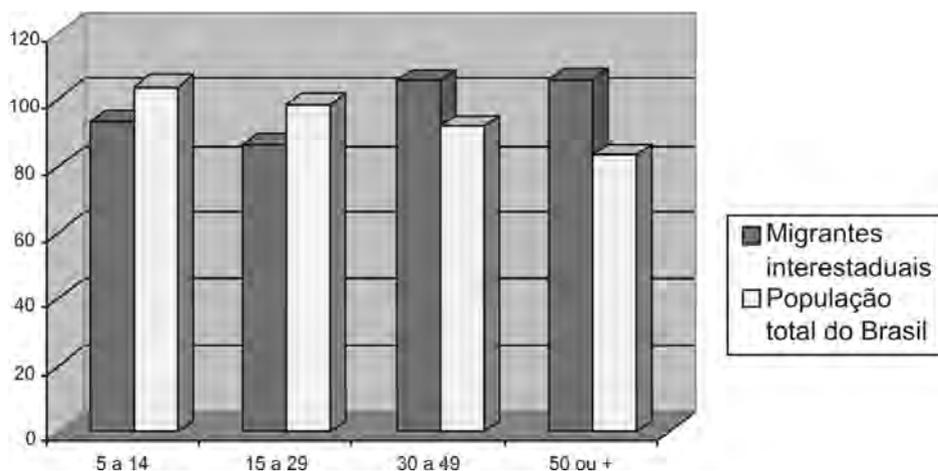
¹⁴ Deve-se lembrar que, como apontado anteriormente, a mobilidade intra-regional é importante em várias regiões brasileiras, em particular no Norte onde representa mais de um terço dos migrantes registrado nas respectivas unidades da Federação.

Uma outra forma de visualizar as especificidades do comportamento da migração por sexo e idade, e suas diferenças em termos dos contextos socioeconômicos envolvidos, refere-se à análise de razão de sexo por grupos etários¹⁵.

Se a razão de sexo (RS – quociente entre volumes de homens e mulheres) para os migrantes não difere consideravelmente daquela observada na população brasileira (94,9 homens para cada 100 mulheres contra 95,0, respectivamente), algumas diferenças significativas podem ser observadas quando se avalia esse indicador segundo grupo de idade.

Como mostra o Gráfico 5, enquanto na população total brasileira essa razão reproduz o comportamento padrão, ou seja, reduz-se progressivamente com a idade, essa sofre maiores variações no caso dos migrantes: cai consideravelmente nas idades adultas jovens para depois aumentar nas idades posteriores, em particular na população acima de 50 anos. Ou seja, a máxima de que migram mais mulheres do que homens é válida apenas em alguns contextos, como já se mostrou, mas também somente em certos grupos etários.

Gráfico 5. Razão de sexo para os migrantes interestaduais e população do país. Brasil, 2004.



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

¹⁵ Para uma população fechada, ou seja, não afetada pela migração, esse indicador deveria partir de um valor acima de 100 nas idades mais tenras – nascem mais homens que mulheres – e apresentar uma redução à medida que a população envelhece, em função da sobremortalidade masculina.

Não seria muito complicado entender o por quê da razão de sexo estar abaixo de 100 (mais mulheres) no grupo 15 a 29 anos e acima desse valor no grupo subsequente. Uma primeira explicação seria dada pelo fato de que, no Brasil, existe um diferencial importante na idade dos casais, sendo o homem, em média, sempre mais velho. Assim sendo, quando casais (com ou sem filhos), os migrantes seriam também diferenciados sendo as mulheres mais jovens. Por outro lado, existiria uma tendência à maior migração de pessoas sozinhas quando essas são jovens.

Contudo, o mesmo não se poderia dizer sobre o comportamento da RS nas idades mais avançadas (acima de 50 anos). De fato, chama a atenção que nessas idades exista um maior volume de migrantes homens, até porque, se sabe, pela existência de uma sobremortalidade masculina nas idades mais velhas, a tendência seria observar uma redução da RS. No entanto, tal situação pode ser em parte explicada por um efeito da migração de indivíduos sozinhos retornando às origens onde deixaram a família, ou encaminhando-se para outras áreas pioneiras de fronteira. Contudo, embora plausíveis, tais hipóteses ainda carecem de validação empírica e, portanto, estudos mais aprofundados para sua comprovação ou refutação.

Percebe-se ainda pela Tabela 8 que existe uma grande variabilidade da razão de sexo por idade dependendo do contexto de origem ou destino considerado. Assim, essa razão não se encontra acima de cem (mais homens que mulheres) nas idades avançadas na emigração que parte de alguns Estados do Sudeste; o mesmo passa com a imigração recebida pelo Centro-Oeste e São Paulo. Também chama a atenção o fato de que, no grupo 30 a 49 anos, apenas os Estados do Sudeste (menos São Paulo) tenham apresentado RS de imigrantes favorável às mulheres; o mesmo pode ser dito com relação aos emigrantes da Região Norte e Minas Gerais que apresentam comportamento diferencial da média nacional. No caso de Minas Gerais a situação é ainda mais intrigante, já que em todas as idades a emigração tem um maior contingente de mulheres.

Seria temeroso buscar explicações para esses dados, tendo em vista que tal tarefa exigiria um maior aprofundamento da análise, o que foge do escopo deste trabalho. No entanto, não deixam de ser hipóteses interessantes pensar, por exemplo, que a emigração mais volumosa de nordestinas na faixa etária 30 a 49 anos poderia estar ligada ao fenômeno de recomposição familiar, ou seja, mulheres que depois de passado um período da migração de seus respectivos esposos, estariam rumando para os destinos escolhidos por

Tabela 8. Razão de sexo por grupos etários (*) para emigrantes e imigrantes interestaduais por Grandes Regiões e para a população total do país. Brasil, 2004.

Grandes Regiões	Emigrantes				Imigrantes			
	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +
Norte	92,9	72,5	106,8	123,4	92,3	91,1	114,1	137,0
Nordeste	83,2	88,3	93,1	103,6	110,1	83,2	110,3	120,5
Centro-Oeste	90,0	74,0	111,0	103,0	80,1	88,3	107,2	96,2
Sul	87,1	90,1	103,4	108,1	86,9	80,3	107,5	114,1
São Paulo	100,0	92,1	116,9	112,7	89,0	91,2	102,3	72,3
Minas	90,0	77,6	90,0	90,6	92,8	82,6	91,2	115,0
ES/Rio Jan.	116,0	101,2	115,0	83,8	76,3	86,9	97,6	109,1
Migrantes interestaduais	93,2	86,5	105,5	105,9				
População total do Brasil	103,9	98,3	91,6	83,2				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

(*) o dado sobre a residência em uma data fixa no passado, não permite a identificação de migrantes menores de 5 anos

aqueles. No caso de Minas, que apresenta mais da metade de sua emigração direcionada para São Paulo (ver Anexo 1), provavelmente a maior incidência de mulheres jovens poderia ser impulsionada pelas oportunidades para a inserção produtiva em atividades onde as mulheres têm tido mais oportunidades como a indústria têxtil, eletrônica etc., ou mesmo nos serviços domésticos, atividades essas existentes em regiões vizinhas ao sul e oeste mineiro como Vale o Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto, e mesmo a RM de São Paulo.

De maneira a complementar a esta breve caracterização da migração interestadual no Brasil, seria interessante considerar ademais alguma variável ligada o estrato socioeconômico do indivíduo. Neste sentido, e tendo em vista as dificuldades que a renda apresenta para melhor qualificar estes estratos, não apenas pela qualidade de informação mas também pela instabilidade da mesma em tempos de reestruturação produtiva, decidiu-se considerar apenas os dados sobre escolaridade.

Sabe-se que a escolaridade da população brasileira, embora tenha apresentado uma grande evolução nas últimas décadas, ainda é bastante baixa. De fato, segundo os dados da PNAD 2004, o número médio de anos de estudo no país para a população de 10 anos e mais de idade era 6,6 anos, valor que é ainda menor no Norte (5,9) e Nordeste (5,3). Considerando

apenas as pessoas acima de 14 anos¹⁶, o valor não se modifica muito (6,9), muito embora se perceba que parte desse resultado deva-se ainda ao peso das gerações mais antigas; a população acima de 60 anos apresentava uma média de anos de estudos de apenas de 3,5 anos.

Assim sendo, e reconhecendo que boa parte da migração nacional é realizada pela população que vive nas áreas de menor desenvolvimento do Brasil (lembre-se que quase 49% dos migrantes registrados tiveram origem nos Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste), não é de se espantar que boa parte desses indivíduos também apresente uma baixa escolaridade.

Esse fato fica evidente na Tabela 9, ainda que os migrantes interestaduais claramente representem uma subpopulação relativamente mais educada que a média nacional. Isso porque esse subgrupo, além de apresentar um percentual bem menor na categorias “menos de 1 ano”, também possui um peso relativo maior na categoria dos mais escolarizados (mais de oito anos de estudo), não obstante o fato de apresentar uma

Tabela 9. Distribuição de emigrantes e imigrantes interestaduais e da população total do país maiores de 14 anos de idade por anos de estudo. Brasil, 2004

Grandes Regiões	Anos de escolaridade							
	Emigrantes				Imigrantes			
	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 ou mais	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 ou mais
Norte	7,8	11,7	26,6	54,0	9,3	12,8	29,5	48,4
Nordeste	11,5	11,5	32,2	44,7	12,3	13,5	30,9	43,2
Minas Gerais	6,7	9,4	24,2	59,7	6,7	7,6	30,1	55,6
ES/RJ	8,1	8,4	25,7	57,8	7,0	8,8	19,3	64,8
São Paulo	9,2	11,4	31,6	47,8	7,9	7,8	29,5	54,8
Sul	4,9	7,4	26,4	61,3	4,7	7,8	26,0	61,5
Centro-Oeste	5,5	9,2	29,6	55,7	6,1	10,1	29,0	54,8
Migrantes interestaduais	8,3	10,2	28,7	52,7				
População total do Brasil	12,4	12,0	27,8	47,8				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

Obs: não considera sem declaração de escolaridade

¹⁶ Na verdade, no caso do cálculo de anos de escolaridade, a inclusão das crianças prejudica a análise, na medida em que ainda não possuem idade suficiente para alçarem uma maior escolaridade. Dessa forma, considerar a população maior de 14 anos, ou seja, em condições de terem terminado o ensino fundamental, torna a análise mais realista.

concentração ligeiramente maior na faixa do que se poderia chamar de “primário incompleto” (1 a 3 anos).

Na verdade, não se pode esquecer do fato, já analisado, de que os migrantes, por serem mais seletivos, são mais rejuvenescidos que a população total brasileira, apresentando menor proporção de cortes de idosos (vide Tabela 7), cujas contribuições, como se comentou, ainda pesam sobremaneira para a redução da média nacional de anos de estudo. Além disso, o fato de terem em sua composição etária um percentual menor de crianças também contribui para a melhoria de sua escolaridade média. Esse efeito, chamado de “efeito idade” na demografia, geralmente não é tomado em conta quando da comparação do perfil dos migrantes e não-migrante¹⁷.

Mesmo com essa ressalva, o que fica claro é que mais da metade dos migrantes que realizam movimentos interestaduais no país apresentam pelo menos o nível fundamental completo, sendo o peso dos menos escolarizados (máximo três anos de estudo) bem reduzido.

Do mesmo modo que nas variáveis anteriores, também nesse caso o perfil do migrante varia segundo o contexto migratório considerado. É o que ocorre com a migração (seja imigração ou emigração) envolvendo o Nordeste, que mobiliza pessoas de muito mais baixo nível educacional, uma vez que apresenta maior concentração na categoria com “menos de três anos” de estudos e peso relativo bem menor no grupo com escolaridade “acima de oito anos”. Acredita-se ser desnecessário uma explicação para esse fato, tendo em vista o que já se comentou neste texto com relação à posição e papel do Nordeste no contexto nacional.

Um contraponto a esse comportamento se percebe na migração no Sul, onde se registra um perfil de migrante bem mais escolarizado. Na verdade, nesse caso, o fato de muitos dos fluxos terem como destino o Paraná (em especial da RM de Curitiba) e Santa Catarina, muitos dos quais gerados na própria Região, pode favorecer, pelo perfil dessa área do país, uma mobilidade de pessoas de melhor condição socioeconômica.

É interessante notar que de São Paulo também saem migrantes cujo perfil mostra-se ser de mais baixa escolaridade, o que faz sentido, sobretudo,

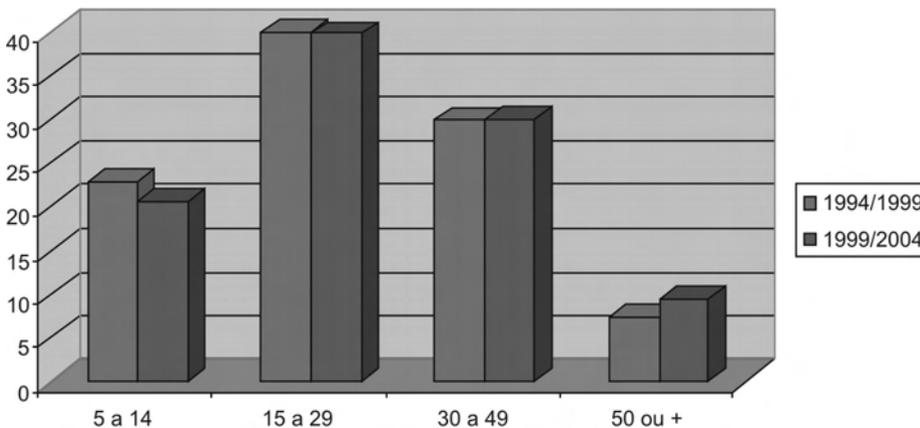
¹⁷ Formalmente, o ideal teria sido padronizar as estruturas etárias de migrantes e não-migrante (ou da população do Brasil) para que tal efeito fosse mais bem computado. No entanto, a observação das distribuições etárias, bem como resultados de outros estudos como o Lyra (2003) tornam desnecessária essa tarefa adicional.

se se lembra que parte significativa de emigração do Estado está composta por migração de retorno, da qual, boa parte, se dirige para o Nordeste.

Comparativamente ao que foi observado na década anterior, dados semelhantes computados através da PNAD 99¹⁸, mostram que as variações de perfis foram pequenas e, quando ocorreram como se verá, estiveram dentro do esperado.

No caso da estrutura etária, o Gráfico 6 mostra que as pequenas diferenças apresentadas pelos migrantes registrados em 1999 em comparação com 2004 ocorreram nas idades extremas, fato totalmente dentro do esperado, uma vez que no período houve, de fato, um envelhecimento da população brasileira. Apenas para se ter uma idéia, no Brasil a população menor de 14 anos que em 1999 representava ao redor 29,5%, reduziu sua participação passando a 27,1%, ou seja, cerca de dois pontos percentuais – mais ou menos a mesma redução apresentada pelos migrantes.

Gráfico 6. Migrantes interestaduais por grupos etários.
Brasil, 1994/1999 e 1999/2004



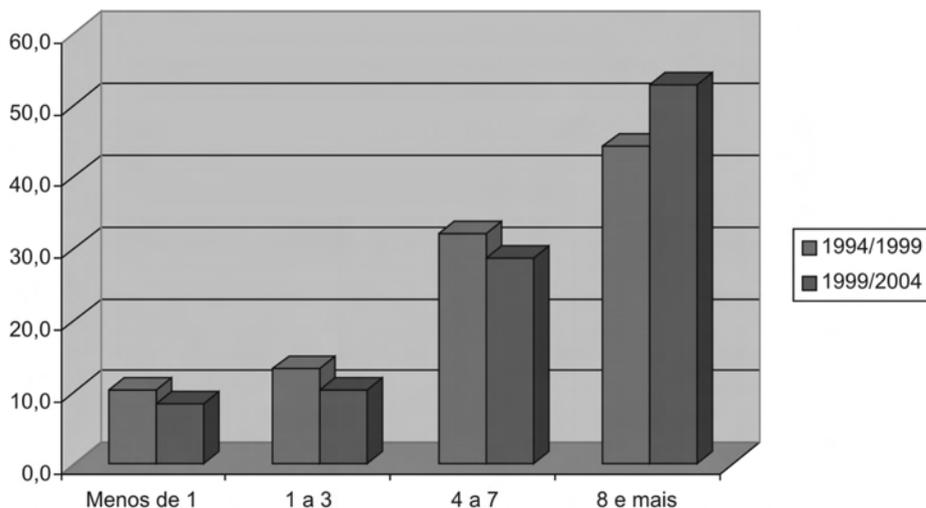
Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor)

¹⁸ Ao contrário do adotado em todo o texto, nesse caso utilizou-se como base de comparação a PNAD 99, por se tratar de informações que diziam respeito ao perfil dos migrantes que, como já mencionou, não deveriam apresentar problemas nas PNADs. Além disso, com esse procedimento trata-se de eliminar problemas nas comparações correspondentes às diferenças entre os erros amostrais das PNAD com relação ao Censo. I.

Algo semelhante passa com relação à educação. Embora o Gráfico 7 revele alguma alteração no perfil dos migrantes de um período para outro, com uma melhoria do nível de escolarização dos mesmos, essa situação tampouco se revela surpreendente pelos ganhos, em termos educacionais, apresentados pela população brasileira no período. De fato, pelos dados apresentados pode-se observar que o percentual de pessoas com mais de 14 anos de idade que apresentavam mais de oito anos de estudos subiu de cerca de 39%, em 1999, para quase 48% no ano de 2004.

Portanto, pelo menos do ponto de vista das características aqui consideradas, poucas foram as modificações nos perfis dos migrantes interestaduais, sendo que as ocorridas disseram respeito muito mais às transformações observadas na população como um todo, do que especificamente devido a uma mudança no padrão da migração nacional. Claro que ao se observar a migração regionalmente, muito provavelmente seriam captadas algumas mudanças mais significativas, sobretudo porque algumas regiões apresentaram modificações em seus comportamentos migratórios, como é o caso do Nordeste, São Paulo e Centro-Oeste. No entanto, entrar nessa discussão alongaria demasiadamente este estudo.

Gráfico 7. Migrantes interestaduais por anos de estudo.
Brasil, 1994/1999 e 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

5. A MIGRAÇÃO E OS SEUS IMPACTOS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O RESULTADO DO PROCESSO MIGRATÓRIO NAS REGIÕES BRASILEIRAS

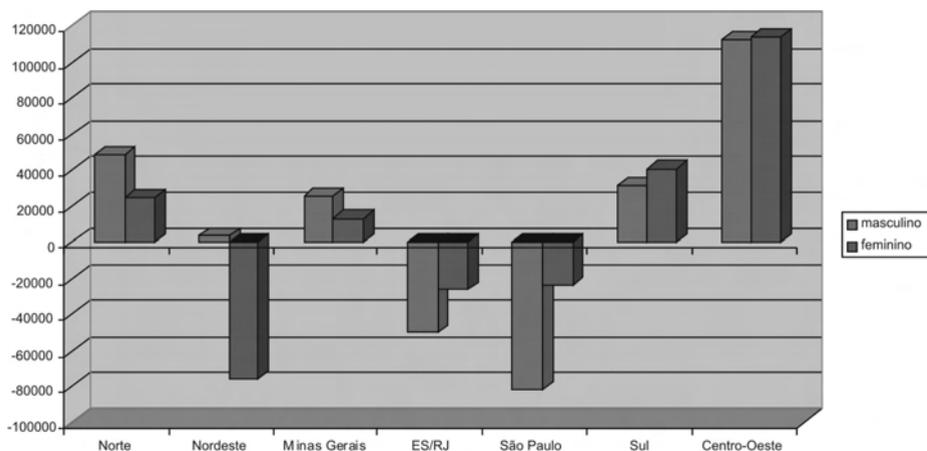
Embora não seja o objetivo principal deste estudo, a forma como foram captados os dados aqui analisados permitem, de uma forma aproximada, investigar o impacto do processo migratório sobre as regiões. Com efeito, mesmo sendo de fundamental importância analisar os fluxos de emigração e imigração para o cabal entendimento do fenômeno, não se pode esquecer que o efeito da migração – ao menos em termos quantitativos – depende, em grande medida, do balanço estabelecido entre as entradas e saídas de migrantes.

Assim como o saldo migratório (diferença entre imigração e emigração) dá conta do impacto que a migração teve sobre o crescimento demográfico regional (ou da UF), também a diferença entre os volumes de imigrantes e emigrantes segundo sexo, idade e escolaridade – dependendo, é claro, da magnitude desta – também contribuiria para alterar as características de população original.

Como fica evidente nos Gráficos 8, 9 e 10, o resultado líquido do processo migratório para as Regiões aqui consideradas foi diferenciado e, portanto, com implicações também distintas sobre as respectivas populações.

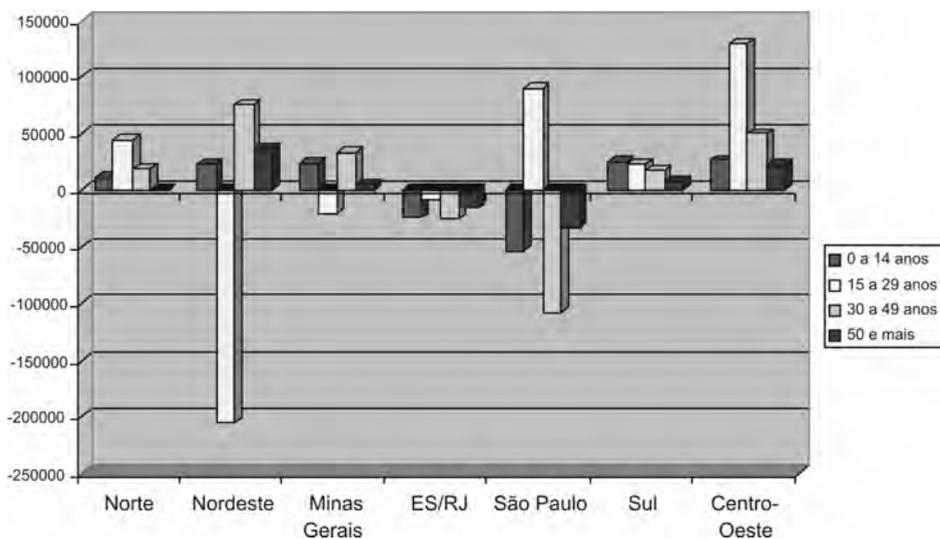
No caso da migração por sexo (Gráfico 8), o exercício realizado mostra, por exemplo, que enquanto no Nordeste o impacto foi no sentido de uma redução de mais de 75 mil mulheres em sua população, e um ligeiro incremento de homens, no Centro-Oeste os ganhos foram muito próximos para ambos os sexos, atestando uma vez mais a importância nessa área da migração familiar. No Sudeste, no entanto, as perdas aconteceram entre os homens, como no caso de São Paulo que, no período 1999/2004, como consequência da migração, perdeu mais de 81 mil pessoas desse sexo.

Gráfico 8. Saldo migratório por sexo, segundo Grandes Regiões. Brasil, 1999/2004



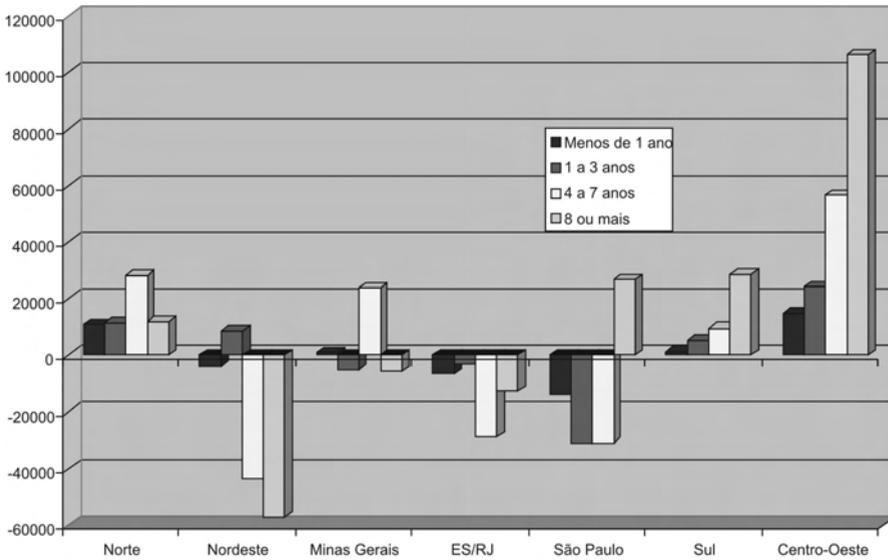
Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 9. Saldos migratórios por grupos etários segundo Grande Regiões. Brasil, 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 10. Saldo migratório por anos de estudo, segundo Grande Regiões. Regiões do Brasil, 1999-2004



Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

No que diz respeito à idade, novamente no Nordeste percebe-se uma grande perda de pessoas nas idades adultas jovens (15 a 29 anos) e altamente produtivas; no caso de São Paulo esta perda dá-se no grupo de adultos mais envelhecidos (30 a 49 anos), muito embora presente, como uma área tipicamente de atração, ganhos nas idades mais jovens. Nos dois casos fica muito patente que a seletividade dos migrantes em relação à idade (mais concentrados nas idades produtivas) está ligada às oportunidades oferecidas (ou não) nessas áreas. Mesmo a perda populacional líquida, no grupo 30 a 49 anos, para São Paulo, mostra-se bastante coerente com o fenômeno da migração de retorno. Também no Centro-Oeste os ganhos nas idades adultas mais jovens mostram o seu poder de atração pelas oportunidades lá oferecidas. No Norte e no Sul, embora em volume bem inferior, a migração implicou no incremento em todas as idades, com uma especificidade no Sul de ter maior incremento entre as crianças.

Finalmente, no caso da variável escolaridade, os dados confirmam que as perdas populacionais do Nordeste podem afetar não apenas sua relação de sexo ou estrutura etária e, portanto, o perfil da força de trabalho, mas

também o seu capital humano. De fato, nessa Região a migração do quinquênio analisado parece ter tido impacto significativo na composição da população ao dela ter retirado, em termos líquidos, um volume importante de pessoas com maior escolaridade. Na verdade, se esse volume (57 mil para oito anos e mais de escolaridade) pode significar pouco na população como um todo, seu impacto será muito mais relevantes se se toma em conta apenas a subpopulação com esta característica.

Outra Região que chama atenção por seus ganhos de pessoas com maior escolarização é a Centro-Oeste. De fato, ali foram registrados ganhos de mais de 100 mil pessoas com escolaridade acima dos oito anos. Claro que esse dado reflete muito o peso do Distrito Federal que, por suas características de mercado de trabalho, tende a atrair pessoas de melhor nível educacional. Algo semelhante passa no Sul e em São Paulo, sendo que nesse último caso a migração interestadual claramente tem servido para melhorar o perfil educacional de sua população já que, ao mesmo tempo, perde pessoas com baixa escolarização.

Concluindo, percebe-se que mesmo tendo impactos reduzidos na população como um todo, a migração, dado sua seletividade, pode implicar em alterações das estruturas sociodemográficas, sendo que, pelos dados apresentados, essas parecem ter tido maior significância no Nordeste, Centro-Oeste e São Paulo, justamente Regiões que encerram alguns dos principais processos migratórios observados no país.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Por se tratar de um estudo preocupado eminentemente com uma descrição das principais características da migração no Brasil apresentadas pela PNAD 2004, mais que tentar fornecer interpretações para os dados observados, privilegiou-se mostrar as especificidades que o fenômeno apresentou nos primeiros anos do presente século.

De uma comparação com os dados da década passada, pode-se concluir que, não obstante a continuidade de várias tendências, algumas novidades puderam ser detectadas. Dessas, duas delas mereceriam maior destaque: a primeira delas diz respeito à migração envolvendo o Nordeste, e a segunda o Estado de São Paulo.

No caso do Nordeste, chamou a atenção não apenas a manutenção da queda de emigração e aumento da imigração, essa última muito influenciada

pelo retorno que continuou volumoso, mas também o que parece ter sido uma interrupção do recrudescimento da emigração em alguns dos seus Estados, em particular, a Bahia, fato que havia sido sugerido pelos dados do Censo 2000.

No que tange a São Paulo, talvez o mais surpreendente tenha sido constatar que o Estado passou, nos anos 2000, a apresentar uma migração líquida negativa, ou seja, um volume maior de emigração que imigração. Se tal situação já se observava na Região Metropolitana de São Paulo (Perillo, 2002), não deixa de ser significativo que o Estado como um todo também passe a experimentar essa condição. Na verdade, se esse fato chama a atenção pelo valor negativo do saldo migratório, não se pode perder de vista, no entanto, que a perda de poder atrativo do Estado já se vinha configurando há muito mais tempo. Talvez agora os dados mostram com mais eloquência e cruza os efeitos nocivos de mais de uma década de crescimento econômico pífio e de muitas outras de crescimento da desigualdade social e regional.

Claro que existe uma estreita relação entre o comportamento de São Paulo e a dinâmica migratória do Nordeste, Minas Gerais e Paraná, sendo esses dois últimos, Estados que recuperaram significativamente seus poderes de retenção demográfica. Nesse quadro, a migração de retorno, como se mostrou, teve um papel importante.

Nos demais casos, como o Centro-Oeste e Norte que, nos anos 90, ainda se apresentavam como destinos alternativos para os migrantes em função, sobretudo, de suas áreas de fronteira agrícola, os dados de 2004 acabam atestando uma certa continuidade dessa condição. Contudo, tal tendência não é generalizada, sendo observada mais especificamente nos Estados do Pará e Mato Grosso, uma vez que em áreas tradicionalmente de imigração, como Rondônia, a tendência apresentada foi de redução do volume de imigração. É importante lembrar que Mato Grosso já não apresenta o poder de atração de outros momentos, como a década de 80, porém destaca-se a manutenção de um volume significativo de migrantes recebidos; provavelmente, a dinâmica de suas porções Nordeste e sobretudo Noroeste seriam as responsáveis por esse desempenho.

Quanto às características sociodemográficas dos migrantes, os dados analisados mostraram que a migração verificada no país nos primeiros anos do século 21 era relativamente jovem, com grande concentração de população adulta de 15 a 49 anos (cerca de 70%) e apresentava um balanço

por sexo que refletia a própria composição da população brasileira. Também se pôde mostrar que o migrante era ligeiramente mais escolarizados que o brasileiro médio, mas que isso, provavelmente estaria refletindo muito mais sua seletividade em termos etários do que propriamente um diferencial com relação ao não-migrantes.

Contudo, os resultados apresentados deixaram evidente que não se pode falar de um padrão etário, por sexo ou educacional para os migrantes, uma vez que esse tende a variar significativamente dependendo do contexto migratório analisado. É o caso, por exemplo, das Regiões que englobam as áreas de fronteira onde a migração é, em grande medida, familiar, envolvendo a presença maior de crianças e, portanto, um comportamento específico da razão de sexo em função da defasagem da idade dos cônjuges.

Especificidades também foram observadas nas Regiões historicamente de evasão demográfica (como o Nordeste), onde tal condição influencia não apenas a composição etária e por sexo, com mais alta concentração de homens em idades produtivas, mas também o perfil educacional desse migrante, que se encontrava num nível bem inferior ao da média nacional. O mesmo pode dizer do perfil da migração envolvendo São Paulo: se por um lado a sua emigração era mais envelhecida e com maior presença de homens, respondendo, muito provavelmente, ao peso do retorno de migrantes mais antigos as suas áreas de origem, por outro lado as pessoas que chegavam ao Estado, da mesma forma que as que deixam o Nordeste, não por coincidência, apresentavam um perfil mais concentrado as idades altamente produtivas.

Em suma, a manutenção de muitas das características de migração da década passada, em termos dos fluxos e perfil dos migrantes, mostram que poucas novidades afloraram dos dados da PNAD 2004 em comparação com o revelado pelo Censo 2000 ou mesmo PNAD 1999. Mesmo considerando as poucas – embora relevantes – transformações ocorridas, não se poderia dizer que essas estivessem relacionadas a fatos novos, já que várias delas eram prenunciadas na década passada.

No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que mesmo não tendo sido forjadas completamente nos anos 2000, as alterações explicitadas na dinâmica migratória nacional neste documento mostram que ainda persistem muitos dos mecanismos que, historicamente, influenciaram a migração, com o agravante de ocorrerem em outro momento estrutural onde,

particularmente, a mobilidade social encontra-se cada vez mais distante do sonho do migrante. Tal situação provavelmente se constitua uma das questões cruciais para entendermos boa parte do que aqui chamamos de circularidade da população, fenômeno que se traduz na continuidade de caudalosos fluxos e contra-fluxos, sendo esses últimos representados especialmente por pessoas que retornam uma ou várias vezes a seus lugares de destino.

Coincidentemente, próximo ao término deste texto, uma reportagem da Folha de São Paulo baseada em um estudo realizado por Sonia Rocha a partir da mesma PNAD 2004, alertou o autor para o fato de que o aumento da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo – a qual representava, no passado, umas das mais importantes alternativas para a população migrante –, seja talvez o principal retrato das poucas possibilidades que restam àqueles (ou aquelas) que buscam sua reprodução social. Num país onde justamente nos Estados que mais “exportam” migrantes, as respectivas Regiões Metropolitanas abrigam, em média, mais de 50% de população abaixo da linha da pobreza, não se pode pensar em muitas saídas que não o perambular permanente.

A mesma reportagem mencionada lembra da importância do crescimento do emprego, da valorização do salário mínimo e, principalmente, das políticas compensatórias para reduzir a fragilidade da população, sobretudo nos contextos mais sofridos, como o Nordeste. Contudo, não se pode negar que isso ainda é muito pouco para combater e reverter a grande dívida social existente no país, dívida esta que, entre outros fenômenos, traduz-se numa enorme circulação de pessoas em nosso território, a qual está longe de representar uma verdadeira escolha de onde (e como) morar e trabalhar, escolha, aliás, facultada cada vez mais a uma pequena parcela de população.

REFERÊNCIAS

- AENINGER, Rosana. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000. (*Texto Neпо, 35*).
- BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 2000, Caxambu. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2000.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2. ed. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2).
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998. (CD-ROM).
- CUNHA, Jose Marcos Pinto da. *Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso*. Campinas, 2004. (Relatório de Pesquisa). Mimeografado.
- _____. Redistribuição espacial da população no Brasil: tendências e a trajetória. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.
- _____. *A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação*. Campinas: UNICAMP, 2002.
- _____. Migração no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). *Migração e ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2002. p. 89-132.
- _____; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 18, n. 43, jan./abr. 2005.
- _____; AZEVEDO, Marta Maria. Demographic and social-cultural aspects of population mobility in Brazil. In: HOGAN, Daniel Joseph (Org.). *Population change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: Neпо/Unicamp, 2001.
- _____; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo-Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, v. 17, n. 1/2, 2000.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. Unpublished report.

_____; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Campinas: IE/UNICAMP, 199-. Mimeografado.

EBANKS, E. G. *Determinantes socioeconômicos de las migraciones interna*. Santiago de Chile: Celade, 1993.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 33, 1992.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. *O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo-Pernambuco*. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em Demografia)– Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.12, n. 1/2, 1995.

OLIVEIRA, Kleber F. *Dinâmica migratória em Sergipe dos anos 70 aos 90: uma análise a partir de alguns fatores estruturais*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Sociais e Estudos Populacionais)– Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE, Rio de Janeiro, 2003.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

_____. Evolução recente da urbanização e da questão regional no Brasil: implicações econômicas para a dinâmica demográfica. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 4., 1993, México. *Anales...* México: [s.n.], 1993.

_____. PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.

PERILLO, Sônia Regina. *Tendências da migração no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 2002. Press release.

RIGOTTI, José Irineu. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte. 1999. Tese (Doutorado)– CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. 295 f. Tese (Doutorado em Demografia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise dos dados da PNAD 2004 visando, por um lado, apresentar as principais tendências migratórias reveladas por esta fonte de dados e, por outro, compará-las com o comportamento do fenômeno na década anterior. Assim, o texto realiza uma revisão das principais características do processo migratório dos anos 90 para depois identificar possíveis rupturas ou continuidades ocorridas na primeira metade do século 21. Além dessas análises que envolvem o comportamento dos volumes de imigração, emigração, migração de retorno etc, assim como dos fluxos e características dos migrantes envolvidos, também são apresentadas algumas considerações de ordem técnica sobre as potencialidades e limitações das PNADs como fonte de dados para o estudo da migração.

Os resultados mostram que, muito mais que mudanças, foi possível observar continuidades das tendências migratórias, em particular, do final dos anos 90. A redução progressiva da emigração do Nordeste, Paraná e Minas Gerais para São Paulo, o aumento da migração de retorno e o arrefecimento da migração para as áreas de fronteiras são alguns dos principais aspectos a se destacar.

Abstract

This article presents an analysis of PNAD data concerning 2004 to, on the one hand, introduce the main migrating tendencies unveiled by this source of data and, on the other hand, to compare them with the behavior of the phenomenon occurred in the previous decade. Hence, the author reviews the main features of the migration process occurred in the 90's and makes further identification of eventual ruptures or continuities which took place in the first half of the 21 century. Beyond these analyses involving the

behavior of the volume of immigration, emigration, return migration etc, as well as the migration flow and the characteristics of the migrants involved, the author also presents some technical considerations about PNAD's potentialities and limitations as a source of data for studying migration.

The results of the studies reveal, much more than changes, the continuity of the migratory tendencies, particularly in the late 90's. Special attention is dedicated to the progressive reduction of migration from the Northeast region, the states of Paraná and Minas Gerais to São Paulo, to the increase of return migration and to the decrease of migration to the border line areas.

O Autor

JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA é demógrafo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (Nepo), ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Anexo 1

UF em 1999	UF em 2004												
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	R.G. Norte	Paraíba	Pernambuco
Rondônia	1.857	3.456	4.906	483	612	219	219	1.566	217	2.260	2.260	2.260	2.260
Acre	3.310	2.491	2.491	322	174	209	219	1.046	217	2.340	2.340	2.340	2.340
Amazonas	6.045	3.020	17.628	6.759	17.628	219	798	1.046	1.730	468	468	5.877	213
Roraima	236	6.425	438	438	438	219	1.594	1.046	4.040	1.809	452	213	213
Pará	3.645	309	21.949	9.583	643	22.604	17.243	1.046	4.040	1.809	452	213	213
Amapá	155	1.838	1.838	643	11.423	219	797	1.046	217	452	452	452	452
Tocantins	1.892	8.442	8.442	482	38.452	5.337	15.500	22.467	1.010	468	468	852	852
Maranhão	219	1.223	1.223	321	91.177	5.337	2.184	47.024	6.584	1.356	1.356	3.706	3.706
Piauí	710	309	1.223	1.288	3.358	209	873	8.360	11.984	8.588	8.588	2.087	2.087
R.G. Norte	1.130	1.394	610	161	6.397	209	873	2.613	3.110	7.233	7.233	2.214	2.214
Paraíba	945	155	2.364	161	6.397	209	1.312	5.579	1.874	11.755	11.755	16.698	16.698
Pernambuco	134	697	697	1.316	1.316	219	797	1.046	1.404	4.520	4.520	28.277	28.277
Alagoas	1.857	611	611	644	6.814	417	2.837	2.091	5.779	936	1.808	19.247	19.247
Bahia	3.917	155	7.827	7.827	1.040	4.585	4.585	2.613	4.470	2.340	2.712	937	937
Minas Gerais	2.349	305	305	2.807	2.807	797	797	522	3.026	213	213	213	213
Espirito Santo	236	929	2.139	161	2.872	1.093	1.093	4.782	18.978	39.782	39.782	14.138	14.138
Rio de Janeiro	3.984	928	5.198	642	8.518	1.249	4.804	19.926	50.211	31.362	42.039	75.469	75.469
São Paulo	5.299	155	305	483	6.808	1.251	5.021	4.782	1.087	4.087	4.087	4.087	4.087
Paraná	946	310	2.138	483	439	219	437	1.046	3.110	452	452	213	213
Santa Catarina	1.375	310	2.138	483	638	437	437	1.046	3.110	1.872	1.872	426	426
R.G.do Sul	946	1.395	1.395	1.664	1.664	219	797	1.046	1.808	1.808	1.808	724	724
M.G.do Sul	7.661	908	4.029	322	4.029	1.966	1.966	7.173	1.008	1.404	1.404	1.065	1.065
Mato Grosso	709	290	306	161	10.635	15.939	15.939	7.173	3.658	468	1.356	3.491	3.491
Distrito Federal	1.635	310	1.223	161	5.129	6.551	6.551	7.173	19.329	9.669	7.491	4.521	3.917
Brasil Não Esp.	1.182	310	917	322	4.384	1.874	218	1.566	1.738	1.404	3.164	2.642	2.642
Pais Estrangeiro	50.228	15.087	64.918	38.706	239.495	34.399	82.530	180.924	121.212	143.418	74.898	141.492	182.574
Total													

continua

Anexo 1 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004												
	Alagoas	Sergipe	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	R.G. Sul	M.G. Sul	Mato Grosso	Goiás
Rondônia	-	-	-	3.100	3.290	-	2.701	8.715	2.317	1.839	4.318	13.860	1.380
Acre	908	-	-	392	-	448	857	-	-	583	616	-	345
Amazonas	-	668	429	-	470	447	3.602	386	-	629	924	330	1.034
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	2.988	-	-	-	-	-
Pará	-	-	2.988	3.287	1.410	7.004	18.519	2.949	6.370	792	1.851	4.950	14.142
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	1.158	-	-	-	1.380
Tocantins	-	-	3.894	3.698	-	-	1.714	597	-	419	-	4.948	28.972
Maranhão	-	335	1.698	3.680	-	4.562	16.764	-	-	582	616	20.124	22.764
Piauí	-	-	1.484	970	-	2.403	14.787	-	-	617	-	-	10.000
Ceará	2.727	1.004	2.130	10.439	-	6.515	38.152	1.157	1.737	1.001	-	660	5.517
R.G.Norte	-	669	215	3.474	-	2.442	9.775	772	-	582	309	660	690
Paraíba	-	669	3.419	3.513	-	19.340	32.073	1.542	-	629	925	-	2.760
Pernambuco	31.799	335	33.317	4.833	4.228	9.041	57.835	2.564	-	1.839	925	2.310	5.865
Alagoas	8.179	1.671	5.826	7.728	2.349	3.096	28.341	-	-	618	-	1.650	-
Sergipe	4.089	21.082	14.472	1.737	2.819	-	9.602	1.580	-	-	-	990	1.380
Bahia	-	-	-	31.068	23.963	12.664	182.669	2.777	-	3.983	2.466	1.650	36.212
Minas Gerais	-	2.008	20.537	-	35.243	27.761	200.028	5.767	9.844	1.211	4.318	4.619	33.107
Espírito Santo	908	3.013	9.849	49.170	-	21.126	12.259	385	-	209	-	1.320	-
Rio de Janeiro	1.817	2.343	15.090	42.981	22.553	-	42.179	4.530	579	6.708	2.469	660	4.829
São Paulo	26.348	11.712	152.456	193.891	7.048	27.319	-	117.343	41.122	18.586	25.600	18.478	34.489
Paraná	3.635	-	3.119	6.761	2.349	3.951	61.634	-	80.503	19.649	24.985	29.364	2.759
Santa Catarina	-	-	1.205	1.177	-	3.908	18.219	51.195	-	47.063	3.701	7.920	1.379
R.G.do Sul	-	-	1.073	6.759	1.880	1.547	17.360	27.124	60.811	-	2.160	12.540	2.069
M.G.do Sul	-	-	645	5.416	-	3.504	18.388	13.667	4.634	3.842	-	31.343	7.241
Mato Grosso	454	-	988	578	-	1.955	15.734	8.463	4.054	4.075	8.638	-	8.277
Goiás	-	-	5.378	30.303	1.879	2.443	10.503	4.781	1.158	209	4.015	34.315	-
Distrito Federal	454	334	10.131	14.483	-	4.560	9.862	1.196	-	2.213	-	660	88.980
Brasil Não Esp.	-	-	-	-	-	-	-	-	579	-	-	-	-
País Estrangeiro	-	-	4.042	8.160	2.348	12.658	50.067	25.545	8.106	3.520	5.244	6.600	3.794
Total	81.318	45.843	294.385	437.598	109.480	178.694	873.624	286.023	222.972	120.163	95.315	199.291	319.365

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retorno. Brasil, 1999/2004

UF em 1999	UF em 2004																			
	Rondônia				Acre				Amazonas				Roraima				Pará			
	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu
Rondônia	472	.	2.838	.	465	155	2.836	.	311	1.223	4.595	.	322	483	174	.	438	.	174	.
Acre	219	.	5.826	.	286	287	2.447	.	917	306	5.202	.	483	321	8.545	.	3.066	.	6.017	.
Amazonas	.	.	236
Roraima	.	.	3.645	.	154	155	922	917	20.110	161	616	.	9.422
Pará	.	.	155	.	155	.	.	.	1.222
Amapá
Tocantins
Maranhão	236	.	1.656	8.442	.	161	482	4.014	.	1.663	.	85.925	.
Piauí	.	.	219	.	310	310	1.223	.	321	439	1.288	.	175	438	4.646
Ceará	236	.	474	.	154	155	775	.	610
R.G.Norte	619	155	.	.	305
Paraíba	.	.	1.130	2.364
Pernambuco	.	.	945	.	155
Alagoas
Sergipe
Bahia	.	.	1.857	.	.	134	.	.	611
Minas Gerais	.	.	3.917	.	.	155
Espírito Santo	.	.	2.349
Rio de Janeiro	.	.	236	.	929	305	1.834	.	305
São Paulo	946	.	3.038	.	928	305	306	4.587	161	1.835	642	1.575	1.404	5.539	5.067	483	1.393	348	439	638
Paraná	474	236	4.589	.	.	155
Santa Catarina	.	.	946
R.G.do Sul	.	.	1.375	.	310	310	2.138	.	483
M.G.do Sul	.	.	946	.	.	1.395	.	.	353
Mato Grosso	944	.	6.717	.	155	753	.	.	322	438	349	3.242
Goiás	.	.	709	.	290	306	.	.	1.316	439	8.880
Distrito Federal	472	.	1.163	.	155	155	.	.	1.223	161
Brasil Não Esp.	.	.	945	305	161
País Estrangeiro	.	237	.	.	.	310	612	.	161	1.913
Total	3.999	473	45.756	2.143	597	12.347	7.345	1.835	55.738	1.288	321	37.097	34.736	15.423	189.336					

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004														
	Amapá			Tocantins			Maranhão			Piauí			Ceará		
	Nasceu Munic	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	Nasceu UF	Não Nasceu UF										
Rondônia	
Acre	209	.	.	.	219	.	.	.	1.044	.	.	.	217	.	
Amazonas	219	.	798	.	523	.	523	1.009	.	721	
Roraima	1.594	
Pará	1.251	20.728	1.310	1.747	14.186	7.970	15.940	14.348	522	523	1.155	938	1.947	217	
Amapá	.	.	218	.	797	505	
Tocantins	7.173	3.188	14.346	.	4.178	2.612	15.677	722	.	5.862	
Maranhão	209	5.128	655	873	13.972	.	.	35.866	.	523	5.225	.	.	7.587	
Piauí	2.184	3.188	7.970	5.579	2.612	
Ceará	209	.	.	.	873	1.594	.	.	1.567	.	1.046	.	.	1.303	
R.G.Norte	873	.	.	.	1.044	.	2.091	.	.	1.592	
Paraíba	1.312	797	.	4.782	1.044	.	2.091	3.462	1.156	7.364	
Pernambuco	219	.	797	
Alagoas	1.045	
Sergipe	1.045	
Bahia	.	417	218	436	2.183	.	.	.	1.046	.	1.046	1.155	652	3.972	
Minas Gerais	.	1.040	1.309	.	3.276	.	.	.	2.091	522	.	939	2.522	1.009	
Espírito Santo	797	.	522	.	2.017	.	1.009	
Rio de Janeiro	1.093	.	1.594	3.188	1.044	522	1.044	8.945	2.669	7.364	
São Paulo	208	1.041	4.149	655	4.149	11.956	1.594	6.376	19.328	15.675	12.020	24.369	13.781	12.061	
Paraná	.	1.251	.	.	5.021	.	797	3.985	523	.	.	217	.	870	
Santa Catarina	219	
R.G.do Sul	437	722	1.085	1.303	
M.G.do Sul	
Mato Grosso	1.966	3.188	3.985	1.008	
Goiás	.	.	2.619	4.149	9.171	2.391	3.188	1.594	2.090	.	1.568	504	721	434	
Distrito Federal	.	.	218	1.311	5.022	3.188	1.594	2.391	10.970	5.222	3.137	4.685	2.523	2.461	
Brasil Não Esp.	
País Estrangeiro	624	1.250	.	.	218	.	.	.	522	522	522	1.087	.	651	
Total	1.875	1.251	31.273	6.547	9.171	66.812	42.242	94.836	50.148	26.120	44.944	56.325	27.853	59.240	

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004																					
	R.G.Norte				Paraíba				Pernambuco				Alagoas				Sergipe					
	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF		
Rondônia	
Acre	.	1.872	468	2.260	
Amazonas	.	.	468	5.877	.	.	.	213	908	668	
Roraima	.	.	.	1.809	.	.	.	213	
Pará	.	.	.	452	
Amapá	213	426	
Tocantins	.	468	1.235	511	335	
Maranhão	452	
Piauí	
Ceará	1.872	1.404	1.872	8.588	.	.	904	2.087	
R.G.Norte	.	.	.	2.260	2.260	2.713	1.064	1.150	454	2.273	1.004	
Paraíba	468	.	5.148	7.234	452	4.069	1.661	13.674	669	
Pernambuco	468	.	1.406	4.520	2.683	7.071	18.523	212	3.179	1.364	3.636	2.342	4.351	14.389	1.673	335	
Alagoas	936	.	468	452	452	452	1.808	937	1.671	
Sergipe	468	.	468	2.340	452	452	1.808	937	
Bahia	
Minas Gerais	
Espirito Santo	
Rio de Janeiro	2.342	469	7.492	20.342	9.494	9.946	6.048	1.786	6.304	455	454	670	670	1.673	670	
São Paulo	11.235	7.956	12.171	18.984	8.138	14.917	28.195	21.592	25.882	12.719	6.360	7.269	4.685	2.343	4.684	
Paraná	511	511
Santa Catarina
R.G.do Sul	1.872
M.G.do Sul
Mato Grosso	.	.	1.404	1.356	.	.	452	426
Goiás	.	.	468	904	452	3.066	425	425
Distrito Federal	2.341	1.873	3.277	1.809	452	2.260	1.533	1.022	1.362	454	334
Brasil Não Esp.
País Estrangeiro	.	.	1.404	3.164	852	725	1.065
Total	22.002	14.042	38.854	49.272	22.604	69.616	50.596	38.159	93.819	27.711	11.814	41.793	9.035	9.037	27.771

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004																	
	Paraná				Santa Catarina				R. G. do Sul				M. G. do Sul				Mato Grosso	
	Nasceu		Não Nasceu		Nasceu		Não Nasceu		Nasceu		Não Nasceu		Nasceu		Não Nasceu		Nasceu	Munic
	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF
Rondônia	2.392	598	5.725	1.159	579	579	579	629	419	629	791	309	617	3.392	616	330		
Acre	386								420		583			924				
Roraima		2.391	597								792			1.851				
Pará		2.949	1.158															
Amapá			1.158															
Tocantins			597								419							
Maranhão											582							
Piauí															616	329	660	
Ceará			1.157								1.001				617			
R.G. Norte			772						582									
Paraliba			1.542								629				309	330		
Pernambuco	386		2.178						209	419	1.211	308			617			330
Alagoas															618			
Sergipe		597	983															
Bahia	598	1.196	983						629	630	2.724				2.466			330
Minas Gerais	1.793		3.974	2.896					420		791				4.318	329	330	
Espírito Santo	1.965		2.565						209									660
Rio de Janeiro	20.622	26.622	70.099	8.110	4.632		579		1.002	630	5.076	926			1.543			330
São Paulo				5.791	7.530				1.210	2.258	15.118	2.775	2.471		20.354			330
Paraná									1.956	4.587	13.106	2.159	308		22.518	330	660	
Santa Catarina	6.705	12.433	32.057						8.804	13.252	25.007		309		3.392			
R.G. do Sul	7.560	5.166	14.398	7.529	9.844										2.160			
M.G. do Sul	1.794	2.776	9.097	580					1.746	1.258	838							660
Mato Grosso	1.196	5.687	1.580	579					1.164	2.328	583	1.851	617		6.170			
Goiás	1.792		2.989								209	927	617		2.471	330	990	
Distrito Federal		598							210	1.165	838							
Brasil Não Esp.							579											
País Estrangeiro	5.339	8.329	11.877	579	1.737				1.841	1.050	629	1.543	309		3.392	660		
Total	53.126	66.393	166.504	28.381	25.480	169.111	20.821	28.206	20.821	28.206	71.136	10.798	5.248	79.269	5.937	5.610		

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004										Total	
	Goiás			Distrito Federal								
	Nasceu		Não	Nasceu		Não	Nasceu		Não			
	Munic	UF	Nasceu UF	Munic	UF	Nasceu UF	Munic	UF	Nasceu UF			
Rondônia	.	.	1.380	55.239	
Acre	.	.	345	13.212	
Amazonas	.	.	1.034	206	.	.	52.928	
Roraima	205	.	.	1.439	.	.	13.325	
Pará	1.035	3.449	9.658	2.466	.	.	187.426	
Amapá	.	345	1.035	18.281	
Tocantins	3.450	3.794	21.728	410	.	1.849	.	16.033	.	.	112.004	
Maranhão	.	.	22.764	.	.	14.179	.	14.179	.	.	258.016	
Piauí	.	.	10.000	.	.	6.166	.	6.166	.	.	113.952	
Ceará	.	345	345	411	.	1.642	.	1.642	.	.	120.574	
R.G.Norte	.	.	2.760	.	.	2.878	.	2.878	.	.	37.284	
Paraíba	.	.	5.865	206	.	4.112	.	4.112	.	.	95.857	
Pernambuco	205	.	205	.	.	204.868	
Alagoas	.	.	1.380	.	.	411	.	411	.	.	85.668	
Sergipe	43.258	
Bahia	1.035	2.415	32.762	617	.	12.337	.	12.337	.	.	378.618	
Minas Gerais	4.484	2.069	26.554	2.055	.	21.366	.	21.366	.	.	398.460	
Espírito Santo	411	108.669	
Rio de Janeiro	345	344	4.140	1.235	.	9.657	.	9.657	.	.	255.653	
São Paulo	2.070	1.724	30.695	822	.	12.122	.	12.122	.	.	978.689	
Paraná	345	.	2.414	.	.	2.672	.	2.672	.	.	271.182	
Santa Catarina	.	344	1.035	205	.	1.027	.	1.027	.	.	139.268	
R.G.do Sul	.	.	2.069	205	.	2.055	.	2.055	.	.	146.372	
M.G.do Sul	2.069	690	4.482	.	.	2.054	.	2.054	.	.	97.271	
Mato Grosso	2.070	689	5.518	.	.	2.259	.	2.259	.	.	81.011	
Goiás	8.632	205	.	18.908	.	.	168.574	
Distrito Federal	7.588	10.345	71.047	199.982	
Brasil Não Esp.	
Pais Estrangeiro	690	690	2.414	1.028	.	6.779	.	6.779	.	.	157.612	
Total	25.181	27.243	266.941	16.442	205	143.233	205	143.233	205	143.233	4.793.832	

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	RONDÔNIA	ACRE	AMAZONAS	RORAIMA	PARÁ	AMAPÁ
Rondônia		3530	6307	1118	1527	109
Acre	5070		4293	331	236	53
Amazonas	7086	4750		8561	11619	487
Roraima	650	82	2556		1761	95
Pará	2802	417	42185	13982		33744
Amapá	179	40	751	437	8267	
Tocantins	413	14	383	634	15507	160
Maranhão	2775	111	5912	13475	70956	5220
Piauí	683	31	1470	824	5021	308
Ceará	2124	361	3723	1386	7113	622
R.G.Norte	552	41	870	529	1068	328
Paraíba	1007	104	627	672	1376	201
Pernambuco	1513	85	1528	388	3120	255
Alagoas	352	31	196	92	1100	2
Sergipe	238	22	117	110	272	40
Bahia	2621	190	819	225	5000	170
Minas Gerais	6699	521	1354	506	5782	356
Espírito Santo	7754	117	265	99	1855	84
Rio de Janeiro	1571	558	5280	612	6587	258
São Paulo	8701	626	4176	670	9002	631
Paraná	9008	498	990	507	3505	352
Santa Catarina	1239	140	511	201	1295	38
Rio Grande do Sul	1390	223	1277	534	2172	210
Mato Grosso do Sul	3748	277	563	204	1126	104
Mato Grosso	12365	515	1381	855	6785	246
Goiás	2225	290	949	561	7936	342
Distrito Federal	560	61	1143	237	2057	167
Total	83325	13635	89626	47750	182045	44582

continua

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	TOCANTINS	MARANHÃO	PIAUI	CEARÁ	RIO GRANDE DO NORTE	PARAÍBA	PERNAMBUCO
Rondônia	598	1192	313	2056	628	838	586
Acre	80	52	26	569	330	187	38
Amazonas	331	1546	788	3763	802	453	1216
Roraima	104	1456	471	1165	516	293	216
Pará	19569	28586	3988	8546	1751	1007	2217
Amapá	137	1153	129	891	323	111	266
Tocantins		6801	1188	773	257	443	514
Maranhão	23610		24533	8218	1412	1081	2068
Piauí	2830	16863		11986	733	541	3355
Ceará	1863	5346	8335		7862	5076	8734
R. G. Norte	240	857	826	7611		9044	4752
Paraíba	808	1472	1016	5278	13912		18802
Pernambuco	2070	2584	3655	11681	7086	21043	
Alagoas	661	614	468	2001	667	1403	18826
Sergipe	583	310	355	691	429	732	2015
Bahia	2071	1729	3736	7346	2963	4698	17696
Minas Gerais	5179	3236	1473	3385	1950	1548	3825
Espírito Santo	316	605	320	988	360	407	1196
Rio de Janeiro	577	4179	2231	16014	10062	16761	10866
São Paulo	5330	9865	23367	52502	17855	28349	58364
Paraná	1338	1323	343	1795	916	654	1468
Santa Catarina	538	435	219	1088	438	221	572
Rio Grande do Sul	1024	1046	815	2665	879	674	1514
Mato Grosso do Sul	708	443	317	1015	914	561	948
Mato Grosso	2042	2011	883	1348	567	552	905
Goiás	19535	3210	2171	2348	1648	1656	1480
Distrito Federal	3288	3906	6770	7203	2657	3672	2433
Total	95430	100820	88736	162926	77917	102005	164872

continua

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	ALAGOAS	SERGIPE	BAHIA	MINAS GERAIS	ESPIRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Rondônia	73	118	1134	4036	2116	1104	7235
Acre	14	30	76	449	220	291	775
Amazonas	192	307	755	1504	350	3647	3468
Roraima	40	32	277	574	184	971	561
Pará	272	247	2944	6659	2411	8235	13911
Amapá	15	42	29	289	65	291	496
Tocantins	161	101	1535	3333	117	606	4265
Maranhão	580	425	1941	5078	912	12442	32551
Piauí	185	389	2924	1936	257	5641	45577
Ceará	996	843	6655	5526	958	27349	66384
R.G.Norte	326	595	1673	2674	469	9658	19450
Paraíba	1124	1010	4423	2625	539	44146	48777
Pernambuco	17414	3289	23139	5216	1321	22595	131488
Alagoas		11318	7832	3659	926	5409	62609
Sergipe	4615		13433	1589	853	4450	21505
Bahia	3885	17094		36664	31743	29035	277306
Minas Gerais	1073	807	19859		38516	48324	178422
Espirito Santo	410	154	14447	29512		18250	10826
Rio de Janeiro	2771	3028	15280	57060	28927		46959
São Paulo	19105	10293	105691	202117	11850	45105	
Paraná	642	313	4023	14054	1404	5793	131294
Santa Catarina	117	161	1215	2851	583	3370	16134
Rio Grande do Sul	390	372	3600	3766	812	7755	18159
Mato Grosso do Sul	220	151	1299	4377	410	3248	34812
Mato Grosso	504	329	1891	6507	638	1892	21454
Goiás	302	296	7580	30607	680	2710	19564
Distrito Federal	541	365	6917	15174	1908	7432	9827
Total	55967	52109	250572	447836	129169	319749	1223809

continua

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL	MATO GROSSO DO SUL	MATO GROSSO	GOIÁS	DISTRITO FEDERAL	Total
Rondônia	7.970	1.512	1.153	2.629	20.606	3.077	1.169	72.734
Acre	615	141	101	183	494	991	424	16.069
Amazonas	1.504	532	1.185	721	550	1.243	1.298	58.658
Roraima	387	49	232	329	335	818	226	14.380
Pará	3.063	1.090	1.342	1.166	6.047	21.462	6.570	234.213
Amapá	184	36	267	49	167	328	171	15.113
Tocantins	809	54	728	316	3.145	34.915	5.341	82.513
Maranhão	1.590	488	766	537	4.823	29.166	23.800	274.470
Piauí	612	310	510	450	821	15.081	21.477	140.815
Ceará	1.521	1.316	1.752	1.050	1.608	7.891	10.315	186.709
R.G.Norte	744	685	789	308	460	3.112	3.625	71.286
Paraíba	1.225	583	645	422	885	4.878	6.928	163.485
Pernambuco	2.346	1.124	1.365	1.862	2.445	5.900	5.777	280.289
Alagoas	1.035	472	381	1.173	3.799	1.840	1.083	127.949
Sergipe	1.066	258	259	470	679	1.106	724	56.921
Bahia	5.145	1.904	2.136	1.621	4.479	32.067	25.587	517.930
Minas Gerais	9.463	3.050	3.158	3.357	6.557	34.261	25.998	408.659
Espírito Santo	1.468	727	831	173	981	1.226	1.778	95.149
Rio de Janeiro	7.842	6.127	8.269	3.849	1.557	4.550	12.448	274.223
São Paulo	131.094	28.343	14.546	36.250	19.793	27.976	12.520	884.121
Paraná		80.905	22.132	17.186	27.942	5.141	3.472	336.998
Santa Catarina	53.293		41.155	2.465	7.736	1.995	1.655	139.665
Rio Grande do Sul	23.669	58.586		4.258	9.271	3.780	4.050	152.891
Mato Grosso do Sul	18.696	3.302	3.342		21.302	4.786	1.865	108.738
Mato Grosso	17.593	4.231	2.958	12.280		20.354	2.640	123.726
Goiás	2.608	2.278	1.557	3.786	18.309		35.259	169.887
Distrito Federal	1.766	1.548	1.836	819	1.506	104.758		188.551
Total	297.308	199.651	113.395	97.709	166.297	372.702	216.200	5.196.142

As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes

*Fausto Reynaldo Alves de Brito
José Alberto M. de Carvalho*

INTRODUÇÃO

Os resultados da PNADs desta década reservam algumas surpresas, mesmo para os mais atentos observadores das migrações internas no Brasil, assim como confirmam algumas hipóteses, levantadas a partir dos dados do Censo de 2000 e/ou do Censo de 1991. Um Estado como São Paulo provavelmente perdendo população; Minas deixando, definitivamente, de ser o grande celeiro de emigrantes; vários Estados nordestinos com indicações claras de saldos migratórios positivos. Novidades que trazem à tona, para o debate, a sempre atual questão da migração.

Há décadas, o movimento espacial, com mudança de residência de milhões de pessoas, tem caracterizado a sociedade brasileira. Um país com as dimensões continentais do Brasil, com seus desequilíbrios regionais e sociais, praticamente força grande parte da população a mudar a sua residência das áreas rurais para as urbanas ou dessas para outros municípios, Estados, Regiões e, mais recentemente, para outros países, como os Estados Unidos, Paraguai, Portugal e o Japão.

São poucos os brasileiros que não realizaram, pelo menos, uma etapa migratória. Não se trata de nenhum exagero afirmar que migrar faz parte da cultura brasileira, está incluído, como possibilidade, no projeto de vida de cada cidadão. Para boa parte da população, a emigração acabou se transformando na única alternativa de mobilidade social oferecida pela sociedade. Sair de seu município, percorrer distâncias, curtas ou longas, na busca de uma melhoria de vida, nem sempre conseguida, tornou-se uma sina para milhões de brasileiros.

Desde os anos 1950, quando se acentuaram os desequilíbrios regionais e melhorou o sistema nacional de transporte, aumentou significativamente o volume de migrantes, dentro dos seus próprios Estados, e entre Estados, independente da distância. Números impressionantes expressam os grandes fluxos populacionais ocorridos no país no século 20. Considerando somente o período entre 1960 e 1990, apenas o êxodo rural no Brasil foi estimado em 42,6 milhões de pessoas! (Carvalho e Garcia, 2002).

A migração interestadual também foi notável. Nordestinos e mineiros lideraram a multidão que encheu as estradas deste país, na procura de um destino onde pudessem lutar, com alguma possibilidade de êxito, por melhores condições de vida. Entre 1960 e 1990 saíram do Nordeste e de Minas Gerais para outros Estados cerca de 8,1 e 3,8 milhões de pessoas, respectivamente (Carvalho e Garcia, 2002). O destino desse expressivo número de brasileiros era o Estado de São Paulo, em primeiro lugar, depois o Rio de Janeiro e as áreas de expansão da fronteira agrícola: o Estado do Paraná e as Regiões Centro-Oeste e Norte.

Assim foi até os anos 80. No entanto, as sucessivas crises econômicas e sociais que até hoje têm impossibilitado o Brasil de conseguir um desenvolvimento econômico e social sustentado de longo prazo, somadas às grandes mudanças na estrutura da economia brasileira e no modo de expansão da fronteira agrícola, começaram a mudar esse padrão migratório de um modo surpreendente. As PNADs desta década têm dados sobre migração e sua análise pode produzir informações sobre os fluxos migratórios mais recentes no país.

COMPORTAMENTO E TENDÊNCIAS DOS SALDOS MIGRATÓRIOS DESDE OS ANOS 1980 ATÉ 2004

Sabe-se que os dados das PNADs, mormente aqueles referentes a fenômenos rarefeitos, como é o caso da migração, devem ser considerados com cautela, por provirem de uma amostra relativamente pequena. Para se inferir sobre o provável comportamento das trocas migratórias interestaduais e inter-regionais no Brasil reveladas pelas PNADs da década presente, é aconselhável lançar mão, também, dos censos demográficos de 1991 e 2000. Se os dados das PNADs confirmam tendências já anunciadas pelas informações censitárias, mais robustas serão as inferências.

A Tabela 1 mostra os saldos migratórios (SM) das microrregiões e de algumas unidades da Federação (UF) selecionadas, calculados a partir dos dois últimos censos e das PNADs desta década.

Os SMs foram obtidos por meio do mesmo quesito, referente à UF de residência do indivíduo, exatamente cinco anos antes da data de referência do censo ou da PNAD. A resposta a esse quesito permite levantar, para cada UF, o número de imigrantes e o número de emigrantes de data fixa. A diferença entre os dois corresponde ao SM, isto é, ao ganho líquido populacional da UF em questão, devido aos fluxos

Tabela 1. Brasil: saldos migratórios quinquenais, data fixa, das regiões e unidades da Federação selecionadas – 1986/2004

	1986/1991	1995/2000	1996/2001	1997/2002	1998/2003	1999/2004
NORTE	131323	78584	*	*	*	63741
NORDESTE SETENTRIONAL	-200980	-241033	-83486	-62502	-80093	-71398
Maranhão	-134480	-189486	-51192	-71073	-74539	-77092
Piauí	-66498	-51547	-32284	+8571	-5554	5694
NORDESTE CENTRAL	-406851	-271715	-51104	9598	-7288	-7051
Ceará	-123517	-16173	9949	62913	17170	21106
RN	-873	10330	11023	23306	18907	36210
Paraíba	-85155	-59627	-12896	-9678	22883	42471
Pernambuco	-145555	-127928	1603	-17343	-2744	-24396
Alagoas	-51751	-78317	-60783	-49600	-63504	-4350
NORDESTE MERIDIONAL	-268714	-275398	-53153	-45652	-41755	-85690
Sergipe	13763	-2574	-10490	-6187	-12692	2585
Bahia	-282477	-272824	-42663	-39465	-29063	-88275
SUDESTE	640132	482388	-100988	-69622	-128651	-215308
Minas Gerais	-107510	57222	92117	68454	88783	30978
Espírito Santo	44513	37714	49167	34629	50403	-1537
Rio de Janeiro	-41669	58293	-49743	-75619	-109913	-89617
São Paulo	744798	329159	9447	-97086	-157924	-155132
SUL	-185369	-19172	-8790	13738	26244	34586
Paraná	-206110	-55103	-21388	-13116	-46049	-10704
Santa Catarina	45303	62894	40865	61725	108256	75099
RGS	-24562	-20963	-28267	-34871	-35963	-29729
CENTRO-OESTE	290559	246346	173039	197193	250270	203568
Mato Grosso do Sul	19025	-7497	-16740	39163	27461	-7200
Mato Grosso	108573	52195	81083	67883	104284	111680
Goiás	111398	202728	125168	136718	131437	146997
Distrito Federal	51563	-1080	-16372	-46571	-12912	-47909

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000, PNADs de 2001, 2002, 2003 e 2004.

* Apenas em 2004 a PNAD passou a incluir a área rural da Região Norte, razão pela qual não são apresentadas estimativas provenientes das três PNADs anteriores.

migratórios entre a UF e as demais UFs do país, durante o quinquênio terminado na data de referência do levantamento.

No SM, calculado a partir dessas informações, não estão incluídas as crianças com menos de cinco anos de idade, nem o resultado dos fluxos migratórios internacionais. Esse último ponto implica ser possível que uma UF tenha, em um determinado quinquênio, SMs interno e internacional de sinais contrários.¹ Nesse caso, o SM global pode ter sinal diferente daquele do SM interno. Neste trabalho, só se trabalhará com os SMs internos, por não haver informação sobre os emigrantes internacionais do quinquênio.

Ao analisar a evolução dos SMs quinquenais estimados, apresentados na Tabela 1, chegam-se às seguintes conclusões ou inferências:

1. A Região Norte apresentou, durante o período analisado (entre 1986 e 2004), SMs positivos. Houve sensível queda entre 1986/1991 e 1995/2000 (em torno de 130 mil para 80 mil pessoas). O SM quinquenal teria se mantido nesse patamar, mais baixo, durante os anos da atual década.
2. O Nordeste Setentrional teve, durante todo o período, perdas líquidas de população, devido aos fluxos migratórios. As perdas aumentaram entre 1986/1991 e 1995/2000 (em torno de 200 mil para 240 mil). Há indicações claras de que houve queda significativa dos SMs negativos quinquenais na presente década (para em torno de uma perda líquida de 75.000 pessoas). Esse declínio teria se dado, principalmente, no Estado do Piauí. A partir das diversas PNADs desta década, parece que o Estado encontra-se com SMs muito próximos de zero. Torna-se uma hipótese robusta afirmar que provavelmente passará, em um futuro próximo, a ganhar população, por meio dos fluxos migratórios interestaduais.
3. O Nordeste Central apresenta uma grande surpresa, no que toca à evolução de seus SMs. De uma perda altíssima entre 1986/1991 (SM negativo acima de 400 mil), já houve declínio considerável no quinquênio 1995/2000 (SM negativo de ao redor de 270 mil pessoas). As PNADs do início da década atual estão a indicar rápido declínio dos SMs negativos. Em 2004 já

¹ Esse pode ser o caso de MG, estado amplamente conhecido como origem de importante fluxo migratório para o exterior e que ainda apresenta SMs internos relativamente pequenos.

estaria havendo um equilíbrio entre os fluxos imigratórios e emigratórios.

A surpreendente evolução da Região, historicamente a maior expulsora de população do país, deve-se, mormente, aos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Esse último, já no período 1986/1991, teve SM praticamente nulo, que teria se tornado positivo a partir de 1995, com ganhos quinquenais acima de 20 mil pessoas, atualmente. O CE, com altíssimo SM negativo em 1986/1991 (acima de 120 mil pessoas), já em 1995/2000 apresentou pequeno SM negativo (em torno de 16 mil). Na presente década, as PNADs indicam SMs quinquenais positivos (cerca de 20 mil pessoas). Examinando o comportamento dos dados destas duas UFs, pode-se prever que, provavelmente, passaram para uma fase sustentada de ganhadoras líquidas de população, por meio dos fluxos migratórios, contrariamente ao ocorrido até a década de 80.

Os outros quatro estados da Região (PE, PB, AL, SE) passaram a perder um volume cada vez menor de população, sendo que, no caso da Paraíba, há indicação de que teria passado a uma situação de ganhadora líquida, a partir de 2003.

Torna-se uma hipótese bastante provável que o NC já experimente, no segundo quinquênio desta década, SMs positivos.

4. O Nordeste Meridional manteve-se, em todo o período, como perdedor líquido, embora pareça que as perdas estejam diminuindo. O comportamento da Região é determinado, em grande medida, pela Bahia, devido ao grande peso de sua população. Os SMs do Estado, negativos, mantiveram-se altos em 1986/1991 e 1995/2000 (em torno de 280 mil pessoas) e teriam declinado bastante nesta década (perda líquida de cerca de 50 mil pessoas).
5. A Região Sudeste, já entre os quinquênios 1986/1991 e 1995/2000, experimentou forte queda em seus SMs, historicamente positivos (em torno de 640 mil, para menos de 500 mil pessoas). As PNADs desta década estão a mostrar que, provavelmente, a Região tenha passado para uma situação, surpreendente, de perdedora líquida de população.

Isto teria se dado pelo comportamento díspare das UFs que a compõem. Minas Gerais, junto com o Nordeste, o principal responsável,

até os anos 80, pelos fluxos emigratórios brasileiros, passou, a partir de 1995, a ter SM positivo, como revelado em todos os levantamentos a partir do Censo de 2000. São Paulo, desde 1940, é a UF com maiores SMs positivos no Brasil; já entre 1986/1991 e 1995/2000 mostrou perder rapidamente sua força de atração e capacidade de retenção, pois seus SMs caíram significativamente (de cerca de 750 mil, para 330 mil). As PNADs de 2002, 2003 e 2004 estão a indicar, claramente, que o Estado teria passado a expulsor líquido de população (em torno de 150 mil pessoas por quinquênio).

O RJ, que em 1995/2000 apresentara SM positivo (cerca de 60 mil pessoas), parece ter retornado à situação de perdedor líquido nesta década (em torno de 85 mil pessoas), o que antes já ocorrera no quinquênio 1986/1991.

6. O Sul, que em 1986/1991 apresentou forte SM negativo (aproximadamente 185 mil indivíduos), em 1995/2000 experimentou significativa queda (uma perda de cerca de apenas 20 mil). Na presente década há indicação de que a Região esteja passando para uma situação de ganhadora líquida de população, ainda que em um volume modesto (cerca de 30 mil pessoas). Essa evolução se deve a dois componentes principais: a) O Paraná, que nas décadas de 70 e 80 teve SMs extremamente negativos (no quinquênio 1986/1991 perdeu mais de 200 mil pessoas), em 1995/2000 apresentou sensível queda em seu SM negativo (pouco mais de 50 mil). Nesta década estaria, ainda, a perder população, mas em volumes cada vez menores; b) Santa Catarina manteve-se, entre 1986 e 2004, como ganhadora líquida de população. Em 1995/2000 teve SM positivo de cerca de 62 mil pessoas. Há indicações de que seu SM, positivo, esteja aumentando após o ano 2000.

O Rio Grande do Sul manteve-se como perdedor durante todo o período, porém com valores relativamente baixos, com SMs quinquenais, negativos, entre 25 e 35 mil pessoas.

7. O Centro-Oeste tornou-se, nesta década, a região com os maiores SMs positivos do país. Não porque tenham aumentado significativamente em valores absolutos, mas porque o Sudeste, antes o grande absorvedor dos fluxos migratórios, perdeu essa condição, tendo passado, provavelmente, a perdedor.

Entre os quinquênios analisados, o primeiro, em 1986/1991, foi aquele com maior SM da Região (em torno de 290 mil pessoas). Esse saldo, que caiu para cerca de 250 mil em 1995/2000, parece encontrar-se, atualmente, em um patamar menor, ao redor de 200 mil pessoas.

Entre as UFs, Mato Grosso e Goiás são os grandes responsáveis pelos altos SMs regionais. O Mato Grosso parece vir experimentando SMs positivos crescentes, a partir de 1995/2000, quando esteve ao redor de 50 mil pessoas. Atualmente, teria alcançado um volume acima de 100 mil indivíduos. Goiás teve um enorme aumento entre 1986/1991 e 1995/2000 (de um SM positivo de cerca de 110 mil, para mais de 200 mil). Na presente década, o SM positivo parece ter se estabilizado entre 120 e 150 mil pessoas.

O Distrito Federal apresentara SM pequeno, ainda que positivo, entre 1986/1991. O Censo Demográfico de 2000 indicou, para o DF, SM praticamente nulo e as últimas PNADs estão a apontar, consistentemente, para SMs negativos, ainda que oscilantes (perda entre 10 mil e 50 mil pessoas).

A seção seguinte procura aprofundar a análise das migrações interestaduais recentes de São Paulo, Minas Gerais e de alguns Estados do Nordeste.

O PAPEL DAS MIGRAÇÕES DE RETORNO: SÃO PAULO, MINAS GERAIS E ALGUNS ESTADOS DO NORDESTE

A PNAD de 2004 traz muitas surpresas quanto às migrações. Poderia alguém imaginar que o Estado de São Paulo atualmente perdesse população através do saldo entre a entrada e saída de migrantes? Em relação à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o Censo Demográfico de 2000 já mostrava saldo migratório negativo (Tabela 2). Pode-se observar, entre os dois períodos, 1986/1991 e 1995/2000, uma queda no número total de imigrantes, principalmente em função daqueles provenientes de outros Estados, e um aumento generalizado na emigração. A posição da RMSP, relativamente inercial, na estrutura dos fluxos migratórios brasileiros recentes, garante a ela um saldo positivo com outros Estados, porém, bem menor do que no período anterior, não conseguindo, desse modo, compensar o saldo negativo com o interior do seu próprio Estado.

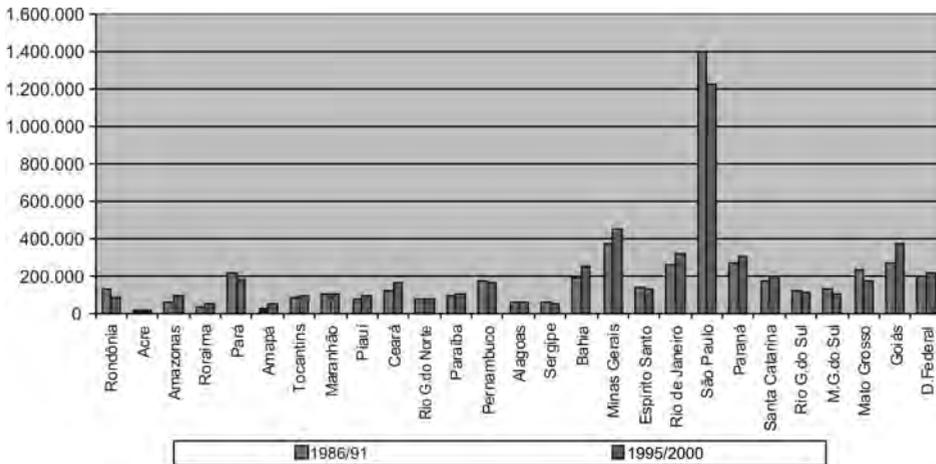
O Estado de São Paulo, como um todo, por décadas, inclusive atualmente, tem sido o que mais recebe migrantes interestaduais. Pode

parecer um paradoxo, mas São Paulo, além de ser uma Região de forte atração migratória, tem recentemente apresentado um conjunto de peculiaridades econômicas e sociais que fazem dele o maior fornecedor de emigrantes para outros Estados no Brasil (Gráficos 1 e 2).

Tabela 2. Região Metropolitana de São Paulo: migrantes e saldo migratório, data fixa, 1986/1991 e 1995/2000

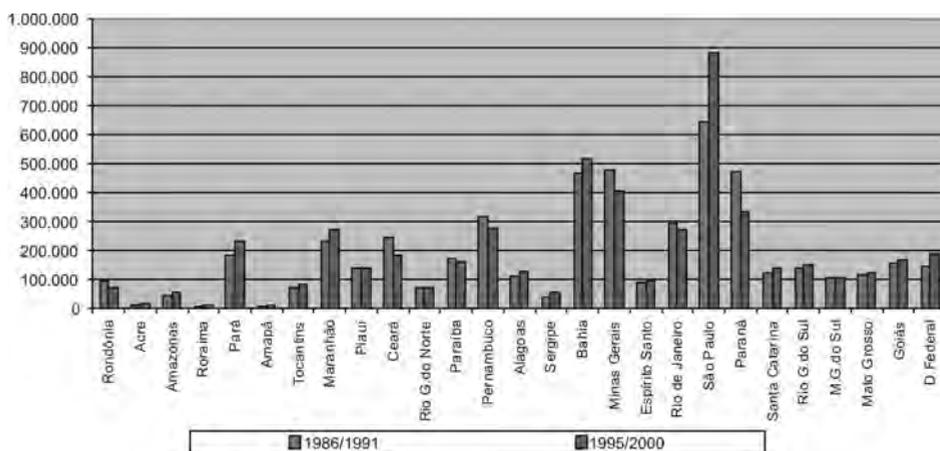
Região Metropolitana de São Paulo	Outros Estados	Migrantes	Total de emigrantes
		Interior do estado	
	1986/1991		
Imigrantes	803.009	134.441	937.450
Emigrantes	426.422	382.728	809.150
Saldo	376.587	-248.287	128.300
	1995/2000		
Imigrantes	716.260	172.133	888.393
Emigrantes	544.425	468.296	1.012.721
Saldo	171.835	-296.163	-124.328

Fonte IBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Gráfico 1. Brasil: imigrantes interestaduais, data fixa, 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Gráfico 2. Brasil: emigrantes interestaduais, data fixa, 1986/1991 e 1995/2000

A tendência revelada, ao se comparar os resultados referentes aos imigrantes e emigrantes dos censos de 1991 e 2000, relativos ao Estado de São Paulo, é confirmada pelas PNADs de 2002, 2003 e 2004. O aumento do número de emigrantes e o declínio do montante de imigrantes interestaduais teriam levado nesta década o Estado a experimentar SMS negativos.

Ao se analisar os migrantes com destino ou origem paulista, os dados data fixa, do período 1999/2004, mostram que 49% dos emigrantes de São Paulo tiveram como destino os Estados do Nordeste e 20%, Minas Gerais. Por outro lado, entre os que se mudaram para São Paulo, a maioria, 75%, teve como origem esses mesmos Estados, dois terços dos quais provenientes do Nordeste (Tabela 3). O volume e a origem dos emigrantes de São Paulo não constituem novidade, pois assim tem sido há décadas. Mas, sim, o movimento inverso, ou seja, o volume e o destino da emigração de São Paulo. Ela vem se constituindo, majoritariamente, de migrantes de retorno, mormente nordestinos e mineiros voltando aos seus Estados de origem. Esse é um fenômeno recente e tem contribuído, significativamente, para a surpreendente tendência do Estado mais desenvolvido do Brasil perder população.

Isso não significa que as migrações estejam refletindo um país de ponta cabeça, com a inversão dos desequilíbrios regionais e a redução das desigualdades sociais, que continuam muito grandes. Entretanto, não se pode

Tabela 3. São Paulo: distribuição relativa dos migrantes interestaduais, data fixa, segundo a origem e o destino, 1999/2004

REGIÃO OU ESTADO	IMIGRANTE	EMIGRANTE
NORTE	3,33	2,59
NE.SETENTRIONAL	3,83	6,84
NE.CENTRAL	20,18	23,03
NE.MERIDIONAL	23,35	16,77
NORDESTE TOTAL	50,68	49,24
MINAS GERAIS	24,29	19,81
ESPÍRITO SANTO	1,49	0,72
RIO DE JANEIRO	5,12	2,79
SÃO PAULO	0,0	0,0
PARANÁ	7,48	11,99
EXTREMO SUL	4,32	6,10
CENTRO OESTE	6,62	9,35
TOTAL ABSOLUTO	823.557	978.689

Fonte: IBGE, PNAD, 2004.

fechar os olhos às transformações ocorridas. São Paulo não está perdendo população por acaso e parece que os saldos migratórios positivos, segundo as PNADs de Minas ou de Estados nordestinos, como o Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, não sejam, simplesmente, resultado de problemas amostrais das PNADs ou causados, unicamente, por problemas localizados no Estado de São Paulo. Os dados são por demais sugestivos para estimular as nossas reflexões sobre as mudanças nos padrões das migrações internas interestaduais e, mais importante, sobre as transformações, muitas delas indesejáveis, que vêm ocorrendo na sociedade e na economia brasileiras.

O aumento significativo, a partir da década passada, do fluxo de migrantes, mormente originários de São Paulo, para alguns Estados nordestinos e para Minas Gerais, deve-se, em grande parte, ao crescente número de retornados aos Estados onde nasceram. Esse retorno contribuiu, decisivamente, para o saldo migratório positivo do Estado de Minas Gerais e de alguns do Nordeste, como o Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

O Nordeste e Minas sempre se destacaram como grandes reservatórios de mão-de-obra para as Regiões onde mais se expandiam as atividades econômicas no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e as áreas de expansão da fronteira agrícola. Sempre foram, e ainda permanecem, como importante fonte de emigrantes. Os nordestinos e mineiros eram largamente encontrados entre aqueles que contribuíram para a expansão urbano-industrial da antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, ou para a construção da nova capital, Brasília. Constituíram-se, em boa parte, na mão-de-obra indispensável para o grande crescimento industrial paulista. Estiveram presentes, e muitos ainda estão, na expansão e consolidação das fronteiras agrícola e mineral nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

Os emigrantes foram em busca de melhores condições de vida, percorrendo, na maioria das vezes, o único caminho aberto para a sua sobrevivência. Sabe-se que a migração é fortemente seletiva e, no caso do Brasil, muito mais seletiva no lugar de destino do que no lugar de origem. Por isso, nem todos foram bem-sucedidos e tiveram que reemigrar, muitas vezes voltando ao lugar de origem. Quando a economia crescia a taxas extremamente altas, criando não só empregos, mas ampliando o leque de ocupações, como ocorreu nas décadas de 60 e 70, a probabilidade de absorção econômica e social do migrante era maior. Porém, a partir dos anos 80, os obstáculos foram crescendo, gerados pela crise econômica e social, concentrada, principalmente, nas grandes metrópoles. Em outras palavras, a seletividade migratória no lugar de destino tornou-se mais rigorosa.

Justamente a partir dos anos 80 observa-se o crescimento do número de emigrantes interestaduais, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, em direção aos Estados nordestinos e de Minas Gerais. Em grande parte, retornavam aos seus Estados de origem: em torno de 40% dos que se dirigiram ao Nordeste e de 48% a Minas, na década de 80.

Os dados da PNAD de 2004 confirmam a importância desse movimento de retorno. Entre as UFs nordestinas com saldo migratório provavelmente positivo no período 1999/2004, aproximadamente 60% dos imigrantes do Piauí e do Ceará eram retornados, assim como metade dos imigrantes do Rio Grande do Norte e Paraíba. A menor proporção foi a de Sergipe, mesmo assim, com 40%. Aliás, proporção semelhante à de Minas (Tabela 4). Essas proporções devem ser consideradas como o peso mínimo da contribuição da migração de retorno, pois, aos retornados naturais, deveriam ser acrescidos seus dependentes não-naturais (cônjuges, filhos,

etc), que também migraram em razão da migração de retorno dos naturais (Ribeiro et al., 1996)².

Tabela 4. Brasil: total de imigrantes e número de imigrantes retornados, data fixa, de unidades da Federação selecionados, com destaque daqueles originários de São Paulo, 1999/2004

Imigrantes	Piauí	Ceará	R. G. do Norte	Paraíba	Sergipe	Minas
Imigrantes	119.646	141.680	73.494	138.328	45.843	429.438
Imigrantes de SP	47.023	50.211	31.362	42.039	11.712	193.891
Retornados	75.246	83.114	36.068	71.901	18.100	164.104
Retornados de SP	35.003	38.150	19.191	27.122	7.028	83.903

A reemigração, em particular o retorno, é um excelente indicador da seletividade migratória no lugar de destino. Não se trata, na maioria dos casos, do encerramento de uma vida de trabalho e da volta à terra natal para gozar a aposentadoria. Mas, sim, pelo menos em parte, do resultado das grandes dificuldades para se manter nas áreas que sempre atraíram muitos imigrantes, principalmente as grandes Regiões Metropolitanas. Os mercados de trabalho e imobiliário estão cada vez mais seletivos, a violência urbana exacerbada. Em síntese, a degradação da qualidade de vida tem levado boa parte dos imigrantes dessas áreas urbanas a reemigrarem para os municípios vizinhos metropolitanos ou a retornarem aos seus Estados de origem. Não seria por outra razão que as principais capitais estaduais, núcleos de metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, têm, nas últimas duas décadas, saldos migratórios negativos e, conseqüentemente, perdido população.

Não é por coincidência que os migrantes que contribuíram, decisivamente, para que alguns Estados nordestinos deixassem de ser perdedores de população, tenham vindo, segundo a PNAD de 2004, majoritariamente, das antigas Regiões de atração populacional. Entre 30 a 40% dos imigrantes do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte vieram de São Paulo. No caso de Minas, essa proporção alcança 45%. Quase 43% dos

² No período 1981/1991, para cada dez naturais do Nordeste que retornaram à Região (migrantes de retorno), houve em torno de 3,7 imigrantes, não-naturais do Nordeste, que acompanharam os migrantes retornados, na condição de cônjuge, filhos e outros parentes (Ribeiro, 1997, TAB. 6.2)

imigrantes da Paraíba procederam do Rio de Janeiro, há décadas o destino preferencial dos emigrantes paraibanos.

Como nos últimos tempos a migração tem se transformado cada vez mais numa ação de risco, com baixa probabilidade de êxito, tem aumentado o número de migrantes de retorno de curto prazo, aqui considerados como aqueles que saem de seu Estado de origem e retornam a ele em menos de cinco anos. No caso do Nordeste, como um todo, segundo a PNAD, daquelas pessoas que em 2004 tinham menos de cinco anos de residência no Estado, 34% haviam saído e retornado ao mesmo Estado, dentro do quinquênio 1999/2004. Em Minas, 28%.

Não se trata, vale frisar, dos chamados migrantes sazonais, como os que saem do Vale do Jequitinhonha para cortar cana no Estado de São Paulo. Eles fazem esse itinerário completo em período de tempo inferior a um ano e, apesar da sua importância, não são detectados, como tais, pela PNAD ou mesmo pelo Censo Demográfico.

Neste trabalho foram apontados alguns determinantes, localizados nas áreas de residência antes da volta ao Estado natal, que explicariam os grandes e crescentes fluxos de emigrantes retornados. Determinantes esses relacionados a aspectos negativos, sociais e econômicos. No entanto, não se pode desconhecer que estão ocorrendo mudanças sociais e econômicas nos Estados de nascimento que, provavelmente, estejam atraindo os retornados. Como, por exemplo, em Minas, o desenvolvimento industrial e da agropecuária no Triângulo e Sul; no Nordeste, o rápido crescimento das atividades ligadas ao turismo, a transferência de plantas industriais antes localizadas no Centro-Sul, e a ocupação, pela agricultura e pecuária modernas, do cerrado do Piauí.

CONCLUSÃO

Os migrantes de retorno, de curto prazo ou não, têm assumido no mapa atual das migrações no Brasil papel extremamente relevante. Esse é um sinal dos tempos! Ultrapassa-se a era na qual predominava a migração clássica, quando os migrantes se deslocavam no espaço com a família, com o propósito de se mudar, definitivamente, de residência. Hoje, os migrantes procuram, crescentemente, uma alternativa para a sobrevivência no seu próprio lugar de origem, em vez de se alimentar com a ilusão de uma melhoria social no lugar de destino.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. *Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. 300 f. (Relatório de Pesquisa, Projeto Saldos Migratórios). Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/saldos_migratorios/Estimativas_saldos_migratorios.pdf>. Acesso em: 2006.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes. *Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991*. 1997. 206 f. Tese (Doutorado)– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

_____; CARVALHO, José Alberto Magno de; WONG, Laura Rodríguez. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996. V. 2, p. 955-972.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as novidades sobre as migrações internas no Brasil sugeridas pela PNAD 2004. A ênfase recai sobre o saldo negativo migratório de São Paulo e sobre o positivo de alguns Estados nordestinos. A hipótese discutida é que as migrações de retorno são a chave para a compreensão desses fenômenos. Para dar mais consistência às análises foram utilizadas as PNADs recentes e os Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Abstract

This article aims at analyzing the most recent information about internal migration in Brazil provided by the National Household Sample Survey (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD) held on 2004. Emphasis is given on both negative migration balance of the state of São Paulo and on the positive one relating to some states of the Northeast region. The hypothesis discussed suggests that the return migration is the key to the comprehension of this phenomenon. In order to make the analysis more consistent, recent information from the PNAD and the Demographic Census of 1991 and 2000 were used.

Os Autores

FAUSTO REYNALDO ALVES DE BRITO é professor e pesquisador do Departamento de Demografia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal do Minas Gerais (UFMG).

JOSÉ ALBERTO M. DE CARVALHO é professor e pesquisador do Departamento de Demografia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG.

